

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**Departamento de Ciência Política**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIA POLÍTICA 

**Guilherme Giuliano Nicolau**

**Deus e o Diabo a Pagarem na Selva de Pedra: Uma Etnografia  
Política de Ocupações Autogestionadas na Zona Leste de São  
Paulo**

**São Paulo**  
**ABR/2022**  
**Versão Corrigida**

**Guilherme Giuliano Nicolau**

**Deus e o Diabo a Pagarem na Selva de Pedra: Uma Etnografia  
Política de Ocupações Autogestionadas na Zona Leste de São  
Paulo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política sob a orientação do Prof. Dr. Jean François Tible.

**São Paulo  
ABR/2022  
Versão Corrigida**

**Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.**

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Nicolau, Guilherme Giuliano

N639d Deus e o Diabo a Pagarem na Selva de Pedra: Uma  
Etnografia Política de Ocupações Autogestionadas na  
Zona Leste de São Paulo / Guilherme Nicolau;  
orientador Jean Tible - São Paulo, 2021.

413 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Ciência Política. Área de  
concentração: Ciência Política.

1. sociologia urbana. 2. sociologia política. 3.  
comunidade urbana. 4. movimentos sociais. 5.  
inteligência artificial. I. Tible, Jean, orient. II.  
Titulo.

*Dedico aos meus melhores amigos Renato, Rita, Paul e Adriana, estrangeiros de todas as terras e falantes de línguas que só nós entendemos. Torço para que estejam bem onde estiverem, em nossas memórias, nos sonhos, no pó, na terra, no asfalto, em uma cama quente ou em um palácio. Obrigado por me presentear com a coragem para viver a solidão.*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos

Jean e sua amizade incondicional,

Lydia, Adriana, Kalinka, Serra, Babi, Guiga, Maria Paula, Kat, Lili, Tata, Tati, Morgana, Lia,, Anna Blume, Clara, Lívia, Marsílea, Rita, Gabi, Paula, Nark, Jessica, Melissa, Claudia, Lucia, Alessandra, Indra, Monika, Anita, Aline, Rai, Vera, Grillo, Sabrina, Virginia, Tia, Pichuru, Ju, Caróu, Elisa, Alana, Lu, Iara, Marina, Jacque, Postal, Pri, Luana, Soninha, Tânia, Lygia;

Bruno, João, Sérgio, Ivan, Teche, Leo, Bulend, Erdogan, Edu, Urbano, Rafa, Lucas, Pedro Salles, Pitter, Paul, Falleiros, Renato, João Paulo, Rodrigo, Paulo, Julio, Ícaro, Renato (AFA), Suna, Serginho, Piva, Corrêa, Samis, Daguerre, Hasan, Conrado, Xavier, Moisés, Thiago, Acácio, Salvador, Feio, Patrick, Álvaro Vasconcelos, Ruy, Rúrion, Alvarez, Adorno, Marcio, Joca, Freller, Babbo, Siracusa, Samuel, Jonathan, Wagner, Eltu, Jonata, Henrique, Robson, Pedro, Victor, Kykuta, Clóvis, Caparroz, Vital, Maçã, Cris e Migue, Daniel Oliva;

Ao Apoio Mútuo, ao Nosso Bando, ao Oreos e especialmente ao Andromeda,

Ao CCS, à AFA, à Mídia 1508 e ao CMI,

A todos do MAE,

À Ironhack,

À ECPR e ANPOCS,

À CAPES e CNPq,

Ao ICMC-USP,

À Universidade de Buenos Aires e à FFLCH-USP,

Às Universidades Federais, Institutos Federais, Fatecs, Etecs e Senai,

A todos os trabalhadores, educadores e cientistas,

A todos os funcionários da USP, principalmente da secretaria do DCP,

Um especial agradecimento ao Vasne, a Márcia, ao Leo e a Rai!

Na 'Novíssima Esquerda' têm quem confunda sofisma com categoria analítica, vício com virtude, esperteza com inteligência, cientista com burguês, técnica com atraso, econometria com ideologia, banqueiro com bancário, política com políticos, Estado com políticas públicas, vacina com violência, saneamento básico com luxo. Outras vezes confundem bens essenciais e de consumo com propriedade privada dos meios de produção, direito com privilégio, cultura com classe, bem-estar com penitência e obscurantismo, solidariedade com parasitismo, ética com culpa, moral com verdade, 'lacrção' (charivari) com ação direta, popularidade com validade lógica, 'coletivo' com organização social, movimento estudantil com vida material, subjetividade colegial com movimento popular, bonapartismo com revolução, personalismo com consenso, identidade com diferença, caridade (filantropia) com emancipação, confunde até a si com os que fala no lugar. Confundem gangue com milícia, 'madeirada' com autodefesa, 'faquinha' com fuzil, tanque com reprodução da vida e garantia de nossa subsistência. Celebrando o prazer católico da contravenção que praticam apenas por procuração, confundem PCC com anti-capitalismo, 'proceder' com abolicionismo penal, linchamento com revolta, autoritarismo populista com 'comuna', heteronormatividade masculina como exemplo para 'todes', linguagem com materialidade, banditismo com vocabulário, filistinos com heróis, cultura do 'trote' com boa convivência, droga com recreação, ascese (privação e recalque) com disciplina, autodestruição com saúde, guerra entre os seus com autocuidado, fofoca com fato, necessidade com capacidade, ódio de classe com luta de classes. Por fim, ainda confundem luddismo com autogestão, artesanato com autonomia, yomango e saqueos com expropriação, massacre com vitória, opressão com essência do oprimido, berço com determinismo (para uns e para outros), bairro com favela, pais com filhos, passado com presente, história com estática, trajetória individual com sujeito histórico, indivíduo com agência, individualismo com relação social. Por fim, a Novíssima Esquerda é aquela que substituiu as religiões tradicionais pela ideologia ('quero uma pra viver'), é a sublimação da 'falta' no indivíduo alienado em uma sociedade pós-industrial e consumidora de bens simbólicos que reificam os laços sociais. Muitas vezes, suprimindo as carências de seus indivíduos, ela está em sincretismo com novas e velhas religiões, velhas ou novas seitas, gangues, 'famílias', fraternidades, sociedades secretas, tribos urbanas, grupos. Operam conjuntamente nos grupos tanto o narcisismo de uma liderança carismática que detém a Palavra, como o narcisismo coletivo supremacista, autocentrado e portador de hegemonia moral sobre o mundo e os outros. O narcisismo coletivo supremacista detém seus rituais de iniciação e humilhação (a serem reproduzido entre ingressantes e veteranos), como punições ao desvio das leis tácitas (já que não possui estrutura), como as recompensas gregárias geradas pelo favoritismo intragrupo; é uma forma contemporânea do que foi definido como 'poder pastoral', no microcosmo do poder, na construção do fascismo do dia-a-dia, com o policiamento das pulsões, desejos e comportamentos entre indivíduos machucados e embrutecidos que, com o medo da morte de sua subjetividade construída sobre uma relação de dominação, opta por não aceitar a morte de seu Pai para viver o simulacro de algo que ama tanto quanto diz odiar.

*Nikos Nikola*

“A bíblia é um manual de maus costumes”  
José Saramago

## RESUMO

Nosso trabalho continua nossa investigação de Mestrado, quando estudamos as relações entre as políticas de segurança europeia para o mediterrâneo junto às políticas migratórias, o que a leitura especializada chama de ‘securitização da imigração’. Transpusemos o mesmo dispositivo de poder para o plano municipal em São Paulo e verificamos a existência de uma ‘securitização da assistência social’ em cidades sitiadas. Entendemos que esse processo é conjunto com a terceirização dos serviços públicos, como saúde e assistência social. Para identificar o elo entre segurança urbana e assistência social dentro de um Estado Neoliberal Bifronte (‘liberal’ para os de cima e ‘autoritário’ para os de baixo), utilizamo-nos de métodos mistos. Fizemos trabalho de campo através da observação participante proposta pela etnografia política e etnografia radical; participamos de um coletivo autonomista de trabalhadores sociais, próximo à Pastoral do Povo de Rua e aos movimentos autonomistas de 2013, colaborando com a construção e organização de comunidades autogestionárias nos baixios dos viadutos na Zona Leste. Por outro lado, também coletamos material primário como atas de reunião das subprefeituras e de Conselhos de Segurança, notícias institucionais das secretarias do poder executivo municipal, descrição de ONGs da assistência social disponível em seus sites oficiais, biografia de gestores do bairro, dados orçamentários não-estruturados, dados demográficos geoindexados. Trabalhamos esse material de maneira tanto qualitativa como quantitativa. Na parte quantitativa utilizamo-nos de métodos computacionais e estatísticos, para identificar não só a existência da securitização da assistência social, mas também como ela acontece. Produzimos visualizações estatísticas, cartografia analítica e tagclouds (linguística computacional).

**Palavras-chave:** segurança pública; assistência social; São Paulo; terceirização; população de rua; autonomismo; autogestão; violência; etnografia; georreferenciamento; linguística computacional; modelo de tópicos;

## ABSTRACT

Our work continues our Master's research, when we studied the relationship between European security policies for the Mediterranean and migration policies, what specialized reading calls the 'securitization of immigration'. We transposed the same power dispositive to the municipal plan in São Paulo and verified the existence of a 'securitization of social assistance' in besieged cities. We understand that this process is combined with the outsourcing of public services, such as healthcare and social assistance. To identify the link between urban security and social assistance within a Bifrontal Neoliberal State ('liberal' for those above and 'authoritarian' for those below), we use mixed methods. We did fieldwork through participant observation proposed by political ethnography and radical ethnography; We participated in an autonomous collective of social workers, close to the 'Pastoral do Povo de Rua' and the 2013 movements, collaborating with the construction and organization of self-managed communities underneath the viaducts in the East Zone. On the other hand, we also collected primary material such as minutes of meetings of sub-prefectures and Security Councils, institutional news from the municipal executive branch offices, description of social assistance NGOs available on their official websites, biography of neighborhood managers, non-structured budget data and geographic data. We worked with this material both qualitatively and quantitatively. In the quantitative part, we used statistical and computational methods, such as modeling, to identify not only the existence of social assistance securitization, but also how it happens. We produce graphics, maps and tagclouds (computational linguistics).

**Keywords:** public security; social assistance; São Paulo; outsourcing; homeless population; autonomism; self-management; violence; ethnography; georeferencing; computational linguistics; topic model;

## PREFÁCIO: CONHECIMENTO SITUADO E ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS

*Esqueça segurança.  
Viva onde você tem medo de viver.  
Destrua sua reputação.  
Seja notório.  
- Rumi*

Não desejamos nos alongar sobre as questões metodológicas de maneira exaustiva, porque tornaria o texto demasiadamente pesado, conceitual, filosófico. Acredito que essas questões não são necessárias para compreender o texto do nosso trabalho. Elas foram, é claro, fundamentais para a concepção do trabalho, como definir o assunto, o objeto de estudo, o material coletado e as técnicas de análise aplicadas. Foi também um acúmulo conceitual adquirido nessa uma década e meia na universidade.

Sobre nosso trabalho, afirmamos que trabalhamos com métodos mistos. Não apenas no sentido de ser um trabalho que usa métodos quantitativos (estatística, linguística computacional) junto com métodos qualitativos (etnografia, análise de discurso). Mas principalmente em buscar – assim como Michael Burawoy tentou com seu *Método do Caso Ampliado* – uma solução, imperfeita e suficiente, para o *Problema de Platão*.

Entende-se o *Problema de Platão* como aquele que opera uma contradição fundamental – e até certo ponto insolúvel – sobre o método científico. Ou seja, não somos capazes de resolver integralmente a contradição entre *Razão Dedutiva* e *Razão Indutiva*, mas podemos usar um apêndice para transpor uma a outra. Por *Razão Dedutiva* entendemos o raciocínio que é teórico, abstrato, universal e ideal – é aquela teoria que prevê a tudo do qual ela trata, salvo algumas exceções que precisam ser explicadas, verificadas ou falseabilizadas, até que um novo marco teórico surja e resolva o problema. Por *Razão Indutiva* entendemos aquela que estuda o particular, que trabalha com amostragens, é experimental, reproduzível, controlando todas as condições em laboratório – o que é mais difícil nas ciências humanas, apesar de boas simulações computacionais ou trabalhos de campo como etnografia conseguirem contornar essa limitação. Por vezes a ciência experimental acaba por verificar ou falseabilizar uma teoria, principalmente com o desenvolvimento de métodos indutivos do tipo estatístico, probabilístico, possibilitado pela nossa capacidade cada vez maior de coletar mais dados (*big data*) que aproximem a definição da raiz que estudamos, isolando suas variações e interferências indesejadas, aproximando de uma generalização possível.



Por exemplo. Dizemos que de um lado temos o conceito de cadeira, como também temos o conceito de política. Ele é formal e abstrato, é uma árvore conceitual bem delimitada. Mas por outro lado podemos também coletar quantas cadeiras ou constituições políticas pudermos e identificar aquilo que existe de comum a todas elas – o padrão – e qual é a variação entre elas. Nesse caso é material e depende da nossa observação. Ambas as razões exploram a mesma realidade e possibilitaram ao longo da história diversos tipos de entendimentos e soluções de problemas da nossa sociedade, por vezes beneficiando-se de sua contradição que sempre colaborou para o desenvolvimento histórico do nosso conhecimento.

A contradição essencial do *Problema de Platão* foi tratada de diferentes maneiras em diferentes épocas, em todas as ciências. Foi tratada por Chomsky quando estudava o problema da *Aquisição de Linguagem (knowledge acquisition)*. Foi tratada pela física quântica quando discutem a variável do sujeito observador frente a um objeto (“*gato de Schrödinger*”). Foi tratada, ou mesmo aplicada, pelo *Modelo de Segregação* de Schelling, que possibilitou criar simulações que permitiram verificar dinâmicas sociais e de segregação em grandes cidades. David Hume com o empiricismo, tanto quanto Thomas Bayes na estatística, trataram de desenvolver a Razão Indutiva, a mesma que hoje está presente tanto na etnografia (*observação participante*) como em modelos computacionais – ambos os métodos indutivos foram aplicados à minha pesquisa.

Na faculdade de ciências humanas, porém, acredito estarmos perdidos em uma confusão mais política que científica, apoiando-se em falsas contradições e entendimentos equivocados das transformações nas ciências naturais aplicadas às Humanidades. Parece haver em nossos departamentos uma ideia de que haveria uma oposição entre métodos qualitativos e métodos quantitativos, seguido de caricaturas que cada um faz do outro. Esse não é o meu entendimento. Não desejei reproduzir aqui as disputas departamentais, acadêmicas, políticas, sectárias, suas narrativas ou ideologias. Isso não significa que eu não tenha opinião ou participe disso, mas tentei afastar o máximo possível de minha pesquisa, já que ela buscou observar, mais que um programa de governo, uma política de Estado (ou um padrão de comportamento em todo o sistema interestatal). De qualquer forma, nunca me envolvi – e nunca me aceitaram – em nenhum grupo especificamente, político ou de amizade, o que me possibilitou seguir o meu próprio caminho para concluir meu objetivo com mais liberdade. De qualquer forma, é algo que já é meu característico meu, não é restrito a esse espaço. Apesar disso, tive que enfrentar o isolamento social no espaço de trabalho, além de certa hostilidade política de colegas que não puderam entender que eu estava integralmente comprometido com a subjetividade que criei para mim, necessária para poder

fazer parte de um coletivo autonomista com a população de rua e coletar o material primário, para somente depois poder me distanciar do objeto e refletir sobre minha pesquisa. Tudo isso gerou certa ansiedade sobre uma ‘síndrome de impostor’ (comum, na verdade, entre pós-graduandos), além de ter tido poucos interlocutores sobre a integralidade da minha pesquisa, que no entanto foram enormes sempre que aconteceu. O grupo *Apoio Mútuo*, coordenado pelo prof. Jean, foi essencial para suportar isso já que, mais que um grupo de estudos, foi um lugar raro de acolhimento entre pessoas tão diferentes que extrapolavam os muros da Universidade.

Gostaria, porém, de descrever de maneira sintética a trajetória da minha investigação até o doutorado, descrever como eu, enquanto investigador, cheguei nesse objeto de estudo, nesses métodos e teoria. Serei breve e contarei tanto minha trajetória militante como minha trajetória acadêmica.

Primeiro gostaria de detalhar a minha trajetória militante, uma ‘prestação de contas’ do meu conhecimento situado. Ambas as partes da minha família fazem parte da leva de imigrantes que chegaram no início do século XX, seja de italianos, portugueses e libaneses. Por um lado, uma família de trabalhadores da indústria em São Paulo e professoras do ensino básico. Por outro lado, trabalhadores comunistas vinculados ao ‘partidão’, organizadores de sociedades de apoio mútuo no interior de São Paulo, políticos desenvolvimentistas vinculados ao PTB de São João da Boa Vista, que migraram para o anonimato da cidade grande após perseguição no período do golpe civil-militar. Meus pais trabalharam na área da saúde em São Paulo, fizeram parte da luta para construção do Sistema Único de Saúde (SUS), foram ativistas pela redemocratização, resistência organizada no movimento estudantil durante a ditadura e, assim como outras gerações da família, muitos seguiram carreira acadêmica e científica como meu pai e minha mãe – assim como eu e meu irmão seguimos.

Sempre fui um militante independente, mais que autonomista – com exceção do período do Doutorado. Para mim, eu marco o início de tudo após ser expulso do Colégio Dante Alighieri na pré-escola. De lá, fui para uma escola construtivista na Vila Mariana chamada Escola Carandá (hoje Carandá Viva Vida). Concluí o colegial nessa escola<sup>12</sup>. Foi ali

---

<sup>1</sup> Meu trabalho final foi sobre Mozart e a Revolução Francesa. Também programei um robô de perguntas e respostas em MS-DOS, espécie de Elisa, bem básico e com banco de dados disponível na internet com tutorial guiado. Não imaginei que seguiria na programação no futuro, já que um professor autoritário de matemática no colégio me fez ter uma relação e um progresso problemático na disciplina – que hoje voltei a amar.

<sup>2</sup> Um jovem professor de História, Pedro Salles, nos introduziu à obra de Rosa Luxemburgo, Eric Hobsbawm, Sérgio Buarque de Hollanda e Lilia Schwarcz. Sempre de maneira provocativa, ele nos conduziu a uma conclusão assustadora: a História, pelo menos como a conhecemos, não existe; ela é uma invenção, uma construção da política de Estado pelo Nacionalismo do século XIX, buscando criar seus heróis e mitos, sua

que me formei politicamente e culturalmente, com professores e colegas que compartilhavam um espaço de socialização muito rico intelectualmente – apesar de ser uma ‘bolha’. Foi ali que, ainda um pouco confuso como secundarista, participei das primeiras manifestações da Ação Global dos Povos, junto a colegas do PSTU (lembro de queimarmos bandeira dos EUA na Avenida Paulista), quando fui absorvido pelas pautas anti-imperialistas (‘Fora a Alca e o FMI’), ao mesmo tempo que eu apoiava a primeira vitória do Lula nas eleições, incentivado por uma amiga de minha mãe (e de meu orientador), a Stella Bruna. Nesse momento, também absorvido pelo material consumido de uma internet insipiente e do mercado fonográfico, também tive o primeiro contato com as ações autonomistas de Seattle e Gênova, mas principalmente dos Zapatistas. Em 2005, logo após terminar o colegial, me joguei em uma aventura solitária para o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, onde fiz amizades que me levaram a um ‘mochilão’ pelo Uruguai e Argentina, surgindo uma fascinação pela política e cultura popular latino-americana com amizades que levo até hoje.

Eu devo tudo à Adriana Martinez, foi quem me viu pela primeira (e talvez única) vez, acreditou em mim, dando início a uma experiência intelectual na carne, uma inquietude que nunca mais cessou – estou aqui por isso. Depois, durante a graduação aprofundi meus estudos sobre o pós-estruturalismo e o autonomismo na bibliografia recente, junto a integrantes do Nu-Sol da PUC-SP que lecionavam na Faculdade Santa Marcelina. Foram essenciais também as disciplinas na Filosofia da USP, principalmente de Marilena Chauí e as ocupações da reitoria durante as greves, quando participaram diversos autonomistas que no futuro reencontraria dentro do anarquismo organizado. Por um encontro virtual no Orkut, sobre Artaud, Kalinka Prates e eu nos encontramos e nos casamos. Kalinka é artista da performance que fazia tardiamente sua faculdade no curso de Artes do Corpo da PUC-SP e me incentivou a me aprofundar nos estudos culturais, de estética contemporânea e junto às ‘revoluções moleculares’ na intensidade experimental dos espaços criados, ali pude ter um entendimento de mim, do meu corpo e da minha presença, em um relacionamento intenso que considero um grande aprendizado do viver, com angústias e alegrias.

Durante o mestrado na USP houve um hiato de anos, pois eu ainda estava tentando entender aonde eu estava pisando e o que era a academia, principalmente a academia paulistana da USP, algo muito particular que me é estranho até hoje, apesar de eu ser produto dela (acredito que quase todo o ‘uspiano’ se sinta um pouco assim); participei das manifestações do MPL em 2013 de maneira independente (e diria, com muita raiva sobre

---

língua e literatura, como aconteceu por toda parte e como aconteceu tardiamente no Brasil imperial de D. Pedro II com o IHGB e o Romantismo brasileiro. Passamos a nos perguntar então, “o que é o Brasil?”

meu sentimento de alienação na universidade e no mundo), junto a colegas que participavam do movimento ou de movimentos parceiros. Minha atuação política, porém, sempre foi por grupos de afinidade bastante momentâneos que tinham a ver com a pauta específica. É no doutorado que volto à minha atuação política, agora como nunca. Com a ajuda do meu orientador passei a integrar os movimentos sociais autônomos de maneira orgânica, de forma que nunca havia sido (sempre havia sido ‘independente’ e por afinidade, por grupos de afinidade), foi uma crescente muito ágil que extrapolou São Paulo ou mesmo o Brasil – quando percebi estava na Argentina na época do G-20 vinculado à Universidade de Buenos Aires e movimentos sociais parceiros, ‘comuneros’ ou ‘piqueteros’, ou anarcopunk, ou anarcossindicalista.

Minha etnografia no doutorado tomou-me de tal forma que eu esqueci que estava em uma ‘observação participante’. Vivi intensamente tudo aquilo por anos, sem interrupção ou folga, estando disponível sempre. Fui consumido pelas utopias, pelas disputas e pelas angústias. Fui consumido pelas fofocas, mentiras, rinhas e personalismos, situação da qual estive sempre em desvantagem já que não podia colocar a minha permanência em risco devido à pesquisa que conduzia. Tive que criar um personagem ingênuo e acreditei na ingenuidade, me colocando à disposição para todos os tipos de trote e violência. Fui consumido por ilusões de importância através da sensação de pertencimento a algo, uma espécie de ‘Síndrome de Sujeito Histórico’. Assumi riscos diversos na fronteira ente o legal e ilegal. Ocupei ou ajudei a organizar 9 ocupações. Fui tomado pela adrenalina do perigo ao ocupar espaços e confrontar as forças policiais, nem sempre da forma mais inteligente<sup>3</sup>. Fiz amigos e perdi amigos. Destruí minha saúde física e psicológica. Cheguei sem nenhuma tatuagem e saí com 11, algumas delas feitas na rua, sem qualquer condição sanitária. Saí com um pulmão<sup>4</sup> ‘estourado’ e ‘bolso vazio’. Aceitei violência de todos os lados, até de quem se disse irmão. Perdi o traço da minha pesquisa, que havia sido conduzida junto à resistência da

---

<sup>3</sup> Entre dinamites, armas apontadas na minha cara, confronto direto (olho a olho) com comandantes assassinos na favela, briga de famílias no crime com polícia civil no meio, madrugadas no meio do varejo da biqueira, linchamentos, tribunais, ‘madeiradas’, chantagens e extorsões, o maior risco não apareceu aí. Curiosamente, as situações que mais ‘deram errado’ pouco teve a ver com o campo e eram laterais, desnecessárias, vinculadas a pessoas que pouco tinham a ver com minha pesquisa, mas que tive que estar perto para acessar o campo. Duas vezes foram por decisões inconsequentes e impulsivas de um professor universitário que entrava em um estado de não-escuta pelos seus vícios; em uma delas fomos ameaçados pela população de rua debaixo do viaduto Anhangabaú por consumir drogas na região, visada pela GCM; em outra, a contra vontade e por muita insistência, acompanhei o professor para comprar drogas sem discrição nenhuma na Cracolândia em pleno sítio policial e midiático da semana, acabamos revistados e humilhados pela PM que, como sabemos e vimos em campo, está sempre pronta para forjar provas. Outras situações inúteis e desnecessárias vieram de brigas entre homens no futebol, ou fofocas vazias e ameaças de morte estéreis de militante embrutecido e alcoolatra.

<sup>4</sup> Uma vez fora de campo passei por um processo doloroso e consciente. Fui ao psiquiatra e passei a tomar remédios para depressão; recuperei meu pulmão de maneira sofrida, com corridas diárias no parque, até conseguir alcançar meia maratona.

população de rua e coletivos autonomistas em São Paulo, quando me vi já estava em organizações anarquistas formais que buscavam resgatar as práticas da ação direta do sindicalismo revolucionário das primeiras greves gerais na indústria. Quando me dei conta, estava atuando em movimentos urbanos junto à universidade em Buenos Aires ou junto a antifascistas durante o G20 na Argentina (2018).

Em algum momento tive que voltar ao texto. Tive que lembrar que em todos os espaços que passei, desde sempre, a minha militância contínua sempre foi, na verdade, em torno da literatura científica e do compromisso com o conhecimento, assim como foi algo que ‘veio de casa’, antes mesmo da minha existência.

Gostaria de detalhar, então, minha trajetória acadêmica. Considero esse o nosso verdadeiro ato de resistência, principalmente na minha história, pois ser pesquisador em ciências sociais no Brasil nunca foi fácil e foi se tornando cada vez mais difícil. Também, sempre me senti isolado em minha pesquisa, porque ao transitar entre tantos espaços sociais, de áreas de conhecimento ou dentro do espectro político da esquerda, sempre me senti ‘fora do lugar’, com dificuldade de encontrar a mínima linguagem comum para entendimento razoável ou parcerias; por todos os lugares sempre senti a falta de algo e a endogenia, o consenso e a identidade caricata sempre me incomodaram.

Durante o último de graduação fui aluno Erasmus Mundus na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC); ali pude ter um contato distante com os professores do Centro de Estudos Sociais (vinculados ao Boaventura de Souza Santos) e estudei disciplinas como História do Pensamento Econômica, História Econômica e Economia Política Internacional, ora baseadas na teoria econômica, ora apresentando-me a obra de Immanuel Wallerstein e a Teoria do Sistema-Mundo – um aprendizado que tomei de bagagem e levo até hoje. Uma vez de volta ao Brasil, a minha ‘maneira’ de trabalhar começou com o TCC, quando analisei – ainda de maneira rudimentar – os discursos políticos presidenciais no exterior, do Presidente Lula. Naquele trabalho, primeiro busquei estudar a teoria social brasileira para ter uma base de análise dos documentos públicos. Partí dos trabalhos de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Raúl Prebisch, FHC & Faletto, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, Octavio Ianni, e, principalmente, Roberto Schwarz com o conceito ‘ideias fora do lugar’, retrato machadiano da elite brasileira. De outro lado também tomei como base os ‘burocratas teóricos’ da política externa brasileira, como Celso Lafer e Samuel Pinheiro Guimarães. Fiz um retrato, então, do conjuntura internacional do governo Lula, marcada por um período profícuo do multilateralismo, entendendo como se movimenta nesse mundo a diplomacia presidencialista e corporativa de um país semi-periférico, ‘em desenvolvimento’,

apoiando-me em parte na ‘divisão internacional do trabalho’ apresentada pela Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein (que havia estudado em intercâmbio na Universidade de Coimbra), ou também nos estudos sobre a globalização de Milton Santos (com cursos que tive na Faculdade Santa Marcelina).

Dentro desse escopo teórico sobre a formação do Brasil e sobre o Brasil no mundo, parti para os documentos públicos. Baixei todos os discursos internacionais transcritos dos chefes de Estado disponíveis no site do Itamaraty, partindo da *Carta ao Povo Brasileiro*. Li e ‘fichei’ todos os discursos e trouxe à tona tudo que parecesse evidenciar a continuação – e não a ruptura – do caráter personalista, patrimonialista e corporativista, como o descompasso entre ideia e matéria no discurso das elites brasileiras. Obviamente foi um trabalho insuficiente e infantil, um exercício intelectual de um jovem apaixonado em formação, como esperado de um TCC. O maior benefício que tive desse trabalho não foi na sua tese ou arguição, mas na experiência de tentar conhecer e arriscar métodos de verificação ou falseabilização de teses, ou na exploração da Teoria por volta dos fatos sociais e uma revisão bibliográfica.

É na minha dissertação de mestrado que passo a formalizar minha pesquisa científica. Ali poderão encontrar explicações formais, questões epistemológicas fundamentais, os modelos desenvolvidos, os algoritmos e as técnicas aplicadas, como também ali discuto a divisão dentro da Filosofia da Ciência entre paradigmas científicos (positivismo lógico, realismo científico, reflexivismo, pós-positivismo etc). Na minha dissertação de mestrado mudei quase tudo. Mudei meu objeto, área de estudo e marco teórico, mas continuei a trabalhar com documentos públicos e análise de discurso, agora com outros métodos e novas técnicas desenvolvidas. Estudei a relação entre segurança internacional e políticas migratórias na região euromediterrânea. Estudei especificamente a Doutrina de Segurança Humana da União Europeia de 2003 em diante, seus principais documentos, ordenamento interno, organograma e discurso. Busquei correlacionar essa doutrina com as políticas para refugiados nas fronteiras da Europa, principalmente no mar Mediterrâneo. Devo muito ao Prof. Alvaro Vasconcelos, de Portugal, especialista sobre o assunto. Alvaro me acolheu tão bem e de maneira incondicional, respeitando sempre a minha maneira de pensar e guiando meu trabalho.

Hoje entendo que a minha pergunta de pesquisa era: “*existe securitização da imigração da União Europeia?*”. Essa resposta já era óbvia na bibliografia dos Estudos de Segurança Internacional (assunto tratado pelos conhecidos Ole Waever, Keith Krause, Didier Bigo e Sergio Carrera), ela era “sim”. Busquei exercitar algumas metodologias. Aproveitando

o caminho aberto pelos escritos de Didier Bigo e Ole Wæver, aproximei-me da ‘*virada linguística*’ nas Relações Internacionais e da *Teoria do Discurso* de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. A partir dessa comunidade epistêmica pude buscar entender como, em uma hierarquia de poder geopolítico, a União Europeia constrói a sua Identidade ao mesmo tempo que cria a sua Alteridade na periferia, quase como uma oposição, apesar de seus programas de Segurança não serem essencialmente militares. Reconstruí institucionalmente a política de segurança da Europa do fim da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais, colocando um marco com o fim da URSS quando, através do conceito de Segurança Humana, muda sua abordagem e diferencia-se da abordagem militarista dos EUA, não sem reproduzir contradições e reafirmar a hierarquia regional. A ‘originalidade’, porém, veio quando tive que analisar novamente um grande conjunto de documentos públicos e discursos, como havia feito no TCC da graduação. Agora, porém, eu tinha mais de 20 mil documentos para analisar, alguns sendo relatórios bem extensos. Para conseguir fazer uma análise mais objetiva de todos esses documentos, além de conseguir encontrar os trechos que confirmavam a minha hipótese, utilizei-me de métodos de ‘*redução de dimensionalidade*’ e ‘*information retrieval*’ presentes na linguística computacional, mais especificamente através de um *Modelo de Tópicos* e o algoritmo *LDA*. Eu era cético sobre os métodos, mas os resultados obtidos dessa análise me surpreenderam, confirmando um método.

Foi ao terminar o mestrado que eu percebi que eu tinha um método misto em formação (quantitativo e qualitativo), uma metodologia apoiada na teoria política contemporânea e um objeto: o *Poder Prerrogativo* (ou *Estado de Exceção*) e a crescente securitização das diferentes esferas da vida, pelo menos desde o fim da URSS, mas provavelmente iniciado no Ocidente já com o fim do pacto de Bretton Woods. Eu não conseguia, porém, ainda operar o salto entre o ‘indutivo’ e o ‘dedutivo’, entre o ‘empírico’ e o ‘teórico’, entre uma abordagem ‘bayesiana’ e uma ‘frequentista’. Tudo parecia artificial quando eu transitava da teoria para os fenômenos da realidade.

Ao ingressar no Doutorado eu já estava insatisfeito com a vida acadêmica. Estava alienado na academia, estava completamente alheio às políticas de corredor, também sofria com o peso e as consequências de não ter a proteção de um senhor, seu grupo e seu feudo dentro das partições universitárias da academia paulista. Por sorte, consegui um orientador recém-ingresso no departamento que também era estranho à burocracia científica nas ciências sociais da USP, como de suas disputas internas e troca de favores entre as diferentes hierarquias. Ao Prof. Jean Tible, um grande amigo, devo tudo, por todo o acolhimento em troca de nada, por todo o apoio que me deu mesmo quando eu poderia ter lidado de forma

melhor com os conflitos, pela liberdade que me deu a continuar minha investigação, mas agradeço principalmente pelo apoio moral e emocional incondicional.

Através de meu orientador eu consegui um novo trunfo para minha pesquisa, possibilitando ao menos tentar operar o salto entre o teórico e o empírico, como no método do caso ampliado de Michael Burrawoy. A alienação que eu sentia na academia foi superada com uma questão de método. Consegui inserção nos movimentos sociais de ‘rua’ através do apoio do meu orientador e suas relações dentro do autonomismo paulistano. Era inevitável, cedo ou tarde eu encontraria novamente a ‘securitização da vida’, agora no espaço social local para eu tomar de amostragem. Participando do Comitê de Solidariedade ao Povo Curdo, tive acesso a diversos outros movimentos. Consegui encontrar meu objeto de estudo amostral ao ingressar em um coletivo autonomista de trabalhadores sociais que estavam próximos à população de rua, incentivando ocupações dos baixios dos viadutos para criação de comunidades autônomas, com apoio da Pastoral do Povo de Rua e do Padre Julio Lancellotti. É ali que vejo de forma objetiva e clara a minha hipótese sendo tratada pelos coletivos que fazem parte da rede autonomista, que compuseram os Grandes Atos organizados pelo Passe Livre em 2013, ou os atos do Comitê Contra a Copa em 2014, das ocupações das escolas em 2015, nas marchas antifascistas após o golpe etc. Estar no autonomismo tinha suas vantagens para o campo: considerando que estávamos em uma gestão municipal que reivindicava os movimentos sociais, estar próximo aos autonomistas possibilitou-me ter uma percepção da crítica geral às políticas de Estado e dos diferentes partidos políticos, algo que eu só poderia ter nos movimentos sociais partidários quando estivessem na oposição.

Foi apenas ao ter acesso ao espaço social que atuei com observação participante que percebi que meu estudo se diferenciava dos meus pares acadêmicos que estudavam o mesmo objeto, mas sem trabalho de campo. Percebi que, diferente do habitual, o meu marco teórico não é sobre os *Estudos da Pobreza*, mas sobre *gestão de população e governamentalidade*, em uma era de securitização expansiva de novas esferas da vida, principalmente quando atua sobre um exército de miséria. Também percebi que buscava uma série histórica como política de Estado (ou entre Estados), mais que uma polarização política entre governos ou circunscrito a um programa de governo. Pude entender o meu mestrado sobre a União Europeia, agora sob a luz da política municipal de São Paulo. No espaço social que me inseri discutia-se tudo que eu precisava, as relações entre a terceirização da assistência social, a precarização do trabalho, o encarceramento em massa, a guerra às drogas, o crime organizado, os aparelhos policiais, a construção e organização de comunidades, o movimento estudantil, antifascismo e anarquismo. Sem dúvida, também apresentava-se de uma forma



bastante apaixonada e utópica, também pela alienação da realidade material que padecem estudantes, ativistas, intelectuais, trabalhadores precários, população de rua e religiosos.

Ali todas as contradições se exacerbam e a tentativa de criar uma política pré-figurativa, uma Zona Autônoma Temporária, acentua ainda mais as contradições ao tentar se livrar daquilo que se é. Muitas vezes, para questionar o presente, volta-se ao passado, junto a pessoas embrutecidas. A violência é constante contra e entre os agentes coletivos engajados, muitas vezes através do suplício, de uma superstição missionária e martirizada. Eu vivi isso intensamente. A minha inserção social foi total, ao ponto de viver integralmente, estando disponível todos os dias da semana, o dia inteiro, dedicado às comunidades da população de rua e aos movimentos sociais autonomistas e anarquistas. Abracei tudo e fui ao limite da experimentação, coloquei-me em diversas situações de muito risco ou parte de todos os tipos de ações coletivas sem questionamentos, independente das consequências. Passei a me confundir com o espaço social onde estava inserido. Isso gerou conflitos e desentendimentos com pares na academia, em grande medida pelo não-entendimento deles sobre eu usar como método meu próprio corpo e consciência moldado pela inserção social, ou também da minha incapacidade no momento de explicar as minhas necessidades de pesquisa nos termos do espaço social e acadêmico que havia me afastado temporariamente. Esse entendimento era ainda mais difícil na Ciência Política que ainda é pouco habituada a métodos etnográficos (está mudando).

Sair, porém, não foi fácil, já que toda a minha vida e subjetividade estavam amarradas ali. Até hoje ainda está. Seja pelas feridas ou pelos laços que permanecem. Algumas feridas ainda hoje me parecem incuráveis, mesmo após tratamento psicológico e psiquiátrico. Foi, porém, enorme aprendizado sobre a realidade que levo para sempre, infelizmente também com alguns vícios que é difícil de se livrar. Os frequentes ataques à ciência social, ainda mais autônoma, também colaboram muito para isso. Parece-me que deveria ser compulsório o acompanhamento psicológico para toda a pesquisa etnográfica com observação participante e que isso deveria ser oferecido como um direito pelas instituições universitárias.

No entanto, consegui coletar bastante material sobre o campo. Ainda consegui pistas para novas coletas. Fui atrás das atas de reunião dos Conselhos de Segurança, de leis de segurança, do orçamento público da Prefeitura e suas secretarias, da atuação das famílias tradicionais e suas relações com as subprefeituras. Coletei todas as notícias institucionais de todas as secretarias do Município de São Paulo. No total, foram acumulados mais de 200 mil documentos. Voltei à linguística computacional, agora com método aperfeiçoado, para nova redução de dimensionalidade e análise semântica do material que eu tinha, como no

mestrado. Agora, no doutorado, a pergunta ‘*Existe securitização da vida social? Como?*’ passou a ser respondida na escala municipal, tomando como exemplo a maior capital brasileira, através de métodos mais desenvolvidos e da observação participante. É esse trabalho que o leitor terá aqui.

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO: CONHECIMENTO SITUADO E ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS</b>	<b>1</b>
<b>SUMÁRIO</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
1. Quem mora na rua?	17
2. Descrição dos capítulos	19
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>24</b>
<b>POVO DE RUA CONTRA O ESTADO NEOLIBERAL BIFRONTE? Uma etnografia política de ocupações autogestionadas na Zona Leste</b>	<b>24</b>
1. Uma situação etnográfica: observação participante e conhecimento situado	24
2.1 Governamentalidade vigente e práticas na margem do Estado	28
2.2 Algumas questões sobre o punitivismo: Estado Neoliberal Bifronte e Era do Encarceramento em Massa	31
3. Justificativa	33
4. Objetivos	33
5. Plano de Trabalho	34
6. Materiais e Métodos	34
CONCLUSÃO: Sobre Análise dos Resultados e Diálogos	35
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>37</b>
<b>O BAIXIO DO VIADUTO ALCÂNTARA MACHADO</b>	<b>37</b>
1. A história dos viadutos no desenvolvimento das cidades industriais	37
2. São Paulo: legislação e os atores políticos sobre os baixios dos viadutos	41
3. História do Viaduto Alcântara Machado e a ocupação do povo de rua	47
4. A Ocupação do Povo de Rua do Espaço Alcântara Machado	51
5.1. O Processo Civil de Reintegração de Posse no Ministério Público: Ocupação do Viaduto Alcântara Machado (Processo nº 1049763-66.2015.8.26.0053)	56
5.2 Histórico Processual	61
CONCLUSÃO	70
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>71</b>
<b>O COLETIVO POR ELES MESMOS: Coletivo Autônomo de Trabalhadorxs Sociais (CATSo)</b>	<b>71</b>
1. Quem é o CATSo? Apresentação dos posts do CATSo no Facebook	71
2. Trabalhadores ou Transgressores?	76
CONCLUSÃO	82
<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>83</b>
<b>‘PROCEDER’ E OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS AUTÔNOMOS: A Política das Ruas</b>	<b>83</b>
1. Espaços de Poder	86

2. O Coletivo Autônomo dxs Trabalhadorxs Sociais (CATSO) e a Okupa do Povo de Rua na Alcântara Machado	86
3. Activity Theory	89
4. Conversational Analysis	93
5. Situated Learning	95
CONCLUSÃO	96
<b>INTERMEZZO: O POVO DE RUA POR ELES MESMOS – Entrevista com o Morador Rafa, da Okupa Alcântara Machado</b>	<b>99</b>
<b>CAPÍTULO 5</b>	<b>119</b>
<b>SEGURANÇA ENQUANTO DIREITO OU AO REVÉS?</b>	<b>119</b>
1. PRONASCI: ‘Paz sem voz, não é paz, é medo’	120
2. Guarda Civil Metropolitana e a ‘Proteção às Pessoas em Situação de Risco’	124
3. Programas Municipais Intersetoriais para População de Rua	128
CONCLUSÃO	138
<b>CAPÍTULO 6</b>	<b>140</b>
<b>A POLÍTICA LOCAL: O Conselho de Segurança (CONSEG) Brás-Mooça-Belenzinho</b>	<b>140</b>
2012	141
2013	142
2014	144
2015	147
2016	149
2017	150
2018	152
2019	157
CONCLUSÃO	159
<b>CAPÍTULO 7</b>	<b>160</b>
<b>FAMÍLIA, TRADIÇÃO E PROPRIEDADE: os donos da cidade que não comparecem aos fóruns</b>	<b>160</b>
1.1 Família Comolatti e seus negócios	162
1.2 Família Comolatti e a Cidade: Alcântara Machado	163
1.3 Família Comolatti e a cidade: Parque Minhocão	164
2. Fábio Lepique	165
3. Subprefeitos da Mooça	171
3.1 Subprefeitos da Mooça: Eduardo Edloak	171
3.2 Subprefeitos da Mooça: Evandro Reis	172
3.3 Subprefeito da Mooça: Francisco Carlos Ricardo	173
3.4 Subprefeito da Mooça: Paulo Sergio Criscuolo	174
CONCLUSÃO	174
<b>CAPÍTULO 8</b>	<b>176</b>
<b>FAMÍLIA, TRADIÇÃO E PROPRIEDADE: O Patrimonialismo Recauchutado nas Parcerias Público-Privadas</b>	<b>176</b>

1. APOIO (com vínculo confessional)	178
2. CROPH (com vínculo confessional)	180
3. SAEC (com vínculo confessional)	180
4. Ascom (com vínculo confessional)	181
5. BOMPAR (com vínculo confessional)	182
6. Instituto Santa Lúcia (com vínculo confessional)	183
7. MOCA – Movimento de Orientação à Criança e ao Adolescente e Dalma Projetos (sem vínculo confessional)	184
8. ANSG – Associação Nossa Senhora das Graças (com vínculo confessional)	185
11. Social Bom Jesus (com vínculo confessional)	188
12. COR (com vínculo confessional)	189
13. Serviços Assistenciais Senhor Bom Jesus dos Passos (com vínculo confessional)	189
14. ABECAL (com vínculo confessional)	190
15. CRDC – Centro de Referência e Desenvolvimento Comunitário Correia (sem vínculo confessional)	190
16. UNAS (sem vínculo confessional)	191
17. Cáritas Diocesana de Campo Limpo (com vínculo confessional)	191
18. SERMIG (com vínculo confessional)	192
19. Instituto Fomentando Redes e Empreendedorismo Social (sem vínculo confessional)	192
20. ACMZ (com vínculo confessional)	193
21. CCJA – Centro Comunitário Jardim Autódromo (com vínculo confessional)	193
22. Nosso Lar (sem vínculo confessional)	193
23. Cáritas Diocesana de Campo Limpo (com vínculo confessional)	193
24. Reciclázaro ((com vínculo confessional)	194
25. Associação Aliança da Misericórdia (com vínculo confessional)	195
26. SEFRAS e Chá do Padre (com vínculo confessional)	195
27. Missão Belém (com vínculo confessional)	196
CONCLUSÃO	196
<b>CAPÍTULO 9</b>	<b>205</b>
<b>ALGUMAS ANÁLISES QUANTITATIVAS: ORÇAMENTO MUNICIPAL</b>	<b>205</b>
1. A Assistência Social e as Confissões	206
2. Alguns Dados Quantitativos: Fundos Municipais	212
3. Alguns Dados Quantitativos: Assistência Social e Segurança Pública	219
CONCLUSÃO	224
<b>CAPÍTULO 10</b>	<b>226</b>
<b>ALGUMAS ANÁLISES GEORREFERENCIAIS: Atlas da População de Rua</b>	<b>226</b>
1. Método	226
2.1 Nossos resultados em Mapas	228
2.2 Georreferencias de Assistência Social e Segurança Pública: Correlação ou Causalidade?	232
CONCLUSÃO	238
<b>CAPÍTULO 11</b>	<b>240</b>
<b>ALGUMAS DESCRIÇÕES SEMÂNTICAS: O Modelo de Tópicos</b>	<b>240</b>

1.1. O que é Topic Model?	240
1.2. O que é um tópico?	240
1.3. Como são tópicos extraídos do texto?	241
1.4. Workflow	241
2.1 Validação do Modelo: TagClouds de Secretarias	242
2.2. Validação do Modelo: TagClouds da Assistência Social	242
2.3. Validação do Modelo: TagClouds e Segurança Urbana	246
3. Algumas comparações de entidades: Entity Extraction	252
CONCLUSÃO	254
<b>CAPÍTULO 12</b>	<b>255</b>
<b>ALGUMAS ANÁLISES SEMÂNTICAS: Discursos e Notícias Institucionais</b>	<b>255</b>
1. Análise semântica: notas taquigráficas das Sessões Plenárias da Câmara dos Vereadores	255
2. Análise semântica: Notícias Institucionais da Prefeitura	258
3. Distribuição dos Assuntos por Secretaria e por gestão	262
4. Information Retrieval	267
CONCLUSÃO	269
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>271</b>
1. Segurança e Assistência Social: Vertical e Horizontal	271
2. Como acontece a securitização?	273
3. Pesquisas futuras	275
<b>POSFÁCIO</b>	<b>282</b>
<b>As Ilusões da Participação Popular no Século XXI de São Paulo a Buenos Aires: Uma Homenagem ao Professor Flávio Villaça</b>	<b>282</b>
1. Introdução	282
2. Teoria e Movimentos Sociais	283
3. Participação popular em São Paulo (2014)	287
4. Participação popular em Buenos Aires (2018)	291
4.1. Alguns antecedentes históricos	292
4.2. Uma experiência assembleária, um resultado comunero	292
4.3 O Movimento Comunero	294
4.4. O Novo Código Urbanístico e a participação das comunas	295
5. Aproximações, distanciamentos	296
CONCLUSÃO	298
<b>APÊNDICE</b>	<b>299</b>
<b>Teoria do Discurso e a Securitização da Imigração na Região Euromediterrânica</b>	<b>299</b>
1. Análise qualitativa	300
2.1 Dados quantitativos	304
2.2 Information Retrieval	307
2.3 Análise detalhada por Recorte	310
3. Quais são nossos tópicos?	311
<b>ANEXOS 1: Fotos, post, atas e outros materiais</b>	<b>320</b>

<b>ANEXOS 2 : Manifestos do CATSo</b>	<b>326</b>
<b>ANEXOS 3: LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO</b>	<b>339</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>355</b>

## INTRODUÇÃO

### *1. Quem mora na rua?*

Deixamos claro em nosso Prefácio que nosso trabalho não se enquadra nos Estudos da Pobreza. Tampouco se enquadra na ideia de gestão através da ‘burocracia do nível de rua’ como pressupõe Lipsky (2019). Nosso trabalho busca desdobrar os dispositivos de segurança que se apropriaram da assistência social, semelhante aos trabalhos de Loic Wacquant e de Stephen Graham, sobre a ascensão de um urbanismo militar em cidades sitiadas. Através do nosso trabalho de campo em ocupações autogestionárias do povo de rua, coletamos material primário para que possamos entender como se estabelecem as relações sociais desse urbanismo militar.

Mas quem mora na rua? Em campo era comum escutarmos que o povo de rua não é um indivíduo solto, disperso, incomunicável, ‘um trapo’, um andarilho, um nômade, alguém fora do sistema. Nos anos 2000 em diante ficou claro que o povo de rua possui uma cultura própria e cria comunidades que possuem suas próprias regras de convivência, seus próprios valores morais. Também é uma ‘zona cinzenta’, é extremamente porosa. A constituição da população de rua é atravessada por diversos vetores sociais da cidade. Também, muda constantemente, de lugar para lugar (existem rivalidades entre comunidades) e podem existir no interior de uma comunidade diferentes interpretações para as normas vigentes.

A população de rua é extremamente heterogênea e existem inúmeros motivos que levam alguém para a rua, não é necessariamente uma expressão de classe. Sequer um censo verdadeiro é possível ser feito com a população de rua, já que um censo teria que contar um por um de uma população itinerante. O que existem são estimativas. Na cidade de São Paulo, todos os tipos de senhores buscam impor sentido ideológico para seu ‘exército de pobreza’, garantindo mesmo um controle territorial sobre seu feudo e, muitas vezes, a população de rua é instrumentalizada para interesses corporativos. Podem ser as Igrejas Evangélicas e seus pastores, a Igreja Católica e seus párocos ou vigários, quadros de diferentes partidos políticos, o crime, coletivos de arte, punks, militantes estudantis, até mesmo indivíduos messiânicos. Todos os usam para justificar seu projeto de poder, mesmo aqueles que dizem ‘vir de baixo’.

Precisamos, porém, definir o que é população de rua.



O Estado brasileiro reconhece a definição do Conselho dos Direitos Humano das Nações Unidas (ONU) em que

A situação de rua é uma crise global de direitos humanos que requer uma resposta global e urgente [...]. Ao mesmo tempo, a situação de rua é uma experiência individual de alguns dos membros mais vulneráveis da sociedade, caracterizada pelo abandono, desespero, baixa autoestima e negação da dignidade, com consequências graves para a saúde e para a vida. O termo 'situação de rua' não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social. O estreito vínculo entre a negação de direitos e uma identidade social distingue a falta de moradia da privação de outros direitos socioeconômicos. (GOVERNO FEDERAL, 2021)

Existe também uma definição do próprio Estado brasileiro sobre a população de rua. Essa definição tem origem no Decreto nº 7.053/2009 quando foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Assim, definiu-se população de rua como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (GOVERNO FEDERAL, 2021)

Essa abordagem é insuficiente para nós. Ela é importante para definir políticas públicas e mesmo intervir sobre a própria identidade da população que mora nas ruas. Mas precisamos de uma observação mais sociológica para nosso trabalho científico. O trabalho de Bruno Jaar Karam (2015) nos oferece uma segmentação elegante para a população de rua de São Paulo que evita deslocá-la para normas alheias e não busca circunscrevê-la em uma identidade específica, respeitando a sua heterogeneidade. É uma população majoritariamente masculina (77,8%) (KARAM, 2015, p.194), mas isso não é suficiente para defini-la. São homens, mulheres, transsexuais, população LGBT<sup>5</sup>, povos originários, refugiados, pessoas que perderam suas casas e egressos do sistema criminal (KARAM, 2015, p.192). A maior parte da população possui algum nível de escolaridade, se encontra em idade produtiva e divide-se entre imigrantes de zonas rurais e quem já nasceu na cidade. Apesar de existirem pessoas que nasceram e foram criadas na rua, em geral as pessoas que dormem na rua já tiveram um lugar para morar. A marca mais comum é o abandono. Compartilhar mutuamente a sua culpa, a cumplicidade, é o laço que constitui as novas famílias na rua, nem sempre sangue do mesmo sangue. De qualquer forma, são histórias de vida singulares, difíceis de encontrar um padrão e que transbordam as classes sociais. Também muda o perfil conforme o tempo, o morador de rua de São Paulo dos anos 1990 não é o mesmo das comunidades de rua

---

<sup>5</sup> É bastante comum que pessoas sejam expulsas de suas casas devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero. Também é comum serem expulsos de casa por serem neurodivergentes.

estabelecidas nos anos 2000 e é diferente das famílias de trabalhadores que sofreram com a crise nos anos 2010-2020.

Karam (2015, p.192-193) nos oferece uma classificação hierárquica de como se estabelece o vínculo na rua e que nos pareceu de acordo com o que presenciamos em campo. Em primeiro lugar existe o “*ficar na rua*”, que significa alguém que por diversos motivos não tem um lugar para dormir, não tem recursos para pagar pensão e não encontrou vaga em albergue, mas está buscando emprego. Em seguida existe o “*estar na rua*”, alguém que adota a rua como pernoite e estabelece convívio com os outros, encontrando alternativas para sobrevivência junto à comunidade, aos serviços sócio-assistenciais e instituições religiosas. Por fim existe o “*ser da rua*”, alguém que já esteve tempo suficiente na rua e adquire um caráter permanente quanto mais tempo fica; a pessoa sofre mentalmente e fisicamente como consequência de seu acesso a condições dignas de higiene ou de segurança, exposta a diversos tipos de violência e depende quase totalmente das relações estabelecidas na rua para a sua sobrevivência.

Acreditamos ter aqui definições menos determinísticas sobre a população de rua, tão fluida e diversa.

## 2. Descrição dos capítulos

Gostaríamos de situar o leitor em como seguirá a apresentação do nosso trabalho. Nossa tese é dividida em 3 partes. Na *primeira parte* (capítulo 1 ao INTERMEZZO) buscamos apresentar o espaço social que foi nosso objeto de estudo, à luz do nosso problema de pesquisa; ou seja, descrevemos as ocupações do povo de rua junto à ‘securitização da assistência social’. Na *segunda parte* (capítulo 5 ao capítulo 8) buscamos apresentar material primário coletado, em grande medida material burocrático como leis, atas de reunião e identificação dos agentes sociais do bairro através das instituições públicas (como subprefeituras). Por fim, na *terceira parte* (capítulo 9 ao capítulo 12), apresentamos análises quantitativas que buscam dar mais certeza às nossas hipóteses que já haviam sido descritas em análises qualitativas na seção anterior; operamos análises orçamentárias, georreferenciadas e processamento de linguagem natural.

No nosso *primeiro capítulo* você encontrará o nosso projeto de pesquisa original adaptado para a tese. Ali você irá encontrar o detalhamento do nosso objeto de estudo, as bases teóricas e metodológicas, nosso problema, nossas hipóteses e os instrumentos utilizados para coleta e análise de dados.

No *segundo capítulo* você poderá se situar sobre nosso objeto de estudo, as ocupações autogestionadas no baixio dos viadutos na Zona Leste, mais especificamente no viaduto Alcântara Machado. Ali descreveremos as leis de ocupação dos viadutos em São Paulo, a história do viaduto Alcântara Machado e o detalhamento do processo do Ministério Público para reintegração de posse do viaduto.

No *terceiro capítulo* buscamos apresentar uma síntese do coletivo (CATSo) que fizemos parte e que possibilitou acesso ao campo; já que é um coletivo que utiliza amplamente as redes sociais para sua mobilização local, apresentamos seus manifestos virtuais, suas denúncias e ações. É um capítulo descritivo e buscamos interferir o mínimo possível.

No *quarto capítulo* aproximamos a ética do CATSo aos seus agenciamentos locais na ocupação, buscando uma análise sociopolítica dos espaços autogestionados, baseado em bibliografia específica sobre a sociologia da violência e o punitivismo em cidades sitiadas. No INTERMEZZO, apresentamos na íntegra nossa entrevista mais representativa, com o morador da ocupação chamado Rafa, sem interferências ou análises. Rafa nos conta sobre o cotidiano na ocupação, sua história, seus valores, vocabulário, sobre a luta diária, sobre sua própria vida.

No *quinto capítulo* chegamos à segunda parte do trabalho. Apresentamos ali o desenvolvimento dos programas intersecretarias coordenados pelos assuntos de segurança. Observamos todos os níveis, indo dos programas internacionais até à política do bairro. Demos especial atenção à legislação e às ações da Guarda Civil Metropolitana contra a população de rua. Apesar de ser um capítulo descritivo, vimos a necessidade de incorporar análise dos documentos para encontrarmos conexões entre os diferentes níveis normativos.

Nosso *sexto capítulo* é essencialmente descritivo. Apresentamos ali os trechos das atas de reunião do CONSEG Brás-Moooca-Belém que são mais representativos sobre nosso estudo. Pudemos observar quais são os agentes sociais que se reúnem deliberando ações ostensivas das polícias para com as populações vulneráveis do bairro.

É assim também que continua nosso *sétimo capítulo*, observando outros atores que não estão nos fóruns, mas fazem parte da política da cidade, como subprefeitos, famílias ou quadros burocráticos de partidos.

Nosso *oitavo capítulo* continua eminentemente descritivo, apresentando as principais ONGs da assistência social, geralmente católicas. Coletamos material de seus *websites* oficiais, notícias de jornais, processos civis e estatutos.

Chegamos então na nossa terceira e última parte, analítica. Nosso *nono capítulo* apresenta análises orçamentárias coletadas de diversas fontes, como da API da Secretaria Municipal da Fazenda (SOF), banco de dados do IBGE e do IPEA. Ali descobrimos – e buscamos entender – como se opera a terceirização dos serviços públicos no município de São Paulo e as correlações que existem entre suas diferentes funções, como por exemplo, entre segurança pública e assistência social para a população em situação de rua.

No *décimo capítulo* apresentamos análises georreferenciadas. Coletamos dados de longitude e latitude de diversas naturezas, para observar métricas de distância. Produzimos mapas que descrevem as disputas territoriais entre a Igreja Católica e as confissões neopentecostais pela cidade de São Paulo; criamos mapas que descrevem a distribuição da população de rua, cruzando com as relações estabelecidas entre serviços públicos de assistência social, saúde e segurança. Por fim, identificamos a causalidade no interior dessas relações, através de modelagem estatística.

No *décimo primeiro e décimo segundo capítulo* trabalhamos com linguística computacional. Coletamos os discursos de vereadores em sessões plenárias na Câmara Municipal de São Paulo, além das notícias institucionais de todas as secretarias da Prefeitura de São Paulo disponíveis em seus sites oficiais. Operamos uma análise semântica dos agentes públicos em diferentes gestões, buscando os sentidos distribuídos entre as diferentes secretarias, a variação no tempo e a profundidade das relações entre as secretarias e os assuntos, como por exemplo, entre segurança pública e assistência social.

Finalmente chegamos à conclusão de nosso trabalho, apresentando um resumo dos nossos resultados e análises. No posfácio apresentamos conclusões de trabalho de campo feito em estágio doutoral na Universidade de Buenos Aires (UBA), sobre movimentos sociais e participação política na cidade – foi um trabalho coletivo, produzido junto à Profa. Claudia Guebel e o urbanista Ivan Alves Pereira, também publicado na revista *Movimentação* (2021). Temos por fim um apêndice que apresenta um resumo dos resultados obtidos anteriormente na pesquisa de Mestrado, quando estudamos a relação entre Segurança Internacional e políticas migratórias no Sul da Europa; acredito que ali possamos ter uma compreensão de como dois lugares tão distantes possam conter tantas semelhanças.

Em nossos anexos, os leitores poderão consultar material primário completo como manifestos do CATSo, pedidos de acesso à informação para o poder público, fotos do trabalho de campo, códigos de programação que geraram as nossas análises da última parte do trabalho.

Espero que o leitor possa ter uma leitura prazerosa do nosso trabalho que nos consumiu e nos transformou. Espero, agora, poder me desprender dele e que ele possa ter vida própria. Espero, com paciência, curar todas as feridas que esse trabalho me criou e guardar as memórias junto às cicatrizes, aproveitar-me do enorme amadurecimento intelectual e humano que pude descobrir em campo. É o mundo cão (como a música ‘Dogs’ do Pink Floyd), mas se mantemo-nos em alerta, somos surpreendidos pelos encontros mais ternos. Como Manuel, no filme Deus e o Diabo na Terra do Sol (Glauber Rocha), já sabemos que não seremos salvos nem pelo coronel, nem pelo jagunço, nem pelo padre, não há messias e só podemos contar com nossa consciência sobre a realidade, da qual não podemos muito a não ser sobreviver o dia-a-dia em uma selva de concreto (‘Concrete Jungle’ de Bob Marley) que nos oprime ao ponto de nunca termos conhecido a felicidade.

# PARTE 1

*O que lembro, tenho.  
Feito flecha, feito fogo, feito faca.  
Vi: o que guerreia é o bicho, não é o homem.  
O bom da vida é para cavalo, que vê capim e come.  
No sistema de jagunços, amigo era o braço, e o aço!  
Manter firme uma opinião, na vontade do homem, em mundo transviável tão grande, é dificultoso.  
Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal por principiar.  
- Grande Sertão: Veredas. Guimarães Rosa*

## CAPÍTULO 1

### **POVO DE RUA CONTRA O ESTADO NEOLIBERAL BIFRONTE? Uma etnografia política de ocupações autogestionadas na Zona Leste**

#### *1. Uma situação etnográfica: observação participante e conhecimento situado*

Ao fim do mestrado, na ‘ressaca’ dos movimentos autônomos de 2013/2014 e na ansiedade por movimentar-me e organizar-me, fui chamado para uma ‘ação direta’ distante das manifestações. No início de 2016, o Coletivo Autônomo de Trabalhadores Sociais (CATSo), junto com a Pastoral do Povo de Rua, prestavam auxílio a comunidades e concentrações do povo de rua (mais especificamente Alcântara Machado e Cimento, na Zona Leste de São Paulo) sob risco de reintegração. Foi decidido ocupar o Espaço São Martinho, debaixo do viaduto Guadalajara – serviço para população de rua (parceira da prefeitura com Organizações Sociais [OS] da Igreja Católica, a Bompar) que havia sido desativado meses antes.

Sem planejamento, apenas horário marcado, chegaram famílias, o CATSo, outros militantes autonomistas, além do Padre Julio Lancellotti. O povo de rua no entorno, em uma noite fria, prontamente se juntou. De forma imediata e não-planejada tentou-se, cada um à sua maneira, entrar pelas janelas laterais e com marteladas no portão principal, ou em cada fresta que se viu, fatos que prontamente chamaram a atenção da Guarda Municipal Metropolitana. Escondidos no escuro e segurando a porta, o Padre foi ao diálogo. Disse que o espaço era da Igreja e que tinha a chave (não tinha). Com um molho de chaves na mão, o Padre fingiu abrir a porta que estavam segurando para não tombar. Os Guardas Municipais não duvidaram da palavra do Padre e foram embora. 48h depois ocorreu a primeira assembleia na ocupação.

Padre Julio contou com carinho a história do espaço construído, e contou também a história de São Martinho, padroeiro dos mendigos. Padre Julio Lancellotti contou que Martinho era pobre e sem teto, sempre quis ser monge, mas, humilde, sempre viu essa realidade distante. Uma vez monge, nunca conseguiu dormir na cama do mosteiro por ser demasiado macia, dormindo na coxia, na qual toda a noite seu superior ordenava que fosse para o quarto. Em uma noite fria na coxia compartilhada com um ‘mendigo’ transeunte, Martinho oferece o quarto e a cama. Na manhã seguinte seu superior o desperta aos berros questionando o motivo de ter cedido o quarto, que agora estaria todo ‘sujo e cagado’. Ao que

Martinho responde: ‘o quarto cagado basta limpar, é fácil e pode ser feito todo o dia, mas ter a humildade de ajudar os necessitados será muito mais trabalhoso de conquistar’.

Padre Julio seguiu dizendo que essa é a função do Espaço São Martinho, a ‘opção pelos pobres’. Esse é um espaço que ele ajudou a construir e que possui uma estrutura adequada, com isolamento acústico e cozinha industrial. Dizia ele que é um absurdo ser abandonado, enquanto o povo de rua é perseguido, torturado pela GCM, pela PM e pelo ‘rapa’ (ação de zeladoria urbana da prefeitura de higienização das ruas e consequente retirada de pertences do povo de rua). Perpetua-se desumanização praticada pela burocracia e gestão do Estado junto às Organizações Sociais que existem às custas dos excluídos, em espaços e albergues privados de autonomia, de dignidade e humanidade. A partir de então, o espaço seria de moradia e um serviço de acolhida para o povo de rua junto a parceiros (coletivos de militantes e pessoas solidárias), gerido de forma autônoma.

O espaço passou a ser gerido nas regras de convívio da ‘rua’. Foi dividido com a ajuda de biombos, aproveitando, também, as próprias divisórias que já existiam na estrutura do lugar. Foram separados diversos ‘quartos de família’, que possuíam sua privacidade; foi criada a ‘república dos solteiros’, com alguma privacidade, para aqueles que já estavam habituados às regras do espaço ou eram solteiros que estavam na ‘linha de frente’. Por fim, criou-se um local aberto para pernoite rotativo, com atividades e eventos semanais, e o espaço se colocou vivo.

Tia Simone, respeitada por sua história e ‘disciplina’, estava na ‘linha de frente’. Até então, como dizem, eu estava ‘aprendendo a pisar’ e observava para não ‘atravessar’. O ‘certo’ era ‘cobrado’ em um sistema de regras que eu desconhecia. Em uma das assembleias semanais, Tia Simone joga para a comunidade, com uma ‘madeira’ na mão: “e aí, família? O ‘Véio’ não faz uma, não ajuda na limpeza, só dá ‘perreco’, ‘não sabe controlar a nave’ quando tá ‘chapado’, e aqui todo mundo precisa ajudar, na rua ‘ninguém é rei’, é todo mundo irmão”. O ‘Véio’ parecia saber por que estava sendo cobrado, não questionou a assembleia, apenas escutou. No dia seguinte estava escalado para lavar o banheiro.

Em outro momento Tia Simone chama o Alagoas<sup>6</sup> de canto: “olha Alagoas, a cunhada tá reclamando que quando ela vem aqui dormir com você no quarto ela tá sendo ‘oprimida’,

---

<sup>6</sup> Alagoas tem uma história que não é incomum para quem vive nas ruas de São Paulo. Homem, imigrante nordestino, trabalhador da construção civil, construiu um patrimônio na periferia de São Paulo. Possui casa, carros e família. Mas a pressão da vida em uma megalópole brutal como São Paulo, o trabalho pesado e as expectativas de ser um provedor, fizeram-no ‘quebrar’. Consumindo álcool no cotidiano, chegou a um ponto onde interferiu em sua produtividade e, após cair e se reerguer algumas vezes, ‘escapa’ de sua realidade para as ruas no Centro de São Paulo, onde encontra dores como as suas. Alagoas, como muitos, não querem ser ‘encontrados’ por sua velha família.



que você fica ‘entrando na mente’ dela. Sei que você tem os seus problemas de depressão e com o ‘corote’, mas você precisa ‘controlar a tua nave’, fiquei sabendo disso e quero tentar resolver isso ‘nas ideia’ com você antes, porque você sabe como a rua cobra”. Alagoas chegou em um acordo: buscaria acompanhamento psicológico com profissionais da saúde que fazem parte do CATSo e se mudaria do quarto para o pernoite, já que dormindo com outros seria mais seguro para a companheira, porque seria inibido de oprimi-la na frente dos outros.

Em outra situação a Comunidade São Martinho acolheu um casal trans (uma mulher transexual e um homem cisgênero). Houve resistência. Nos corredores, Julinho (com outros da República dos solteiros) indagaram Tia Simone se o casal não ia receber prato e talheres separados (segundo ele, mesmo se lavados, ‘o que viado põe na boca não pode ser compartilhado’). Tia Simone pegou pratos separados e sentou-se junto com eles partilhando a janta, conversando por meia hora, explicando que esse espaço está sendo construído para ser mais humano. Para mim, Tia Simone explicou que “a gente precisa plantar sementes nas cabeças de cada um pra mudar essa sociedade que a gente vive”. Aos poucos, o casal foi se integrando nas atividades diárias e nas responsabilidades da casa. Outra história nos conta que dentro da ocupação morava um Frei que administrava diversas doações bastante fartas; porém, devido ao seu controle da dispensa trancada a chaves (onde havia bebida alcoólica), sua presença passou a ser questionada; o motivo que encontraram para expulsá-lo foi pelo fato de ‘ficar manjando’ o órgão sexual dos homens durante o banho e fazendo diversos comentários sexuais ‘impertinentes’. Foi expulso depois de uma longa assembleia em que uma longa conversa o ‘poupou’ de ‘tomar madeirada’.

No São Martinho circulavam, com naturalidade, histórias de extrema violência, também na forma como resolviam seus problemas na rua sem a presença do Estado. Falar ou chamar o Conselho Tutelar era tão grave como se referir à polícia. Conheciam cada um dos agentes espalhados pelo bairro. As denúncias de opressão e disciplina do sistema de albergues, da GCM e de agentes do Estado eram intercaladas com as experiências no sistema carcerário, quase de forma indistinta. Aquele espaço que, à primeira vista, parecia ter ausência de regras, na verdade possuía regras tácitas muito claras e funções bem determinadas que os mais experientes na rua conheciam bem. Não é tolerado ‘ratear’ (roubar), ‘talaricar’ (flertar com casados e casadas), uso de drogas no espaço e na frente de crianças, agressão (principalmente contra a mulher), ‘caguetagem’ (pessoa que denuncia outros para autoridades), ‘jack’ (estuprador). Os ‘dez mandamentos’, ali, são observados. No espaço valoriza-se aqueles que são ‘humildes’ e os que ‘batem de frente’, que dão o ‘papo

reto’ (falam simples e direto, sem curva, sem ‘papo de boy e de doutor’), que não ficam de ‘fofoca’ nem ‘diz que me disse’ ou ser ‘leva e traz’. Qualquer acusação precisa de prova e pode ser cobrada em assembleia, tentando fazer todos estarem presentes. Na assembleia são dadas muitas chances da pessoa ‘procurar sua melhora’ e, no limite, ela pode ser expulsa da ocupação, às vezes com ‘madeirada’. De qualquer forma, tudo é partilhado na ocupação e a ajuda mútua prevalece na comunidade, não é incomum as pessoas darem presentes umas às outras sem exigir nada em troca. As doações que chegam ficam em cima da mesa comunitária do ‘rango’ que acontece toda noite, onde as pessoas podem escolher o que precisam – nem tudo é aproveitado e segue para outros pontos de doação. As doações que uma família recebe especificamente de alguém de fora que mantém contato podem ir diretamente para o quarto da família, da maneira mais discreta possível para não atrair os olhares.

Quando o espaço foi ocupado, entrou-se em acordo com o PCC que ali não teria biqueira e que o projeto era de outro tipo, o objetivo era construir uma comunidade junto à Pastoral do Povo de Rua e o CATSo. Em aproximadamente um ano, o São Martinho entrou em guerra interna e ‘caiu’; a guerra entre os moradores foi intensificada pela interferência do CATSo e da Igreja Católica. Como diz ‘Vagão’ (morador da comunidade Alcântara Machado, que está no Brás há 38 anos e foi detento no Carandiru durante o massacre): “na rua um ‘disciplina’ não dura muito, cobrando e oprimindo os outros, no primeiro tropeço é ele que é cobrado por cem”. Existe uma transitoriedade muito grande entre os ‘disciplinas’ e essa transição muitas vezes acontece de forma chocante, com ‘madeirada’ ou, às vezes, formas de punição ainda mais cruéis.

Entre histórias de alegria, amor e tristeza, houve o acúmulo de uma experiência em comunidade autônoma em que cada um que esteve ali presente, por inúmeros motivos, sejam moradores ou parceiros, levou um aprendizado para si. Ao fim, quando a ocupação ‘caiu’, foi derrubada uma bandeira que também era a faixa de manifestações do coletivo, que dizia: “paz entre nós, guerra ao sistema!” – adaptada do hino comunista ‘A Internacional’, mas também presente no lema do Comando Vermelho (“paz entre ladrões, guerra à polícia”), ou também no PCC (“paz entre nós, guerra ao sistema”). No entanto, o CATSo continuou atuando em outras comunidades e concentrações, como no viaduto 14 Bis, viaduto Jaceguai, Sé e Pátio do Colégio (inserido no serviço do Chá do Padre), na Cracolândia, na Favela do Moinho e em Osasco. Mas, principalmente, continuou atuando na comunidade do Viaduto Alcântara Machado<sup>7</sup> – onde também funcionava um serviço da prefeitura que foi encerrado no fim de

---

<sup>7</sup> Na ocupação do Viaduto Alcântara Machado o crime organizado sempre esteve presente. Uma ‘biqueira’ existia debaixo do viaduto e entre os barracos da comunidade. Moradores da comunidade consumiam e

2015 e ocupado pelo CATSo pouco antes do São Martinho – como também organizado junto a diversos outros movimentos sociais autônomos que ‘explodiram’ em 2013.

Ao fim do São Martinho ficaram-me perguntas: (1) o que significa um movimento social recente, organizado sobre princípios que estão também na base dos novos movimentos sociais anticapitalistas e antiautoritários ao redor do mundo; um movimento composto principalmente por indivíduos periféricos? E qual é a relação entre esses movimentos dispersos, que têm em comum princípios como: horizontalidade, autonomia, independência e apartidarismo (mas não antipartidarismo), transparência e rotatividade de funções, contra a precarização dos trabalhadores terceirizados, pelo direito à cidade, contra a repressão aos movimentos sociais e a violência institucional, agindo através da ação direta (cinco reintegrações de espaços foram canceladas através da ação direta, mesmo após esgotar todos os meios jurídicos e legais)? (2) O que é a ‘rua’? Quais os seus ofícios, histórias e modos de vida? De onde vêm suas regras de convivência? Por que ela é semelhante em tática e organização com o coletivo? Em que momento CATSo e ‘rua’ se encontram?

Papai Smurf (morador da Comunidade São Martinho), por exemplo, disse-me uma vez que ‘as regras do crime vieram da rua e não ao contrário; sambista já foi vagabundo, skatista já foi vagabundo, punk já foi vagabundo, os maloqueiros (como se chamam, aqueles que vivem nas ‘malocas’ na rua) ainda são vistos como vagabundos, ‘nóias’, preguiçosos, ladrões, mas isso está mudando pelo próprio povo de rua que resolveu se unir, aqui é a rua! É noix por noix!’. Não caberia responder a essa pergunta (o que vem antes, as regras da rua ou as do crime?), mas ela se tornou um indício para onde a pesquisa poderia apontar.

### *2.1 Governamentabilidade vigente e práticas na margem do Estado*

Em primeiras investigações sobre o objeto de pesquisa há, dentro do arcabouço teórico da comunidade epistêmica, e mais especificamente nos estudos sobre o punitivismo, o conceito de Michel Foucault sobre *Governamentabilidade*.

Quando Foucault (1979; 1990) fala em Governamentabilidade é a respeito do mesmo sintoma da modernidade identificado pela Escola de Frankfurt, ou na máxima habermasiana “colonização do mundo da vida pelo mundo do sistema”. Ou seja, refere-se ao processo, na Modernidade e na formação do Estado Moderno, que consiste na razão instrumental (técnica

---

trabalhavam ali. O crime organizado precisa da comunidade para garantir o território e seus negócios, já que em um território desocupado estariam expostos. Chegou-se a um acordo de que a construção e organização da comunidade ficaria a cargo do CATSo sem interferência do ‘crime’, enquanto o coletivo não se intrometeria nos negócios. Isso não aconteceu sem tensão e muitas vezes também ambos passaram a se confundir.

e científica) e que passa, através do Estado e das instituições, a ordenar diferentes esferas sociais: a economia, a política e a cultura.

Porém, para Foucault a governamentalidade não é um marco histórico ou não diz respeito à centralização do Estado. São determinadas práticas e saberes produzidos em momentos diversos da história social. Foucault diz que em grande medida é uma conjunção da razão de Estado da política clássica grega e ocidental com o poder pastoral das comunidades messiânicas antigas. Por poder pastoral Foucault entende um poder que ao mesmo tempo é individualizante e totalizante. O pastor cuida de seu rebanho e sua sobrevivência (organização das ovelhas para o pasto, por exemplo), ao mesmo tempo que acompanha cada uma de suas ovelhas de perto. O processo de individualização é um processo de tomada e exame de consciência em que cada indivíduo recorre ao pastor através da confissão, de suas frustrações, para salvar-se. Por outro lado, o processo de totalização é a direção da consciência dada por um pastor que, para salvar-se, deve perder-se pelos outros – a direção da consciência é a ordenação coletiva. Em certa medida, a técnica pastoral compõe um poder e um governo sobre os homens, em que certos homens podem determinar por completo a conduta de outros homens para determinados objetivos (FOUCAULT, 1990, p.98).

Nas necessidades da Modernidade há uma confluência dos dois aspectos do poder pastoral com a política clássica, em que se compõe uma razão de Estado. Ou seja, abandonam-se os aspectos espirituais para compor uma razão de Estado enquanto aquilo que mantém, reproduz e amplia o próprio Estado; razão política, com técnicas e dispositivos que tem como fim o Estado, gerindo corpos, indivíduos, comportamentos e populações para fins econômicos (economia política).

Foucault retorna a textos utópicos como de Turquet, mas também dos manuais alemães de administração como de Huhental, Willebrand e Von Just (FOUCAULT, 1990, p.96). O autor as entende como ‘utopias policiais’ (*polizei* e *politik*). A polícia tem como objetivo a felicidade dos homens e tem como objeto o homem. Através de técnicas administrativas particulares (pedagogia, punição, urbanismo, estatística) busca-se o ordenamento e o bem-estar de indivíduos e da população. A polícia cuida da religião, da moralidade, da saúde, do abastecimento, das estradas e edifícios públicos, da segurança pública, do comércio, das fábricas, dos empregados e dos *pobres* (FOUCAULT, 1990, p.95). Isso configura globalmente: (1) a hipótese repressiva e disciplinar de corpos individuais (a escola, o cárcere) (2) a hipótese positiva de produção de bem-estar, a gestão de populações (biopolítica, economia política; a estatística é dada como exemplo de técnica biopolítica).

Tomo a tese de doutorado de Alessandra Teixeira (2015) como referencial teórico e empírico para nossa pesquisa. Intitulada “*construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo*”, ela busca traçar o aspecto duplo da delinquência. O delinquente deve ser recuperado pela sociedade através de suas técnicas disciplinares (o cárcere e seus agentes socioeducativos) para reinserção biopolítica. Ao mesmo tempo que o delinquente e sua subjetividade são produzidos dentro de um espaço de controle sobre as externalidades, ele é então também a confirmação dialógica do sistema.

Em seu epílogo, Teixeira ensaia as novas táticas policiais no centro de São Paulo, comparando-as com a periferia, entre 2006 e 2012. Ela identifica uma etapa anterior na periferia, quando a Operação Saturação (com ações cinematográficas) tinha como objetivo “segurança, para mostrar a presença do Estado e atender as populações carentes (...) não há guerra, não há inimigo específico” (TEIXEIRA, 2015, p.263). O caráter dual do poder pastoral esteve na mesma operação, que era ostensiva e repressiva e, em seguida, contou com intervenção em território e população junto a serviços de saúde e assistência social. No programa intitulado “proteção a pessoas em situação de risco” (2010) estabeleceu-se uma política de “prevenção de violência”, que passou a ter como foco “sujeitos patologizados”. O programa estava integrado à Rede de Proteção Social, formada pelas Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal de Participações e Parcerias (SMPP), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Subprefeituras, Conselho Tutelar e Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG), SAMU, Polícia Civil e Polícia Militar e organizações sociais (TEIXEIRA, 2015, p.264).

Com novos projetos de revitalização do Centro Expandido e da Nova Luz, a mesma política se encaminha no centro da cidade dirigida aos “ingovernáveis” (MACHADO, 2013). Ainda em 2009 a GCM foi dotada de maiores poderes (em 2013 já possuía permissão de uso de arma de fogo), sendo responsável por evitar ou diminuir a presença de determinadas pessoas em via pública, autorizada com medidas constritivas de liberdade (TEIXEIRA, 2015, p.265). Nas gestões seguintes novas operações foram feitas na região, sem sucesso. As denúncias e práticas de violência da PM, Polícia Civil e principalmente GCM se intensificaram. A ‘zeladoria’ e o ‘rapa’ (prática de retirada de todos os pertences dos moradores de rua) se tornaram cotidianos e cada vez mais ostensivos. Como uma vez Padre Júlio Lancellotti disse:

Na rua você não pode escolher nada. O que vestir, onde dormir, o que comer. Morador de rua deve gostar muito de arroz com salsicha, porque é isso todo o dia nos albergues, quando não comida estragada. Não pode beber seu corote, que faz

mal – mas quem é rico pode beber o que quiser e do alcoolismo do rico na sua privacidade nada se diz. Nos albergues fingem dar-lhe autonomia, as assembleias ou são comunicados ou se utilizam da misericórdia em razão instrumental, fazem assembleia para passar comunicados ou como nesse caso: aparecem com duas toalhas, uma de algodão de outra de TNT (tecido não-tecido), dizendo: “você tem essas duas opções, essa toalha de algodão que pode pegar carrapato e todo o tipo de coisa e essa outra que é descartável, qual você deseja?”. O povo é infantilizado e ordenado pelos funcionários, dentro dos albergues separam família, animais, obrigam a dormir junto com quem há desavenças na rua. No Arsenal possuem até Corró: espécie de solitária, onde quem chega bêbado é trancado junto com outros em mesmas condições. Na rua também não podem ficar, que suas malocas são desmontadas pela GCM, seus documentos confiscados, como medicamentos, carroças onde tem todos os seus pertences, são perseguidos, criminalizados e violentados pela GCM e PM. Estão sempre em deslocamento forçado ou confinados em complexos isolados da sociedade, são como refugiados urbanos. A prefeitura tem seus ‘técnicos’, seu modelo de cidade e diz que sabe o que é bom para a cidade e para o morador de rua, porém ele não pode decidir ou conhecer muito sobre isso. É necessário substituir essa razão instrumental por uma razão misericordiosa (LANCELLOTTI, 2017)

Derivado também dos estudos de Foucault sobre a Governamentabilidade (assim como o trabalho de Teixeira), também somado aos trabalhos de Giorgio Agamben (2003) a respeito do Estado de Exceção, surgiu o que denominou-se Antropologia do Estado, ou mesmo Antropologia nas Margens do Estado. Os trabalhos de Veena Das e de Akhil Gupta são os mais referenciados no assunto. Em geral, as autoras estão pouco preocupadas com o Estado em termos formais ou ideais, mas mais interessadas nas “práticas estatais” na margem do Estado no cotidiano; ou seja, buscam identificar e descrever a estrutura da exceção nas práticas do Estado (disciplinares, regulatórias e políticas) na margem. O método etnográfico, a observação participante como um membro do CATSo, e o acompanhamento diário, tornaram possível um trabalho que se enquadrou nesse marco teórico.

## 2.2 *Algumas questões sobre o punitivismo: Estado Neoliberal Bifronte e Era do Encarceramento em Massa*

Recentemente, em artigo para *Roar Magazine*, baseados na obra de Giorgio Agamben, os editores da revista dizem que “*management of disorder*” é o novo paradigma do neoliberalismo:

the paradoxical convergence today of an absolutely liberal paradigm in the economy with an unprecedented and equally absolute paradigm of state and police control.” Tracing the origins of this paradigm back to the emergence of the police and the bourgeois obsession with security in pre-revolutionary Paris, Agamben notes that “the extreme step has been taken only in our days, and it is still in the process of full realization (ROAR MAGAZINE, 2016)

Isso é de alguma forma sincrônico com o que a teoria contemporânea sobre o punitivismo vem apresentando a partir do encarceramento em massa. Laurindo Dias Minhoto (2015) nos lembra, em Wacquant, suas diferenças quanto à Foucault:

(i) o realinhamento conjunto das pontas penal e social do Estado na direção da punição da pobreza (reelaborando a fórmula mão direita e mão esquerda do Estado, originalmente cunhada por Bourdieu), (ii) cimentado pela expansão do aparato penal do Estado, bem como pela emergência no campo simbólico de estratégias de demonização dos de baixo, sobretudo se clientes do que sobrou dos programas de welfare – em linha com a disseminação do topos da underclass pelo senso comum criminológico hegemônico -, (iii) o aumento exponencial dos gastos com o sistema de justiça criminal hipertrofiado, a desmentir a mentira manifesta da retórica do ajuste fiscal, Wacquant faz notar como, dos escombros dos Estados de Bem-Estar do pós guerra, vai se erigindo (iv) um Estado Penal bifronte, algo como um centauro dócil e flexível no alto (com os donos do poder e do dinheiro) e autoritário e patriarcal embaixo (nas pontas social e penal). Aqui o Estado é gestor, em chave punitiva, da insegurança social que ele mesmo auxilia a instaurar na passagem do arranjo regulatório forjado pelo compromisso keynesiano da social-democracia (ou do arranjo regulatório do *New Deal*, no caso do Estado semicaritativo estadunidense) para o projeto neoliberal de governo. (MINHOTO, 2015, p.301)

Se o dispositivo carcerário é seletivo em classe, gênero e lugar e o Estado é dual ('liberal' para cima, autoritário para baixo), e tanto em Garland quanto em Salla *et al* (2005), ou mesmo para Wacquant, como nos lembra Laurindo (2015), a produção de delinquência é a garantia do sistema desigual e opressivo através de mecanismos de diferenciação (que é, aqui, para além do simbólico), a expansão desse sistema gera uma zona cinzenta que é sincrônica com a formação de um 'estado de exceção' como a regra. Também é uma expansão do potencial insurrecionário, como descreve Foucault (2016), que, mesmo restrito à insurreição *per se*, também pode ser pensado como uma nova possibilidade de agenciamento das particularidades daqueles que, no limite de sua existência, dizem 'não' por sobrevivência – os agentes desse processo são os ingovernáveis, os marginais, os delinquentes (o povo de rua?). Por vezes, o rumo das coisas toma proporções que saem do controle.

Laurindo Minhoto (2015) ainda nos lembra de outros teóricos que também contribuíram para nossa pesquisa. Devemos estar atentos ao processo de transição do punitivismo, como Hallsworth descreve, sendo uma guinada penal em que o ideal reabilitativo do *welfare* é substituído por outro em que voltam as punições ao corpo:

[...] o autor constrói a hipótese de que assim como o etos racionalizador moderno reconfigurou a penalidade medieval, hoje nós assistiríamos à reconfiguração da penalidade moderna por uma "economia global de excesso", cujo substrato material estaria dado pela gestão penal de populações descartáveis. (MINHOTO, 2015 p.295)

Essa crise sistêmica que acompanha a ascensão do neoliberalismo é partilhada por Garland:

essa confluência involuntária na produção de um consenso relativo em torno do *nothing works* uniu, ainda que por razões muito diferentes, direita e esquerda no combate ao welfarismo penal, ou seja, ao tornar possível a produção de um regime de verdade sobre a crise da prisão disciplinar, acabou abrindo o caminho na sequência para a ressignificação da prisão em termos pós-correcionais como máquina de neutralização e incapacitação, com a acachapante derrota da crítica de esquerda na esteira da ascensão dos governos da nova direita (MINHOTO, 2015 p.299)

E essa guinada também repercute no espaço urbano, como a respeito da hiperguetização que Wacquant descreve ao estudar, por exemplo, Nova Iorque durante e após a política de ‘tolerância zero’. Ou seja, em Beckett e Herbert como nos diz Laurindo (2015):

[...] adoção, em algumas cidades norte-americanas, de novas medidas jurídicas de exclusão da marginalidade urbana e social do espaço público, tais como o retorno do banimento na execução de sentença condenatória (vedando ao apenado a circulação por zonas de drogas e prostituição), a proibição de frequentar certos espaços da cidade como parques, universidades, bibliotecas, lojas, e a extensão do direito de propriedade e dos mecanismos de defesa da propriedade. (MINHOTO, 2015 p.305)

### 3. *Justificativa*

A população de rua não costuma ser estudada em São Paulo como agente de seu próprio processo, sendo muitas vezes reduzida a questões de políticas públicas, especialmente assistência social e saúde pública. Havia uma lacuna em tentar entender as políticas voltadas para a população de rua dentro dos termos disciplinares, como foi feito nos estudos sobre punitivismo quando se centraram especialmente no sistema carcerário; à luz desses estudos propomos estudar “o fora” do sistema carcerário, entender essa população (cuja delinquência o Estado formou) de maneira organizada, em seus abrigos para crianças encaminhadas pelo conselho tutelar, encaminhada aos albergues para adultos onde aquele que acaba de sair da prisão vai cair (rompido seus vínculos sociais e familiares), ou abandonado nos abrigos para idosos onde vai acabar a sua vida em condições indignas.

### 4. *Objetivos*

Temos como **objetivo geral** (1) atualizar e adensar o conhecimento específico e pouco explorado dessa população a partir desse marco teórico (2) conhecer e registrar, através da etnografia, as formas de resistência e de organização de algumas comunidades e concentrações do povo de rua (3) buscar como e o que significa a aproximação dos recentes movimentos sociais autônomos com o povo de rua.

Dentre nossos **objetivos específicos** podem ser elencados:



- 1) Compor uma Antropologia do Estado em suas margens (POOLE; DAS, 2004), ou seja, as práticas cotidianas de seus agentes na base; assim, permitir desvelar *dispositivos de poder* direcionados à população de rua e a *governamentabilidade* vigente (FOUCAULT, 2008) na cidade de São Paulo;
- 2) Identificar a causalidade da violência institucional e os efeitos do Estado Neoliberal Bifronte na base, compondo o modelo dinâmico das políticas públicas direcionadas à população de rua; Loic Wacquant identifica que no período neoliberal a assistência social no Norte é reduzida; acreditamos que no Sul, e especificamente para a população de rua, ela se amplia;
- 3) Registrar modos autônomos de organização política dissidentes do Estado, consequência da produção sistêmica de delinquência;

## 5. Plano de Trabalho

As etapas desenvolvidas ao longo do projeto foram:

- a) *Campo*: Acompanhamos diariamente as atividades das comunidades da população de rua na Mooca, desde a gestão do espaço como as resoluções de conflitos; acompanhamos individualmente as atividades de moradores (profissão, burocracia); coletamos entrevistas de moradores sobre as trajetórias de vida na cidade de São Paulo, como as distintas percepções dos espaços, da rua e da cidade; acompanhamos e participamos do Coletivo (CATSo);
- b) *Estudo da Política Pública*: Coletamos material sobre as instituições direcionadas à população de rua junto a espaços acadêmicos, como grupos e centros de pesquisa voltados ao assunto; coletamos diversos documentos públicos como discursos em sessões legislativas, atas de Conselhos de Segurança (CONSEG), notícias institucionais de todas as secretarias do Município de São Paulo, dados georreferenciados de ordens diversas etc.
- c) *Entrevistas com profissionais*: Fizemos entrevistas com profissionais ‘à margem do Estado’ para coletar o cotidiano de suas práticas;

## 6. Materiais e Métodos

Retomamos métodos indutivos e empiricistas nas ciências sociais (HUME, 1748; BUROWOY, 2014; FEYERABEND, 1981; FEYERABEND & LAKATOS, 2000; KUHN, 2003) quando busca-se antes explicar a realidade a partir da identificação de padrões entre particularidades, ao invés de aplicar modelos abstratos dedutivos (lógica formal) para

observar, explicar e prever fenômenos específicos. Partimos da *grounded theory* entendendo que, no nosso caso, foi, antes, a coleta de dados primários que gerou uma teoria. Para isso nos utilizamos da etnografia radical (RIDLEY-DUFF, 2006) de uma particularidade, como observador participante (BUROWOY, 2007), deixando expresso na pesquisa a relação do pesquisador com os sujeitos em estudo [*situated learning* (RIDLEY-DUFF, 2006)]. Nesse sentido, buscamos empregar uma metodologia *reflexivista* (BUROWOY, 2007; DEBRIX, 2003; DIJK, 2015, 1993; HOWARTH *et all* 2005, 2000). Por fim aplicamos o *método de caso ampliado* (BUROWOY, 2007), do particular ao sistêmico, quando busca-se uma teoria sistêmica que seja adequada ao particular, de forma a alinhar o indutivo e o dedutivo, o teórico e o empírico.

Para coleta de material primário aplicamos primeiramente a etnografia radical em campo, especificamente nas concentrações de população de rua na Zona Leste (Brás, Bresser e Belém), de forma a compreender a organização política dessas comunidades, o cotidiano dos indivíduos e suas relações dentro dos fluxos urbanos.

Em seguida, fizemos o contraposto: estudamos as instituições dedicadas à população de rua (Secretarias, Ministérios, aparelhos de segurança, albergues e complexos terceirizados) durante as últimas três gestões (Gilberto Kassab, Fernando Haddad e João Dória), como programas específicos a cada gestão e seus respectivos “modelos de cidade”. Compusemos dois produtos:

(a) um organograma temporal de como se organizam as políticas públicas voltadas para a população de rua no município de São Paulo, compondo um “histórico institucional” (EVANS, 2009; SKOCPOL, 1984) das últimas três gestões. Engajamos nossa pesquisa junto aos grupos de estudos da Profa. Vera Telles (USP).

Tivemos como hipóteses a serem verificadas: (a) dado determinado marco temporal, a assistência social é duplo da segurança identificado nas margens do Estado (b) a delinquência e os ingovernáveis, em uma relação dialógica com a ordem, possuem seus próprios sistemas normativos. (c) os novos movimentos sociais autônomos se articulam nas margens e com os ingovernáveis como forma de resistência na cidade. (d) existem relações pouco republicanas entre o Estado e as instituições religiosas através da terceirização dos serviços públicos para empresas confessionais.

### **CONCLUSÃO: Sobre Análise dos Resultados e Diálogos**

Para analisar os dados empíricos coletados (*grounded theory*) nos utilizamos do *método de caso ampliado*, observando (a) sua correlação com modelos sistêmicos da

sociedade produzidos pelo estudo do punitivismo, especialmente o Estado Neoliberal Bifronte e a subversão da assistência social a partir de suas relações com a segurança pública; (b) a correlação das organizações políticas dissidentes com modelos de autogestão de comunidades, a ação direta, a teoria política anarquista e os Novos Movimentos Sociais (CLASTRES, 2003; GRAEBER, 2009); (c) o republicanismo radical e o laicismo na Modernidade, tardio no mundo latino e em oposição com arcaísmo nem tão residuais.

Os resultados do nosso trabalho acabaram por centrar-se principalmente na análise dos materiais coletados. Não tivemos fôlego, porém, de incorporar o nosso diálogo direto com obras que nos foram caras e que acompanhou antes do trabalho de campo, ou mesmo durante o trabalho de campo. Porém, preciso dizer que, em método, nosso trabalho baseou-se principalmente na etnografia radical (como descrito por Riddley-Duff [2006]) e na observação participante nas margens do Estado, como encontrado no trabalho de Veena Das (POOLE; DAS, 2004). Em termos metodológicos, baseamo-nos principalmente no ‘método do caso ampliado’ de Burawoy (2007) para transitarmos entre o indutivo, empírico e particular, para o dedutivo, teórico e generalizável. Sobre Teoria Política, mais especificamente com a Teoria dos Movimentos Sociais, buscamos dialogar principalmente com os trabalhos de David Graeber (2009), mas também com as discussões organizacionais que remetem à Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) com Bakunin e Marx, que nunca cessaram, principalmente dentro do anarquismo organizado – apesar de serem debates pouco conhecidos para quem não está diretamente envolvido.

Podemos entender hoje, conforme nos apontou a Profa. Vera Telles, que nosso trabalho não se enquadra nos Estudos da Pobreza, um olhar desatento poderia confundir dessa forma, podendo levar a interpretações equivocadas dos nossos resultados. Entendemos hoje que nosso trabalho se enquadra nos Estudos da Violência. São duas obras principais que esse trabalho busca dialogar em seus resultados – o que realmente nos importa, todo o resto foram meios para chegar nos resultados. Em primeiro lugar, dialogamos com a obra “Punir os Pobres” de Loic Wacquant (2007); cada trecho dessa obra que devoramos lida exatamente com o assunto que encontramos em campo: a relação entre segurança pública e assistência social com a ascensão de políticas neoliberais. A outra obra nos pegou de surpresa.

O nosso segundo diálogo mais importante é com o trabalho de Javier Auyero (2007), especialmente sobre o que ele chama de ‘zona cinzenta’. Se por um momento fui tomado a acreditar em uma ética endógena do grupo a qual fiz parte, depois pude entender que nenhum grupo está exatamente oposto a nada ou que nenhum fenômeno social é espontâneo, mas é coordenado por uma rede complexa de diferentes agentes sociais que transbordam a classe e a

moral. A dinâmica social do poder, mesmo para a constituição de hierarquias dentro de pequenos grupos marginalizados, respeita regras não-ditas com diversos acordos ‘a portas fechadas’ junto a grupos dos mais diversos; ou seja, não impera as regras de convivência expressar, por vezes escrita, que são cotidianamente repetidas em proselitismos de maneira endógena para cada grupo junto às suas lideranças.

Infelizmente, porém, como foquei principalmente em apresentar os resultados do meu campo, não pudemos estabelecer um diálogo expresso detalhado com essas obras. Isso ficou, também, na ordem do não-dito. Esperamos no futuro, uma vez concluído esse trabalho, podermos aprofundar mais nesse diálogo, com uma comparação ponto-a-ponto de suas semelhanças e diferenças.

## CAPÍTULO 2

### O BAIXIO DO VIADUTO ALCÂNTARA MACHADO

Buscarei aqui tratar alguns materiais primários do doutorado. Em primeiro lugar apontamos as características do desenvolvimento das cidades industriais e as ocupações dos viadutos ao longo da história e no mundo. Em seguida explicamos como esse processo se deu na história recente de São Paulo, observando as gestões da prefeitura no período recente (1990-2020).

No terceiro ponto daremos um histórico geral especificamente sobre o viaduto que fizemos campo com a população de rua, o viaduto Alcântara Machado. Como esse traçado histórico já foi trabalhado na dissertação de mestrado do urbanista Victor Martins de Aguiar (2017) optamos por partir desse trabalho como referência. O trabalho de Victor Martins de Aguiar (2017), porém, foca em outro trecho do viaduto ocupado para se transformar em uma academia de musculação e boxe de Garrido. O nosso foco, porém, será o outro trecho do viaduto, ocupado pela população de rua. Então no quarto ponto iremos observar como houve o conflito de interesses entre o executivo municipal (prefeitura) junto aos proprietários do bairro contra a Defensoria Pública de São Paulo representando a ocupação do baixio do viaduto Alcântara Machado pela população em situação de rua. Observaremos então como esse conflito se estabeleceu no Poder Judiciário (Ministério Público), através do processo de reintegração de posse desse espaço público e como se articula politicamente com um coletivo autonomista e com a Pastoral do Povo de Rua, mais especificamente o Padre Julio Lancellotti.

Nos capítulos seguintes descreveremos de maneira mais aprofundada quais são os movimentos sociais que atuam nessa ocupação como o Coletivo Autônomo de Trabalhadores Sociais (CATSo) (capítulo 3), as relações dos coletivos autonomistas com a população que ocupa o viaduto (capítulo 4) e como se dá a organização social da ocupação (*intermezzo*).

#### *1. A história dos viadutos no desenvolvimento das cidades industriais*

São vários os trabalhos que descrevem a ocupação dos espaços urbanos e os ‘bolsões de miséria’ em áreas centrais das grandes cidades. Já no século XIX foi dada atenção a isso, seja por urbanistas ou cientistas sociais. Friedrich Engels, em seu clássico livro “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” (ENGELS, 2008), descreve as condições sanitárias nos bairros pobres da cidade industrial de Manchester; também em “Questão de Moradia” (ENGELS, 2015), descreve como as transformações rápidas e violentas da cidade com a

industrialização, que leva tempo a organizar a sociedade com a migração de enorme contingente de mão-de-obra vinda do campo para a cidade, levando a grande parte da população paupérrima viver nas piores condições sanitárias.

Karl Marx também descreve a situação dos ‘paupérrimos’ no primeiro volume d’O Capital (2011), principalmente ao apresentar o período de acumulação primitiva; Marx descreve o lumpesinato no começo do desenvolvimento das cidades e as diferentes leis de vagabundagem aplicadas a eles, nos conta também dos ‘trapos’ que eram produzidos por essa mão-de-obra agora livre e agora empregada, para em seguida vestir aquilo que produziu sem possuir, sendo até os pedaços de tecido bruto, trapos, exportados para colônia e a periferia do mundo, tamanha a proporção que atingiu a indústria têxtil.

As transformações de Londres no século XIX são conhecidas; para muitos países que ainda não haviam passado pela industrialização, o retrato de Londres poderia ser visto de maneira negativa pelos conservadores dada a sua “imundice”. Os ingleses da era vitoriana tiveram problemas sanitários gravíssimos em julho de 1858 na chamada “Great Stink”, quando o principal rio da cidade, o Thames, atingiu proporções improváveis de poluição, levando a surtos de doenças contagiosas como tifo e cólera. Isso levou a reformas urbanas, novos sistemas de drenagem e esgoto com uma modernização rápida da cidade, feito por vezes de forma violenta pelas autoridades da cidade, que teve como um dos mais conhecidos formuladores Edwin Chadwick, um utilitarista discípulo de Jeremy Bentham (o mesmo que desenvolveu o conceito de panóptico e pensou as prisões modernas), junto com o engenheiro Joseph Bazalgette e uma variedade de cientistas sociais, um problema coberto por toda a mídia britânica da época.

Um pouco depois da urbanização de Londres, a organização urbana também seria um problema posto para o desenvolvimento da cidade de Nova Iorque com a chegada massiva de imigrantes europeus, que levaram a transformações da cidade que a determinariam por todo o século XX – como, por exemplo, foi a política securitária de ‘tolerância zero’ do prefeito Rudolph Giuliani, com a consequente gentrificação de Manhattan, transformando na cidade turística que hoje conhecemos. Foi clássico, nos anos 1970 a 1980, a luta do poder público contra o tráfico de influências das comunidades afro-americanas e latinas (incluindo aqui italianos e cubanos) em Nova Iorque. A criminalização dos italianos e suas sociedades, que buscavam há décadas regularizar e limpar os seus negócios que surgiram da organização e proteção de suas comunidades para depois organizar a sua delinquência e diversificar seus negócios com uma ética própria, também já havia acontecido com irlandeses e judeus, até muitos lograrem inserção na elite americana – muitos, inclusive, ainda no século anterior,

foram incentivados a saírem de Nova Iórque que estava em condições precárias, para migrar ao Oeste em uma ‘conquista do deserto’ que criou uma malha ferroviária de costa a costa passando por ‘terras sem lei’, chegando até a Califórnia onde não encontraram o ouro mexicano que buscavam, mas encontraram uma nova riqueza energética que foi o petróleo e toda a indústria que se desenvolveu em torno dele.

Essa situação não foi diferente, por exemplo, das transformações que sofreu a América Latina meio século depois. Como foi com a cidade de Buenos Aires e o desenvolvimento da área portuária dada a demanda de seus produtos primários para Europa e também recente imigração de europeus (principalmente italianos) que escapavam das condições degradantes na Europa que não conseguiam absorvê-los, fazendo com que a velha elite cultural creole (do qual incluía até então Jorge Luis Borges [SCHUMWAY, 2008]) olhasse com desdém a urbanização da cidade e a população de paupérrimos em torno da recente industrialização, que desenvolveu a cultura portenha do ‘lunfardo’ – a constituição da classe trabalhadora da indústria nascente, bastante heterogênea e miscigenada, que chamariam de ‘cabecitas negras’<sup>8</sup> e que seria a base de apoio do peronismo e seu modelo corporativista para usar o Estado como intermediação da contradição capital e trabalho, que não seria ‘nem capitalista e nem comunista’.

O processo de modernização consequente da acumulação primitiva e a imposição da ordem é bastante rápido e violento em todos os lugares, inclusive nas modernizações tardias das ex-colônias ou de antigos Estados vassalos, podendo ser processos até mais intensos como foi o republicanismo radical durante a unificação italiana, a unificação alemã ou seu período bismarckiano. Essa modernização tardia também é o caso da América Latina, como

---

<sup>8</sup> Muitos desses trabalhadores que eram excedentes na industrialização de Buenos Aires migraram para a Patagônia, que já havia passado por uma ‘conquista do deserto’ em finais do século XIX em campanhas coordenadas pelo presidente Julio Argentino Roca contra os povos originários da região para tomada de terras por ‘terratenedores’; trabalhavam em condições ainda mais adversas do que em Buenos Aires, o que levou a greves históricas que ficaram conhecidas como ‘Patagônia Rebelde’. Essas greves eram simultâneas com as greves na cidade de Buenos Aires, todas organizadas por sindicatos revolucionários, alguns declaradamente anarquista, como a “FORA V Congreso”. Essa explosão de greves de socialistas, comunistas e anarquistas são comuns a todos os processos de industrialização e urbanização das cidades, como foi o movimento operário inglês na época de Marx e Engels, ou o movimento sindical norte-americano em torno da IWW, ou a modernização tardia do mundo latino (europeu e americano) já na virada do século XX, no Brasil tendo como destaque a Confederação Operária Brasileira (COB) e na Espanha a CNT-FAI. Todos esses movimentos nos países latinos foram ‘massacrados’ pelo fascismo, pelo corporativismo e pelo sindicalismo cristão, às vezes com acordos estratégicos entre os partidos comunistas e democrata-cristãos no pós-Segunda Guerra Mundial. No caso do Brasil, com o fim da Ditadura Militar e com o fim da URSS, novamente assume a Igreja Católica sobre a ‘questão social’, ao mesmo tempo que uma Confederação Sindical Internacional (CSI) se formava em torno do corporativismo e do sindicalismo cristão. Para mais sobre as lutas sindicais latinas na virada do século, ver artigo publicado por nós em: <<https://anarchiststudies.noblogs.org/article-the-impossible-fordist-baggage-of-latin-american-anarcho-syndicalism/>>

do Brasil e da Argentina, um processo que as nossas cidades vivem até hoje, como é o caso de São Paulo. É emblemático os cortiços no centro de São Paulo e do Rio de Janeiro, como a resistência – e conseqüente massacre – às políticas sanitárias iniciadas por Oswaldo Cruz, ou mesmo a conhecida Revolta da Vacina em 1904, conservadora em relação ao progresso tecnológico da sociedade<sup>9</sup>. De qualquer forma, em todas as cidades, esse processo de urbanização não tem um ponto final e acompanha os ciclos de expansão produtiva das sociedades de massas<sup>10</sup> que trazem novas necessidades junto com novas capacidades técnicas.

A ocupação desordenada das cidades modernas pela massa de trabalhadores é semelhante por toda a parte desde sempre. Nas regiões centrais ela passa a ser ocupada em áreas que não eram passíveis de ocupação, principalmente de moradia. Ou seja, acabam por ocupar nas margens dos trilhos de trem, rios e encostas, ou mesmo nos morros e mananciais. Foi assim já na Londres do século XIX que as famílias pobres ocupavam as áreas centrais na margem das linhas férreas, como o é hoje em São Paulo, por exemplo, a Favela do Moinho, entre a Luz e a Santa Cecília, onde é frequente o conflito entre as forças públicas e as famílias que lutam por moradia.

Em um excelente trabalho de Emma Dyer (2009), intitulado “*Underneath the Arches: The Afterlife of a Railway Viaduct*”, ela nos detalha a história de ocupação de um dos mais antigos viadutos de Londres. No século XIX surgiram os primeiros viadutos por onde passavam os trens logo acima e o baixio dos viadutos tiveram diversos tipos de usos pela sociedade industrial que se formava, os primeiros especialistas em questões urbanas passaram a mapear a pobreza em Londres, como foi o caso de Edward Stanford em 1862 ou de Charles Booth até 1903 (DYER, 2009, p.23). Os baixios dos viadutos no centro de Londres passaram a ser primeiramente abrigo das populações mais pobres onde viviam diversas famílias marginalizadas, como conta o relato do Arthur Harding<sup>11</sup> (DYER, 2009, p.25), que fora um pequeno criminoso nos primeiros anos do século XX; segundo Harding, que viveu no viaduto da Brick Lane (*East Side*) com seus três filhos, no lado direito dormiam as famílias cobertas por jornais e na calçada esquerda circulava a polícia. Também, o espaço de alguns viadutos

<sup>9</sup> Não é incomum essas revoltas sociais diante do progresso tecnológico da sociedade junto às políticas públicas; um dos casos mais emblemáticos foram as campanhas contra a eletricidade e contra a vacina da varíola nos finais do século XIX.

<sup>10</sup> Em “Questão de Moradia”, Engels responde qual a solução para o déficit habitacional: nenhuma. Já que a contradição entre Campo e Cidade é estrutural e é ela que define o desenvolvimento da sociedade atual, isso sempre tende a se repetir. O que não significa que essas transformações inevitáveis, que obrigam adaptações rápidas, não possam ser feitas de formas menos dolorosas ou danosas.

<sup>11</sup> “Arthur had not only led the life of a violent professional criminal; he had also been a strike-breaker, a bodyguard to Oswald Mosley and a consistent anti-Labour voter. Raphael was a tender-hearted bohemian Jew and a totally committed man of the left”(The Genesis of East End Underworld: Chapters in the Life of Arthur Harding by Raphael Samuel, NEWENS, 2007, p.349)



de Londres, entre meados do século XIX e meados do século XX, serviram como pequenas oficinas de móveis baratos. Essas *workhouses* eram geralmente responsáveis apenas pela montagem dos móveis e o espaço, bem localizado, passou a ser aproveitado pela linha de produção para, em sua última etapa, já colocar disponível o comércio desses móveis expostos abaixo dos viadutos (DYER, 2009, p.26). Esses produtos eram montados e consumidos pelas populações pobres de Londres e esse mercado passou a declinar após a Segunda Guerra Mundial, existindo algumas poucas oficinas hoje de jovens designers recém-graduados nas universidades. Alguns viadutos londrinos chegaram também a ser espécie de ‘estacionamento’ de cavalos e até serviram de abrigo aos bombardeios em Londres pela aeronáutica nazista durante a Segunda Guerra Mundial, apesar do governo britânico ter criado lugares mais apropriados para isso. (DYER, 2009, p.26).

Entre os anos 1970 e 1990, em Londres assim como no resto da Europa e nos EUA, o baixio dos viadutos passaram a ser um local de ‘comportamentos ilícitos’ (DYER, 2009, p.27), ocupado por uma subcultura (como dos punks ou do hip hop), sendo apropriado por essas comunidades que se expressaram principalmente através do *graffiti* e do *pixo*. Hoje, discute-se novas formas de apropriação desses espaços vistos como inseguros, de forma que possa ser integrado à cidade e às comunidades, como vemos em Nova Iorque, em Berlim e Amsterdã, projetos arquitetônicos e urbanísticos que também estão sendo pensados para cidades como Bogotá, Medellín e São Paulo, que possam ser também espaços de cultura e lazer.

De qualquer forma, São Paulo possui mais de 30 mil moradores de rua, muitos dos quais habitam os baixios dos viadutos – a ocupação desses espaços não é igual às antigas cidades da Europa, convivendo aqui os diferentes momentos simultaneamente (a moradia, o trabalho, a delinquência, o lazer e a cultura). Precisamos dar atenção às particularidades dos viadutos paulistanos e à modernidade tardia de São Paulo, principalmente da segunda metade do século XX que estruturou a cidade por cima da malha rodoviária e da indústria do automóvel.

## *2. São Paulo: legislação e os atores políticos sobre os baixios dos viadutos*

O viaduto é uma obra de arte recente na história do município de São Paulo. O primeiro a ser inaugurado foi o Viaduto do Chá ainda no final do Século XIX. Porém, viadutos como conhecemos hoje começaram a aparecer somente na segunda metade do século XX com o ‘Plano de Avenidas de Prestes Maia’. Esse modelo teve seu auge na gestão Paulo Maluf que, enquanto governador, fez a construção da ‘Via Elevada Presidente Costa e

Silva', popularmente chamada de "Minhocão" e renomeado hoje para 'Elevado Presidente João Goulart'.

Durante a transformação urbanística ocorrida em São Paulo no século XX e baseada na indústria do carro, buscou-se facilitar a locomoção através dos automóveis. Assim, com os diversos viadutos que foram construídos, acabou por valorizar as propriedades em seu entorno, já que carregavam consigo uma imagem de progresso junto a população (LAGONEGRO, 2003). A partir da década de setenta do século XX os espaços abaixo dos viadutos começam a ser vistos como degradados pela população devido a poluição visual e sonora, iniciando uma ocupação desses espaços pelos extratos mais precários da classe trabalhadora.

Com as crises econômicas ocorridas nos anos 1980 e 1990, São Paulo era simultaneamente a cidade mais populosa e mais rica do País, em um processo de rápida desindustrialização. Com a redemocratização, a questão urbana e de ocupação, como a questão da moradia e a desigualdade social apareceram no centro do debate político. Assim, a ocupação dos viadutos passou a ser legislada.

*Em 1993, o vereador Hanna Garib apresentou o projeto de Lei 394/93 que viria a se tornar a Lei 11.623/94. Seu intuito era desocupar o viaduto de moradores de rua e ceder o espaço para Organizações Sociais como o Rotary e Lions, principalmente para gerir estacionamento. O Artigo 1 da Lei dispunha do seguinte texto:*

As áreas situadas nos baixos dos viadutos e pontes do Município, não utilizadas pela Prefeitura, serão outorgadas prioritariamente, mediante permissão de uso, a entidades de caráter social, filantrópico ou assistencial sem fins lucrativos e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, desde que estas apliquem a totalidade de suas rendas em suas atividades institucionais, para que nelas explorem o estacionamento de veículos ou instalem dependências das suas obras sociais ou beneficentes. (SÃO PAULO, 1994).

Em 18/07/1994, para uma reportagem da Folha de São Paulo, o vereador Hanna Garib (PPR) com o apoio da gestão de Paulo Maluf justificou que:

[...] com a lei, em primeiro lugar, os viadutos não serão mais depósitos de entulho. Segundo, não serão mais tocas de mendigos e, terceiro, não vai mais ser possível construir favelas nesses lugares", diz. O vereador afirma que não vai haver repressão contra os indigentes. "Pelo contrário, nós vamos proteger essas pessoas, que serão encaminhadas para abrigos.(GARIB, 1994)

Ainda no ano de 1994, o vereador petista Arselino Tatto apresentou o projeto de lei 350/94 que pedia a revogação da lei 11.623/94. A justificativa do vereador para o projeto que não se transformou em lei, dizia:

"Trata-se da revogação da Lei 11.623/94 que expulsa os moradores nos baixos de viadutos e pontes. Entendo que antes de tirar as pessoas que lá moram, a Prefeitura

deveria construir mais albergues ou casas para essas famílias. Os direitos fundamentais da pessoa humana estarão sendo violados se essa lei não for revogada” (CÂMARA DOS VEREADORES, 1994).

Após a sanção da Lei 11.623/94 pelo então prefeito Paulo Maluf, a Igreja Católica soltou uma nota de repúdio, conforme reportagem da Folha de São Paulo do dia 19/7/1994 com a Manchete “Igreja Repudia Estacionamento sob Viadutos”:

*Para o vicariato equivalente a uma diocese exclusiva dos moradores de rua, a lei vai expulsar as pessoas que "moram" sob viadutos, sem oferecer opções de moradia ou de emprego. "Esta lei é preconceituosa, negando e afrontando a cidadania da população de rua, penalizada pela ausência de políticas públicas e de respeito à sua condição humana", diz o documento. A nota oficial afirma ainda que a lei do vereador Gharib vai aumentar a violência urbana. "Trata-se de uma tentativa de tratar a questão dos moradores de rua como alvo de limpeza pública", diz a nota, que lembra a falta de abrigos na cidade. O documento é assinado pelo monsenhor Julio Lancellotti, vigário episcopal do povo de rua da Arquidiocese da Igreja Católica de São Paulo. (FOLHA, 1994).*

Adiante, a reportagem complementa com a resposta do prefeito:

O prefeito confirmou que os moradores de rua serão removidos dos baixos de viaduto. "Os mendigos serão tratados com carinho, como tem sido feito desde o início da nossa administração", disse o prefeito. Maluf afirmou que não acha "justo" que pessoas morem sob viadutos. "Essa gente precisa é de casa", declarou. (FOLHA, 1994).

Durante a gestão Marta Suplicy, foi sancionada a Lei 13.426/2002 a partir do projeto de lei 38/2001 do vereador Antonio Carlos Rodrigues do PL, que dava continuidade a outorga dos espaços abaixo dos viadutos:

Caberá ao Poder Executivo outorgar, mediante processo licitatório, concessão onerosa para exploração por particulares das áreas localizadas nos baixos de pontes e viadutos municipais. § 1o - Haverá para cada local, preço diferenciado em razão da metragem da área e da importância de sua localização comercial. § 2o - O concessionário deverá pagar, mensalmente, a título de remuneração, importância compatível com o local a ser explorado, que será definida pelo Poder Executivo. As áreas referidas no "caput" do artigo 1o a serem destinadas à exploração comercial poderão ser utilizadas em atividades comerciais que não coloquem em risco a segurança das pontes e dos viadutos. Parágrafo Único. As formas, condições e os requisitos para a utilização de tais áreas pelos concessionários serão definidas em ato próprio do Poder Executivo. Os locais a serem licitados deverão manter um padrão arquitetônico único e o uso e a ocupação das áreas terão de ser submetidos, previamente, à aprovação dos órgãos competentes. O Executivo fica obrigado a viabilizar o acesso para entrada e saída de veículos, bem como implantar toda a infra-estrutura que se fizer necessária para o melhor e maior aproveitamento das áreas a serem cedidas. O concessionário deverá se incumbir, sem ônus para o Município, da instalação, conservação, limpeza e ajardinamento do local, podendo incluir publicidade e sinalização, desde que respeitadas as legislações em vigor. As receitas decorrentes do pagamento referente à exploração serão destinadas prioritariamente à remoção e reinstalação dos ocupantes dessas áreas, os quais deverão ser transferidos para moradias populares. Parágrafo Único. Após o término do estabelecido no "caput" deste artigo, a arrecadação deverá ser destinada prioritariamente para obras sociais. (PREFEITURA, 2002).

No ano seguinte foi promulgado o decreto 43.122/2003, ainda na gestão da Marta Suplicy, retomando a questão da cessão onerosa do baixo viaduto, porém desta vez dava prioridade para entidades de caráter social e filantrópico, permitindo a instalação de projetos sociais ou a exploração de estacionamentos que revertesse seus ganhos para suas atividades filantrópicas. Este decreto já dava sinais de que o Partido dos Trabalhadores, assim como setores da Igreja, não viam problema na retirada dos moradores ou na privatização destes espaços, o que estava em disputa era quem seria beneficiado pela concessão onerosa. O decreto foi posteriormente reforçado com a criação da Lei 13.775/2004.

Já na gestão Gilberto Kassab que tinha um grande complexo voltado para estética da cidade, gestão essa que teve a criação da lei Cidade Limpa que limitava a publicidade na cidade, os baixios dos viadutos foram olhados como espaço para criação de intervenções urbanísticas. O Decreto 48.378/2007 já criava a possibilidade de exploração do espaço para comércio e criação de equipamentos de lazer e esporte. O debate voltava a se concentrar somente na questão de quem poderia gozar na cessão onerosa do espaço.

Ao longo da gestão Fernando Haddad do PT foi feita uma grande revisão de todo marco urbanístico da cidade incluindo novo Plano Diretor e Nova Lei de Uso e Ocupação de Solo, popularmente chamada de Lei de Zoneamento. Embora durante os debates de revisão do marco legal as áreas abaixo dos viadutos tenham sido colocadas em debate, na versão final das leis não consta nada acerca disso. Durante este tempo, alguns decretos foram elaborados em conjunto a SPURBANISMO que pretendiam regulamentar a utilização destes espaços. Tomaram como referência para o projeto a utilização da área abaixo do Viaduto Júlio de Mesquita Filho, teorizava que essas áreas não são somente parte do sistema viário municipal mas também parte da rede de espaços públicos da cidade, sendo assim os projetos para essas áreas deveriam se preocupar em integrar os espaços abaixo dos viadutos com o tecido urbano. A ativação citava a importância de criar movimento, acesso, atividades nestes lugares justamente com objetivo de inseri-los na cidade contribuindo para a percepção de que essas áreas são parte do ambiente urbano. Por ficar no bairro do Bexiga, os proprietários da região queriam estimular a apropriação sociocultural das áreas abaixo dos viadutos, inclusive incentivando a ocupação e a permanência das pessoas.

O mesmo documento mais uma vez debatia a cessão onerosa destes espaços que, através de Parceria Público-Privada poderiam resultar em requalificação sem onerar o caixa municipal. Os projetos traziam alusão a projetos semelhantes que existem nos viadutos de Amsterdã e Nova Iorque. Além do Viaduto Júlio de Mesquita Filho, também buscaram ceder o espaço de outros viadutos, como da Alcântara Machado (nosso objeto de estudo, com a

população de rua em seu baixio), mas as pressões dos movimentos sociais fizeram recuar para esse e outros viadutos. É importante lembrar que estes editais não atraíram interessados, enterrando a proposta.

A gestão de João Doria e Bruno Covas voltou a buscar interessados da esfera privada para realizar a transformação dessas áreas. Pela primeira vez em muito tempo, uma dessas chamadas públicas dizia da importância da integração das áreas com o resto do tecido urbano e decidiu proibir propostas de estacionamento. É bom frisar que para urbanistas, estacionamentos significam área com baixo movimento, sem circulação e que pouco poderiam contribuir para a integração dos espaços com o resto da cidade, principalmente no que sobre a sensação de insegurança. A mesma chamada clamava por espaços de fruição de pedestres, *foodtrucks*, áreas de lazer e equipamentos culturais.

Lembramos que a Lei contempla a lógica do urbanismo brasileiro de ocupar primeiro para depois urbanizar. Enquanto os exemplos globais diriam que primeiro você constrói as habitações e depois ocupa essas áreas, no Brasil atendemos a lógica de “resolver o problema” em apenas uma das pontas. Isso significa que você atende aos interesses daqueles que não querem essas pessoas ocupando essas áreas, porém projeta a resolução de onde abrigar estas pessoas para um ponto futuro que diversas vezes nunca chega.

É ao longo da década de 1990 que se consolida o urbanismo higienista na Cidade de São Paulo, processo que inclui projetos como o Cingapura<sup>12</sup> e que envolvia a construção de edifícios de habitação social no espaço entre os grandes eixos de mobilidade e as grandes favelas, uma alternativa que buscava apenas esconder visualmente as favelas de quem transitava. A década de 1990 é também o início do processo de intensificação da chamada “arquitetura hostil” pela cidade de São Paulo. Essas medidas tinham como foco afastar o morador de rua e os skatistas através do desenho urbano. As táticas utilizadas para isso foram a colocação de pedras pontiagudas nos espaços abaixo de viadutos, bancos com divisórias que impedem das pessoas se deitarem, porém repetindo a questão de resolver o problema para apenas uma das pontas.

O antropólogo Marc Augé (2020) faz uma reflexão acerca do significado do espaço público que nos ajuda a entender a realidade paulistana. Para Augé (2020), o que difere um espaço de um lugar é que lugares são espaços com significados, enquanto espaço é apenas uma área de ligação entre os lugares, algo sem uma camada de significado. O espaço público

---

<sup>12</sup> Os edifícios do Cingapura trabalhavam no regime de concessão por 99 anos e não permitiam a venda, sendo que o terreno continuaria em posse da prefeitura, algo que só foi regularizado por lei com a criação do Estatuto da Cidade no ano de 2001.

no Brasil é sempre pensado apenas como forma de interligar os lugares, esses quase sempre privados. A cidade nunca é vista como um lugar, reuniões no Brasil não acontecem no espaço público<sup>13</sup>, existe uma cultura de que a cidade não é nunca um lugar para se estar. O entendimento de que todo espaço coletivo está destinado somente à circulação impede o uso da cidade mesmo para aqueles que possuem mais condições. Enquanto cidades pelo mundo possuem a cultura da residência como um lugar particular, e as interações sociais acontecem no espaço público, gerando uma demanda menor por espaço privado dentro do município. No Brasil, historicamente criou-se a imagem que atrela “vadiagem”<sup>14</sup> a estar no lugar público. Isso resulta no combate a qualquer pessoa no espaço público, seja um membro da elite se reunindo ou, em graus muito maiores de combate, um indivíduo periférico vivendo no espaço da cidade.

O morador de rua é visto da mesma forma que uma pixação. Algo que confronta a estética da elite dominante e deve ser combatido; a cidade, como dito, não é um lugar, mas requer o atendimento dos padrões estéticos impostos pela classe dominante. Não é nossa intenção dar a entender que exista uma honra do tipo “seja marginal, seja herói”, queremos apontar que se trata para aqueles que detêm o poder mais como uma questão de ordem estética e moral do que uma questão humanitária, tampouco discute-se sobre a organização social da cidade sem que reivindiquem a moral de um ou outro substrato de classe.

Essa concepção dos administradores da cidade, de que trata-se de um problema estético, traz como proposta a expulsão dos moradores de rua do espaço público sem a preocupação de qual será o destino dessas pessoas. Assim, o povo de rua passa a circular pela cidade de maneira intermitente como se fossem “refugiados urbanos”<sup>15</sup>: ora se fixam em um lugar e constroem uma comunidade com suas ‘malocas’, para em seguida serem expulsos com repressão policial e repetir o mesmo algumas quadras depois, ou ora estão em albergues,

---

<sup>13</sup> Uma realidade completamente diferente da cidade de Buenos Aires, onde fizemos estágio doutoral e estão suas conclusões no posfácio deste trabalho. Em Buenos Aires é bastante comum as pessoas se juntarem e ocupar espaços públicos, significando-os de diferentes maneiras, como nas praças e parques.

<sup>14</sup> De qualquer forma, os processos de urbanização na composição das cidades modernas parecem todas passar por esse processo. No capítulo d’O Capital sobre a Acumulação Primitiva, Marx descreve toda a legislação para combater a vadiagem durante a era vitoriana na Inglaterra. Assim, também, sabemos que foi tratado o samba em um primeiro momento com Getúlio Vargas, os punks e skatistas nos anos 1980 e 1990, os funkeiros e os rolezinhos na última década. Papai Smurf, que morava na ocupação do povo de rua que fizemos campo, uma vez nos disse: “os sambistas já foram perseguidos até serem reconhecidos, os skatistas também, agora é a hora de aceitarem o povo da rua”. De alguma forma, até hoje, sambistas, funkeiros, rockeiros, punks, skinheads, pixadores e moradores em situação de rua se cruzam pela madrugada em São Paulo, constituindo esse espaço que todos reivindicam como “A Rua”, disputando as suas regras e valores.


<sup>15</sup> Esse foi um termo proposto pelo monsenhor Julio Lancellotti em 2017 junto ao CATSo, observando as ocupações urbanas ou os centro de detenção na Europa com a massa de refugiados que chegaram com a Guerra da Síria, ou com os campos de detenção para imigrantes mexicanos nos EUA, ou com os palestinos em Israel. Essa comparação foi feita em uma visita de militantes do CATSo ao Complexo Prates na Zona Norte, com entrevistas aos usuários do espaço.

ora em Centros de Detenção Provisória (CDPs), ora em presídios. Na gestão da cidade, incomoda menos carros dormindo e ocupando o espaço público do que pessoas. Os carros historicamente tem mais valor para a administração municipal do que as pessoas e o ato de expulsar desabrigados para colocar automóveis no lugar comprova não somente que é uma questão estética, como a visão de que determinada classe tem o direito de privatizar o espaço público colocando os seus carros para dormir, enquanto pessoas vulneráveis não possuem o direito de ocupar o espaço da cidade.

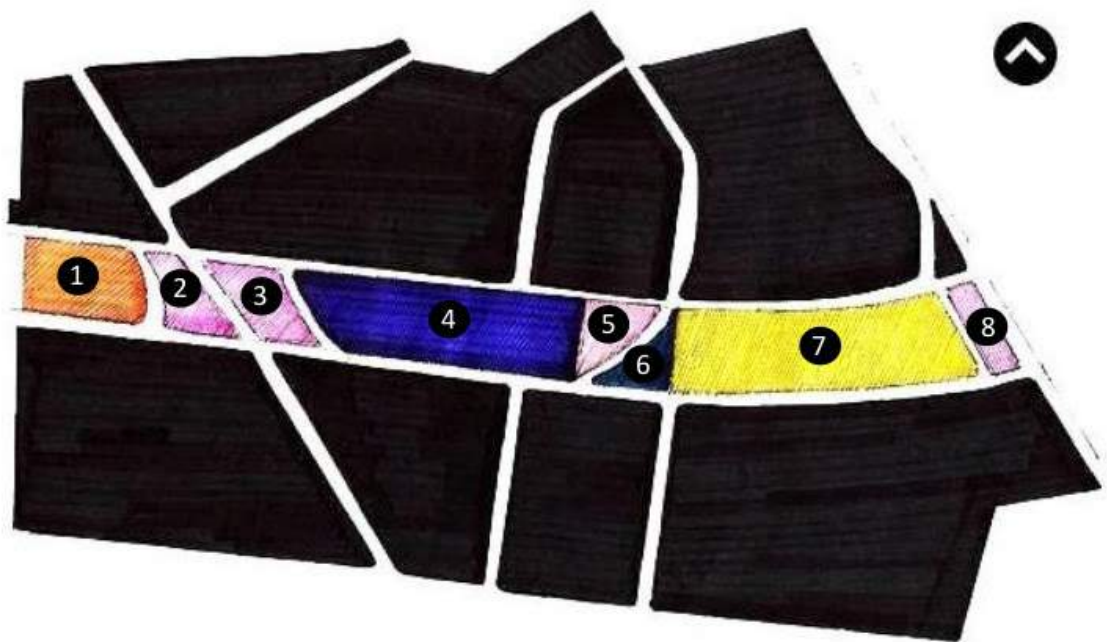
### 3. História do Viaduto Alcântara Machado e a ocupação do povo de rua

Tabela 1 – Histórico dos usos do baixo do viaduto Alcântara Machado

ANO	USO
1968	FEIRA MODERNA
1980	MORADIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
2002	DEPÓSITO DA CET
2006	ACADEMIA DE BOXE DO GARRIDO
2008	ÁREA POLIESPORTIVA
2012	ACADEMIA PARA IDOSOS
2012	TENDA
2013	MORADIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

 Uso ainda presente

*Tabela de Victor Martins de Aguiar (2017)*



(23) Croqui dos usos no baixio do viaduto Alcântara Machado.

USO	
1. OCUPAÇÃO DE MORADIAS	5. SEM USO
2. OCUPAÇÃO DE MORADIAS	6. CONCENTRAÇÃO DE MORADORES DE RUA
3. OCUPAÇÃO DE MORADIAS	7. ACADEMIA DE BOXE DO GARRIDO
4. ÁREA POLIESPORTIVA	8. SEM USO

Croqui e Tabela de *Victor Martins de Aguiar* (2017)

O viaduto Alcântara Machado está localizado ao longo da extensão de uma avenida que leva o mesmo nome. Situado entre os bairros do Brás e da Mooca, a construção com 1.125 m de extensão, erguida para transpor a estrada de ferro Santos-Jundiaí, foi considerada o maior viaduto urbano do país da época. Entregue em 1967 pelo prefeito Faria Lima, sua inauguração contou com o então presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva (AGUIAR, 2017, pp.29-50).

A ocupação informal do espaço se deu pouco tempo após este evento, sem sequer ocorrer qualquer proposição de uso pelo poder público. Até que em 1968 foi inaugurada a “feira moderna” da cidade pelo então prefeito. Naquele instante, o secretário de



Abastecimento João Pacheco Chaves anunciou o deslocamento de duas feiras livres, da rua Campos Sales e da rua Dom Bosco para o baixio daquele viaduto:

Segundo declarações da prefeitura na época, a instalação de feiras livres nos baixios dos viadutos de São Paulo tinha como objetivo diminuir os problemas gerados nas ruas dos bairros onde esse tipo de comércio era realizado. Entre esses problemas, eram citados: impedimentos ao trânsito, sujeira nas ruas e perturbação da vizinhança quando as barracas eram montadas e desmontadas. (...) Nesses baixios, as feiras dispunham de energia elétrica, abastecimento de água, rede de esgoto e estacionamento de veículos, além de barracas especiais de alvenaria para o comércio de carnes e peixes. (AGUIAR, 2017, pp.29-50)

A feira foi desativada no final da década de 1980 e, com o passar do tempo, o baixio do viaduto foi ocupado pela população de rua. Com o fim das atividades instituídas pela Prefeitura, então, os ocupantes enxergavam o espaço como lugar de construção de sua moradia (AGUIAR, 2017, pp.29-50).

Esta ocupação deu origem a um tipo próprio de construção na paisagem urbana, designada “favela intermitente”, devido às suas características fundamentais como o surgimento, crescimento, diminuição e desaparecimento espalhados pela cidade de forma esporádica. Normalmente, era formada por casas feitas de papelão, plástico e lâminas de madeira, sem água ou luz, com apenas um cômodo para até cinco pessoas. De acordo com a Prefeitura, não seria possível informar quantas destas existiam na cidade e tampouco o número de pessoas que ali residiam, em função do fluxo constante de moradores (AGUIAR, 2017, pp.29-50).

Uma pesquisa feita em 1991 sobre a população de rua revelou que as pessoas que viviam nesta condição não eram migrantes recém chegados como se desconfiava. Na realidade, a sua maioria, sem emprego, já estava na cidade por algum tempo. Os resultados também apontam que a ocupação dos viadutos Alcântara Machado e Glicério era recente e, além disso, quando um grupo abandonava o espaço, rapidamente outro ocupava (AGUIAR, 2017, pp.29-50).

Em 1999, estes grupos deixaram de ocupar o baixio do viaduto Alcântara em função de um incêndio que deixou uma vítima, 80 barracos destruídos e 80 famílias desabrigadas. A polícia informou que a causa do incêndio havia decorrido de uma briga doméstica. No entanto, para os moradores, o incêndio foi doloso, praticado pela comunidade do bairro a fim de removê-los daquele lugar (AGUIAR, 2017, pp.29-50).

Apesar do incidente, novas ocupações ocorreram em anos posteriores naquela mesma localidade. Em 2001, havia 18 famílias abrigadas no local. Sob a gestão de Marta Suplicy, a prefeitura instalou banheiros públicos nos baixios dos viadutos do município. Não havia,

segundo a prefeitura da época, recursos para oferecer uma outra ou mais elaborada alternativa (AGUIAR, 2017, pp.29-50).

Novas tentativas de remoção da população de rua de ponte e viaduto sucederam em São Paulo. Por meio do chamado Plano de Reabilitação Urbanística, 65 pessoas foram despejadas dos viadutos Alcântara Machado e Antônio Nakashima – este último próximo à Avenida do Estado. Uma parte das pessoas foi encaminhada para um edifício de três andares no bairro da Liberdade. Casais sem filhos e pessoas solteiras foram alocados em um hotel no Centro. Em alguns casos, a reação das demais pessoas era negativa ao saber que seus novos vizinhos eram antigos moradores de rua. Além disto, cada um dos apartamentos era dividido por duas famílias (AGUIAR, 2017, pp.29-50).

Em 2002, após a remoção completa das famílias do viaduto Alcântara Machado, este espaço foi concedido pela prefeitura para a CET. A instalação de um depósito de veículos no local daria lugar a ocupação por parte das pessoas, porém, neste sentido, não foi eficaz. Aos poucos, as pessoas passaram a viver entre os veículos. Na medida em que as peças automotivas eram furtadas destes depósitos, a vizinhança desconfiava tanto dos moradores do baixio, que supostamente vendiam o produto do furto para compra de drogas, quanto do crime organizado que atuava na região (AGUIAR, 2017, pp.29-50).

O viaduto Alcântara Machado continuou sendo alvo de diversos empreendimentos. Em 2006, inaugurou-se a academia de boxe de Nilson Garrido no baixio deste viaduto, cujo espaço fora concedido pela prefeitura. Em seguida, no ano de 2008, o prefeito Kassab instalou um conjunto de equipamentos esportivos naquela localidade, atendendo às reivindicações da vizinhança de que o espaço fosse aproveitado para o lazer da comunidade – em detrimento das moradias da população de rua (AGUIAR, 2017, pp.29-50).

Em 2010, Fátima, moradora do bairro, receosa da população de rua retomar seu espaço de moradia, assumiu a gestão da Associação Esportiva, Social, Cultural Futuro Melhor da Mooca, sediada no próprio viaduto. Ela é responsável por captar recursos para a manutenção do espaço por meio da locação de duas quadras situadas na área poliesportiva – prática considerada ilegal, por tratar-se de um espaço público:

“Em seu discurso, Fátima acabou deixando claro que o grande mérito do projeto não é tanto a de ele se constituir em uma possibilidade de lazer ou prática esportiva para os moradores do entorno, mas sim seu papel em impedir que o baixio do viaduto se torne outra ocupação da população em situação de rua.” (AGUIAR, 2017, pp.29-50)

Em 2012, a prefeitura instalou as tendas de atendimento à população de rua, sob tutela da secretaria de desenvolvimento e assistência social, para acolher as pessoas que poderiam lavar roupas, tomar banho, receber atendimento psicológico, além de realizar cursos. Este

espaço era gerido pelo Instituto Social Santa Lúcia, ONG conveniada pela prefeitura que já era responsável por outras tendas (AGUIAR, 2017, pp.29-50).

Rapidamente, naquele mesmo ano, a secretaria declarou que as atividades nas tendas pela cidade seriam encerradas por motivo de falta de estrutura e cumprimento dos objetivos iniciais. Os moradores de rua contemplados pelas tendas foram removidos e encaminhados para outros espaços, como albergues. No entanto, a tenda Alcântara Machado seguiu funcionando, autogerida por quem frequentava o espaço:

“Ao final de 2016, a percepção do baixo do viaduto Alcântara Machado entre a população da cidade era a de um lugar degradado, principalmente por causa da ocupação da população em situação de rua e dos resíduos que ela gera. Devido à presença do projeto de Garrido e da área poliesportiva gerida por Fátima, para algumas pessoas o baixo é percebido como espaço de lazer e de caráter público.” (AGUIAR, 2017, pp.29-50)

#### 4. A Ocupação do Povo de Rua do Espaço Alcântara Machado

Como acabamos de ver, a ocupação dos viadutos pela população de rua não é particular do Brasil, de São Paulo ou do Viaduto Alcântara Machado. Mesmo no Viaduto Alcântara Machado a ocupação não é recente e já havia ocorrido ao longo dos anos 1980 e 1990 – Vagão, um morador da Ocupação Alcântara Machado e sobrevivente do Massacre do Carandiru, vivia no viaduto já nos anos 1990. A ação da Igreja Católica com a população de rua e com a Alcântara Machado não começou em 2012 com a construção da Tenda e ainda nos anos 1990 já existia na região ação do monsenhor Júlio Lancellotti através do Vicariato do Povo de Rua, da Pastoral do Povo de Rua e de sua Paróquia no Belém. Sabe-se dos debates públicos que Lancellotti travou com Paulo Maluf tanto nas questões sobre a população de rua, como sobre menores infratores ou sobre questões do aborto<sup>16</sup>.

A região do Brás, Mooca e Belém é uma região eminentemente católica, seja com suas famílias ou relações institucionais (ver Capítulo 7). Com a redemocratização impulsionada pelas Divisões Eclesiais de Base da Igreja Católica ao longo dos anos 1980, a

---

<sup>16</sup> Paulo Maluf chegou a processar Julio Lancellotti, demonstrando a quantia que disponibilizou para a Igreja e a população de rua; Paulo Maluf disse que o monsenhor Julio Lancellotti se queixou da administração do PT de Luiza Erundina – assim, como sabemos, de Fernando Haddad – além de acusá-lo de ser a favor do aborto. Sobre essa acusação o monsenhor Julio Lancellotti não respondeu, mas recentemente declarou publicamente ser contra o aborto, seguindo as posições da CNBB e do Papa Francisco. Para mais sobre, ver:

1)<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u8907.shtml>>;

2)<[https://www.conjur.com.br/2001-mar-09/julio\\_lancelotti\\_pagar\\_indenizacao\\_ex-prefeito](https://www.conjur.com.br/2001-mar-09/julio_lancelotti_pagar_indenizacao_ex-prefeito)>;

3)<<https://www.cnbb.org.br/posicao-da-cnbb-em-defesa-da-vida-humana-e-contra-o-aborto/?fbclid=IwAR1FB-8G4SmJcKGGYzSnHhJEVd7FwuKUIQ6NwsPME3Q1q5l9c7nVHhfdFo>> ;

4)<<https://www.acidigital.com/noticias/em-entrevista-papa-reitera-que-o-aborto-e-como-um-matador-de-aluguel-que-tira-a-vida-18983?fbclid=IwAR299QrA4PwhBxPV39P5hswuiEVMK9kn9EJyhL3SXk7Yw4qwJF3crWZ5GFE>> ;

5)<[https://vermelho.org.br/2020/09/02/julio-lancellotti-pauta-moral-e-desculpa-para-esconder-neofascismo/?fbclid=IwAR18kl09uRp1\\_tMc6KM0P\\_6MIG1rzsE8ycUUlqTs1E3Xo7u0gu7jIRNyWPg](https://vermelho.org.br/2020/09/02/julio-lancellotti-pauta-moral-e-desculpa-para-esconder-neofascismo/?fbclid=IwAR18kl09uRp1_tMc6KM0P_6MIG1rzsE8ycUUlqTs1E3Xo7u0gu7jIRNyWPg)> .

institucionalização desse processo começou ao longo dos anos 1990 junto à terceirização dos serviços públicos, assumindo então serviços de saúde e assistência social através da criação de Organizações da Sociedade Civil ligadas à Igreja Católica<sup>17</sup> (ver Capítulo 8). As ações do Padre Júlio Lancellotti na região já eram conhecidas através das ONGs na região, que o monsenhor Júlio Lancellotti articula com através do Vicariato e das Pastorais (do Menor e do Povo de Rua), como por exemplo a OSC Nossa Senhora do Bom Parto (BOMPAR) e os espaços de convívio dedicados ao São Martinho.

A ocupação urbana pela população de rua, do Brás, da Mooca e do Belém já existe há algumas décadas, sendo desfeita e refeita diversas vezes. Como vimos, o baixio do viaduto Alcântara Machado já possuía população de rua habitando há algum tempo. Já uma enorme comunidade histórica que começou a crescer exponencialmente na Bresser, chamada Comunidade do Cimento (porque estava ao lado de uma fábrica histórica de cimento, onde muitos inclusive trabalharam) – essa comunidade chegou a ser desfeita algumas vezes, mas ao longo dos anos 2010 cresceu exponencialmente, com atuação da Pastoral do Povo de Rua. Serviços históricos para a população de rua já existiam na região, como o Arsenal da Boa Esperança.

Padre Julio Lancellotti cresceu na região e se tornou bastante ativo a partir dos anos 1990, principalmente na FEBEM e na Casa Vida I e II (da OSC Bompar), cuidando de abrigo de crianças com HIV. Também foi um dos idealizadores dos espaços de convivência São Martinho. Padre Julio Lancellotti é Vigário Episcopal do Povo de Rua, Pároco do Belém, coordena a Pastoral do Povo de Rua (junto ao laicato católico e as OSCs católicas), fundou junto a Dom Luciano Mendes a Pastoral do Menor e Pastoral da Criança e é membro vitalício de conselhos de OSCs como a Nossa Senhora do Bomparto (BOMPAR), que administra diversos abrigos para crianças e para população de rua, além dos “Consultórios de Rua” terceirizados. Como vimos, sua atuação com a população de rua na região, através da ação pastoral e de sua paróquia, já estabelecia sua relação com o poder público ao longo das gestões municipais, ora pressionando a gestão de Luiza Erundina (1989-1992) e Fernando

---

<sup>17</sup> Alguns marcos favoreceram as Igrejas no período após a redemocratização. Repetindo Figueiredo (militar) e Sarney (PMDB), FHC (PSDB) ampliou as concessões audiovisuais para as Igrejas durante sua gestão. Em seguida, a concordata entre a Santa Sé e o Brasil em 2008 durante a gestão Lula (PT) regularizou diversos privilégios tributários e trabalhistas, assim como liberdade para as ações sociais e confessionais da Igreja Católica no Brasil, sem contrapartida - também houveram documentos vazados pelo Wikileaks sobre o assunto. O Marco Civil das Organizações da Sociedade Civil durante a gestão de Dilma Rousseff (PT) deu mais liberdade de ação para as OSCs das Igrejas. Em 2020, enquanto ocorria a reforma do FUNDEB, a CNBB tomou a liderança junto às distintas Igrejas para negociar com Rodrigo Maia (DEM) que o FUNDEB pudesse ser direcionado às escolas confessionais via terceirização – mas não logrou sucesso. As ‘mantenedoras’ da Igreja Católica cresceram bastante nas últimas décadas, assim como as confissões neopentecostais, mas é difícil ter clareza sobre as cifras de um processo que não é transparente.

Haddad (2013-2016), ora negociando com as gestões de gestão Paulo Maluf (1993-1996) e João Dória (2017-). Frequentemente, a partir das disputas internas locais nas comunidades ou na Igreja Católica o fazem mobilizar sua base para fazer pressão alheia aos participantes e que se sobrepõem aos mecanismos institucionais previstos nos espaços em que atua a portas fechadas<sup>18</sup>.

Durante a gestão de Gilberto Kassab (2006-2012) abriu-se um serviço de Tenda para a população de rua no baixio do viaduto Alcântara Machado. A OSC que administrava o serviço era a Santa Lúcia. Padre Julio indicou um gerente para administrar o espaço.

O gerente indicado foi Paulo, um militante com a rua de décadas. Paulo é um cientista social evangélico formado pela Faculdade Metodista, onde teve contato com o pensamento de Rubem Alves e se aproximou do pensamento da Teologia da Libertação. Além disso, Paulo é parte de uma geração autonomista que se inspira no Zapatismo de Chiapas, circulando nos espaços anarquistas e de punk rock que incendiaram o movimento anti-globalização do começo dos anos 2000. Paulo havia trabalhado em diversas Comunidades Terapêuticas confessionais, em sítios no interior e na Cracolândia. Acabou por romper com essas instituições, acumulando diversas críticas à abordagem punitivista e conservadora. Paulo aproximou-se da Pastoral do Povo de Rua e do Padre Julio Lancellotti pelas afinidades eletivas, sempre trabalhando próximo. Conviveu intensamente ao longo de anos com a população de rua na Cracolândia, com um compromisso inquestionável. Pelo seu conhecimento da cultura de rua como dos valores, pela sua combatividade, seu compromisso e inquietude, pela afinidade com a abordagem da Pastoral do Povo de Rua, Paulo assumiu a gerência do serviço.

A primeira ação foi contratar educadores sociais de duas origens: militantes revolucionários vindos da universidade e trabalhadores da periferia<sup>19</sup>. Em 2013, inspirado nas

---

<sup>18</sup> No meio de uma dessas disputas, Padre Julio Lancellotti foi pressionado por um jovem ex-conhecido que ameaçou tornar público abusos sexuais cometidos pelo Padre e o chantageou, recebendo mais de R\$600 mil reais. O caso foi para Justiça e Padre Julio Lancellotti disse que as acusações vinham de perseguição política do Governo do Estado. Foram todos absolvidos, o processo foi encerrado e encontra-se hoje em segredo (não conseguimos acesso). Há 13 anos não existem mais informações sobre o caso. Mais em: <<https://correio-forense.jusbrasil.com.br/noticias/21536/justica-absolve-acusados-de-extorquir-padre-julio-lancellotti>>

<sup>19</sup> Muitas vezes eram simultaneamente estudantes universitários e da periferia, filhous ou netos de uma pequena burguesia local. Eram membros de famílias que se ascenderam no governo Lula pelo poder de consumo, constituindo uma pequena burguesia nos negócios locais, como no comércio ou no aluguel de casas em lotes adquiridos anteriormente. Não viviam nas favelas, mas nos bairros. Muitos eram a primeira geração a aceder às universidades, como a USP, PUC-SP, FMU, ESP, em profissões requisitadas no mercado. Provêm de famílias mais ou menos estruturadas, acumulando propriedades móveis e imóveis. Frequentemente julgavam uns aos outros pelo bairro de origem, com uma rivalidade bairrista e essencialista, geralmente através de uma moral rígida e conservadora em costumes. A maior ‘rivalidade’, porém, se dá entre a ascendente Zona Leste contra a velha classe católica da Zona Oeste. A maioria possuía críticas ao governo dos Partidos dos Trabalhadores e tomavam como lema, trazido da periferia, o ‘é nós por nós’.

Manifestações do MPL (das quais participaram), criaram um coletivo dentro da Tenda, o CATSo – Coletivo Autônomo de Trabalhadores Sociais. Se inspiravam no autonomismo coletivista que surgiu nos anos 1990 e que estava incorporado no Movimento Passe Livre (MPL), ou seja, coletivos sem estrutura, horizontais etc. Decidiram fazer assembleias semanais com os usuários do serviço, apresentando toda a transparência de gastos e salários ou funcionamento público da Tenda; começaram a se articular politicamente e decidir conjuntamente com a população de rua que usava o serviço.

Dessa forma se articularam com as redes políticas autonomistas que estavam atuando naquele momento: Coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR); Marcha da Maconha; Central de (CMI); Movimento Passe Livre (MPL); organização comunitária da Favela do Moinho e da Favela do Piolho; Pastorais (Carcerária, Povo de Rua); Mães de Maio; Centro Gaspar Garcia; Rede 2 de Outubro; SINTUSP; Observatório do Povo de Rua; Casa Mafalda; Fórum Popular de Saúde – Itaquera; Associação de Moradores do Jardim Helian; Ponte Jornalismo; Biblioteca Terra Livre; Coletivo Luana Barbosa; professores e estudantes da PUC da assistência social (Profa. Rosalina); Fórum do Reggae; Fanfarra Clandestina; apoio de integrantes do NuSol da PUC; estudantes da USP, dos cursos de Ciências Sociais e História; pós-graduandos; Autônomos F.C (time de várzea); secundaristas autônomos; Ação Antifascista; Movimento Terra Livre.

Devido às reformas do Itaquerão e a gentrificação das áreas que passam pela Radial Leste, enorme pressão se colocou contra os serviços que o CATSo organizava e se tornou um pólo central de discussão do projeto Arquitetura da Gentrificação. Em 2014, fez parte da rede de movimentos pelo Direito à Cidade que compunham o Comitê Contra a Copa, próximos à academia, junto a Hermínia Maricatto e Vera Telles.

O CATSo transformou a forma de pensar a gestão de serviços de assistência social. Começaram a criar comunidade debaixo do Viaduto Alcântara Machado, permitindo a formação de ‘malocas’ (barracos). Organizaram as regras de convivência, a geografia do espaço, as funções de cada morador para ajudar na construção do espaço (“de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”). Puxaram ‘gato’ (luz) para os barracos. Mesmo quando a Prefeitura questionava as ações da gerência do espaço, o Coletivo não cedia e enfrentava tanto a OSC responsável (Santa Lúcia) como a Prefeitura. Confrontaram também a GCM que cotidianamente oprimia o povo de rua na região. Denunciaram a opressão da Prefeitura e da GCM (retirada de cobertores, prisão, agressão, assédio). Já que a gestão era do Partido dos Trabalhadores (PT) e isso não era esperado, o assunto obteve grande repercussão nos meios de comunicação – muitos também se

aproveitaram dessa situação para desgastar a gestão Haddad, principalmente em período eleitoral. Com o tempo, passaram a contratar a própria população de rua para gerir o espaço.

Assim, a OSC Santa Lúcia, junto à SMADS gerida por Luciana Temer, decidem desmontar a comunidade do Cimento e fechar a Tenda da Alcântara Machado. Em resposta, o CATSo, junto ao Padre Julio Lancellotti e ao movimento autonomista, conseguem articular a rede em que estavam e conseguir forte mobilização, chegando à grande mídia e resistindo a diversas reintegrações de posse, com paus e pedras (literalmente).

Uma vez anunciado o fechamento dos serviços, é marcada uma reunião com os moradores e trabalhadores. Decidem por ocupar o espaço, mas acontece um ‘racha’ no Coletivo, entre os autonomistas que propuseram a autogestão e os que não eram tão próximos do autonomismo, os que eram mais próximos dos partidos, ou os que não quiseram arriscar sua carreira. Quem permaneceu decidiu gerir o espaço de forma autônoma e de maneira mais combativa, já que havia risco de reintegração de posse e necessidade de resistência. Aproveitando a popularidade que alcançou, convoca anarquistas a participarem da autogestão, mudando novamente o perfil do Coletivo. Assim, a cada ameaça de reintegração, ocuparam novos espaços, como o Espaço São Martinho no Belém, também fechado pela gestão. Continuaram a se articular com a Comunidade do Cimento.

Os espaços passam a ser autogeridos, com escalas de limpeza de banheiros e área comum; organiza assembleias semanais, resolve ‘perreco’, auxilia na construção de barracos; Faz a articulação política, busca assessoria jurídica, assistencial e de saúde; organiza mutirões, doações, refeições diárias para centenas de pessoa (vão até o ‘mercadão’ pegar descartes de boa qualidade; convocam oficinas de trabalho ou de costumes; organizam rodas de conversa sobre racismo, feminismo etc; lazer (futebol); organizam manifestações; manifestações; convocam diversos outros coletivos para organizar eventos, shows, festa, almoço comunitários, oficinas, documentários, notícias de jornal.

Com o tempo muitos militantes foram chegando à exaustão, ou se confrontando com a necessidade de cuidar da própria vida que ficou desordenada; muitos tiveram dificuldades de conseguir emprego na área por terem processos ou por estarem marcados; muitos adoeceram. Aos poucos os conflitos internos tomaram conta e dificultaram a mobilização. A perseguição e repressão acentuou todos conflitos. A desmobilização da rede autonomista, também consumida pela perseguição e discórdia, também afetou a atividade do Coletivo.

Atualmente se encontra em um estágio que apenas se movimenta conforme estratégia e lobby da Pastoral do Povo de Rua<sup>20</sup> permite. Soma-se a isso que a ação mais agressiva das pastorais entre os anos de 2013-2015 em muito tem a ver com a disputa política estabelecida no Vaticano entre o Papa Francisco e setores tradicionais da Igreja Católica durante seus Sínodos. Papa Francisco, jesuíta e peronista ligado aos movimentos de base, mobilizou seus militantes ao redor do mundo para ‘incomodar’ a base conservadora católica como o Cardeal Dom Odilo Scherer em São Paulo (WHITESIDE, 2019) – um assunto alheio à sociedade civil brasileira e uma intervenção de uma monarquia estrangeira na vida cotidiana e republicana da cidade que acabou por envolver o próprio Prefeito e famílias tradicionais da Mooca (DURAN, 2016).

### *5.1. O Processo Civil de Reintegração de Posse no Ministério Público: Ocupação do Viaduto Alcântara Machado (Processo nº 1049763-66.2015.8.26.0053)*

No âmbito jurídico, em 02 de dezembro de 2015, a Municipalidade de São Paulo ingressou, através da Procuradoria Geral do Município, com uma Ação de Reintegração de Posse – com pedido liminar, tendo por objeto duas áreas públicas localizadas nos baixos do Viaduto Alcântara Machado, separadas pela Rua Piratininga, as quais encontram-se ocupadas.

A Procuradoria alegou que a área ocupada é de propriedade da Municipalidade, tendo sido invadida por terceiros. Informou que foram expedidas ordens de despejo, as quais foram ignoradas pelos ocupantes, de modo que ficou caracterizado esbulho possessório, o que justificaria recorrer ao judiciário. Por fim, fundamentou o pedido liminar no argumento de que a área ocupada estaria em risco de incêndio, mostrando-se necessária a reintegração de posse como medida de urgência, antes mesmo da decisão final no processo.

O pedido liminar foi deferido, mas a autoridade judicial determinou que a Prefeitura realizasse a identificação dos ocupantes, para cadastro destes em programas de habitação popular, como condicionante para a reintegração de posse.

A Municipalidade apresentou um cadastro parcial, informando que não houve interesse dos demais ocupantes na participação do processo de cadastramento, requerendo o seguimento da reintegração.

O pedido foi novamente deferido, sendo determinada a reintegração de posse com autorização para utilização de força policial.

---

<sup>20</sup> Como veremos adiante, Padre Julio Lancellotti assumiu a representação do processo junto à Defensoria Pública.



Antes do cumprimento da ordem de reintegração de posse, em 15 de junho de 2016, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ingressou no processo para representar os ocupantes. Preliminarmente alegou que o Município deixou de indicar as pessoas do pólo passivo da ação, contrariando o princípio constitucional da ampla defesa; que não há base para o pedido liminar, uma vez que o risco de incêndio não ficou demonstrado; que o Município deixou de cumprir a ordem de cadastramento dos moradores nas campanhas de habitação popular.

No mérito abordou os princípios constitucionais da função social da propriedade<sup>21</sup> e do direito à moradia<sup>22</sup>.

Em relação à função social da propriedade, alegou que a Municipalidade deixou de dar destinação adequada para a área ocupada, tendo os ocupantes suprido essa necessidade com as atividades voluntárias nas tendas, que se tornaram referência para a população da região.

Quanto ao direito à moradia, argumentou que o ordenamento jurídico brasileiro protege o direito de posse de área pública para fins de moradia, de modo que a Municipalidade só poderia remover os ocupantes da área no caso de haver uma alternativa habitacional.

Por fim, a Defensoria Pública se manifestou pela realização de uma audiência de conciliação.

Notadamente, sem que houvesse manifestação acerca dos pedidos feitos pela Defensoria Pública, a Municipalidade solicitou a suspensão da ordem de reintegração de posse, tendo em vista que o seu cumprimento forçado mostrou-se inadequado ante o risco de confronto e o avanço nas negociações para solução pacífica do conflito. Informou que foram adotadas medidas de contingência para prevenção contra incêndios, de modo que não haveria mais urgência para a reintegração.

Em 01 de março de 2017, a autoridade judicial concedeu a suspensão solicitada pela Municipalidade, com prazo de 60 dias. A partir deste ponto, teve início um ciclo no qual a Municipalidade requereu três vezes a suspensão da decisão de reintegração de posse, sendo que todos os pedidos foram deferidos pelo juízo, a última decisão datada de 18 de outubro de 2018, com suspensão pelo prazo de 60 dias. Os pedidos da Municipalidade foram

---

<sup>21</sup> CF: Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:(...) XXIII: a propriedade atenderá a sua função social.

<sup>22</sup> CF: Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (g.n.)

acompanhados de Relatórios de Atividade, os quais informam sobre o andamento das negociações para reintegração pacífica e os serviços realizados na área ocupada.

A Defensoria apresentou manifestação em 25 de outubro de 2018, alegando que as medidas adotadas pela Municipalidade até o momento eram inadequadas para dar uma solução definitiva ao conflito. Argumentou que a Municipalidade investiu muitos recursos em programas de assistência social, que acabaram sendo ineficientes, ao invés de investir em soluções habitacionais que são a real demanda dos moradores da área ocupada. Ao fim requereu a designação de audiência de conciliação, na intenção de que as partes envolvidas pudessem dialogar diretamente, sendo encontradas soluções adequadas e definitivas ao problema habitacional.

Após manifestação supra, a Defensoria apresentou pedido complementar, requerendo que a Municipalidade apresentasse esclarecimentos acerca de ações futuras, no sentido de entender como seria realizado o programa de locação social.

Em despacho publicado em 05 de setembro de 2019, a autoridade judicial determinou a intimação da Municipalidade para apresentar resposta às manifestações da Defensoria Pública.

Novamente sem qualquer consideração aos pontos levantados pela Defensoria Pública, em 19 de setembro de 2019, a Municipalidade se manifestou requerendo o cumprimento imediato da ordem de reintegração de posse, tendo em vista a ausência de sucesso nas tratativas da desocupação.

Em 29 de novembro de 2019, a autoridade judicial deferiu o pedido de Municipalidade, determinando o desentranhamento do mandado de reintegração de posse – retirada do documento do processo físico para que o oficial de justiça pudesse levar no momento do cumprimento.

Novamente, antes do efetivo cumprimento da reintegração de posse, foram protocoladas no processo duas manifestações contrárias à Municipalidade. Primeiro o sacerdote e vigário episcopal, Padre Júlio Renato Lancellotti, através da advogada Dra. Juliana Costa Hashimoto Bertin, requereu o ingresso no processo como terceiro interessado<sup>23</sup>, argumentando preocupação com diversos pontos para a desocupação que a Municipalidade não esclareceu ou resolveu, sendo eles: a ausência de proteção para a população solteira; a inexistência de uma real garantia para as famílias que seriam beneficiárias do auxílio aluguel;

---

<sup>23</sup> Terceiro Interessado é a pessoa que não é parte na Ação – não se enquadrando nem como Requerente e nem como Requerido – mas que tem a possibilidade de ver algum direito atingido por uma decisão judicial proferida no curso do processo.

informação clara para o encaminhamento das crianças (creches); necessidade de estabilidade para passar o final do ano e para preparar e realizar a desocupação.

Na sequência, a Defensoria se manifestou argumentando que, transcorrido cerca de um ano e meio desde o último requerimento de suspensão da reintegração de posse, a Municipalidade simplesmente se manifesta pelo seu cumprimento, sem apresentar qualquer esclarecimento acerca do que transcorreu neste período. Ao final requereu que: seja determinado que a Municipalidade apresente resultado dos estudos feitos durante os três anos de estudos; que seja agendada audiência de conciliação entre todas as partes e que a Municipalidade apresente respostas a todas as manifestações prévias da Defensoria. Subsidiariamente, requer que o cumprimento da reintegração de posse seja avisado com prazo mínimo de 90 dias de antecedência, já com esclarecimentos acerca do atendimento habitacional que será fornecido, para que os ocupantes possam se organizar e deixar o espaço por conta própria.

Em 05 de dezembro de 2019, diante das manifestações recebidas, foi prolatado despacho determinando a manifestação da Municipalidade acerca dos questionamentos apresentados.

Em atenção à decisão judicial, a Municipalidade se manifestou defendendo o cumprimento da reintegração de posse, nesse sentido foi retomada a narrativa de que o espaço ocupado se trata de área de risco. Argumentou que os ocupantes recusaram o cadastro para atendimento provisório, apenas permitindo o cadastro se fosse proposto atendimento habitacional definitivo, o que impossibilitou a continuidade dos trabalhos pela equipe de atendimento social.

Em 14 de janeiro de 2020, a Municipalidade reitera pedido de cumprimento da reintegração de posse, apresentando cadastro de trinta e três (33) famílias. Notadamente, novamente a Municipalidade não se manifestou sobre as petições da Defensoria Pública.

O Padre Júlio Lancellotti apresentou manifestação em 16/01/2020, em resposta às alegações da Municipalidade, defendendo, principalmente, os seguintes pontos: que a recusa da participação dos ocupantes no cadastro tentado pela Prefeitura se deve ao apoio do coletivo aos ocupantes solteiros, bem como às famílias que não possuem barraco, que não seriam beneficiados pelo auxílio oferecido; que o auxílio aluguel, além de ser uma solução temporária, seria em valor insuficiente para locação de um imóvel para família; que os Centros Temporários de Acolhimento muitas vezes não possuem estrutura digna, não conseguem acolher famílias ou casais e, ainda assim, não possuem vagas para acolher toda a população carente de moradia, não devendo figurar como a principal política de habitação a

longo prazo, como a Municipalidade tem feito; que a argumentação de risco de incêndio é falaciosa; defende que a solução para o problema de moradia deveria ser o investimento em Locação Social e em Repúblicas, considerando que a mera remoção dos ocupantes iria gerar apenas o deslocamento para outra ocupação, cita o caso da Favela do Cimento, que, após a reintegração de posse forçada, viu os seus ocupantes migrarem para outras três ocupações, incluindo a própria área objeto deste Processo. Ao final, requer a suspensão da reintegração de posse para que se encontre uma solução adequada para o problema habitacional dos ocupantes.

Em 24 de janeiro de 2020, a autoridade judicial prolatou decisão reconhecendo o direito à moradia como um direito social, previsto na Constituição Federal, e que o auxílio aluguel, ainda que não configure uma resposta definitiva, se mostra como instrumento útil e necessário, devendo ser aliado à inclusão dos ocupantes no cadastro para moradia. Indica que a saída pacífica dos ocupantes demanda um esforço de todas as partes. Ao final, determina que a Municipalidade comprove a inclusão de todos os ocupantes no programa de auxílio aluguel e cadastro de moradia, como condição para realização da desocupação.

A Municipalidade se manifestou apenas em 06 de agosto de 2020, alegando que já foram tomadas as providências para cadastro das famílias no programa de auxílio aluguel, o qual não foi concluído porque os ocupantes se recusaram a comparecer no cadastramento por aceitarem apenas atendimento definitivo. Informou que discorda da decisão que determinou o cadastro de todos os ocupantes e que entrou com o recurso cabível contra essa decisão. Argumentou que o Auxílio Aluguel tem objetivo de servir como complemento para renda familiar, se destinando para as famílias que possuem “*moradia física*” (aqui se entende aquelas que possuem barraco), de modo que, para quem não se enquadram nestes critérios, o atendimento deve ser por SMADS.

Intimada, a Defensoria Pública apresentou resposta em 16 de novembro de 2020, informando que, diferente da versão da Municipalidade, a recusa dos ocupantes em comparecer no Cohab para cadastramento se deve à decisão do coletivo, que demanda que a Prefeitura realize o cadastro de todos os ocupantes e não apenas das famílias. Indica que o recurso interposto pela Municipalidade não seria justificativa suficiente para o descumprimento da determinação judicial, e que, ainda que assim fosse, o recurso já teria sido julgado, sendo mantida a determinação. Ao final, requer que o novo cadastramento seja realizado no local e com aviso prévio aos ocupantes.

Em 14 de janeiro de 2021, a Municipalidade se manifestou argumentando que está tomando as medidas necessárias para viabilizar a efetiva reintegração de posse. Requereu que

a autoridade judicial determine que o Oficial de Justiça agende data e hora para cadastro dos ocupantes. Requereu que sejam intimados representantes da SEHAB, SMADS, DEMAP e da Defensoria Pública, para acompanharem o serviço de cadastramento e, após cadastro e listagem dos beneficiários, será possível concluir o pagamento do auxílio e viabilizar o cumprimento da reintegração.

Intimada para se manifestar, a Defensoria Pública, representando os ocupantes, inicialmente faz um longo esclarecimento acerca da divergência entre os argumentos da Municipalidade e a situação real da ocupação, reiterando que os motivos da recusa em participar dos cadastros anteriores se deu pela decisão do coletivo em sustentar que o auxílio deve ser destinado à todos os ocupantes, não apenas às famílias; que por vezes os representantes da Prefeitura que comparecem na ocupação apresentam informações divergentes das apresentadas no processo, gerando confusão e insegurança em relação à desocupação; que há uma expectativa que a Municipalidade apresente uma solução definitiva para o problema habitacional que afeta os ocupantes da área; que, até o momento, a Municipalidade não apresentou o resultado dos três anos de estudo sobre o caso, em especial sobre a possibilidade de atendimento via locação social.

Passados os esclarecimentos, a Defensoria Pública argumenta pela suspensão da reintegração de posse em decorrência das medidas de prevenção à COVID-19, considerando que esse procedimento envolveria a aglomeração de profissionais de diversas áreas, além dos próprios ocupantes, para realizar o cadastramento e esvaziamento da área. Indica, ainda, que na ocupação os moradores teriam mais acesso a cuidados pessoais do que durante o processo de reintegração. Por fim, se manifesta favoravelmente à proposta da Municipalidade de agendamento de data para realização de cadastro dos ocupantes da área, mas requer que referido procedimento ocorra após a pandemia ou, pelo menos, após a imunização total dos grupos prioritários.

## *5.2 Histórico Processual<sup>24</sup>*

**02/12/2018**, apresentado pedido inicial informando que a área da Prefeitura havia sido ocupada, devendo ser liberada uma vez tratar-se de área de caráter público. Argumenta que as ações administrativas não obtiveram êxito, mostrando-se necessário recorrer ao judiciário

---

<sup>24</sup> Os tempos processuais possuem uma contagem própria, o prazo para cumprimento de decisões só se inicia da sua intimação e não da decisão em si.

para determinar a remoção dos Requeridos, bem como a recomposição do bem público ocupado.

Alega que não é possível identificar os ocupantes, uma vez que haveria “contingente populacional flutuante”, de modo que esse não é um impeditivo para o seguimento do processo.

Apresentou pedido liminar, alegando haver risco de incêndio, com a existência de materiais inflamáveis no local e o uso de velas e fogueiras pelos ocupantes, mostrando-se necessário cumprimento da reintegração como medida de urgência.

**10/12/2015**, a autoridade judicial reconheceu o *fumus boni iuris*<sup>25</sup> e o *periculum in mora*<sup>26</sup>, concedendo assim o pedido liminar e determinando a reintegração de posse em favor da Municipalidade. Determinou ainda que a Requerente comprovasse, no prazo de 30 dias, o cadastramento dos invasores que preencham os requisitos legais e regulamentares em programas de habitação popular.

**23/03/2016**, a Municipalidade informa que foram identificadas 45 famílias nos cadastramentos realizados na área ocupada, sendo que os trabalhos foram interrompidos em decorrência da resistência dos ocupantes. No mais, alega que “*multiplicidade de réus e a tendência à rotatividade de invasores, inviabilizam a indicação precisa dos ocupantes*”. Ante a impossibilidade de continuar com os cadastros, requereu o prosseguimento da reintegração de posse.

Junto foi apresentado relatório assinado pelo sociólogo Filipe Cordeiro de Souza Alгатão, informando que as ações de pré-cadastramento tiveram início em 30/09/2015.

Instruindo ainda o pedido da Municipalidade, foram juntados trechos do Processo Administrativo nº 2015-0.029.241-5, nos quais constam manifestações da SEHAB-ATAJ, da SMADS e da PGR, acerca da impossibilidade de dar continuidade ao processo de cadastramento pela falta de interesse dos próprios ocupantes na inscrição nos programas habitacionais do Município de São Paulo, entendendo pela necessidade de dar continuidade ao processo de reintegração de posse, com utilização de força policial se for necessário.

**07/06/2016**, foi proferida decisão judicial acolhendo as alegações da Municipalidade, autorizando a utilização de força policial para que seja dado cumprimento à reintegração de posse.

---

<sup>25</sup>“Fumaça do bom direito” – consiste na probabilidade de deferimento futuro do pedido devido à plausibilidade do direito substancial invocado.

<sup>26</sup> “Perigo da demora” – vislumbra o perigo de dano irreparável próximo ou iminente que provavelmente deva ocorrer antes do final da ação judicial.

**15/06/2016**, protocolada Contestação da Defensoria Pública, em favor de **Carlos Henrique Ferreira, Neide Gomes Serra, Jackeline Artéro de Almeida, Abner Vianna, Maria Nilda Silva e Mário Silva do Nascimento**, todos residentes debaixo do Viaduto Alcântara Machado.

A Defensoria alega preliminarmente que:

A explicação apresentada pela Municipalidade para não indicar as pessoas do pólo passivo da ação não se sustenta, o processo de cadastramento realizado foi tumultuado e ineficiente e ainda assim foram identificadas quarenta e cinco famílias, deixando claro que um processo de cadastramento sério poderia identificar os demais moradores da ocupação, como por exemplo os agora representados pela própria Defensoria, que informam residir no local há muito tempo. Além disso, mesmo as quarenta e cinco famílias identificadas no cadastro para os programas de habitação popular não foram citadas acerca do processo, deixando claro o desinteresse da Municipalidade em respeitar o princípio do contraditório e ampla defesa<sup>27</sup>;

Para que seja concedida uma decisão liminar como a do caso, caberia a Municipalidade demonstrar de forma concreta a existência do risco de incêndio, não podendo se basear apenas em suposições. No sentido contrário ao alegado pela Requerente, os contestantes informam que não é verdade que existem barracos de papelão e nem que pessoas acendam velas ou fogareiro, existindo uma cozinha coletiva na tenda e é somente lá que cozinham e acendem fogo, reduzindo assim os risco de uma ocorrência do tipo. De outro lado, a Municipalidade possui no local tendas nas quais são prestados serviços à população em situação de rua – cuja atividade por sinal se encontra suspensa apesar de ordem judicial (Processo nº 1049834-68.2015.8.26.0053) – de modo que teria ampla condição de acompanhar de perto se de fato há alguma conduta de risco pelos ocupantes;

A Prefeitura deixou de cumprir a ordem de cadastramento dos moradores nas campanhas de habitação popular, sendo que a própria documentação apresentada já demonstra isso. Conforme análise do cadastro apresentado pela Municipalidade, verifica-se que este foi realizado em setembro de 2015, ou seja, muito antes da existência do processo, devendo frisar uma consideração e expor uma contradição. A consideração inegável é a diferença entre um cadastro realizado por uma campanha da Prefeitura para um programa de habitação e um cadastro motivado por um processo de reintegração de posse. A contradição vem do fato de a Municipalidade aduzir que há grande rotatividade dos moradores da

---

<sup>27</sup> CF: Art. 5º, inciso LV: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”

ocupação, mas considera uma lista de cadastro realizada com seis meses de antecedência ainda válida para dar cumprimento a uma ordem judicial.

No mérito alega que:

A Municipalidade deixou de dar destinação adequada para a área ocupada. Segundo os contestantes, a área está ocupada há cerca de 30 anos, nesse período foram instaladas tendas de atendimento para a população de rua, porém a Prefeitura suspendeu os atendimentos contrariando ordem judicial. Atualmente os atendimentos são realizados pelos próprios ocupantes e voluntários, que garantem o cumprimento da função social daquela propriedade, que inclusive se tornou referência para a população da região.

A Constituição Federal, em seu artigo 183 e parágrafos<sup>28</sup>, reconhece o direito de posse de área pública para fins de moradia, ou seja, gera o direito de uso e não de propriedade. Esta situação gera um aparente confronto entre bases constitucionais, quais sejam, direito à moradia e preservação de área pública por parte do Estado, de modo que o aplicador da lei deve compreender o contexto histórico do problema de moradia nos centros urbanos para poder seguir corretamente os princípios que regem os direitos confrontados.

O *déficit* habitacional, somado à exclusão de parcela da população do mercado formal imobiliário, é um dos principais fatores para a ocupação desordenada de áreas públicas, ocorre que tutelar apenas pela preservação dessas áreas, se utilizando das ferramentas estatais, irá apenas mover os ocupantes que, não tendo alternativa, irão mover a ocupação para outra área, persistindo assim o conflito.

Por fim, com base na complexidade das questões abordadas no processo, a Defensoria Pública se manifestou pela realização de uma audiência de conciliação, na qual as partes poderão compreender todos os interesses e demandas existentes e planejar soluções eficientes e adequadas para o caso.

**26/07/2016**, ante a ausência de manifestação acerca do pedido de reconsideração apresentado, a Defensoria reitera a manifestação do dia 13/06/2018, informando que interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão que deferiu a liminar requerida pela Municipalidade.

---

<sup>28</sup> CF: Art. 183: Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.



**15/08/2016**, manifestação do Oficial de Justiça informando que precisa de caminhões, carregadores, ambulância, Conselho Tutelar, Assistentes Sociais, depósito para guarda de bens, força policial e demais instrumentos para a efetivação da reintegração de posse.

**10/11/2016**, a Municipalidade solicita a suspensão da ordem de reintegração de posse, tendo em vista que o seu cumprimento forçado mostra-se inadequado ante o risco de confronto e o avanço nas negociações para solução pacífica do conflito. Informa que concebeu um plano de contingência para prevenção contra incêndios e monitoramento constante da área.

Em anexo relatório acerca da retomada das negociações com a ocupação Alcântara Machado ante os resultados positivos com as ocupações no Parque Dom Pedro e a do Cine Marrocos. Acompanha planilha informando que foram cadastradas 215 pessoas, totalizando 147 famílias, no Baixo Viaduto Alcântara Machado.

**01/03/2017**, juntada cópia da decisão que negou provimento ao Agravo de Instrumento da Defensoria Pública, mantendo a decisão que deferiu o pedido liminar da Municipalidade.

**03/03/2017**, deferido o pedido de suspensão da reintegração de posse pelo prazo de 60 dias.

**28/06/2017**, a autoridade judicial determina a intimação da Municipalidade para se manifestar acerca do objeto da ação no prazo de 5 dias.

**28/07/2017**, manifestação da Municipalidade informando que as negociações ainda estão em andamento, requerendo a suspensão da reintegração de posse por mais 30 dias.

**22/09/2017**, deferido o pedido de suspensão da reintegração de posse pelo prazo de 30 dias.

**07/03/2018**, a autoridade judicial determina a intimação da Municipalidade para responder se já foi concluída a desocupação.

**17/04/2018**, ante a ausência de resposta, a autoridade judicial determina a intimação da Municipalidade para se manifestar acerca do objeto da ação no prazo de 5 dias.

**23/04/2018**, a Municipalidade informa que ainda não foi concluída a desocupação do local. Ante a complexidade do caso e o número expressivo de ocupantes, solicitou prazo adicional de 15 dias para nova manifestação.

**17/05/2018**, a Municipalidade se manifesta requerendo a suspensão da reintegração de posse por mais 60 dias e informando que foi formado um grupo de trabalho para viabilizar a reintegração pacífica da área ocupada. Esclarece que encontrou dificuldades com a ausência de lideranças sólidas e permanentes e constatou a inviabilidade de atendimento habitacional a

curto prazo, em razão das demandas já existentes, precisando se concentrar em alternativas de atendimento em serviço de acolhimento institucional para famílias. Indica que foram encontrados possíveis espaços para estes atendimentos, sendo eles: terreno do DNIT; galpão da Camisa 12; imóveis no Cambuci e no complexo Canindé.

**22/10/2018**, deferido o pedido de suspensão da reintegração de posse pelo prazo de 60 dias.

**25/10/2018**, a Defensoria apresenta manifestação alegando que as medidas adotadas pela Municipalidade até o momento são inadequadas para dar uma solução definitiva ao conflito, entendendo que a Municipalidade investe muitos recursos em programas de assistência social, que acabam sendo ineficientes, ao invés de investir em soluções habitacionais que é a real demanda dos moradores da área ocupada.

Argumenta que a legislação, em especial o Plano Diretor da Cidade de São Paulo – Lei Municipal nº 16.050/2014, indica entre as dimensões de desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado a social e a cultural, de modo que a área ocupada pode ter seu uso social regulamentado, mantendo assim o atendimento à população instalada no local.

Ao fim requer a designação de audiência de conciliação, entendendo que apenas com o diálogo entre todas as partes envolvidas, ouvindo diretamente dos ocupantes quais as reais necessidades e interesses, será possível encontrar soluções adequadas e definitivas ao problema habitacional.

**26/10/2018**, a Defensoria apresenta complementação à manifestação anterior, se disponibilizando para auxiliar na busca por uma solução definitiva para o conflito objeto da ação de reintegração de posse. Repisa o entendimento de que a Municipalidade apresenta alternativas que se limitam a questões assistenciais, deixando em segundo plano soluções habitacionais.

Se manifesta acerca de pronunciamento do Secretário da Habitação à época, Fernando Chucre, que teria informado que haveria a utilização de cerca de dez imóveis para projetos de locação social no município, requerendo a intimação da Municipalidade para apresentar as seguintes informações: a) o planejamento da secretaria de habitação em relação à locação social, identificando quais os imóveis que estão sendo requalificados e sua localização; b) quantidade de unidades habitacionais serão oferecidas para locação social e em qual prazo; c) qual o público a ser contemplado pela locação social e se há um cadastro com fila de futuros contemplados; d) quais os critérios para escolha dos futuros beneficiários; e) qual a possibilidade de se contemplar os moradores dos viadutos Alcântara Machado e Bresser no referido programa habitacional.

**13/08/2019**, a autoridade judicial determina a intimação da Municipalidade para se manifestar acerca das manifestações da Defensoria Pública no prazo de 10 dias.

**19/09/2019**, a Municipalidade se manifesta requerendo o imediato cumprimento da ordem de reintegração de posse. Apesar da ordem judicial, a Municipalidade não faz qualquer menção acerca das manifestações da Defensoria Pública.

**07/11/2019**, a Municipalidade reitera pedido de cumprimento da reintegração de posse, uma vez que o pedido de 19/09/2019 ainda não foi apreciado.

**29/11/2019**, prolatada decisão deferindo o desentranhamento do mandado de reintegração de posse para cumprimento, sendo determinada posterior vista às partes para manifestação.

**02/12/2019**, o Padre Júlio Renato Lancellotti apresentou requerimento para ingressar no processo como terceiro interessado. Informou que um representante da Prefeitura Regional da Mooca compareceu na ocupação no dia 25/11/2019, informando que seria dado cumprimento ao processo de reintegração de posse no dia 15/12/2019. Ocorre que, também foi informado que o auxílio-aluguel seria concedido apenas para as famílias que estavam na ocupação, mas não para as pessoas solteiras. De outro lado, informou que, mesmo para as famílias, a aprovação do auxílio-aluguel só seria confirmada no dia 13/12/2019, ou seja, dois dias antes da reintegração. Por fim, informa que os ocupantes da área tem interesse em nova tentativa de conciliação com a Municipalidade.

**04/12/2019**, a Defensoria Pública se manifestou requerendo a reconsideração da decisão que deferiu a reintegração de posse, argumentando que a Municipalidade não apresentou fundamentação suficiente para justificar o pedido de 19/09/2019. Defende que qualquer providência para reintegração de posse deve ser precedida de esclarecimentos da Municipalidade acerca do resultado dos debates internos sobre o atendimento que será oferecido aos ocupantes que serão removidos. Ao final, requer o agendamento de audiência com todas as partes, para que seja tentada solução que não passe pelo despejo forçado.

**05/12/2019**, foi prolatada decisão determinando que a Municipalidade apresentasse respostas aos questionamentos da Defensoria Pública antes do cumprimento do mandado de reintegração.

**12/12/2019**, a Municipalidade se manifesta informando que foi tentado o cadastro das famílias ocupantes da área, esclarecendo que o cadastro não iria gerar atendimento definitivo. Uma vez que os ocupantes foram contrários ao cadastro para atendimento provisório, apenas permitindo o cadastro se fosse proposto atendimento habitacional definitivo, a

Municipalidade orientou a equipe social a deixar o local. Ao final, reitera requerimento para realizar a reintegração de posse.

**14/01/2020**, a Municipalidade reitera requerimento para realizar a reintegração de posse. Juntou a conclusão do trabalho de cadastramento das famílias para recebimento de auxílio aluguel.

**16/01/2020**, manifestação do Padre Júlio Lancelotti, requerendo a suspensão da reintegração de posse, para que seja discutida uma solução efetiva para o problema de habitação dos ocupantes, indicando a locação social como via mais adequada do que as opções tentadas pela Municipalidade. Argumenta que a reintegração forçada iria apenas remanejar o problema da ocupação, uma vez que os ocupantes iriam migrar para outro imóvel, como ocorreu com os ocupantes da Favela do Cimento.

**24/01/2020**, prolatada decisão reconhecendo o auxílio aluguel como instrumento útil e necessário para possibilitar a desocupação pacífica, ainda que não seja suficiente a longo prazo, devendo ser aliada à inclusão dos ocupantes no cadastro para moradia. Determinou que a Municipalidade comprovasse a inclusão de todos os ocupantes no programa de auxílio aluguel e cadastro moradia antes de realizar a desocupação.

**29/07/2020**, prolatado despacho dando o prazo de cinco dias para a Municipalidade cumprir a decisão de 24/01/2020.

**06/08/2020**, manifestação da Municipalidade informando que realizou o cadastro das famílias que ocupam a área em janeiro, alega que o restante seria de população solteira flutuante, em sua maioria homens jovens, que não se enquadram para o programa de auxílio aluguel e habitação popular. Alega que, no mês de janeiro, foi realizada nova tentativa de cadastro na COHAB, mas que a equipe responsável foi recebida pelo representante dos moradores, Sr. Carlos Henrique Ferreira, que se manifestou contrário à ação.

**16/11/2020**, a Defensoria Pública se manifesta informando dois pontos, que a recusa dos ocupantes em participar do cadastro na COHAB é decorrente da não concordância com o fato de a Prefeitura querer cadastrar apenas as famílias, e não todos os ocupantes. De outro lado, informa que o recurso da Municipalidade contra a decisão que obriga o cadastro de todos os ocupantes na COHAB, e não apenas das famílias, foi julgado, tendo sido negado provimento, de modo que, sem qualquer dúvida, a reintegração de posse deve prescindir do cadastro de todos os ocupantes.

**14/01/2021**, manifestação da Municipalidade requerendo que o Juízo determine que o Oficial de Justiça agende uma data para cumprimento da desocupação, com intimação da Secretaria de Habitação, acompanhada de representante da SMADS, DEMAP e representante

da Defensoria Pública, para que seja realizado o cadastro dos ocupantes, viabilizando o cumprimento da reintegração de posse.

**14/04/2021**, prolatada decisão determinando a intimação dos réus para se manifestarem acerca da petição da Municipalidade de 14/01/2021.

**05/05/2021**, a Defensoria Pública se manifestou requerendo, em resumo, a suspensão da reintegração de posse em razão da pandemia de COVID-19, argumentando que o cumprimento da ordem judicial iria expor os ocupantes a uma situação de maior vulnerabilidade, além de gerar aglomeração no momento da desocupação em decorrência de todos os profissionais necessários para a atuação.

De outro lado, reconheceu como boa a proposta da Municipalidade – de agendamento para a desocupação, com participação de técnicos da SEHAB, SMADS, DEMAP e da própria Defensoria Pública – mas que este procedimento deve ocorrer depois da pandemia, ou, pelo menos, após a imunização dos grupos prioritários. Argumenta que a pandemia gerou grande aumento da população de rua, bem como que o cadastro em si geraria aglomeração e, logo, exposição a maior risco de contaminação.

Até **18/09/2021** a manifestação da Defensoria Pública não foi apreciada pela autoridade judicial.

#### *4.3 Apontamentos sobre o processo*

Quando da leitura de eventos através da lente do processo judicial, não é incomum perceber a existência de um distanciamento em relação aos eventos originais no mundo extraprocessual.

Nos processos como este em análise, a complexidade, fluidez e informalidade das relações existentes na situação extraprocessual torna ainda mais distorcida a imagem refletida no processo, que possui dificuldade na tradução destas relações para a linguagem mais rígida e formalizada do judiciário.

Agravando esta situação, tem-se que os processos litigiosos nascem com a expectativa de atender os anseios de uma das partes, de modo que a estrutura posicional das relações dificulta uma análise fática mais complexa.

De outro lado, nota-se a ausência de interesse da Municipalidade no reconhecimento processual das demandas da população residente da área ocupada. As documentações juntadas pela própria Requerente demonstram o conhecimento dessas demandas em relações extrajudiciais, porém elas não possuem espaço dentro do processo, que se limita aos interesses e pedidos constantes na inicial.

Isso explica a dificuldade em encontrar e reconhecer representantes da ocupação, bem como em validar e incluir no debate as suas demandas, mesmo com as repetidas manifestações da Defensoria Pública neste sentido.

Referida situação se agrava quando analisadas as manifestações do Terceiro Interessado (Julio Renato Lancellotti), representante da Pastoral do Povo de Rua, que não teve qualquer resposta ao longo do processo. A autoridade judicial chega a mencionar os seus pedidos no despacho de 24/01/2020, mas ainda assim não dá qualquer resposta, nem para receber ou negar o pedido de ingresso no processo.

## **CONCLUSÃO**

Existem diversos processos da Defensoria que acompanhamos, como os que questionam a atuação da GCM contra a população de rua (armamento da Guarda, retirada de pertences etc), assim como o processo de reintegração da Comunidade do Cimento. Acompanhamos também o processo que pede a reabertura do serviço no viaduto Alcântara Machado. Porém, conseguimos concentrar nossos esforços para a tese apenas no processo de reintegração de posse do viaduto Alcântara Machado.

Acompanhar todos esses processos foi importante para identificar como as partes da sociedade argumentaram seu interesse legalmente, como a reação da jurisprudência sobre o problema social. Tomamos como amostragem aqui o processo de reintegração de posse do viaduto Alcântara Machado. O que pudemos verificar é que “sim, há securitização dos serviços públicos para a população de rua”. Mesmo a última manifestação da Defensoria em 2021 chega à conclusão: os serviços de zeladoria e limpeza urbana (acompanhada pela GCM, assim como o trabalhador social e o agente de saúde na Cracolândia) parecem na verdade, agir para pressionar a saída dessa população da região, já que quando vão embora o ambiente continua sujo e nada foi limpadado; que continuam a tirar documentos e os pertences essenciais ou ferramentas de trabalho, buscam deslocar populações, desmobilizar comunidades e separar laços feitos na rua, obrigar a ir dormir no albergue, separar pais de filhos (que depois do abrigo acabam na rua ou na Fundação Casa, repetindo a história de seus pais sem alternativa), nem que tenha que acordar jogando água ou às vezes até assassinando, como nos massacres da Sé e da Candelária.

Parece-nos que a “Operação Sufoco” (2012) contra a população de rua nunca terminou, se tornou cotidiana e banalizada, ignorada pelo dia-a-dia da selva de pedra paulistana.

## CAPÍTULO 3

### O COLETIVO POR ELES MESMOS: Coletivo Autônomo de Trabalhadorxs Sociais (CATSo)

Gostaríamos de fazer uma breve apresentação do Coletivo Autônomo de Trabalhadores Sociais, pelas próprias palavras do Coletivo. Já que é um coletivo autonomista que seus integrantes tomam como referência os movimentos de 2001, com a Ação Global dos Povos, a Rede de Ação Direta e o Zapatismo, a internet é seu principal meio de comunicação. O CATSo foi um importante coletivo a participar da organização dos protestos contra o aumento da tarifa em 2013, junto ao MPL e diversos outros coletivos parceiros. Assim como esses coletivos, usou e usa o Facebook como seu principal espaço de interação, denúncia e organização de manifestações (através dos eventos da rede social).

Assim, optamos por apresentar uma síntese das declarações do CATSo nas redes sociais. Ao longo de uma década, o Coletivo emitiu diversas denúncias, manifestos, notas, informes de suas ações nas ocupações autogestionadas. O conteúdo é extenso, assim que não pudemos tratá-los aqui em sua integridade. Diversos manifestos que demonstravam a força do argumento da cultura de rua não foram compartilhados, mas podem ser encontrados em nossos anexos, assim como diversos panfletos, charges e memes. Caso o leitor tenha interesse em ter acesso integral ao conteúdo poderá encontrar nos Anexos desse trabalho, seja no conteúdo das redes sociais, como panfletos e fotos.

#### *1. Quem é o CATSo? Apresentação dos posts do CATSo no Facebook*

O Coletivo Autônomo de Trabalhadorxs Sociais (CATSo) em sua Carta de Princípios de 2013 afirma pautar-se nos seguintes princípios: apartidarismo (e não antipartidarismo), autonomia, horizontalidade e independência. Apartidarismo, no lugar de antipartidarismo, significa que individualmente os membros do CATSo podem ter as suas preferências político-partidárias, mas não manifestá-las no coletivo. Pelo princípio da autonomia, o coletivo afirma que a liberdade vem do não recebimento de verba ou doação de “ONGs, empresas, governos, partidos, igrejas e instituições (sic)”. A horizontalidade prevê, ao menos em teoria (ver *A Tirania das Organizações sem Estrutura*), que todas as pessoas do coletivo tenham a mesma capacidade de representatividade e decisão. Para tanto, também se prevê em teoria, a informação e transparência. O coletivo afirma sua legitimidade pelo trabalho de base, bem como a luta pelo direito à cidade, o anticapitalismo, a defesa de

políticas públicas como o SUS, sem assistencialismo. O coletivo denuncia, ainda, questões como precarização do trabalho na área social e o higienismo (Fonte: carta de princípios).



Tagclouds geradas enquanto Redes de Ego a partir de 300 páginas extraídas de posts de Facebook do Coletivo

Em 2013, os principais temas denunciados pelo coletivo são: gestão da prefeitura municipal, higienismo, diferença de classes e direito à cidade, centros de assistência social, trabalho precário, despejo, repressão, e direitos humanos. O CATSo leu seu manifesto em 24



de outubro de 2013, inaugurando então formalmente suas atividades. É recorrente palavras de ordem ou frases de efeito como “toda a cidade para todxs” (24 de outubro de 2013), “CATSo em luto e luta” (29 de outubro de 2013), “CATSo em luta e resistência” (19 de dezembro de 2013). Outra questão importante e recorrente neste ano é a copa do mundo e seus impactos sobre o povo de rua. Em uma poesia, lê-se: “Promessas para os mais pobres/ Terra, Pão e condução/ Foi aos terrenos ocupados/ E as malocas/ Do povo abandonado/ Abraçou o povo pobre/ Se fez de companheiro/ E amigo/ Mas no íntimo/ Era mais um inimigo/ Entre projetos populares/ E projetos de poder/ Optou pelas escolhas/ Que seu partido fez/ Isto só nos convence mais/ Que é na luta popular/ Este país vai mudar/ Mostraremos nas ruas/ Que nossos sonhos/ Não cabem em suas urnas”.

Em 2014, denúncias envolveram questões como ação truculenta da polícia militar e Guarda Civil e demissão de trabalhadores sociais. Ainda, o coletivo abordou o famoso caso de Rafael Vieira (Braga), preso por portar produtos de limpeza e houve um relatos de acidentes que resultaram em tragédia (morte), devido à vulnerabilidade das pessoas envolvidas, como raio. Dentre as ações do coletivo, estavam incluídas o começo do futebol popular, ainda em resposta à Copa do Mundo: “respondendo ao futebol elitizado e padrão FIFA com o futebol popular praticados nas ruas e periferias” (17 de junho de 2014). Ainda, o coletivo promover uma ação na frente da sala São Paulo, debate com Acácio Augusto, fechamento das tendas Bresser e Alcântara Machado, readmissão de trabalhadores sociais, chamado para “transparência” das organizações (22 de agosto de 2018), conversa com a secretária de assistência e desenvolvimento social, Luciana Temer, que incluiu inclusive representantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) (6 de novembro de 2014), encontro de Diálogos do CATSo: ONGs e manutenção da miséria (29 de agosto de 2014), denúncia sobre condições em albergues e de pessoas presas por protestarem sobre essas condições, queimando colchões (por exemplo, em Canindé em 3 de janeiro de 2014). Em 3 de dezembro de 2014, o CATSo completou um ano. Dentre as frases de efeito, inclui-se a relação feita entre fascismo e assistencialismo: “Fascistas da Assistência Não Passarão”.

Em 2015, as denúncias e ações do CATSo tiveram um repertório longo. Dentre as denúncias: pagamento de um terço do salário para trabalhadores em greve da Saec (13 de janeiro de 2015), falta de água (6 de março de 2015), programa “braços fechados” (29 de abril de 2015), falta de água (30 de abril de 2015), demarcação de terras (30 de maio de 2015), ambulantes afetados pelo processo higienista de Haddad (17 de junho de 2015), oferecimento de albergues para cooptar pessoas na luta por moradia (19 de agosto de 2015), cobrança da prefeitura e CRAS a respeito de moradia e “bolsa aluguel” (31 de agosto; 3, 9 e

12 de dezembro de 2015), fechamento de viaduto (4 de setembro de 2015), “caridade silenciadora” de Eduardo Suplicy (7 de outubro de 2015), fechamento das tendas (25 de novembro de 2015), “samba da resistência” (26 de novembro de 2015), “Zé Aparecido” (26 de novembro de 2015), gentrificação (3 de dezembro de 2015), militarização do centro e expulsão de quem mora na rua (5 de dezembro de 2015), despejos na favela do Cimento (9 de dezembro de 2015), retirada de moradias (14 de dezembro de 2015), remoção de famílias na favela do cimento (16 de dezembro de 2015), ONG Santa Lúcia (18 de dezembro de 2015), retirada de barracos no Cimento (30 de dezembro de 2015). Em relação às ações: cervejada de arrecadação (29 de maio de 2015), ação no evento “Cidades Rebeldes” (12 de junho de 2015), carta de repúdio a Gilberto Maringoni (13 de junho de 2015), marcha dos torturados urbanos (25 de junho de 2015), “sarau da resistência” (11 e 19 de setembro de 2015), cervejada na PUC (23 de outubro de 2015), horta coletiva (1 de novembro de 2015), mostra de cinema popular “encarceramento em massa – uma política de Estado (6 de novembro de 2015), ato “SOS Povo de Rua” (25 de novembro de 2015, ocupação da tenda Alcântara Machado (2 de dezembro de 2015), “sarau dxs punks – okupa y resiste” (10 e 13 de dezembro de 2015), leitura de cartas para garotos na Fundação Casa (15 de dezembro de 2015), Insurgência Ópera de Protesto na Tenda Ocupada (17 de dezembro de 2015), Rap na tenda Alcântara (18 e 20 de dezembro de 2015), Mc’s (22 de dezembro de 2015). Dentre as frases de destaque do CATSo, incluem-se: “A MALOCA OCUPOU, RESISTIU, LUTOU, LOTOU O VIADUTO E MOSTROU QUE ESTÁ MAIS FORTE. A TÁTICA DO CATSO PREFEITO, É LUTAR COM O POVO DE RUA” (3 de setembro de 2015) e “FICA LIGEIRO, QUEM NÃO PODE COM A MALOCA NÃO ATIÇA OS MALOQUEIRO!” (23 de novembro de 2015).

Em 2016, os posts do coletivo também foram marcados por atos públicos, ações, denúncias e reflexões. Destacam-se a criação do time de futebol Corote e Molotov (15 de junho), a nova ocupação do Espaço São Martinho no Belém (11 de maio); e os pedidos de doações<sup>29</sup>. Em relação aos **atos**, se incluem: terceiro ato pela libertação dos presos do Vivência, devido aos lutadores que se revoltaram pelas condições insalubres do espaço Vivência (10 de janeiro de 2016); contra o Higienismo do Haddad + Samba da Resistência (26 de novembro de 2016); ato exposição com imagens e vídeos da luta, resistência e organização do povo de rua e Catso no Viaduto Alcântara e no que hoje é a ocupa da Tenda Alcântara Machado (29 de janeiro); protesto contra a tarifa (3 de fevereiro); "O Massacre da

---

<sup>29</sup> Pedido de doação: areia e cimento (27 de fevereiro), bebedouro (6 de abril), produtos de limpeza e para higiene pessoal, alimentos e remédios (6 de abril), outros itens (5 de junho).

Sé", quando no dia 19 de agosto de 2004, uma quadrilha formada por Policiais Militares e Seguranças, promoveu uma chacina onde assassinou covardemente 7 moradores de rua (16 de janeiro); Roda de conversa, projeções, exposição de fotos e o Rap de Amaru, Lil Bike Jan King (26 de fevereiro); chamado para pequenas reformas no local (7 de maio); II edição do Graffiti do Povo de Rua (29 de julho); Insurgência Ópera de Protesto (10 de novembro); ato em memória de Carlos Ruas, que defendeu travesti e contra skinheads (29 e 30 de dezembro). Em relação às **ações**: dilação do despejo da comunidade na Bresser (7 de agosto de 2017); ocupação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com uma carta de reivindicações (24 de maio de 2017)<sup>30</sup>; reunião com o prefeito (12 de maio)<sup>31</sup>; roda de conversa com Autônomos FC (14 de julho), suspensão da reintegração de posse do Cimento (4 de agosto); dilação de prazo de despejo (7 de agosto); churrasco da justificativa 'contra a farsa eleitoral' (2 de outubro); festa da resistência com as crianças e mães da rua (9 de outubro); nova postergação de reintegração (10 de novembro); preparação de ceia de natal (5 e 24 de dezembro).

Quanto às **denúncias**: Zé Aparecido (Suplicy) "não anda falando nada em relação a repressão que os manifestantes vem sofrendo nestes dias de luta contra a tarifa" (13 de janeiro de 2016); trabalhadores do Seas sem receber do abrigo Santa Lucia (13 de janeiro de 2016); aliança Haddad e Alckmin para reprimir atos contra a tarifa (14 de janeiro de 2016); demissão de trabalhadores do Seas (16 de fevereiro); morte do "Macumba" (16 de fevereiro); reintegração de posse no governo Haddad (10 de março); expulsão do povo de rua sem medida alternativa (9 de abril); higienismo na câmara municipal (instalação de catracas) (1 de junho); despejos e ações higienistas (12 de junho); especulação imobiliária e mortes pelo frio (15 e 16 de junho); termo de recusa (22 de junho); ação do rapa (4 de julho); espaços "públicos" do centro são literalmente higienizados com jatos de água fria (22 de julho); reclamação reforçada por moradores em situação de rua (21 de agosto); má prestação de serviços e condições de insalubridade no Centro POP Cajuru, os abusos e a entidade por trás (Bompar) (24 de agosto); pedido de reintegração da Alcântara (21 de setembro); agressão do povo de rua em evento de DH (27 de setembro); prefeito Fernando Haddad tenta remover as famílias das okupas Autônomas da Radial Leste (29 de setembro). Em relação às **reflexões**, giram em torno de horizontalidade, autogestão e ser de extrema-esquerda (8 de abril);

---

<sup>30</sup> Reunião com Filipe Sabará, secretário de assistência social; fim da ocupação militar; paradeiro das pessoas desaparecidas que foram detidas na operação do dia 21 e até o momento não foram localizadas; fim da política higienista do Estado e da Cidade de São Paulo.

<sup>31</sup> Parece que não deu certo: ver tag de 13 de maio.

resistência das Alcântara Machado (debaixo do viaduto Alcântara Machado), a comunidade do Cimento (ao lado do Viaduto Bresser) e a República Autônoma São Martinho (debaixo do Viaduto Guadalajara no Belém) (18 de maio); “Ameaça pela organização” e vaquinha (30 de junho); refugiados urbanos (14 de setembro); farsa das eleições (23 de setembro).

Em 2017, as **ações** incluíram: marcha na Anhembi Morumbi – O que houve com Pedro? (agressão de homem gay e morador de rua por estudantes da Anhembi Morumbi) (16 e 21 de agosto); grande Ato do Povo da Rua: Samba de Resistência (28 de novembro). Quanto aos **atos**, incluíram pedidos de doações (cozinha) (14 de abril); ocupação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (24 de maio), por 50 horas (26 de maio), com resultado (27 de maio)<sup>32</sup>; Carta Convite de conversa pública para Filipe Sabará, secretário de Assistência Social (5 de junho)<sup>33</sup>; comemoração à tia Estela (28 de agosto); rap na Maloca (12 de setembro), lembrança do Massacre de Carandiru (2 de outubro). Com relação às denúncias, envolveram temas como a continuação de toalha de tnt cedida pela entidade bompar (24 de fevereiro); conluio entre empresa privada (porto) e governo municipal para higienização (23 de maio); invasão da polícia na Favela do Moinho, com a justificativa de procura de drogas (27 de junho); 13 anos do Massacre da Sé (18 de agosto); proposta de Paulo Frange (PTB) em limitar albergues em áreas nobres (sem data); repressão de quem se opõe ao Programa Braços Abertos (sem data).

## 2. Trabalhadores ou Transgressores?

O CATSo começou como um coletivo de trabalhadores precários e terceirizados da assistência social atuando em um serviço da prefeitura para a população de rua. Ali juntou-se os anseios dos trabalhadores por dignidade junto aos anseios da população de rua. Iniciou-se

---

<sup>32</sup> “Hoje depois de mais uma visita do Secretário de Direitos Humanos a noite e depois das falas desgastantes deste representante do Dória, trouxe a notícia de que Sabará (Secretário da Assistência) fará ao lado de outros secretários um encontro aberto ao público semana que vem (traremos a data e local assim que informado) para prestar contas da ação da Cracolândia e trazer a posição desta gestão em relação ao futuro da região.”

<sup>33</sup> “Prezado Sr. Secretário Filipe Sabará. No último dia 21 de Maio, foi realizada uma operação militar na região dos Campos Elíseos, que foi veiculada pelos jornais como o “fim da Cracolândia”. Junto à ocupação policial da região, para garantir a posse da área, a Prefeitura também deu início a uma série de ações sanitárias, como o lacre de imóveis por falta de condições de higiene e moradia, sua demolição – interrompida após o acidente com pessoas que ocupavam o imóvel – e as medidas de internação voluntária e compulsória de dependentes que se concentram na região, esta última também interrompida após decisão judicial. Apesar disso, a prefeitura e o poder público têm dado sinais claros da intenção de continuar buscando a internação compulsória como alternativa. Como moradoras e moradores da cidade, em casas ruas da região, gostaríamos de convidá-lo para apresentar o plano da Secretaria de Assistência Social para as pessoas e a região, atendendo ao princípio de publicidade das ações públicas e valorizando a gestão democrática da cidade, onde a população deve ser a maior interessada e mandária das ações públicas.

A conversa pública será realizada na próxima quarta-feira, 07 de Junho, às 18h, em frente à Prefeitura.”

então uma construção de comunidades ao redor desses serviços, organizada em grande medida pelos trabalhadores na margem do processo, principalmente os “educadores sociais”. Também por causa disso os funcionários foram demitidos e o serviço foi fechado. A perseguição foi constante e a alienação social foi a consequência desse processo. Uma vez que o Coletivo foi tornado um párea conhecido, os integrantes nunca mais conseguiram trabalho na área no Município de São Paulo ou, quando conseguiram, havia assédio constante.

Gostaria de apresentar dois manifestos do CATSo que demonstram as duas pontas do processo. O início do Coletivo, quando se apresentam como trabalhadores junto à população de rua, com um diagnóstico certo que é a hipótese de nossa tese em que busca entender o processo de “securitização da assistência social” em associação à terceirização dos serviços públicos. Na outra ponta temos quando o Coletivo assume que se tornou um párea e que não conseguirá mais um trabalho legítimo e reconhecido na área, entendem que constituíram uma resistência e que o coletivo não é mais apenas de ex-trabalhadores, mas possui muitos integrantes que são da população de rua. Nesse momento passam a se definir como transgressores.

Apresentamos a seguir o manifesto do CATSo de 2013. Apesar do coletivo já existir há um ano, esse manifesto foi um marco, porque foi à luz dos protestos contra a tarifa que marcaram esse ano.

*MANIFESTO DOS TRABALHADORES SOCIAIS CONTRA AS AÇÕES HIGIENISTAS E VIOLENTAS CONTRA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO PAULO*

*16/10/2013*

Dia - Quinta 24 de outubro às 13 horas Local - Câmara de São Paulo

A leitura ocorrerá na plenária na Câmara de São Paulo, no qual será exposta a posição dos trabalhadores em relação às ações higienistas no centro de São Paulo. Este evento ocorrerá dia 24 de Outubro, às 13 horas, Subsolo, Sala Sergio Vieira de Melo.

Carta:

Este texto não tem caráter partidário, não segue diretrizes de nenhum grupo ou organização previamente estabelecida, pelo contrario, trata-se de um manifesto de trabalhadores sociais após uma semana de muita importância para nós, Trabalhadores da área Social. Nós que assinamos esta carta estamos movidos por interesses coletivos que atingem nosso trabalho e, principalmente, os usuários dos serviços em que atuamos. Queremos falar dos fatos ocorridos nos últimos meses e que se agudizaram neste mês.

Não é segredo para ninguém que a População em Situação de Rua é encarada pelo poder público, e por grande parte da sociedade, como um problema e não como consequência das sociedades capitalistas desiguais e desumanas, em que a miséria é a substância básica para a preservação da classe dominante: reacionária, conservadora e opressora. Representada em última instância pelo Estado, em nosso caso a Prefeitura de São Paulo, regida pelo então Prefeito Fernando Haddad.

Esta semana foram iniciadas ações "integradas" entre as Secretarias: de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), de Saúde (SMS), de Habitação (SMH), Secretaria de Segurança Pública (SMS) e, vejam vocês, a Secretaria de Direitos Humanos (SMDH). Suas ações remontam cenas da Gestão Kassab, Serra, Maluf, Pitta e afins, expulsando a população de rua de seu único lugar. O incomodo aos olhos do Estado e da "Sociedade" é certo, isso direciona nosso pensamento para as estratégias que foram tomadas: Como trabalhadores sabemos muito bem a condição a qual somos expostos todos os dias, além dos baixos salários e condições precárias, somos submetidos a tratar os usuários a base de pernoite, comida (as bocas de rango) e agora as internações.

Estamos cansados de oferecer políticas pré-históricas que não garantem o direito a população, apenas a expõem do convívio social. Estas ações, não deveriam ser chamadas de políticas públicas, pois são apenas iniciativas de contenção de demanda, tirando de nossos companheiros de rua, suas escolhas autônomas, seu direito de ir e vir e o direito de uso da cidade. A eles, restam apenas o descaso do Estado e a mão violenta da polícia, em outras palavras a negação do DIREITO A CIDADE.

Frente a esse cenário, os gestores públicos montam um verdadeiro exército de funcionários no Centro de São Paulo com o discurso de: 1. Recolher os "entulhos" deixados na praça, 2. Preservar a segurança da Assistência Social, 3. Garantir o Direito de Ir e Vir, 4. Oferecer alternativas a essa população. Vejam vocês, o poder público chama de entulho os bens que a população, com menor poder de consumo, consegue para sobreviver à rua. Dizer que nós, Trabalhadores da Assistência, sentimos insegurança ou medo é uma grande mentira, pois mesmo com a falta de políticas públicas de qualidade somos bem recebidos graças às iniciativas individuais de trabalhadores que fazem mais do que podem para garantir a essas pessoas o mínimo de dignidade. A garantia do Direito de ir e vir é utilizada como princípio para exclusão e a agressão a essa população, que tem este mesmo direito negado cotidianamente. Por fim, o argumento de oferecer alternativas, nos deixa perplexos. Esse mesmo poder público ofereceu no dia da ação: auxílio aluguel, vagas para internação e até mesmo moradia a essa população, isto por que a grande mídia estava lá, pois nos dias comuns sabemos bem o que podemos oferecer: uma passagem direto para um albergue que mais parece um depósito de gente, em condições insalubres.

Concentramos-nos a isso para dimensionar o que passam os cidadãos que vivem na/da rua. Nós que realmente estamos na ponta, que no dia a dia somos acolhidos pelo povo de rua e que muitas vezes dividem conosco suas alegrias e tristezas, e que em alguns serviços ajudam de maneira ativa para o andamento coletivo dos projetos, sabemos o que passamos. O poder público, instância máxima responsável por essa situação, encarou de forma violenta colocando a Guarda Civil, pronta para qualquer intervenção expulsar a população de rua da Praça da Sé, do Largo São Francisco, da Bresser, Santa Cecília, Alcântara Machado e outros espaços da região Central. O discurso foi à atitude violenta da população, o tráfico de drogas, e até mesmo apelaram para exploração sexual de crianças e adolescentes, como no caso da Sé, isso para justificar a ação criminosa da Prefeitura orquestrada por Fernando Haddad, Luciana Temer (SMADS), José Fillipi (Saúde), Rogério Sotilli (SMDH), Roberto Porto (SMSU) e José Floriano de Azevedo (SMH).

Muitos de nós ao defendermos a população de rua sofremos inúmeras perseguições, pois alguns acreditam que o salário deveria comprar nossa consciência, ou então somos atacados com discursos do tipo "a prefeitura paga seu salário" como se com este chavão tivéssemos que nos submetermos às soluções mais higienista e desumanas. Entendemos que a verba pública vem do povo e não do bolso do prefeito ou dos secretários. Sendo assim, o povo é quem nos paga e é por eles que lutamos e por essa defesa somos ameaçados por SAS, CREAS ou CREAS POP.

Um governo que nasce de uma história de lutas sociais e críticas ao coronelismo e opressão de patrões não pode ameaçar seus trabalhadores. Como podem perseguir e ameaçar a quem pensa de forma crítica? Ou o governo trabalha horizontalmente com o povo de rua ou então continuará oferecendo mais do mesmo.

Dizemos que a ação é criminoso, pois coloca a sociedade contra ela mesma, nos fazendo acreditar que as pessoas em situação de rua não são vítimas, mas criminosos que devem ser tratados como tal, criminalizando a miséria e excluindo cidadãos.

Por isso, nos manifestamos para que não falem em nosso nome, somos os trabalhadores e nós falaremos por nós! O governo Haddad utiliza um discurso humanista roubado de nós, mas suas práticas não correspondem com o que falam. Eles só querem a limpeza da cidade, o lucro dos empresários e a manutenção da pobreza. A articulação Intersetorial só existe quando os maiores interessados são as elites.

Por isso nos posicionamos! Qualquer ação sobre a população em situação de rua, nós trabalhadores temos de participar ativamente do planejamento, deixando claro que não participaremos de ações higienistas e repressivas. Que a democracia seja realmente para todos e não para alguns, pois o Prefeito e Secretários estão agindo de forma perversa, antidemocrática e ditatorial. Não é só um movimento que representa a população de rua, nós trabalhadores sociais, estamos juntos, atuamos na ponta e devemos ser respeitados!

Os trabalhadores sociais e a População de Rua devem ser consultados sobre ações e políticas. Sem participação popular que política teremos? Queremos participação efetiva, pois estamos cansados de discutir e propor, mas no ato da efetivação da política nossas opiniões serem ignoradas.

Estamos em Luta por:

**POLITICAS PUBLICAS DE QUALIDADE, DESISTITUCIONALIZADAS.**

**DIALOGO COM OS AMPLOS SETORES REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. ALÉM DO MNPR.**



CRIAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO DIALOGADO COM OS TRABALHADORES DA BASE.

ABERTURA PARA O PLANEJAMENTO DE AÇÕES SECRETARIAIS COM REPRESENTAÇÃO DE TRABALHADORES.

RESPEITO DEMOCRÁTICO E SEM PERSEGUIÇÕES AOS TRABALHADORES POR PARTE DE SUPERVISORES E PESSOAS LIGADAS A SECRETÁRIAS.

ASSINAM O MANIFESTO:

COLETIVO AUTÔNOMO DOS TRABALHADORES SOCIAIS

Em outubro de 2018, o coletivo mudou seu nome para Coletivo de Transgressorxs Sociais. A explicação para a mudança é como segue e aqui encerramos essa seção:

*Por que este coletivo não se articula mais como trabalhadores sociais.*

*Há alguns anos atrás, um grupo de pessoas se reuniu em volta da luta do povo de rua, e escolheu como nome representativo pro coletivo que dela se formava como Coletivo Autônomo dxs Trabalhadorxs Sociais.*

*Lutamos, ao lado e sempre com a inspiração do povo de rua, refugiados urbanos que tem a luta como parte natural do cotidiano, que só existem porque resistem.*

*Nesse momento, agrupavam sob o coletivo pessoas que viviam em malocas e viadutos, trabalhadoras e trabalhadores oriundos de diversos “serviços” sociais. Já nos anos que se seguiram, o espírito de luta que formou nossa coletividade foi formado cada vez mais por pessoas que vivem e resistem nas ruas do Estado de São Paulo. Também somaram-se ao coletivo pessoas que não trabalhavam – remuneradamente ou no sentido de exploração capitalista do trabalho – com a população de rua ou nos chamados serviços sociais.*

*Além disso, o estado e a cidade, que já viam os direitos à vida, à mobilidade e à cidade serem retirados à força dos mais pobres, passou a tornar explícito o que entendia por serviços sociais: a manutenção da marginalização de quem é pobre, quando não a conivência ao extermínio de quem não pode pagar pela cidade e é indesejadx.*

*Tornaram a pobreza um serviço e fonte de lucro para a cidade e seus “gestores” (que o diga Filipe Sabará).*

*Para obter lucro, claro, aumentam a cada dia a exploração de quem trabalha nessa área, por necessidade ou amor à luta de quem é pobre. Quem não se dobrar, perde o trabalho. Agora, no estado policial em que São Paulo se torna a cada dia, exigem ou buscam profissionais que atuem como polícia, que disciplinem os corpos que se negam a se render à lógica dessa cidade e apoiem os desmandos assassinos de quem não só governa como lucra muito.*

*De carregar a carroça a reconstruir diariamente sua casa, viver exige muito trabalho. Não acreditamos no fetiche do trabalho, apoiado tanto pela esquerda quanto pela direita, em que só tem direitos quem trabalha, e para os quais parecem haver apenas algumas categorias de trabalho. (R)existir na rua é um trampo diário.*

*Hoje, o coletivo é formado por quem não acredita na fantasia do trabalho pregada pela sociedade meritocrática nem nos serviços sociais que só colaboram para o extermínio de quem é pobre, não da pobreza. Se acreditar em outra forma de viver, e em outro mundo possível é uma transgressão nessa cidade, então sejamos todos transgressores.*

## **CONCLUSÃO**

Esse é um dos nossos capítulos descritivos. Buscamos interferir o mínimo possível e evitar análises. Nossa intenção foi apresentar o Coletivo do qual fizemos parte e foi o nosso acesso à pesquisa de campo. Foi ali que tivemos certeza que poderíamos continuar uma pesquisa que havia começado no mestrado.

O mesmo diagnóstico que encontramos para a política de segurança internacional da União Europeia para os povos do Norte da África, encontramos no CATSo para a população de rua. Padre Julio Lancellotti chegou a denominar de ‘refugiados urbanos’. É no Manifesto de 2013 do CATSo que isso fica claro, entendendo essa relação constante entre segurança e assistência social como uma tendência na política de Estado e não na política de Governo, perpetuando então essa relação independente do partido no poder.

Também pudemos entender o processo de alienação e de tornar párea os que apontaram esse processo, sofrendo criminalização do poder público. Essa alienação levou o Coletivo a um caminho mais duro e, assim, endureceu também o seu discurso.

Esperamos que aqui seja possível ter um entendimento do discurso e a ética que move o CATSo.

## CAPÍTULO 4

### ‘PROCEDER’ E OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS

#### AUTÔNOMOS: A Política das Ruas

Primeiramente gostaria de descrever algumas divisões e momentos que se estabeleceram enquanto categoria de análise dos movimentos sociais contemporâneos. Em uma segunda parte, gostaria de esboçar como poderíamos entender a política prefigurativa na singularidade de um movimento específico de São Paulo, o Coletivo Autônomo de Trabalhadores Sociais junto a ocupação e moradia debaixo do viaduto com a população em situação de rua (Okupa Alcântara Machado).

#### I.

Richard Day (2006) separa a prática dos movimentos sociais em três momentos.

1) Os Velhos Movimentos Sociais, característico dos movimentos do século XIX até meados do século XX. Ele opera o antagonismo de classes para conquista da hegemonia, ou seja, conquista do Estado, como instrumento coercivo que garanta a universalização das demandas frente aqueles que não consentem. Ou seja, funciona somente através de formas hierarquizadas (DAY, 2006, p.718), um grupo dominante que alcança a hegemonia na sociedade civil e na sociedade política e o aparato coercitivo do Estado tem primazia sobre processos consensuais. ‘No hegemony without state power; no state power without hegemony’ (DAY, 2006, p.721).

2) Os Novos Movimentos Sociais, característico dos movimentos sociais dos anos 1960 a 1980. Eles também operam por antagonismo e por disputa por hegemonia, mas é mais difuso por cada movimento demandando algo específico dentro uma miríade de opressões (racismo, machismo, homofobia, colonialismo etc) que não são reduzidas a classe. As atenções transitaram para as políticas da vida cotidiana e transformação individual (DAY, 2006, p.723). Ele é reformista, e demanda e pressiona para que o sistema liberal incorpore demandas específicas, a sua agenda é de protesto e reforma. A orientação ainda é para o Estado, mas agora limitada aos grupos e suas demandas mais que um grupo dominante com programa universalizante. Essa política do reconhecimento entra em uma razão circular que, ao mesmo tempo que demanda, reconhece o mesmo poder que oprime. Mais,

NSMs moved away from the coercion/ consent politics of Lenin and Gramsci, into a territory of hegemony by what appears as pure consent, i.e. into the territory of liberal reform. Rather than seeking state power, subordinated groups began to focus

more on persuading an existing hegemonic formation to alter the operation of certain institutions, or infiltrating those institutions with a different set of values and thereby constructing a counter-hegemony. (DAY, 2006, p.727)

3) Os Novíssimos Movimentos Sociais, característico do movimento anti-globalização dos anos 1990, como também dos movimentos que surgiram após a crise de 2008-2013. Eles são difusos como os Novos Movimentos Sociais, mas não buscam o reconhecimento ou a hegemonia via Estado; são uma constelação de singularidades ('multidão') que agem em três níveis: resistência, insurreição e poder constituinte. Resumindo, agem pela ação direta para a constituição de 'comunidades por vir' (política prefigurativa), estabelecendo uma negação da hegemonia, ou mesmo uma contra-hegemonia, constituindo um dual-power. Ou seja, constroem comunidades autônomas e em resistência, que operam – internamente como entre as lutas amigas – por outras normas que são a da afinidade, para ensaiar e constituir experiências que passam por fora do poder constituído. Eles buscam menos a irradiação no sistema de Estados e corporações e focam nas possibilidades oferecidas pelo deslocamento e substituição desse sistema (DAY, 2006, p.719).

Há um nó antagônico que os unem, contra o neoliberalismo:

What all of these events have in common is their opposition to the agenda of globalizing capital and the neoliberal ideology associated with it, which brings privatization, deregulation and unemployment to the global North, and structural adjustment programmes and increased impoverishment to the global South. This opposition has come from all classes, identity groups, and causes, from every part of the world, and it has reinvigorated both activists and academics who see in it a return of the countercultural spirit of the 1960s. (DAY, 2006, p.728)

Também há outro nó, contra a militarização e o controle:

It is precisely this international system of control that we are fighting against, in the name of genuine globalization.  
[...] These connexions – and the broader links between neoliberal policies and mechanisms of state coercion (police, prisons, militarism) – have played a more and more salient role in our analyses as we ourselves have confronted escalating levels of state repression. (GRAEBER, 2002)

Paolo Gerbaudo (2017) ainda diferencia o movimento anti-globalização dos movimentos que surgiram entre 2011-2016. São semelhantes em essência (ação direta, formas de organização, uso da internet, política prefigurativa), com a exceção que são mais territorializados, focados em ocupações.

In the positive, “the mask” expresses faith in the democratic power of “autonomous” individuals and self-organising collectives, as seen in a number of movement practices, from the self-management ethos of the ‘68 occupiers to the self-government of the Zapatistas in Mexico; the use of consensus-based decision-making by anti-globalisation activists in their direct-action movements; and the new practices of online collaboration in the open-source software movement and in hacker collectives [...] The flag evokes something altogether different; strictly speaking flags denote control over an at least partly territorially defined political community. (GERBAUDO, 2017, p.4)

Os novíssimos movimentos sociais clamam por uma democracia que seja de baixo para cima, ocupando praças e transformando-as em ágoras, espaços onde a participação progressivamente constituem um poder dos de baixo (GERBAUDO, 2017 p.9). “[...] Anarchists protest camps were seen as self-governed communes prefiguring a world without state and government” (GERBAUDO, 2017, p.18).

Isso é o que chamam de ‘prefigurative politics’, ou seja, espaços políticos e decisórios autônomos que ensaiam tipos de participação direta e ação direta, que crescem na medida que o sistema representativo entra em crise. Em seu léxico estão decisão por consenso, horizontalidade, anti-autoridade (autonomia) e espaços não-hierárquicos (não-representação). É caracterizado por uma multiplicidade de ‘visões de mundo’, identidades e opiniões, uma ‘multidão’ polissêmica, que faz política e difere ou mesmo se opõe à univocidade da Lei e da Soberania. De qualquer forma, Graeber conclui que, ao menos hoje, a reivindicação (ou seguimento doutrinário) de uma ou outra corrente ideológica por indivíduos em campo é quase nula, poucos se identificam a uma corrente e antes produzem uma miscelânea que conduz suas ações diante dos problemas que aparecem. Essa diferenciação Graeber faz por ‘Capital-A’ e ‘small-a’, da mesma forma que Uri Gordon faz entre ‘New School’ e ‘Old School’. Os movimentos sociais contemporâneos não reproduzem as organizações tradicionais, mesmo as anarquistas, e acima de tudo não são sectários. Seguem outra lógica de organização, decisão e ética, prefigurando a sociedade futura.

this is a movement about reinventing democracy. It is not opposed to organization. It is about creating new forms of organization. It is not lacking in ideology. Those new forms of organization *are* its ideology. It is about creating and enacting horizontal networks instead of top-down structures like states, parties or corporations; networks based on principles of decentralized, non-hierarchical consensus democracy. Ultimately, it aspires to be much more than that, because ultimately it aspires to reinvent daily life as whole. But unlike many other forms of radicalism, it has first organized itself in the political sphere—mainly because this was a territory that the powers that be (who have shifted all their heavy artillery into the economic) have largely abandoned (GRAEBER, 2006)

Ou seja, não existe um consenso sobre a divisão de momentos e vertentes dos movimentos sociais, ou também do anarquismo. Mas entre todas as concepções diz-se sobre movimentos sociais contemporâneos que optam pela ação direta e por uma ‘prefigurative politics’, por vezes um ‘dual power’, ou seja, organização e resistência de comunidades autônomas em suas próprias regras vivíveis que são alternativas às políticas institucionais vigentes – ou por vezes intercalada com elas.

## II.

### 1. *Espaços de Poder*

Gostaríamos, portanto, de observar como essa política prefigurativa dos novíssimos movimentos sociais se estabeleceram em caso particular em São Paulo. Em campo, analisamos as relações de um coletivo em que seus integrantes – trabalhadores sociais – vieram das periferias de São Paulo e junto com o povo de rua que trabalhava constituíram um espaço ocupado para moradia em ‘malocas’ com suas próprias regras e em resistências às instituições do Estado. É um conjunto de regras que trouxeram das periferias, como também trouxeram o povo de rua de seus lugares de origem, ou mesmo do cárcere. Segundo Adalton Marques, o ‘proceder’ é um conjunto de normas e condutas, de regras de convivência, que se estabeleceram na ‘rua’ antes do cárcere, e que é no cárcere que o PCC o coloniza e o leva novamente às ruas estabelecendo a sua hegemonia – apesar de não ser total, e haver variações do proceder em cada comunidade.

Não existe vazio de poder. E ao substituir o poder constituído por um poder constituinte, usou-se as normas que se tinham a disposição. As mesmas normas do ‘proceder’ fazem parte de alguns dos novíssimos movimentos sociais, mesmo por semelhança. Não possui liderança, se decide por assembleia, declara guerra à polícia e ao Estado. Entre a comunidade há o mesmo conjunto de normas nos mesmos termos: a ‘ratiagem’ é condenada, como a ‘atitude isolada’, a ‘caguetagem’, o ‘ato de talarico’, a ‘lagartiage’, o ‘oportunismo’, o ‘mau exemplo’ e o descumprimento da ‘palavra’ – a palavra enquanto categoria também existe. Os jargões são os mesmos, ‘meter o loco’, ‘fingir demência’, ‘desbaratinar’, ‘bater a nave’, ‘linha de frente’, ‘disciplina’, ‘correr pelo certo’, ‘cunhado/a’, ‘sintonia’, ‘correria’, etc. A punição para o ‘jack’ todo mundo já sabe: a morte infligida, cruel e dolorosa. As mesmas funções, como a do ‘disciplina’ é exercida. E principalmente, a ‘cobrança’: os ‘tribunais’.

### 2. *O Coletivo Autônomo dxs Trabalhadorxs Sociais (CATSO) e a Okupa do Povo de Rua na Alcântara Machado*

Catso é um coletivo de trabalhadores sociais com o povo de rua que surgiu na Zona Leste de São Paulo em 2013, junto à ebulição de diversos movimentos autônomos que ocuparam praças pelo mundo questionando o sistema representativo e a lógica necessariamente opressiva das instituições. Trabalhando há muito tempo com a população de rua identificaram diversos tipos de violência institucional pela prefeitura e os órgãos municipais, seja com a precarização dos trabalhadores sociais diante da terceirização, como

com a população de rua violentada cotidianamente pela máfia das ONGs de serviços sociais, quando a rua transita entre sistemas que a privam de autonomia e qualquer decisão sobre a sua própria vida, separando famílias, pertences, animais, sendo perseguidos pela polícia pelo simples fato de existirem e condenados socialmente entre dois sistemas punitivos: os albergues e as prisões.

A lógica das instituições não é a mesma da rua. A rua possui os seus valores, as suas regras, sua história e laços afetivos, as suas formas de se organizar e resistir pela sobrevivência frente ao Estado e ao capital. Ela é humana, humilde, coletiva e constrói debaixo. É como a flor do proletariado que Bakunin diz ser *‘a carne do governo eterno, essa grande canalha popular, que, sendo mais ou menos virgem de toda a civilização burguesa, traz em seu seio, em suas paixões, em seus instintos, em suas aspirações, em todas as necessidades e misérias de sua posição coletiva, todos os germes do socialismo futuro, e que só ela é hoje bastante poderosa para inaugurar e fazer triunfar a revolução social. O que as massas desejam em todos os lugares é sua emancipação imediata, pois é aí que está, realmente, para elas, toda a questão da liberdade, humanidade, vida ou morte. Adoram com paixão a igualdade e, enquanto não houver, tudo é uma horrível mentira; em todos os lugares compreendem que nenhum despotismo teve e pode ter a vontade ou o poder de dar-lhes: a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores’*. É o que Marx denominou como “lumpen”, de forma pejorativa, acreditando serem incapazes de se organizar (como na análise da diversidade do operariado londrino) e que são facilmente manipulados pelo populismo burguês (no caso, refere-se ao 18 de Brumário e o populismo napoleônico) e que Bakunin enfrenta.

Assim, o coletivo passa a correr junto com a rua (e não sobre), de forma a garantir que decidam sobre si mesmos. Assembleias foram estabelecidas e decididas por consenso pela própria população, as regras da rua passaram a se introjetar no serviço da ‘Tenda’, usuários passaram a ser contratados no mesmo nível hierárquico (quando não foram flexibilizados). Isso custou caro: os serviços em que estavam presentes foram fechados e tanto a população como os trabalhadores passaram a ser perseguidos. Outras implicações também estavam presentes: o projeto municipal de modernização do centro expandido em parceria público-privada, junto à subprefeitura e os proprietários locais (família Comelati), ao mercado imobiliário e às construtoras. Por consenso foi decidido ocupar o viaduto de forma a ser autogerido pela própria população com auxílio do coletivo, tornando a luta ainda mais combativa. Ao longo dos cinco anos de construção em espaço coletivo, com diversas oficinas, eventos, ação direta, trouxeram afinidades e laços sociais que foram estabelecidos

de forma ainda mais aprofundada, assim a própria prefeitura reconheceu de forma expressa e oficial nos processos que a ‘resistência foi consolidada’. Hoje nesses espaços as decisões são tomadas pelo povo, nas suas regras, decididas em assembleia por consenso e de forma horizontal; hoje unidos, não é fácil a polícia reprimir dentro do espaço sem resposta à altura e o povo impõe o respeito que ninguém mais pode tirar.

A rua sabe como ninguém que não se pode confiar no Estado para ter a sua dignidade e que ele é o instrumento dos poderosos e dos ricos para oprimí-los e explorá-los, que não se pode confiar nos políticos e partidos, todos eles oportunistas. A rua grita: o direito à cidade é um privilégio que poucos podem pagar e que só podem contar com o seu próximo; a rua diz: é noix por noix para um outro mundo possível, que enquanto não houver moradia e dignidade a rua e as ocupações serão suas casas, que a melhor forma de resistir e existir é autônoma e autogestionária. Identificada já como quinta geração de população de rua na região (a comunidade do ‘Cimento’ possui meia década, ‘Vagão’ mora debaixo do viaduto há mais de 30 anos), não se pode dizer que as pessoas estão em ‘situação de rua’, já que não há perspectivas de sair dela. Cansada das promessas, e também com a sua própria cultura, produto escatológico do sistema que não possui solução, ela faz as suas casas agora, em ação direta, por eles mesmos, debaixo do viaduto, sem jogar o jogo sujo de um modelo de moradia que é obviamente capitalista e parece correr atrás do próprio rabo, produzindo mais déficit. A população de rua só cresce, assim como o precariado. Parte da população sequer deseja sair da rua e, se São Paulo produziu isso, não poderá ignorar.





É interessante notar a semelhança do que acontece no viaduto, com o conceito de **dual power** (do qual também inspira os zapatistas). Mas acima de tudo porque não é algo necessariamente planejado, como não o foi para o viaduto. Foi conforme as tensões foram se estabelecendo que a dissidência foi se formando e, por necessidade, se radicalizando cada vez mais em um processo que não tem volta (nova gestão tentou chegar em acordo para reabertura do espaço e recontração dos funcionários, o que não faz mais sentido já que hoje é gerido pela própria população). Como Jarach (2003) diz: “Dual power in its original sense, then, is not a program or even a strategy, but a *description* of a transitional political tension and conflict that must be resolved (JARACH, p.7, 2003).

O que é dual power?

“What constitutes the essence of dual power? We must pause upon this question, for an illumination of it has never appeared in historic literature... a class, deprived of power, inevitably strives to some extent to swerve the governmental course in its favor. This does not as yet mean, however, that two or more powers are ruling in society... The two-power regime arises only out of irreconcilable class conflicts — is possible, therefore, only in a revolutionary epoch, and constitutes one of its fundamental elements.” Trotsky, *The History of the Russian Revolution* (JARACH, p.7, 2003)

*Há algumas definições que o descrevem, conforme em Lenin, diz Jarach (2003):*

- 1) the source of power is not a law previously discussed and enacted by parliament, but the direct initiative of the people from below, in their local areas...;
- 2) the replacement of the police and the army, which are institutions divorced from the people and set against the people, by the direct arming of the whole people; order in the state under such a power is maintained by the armed workers and peasants *themselves*, by the armed people *themselves*;
- 3) officialdom, the bureaucracy, are either similarly replaced by the direct rule of the people themselves or at least placed under special control...”

De alguma forma, as ocupações organizam-se sob outra lei (como já discutimos); as polícias não são acionadas e isso é desprezado, ao contrário, são perseguidos por elas – mas é claro, não estão armados em termos convencionais. Há diversos tipos de ‘armas’, o conhecimento de resistência de reintegrações em reintegrações, como técnicas de persuasão e confronto, é conhecimento adquirido para a rua. Sem precisar dar um nome para a sua tática e ideologia, a insurreição se soube pela ‘sobrevivência’.

### 3. Activity Theory

Um método etnográfico que usamos é o ‘activity theory’, quando reconhece-se que a análise parte do sistema ativo das práticas do dia-a-dia e a interpenetração entre indivíduos, artefatos e linguagem. Por exemplo, é interessante que para ‘correr junto’ com a rua, um lugar fechado e desconfiado, é necessário estabelecer afinidade prática com o universo. Não é

raro pessoas do coletivo participarem de todas as atividades diárias como escala de limpar banheiro, da cozinha, de ir atrás de doações, de ir no Mercado ou buscar a xepa da feira, as festas, aniversários, dormir no espaço, e cada vez mais *'blend in'* na comunidade, comer da mesma comida, beber da mesma bebida, assistir a jogos juntos, incorporar valores da rua com o coração que acabam por desconstruir muitos dos conceitos e valores ou mesmo ideologias mais ou menos burguesas que estão em nós. Em grande medida, para ter acesso à rua, é necessário *'correr junto'*, isso é praticamente uma exigência, e que seja humilde, que saiba *'pisar na rua'* e chegar aos poucos – o vocabulário etnográfico de *'acesso aos segredos'* deve ser evitado, pois ele é bastante danoso e colonizador, a pergunta é: *'como e quanto você corre junto?'*, essa pergunta é válida tanto para o povo de rua como para quem está de fora, nesse quesito (e talvez apenas nesse) não se diferencia. É na base da confiança e da palavra.

Também, a rua possui as suas próprias regras, e sim, muitas delas vieram do sistema carcerário e sua produção de delinquência – mas é interessante notar que o povo de rua e a comunidade da Mooca, apesar de também ter sido *'colonizada'* pelo *'proceder'* do PCC (MARQUES, 2010), estando na ponta mais afastada da organização (e de qualquer organização – é a periferia no centro), possui suas diferenças quanto às comunidades mais estruturadas (por exemplo, a *'madeirada'* é mais recorrente e o *'accountability'* superior é menos presente). A linguagem e seus significados podem variar com o que se tornou senso comum através do *'crime'* ou da academia. Papai Smurf, por exemplo, disse-me uma vez que *'as regras do crime vieram da rua e não ao contrário; sambista já vagabundo, skatista já foi vagabundo, punk já foi vagabundo, os maloqueiros (como se chamam, aqueles que vivem nas 'malocas' na rua) ainda são vistos como vagabundos, nórias, preguiçosos, ladrões, mas isso está mudando pelo próprio povo de rua que resolveu se unir, aqui é a rua!'*. Também o seus universos são distintos e é grande a variedade na rua dos aparelhos e modos de vida: o carroceiro, o ambulante, o montador de palco, o ajudante de cozinha, os tramos nas obras, auxiliar de carga e descarga, os bicos no Brás, o *'vapor'* etc. Pretendemos aprofundar mais as relações às essas extensões do corpo com a cidade, compreender melhor, facilitar a emancipação e autonomia, como consequência também ter uma pesquisa mais detalhada.

É interessante notar também como o contato com o coletivo (com uma construção, ao menos nesse espaço, de pelo menos 5 anos) humanizaram certas regras como descrita por Adalto Marques (2010), diminuindo as madeiradas (nesse caso, presente na rua, mas menos presente no comando), as cobranças da disciplina e muito maior tolerância com os *'vacilões'* (novos modos de solução de controvérsia), a descentralização da figura do *'disciplina'* em *'linhas de frente'* que são cada vez maiores (aqueles que tomam as respostas sobre o espaço

coletivo, diferente do que se pensa no entender comum do ‘proceder), a violência contra a mulher também diminuiu (foi ressignificada, ela não é tolerada em absoluto e não em respeito ao ‘companheiro’, mas em processo da emancipação com recorte de gênero, trabalhada em grande medida em oficinas como ‘Luta com A.M.O.R’ ou encontros chamados ‘chá’) etc.

A figura do ‘cabuloso’ passou a ser menos recorrente e mais dignificado é aquele que é ‘correria’, que faz ‘os corres’ pela comunidade, que constrói o espaço público, relações de adversidade também passaram a ser resolvidas conforme a ajuda mútua e atividades ‘lúdicas’ como as oficinas de futebol (na quadra) e o time de várzea formado chamado Corote Molotov (onde as adversidades aparecem durante o jogo e são resolvidas no vestiário e doar-se pelo coletivo e um esquema tático também contribuem – futebol também é política, mais embaixo).

Uma abordagem mais pedagógica e de redução de danos quanto ao uso de crack passou a ser adotada pela própria população ao humanizar as relações (e por humanizar – longe das abstrações teóricas sobre o conceito moderno de ‘homem’ e ‘humano’, é no sentido do senso comum mais humano que a rua possui sobre o humano). As ‘decisões isoladas’ são igualmente detestadas, mas as ‘oportunidades’ dadas para o ‘progresso’ são maiores, recorrentes e mais pedagógicas; o termo ‘procurar a melhora dele’ (de quando alguém erra e procurar a melhora seria ser ‘espurrado’) passou a se entender como uma construção coletiva. Quem já está ‘arrastando’ muito e/ou tomando ‘atitude isolada’ de não contribuir com o espaço coletivo (‘porque aqui ninguém é rei’ e isso também é visto como atitude isolada) há toda uma construção de laços que incentiva a pessoa a participar, apesar da terminologia ainda ser a mesma: ‘está na UBS’. São todos ‘irmãos’ e ‘cunhadas’, mas não pelo crime, é pelo espaço e pela rua – apesar de, é claro, o crime também por vezes atravessar a vida dessas pessoas.

As regras de ‘não ratear’ (roubar) o ‘irmão’, permanece séria, e é talvez uma das mais difíceis de lidar – de qualquer forma, ‘não arrastar’ para o espaço seja de fora ou para dentro, a população passa a não tolerar por entender que traz má visibilidade ao entorno do bairro (e essa vigilância, curiosamente, ao contrário do que a associação de bairro alega, torna o entorno mais seguro, do qual o povo de rua hoje tem boa relação de confiança com os negócios locais). ‘Talaricar’ continua erro grave, mas escapa de antes: hoje homens e mulheres interagem entre si de forma mais livre, sem apenas um toque ou uma palavra significar ‘talarica’. Os ‘viados’ (que também é a mesma designação para as ‘trans’) são respeitados e convivem junto, as terminologias e as piadas acontecem e todas as contradições

estão postas, mas é um convívio a ser melhor entendido que é bastante diverso dos meios liberais mais burgueses e não podem ser postos por essas lentes.

De alguma forma, a rua foi ressignificando a linguagem tornando o convívio mais harmonioso e humano, substituindo uma ‘razão instrumental’ por uma ‘razão misericordiosa’ – mas é claro, isso não é uniforme e constante. E é curiosamente a formação desse espaço coletivo, com a participação horizontal de todos, em prestar o mesmo serviço que antes era mal conduzido pelas ONGs, inclusive para população que não mora no espaço, através de suas próprias regras, decidindo em assembleias por consenso, administrando e cuidando do espaço com reformas, participando de eventos e de oficinas etc. Com isso aos poucos gera-se autonomia individual e coletiva, fez com que a participação ressignificasse a delinquência sistêmica, organizando as dissidências privadas de qualquer autonomia, perseguidas pelos aparelhos repressivos e incapacitadas entre dois sistemas (a assistência social, seus complexos e albergues, e o sistema penitenciário). Como Padre Júlio Lancellotti uma vez disse:

Na rua você não pode escolher nada. O que vestir, onde dormir, o que comer. Morador de rua deve gostar muito de arroz com salsicha, porquê é isso todo o dia nos albergues, quando não comida estragada. Não pode beber seu corote, que faz mal – mas quem é rico pode beber o que quiser e o alcoolismo do rico na sua privacidade nada se diz. Nos albergues fingem dar-lhe autonomia, as assembleias ou são comunicados ou se utilizam da misericórdia em razão instrumental, fazem assembleia para passar comunicados ou como nesse caso: aparecem com duas toalhas, uma de algodão de outra de TNT (tecido não-tecido), dizendo: “você tem essas duas opções, essa toalha de algodão que pode pegar carrapato e todo o tipo de coisa e essa outra que é descartável, qual você deseja?”. O povo é infantilizado e ordenado pelos funcionários, dentro dos albergues separam família, animais, obrigam a dormir junto com quem há desavenças na rua. No Arsenal possuem até Corró: espécie de solitária, onde quem chega bêbado é trancado junto com outros em mesmas condições. Na rua também não podem ficar, que suas malocas são desmontadas pela GCM, seus documentos confiscados, como medicamentos, carroças onde tem todos os seus pertences, são perseguidos, ciminalizados e violentados pela GCM e PM. Estão sempre em deslocamento forçado ou confinados em complexos isolados da sociedade, são como refugiados urbanos. A prefeitura tem seus ‘técnicos’, seu modelo de cidade e diz que sabe o que é bom para a cidade e para o morador de rua, porém ele não pode decidir ou conhecer muito sobre isso. É necessário substituir essa razão instrumental por uma razão misericordiosa. (LANCELLOTTI, 2017)

É nesse sentido, conforme a prática militante e diária na comunidade que posso ter melhor conta do que significa a rua, seu contexto, seus modos de vida, seu cotidiano, universo simbólico, do que é privada e como resiste, como se organiza; da mesma forma que posso entender melhor o coletivo, como se organiza, quais são os seus valores, suas dificuldades em torno da precarização do trabalho social, e estar nessa zona cinzenta onde ambos acabam por se confundir. E é conforme meu envolvimento vá se expandindo – com

bastante resiliência, porquê não é fácil – que posso ter mais material e melhor pesquisa por esse método.

#### 4. Conversational Analysis

Outro método que também nos interessou é o ‘conversation analysis’ que está particularmente interessada no entendimento intersubjetivo e situado, do senso comum, através das interações entre indivíduos; e que esse conhecimento é ‘accountable’, ou seja, reconhecido e descrito no seu contexto (EPPERSON *et all*, p.7).

Aqui voltamos há dois comentários já colocados. O primeiro é certa ‘ode ao senso comum’; a segunda é o conhecimento do vocabulário, como das regras de convivência que podem se confundir. Às vezes ele vem do crime, mas também talvez antes do crime (não importa). Também é no contexto que estamos: em ocupação autogestionária e organizada com um coletivo autonomista que ‘corre junto’. Temos interesse de identificar esse senso comum como fez Adalton Marques (2010) sobre o ‘proceder’ e como ele se aplica na rua, mais especificamente na Mooca, como também ele está sendo transformado atravessado com a experiência junto ao coletivo e à consolidação da resistência autogestionária do povo de rua – sem esquecer também de outros universos semânticos e disciplinares que atravessam, como as igrejas sempre presentes e a assistência social.



É interessante notar como frases vindas do sistema carcerário como “paz entre ladrões” e “guerra a polícia” (MARQUES, 2010) foram ressignificadas para “paz entre nós, guerra ao sistema”; e a simbiose com o coletivo também se dá enquanto trabalhadores

precarizados que resgatam também a frase “paz entre nós, guerra aos patrões” da Internacional. Outros alinhamentos também se sobrepõe como a prática de assembleias, a horizontalidade, a decisão por consenso, a ausência de liderança (todos sabem e dizem que um ‘disciplina’ sempre cai rápido, porque ‘oprimindo’, quando pego no ‘pulo’ e ‘vacila’, é cobrado por todos – e hoje de formas não-violentas). A ‘caguetagem’ continua detestável e termo recorrente, como a desconfiança com a polícia – mas também a rua desconfia dos assistentes sociais e de agentes da prefeitura (defesa civil etc), por diversos tipos de abusos praticados nos serviços; outra figura que pode passar pela ‘caguetagem’ e é erro grave é chamar o ‘conselho tutelar’ para resolver briga de casais ou separar mães de filhos (exemplo comum, ao identificarem pais usando droga perto dos filhos). A solidariedade é outro termo que é sincrônico entre a rua e o coletivo.

É nesse sentido, por exemplo, que Antônio Rafael Barbosa (2013) também diz:

Tomemos a palavra de ordem do Comando Vermelho: “Paz, Justiça e Liberdade”. Cada um desses termos enfeixa valores morais, potenciais cursos de ação e arranjos relacionais. Vejamos, como exemplo, o tema da “paz”. A máxima da “paz entre ladrões”, como enunciada em São Paulo (cf. Biondi, 2010, pp. 172-177), implica reconhecer a pertinência de uma série de ações que produzem um ordenamento das relações no meio prisional (como também fora dele). Sob o signo da paz pôs-se fim aos roubos e ataques de presos contra presos, ao estupro, às extorsões, ao uso do crack (na medida em que as cobranças sobre as dívidas contraídas e não pagas resultavam em assassinatos), às posições de hierarquia e comando entre presos (no Rio de Janeiro, acompanha-se no período o fim da “xerifia” [cf. Coelho, 1987, pp. 67-69]). Isso será levado para as ruas: o “modo de comportamento”.

Na base dessa discussão, encontra-se uma concepção juralista do exercício do poder que torna indissociável o par código-comportamento. Seria necessário aprofundar o exame do assunto para dar conta dos diversos sentidos associados à noção de “direito”, de um “direito a”, e de como diversas experimentações discursivas e práticas – a “lei das ruas”; o “ritmo da cadeia”; a “sintonia do pcc”; a “lei do morro”; “os tribunais do cv” – são reduzidas para caber no binômio código-comportamento. criado dentro das cadeias passa a orientar as relações nas comunidades pobres em que está presente a facção. É a produção de um sobrecódigo que vai transformar os códigos locais quanto à orientação dos comportamentos e ao controle dos enunciados (fim dos estupros, roubos e desrespeito aos moradores; extermínio dos delatores etc.). E aqui já estamos sob a égide da “justiça” como valor, como palavra de ordem; aqui nos posicionamos na fronteira onde justiça e paz, assim concebidas (e, de tal modo, também a liberdade), não podem ser dissociadas. Nessa fronteira também se posiciona o combate incessante aos corpos de segurança do Estado, “a guerra contra o sistema”. (BARBOSA, pp.117-118, 2013)

Ainda em algum momento de pesquisa futura buscaremos entender melhor “as regras de convívio” do sistema carcerário brasileiro sobre uma outra lente. Da mesma forma que dissemos que nem toda a insurreição é anarquista, mas a teoria anarquista pode ser ferramenta privilegiada para entendê-la, também gostaríamos de estudar essas regras de convivência e da delinquência de outra forma. Precisamos, é claro, aprofundarmo-nos dessa literatura, sobretudo sobre a delinquência. Mas também observar como a vertente do

‘ilegalismo’ dentro do anarquismo pode dar novas chaves para entender esses processos, ainda mais quando consideramos que toda a teoria anarquista partiu de uma experiência (houveram experiências ilegalistas, cada uma em sua particularidade). Não dizemos que a rua ou o PCC são ilegalistas (porquê, é claro, não visam uma ‘revolução’, ou a queda do sistema para uma ‘república de bandidos’). Também, é claro, não é a luta das ocupações na Mooca, e do coletivo, ilegalista (muito diferente, é misericordiosa). Também interessantes trabalhos dentro do anarquismo próximos ao abolicionismo penal fazem interessantes indagações sobre a era do encarceramento em massa junto ao precariado – e não é por acaso que a IWW saiu dos sindicatos e participou das greves nos sistemas penitenciários privados estadunidenses.

Estudar o sistema carcerário para entender a rua é necessário. Não só pela obviedade que aparece em campo, mas também porquê:

como a histórica precariedade institucional das prisões no Brasil, desde sempre, foi compensada por uma ampla porosidade das muralhas – que se agora inquieta porque viabiliza a facção, há muito e ainda hoje inadvertidamente viabiliza a própria prisão. Finalmente, através da análise dos vasos comunicantes e dos fluxos penitenciários tentei descrever a prisão paulista contemporânea desde outra perspectiva: como um lugar de circulação ampliada, mais que de segregação e confinamento; como um território recortado, mas amplamente articulado com outras territorialidades.

Frente a tal deslocamento de perspectiva, é importante concluir com uma ponderação: não se trata de afirmar que a prisão já não segrega, incapacita e anula uma parcela importante da população, mas de frisar que, na atual conjuntura, neste novo horizonte de problemas que se apresenta, no Brasil e fora dele, são as passagens e circuitos que mais interessam à investigação. Vasos comunicantes e fluxos penitenciários sempre existiram, mas nunca foram tão importantes como agora para a compreensão do fenômeno prisional. Seja pela emergência das facções prisionais, seja pela massificação do encarceramento, parece ser cada vez mais urgente deslocar a objetiva dos estudos prisionais da opacidade das muralhas para a operacionalidade de seus portões (GODOI, pp.140-141).

## 5. *Situated Learning*

Também para a rua a liberdade é cara. Tão mais cara porque também na rua ela é limitada, e sempre volta para os albergues e complexos, ou mesmo perseguida e deslocada de forma forçada. Conforme contam, ela passou a se organizar e mitigar os litígios entre si quando percebeu que, se não unidos, o aparelho repressivo que derrubou a primeira maloca iria derrubar a segunda. Na ocupação na Alcantâra Machado, por exemplo, isso se tornou claro de forma mais ampliada: se antes a presença da PM e GCM é recorrente, hoje a auto-defesa é bastante organizada, e a presença diminuiu. A defesa é de sua autonomia, mais que um código do crime, e o espaço coletivo cresce e os modos de vida passam a ser mais construtivos (menos danos) e humanos. De qualquer forma, para muitos (ou para todos, já que a modulação é recorrente – e também não é para todos ‘nós’?), a liberdade é um momento (BARBOSA, p.121, 2013).

Tudo isso está sendo construído a partir de uma mútua inserção em “community of practices” do coletivo e da rua (hoje são mistos); e entende-se como condição intrínseca da existência de qualquer conhecimento uma ‘comunidade de práticas’ quando novatos tornam-se experientes através da participação nessas comunidade (EPPERSON, p.8, 2007). O método de Situated Learning permite escapar da armadilha do conceito de ‘segredos’, e também é sincrônico com a prática de ‘organizar comunidades’, quando militância e etnografia podem se confundir.

“legitimate peripheral participation,” as a consciously challenging concept to capture the complexity of the situated learning process. They do not mean to suggest a distinction between legitimate and illegitimate participation, but rather to draw analytic attention to the “form that the legitimacy of participation takes” (emphasis added). In other words, how—and to what extent—does the novice learner feel she has a right and responsibility to participate in a community of practice? Similarly, the term peripheral is not used in a pejorative sense, as in a distinction between center and periphery. Rather, “[p]eripherality, when it is enabled, suggests an opening, a way of gaining access to sources for understanding through growing involvement.” Finally, Lave and Wenger do not believe peripheral participation should be contrasted with either “central participation” or “complete participation.” They prefer the concept “full participation,” which “is intended to do justice to the diversity of relations involved in varying forms of community membership.” (EPPERSON *et al*, p.8, 2007)

## **CONCLUSÃO**

A ocupação Alcântara Machado é uma possibilidade do anarquismo visto na prática para as pessoas descartáveis na megalópole, em um sistema que cada vez menos precisa de gente para sua reprodução ou mesmo da conciliação com as suas capacidades, batendo de frente com a máxima “de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”. Aos indivíduos que habitam a ocupação, frequentemente foi negado o pertencimento até na menor célula das relações sociais: a própria família.

Alcântara Machado não é um anarquismo ideal, pois está repleto de contradições – assim como está o mundo. Afinal, possui autonomia parcial porquê a existência e sobrevivência dessas pessoas dependem do assistencialismo religioso exógeno, na assistência política da Igreja Católica, na assistência material das igrejas evangélicas, e na construção da organização da comunidade por militantes ascéticos esclarecidos e por vezes relacionado com a lógica (ideológica) do movimento estudantil. Sem dúvida não é um movimento de reforma, já que se nega a participar de qualquer solução através das instituições liberais, mas tampouco é um movimento revolucionário no sentido marxista – é mais semelhante aos movimentos utópicos do século XIX.

Por não ser um movimento revolucionário (universal), a “okupa” por vezes entra em confronto com o motor da história e seus agentes (dentro ou fora do Estado): é um



movimento de revolta (particular) para pessoas que foram “quebradas” pelas diversas pressões objetivas e subjetivas do sistema que já não oferece nenhuma alternativa de existência a elas. Por esse motivo, as pessoas ali existem na cumplicidade de sua negação – por vezes constituindo famílias, consanguíneas ou não, já que foram rompidos seus vínculos originais.

A lei por ali é rígida – às vezes mais rígida do que a lei para aqueles que têm alguma utilidade para o sistema (mesmo ou principalmente a classe trabalhadora) – e é a que permite a existência dessas vidas, já que tem força para prevalecer sobre qualquer pressão externa ao mesmo tempo que possui uma garantia mínima dos acordos internos: para além da justiça, a garantia. Por outro lado, às vezes é feudal, punitiva, do suplício: prevalece o obscurantismo incrementado ao populismo personalista, que podem levar a uma pulsão protofascista e anti-materialista, negando a razão e mobilizando a moral, indiretamente favorecendo forças reacionárias. Ainda, a lei pode se manifestar como último resíduo de sociabilidade, pois pode acabar com a existência de indivíduos que ali estão, seja porque descumpriram a norma ou por dinâmicas de poder. A insociabilidade pode se manifestar através da punição ou da alienação e suas consequências.

Desta forma, a lei da rua não é uma questão moral de como as relações sociais são ou deveriam ser, mas a realidade em dado momento histórico, de determinadas relações em um espaço social particular dentro de uma enorme rede de sociabilidade que é São Paulo.

# INTERMEZZO

*Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo,  
quando vier, que venha armado!  
O sertão é do tamanho do mundo.  
Sertão é dentro da gente.  
O sertão é sem lugar.  
O sertão não tem janelas, nem portas. E a regra é assim: ou o  
senhor bendito governa o sertão, ou o sertão maldito vos governa.  
O sertão é uma espera enorme.  
Sertão: quem sabe dele é urubu, gavião, gaivota, esses pássaros:  
eles estão sempre no alto, apalpando ares com pendurado pé, com  
o olhar remedindo a alegria e as misérias todas.  
- Grande Sertão: Veredas. Guimarães Rosa*

## **INTERMEZZO: O POVO DE RUA POR ELES MESMOS – Entrevista com o Morador Rafa, da Okupa Alcântara Machado**

– *Nome, idade, onde nasceu?*

Meu nome é Rafael, tenho 32 anos e nasci em São Paulo, mesmo. Na periferia da Zona Oeste.

– *O que é protesto?*

Protesto pra mim é reivindicar uma coisa boa, uma coisa que não tá boa na sociedade, e a gente tentar melhorar num protesto, tentando lutar por aquilo, mais ou menos isso

– *E ativista, militante, o que você entende por a gente do CATSo ou outros grupos que colam junto, porque a gente não é do viaduto, qual a impressão, como você entrou em primeiro contato com essa galera?*

Com a galera, eu entrei em contato lá mesmo no viaduto no final de 2012, e eu vejo que eles correm contra essas patifarias da política aí que rola, tentando melhorar, contra essas coisas de corrupção, esses partidos políticos, porque são tipo autônomos... É uma galera autônoma.

– *Em 2012 ainda era “tenda”?*

Era tenda. Eles eram da ONG na época, mas aí depois começaram a montar, depois que terminou que montaram o CATSo. Na época que montou o CATSo eu não tava, eu tava pra fora. Aí depois que eu voltei.

– *Quando você saiu?*

Eu saí no final de 2014, começo de 2015. Aí eu voltei agora, no ano retrasado, não, no ano passado, 2016, eu voltei, aí foi isso, daí eu vi que já estavam num corre mais ativo, antes era mais o serviço, ajudando ao próximo também, mas agora eu vi que eles já tá mais desenvolvido do autônomo mesmo, de ajudar ao próximo, correr contra esses políticos safados. Essa é a ideologia.

– *O que é sistema?*

O sistema político, o sistema opressor, o sistema militar, esses daí... Tem vários tipos de sistema (...), tem o sistema político, tem o sistema carcerário também que e embaçado, opressor, o sistema político, o sistema... tem vários sistemas.

– *Você acha que tem alguma coisa a ver, o sistema carcerário com o sistema político?*

É mais ou menos a mesma fita, porque o sistema carcerário é opressor também, os carcereiros... porque eu tirei uns dias de cadeia e eles são bem opressor, esse sistema, e é a mesma fita da política, que os políticos, no nosso caso, oprimindo nós da rua, muito opressor com o povo de rua.

– *A polícia também?*

A polícia também, a polícia é o mais opressor que tem do sistema, é o sistema militar.

– *E os albergues, tem a ver com isso?*

É, o albergue tá ali pra acoar os moradores de rua, pra esconder os moradores de rua, não deixar eles... eu passei por alguns albergues, é deixar eles ali trancados né. Você chega uma hora, tem que ter horário pra chegar e o horário pra sair, é um sistema também, tá ali pra ajudar na nossa de fachada, porque se fosse mesmo pra ajudar era 24h aberto, você podia ir lá dormir, um albergue pra você ficar lá tipo uma casa, desses albergues não é tipo casa, você tá lá tem que entrar nas regras de horário pra dormir, horário pra acordar.

– *O que é opressão?*

Ah, opressão é você ser oprimido por uma coisa que, como posso dizer, você ser oprimido, você ser oprimido de fazer alguma coisa, de atuar em algum lugar... ser obrigado a fazer algo que não quer, estar em um lugar que você não quer. É isso. O que a gente tá sofrendo ali também é opressão do governo, o governo da oprimindo nós, de várias formas, a população de rua tá sendo oprimida de não ter um espaço, de você ter uma barraquinha e você não poder ter aquela barraquinha num certo lugar, numa área livre, ali é opressão, eles chegam tirando tudo o que é seu...

– *Ali na Alcântara, eles oprimem?*

Eles não tão oprimindo tanto, não tão oprimindo muito, já oprimiram bastante.

– *Como era, como é agora?*

Agora tá mais tranquilo, antigamente eles oprimiam, tanto é mais na época que eles queriam reintegrar, que a gente bateu de frente com eles ali, tentaram oprimir nós, tirar nós de lá, sendo que não tinha lugar pra onde a gente ir. Mesmo assim, não tá oprimindo tanto ali, porque agora tá mais, com esse corre do coletivo, agora tá mais ajudando nós lá. Mas tem outros lugares que tá sendo bastante oprimido, como na praça da sé, o pessoal tem umas barraquinhas, as mantas, tudo, e chega a GCM e o rapa e leva tudo sem ter o diálogo, isso aí sem conversar, achando que tem que tirar nós de lá, tipo, o pessoal que mora lá né, já chegam oprimindo, batendo, é isso aí que tá acontecendo. Lá [na Alcântara] não tanto, não tá acontecendo porque tá o corre por fora, mas já aconteceu muito lá.

– *A polícia de vez em quando ainda aparece lá?*

Aparece. De vez em quando dá uma abordagem no pessoal lá, e já chegam oprimindo também, com a polícia não tem boi. Se abordou, eles já chegam metendo o pé mesmo.

– *E por que você acha que eles vão pra lá fazer isso?*

Ah, porque é o preconceito, não sei, por causa do pessoal de rua, acha que o pessoal tá ali fazendo coisa errada, mas ali tem muita família né, não é tão assim como eles pensam que é. E uma que a maloca ali mantém uma certa paz na região, porque se não tivesse ali, ia ter muito assalto, muito roubo, e a gente mantém ali aquele espaço pra ter uma disciplina de não ter um assalto, um roubo. E eles acham que a gente estando ali estamos induzindo assalto, roubo, não, pelo contrário, se sai aquela maloca dali aquele espaço ali vai aumentar muito o índice de roubo ali.

– *Eu já ouvi várias vezes falar de quando vem gente de outro lugar...*

É, e a gente já dá um salve né. Esses tempos atrás mesmo tava acontecendo isso aí. Um pessoal tava indo lá, uns moleques, de outros lugares pra tentar fazer um assalto no farol e a gente pulava na bala trocava uma ideia com os cara, porque ali moiava

pra nós. Se quiser fazer isso, vai pra outro lugar que não tenha comunidade, senão ali ficava suja a comunidade nossa.

– *Como você acha que é a impressão que se tem dos moradores do entorno, até dos negócios...*

Ah, ali a impressão não é muito boa não, eles acham que a gente tá ali, que somos maloqueiros, que morador de rua é tudo ladrão, trombadinha, usuário de droga, pra sociedade é isso né, pra uma grande parte da sociedade. Tem uns que ajudam, tem uns que entendem, tem uns comerciantes que conhecem a gente lá tudo, mais a maioria acha que a gente ali é trombadinha, ladrão, e não é isso o que acontece. Ali tem muita gente boa, e é o que eu tava falando, se aquela comunidade sair dali vai ser bem complicado ali o índice de roubo, porque antigamente tinha muito roubo ali. Daí, como começou a ter uma comunidade, o diálogo com todos os moradores da comunidade, então, tiveram o entendimento de que não pode, a gente tem que preservar aquele espaço pra nós, porque senão aí que a opressão e o sistema vai querer cair em cima da gente, porque vão falar, ah, além de eles morar ali embaixo de um viaduto, eles estão roubando, causando... Não é bem isso o que acontece, não, a gente tá mantendo o ambiente bom ali.

– *O que é humildade? Alguém humilde...*

Humilde é uma pessoa que seja boa, entenda o lado certo e o lado errado, pessoa que ajude o próximo também, que se vê uma pessoa precisando de alguma coisa tira do próprio corpo pra ajudar, uma pessoa humilde é uma pessoa que pode ajudar o próximo, que não vai julgar a pessoa pela aparência também...

– *Isso é um valor da comunidade?*

Sim, a gente ajuda bastante o próximo ali.

– *Pra você, como é alguém que corre pelo certo? E alguém que é vacilão, que tá no erro?*

O que corre pelo certo é [alguém] que sempre está no corre da comunidade pelo certo, pra fortalecer mais a comunidade, pra ver os que tá em mais dificuldade, o que precisa, pra tá um ajudando o outro, se tiver uma família precisando de um leite, alguma coisa assim. É uma pessoa que corre pelo certo, na minha opinião, é essa; que ajuda, que tá sempre fazendo o certo, passando uma visão do certo e do errado pro cara que tá

errado, pra pessoas novas que tão chegando também. Quem tá ajudando sempre, o cara que tá no corre pelo certo é o cara que tá fazendo o bem ali, ajudando a comunidade não ter uma visão ruim, mas uma visão boa, que tá ajudando o pessoal da comunidade. Mais ou menos isso.

– *E os que são linha de frente?*

Os que tão na linha de frente são aqueles que estão pra passar o que é o certo, pra passar a caminhada, como funciona, as regras do espaço, onde você pode entrar, onde você pode ficar, a hora certa pra fazer as atividades, porque tem a hora do almoço, a hora de montar a praia, pro pessoal de fora vir dormir, passa as regras da casa, não pode causar lá dentro, usar bebidas, drogas, dentro da comunidade, respeitar o próximo, que a gente pede isso, não causar, e essa é a função do linha de frente. Quando chega uma pessoa de fora, passa a caminhada da comunidade, como funciona a comunidade, a história da comunidade, porque a gente tá ali de baixo, que a gente tá lutando por casas, por moradias dignas, não albergue, porque a gente não quer albergue, a gente quer uma moradia digna, uma ajuda, se o governo é pra ajudar então ajuda numa moradia pra todo mundo, porque todo mundo tá ali no mesmo barco, tem trabalhadores na comunidade. Então é isso que os linha de frente funciona, pra mostrar o certo e o que é errado, o que não pode acontecer.

– *O que se pode errar numa comunidade?*

Pode errar pouco, não pode errar muito, tipo, tem várias coisas, tipo, não pode desrespeitar o próximo, mexer com mulher do próximo também, que a coisa mais grave que tem é isso, mexer com a esposa do próximo, então, isso daí é o mais grave que tem. Ratear – pegar coisa que não é sua – também, isso aí é uma coisa muito grave que acontece, de a pessoa chegar lá na comunidade e já pegar as coisas que não é dele, isso acontece muito, e o que mais acontece, na verdade, é isso, rateagem, e é o pessoal de fora. Tem umas pessoas de dentro que já sabe que não pode e faz isso, aí que cai no erro, que é um tremendo vacilão mesmo, que cai no erro. É mais ou menos isso.

– *O que é nós por nós?*

Tem vários modos de falar nós por nós. Ou é a comunidade é nós por nós e a outra comunidade não, mas também pode ser nós por nós e foda-se o sistema, tipo, mais ou menos isso. Porque a comunidade é bem fechada, tem uma parte da comunidade que não quer

nem saber, tem uma parte que fecha mesmo e tem uma parte que não fecha muito bem na comunidade, mas a gente, então, fecha por nós e também por eles, porque eles, querendo ou não, tão fazendo parte da comunidade. Então é mais ou menos isso, nós por nós é pro que der e o que vier, quem tiver fechando mesmo, aconteça o que acontecer, se tiver que tomar tiro, porrada e bomba a gente tá lá pra tomar, pra lutar pelo espaço.

– *Como que é isso, tem um pessoal que se envolve mais e tem um pessoal que não...*

Tem um pessoal mais da comunidade mesmo que é residente lá, que fecha mesmo, fechando, que mora lá já faz um tempo, que sabe toda a caminhada que rola por trás da comunidade, a luta que é lá, não só o espaço. E tem muita gente que chega lá na comunidade achando que lá é uma casa de acolhimento, que é coisa da prefeitura, que só vai lá pra dormir, pra descansar, chega no outro dia, vai embora, do mesmo jeito que chega lá, destrói banheiro, acha que, tipo, lá não tem uma regra. Igual a gente fala, quando chega, a gente passa a caminhada, mas mesmo assim não adianta, porque as pessoas chegam, tumultuam lá, ratiam, estraga o espaço e vai embora, tipo, ah, eu tenho outro lugar pra ficar, mas nós que tá lá a gente tem que preservar o nosso espaço, que nós é os mais velhos, nós tá já numa caminhada, lutando pelo espaço... Então, tem muita gente morando mesmo lá e não quer nem saber, só quer tipo, ah, tô aqui por tá, se tiver que ir embora, eu vou embora; tem pessoas que tá lá tipo cigano, que fica numa comunidade, daí vai pra outra, se não tá boa essa comunidade vai pra outra maloca, outro espaço, tipo, pra eles tanto faz como tanto fez, estar ali, mas mesmo assim, tá lá e tá precisando de lá. Então, tem muita gente que não fecha com nós. Muita gente mesmo que não fecha.

– *Eu me lembro do ano passado, quando foi reintegrar, saiu um monte de gente...*

É, pra reintegrar, a gente marcou lá, era dia 11? Era dia 11 de Novembro, e a gente já tinha ido em vários lugares, tipo, comício do prefeito, pra breicar a reintegração, e a gente falando, ah, dia 11 vamos ver quem vai ficar. Chegou perto do dia, já começou um monte de gente a ir embora, ah, não vou bater de frente, e quem tava lá, quem permaneceu era quem ia bater de frente, quem queria mesmo o espaço, quem queria lutar pelo certo mesmo, pela moradia. Tanto é que passou a reintegração, tinha ido muita gente embora, aí, disse o prefeito na época que ia arrumar bolsa-aluguel, daí veio mais de 200, 300 pessoas pra fazer o cadastro do bolsa aluguel, pessoa que nem da comunidade é, que nem queria ficar na comunidade, que já tinha ido embora e voltado pra lá pra tentar alguma coisa lá. Do



cimento... de tudo quanto é lugar, apareceu gente, mas na hora de fechar mesmo, de brigar pelo espaço, não tava. Tem muitas pessoas que só quer o fácil lá, quer tudo na mão.

– *Sobre a relação entre o cimento e a alcântara, como é, como já foi, quais as diferenças entre essas comunidades?*

Então, agora não tem mais uma relação entre a gente. Antigamente, tinha até uma relação pacífica entre nós, uma ajudava a outra, mais a alcântara que ajudava o cimento na época, tipo, se tivesse protesto lá, o pessoal [da Alcântara] ia. Tanto é que quando era pra reintegrar, e ia reintegrar as duas comunidades, a única comunidade que pulou na bala pra lutar no protesto foi a alcântara. No cimento, tem muitas coisas que acontecem que eles resolvem não igual a gente, a gente não resolve na porrada lá não, na alcântara, na alcântara a gente resolve na conversa. Já foi a época de resolver lá na porrada, agora é mais conversa, sem por a mão, lá no cimento não, já e quebrar na madeira, a regra deles lá é diferente, eles são mais radical, lá na alcântara a gente mais conversa com o pessoal né e passa uma visão, ainda tenta passar uma visão. Lá no cimento, eles não dão uma instruída no pessoal, já é quebrar e vai embora e já era. Lá na alcântara é trocar uma ideia, dar uma oportunidade pra pessoa.

– *O que é verme?*

Na nossa linguagem, verme é os polícia, os vermes malditos, que gosta de oprimir nós da rua. É a gíria herdada pelos polícias. E eles são uns vermes mesmo, porque o que eles faz é coisa de verme mesmo, de bactéria, de parasitas, um povo opressor.

– *O que é comunidade?*

Comunidade é onde a gente vive, pra não falar maloca, é uma comunidade, com as pessoas, tem famílias, comunidade carente, tem as nossas famílias, tem as pessoas de convívio, onde a gente mora a gente chama de comunidade. Muitos chamam de favela, maloca, é tudo a mesma jogada.

– *E maloca, maloqueiro?*

Maloca veio mais dos barracos, essa palavra veio mais disso daí, das barraquinhas, das lonas. Maloqueiro é todo o pessoal de rua, a gente tem o modo de chamar nós mesmos da rua, é da maloca, e aí maloqueiro, é a gíria da rua, das pessoas que vive na

rua. Tem o lado bom, tem gente que fala os maloqueiros, a sociedade chama nós de maloqueiro, trombadinha, bando de sem futuro, mas não, a gente chama de maloca pra tirar uma onda, maloca, maloqueiro. É mais a gente que mora na rua mesmo.

– *Como se resolve o erro? Por exemplo, se alguém ratiou, como se resolve?*

Se alguém ratiou, lá na alcântara, antigamente a gente dava um peguei, dava umas pancadinhas, mas agora a gente troca umas ideias, se é um erro muito grave, se é gente lá do convívio mesmo aí dá um peguei nos caras, mas, conversar e, se é pessoa que convive, que já sabe como é que é, que isso daí a gente não permite, então a gente fala pra procurar melhora, pra procurar outro lugar.

– *Procurar melhora é ir procurar outro lugar?*

É, é ir embora. Procurar melhora é procurar outro lugar.

– *E se a pessoa continua no erro?*

Aí entra na madeira, entra na madeira e procura outro lugar, é a última... persistiu no erro... já passou a caminhada... persistiu no erro, então, não tem jeito, ou é colocar pra correr ou é... mas ficar, não fica. Conviver mais no espaço, não convive.

– *Aí vão ficando aqueles que...*

Que tão lá, merecendo o espaço.

– *Quais são as formas de punição?*

Não, punição é trocar ideia... se não é um erro tão grave que a pessoa comete, pode se dizer assim, tipo não tá fechando com a comunidade, não tá ajudando no dia a dia da comunidade, numa lavagem de banheiro, numa manutenção da casa, tudo, aí a gente deixa a pessoa uma semana, duas em observação, “OBS”, que a gente chama, fica em “OBS”. Se essa semana ela não se mostrou, como fala, não melhorou a conduta dele na casa, então a gente coloca ele pra falar procura uma melhora, que esse espaço aqui não tá... você não tá se adequando com o espaço, então procure um espaço que se adeque a você, que se adapta a você.

– *E as assembleias?*

Quando tem as assembléias, a gente faz as assembléias pra melhorar, pra ver o que tá errando, o que tá acontecendo na comunidade, com as coisas mais graves que aconteceram. Quando a gente faz assembléia é quando tá acontecendo alguma coisa grave, quando alguma pessoa não tá fechando, quando a pessoa tá entrando no erro, a pessoa tá causando na comunidade. Aí faz assembleia pra ver, pra decidir entre todos, tem assembléia que a gente decide entre todos, se a pessoa é digna de ficar na comunidade, pelos erros que tá acontecendo, e tem vez que a gente toma conclusões entre nós mesmos, os mais velhos da comunidade, pra pessoa se ligar. E as assembléias é também pra se precisar né, se precisa de uma manutenção, se precisa fazer um rateio todo mundo pra manutenção de banheiro, de cozinha, dos chuveiros, se tá precisando de verba, de ajuda, pra fazer um rateio... Ah, quebraram os chuveiros, então vamos fazer um rateio pra gente fazer a manutenção, fazer assembléia pra passar como é que tá por fora, assim, como que tá ali o corre por fora da ocupação, se tá pra ter a reintegração do espaço ou não, pra deixar o pessoal a par de tudo o que tá acontecendo no viaduto.

– *Qual a rotina da ocupação? A rua, o povo de rua, tem uma rotina também?*

Tem a rotina lá, diária que é a gente começa de manhã servindo um café da manhã, tem a rotina da cozinha e da limpeza, de manhã tem o café da manhã, que um pessoal faz um café da manhã pro pessoal que acorda e fica lá e os de fora que vem mesmo, oito e meia, nove horas da manhã serve um café. Aí ali fazem limpeza dos banheiros, masculino e feminino, num horário logo cedo, e tem o pessoal da cozinha que faz o almoço, que solta o almoço lá pra uma hora, pra quem tiver na casa, até quando dura a comida, faz a fila e cada um vez com sua cumbuquinha e serve a comida pra todos. Aí, onze horas, liga a televisão, a televisão é ligada onze horas pro pessoal assistir o jornal, o esporte... duas horas da tarde liga a televisão pro filme, pro pessoal do filme. Aí chega seis horas da tarde e tem a limpeza dos banheiros também, de novo a limpeza dos banheiros. Nove horas da noite, é limpado o pátio, varrido o pátio pra montar a praia, pra todos que não tem barracos e tão de trânsito passando por lá pela região, que dormem lá na comunidade. A comunidade tem as pessoas que moram lá e as que frequentam lá pra dormir, usar o banheiro e se alimentar também. Nove horas da noite é limpada a praia, varrida, todo mundo monta seu colchãozinho no lugar, daí a luz apaga dez horas, dez e meia da noite, apaga a luz pra todo mundo ter o descanso e depois desse horário não pode ter barulho, né... não pode mas sempre acontece barulho lá dentro, fora rola também, mas...

– *E a portaria...*

Portaria não tá tendo mais, a portaria era uma coisa pra ter...

– *O que acontece na portaria?*

A portaria era mais pra ter a segurança do pessoal que tá dormindo na praia, porque cola muita pessoa, agora já deu uma diminuída mas antigamente tinha muita gente dormindo lá, que a gente não sabia quem era quem e dormia, nessa época tinha até polícia entrando lá dentro quando a gente tava dormindo e não sabia quem... o pessoal andando lá dentro, procurando gente, vendo como que é o espaço, então tinha portaria pra ver, pra manter, pra ninguém chegar de fora e por fogo ou machucar alguém que tá dormindo. Por isso que tinha a portaria. Agora tá mais tranquilo por lá e não tá tendo mais portaria mas tem os que ficam mais acordado até a noite e ficam na atenção lá também. Aí a televisão é desligada duas horas da manhã e é silêncio total pro pessoal. A televisão fica alta fica ligada até duas horas da manhã mas bem baixa, o pessoal gosta de ficar assistindo filme até mais tarde, então esse pessoal que fica assistindo filme que fica mais na atenção de noite, aí depois dormiu, aí é cada um só de boa.

– *E a rotina da rua, eu sei que varia de região pra região...*

Tem rotina, tem uns irmãos que trabalham, tem uns irmãos que saem cedo pra trabalhar, que faz os bicos deles, tem uns irmãos que acordam pra fazer sua reciclagem, tem uns que ficam na rotina só de restaurante, pegando comida nos restaurantes, que tem uns restaurantes que ainda bem que ajuda as pessoas. Eu tenho uma rotina toda noite de ir buscar alimento pra cozinha, eu sou uma das pessoas que fazem esse corre, eu, o Nilson, o nelson, a gente vai pra fazer uns corres juntos nos mercados, tem uns mercados que faz uma doação pra nós, aí todo dia a noite a gente vai no mercado pegar retalho de carne, uns pedaços de carne, vai em uns horti fruti que tem que arruma salada, arruma os legumes pra gente, tem restaurante que dá salgados também. Então, a gente, eu sou um dos responsáveis de fazer esse corre dos alimentos, pra cozinha né, é os alimentos mais mistura, esses daí.

– *E esses lugares onde vão, a galera conhece a comunidade?*

Não conhece. Sabe que é pra comunidade, a gente conversou, abriu as portas desses mercados, alguns sabe que é, um só... eu vou em três mercados, só um sabe que é pra comunidade.

– *E quais mercados?*

É um mercado na avenida Piratininga e dois mercados que é na zona cerealista. Tem uma hortifruti na rua rangel pestana que eu conheci há pouco tempo que ele tá... que eu falei da comunidade pra ele, ele falou “ah, eu conheço o viaduto”, então toda noite ele arruma legumes, tudo que não vai estragar, até alimentos bons ele arruma, deixa separado, eu passo e pego lá.

– *O que é e quem é o povo de rua, que se fala muito, quem são essas pessoas?*

As pessoas do povo de rua é muita... tem trabalhadores, tem ex médico, ex professor, povo de rua é um povo que não teve uma, como posso falar, uma estrutura muito boa e foi parar na rua, mas o povo de rua é um povo bem unido, que é um ajudando o outro, tem um povo bem unido. E é isso, povo de rua é um povo sofredor, que é oprimido pelo sistema e que tá aí em luta de melhoras de vida.

– *E quais são os trabalhos que quem tá na rua faz?*

Então, a maior parte do trabalho do pessoal da rua... tem um pessoal que recicla, um pessoal que também participa de descarregar contêineres, eventos também, de montagem e desmontagem de palco... tem uma empresa de um rapaz aí que ele trabalha em empresa de ajudantes né, então ele sempre vai lá buscar pessoas pra ajudar em eventos, limpeza de banheiro, montagem de palco, e a maioria desse pessoal que ajuda é tudo população de rua, tem uns pessoal lá da comunidade, do cimento também tem bastante gente que vai, e a maioria do trabalho deles é isso, descarga de containers, que o pessoal vai lá descarregar contêineres e os patrões sabem que é o pessoal mora em situação de rua, o pessoal que ajuda eles. Então, eles vão lá, descarrega containers, ganha 50 reais por container, e eles vão sobrevivendo disso aí, uma grande maioria da população lá vive disso. Tem pedreiros, tem gente que tá trabalhando na comunidade lá, arrumou obra de pedreiro, tão construindo umas casas... igual eu falei, na rua tem muitas pessoas formadas, tem pedreiro, médico, professores, tudo lá na rua que não teve uma estrutura boa pra manter os seus serviços.

– *Quais lugares você já morou?*

Eu já morei no cimento, já morei na praça da sé, já morei no quadrado, que é no parque dom pedro, já morei em sorocaba no começo da rua, que eu briguei com minha mãe, eu morei na rua em sorocaba, foi um dos pior lugar que eu morei na minha vida na rua, em 2011, e em são paulo, no centro de são paulo.

– *Você vê diferenças...*

Em lugares? Vejo. De todos os lugares que eu já morei na rua, o melhor, de acolhimento, foi na alcântara.

– *Você disse que o [viaduto] Alcântara foi o melhor lugar onde você ficou. Nos outros lugares, quais eram os problemas?*

Ah, tinha muito problema de injustiça das pessoas lá, não tinha lei, as pessoas eram cada um por si, não tinha, tipo, uma espécie de comunidade. Tava no começo do cimento ainda, não tava tão cheio, como é hoje, mas não era muito bom igual... não era igual a alcântara. Na alcântara a gente conversa, instrui as pessoas o que é o certo o que é o errado na comunidade e tenta ajudar da melhor maneira possível. No parque dom pedro, eu morei quando eu usava muita droga. Eu era usuário de crack na época. Então, eu morei lá e mais pra... lá não tinha lei. Então, a alcântara machado é uma comunidade que acolhe bem as pessoas, que ajuda as pessoas a viver, né, da melhor maneira possível aí na situação de rua. É isso o que eu tenho pra falar.

– *E em albergue você já...*

Já morei em albergue. Morei no Arsenal, fiquei um mês no Arsenal. Fui desligado. Fui desligado dia primeiro... ganhei o presente de ano novo do Arsenal... Dia primeiro de janeiro de 2012, eu fui desligado do Arsenal.

– *Por quê?*

De faltas, eu tive faltas e me desliguei... me desligaram.

– *E como era sua rotina lá?*

No Arsenal, era uma rotina meio que marionete. A gente tinha que entrar, entrava num certo horário e tinha que sair num certo horário. Tudo bem, a regra é deles mas não era do jeito que eu precisava. Tinha vez que eu tava ruim, doente, eu precisava ficar lá dentro dormindo, repousando e não podia, tinha que ir pra rua, dormir na calçada porque eu tava doente... tinha uma época que eu fiquei ruim, meio debilitado, precisava ficar lá dentro e não conseguia ficar lá dentro porque tava doente então eu tinha que sair, tinha que acordar cinco da manhã, ficar na rua e esperar quatro da tarde pra poder voltar. Então, o albergue tinha que acolher você 24 horas, pra você ter um espaço, ser albergado, poder ficar lá dentro. Mesmo que for pra fazer atividades lá dentro, fazer as atividades e ficar lá, mas não tinha como ficar lá.

– *Tem opressão lá dentro?*

Tem opressão, tem opressão dos monitores lá, muita opressão.

– *O que eles fazem?*

Eles quer que você de qualquer jeito durma e rapidinho você vá embora na verdade. Eles não querem manter você, ter o trabalho de ficar com você lá dentro. Eles quer acolher você daquele jeito ruim, deixar você lá dentro e logo cedo colocar você pra correr. É essa a minha visão que foi, que eu tive lá. Eu fiquei lá uns tempos, um mês, eu fiquei nesse albergue e foi isso o que aconteceu.

– *No Arsenal tem corró?*

Sim, no Arsenal tem um corró pra quem chega bêbado.

– *E como é lá?*

Na verdade, fala corró porque é onde você pega o pernoite pra entrar. Pra você entrar, você fica separado, você não fica na parte grande, você fica na parte menor, que você fica lá pra pegar pernoite, pra conseguir uma vaga. E o corró, falam que é corró porque as pessoas que já é residente da casa chegam alterado de álcool, droga e eles [monitores] vê na hora da entrada e eles te manda pra você ficar lá um tempo até passar um pouquinho a brisa e voltar né.

– *E tem diferença entre os espaços?*

Não, é bem menor só, a comida é a mesma...

– *Mas rola mais conflito?*

Rola mais conflito, rola mais conflito porque o pessoal é mais alterado, tem poucos funcionários nessa área também, bota todo mundo lá e só faz a ficha, entra, aí depois na hora de você ver a alimentação é a maior guerra, mas não é...

– *Como eram as condições lá? Tipo, de higiene à comida...*

A comida... até que não vou reclamar da comida, o que era ruim mesmo é os percevejos, era o colchão, porque é muita gente que dorme nos colchão. Então, isso daí tem, coceira e tudo. A comida não tem o que reclamar, que eles fazem a comida fresquinha, tinha nutricionista e tudo pelo o que eu fiquei sabendo lá tem a chefe de cozinha, faz a comida, tudo tranquilo. Mas higiene é aquela coisa né, o banheiro só fica limpo quando você lava o banheiro, depois que usou duas, três pessoas já vira mais uma porcaria.

– *E em alguns lugares tem aquela história de toalha de TNT, sabonete...*

Não, não, lá você tem a toalha própria, lá é mais organizado nessa forma... você tem toalha própria e sabonete você tem que comprar o seu, se você não tiver sabonete você não toma banho, lá eles não doa produto de higiene, a única coisa que eles doam lá é a toalha... toalha, e tem a lavanderia que eles até ajuda lá na lavanderia pra você lavar roupa. Tem gente que trabalha lá dentro do Arsenal, que mora e trabalha lá dentro, eles dão uma... pelo o que falam, o melhor albergue que tem é o Arsenal mas mesmo assim o pessoal quer que eles fiquem lá trancado, trancado não, quer que vai dormir... o problema do governo é não ficar na madrugada na rua, maloqueiro não ficar na rua numa certa hora. Então, eles deixam lá dentro e depois solta. Mais ou menos isso, é um [regime] semi-aberto, bem dizer assim... Um semi-aberto, você entra de tarde, dorme e sai de manhã.

– *Sobre as doações de alimento, quem traz, como é a relação com quem traz?*

Lá chega bastante comunidade pra doar, tanto comidas prontas, marmitex, como lanches, e também tem umas pessoas que levam o grosso pra cozinha, arroz, feijão, sal, óleo, essas daí é as comunidades que já vai há bastante tempo, é mais um povo de igreja, tem um povo de todas as religiões, tem povo de candomblé, tem povo da umbanda que vai entregar, tem vários tipos de denominação de igrejas e eles vão pra ajudar mesmo o pessoal



lá, essas pessoas aí são bem queridas lá porque eles ajuda bem a gente pelo o que a gente sobrevive lá é nessas doações da comida... o governo não dá nada, o governo só tira na verdade... e eles dão, chega todo dia, todo dia, alimentação lá a noite, mais a noite, de final de semana até vem de tarde. Tem certas igrejas, que é as igreja menorzinha, eles entrega alimento, abençoa a alimentação e traz uma comida muito boa, mas aquelas igrejas maior, assembléia de deus, universal eles vai mais pra fachada, que eles vão, quer fazer um culto, quer tirar foto, quer fazer isso, quer fazer aquilo, pra dar um hot dog pra mostrar lá no culto lá que tava ajudando, mas aquelas igreja bem pequenininha, bem simplesinha, eles dão alimentação, é uma beleza, faz uma oração só pra agradecer o alimento e tranquilo... agora, essas igreja aí, universal, eles só vão lá pra fachada, pra querer ganhar alguma coisa em cima, essa é a verdade que eles quer fazer. Todo fim de semana aparece com uma vã pra levar a galera, não oferece nem um café da manhã, ele já oferece pra levar pra igreja... cada um tem sua crença, mas ele já oferece pra levar o pessoal com fome, “vamos pra igreja” e não sei o que, depois tem uma alimentação. A igreja que mais vai lá que mete o louco na palavra real mesmo é a universal. A universal eles vão lá pra querer status. Já cortamos dois pessoal da universal que ia lá e não vai mais porque eles queriam só pra fazer culto, ganhar fama através de nós, fazer filmagem, “ai, tá ajudando o povo de rua com comida, que eles tão passando fome”... a gente não tá com fome lá [no viaduto alcântara machado], todo mundo tem um corre, nós tem a nossa cozinha, tem as comunidade que ajuda a gente também, mas a gente também faz ali o nosso corre de ir nos mercado e tudo, não passa fome, a gente graças a deus não passa.

– *E essas menores, você se lembra do nome de alguma?*

Não lembro...

– *São evangélicas?*

São evangélicas... a melhor comida que eu comi, vou falar, foi uma feijoada que é da ubanda, do pessoal da ubanda, nossa, que feijoada boa! Espírita também vai lá de vez em quando... vai várias religiões, mas a melhor [doação] foi a da ubanda, uma feijoada bem forte mesmo.

– *Mudando de assunto. Você já passou pelo sistema carcerário?*

Passei um tempo já no sistema carcerário, muito sofrido, como eu sofri dentro do...

– *Quando que foi, pelo o que foi, onde ficou?*

Eu tirei 33 [tráfico], 157 [assalto a mão armada]. Fiquei preso no Pinheiros 1 [Centro de Detenção Provisória], depois eu tirei no Itapira, foi sofrido... é no interior, não é CDP, é presídio, fiquei lá um tempo, sofrido mesmo e, nossa, nem gosto de lembrar disso que é embaçado pra mim, mas eu sofri mesmo, a opressão do sistema carcerário, igual falei no começo, de oprimir mesmo os presos, bater e comida com vidro, comida que não dava nem pra comer, várias vezes fica sem comer, porque a comida tava com vidro, com veneno, e eles faz isso mesmo que é pra foder mesmo, sendo que com o dinheiro que o governo paga pra comida dos presos é muito dinheiro que gasta.

– *E tem diferença da opressão entre o CDP e o presídio?*

O CDP é pior, é pior ficar no CDP, que é o Provisória. É melhor quando você vai pra colônia, pros presídios do interior, que é melhor... é menos pior né... porque tudo é ruim.

– *Como é a rotina? O que o presídio quer ensinar?*

Quando você vai pro presídio você aprende o pior, quando você entra no presídio... não tô falando do sistema, tô falando dos presos, a gente aprende muito mais coisa pior dentro do presídio do que na rua, você sai do presídio expert em tudo, em tudo você aprende tudo no presídio. A rotina é essa também, igual eu falei no começo da alcântara, tem regras pra tudo, hora de dormir, hora de acordar, de fazer higiene, sempre fazer higiene antes de cada refeição a gente faz higiene, no presídio a gente não pode ter mundrungagem.

– *E quem cobra isso?*

Isso daí tem os “jets” no setor, tem os linhas de frente mesmo que é os “jets” que a gente chama lá na cadeia.

– *E os “jets” são os presos?*

É preso também, dentro da carceragem quem manda é os presos.

– *Eles também oprimem?*

Não... porque graças a deus eu tirei cadeia do PCC... muita gente fala do PCC mas o PCC entrou na época pra manter o sistema carcerário melhor do que era antes, quando era detenção e não tinha o PCC era muito ruim. Então, cada um fazia o que for, matava, sem lei, sem pedir aval, agora tem tudo regras dentro da cadeia.

– *Lembra uma comunidade?*

Lembra comunidade. Regras, né? Certo, mostrar o que é o certo e o que é o errado, pra quem chega de primário eles sempre instrui, sempre tem um mais velho...

– *Na conversa?*

Na conversa, não na porrada. Poucas vezes que é na porrada mesmo dentro da cadeia, mais na conversa, que o pessoal conversa bastante, instrui, certo é o certo, o errado, é hora disso, é hora de limpar... limpeza, mesmo que o ambiente sujo daquele dentro da cadeia mas sempre manter o mais limpo possível cada cela, cada espaço manter o mais limpo possível.

– *Você consegue ver alguma semelhança entre o presídio e o albergue?*

É mais ou menos como eu falei, o albergue é o [regime] semi-aberto né, que o governo quer que você fique lá, que você durma lá pra você não ficar perambulando na noite ou no horário de pico, você tá lá, privado, e a cadeia é isso, qualquer brechinha que você der o governo vai te trancar lá dentro de novo. Mesmo que você tenha passagem, você vai ser preso.

– *O governo quer controlar tudo da sua vida...*

Tudo.

– Como você tem que viver, que você tem que trabalhar, que droga você usa ou não usa, tipo, tudo, até nas melhores boas intenções o governo chega com um programa de redução de danos, não sei o que, mas é, tipo, pra saber da sua vida e te acompanhar, o que você faz...

E pra onde você vai.

– *Não sei se no albergue...*

No albergue eles te acompanham também.

– *Não sei se no semi-aberto é assim...*

Eu fiquei um mês no Arsenal, como eu falei, e tem esse controle, sempre que você entra lá você passa com uma assistente social pra saber se você usa droga ou não, o que você faz, o que você tem que fazer. Igual, se você entrou meio alcoolizado, com cheiro de pinga, num albergue já te mandam pro corró, né, mas não sabe o que você fez o dia inteiro, se você tava trabalhando depois você tomou uma cervejinha... lá no Arsenal, entrou com cheiro de pinga ou meio que pá, eles já manda pro...

– *E no semi-aberto por exemplo?*

No semi-aberto também... não tão opressão assim, é menos que albergue, semiaberto é menos [opressor] que albergue, porque no semi-aberto tem tudo, você sai pra trabalhar, você volta, e ninguém te pergunta. Eles [monitores do albergue] quer que você chegue, que você entre, tem que tá na hora e no dia certo.

– *Você falou pra mim certo dia que você saiu com uma dívida...*

Eu tô com essa dívida até hoje, eu tenho que pagar depois que eu terminar de assinar o ano que vem. Termine de assinar o ano que vem. É uma multa, multa de prisão, do tempo que eu fiquei preso, de gastos, acho que é isso...

– *Quanto que é?*

Eu tenho que pagar dois mil reais. Além de ficar preso, eu ainda tenho que pagar dois mil.

– *Quanto tempo você ficou [preso]?*

Eu fiquei preso um ano e oito meses na última vez. Eu tô assinando até o ano que vem, eu assino bimestralmente.

– *Você tem um processo disso?*

Não, não tenho nada na mão. Eu só assino. Agora, quando eu for terminar de assinar, eu podia pagar isso aí em prestações lá no fórum ou de uma vez quando liquidar. Mas eu vou esperar terminar de assinar tudo e vou ver se eu não consigo quebrar essa dívida.

---

[1]Nota de transcrição: A entrevista foi dividida em duas partes, a primeira sobre o coletivo, militância e ativismo, a segunda sobre a vida da pessoa entrevistada em particular.

## PARTE 2

*O grande-sertão é a forte arma. Deus é um gatilho?  
O diabo é às brutas; mas Deus é traiçoeiro!  
O diabo na rua, no meio do redemunho.  
- Grande Sertão: Veredas. Guimarães Rosa*

## CAPÍTULO 5

### SEGURANÇA ENQUANTO DIREITO OU AO REVÉS?<sup>34</sup>

Buscarei aqui abordar alguns materiais primários do doutorado, que é uma continuação da pesquisa de mestrado. Antes, pesquisamos as relações entre as políticas de segurança internacional da União Europeia e a chamada ‘securitização da imigração’ na região mediterrânea. Este é um assunto comum aos Estudos de Segurança Internacional na Europa, principalmente na Escola de Copenhague (Buzan, Waever), na Escola Crítica de Gales e na Escola de Paris (Bigo, Carrera). Entendemos junto com esses autores que, desde o fim da Guerra Fria, o conceito de Segurança Humana lançado pelo PNUD de 1994 levou a uma crescente securitização de esferas da vida e de uma gestão dos conflitos sociais no interior do Estados. Isso não seria novidade e já teria sido reconhecido por Robert McNamara durante a guerra do Vietnã, como descreve Virgínia Fontes quando trata da ‘pobretologia’. Porém, tornou-se regra no sistema internacional, sobretudo após a Guerra do Iraque de 2003, quando esse conceito passou a articular-se com a Guerra ao Terror e, na América Latina, com o desenvolvimento do novo entendimento de ‘narcoterrorismo’ (principalmente na Colômbia).

Os programas de Segurança Humana desenvolveram-se nas políticas públicas de diversos Estados (o Japão é uma referência) e também nas Missões de Paz e Justiça pelo mundo, como as operações no Haiti, com participação brasileira. Aqui no Brasil, tem-se um programa nacional de segurança, o PRONASCI, articulando os gabinetes de Brasília aos bairros dos municípios participantes. O programa esteve ligado, então, com as UPPs no Rio de Janeiro, com algumas operações na periferia em São Paulo e operações na região da Luz, denominada vulgarmente por “Cracolândia” – sobre isso tomamos como base o posfácio da tese de doutorado de Alessandra Teixeira. Nossa intenção agora é identificar as relações estabelecidas entre aparelhos de segurança e aparelhos de assistência social para a população em situação de rua.

O escopo sociocultural desta pesquisa é a população de rua, constituída por pessoas com diversas trajetórias de vida – em sua maioria homens pobres, negros, de baixa escolaridade e grande parte egressas do sistema prisional – que se juntam para conviver.

---

<sup>34</sup> Primeiramente escrevemos um capítulo bastante detalhado de todos os programas e leis vinculados ao assunto da nossa tese. Porém, ficou demasiado extenso, com uma leitura dificultada pelo nível de detalhe. Optamos por resumir consideravelmente o material primário que analisamos. Tentamos evitar como possível qualquer interferência nesse recorte.

Conhecida, a partir de 1950, como Boca do Lixo (RUI, 2012), com a popularização do crack, pessoas em situação de rua ficaram mais propícias a desenvolver uso abusivo da substância, por causa de fatores como a falta de moradia, a exposição ao frio, o tratamento desumano, a dificuldade de inserção social, entre outros.

Para compreender como os instrumentos são dispositivos técnicos que regulam as relações sociais, portando representações e significados específicos, este trabalho parte da análise dos problemas públicos com o amparo do conceito “Instrumentos de Ação Pública” (IAP), de Lascoumes e Le Galés (2012), como expressão da governabilidade e do poder dos governantes sobre os governados, operacionalizando e materializando a ação governamental. Os autores definem instrumentos no campo de ação pública como “um dispositivo técnico com vocação genérica portador de uma concepção concreta da relação política/sociedade e sustentado por uma concepção da regulação” (LASCOUMES; LE GALES, 2012).”

A ação pública, portanto, encontra concretude através de instrumentos e técnicas, que englobam finalidade, conteúdo e projetos de determinados atores. Logo, portam valores, interpretações sociais, concepções precisas sobre o modo de regulação e são produtores de efeitos sociais específicos de dominação, pois são dispositivos técnico-sociais que regulam e organizam as relações sociais entre poder público e destinatário, em função das significações que carregam (LASCOUMES; LE GALES, 2012).

Assim, distribuimos aqui três seções que apresentam os marcos legais desse processo. Em *primeiro lugar* discutimos o PRONASCI, *em seguida* a Guarda Civil Metropolitana e *por fim* apresentamos material sobre programas intersetoriais para população em situação de rua (como De Braços Abertos, Redenção e Recomeço).

### 1. PRONASCI: ‘Paz sem voz, não é paz, é medo’

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi desenvolvido em 2007 durante o Governo Lula, com a Medida Provisória 348 e a Lei 11.530. Foi idealizado pelo Ministério da Justiça com Tarso Genro à frente. Teve também participação do especialista em segurança pública Luiz Eduardo Soares, aproveitando sua experiência com a Segurança Pública no Rio de Janeiro em 2000 e em Porto Alegre em 2001.

O Programa empenha seu orçamento na Função Segurança Pública, ou seja, sua origem é o Governo Federal, aplicado localmente, com natureza multissetorial e interministerial. Articula políticas de segurança com ações sociais e comunitárias descentralizadas e participativas, buscando “prevenir e atingir as causas que levam à violência”, ao mesmo tempo que continua na busca de garantir a ordem com repressão



qualificada por meio da modernização da polícia. Entende que a atuação deve ser local, nos municípios, em suas áreas mais violentas, através de ações conjuntas dos três entes federativos e com participação da sociedade civil. Pretende trabalhar com o “empoderamento” das relações comunitárias e familiares, como a “inclusão social”, “formar cidadãos” e reduzir a “vulnerabilidade social”. Seu objetivo é diminuir consideravelmente as taxas de homicídios no país, fazendo um ‘salto qualitativo’ de uma concepção ‘reativa’ dos seus agentes para uma noção ‘proativa’ com ênfase na prevenção. Foca também em delitos comuns, como roubos e tráfico de drogas, operados pelo crime organizado. Em suma, o Pronasci buscou unir políticas de segurança com ações sociais, tendo em vista a prevenção de violências, no entanto, ações repressivas não deixaram de fazer parte desta iniciativa pública.

Entre os principais eixos do Pronasci estão: o preparo e o investimento nos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência, no âmbito dos “Territórios de Paz”. Seu recorte territorial considera regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentam altos índices de homicídios e crimes violentos.

O Pronasci tem claro vínculo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que desenvolveu o conceito de Segurança Humana em 1994 e também estabeleceu diálogos com a UNESCO. Também age em conjunto também com o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) em projetos de requalificação urbana e melhoria de infraestrutura nas comunidades e com a Secretaria Nacional Antidrogas, voltada às famílias e aos jovens, sendo observado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e estando enquadrado na Agenda Nacional de Desenvolvimento. Entende que existe uma “nova ordem mundial” que enfraquece a soberania nacional, gerando insegurança e tensão social com o crescimento desestruturado das periferias das grandes cidades, necessitando outras abordagens do problema. Prevê também a necessidade de pacificação territorial nas grandes metrópoles, com foco primário no Rio de Janeiro, difundindo a “cultura de paz social” ao “atacar as raízes socioculturais da violência”, especialmente nas periferias.

O conceito de segurança cidadã traz uma perspectiva multicausal da violência, ou seja, entende que existe manifestações diversas, de acordo com características culturais, sociais, demográficas, econômicas e geográficas. Para o Pronasci, portanto, é importante a ideia de lideranças locais, pois são elas que têm a melhor capacidade de intervir nos conflitos que fazem parte do cotidiano dos cidadãos.

Em discurso de 2007 acerca do programa, o Ministro Tarso Genro destacou que a iniciativa fora inspirada em conselhos similares de países desenvolvidos, como França, Bélgica, Espanha e Portugal. Os contornos gerais do projeto surgem da síntese das seguintes teses: a segurança pública é questão de eficácia policial; e, por outro lado, a segurança pública é uma questão exclusivamente relacionada com desigualdade social e pobreza.

Na ocasião, o Ministro ressaltou as diferenças entre os programas sociais e o Pronasci. Este último não visaria atingir ao público já atendido por programas sociais, mas sim uma pequena parcela da juventude materialmente ou subjetivamente envolvida com o crime, como são os casos de crianças desde cedo incluídas nas atividades criminosas para garantir o sustento da família. Agindo de modo preventivo, o esforço seria reorganizar institucionalmente as relações entre Estado e educação, e então, depois desse primeiro passo, o público-alvo seria preparado para participar dos programas sociais. Segundo o Genro:

Então, é muito importante esta colocação porque os programas do PRONASCI não podem ser confundidos com programas sociais. Pelo contrário, o PRONASCI se serve dos programas sociais existentes, tanto de estado, como município, como da União, mas ele busca efetivamente aqueles jovens que já estão em risco infracional, já estão no caminho da criminalidade ou já estão controlados pelos poderes paralelos do Estado nessas regiões em que existe uma certa anomia. (GENRO, 2007)

Os objetivos impactariam as regiões metropolitanas selecionadas para a implementação, levando em consideração dois tipos de delitos: o homicídio e o furto de automóveis. O primeiro devido ao seu impacto social e humano; o segundo por considerar a cadeia do desmonte desdobrada pelo contrabando e abarca quadrilhas internacionais, ligadas também ao tráfico de drogas.

Já no âmbito do programa PROTEJO, aconteceria o acolhimento de jovens cuja situação criminal já tivesse sido flagrada previamente, selecionados através de uma equipe multidisciplinar. Após um curso de oito meses, esses jovens poderiam ser reintegrados e incorporados a programas sociais, educacionais ou formação profissional do governo. A proposta seria interromper “as veias alimentadoras do crime organizado” (GENRO; TEIXEIRA, 2007), bem como de outros tipos de delitos. Ainda de acordo com Genro, tais programas não teriam impacto imediato na sensação de segurança, para isso seriam necessárias grandes operações como as desenvolvidas pela Força Nacional com as autoridades policiais do Rio de Janeiro e outras ações de inteligência através dos gabinetes integrados de segurança pública.

Ao mesmo tempo, estabelecer relações com os territórios atingidos seria um fator determinante para o sucesso do programa. Nesse sentido, objetivava reorganizar o pacto

federativo para tornar os municípios agentes da própria segurança pública, sujeitos institucionais desta área. Para tanto, estaria previsto na Agenda Nacional de Desenvolvimento uma mobilização de todas as instituições nacionais, numa ação integrada, para um programa permanente de cultura da paz. A mobilização se manifestaria como intervenção conjunta de conselheiros tutelares e agentes comunitários de saúde, transformados em novos sujeitos de segurança pública, articulando assim Estado e questão social.

Em termos de qualificação, o Programa promove bolsas para estimular o agente de segurança pública a capacitar-se para atuar junto às comunidades, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), assim como os prepara para a denominada “segurança-cidadã” através da rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), em parceria com universidades. Outra finalidade é a preparação dos agentes para utilizar tecnologias não-letais e outras formações técnicas.

Por meio da criação de um “espaço multidisciplinar de prevenção”, no âmbito do projeto Mulheres de Paz, o objetivo é capacitar mulheres como líderes das comunidades e envolver os jovens que recebem bolsas do Protejo, com o intuito de afastá-los da criminalidade. Busca também formar e integrar os sistemas de inteligência (Observatório de Segurança Pública) nas diferentes esferas de atuação do Executivo, preparar as Guardas Municipais para a Segurança Cidadã e o Policiamento Comunitário, atuando próximo dos Conselhos de Segurança (CONSEGs).

O Pronasci é organizado através do Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais (GGIE) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipais (GGIM), criado pela Lei 11.707/2008, que opera em duas frentes e em dois níveis. É verticalizada, atuando desde uma secretaria-executiva até equipes que implementam suas ações nos municípios. Também é horizontal já que trabalha junto a diferentes secretarias e ministérios com uma ideia de segurança abrangente, como também com as diferentes forças de segurança (Polícia Civil e Militar, Bombeiros e Guardas Municipais). Entre suas ações, inclui um Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública e também o Programa Nacional de Atenção à Saúde dos Servidores de Segurança Pública. Ainda investe no sistema penitenciário com o Plano Diretor do Sistema Prisional, para ampliar vagas e separar detentos presos por crimes graves e brandos, assistência às mulheres (berçário), a requalificação de agentes penitenciários e formação profissional dos presos e egressos, com atenção particular aos jovens. Busca também recuperar os espaços públicos degradados e ampliar o acesso à Justiça, ressaltando a diversidade.

Para garantir união com projetos sociais, foi necessária a construção dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM), os quais promoviam a articulação entre os representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança (polícias civil e militar, corpo de bombeiros, guarda municipal e secretaria de segurança pública). O GGIM possui uma estrutura com Colegiado Pleno, Secretaria Executiva (escolhida pelo prefeito), Sala de Situações e Operações, com deliberação multidisciplinar e intersetorial, sem hierarquias e por consenso, respeitando a autonomia de seus entes. A Sala de Operação é aparelhada com uma central de videomonitoramento 24h com pronta informação para os entes locais, compartilhando responsabilidades e distribuição de tarefas, também possui uma Central de Teleatendimento para a comunidade fazer denúncias anônimas, integrando GCM, PM, bombeiros, Samu e Trânsito.

Luiz Eduardo Soares, Secretário Nacional de Segurança Pública, em 2003, defendeu a ação integrada da seguinte maneira: “as Forças-Tarefa, adotadas em diferentes ocasiões por distintos governos, vinham apresentando resultados muito superiores à média das operações policiais tradicionais, marcadas pela dispersão de energias e pelo isolamento das corporações” (JUSTIÇA; SOARES, 2009, p.262). Ainda de acordo com Soares, as virtudes das Forças-Tarefas consistiam na definição de metas, visando o estabelecimento de condições materiais e humanas para alcançá-las, bem como no apoio interinstitucional (contando com ente federal e intraestadual). No entanto, o esgotamento da meta por si só, como o único objetivo, poderia ser atingido independentemente do quão isoladas estavam as corporações policiais – e por muitas vezes enfrentando rivalidades. O GGI visava manter as virtudes e eliminar problemas, como tais rivalidades, com a proposta de uma institucionalização da Força-Tarefa, para que pudesse exercer suas potencialidades com permanência e continuidade.

Para o ex-secretário, é possível observar diversas camadas da estética social que influenciam a sensação de segurança do cidadão, como por exemplo a família, a escola, a casa, o bairro, os equipamentos sociais existentes (saúde, educação, habitação, ambiente etc.), o município e os espaços sociais. Dessa forma, fica nítido como é necessária a promoção da cooperação intergovernamental e interinstitucional em segurança pública, desde o planejamento à atuação tático-operacional.

## *2. Guarda Civil Metropolitana e a ‘Proteção às Pessoas em Situação de Risco’*

A Guarda Civil Metropolitana é parte integrante da Operação Centro Legal, que reúne órgãos públicos estaduais e municipais de diversas áreas para ações coordenadas, envolvendo

agentes de saúde, assistência social, segurança pública, justiça, cidadania e zeladoria urbana, entre outras, na região da Nova Luz.

A GCM atua em seis Coordenadorias distintas: Proteção Escolar, Proteção ao Meio Ambiente, Proteção ao Patrimônio Público, Apoio aos Agentes Públicos, Controle do Espaço Público e Proteção às Pessoas em Situação de Risco. Esta última visa restabelecer a dignidade humana, encaminhando para a Rede de Proteção Social às pessoas que se encontram em situação de rua e de risco. Nesses casos, cabe à GCM apoiar agentes públicos que fazem o encaminhamento dessas pessoas, em ação integrada com as seguintes secretarias municipais: Segurança Urbana, Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, Participação e Parceria e o Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG). O conselho foi implementado em 1985 para tentar garantir a participação comunitária nas questões de segurança pública. A noção de policiamento comunitário, por sua vez, é fruto do objetivo de alinhamento do Brasil aos tratados de Direitos Humanos.

Em 26 de julho de 2002, com a Lei 13.396, foi estabelecido o intuito de priorizar a prevenção da violência nas políticas públicas urbanas, confirmando o poder de polícia à GCM, por meio de intercâmbio permanente de informações e gerenciamento junto ao Governo do Estado. No mesmo ano, as Comissões Cíveis Comunitárias de Segurança Urbana foram instituídas, objetivando uma política interdisciplinar com atuação nas comunidades.

Na gestão Kassab, foi promulgado o Decreto 50.388/2009, que estabeleceu a necessidade de relações intersecretariais para articular ações de segurança urbana com as de órgãos de segurança estaduais e federais, conforme previsto pelo PRONASCI. O decreto também delimitava os planos e programas que deveriam guiar a ação da Guarda Civil Metropolitana, como proteção das escolas públicas, proteção do patrimônio público municipal, proteção de parques municipais de áreas de interesse ambiental, proteção dos agentes públicos no exercício de suas atividades, proteção do uso adequado do espaço público e fiscalização do comércio ambulante, proteção das pessoas em situação de risco social, apoio à Defesa Civil na prevenção e remoção de moradias e pessoas em situação de risco ecológico.

Em 2009, ainda na gestão Kassab, foi promulgado novo decreto que especificou diversas atribuições da GCM e de seus respectivos departamentos. Observa-se, nesse ano, intenso avanço da capacidade ostensiva da GCM, em consonância com as novas operações policiais na periferia da cidade e na região denominada “Cracolândia”, no âmbito do projeto da Nova Luz. Também ficou estabelecido o porte de armas de fogo, cuja responsabilidade de fiscalização ficou submetida ao Departamento de Identificação Funcional e Porte de Armas

de Fogo. Foram incluídas as atribuições de “proteger e fiscalizar, de forma preventiva e ostensiva, as áreas de preservação ambiental e de mananciais afetadas ao Município de São Paulo, inclusive os parques municipais; prevenir e reprimir as invasões e ocupações irregulares, bem como apoiar as ações de recuperação ambiental e proteção, visando o uso adequado desses espaços para evitar a sua degradação”. Ainda consta a proposta de demarcar *“prioridades em função das instalações consideradas estratégicas, monumentos, pontes, túneis e viadutos considerados vulneráveis e cemitérios sujeitos a maiores delitos”*.

Já a Portaria 105, de 2010, inaugurou o Programa de Proteção às Pessoas em Situação de Risco, sob gestão da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU). A proposta central é apoiar os agentes públicos que fazem o encaminhamento de pessoas consideradas em vulnerabilidade social, isto é, indivíduos vivendo em estado de pobreza extrema, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, sem residências convencionais, e que utilizam logradouros públicos ou áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, ou ainda unidades de acolhimento.

Assim, ficou mais evidente a atenção dada pela SMSU à população em situação de rua na região central da cidade, com abordagem ostensiva. O programa especificou a atuação da GCM direcionada à proteção de crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de risco. Segundo a Portaria, a GCM, que já atuava em conjunto com a Assistência Social, os Conselheiros Tutelares e a zeladoria da Subprefeitura, a partir daquele momento, teria autonomia na abordagem dessa parcela da população, visando evitar a “existência de acampamentos e similares sobretudo em locais impróprios e de risco para saúde e integridade física” e “a presença de pessoas em situação de risco nas vias e áreas públicas da cidade e locais impróprios para permanência saudável das pessoas”. Outra determinação consistiu na alimentação de banco de dados de abordagem e encaminhamentos pela GCM, discriminados por região e na criação de novos canais de comunicação para abordagem. Ainda havia a previsão de atuação 24 horas, principalmente onde há maior presença de população em situação de vulnerabilidade.

A Portaria determinou atuação conjunta com uma Rede de Proteção Social, formada pelas Secretarias de Segurança Urbana (SMSU), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal de Participações e Parcerias (SMPP), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Subprefeituras, Conselho Tutelar e Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), SAMU, Polícias Cíveis e Militar, e organizações sociais. A rede intentou a definição de protocolo de abordagem e prover um encaminhamento adequado segundo as particularidades de cada caso. Outro elemento da

portaria era o planejamento de um policiamento comunitário como prioridade, estabelecendo a necessidade de que o mesmo efetivo seja alocado nas mesmas regiões de atuação. O trato com crianças e adolescentes deveria ser diferenciado, segundo o estipulado, e havia a meta de abordar todas as crianças e todos os adolescentes em situação de risco e encaminhá-los para atendimento especializado..

A Lei Federal Nº 13.022 de 2014 sancionou o Estatuto Geral da GCM e definiu em escala nacional a articulação da GCM com a segurança pública, integrada às outras polícias e com capacidade tanto ostensiva como preventiva. Como foi conferido o poder de polícia armada, mostrou-se necessário atualizar o entendimento do Estatuto do Desarmamento de 2003, que previa porte e uso de armas pela GCM considerando o tamanho populacional da cidade. A Lei ampliou, então, a possibilidade de a GCM abordar e proteger indivíduos ou usuários do espaço público, não se limitando mais à defesa do patrimônio, também dando atenção aos flagrantes delitos. A lei estabeleceu como princípios básicos das Guardas Municipais a proteção dos direitos humanos fundamentais, a proteção da vida, a redução do sofrimento e a diminuição das perdas, o patrulhamento preventivo, o compromisso com a evolução social da sociedade e o uso progressivo da força.

Na gestão Haddad, a força ostensiva e de inteligência foi novamente ampliada. O decreto de Nº 55.003 de 2014 regulamentou a disciplina do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), conforme previsto pelo PRONASCI e pelo Ministério da Justiça. O GGIM é um fórum deliberativo e executivo intersecretarial, composto por diferentes forças que atuam na área de segurança pública, cuja proposta é desenvolver políticas públicas de prevenção à violência, diminuição da criminalidade e manutenção da paz social, bem como garantir o respeito aos direitos humanos fundamentais, ao exercício da cidadania e às liberdades políticas. Prevê-se a participação das secretarias municipais e estaduais, agindo coordenadamente o Prefeito enquanto Presidente do Gabinete, diversas secretarias municipais (SMSU, SMADS, Coordenação das Subprefeituras, Urbanismo etc.), a Secretaria de Estado de Segurança Pública, a Polícia Civil, Militar, Federal, a ABIN, e representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Um novo decreto, de número 58.199 e de 2018, previu políticas intersetoriais em conformidade com as políticas de segurança urbana; isto é, de acordo com o inciso V do artigo 2º, colocando a necessidade de coordenar e gerenciar a integração de políticas sociais que interfiram nas políticas de segurança do município. São ainda renunciadas parcerias com organizações públicas e privadas voltadas às áreas de serviço social e psicologia, na

busca de solucionar pequenos conflitos que possam dar origem à violência ou à criminalidade, entre outras ações interdisciplinares.

### *3. Programas Municipais Intersetoriais para População de Rua*

O Decreto Nº 44.484, de 10 de março de 2004, foi promulgado na gestão a ex-Prefeita Marta Suplicy, e regulamenta o Programa Operação Trabalho, instituído pela Lei Nº 13.178 de 2001 e alterado pela Lei Nº 13.689 de 2003. O programa visava a oferta de trabalho para pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade social, junto a órgãos da Administração Municipal Direta ou Indireta, a outras instituições públicas ou em entidades privadas vinculadas por convênio, parceria ou termo de colaboração às Secretária do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – SDTS. A carga horária ficou estabelecida como até 30 horas semanais, distribuídas entre às atividades práticas e de capacitação ocupacional e cidadania.

Para garantir a realização do programa, foi instituída uma Comissão de Apoio que contava com representantes da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Educação da Secretaria Municipal das Subprefeituras, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e de instituições da sociedade civil.

Já em 2009, a Presidência da República criou a Política Nacional para a População em Situação de Rua por meio do Decreto Nº 7.053. A concepção da política objetivava uma ação descentralizada, distribuída entre União e os demais entes federativos, sendo obrigatória a criação de comitê gestor intersetorial para quem aderisse às normas.

No âmbito municipal, o Programa De Braços Abertos (DBA), criado por decreto em 2014, sofreu a influência da Operação Trabalho, da gestão Marta Suplicy. O DBA também tinha ligação com o Programa “Crack, é Possível Vencer” do Ministério da Justiça e trabalhava junto, eventualmente em desacordo, com o programa estadual Recomeço.

Trata-se de um programa governamental da gestão Fernando Haddad, cuja proposta era promover a reabilitação psicossocial de pessoas em uso abusivo de “drogas” e em situação de vulnerabilidade social, pautado na garantia de seus direitos e no fomento de ações de Assistência Social e Saúde, junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para tanto, previa a intersetorialidade entre as pastas e a colaboração com as Secretarias de Segurança Urbana, Trabalho e Empreendedorismo e Direitos Humanos e Cidadania (CANATO, 2017). A diferença em relação à lei da gestão de



Marta Suplicy consiste na incorporação da Secretaria Municipal de Segurança Urbana no plano intersetorial, na ação coordenada com a Zeladoria Urbana e também no manifesto projeto de requalificação urbana do Centro de São Paulo.

Outros aspectos inéditos do programa eram a oferta de moradia, emprego e assistência aos usuários, além da proposta da Redução de Danos (RD) como estratégia de cuidado. De acordo com essa perspectiva, a autonomia de cada indivíduo no uso de substâncias psicoativas é gerida pela oferta de apoio, sendo que o tratamento passa pelo atendimento das necessidades de forma individualizada e humanizada, partindo do pressuposto de que o uso abusivo de substâncias psicoativas é consequência de uma série de fatores de origem social, psicológica, física, emocional, entre outros (CANATO, 2017).

Na gestão João Dória/ Bruno Covas, com um decreto de 2019, foram instituídas a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas e o programa Redenção. O Redenção, aliás, já havia sido definido em 2017 como projeto do executivo municipal, em consonância com promessas de campanha que propuseram ações ostensivas e grandes operações, além de defenderem internação compulsória, reforçando as medidas do plano Recomeço do Governo do Estado. Uma vez que o uso da força da nova gestão não alcançou o que havia prometido, trazendo inclusive mais desordem com dispersão do “fluxo” para outros bairros, as prioridades foram readequadas e consolidadas na nova legislação de 2019. Para a readequação, foram essenciais a atuação da Defensoria Pública, dos diversos Conselhos de profissionais de saúde e assistência social e de Conselhos municipais e estaduais.

O objetivo era executar ações de prevenção, atenção e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Era esperado também conseguir gerar emprego e promover capacitação profissional, além de incentivar crianças e adolescentes a voltar às escolas. A lei menciona a redução de danos provocados pelo consumo abusivo, buscando assegurar autonomia, direito à saúde e proteção à vida. Para cumprir as metas, ficou definida a necessidade de somar esforços e atuações de diferentes órgãos municipais, estaduais e federais, bem como de organizações não-governamentais e da sociedade civil (como os Conselhos – COMUDA), ou seja, uma ação intersetorial e integrada. A integração passaria também por áreas como saúde, direitos humanos, assistência social, educação, trabalho, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança urbana.

Os instrumentos operacionais indicados consistem no cadastro unificado e no núcleo gestor. O primeiro garante um arquivo integrado à rede de atendimento em álcool e outras drogas, para acompanhamento efetivo dos usuários nas redes de saúde e assistência social. E

o segundo monitora as relações entre o Redenção e os serviços hospitalares parceiros. Há ainda o eixo do Atendimento Terapêutico, com o objetivo de fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) por aporte de recursos públicos para requalificar e expandir os equipamentos e aumentar as equipes de estratégia do Consultório de Rua, justificados como os principais geradores de vínculos entre usuários e a RAPS. O foco terapêutico é, ao mesmo tempo, estabilizar e desintoxicar, e reabilitar com o cuidado contínuo dos usuários.

A questão da moradia é tratada enquanto ampliação da oferta de Unidades de Acolhimento – UA, ou seja, residências temporárias, o que o projeto nomeia de Serviços de Moradias Terapêuticas – SMT. A oferta de leitos para desintoxicação é proposta como somente uma das opções possíveis, sempre alinhada à continuidade e acompanhamento do paciente para tratamento e reinserção social.

Os Serviços de Atendimentos Diários (ATENDES), apresentados como novidades do projeto, ofereciam acolhimento temporário e identificação de necessidades socioassistenciais de baixa exigência, buscando cuidar de questões de higiene, acessibilidade, alimento e atividades socioeducativas. O espaço seria a porta de entrada para a rede de proteção, que proveria, por meio de escuta qualificada, o devido encaminhamento para cada usuário. E a noção de reinserção social aparece fortemente relacionada à capacidade de comprometimento com um trabalho. Para tanto, o projeto encaminha para o Programa Trabalho Novo a gestão das vagas de empregos a serem oferecidas. Quanto à prevenção, a ideia de Redução de Danos é mobilizada como caminho para desenvolver estratégias singulares de cuidado. De modo geral, as ações programáticas se deteriam na capacitação das equipes para a abordagem, na disponibilização de novos leitos para desintoxicação, na instalação e reclassificação do CAPS e na transição dos usuários moradores dos Hotéis do DBA para as novas dinâmicas de atendimento.

Quanto às questões urbanas e de zeladoria, classificadas como operacionais, são propostas a revitalização por promoção da recuperação e adensamento populacional, através das PPPs do Centro, construção de equipamentos públicos e requalificação dos logradouros públicos, habitação para atender famílias da região em consonância com a política de habitação municipal, destinação de parte das moradias para inserção social, integração da região da Luz com o Bom Retiro e promoção de ações de zeladoria, ou seja, limpezas e fiscalização do comércio e imóveis da região. O setor da Educação possui apenas duas diretrizes: promover ações preventivas por meio da mídia e nas escolas públicas, clubes e entidades, bem como palestras e debates educativos.

Comparando a legislação do DBA e a do Redenção, não há diferenças visíveis. O Redenção, porém, reduz o escopo e detalha menos suas ações, mesmo aparentando ser semelhante às do DBA. Outra distinção é a adição das chamadas Comunidades Terapêuticas à abordagem da Redução de Danos, visando o tratamento de abuso de substâncias psicoativas por meio da abstinência. Sabemos, porém, que a sua execução foi marcada por uma tentativa de ruptura e distanciamento com o programa da gestão anterior por causa de motivações políticas. Assim, a despeito das semelhanças, a lei de 2019, gestão de Bruno Covas, revoga a de 2014 (Haddad), enquanto mantém a de 2004 (Suplicy) quase em sua integralidade.

A “Guerra às Drogas<sup>35</sup>” – ou seja, o combate às substâncias psicoativas que alteram a consciência e a percepção – orienta a atuação estatal num modelo conhecido como proibicionismo. Tal conceito começou a ser formulado em Haia, na Primeira Conferência Internacional do Ópio, em 1912, sendo que o modelo proibicionista ganhou protagonismo nas políticas públicas estadunidenses, com auxílio da ONU, a partir de 1961. Na medida em que foram criadas legislações e instituições que criminalizavam determinadas substâncias psicoativas nos EUA, o modelo foi seguido e implementado pelo mundo, como é o caso do Brasil, cujas legislações que abrangem essa temática acompanharam *pari passu* as estadunidenses (FIORE, 2012; RYBKA, NASCIMENTO, GUZZO, 2018).

O viés condenatório atrelado às substâncias psicoativas, que gerou tal modelo, tem diversas origens, como o fortalecimento da moral puritana dos EUA, o interesse das indústria farmacêuticas pelo monopólio de substâncias, a busca da elite pelo controle social e os conflitos geopolíticos do século XX (FIORE, 2012; RYBKA, NASCIMENTO, GUZZO, 2018). Sobretudo na década de 1970, o governo Nixon reforçou a associação entre “drogas” e perigo social, propondo ligações diretas entre o aumento da criminalidade e uso de determinadas substâncias que as populações mais pobres tinham acesso (ALVES, 2009; BOARINI, MACHADO, 2013; RYBKA, NASCIMENTO, GUZZO, 2018).

Em suma, seria possível afirmar que os principais pilares argumentativos, ideológicos e morais que sustentam a “Guerra às Drogas” são: I) os danos e o perigo à saúde que demanda proibição e controle estatal; II) a perseguição e a punição dos produtores, vendedores e consumidores. Outra referência para estigmatização das “drogas”, segundo o modelo proibicionista, consiste nas consequências do uso que tornam os indivíduos socialmente depravados (FIORE, 2012; RYBKA, NASCIMENTO, GUZZO, 2018).

---

<sup>35</sup> O conceito “drogas” pode se referir a uma ampla gama de substâncias, farmacológicas ou ilegais. Neste trabalho, a fim de evitar a aura negativa ao redor do conceito, serão utilizados o termo substâncias psicoativas ou “drogas” (entre aspas).

Para Alves (2009), as políticas públicas relacionadas às substâncias psicoativas compõem as racionalidades que orientam as práticas de atenção à saúde e são inerentes ao contexto histórico e às trajetórias sociais em que são formuladas e implementadas. Segundo a autora, é possível identificar dois principais posicionamentos políticos no que tange o enfrentamento às “drogas”. O primeiro é o proibicionismo, orientado pelos modelos criminal e moral, que visa a redução da oferta de drogas, a repressão e a criminalização de produção, comercialização e uso. O segundo é o modelo de doença, sustentado pela noção de que o vício é uma patologia biológica que necessita de reabilitação, de acordo com restrições de tratamento alinhadas à alta exigência, ou seja, a abstinência. Levando em consideração essas abordagens, os indivíduos que tenham recaídas ou reincidam no uso de substâncias psicoativas são estigmatizados moralmente como “fracos”, “vagabundos”, ou como “doentes” que devem passar o resto da vida em abstinência. Sendo o Brasil signatário de convenções internacionais de repressão ao tráfico e às “drogas” ilícitas, as políticas públicas historicamente se orientaram pelo modelo proibicionista (ALVES, 2009).

Embora as “drogas” tenham desempenhado papel em diversas organizações sociais, o seu estatuto passou pela criminalização, o que não pode ser analisado sem considerar que a aura de perigo e violência ao seu redor é uma forma de garantir que determinada parte da população seja penalizada em detrimento de outra. São os mais pobres e vulneráveis que estão na ponta da cadeia de comercialização ilegal de substâncias psicoativas, e é essa parcela que está sujeita ao encarceramento (RYBKA, NASCIMENTO, GUZZO, 2018). Nesse sentido, a segurança pública passa a ser o terreno no qual a temática de “Guerra às Drogas” ganha atenção, com um tratamento repressivo e que criminaliza os usuários (BOARINI, MACHADO, 2013).

No Brasil, é na década de 1940, durante o Governo Vargas, que a abstinência foi determinada enquanto o estado moral ideal dos trabalhadores, através do Decreto-Lei n.º 891. Já em 1970, com a publicação da Lei n.º 6.368/1976, o ideal de abstinência foi reforçado como questão de segurança pública (BOARINI, MACHADO, 2013). A interpretação causal direta é proposital, assim como enquadramento da capoeira e do samba como crimes, com a intenção de aprisionar e controlar determinados tipos de corpos a partir de estigmas sociais e raciais, em função do sustento do capitalismo (FIORE, 2012; ROCHA, 2013; RYBKA, NASCIMENTO, GUZZO, 2018).

As consequências nocivas da “Guerra às Drogas” e a associação incontornável com estigmas e exclusão social podem ser verificadas em estatísticas: segundo dados do mapa da violência de 2013, entre 1980 e 2011, o homicídio de jovens cresceu 326,1%; dos 467,7 mil

homicídios contabilizados entre 2002 e 2010, 307,6 mil (65,8%) foram de negros. Temos também a terceira maior população carcerária do mundo, com 726 mil presos, cerca de 40% são presos provisórios, ou seja, ainda não possuem condenação judicial. Mais da metade dessa população é de jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros, conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen).

O enquadramento do usuário de “drogas” em situação de vulnerabilidade, como incapaz de responder por si mesmo pois estaria muito distante dos padrões de regulação comportamentais, é apenas mais uma forma de justificar o controle dos corpos, culminando em soluções simplistas, como internações compulsórias, a exigência da abstinência ou o encarceramento em massa (RUI, 2012). Para Lascoumes e Le Gales (2012), a associação entre insegurança e delinquência pode ser conferida no modelo interpretativo causal que envolve jovens, violência, habitação periférica e imigração, exemplificando que informações não são neutras por serem esquematizadas e questões menores ou mais controversas são deixadas de lado, numa escolha do que deve ou não circular. Em suma, o rigor técnico disputa com a eficácia e a pressão política. Quando discursos e programas são cada vez mais misturados e indissociáveis, é nos instrumentos que a representação da realidade pode chegar a ganhar um caráter comum e estável. Assim as estatísticas estruturam a ação e a gestão do espaço público, trazendo a aparência de consenso social sobre questões que escapam do debate público (LASCOUMES; LE GALES, 2012).

É necessário, portanto, definir um recorte social e de classe para falar de estigmas sociais com relação a substâncias psicoativas, uma vez que são pobres e negros os mais penalizados pela conformação das políticas públicas brasileiras. Outros extratos sociais fazem uso das mesmas “drogas”, com melhor qualidade e em contextos muito mais seguros, garantidos por seus recursos financeiros, muito menos sujeitos a serem criminalizados, presos ou assassinados (FIORE, 2012; ROCHA, 2013; RYBKA, NASCIMENTO, GUZZO, 2018).

Trata-se a “droga”, então, como o problema, e não o que leva o indivíduo ao uso. Para Fiore (2012), a ação estatal direcionada ao proibicionismo recai numa tautologia: é perigoso e por isso proibido, e é proibido porque é perigoso. No entanto, a “Guerra às Drogas” falhou tanto no aspecto proibicionista quanto no repressivo, uma vez que o mercado ilegal foi fortalecido exorbitantemente, e, junto ao tráfico de armas, corresponde ao maior comércio criminoso do mundo. Quanto à proibição, constata-se que o consumo de substâncias psicoativas apenas aumentou, sem que fosse acompanhado por estratégias efetivas de prevenção e informação (FIORE, 2012).

O proibicionista vem sofrendo diversas críticas e passou por mudanças, como podemos observar na legalização e no crescimento do mercado da maconha em alguns estados dos EUA. Segundo Fiore (2012), surge uma atualização: “Guerra contra o tráfico, tratamento para o viciado”. No Brasil, a Lei de Drogas (n. 11.343), promulgada em 2006, é um exemplo das alterações em curso já que, em teoria, diferencia usuários de traficantes. Entretanto, na prática, ao não definir quantidades mínimas e permitir autonomia de decisão para a polícia quanto à distinção, acabou por incentivar e facilitar prisões – na maioria das vezes preventiva, sem julgamento e tendo como testemunha a própria polícia – de jovens pobres, primários, com pouca quantidade de substâncias ilegais (FIORE, 2012).

Outro conceito que orienta as políticas públicas para usuários de drogas é a Redução de Danos, que teria como objetivo atingir a demanda, ou seja, o consumo de substâncias psicoativas, através de estratégias que orientem os usuários a reduzir riscos e prejuízos à saúde, sociais e econômicos relacionados ao consumo de álcool e outras substâncias psicoativas, sem proibi-los. É um modelo preventivo de baixa exigência, porque a abstinência não é um pré-requisito para início do tratamento (ALVES, 2019).

Como a RD também considera que as relações entre seres humanas e drogas sempre existiram – em rituais religiosos, confraternizações, cuidados medicinais, entre outras possibilidades –, o termo “uso abusivo” é bastante presente nessa abordagem (BOARINI, MACHADO, 2013; RYBKA, NASCIMENTO, GUZZO, 2018). Assim, a forma de utilizar substâncias passa pelo crivo do contexto sociocultural em que o indivíduo está inserido (BOARINI, MACHADO, 2013). Dessa maneira, a ação passa por maior humanização, valoriza a autonomia dos usuários e considera as características do meio onde está inserido, pensando na situação de vulnerabilidade segundo a respectiva posição social.

A RD enquanto política pública surge na área da saúde na Inglaterra em 1926, aplicada no tratamento de usuários de heroína, e registrando benefícios da prática se comparada com os riscos que a abstinência abrupta poderia trazer. Já na década de 80, usuários de drogas injetáveis na Holanda passam a preocupar-se com o alto nível de doenças sexualmente transmissíveis, e exigem uma iniciativa do governo. O resultado é o estabelecimento de organização e substituição de seringas e agulhas (FIORE, 2012).

No Brasil, estratégias de RD foram iniciadas em 1989, quando a prefeitura de Santos propôs a distribuição de seringas, buscando conter a infecção generalizada de AIDs e outras DSTs entre usuários de drogas. O projeto, no entanto, foi impedido por promotores públicos (RUI, 2012). A forma alternativa de cuidar e prevenir a disseminação de DST's foi demandada por movimentos sociais que contavam com militantes incluídos nos chamados

“grupos de riscos” e pelo setor da saúde, espelhando-se em movimentos semelhantes do continente europeu na mesma década, principalmente na Inglaterra e na Holanda, como o *Junkiebond* (BOARINI, MACHADO, 2013; ALVES, 2009).

Já na década de 1990, foram implementados programas de intervenção de usuários de drogas injetáveis nas cidades de Salvador -BA e Porto Alegre -RS. Em São Paulo, em 1997 surge a primeira legislação autorizando a distribuição de seringas, e em 1998 é criada a ONG *É de Lei*, especializada em Redução de Danos (RUI, 2012). São as primeiras manifestações institucionalizadas da RD, que provocam significativa queda na disseminação da AIDs. Atualmente a prática foi ampliada, ainda que siga forte como linha de cuidado e prevenção à AIDs/DSTs.

Segundo Alves (2009), a partir dos anos 2000, a RD tem encontrado diferentes meios para concretizar políticas públicas, como é o caso do DBA. Embora voltada para o proibicionismo, a abordagem possibilitou estratégias de prevenção e tratamento de usuários de drogas de forma mais humanizada. No caso do Redenção, a *abstinência* é reforçada e pautada como um caminho que deve estar disponível para o usuário, ao lado de estratégias orientadas por RD. O projeto também prevê com bastante ênfase o uso do espaço público como função social, e a necessidade de revitalização da região da Luz, para compartilhamento público do espaço. Questões como moradia e trabalho compõem o projeto, porém as estratégias mudam se comparadas ao DBA, pois são priorizadas moradias em abrigos temporários em detrimento dos hotéis sociais. Para o trabalho, os beneficiários são direcionados para outro programa: o “Trabalho Novo”, não restrito a pessoas oriundas da Cracolândia.

Pamela Canato (2017), em sua tese de doutorado, pontua que existe diferenças entre as formas como a sociedade civil organizada conseguiu pautar suas demandas na gestão Haddad e na gestão Dória. Notadamente o *É de Lei*, no primeiro caso, adentrou a política por meio de redes relacionais e envolvia atores que acreditavam na RD. Na gestão Dória, a ONG utiliza-se de outros instrumentos, como o relatório de avaliação das comunidades terapêuticas do Redenção. Com amparo da ata da 4 Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, no dia 21 de novembro de 2017, do posicionamento do coordenador do Redenção, Dr. Arthur Guerra de Andrade, e de acontecimentos como a operação ocorrida no dia 21 de maio de 2017, que chegou a mobilizar 900 policiais e até mesmos *snipers*, seria possível afirmar que o segundo programa mescla a Redução de Danos e seus principais argumentos a outras estratégias, como serviços terapêuticos e criminalização, alinhadas ao conceito de “Guerra às Drogas”.

O DBA, por ser representante de uma ideia que, em parte, rompia com a política até então vigente, precisou ser institucionalizado através de dispositivos concretos como o decreto. O Redenção, por sua vez, está em consenso com o conceito de “Guerra às Drogas” e abstinência, o que tornou desnecessária a institucionalização mais efetiva.

As ideias nas políticas públicas que ganham o status de solução e a disputa por poder caminham juntas, num arranjo institucional bem arranjado, que não reflete meramente os interesses de algum grupo no poder ou suas ideologias (HALL, 1993). E os instrumentos não podem ser redutíveis a uma racionalidade puramente técnica, porque são indissociáveis dos agentes que programam seus usos, fazem-no evoluir e compõem, a partir dele, comunidades de especialistas (LASCOUMES; LE GALES, 2012). O Decreto do DBA e o projeto do Redenção são dispositivos que carregam racionalidades, e neles podemos observar o trânsito da RD no plano cognitivo.

No caso do DBA, uma rede de proteção social básica visava promover direitos e reconstruir vínculos familiares e comunitários bem como acompanhar usuários na regularização de documentos para facilitar acesso aos programas habitacionais e de transferência de renda. O Redenção, por sua vez, propõe instituir a política municipal de drogas simultaneamente à estruturação de uma rede de atendimento a usuários abusivos de álcool e outras drogas.

Os objetivos diretos da política são atender aos cidadãos que apresentam uso nocivo, abuso e dependência de substâncias químicas e que buscam por tratamento de saúde e assistência social com vistas à redução dos problemas oriundos do uso de drogas, salvaguardando a autonomia, o direito à saúde e à singularidades; garantir a proteção social das pessoas em situação de vulnerabilidade social em razão do uso de substâncias psicoativas e promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; e viabilizar a qualificação técnica e profissional com vistas ao resgate da autonomia e inclusão produtiva. Como objetivo indireto, a política promove o cumprimento da função social do espaço público.

Este trecho explicita a RD em conceitos como redução de problemas e singularidades. *Porém, nota-se a prioridade como sendo o espaço público.* No caso das ações policiais, a justificativa é apresentada como respostas de prontidão que o governo tomou para responder ao “imaginário popular” de falta de controle do poder público na região e à degradação urbana, aos riscos à saúde e à vulnerabilidade social, e sempre de acordo com os Direitos Humanos e respeito à singularidade dos indivíduos. O sentimento público, portanto, é mobilizado para justificar o que os *policymakers* assumem como estratégia legítima de atuação, a violência policial para o livre uso do espaço público. Desse modo, o Projeto Redenção pode ser aproximado do histórico de políticas públicas de drogas no Brasil e no exterior.



Partindo do que Campbell (1998) propõe acerca das ideias programáticas e seus vínculos com o sentimento público e as ações normativas, seria possível distinguir a visão de mundo de cada gestão por meio da análise de slides do DBA e do Redenção.

Nos slides referente ao DBA, a apresentação do programa se inicia reforçando alguns fatores determinantes do campo da saúde, como alimentação, moradia, saneamento básico, trabalho, renda, educação. Ao contextualizar a história da “Cracolândia”, apresenta-se uma epidemia de crack e a ocupação da região por determinados perfis de usuários. Dentre os objetivos, ações intersetoriais e integradas entre assistência social, direitos humanos, saúde e trabalho são colocadas como essenciais. A Redução de Danos é destacada em vermelho e com letras maiúsculas, demonstrando ser o principal valor que orientava o DBA, expressa pela oferta de moradia e emprego e a construção de uma rede de serviços de atendimento aos usuários. Fortalecer a participação e o apoio da sociedade também eram objetivos almejados. Como resultados, era esperado promover o respeito à imagem do usuário de drogas, a redução do padrão de uso e de transmissão de doenças, a redução da violência e do crimes no território, a instalação do Espaço Helvetia, a garantia de que os “usuários/beneficiários” estivessem sendo acompanhados pelas equipes do Consultório de Rua e a educação permanente para as equipes de trabalho.

Já os slides do Projeto Redenção têm como subtítulo “Ações de Urbanismo”. A primeira imagem é uma foto de satélite do bairro Campos Elíseos, com setas apontando alguns espaços da região, como o Terminal Princesa Isabel, a PPP Casa Paulista, a Praça Júlio Prestes, equipamentos culturais como Sesc Bom Retiro, Pinacoteca, Sala São Paulo, Teatro Porto Seguro e numa faixa vermelha a “Cracolândia”. Aparecem também as estratégias do projeto de curto, médio e longo prazo.

O Programa Centro Aberto é a estratégia de curto prazo, e suas ações de urbanismo são exemplificadas através de algumas fotos demonstrando espaços que seriam criados, caracterizados por decks de madeiras removíveis em pequenas praças, onde são expostos alguns jogos, cadeiras, playgrounds, cinemas, atividades de dança. A segunda proposta é relativa aos equipamentos públicos e empreendimentos habitacionais, onde são anunciadas ações como a PPP Casa Paulista e a seção de terrenos pela prefeitura para implantar habitações. Nesta foto, são identificadas as quadras 65, 69, 75 e 77, de onde posteriormente dezenas de moradores foram retirados sem os devidos processos legais.

## CONCLUSÃO

Ainda que a saúde e a assistência social tenham ganhado espaço, mantém-se o proibicionismo e a repressão estigmatizada de usuários. Podemos concluir, então, que se trata de uma mudança aparente, que responde às demandas sociais no plano cognitivo, mas que normativamente não abala a autonomia estatal perante as forças sociais. E a implementação das políticas públicas repressivas tem um caráter distante do que se propõe na formulação, na ideia programática (CAMPBELL, 1998; HALL, 1996).

Analisando o projeto Redenção e suas diretrizes, notamos a incorporação da RD no plano cognitivo, no entanto o conceito de “Guerra às Drogas” não é abandonado. Assim, mesclam-se instrumentos concorrentes, demonstrando que a aprendizagem social e a institucionalização de RD promovida pelo DBA se manteve em alguma medida.

Os fatores de aprendizagem social propostos por Hall (1993) são identificados nesta análise. Na *policy legacy*, a política no tempo-0, ou seja o DBA, possui influências sobre a política no tempo-1, o recomeço. Segundo Lascoumes e Le Galés (2012), os instrumentos têm a inércia como característica, portanto RD se apropriou em alguns aspectos do Redenção.

O segundo fator de aprendizagem de Hall (1993) é a importância de grupos de especialistas. A comunidade epistêmica e a rede de resistência demonstram a força social, mobilizada de diferentes formas, como por exemplo através de mecanismos democráticos de participação, da realização de avaliação das comunidades terapêuticas do programa e da mídia.

O último fator faz alusão à autonomia estatal perante as forças sociais, o que fica evidente na análise das contradições entre o que é proposto e formulado junto às forças sociais e a efetiva implementação, que revela-se proibicionista e repressiva, perpetuando a dominação da elite através dos instrumentos de coerção social (CAMPBELL, 1998; LASCOUMES, LE GALÉS, 2012; HALL, 1993).

Por fim, como sugerido por Lascoumes e Le Galés (2012), os instrumentos não são neutros, porque produzem efeitos específicos e estruturam a ação pública. Um dos efeitos é a inércia, pois os instrumentos resistem à pressões exteriores. Também são caracterizados por comportarem representações da realidade e operacionalizarem a relação governante/governado. Através dos instrumentos, então, podemos observar nuances do trânsito de uma ideia nas políticas públicas, o que nem sempre fica evidente nos discursos públicos. A Redução de Danos é um instrumento que carrega essas características,

representando a visão de mundo da comunidade epistêmica alinhada com políticas públicas advindas dos Direitos Humanos.

Desse modo, seria possível apreender que o Redenção mescla a RD à visão de mundo do grupo dominante, de acordo com a “Guerra às Drogas”. Os conceitos e as palavras próprias da Redução de Danos, como autonomia e tratamento individualizado e humanizado, são utilizados nos textos do projeto exaustivamente. Porém, na implementação e na divulgação, ou seja, na operacionalização e no enquadramento, é a “Guerra às Drogas” que prevalece.

Assim, seria possível concluir que a RD vem aos poucos se fortalecendo, à medida que “Guerra às Drogas” não mais representa um guia cognitivo efetivo. O DBA e o Redenção fazem parte de um processo de tentativa e erro, de aprendizagem social, de acordo com o que Hall (1993) denomina como mudança de 3ª ordem. O empenho da gestão Haddad em institucionalizar a RD, através do decreto e da difusão da ideia entre a comunidade epistêmica e equipes de Guarda Civil Metropolitana treinadas para atuar segundo esses princípios, permanece até os dias atuais. Porém, a autonomia estatal se impôs em diversos aspectos, operacionalizando estratégias de violência muito distantes das propostas e divulgadas oficialmente.

## **CAPÍTULO 6**

### **A POLÍTICA LOCAL: O Conselho de Segurança (CONSEG)**

#### **Brás-Mooça-Belenzinho**

Durante nosso trabalho de campo percebemos que o órgão municipal que era mais ativo nas ocupações urbanas da população de rua não era a assistência social ou a saúde, era a segurança. Isso se dava principalmente através dos Conselhos de Segurança do bairro. Ali se reuniam proprietários de negócios locais, moradores, vereadores, subprefeitos, Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana. A pressão para desalojar a população cotidianamente vinha dos CONSEGs, que faziam até ameaças de morte a moradores da ocupação, ao Padre Julio Lancellotti e ao Coletivo. Frequentemente a PM e a GCM faziam ações pela região, assediando a população de rua, como consequência de discussões acaloradas nos CONSEGs.

Decidimos então ir atrás da documentação pública do CONSEG responsável pela área do nosso objeto de estudo, as ocupações autogestionadas da população de rua ao longo da Zona Leste. Identificamos que era principalmente o CONSEG Brás-Mooça-Belenzinho. Através da LAI solicitamos acesso às atas das reuniões do CONSEG.

Uma vez que essas atas não estavam digitalizadas, fui convidado a visitar a Secretaria de Segurança do Governo do Estado e digitalizei as atas através de fotos de celular, página por página, das centenas de fotos. Foram sempre muito cordiais e solícitos, nunca me impossibilitaram de ter acesso ao material. Houve apenas uma intervenção de um superior que disse que ‘nas atas aparecem nomes de agentes do Estado e apreensões e que a Secretaria de Segurança preza pela integridade de seus agentes, assim que qualquer coisa que aconteça com um agente e possa ter a ver com a minha investigação, estaremos atentos’; uma vez que disse que era ‘apenas’ uma pesquisa de Doutorado, nunca mais fui ‘avisado’. Em um ou outro momento escutava conversa entre os burocratas na sala onde eu estava e percebi que falavam algumas vezes de Jair Bolsonaro (que não havia sido sequer candidato à Presidência ainda) – não pude entender bem do que falavam, porém. Em outros momentos puxavam assunto comigo para saber o que eu pesquisava, quando eu falei que era sobre população de rua vieram comentários hostis ou sarcásticos sobre o povo de rua – mas sequer penso que percebiam a violência.

Tenho certeza, porém, que em nenhum momento foram hostis comigo, me tratavam muito bem, como se fosse ‘um deles’, os comentários vinham de se sentirem identificados comigo. Afinal, cobri minhas tatuagens, fiz a barba e era doutorando pela Universidade de

São Paulo – a ‘carteirada’ aqui parecia dizer algo *a priori* sobre mim que, mesmo não sendo real, abriu um espaço importante para a coleta de material primário.

Uma vez que eu tinha foto para cada página de cada ata no período de 10 anos, precisei converter em PDF e em OCR (para identificar caracteres). Assim, pude trabalhar o texto das atas na forma que está apresentado a seguir. Coletamos os assuntos que nos interessa, separamos em Segurança/Espaço Público/Moradia e apresentamos ano a ano.

## **2012**

### *Segurança*

A região da antiga creche Marina Crespi é mencionada frequentemente com preocupação e medo pelos moradores, devido às queixas de assaltos e por causa de uma invasão. O local é apresentado como uma “habitação coletiva”. É mencionado que “há alguns meses, completou-se uma ação que resultou em várias detenções e esclarecimentos sobre crimes”. No dia 05 de março, é registrada na ata da reunião uma solicitação de “policimento para o entorno do local”. O pedido é reiterado em outras ocasiões, a partir do dia 2 de abril, são frequentes as menções à necessidade de “urgentes providências” em relação à ocupação na antiga creche Marina Crespi. Outra solicitação recorrente é a instalação de uma Base Comunitária na Rua do Hipódromo.

Os moradores presentes nas reuniões também manifestaram insatisfações relacionadas à presença de moradores em situação de rua e os resíduos deixados por eles. Há registro de reclamações vinculadas à execução dos trabalhos de ONGS, e a sugestão de que a comida seja distribuída dentro das instalações das instituições, “porque os favorecidos deixam a rua com o resto dos ‘marmitex’ e muito lixo”. Outras reclamações são destinadas ao trabalho da polícia, sobretudo na região da Praça Maria Cândida F. de Oliveira, onde estaria ocorrendo “pancadões”, e em trecho entre as Ruas Dr. Almeida Lima e Rua do Hipódromo, onde estaria acontecendo “uso indevido de drogas”. De modo mais geral, os moradores comunicam “falta de atitude policial e efetivo necessário para a cobertura da área”.

Segundo o Cap. Gravena, da 3ª Cia do 45ºBPM/M, a abordagem policial da região acontece da seguinte maneira: “quando o indivíduo não tem documento, fazemos a checagem, depois voltamos e fazemos a mesma coisa, até que o indivíduo não volte mais lá. Essa abordagem é de rotina”. Ele declarou ainda que “no local, houve uma diligência com autorização judicial, tinha 50 policiais, levantaram que tinha um catifeiro, traficantes, prenderam mais de 30 pessoas e que o local é difícil de ser revistado”.

### *Espaço público*

Uma questão recorrente relacionada com o uso do espaço público é a solicitação de instalação de lixeiras para uso dos moradores de rua. A revitalização do Parque da Mooca também foi um pedido que apareceu nas reuniões, e alguns moradores manifestaram incômodo com a “feira dos latinos”. A situação foi descrita como um “transtorno muito complicado” por parte dos “novos ocupantes latinos que não têm respeito com as nossas leis”.

### *Povo de Rua*

No dia 6 de novembro, foi solicitada a “retirada das barracas de moradores em situação de rua, instaladas na Rua Dr. Almeida Lima, entre o Arsenal da Esperança e a Universidade Anhembi Morumbi”. São registrados questionamentos relativos aos procedimentos possíveis “para impedir a situação de *camping* dos moradores de rua que está aumentando a cada dia nos baixos do viaduto Bresser, ao lado da avenida Radial Leste”. Ainda sobre os moradores de rua, comentou-se sobre a existência de “muita gente na rua e da necessidade de se fazer alguma coisa – sair da teoria e entrar na prática”. Citou-se a necessidade em se dizer “não ao sopão”, questionando a atividade da Assistência Social na região.

Três dias antes da reunião de 10 de dezembro, o CONSEG esteve presente na Audiência Pública Sobre Direito à Moradia, quando solicitou habitações para os moradores de rua e incentivou a criação do Estatuto do Morador de Rua (“população de rua”, “em situação de rua”). Houve detalhamento da atividade na região; a atuação dos “moradores de rua” na Rua Frei Gaspar foi descrita como “desordem urbana que está se instalando naquela área”.

## **2013**

### *Povo de Rua*

Os presentes nas reuniões se queixam frequentemente dos moradores de rua, particularmente dos que ficam na Praça Amo a Mooca, porque consideram que a sua presença atrapalha o trânsito e causa acúmulo de lixo. No dia 4 de março, é mencionado que a situação no local estende-se por mais de seis meses, sem encaminhamentos e providências. É cobrada, então, atuação mais robusta por parte da Prefeitura, gestão de Haddad, direcionada aos moradores de rua e também ao lixo que se acumula em outras regiões do bairro, como nas ruas Bresser, Vinte Um de Abril, Inácio de Araújo e Hipódromo.

A reunião do dia 4 de março contou com a presença do vereador Paulo Adriano Telhada (Cel. Telhada), que relatou dificuldades com a situação dos moradores de rua, os traficantes e os usuários: “está se tornando uma bola de neve e medidas de segurança devem ser tomadas”. Ele declarou ser necessário informar a imprensa, e evitar o uso de estratégias imediatistas.

Outro problema mencionado foi a invasão de propriedades na área do Conseg Brás-Mooca-Belenzinho. Em reunião do dia 1 de abril, o Cap. Gravena, da 3ª Cia do 45ºBPM/M, confirmou a informação, acrescentando que havia uma invasão de 100 haitianos numa propriedade da rua Visconde de Parnaíba. Já a presidente do Conseg Wanda Herrero afirma o seguinte: "Eles estão bem visíveis na nossa área. O poder público nada está fazendo em relação a eles. Está só na conversa, ou seja, se reúnem com o Consulado, tem muitos ilegais no País, existem brigas entre bolivianos e paraguaios e as ocorrências são constantes”.

No encontro do dia 03 de junho, as tendas Bresser e Piratininga entram em pauta. É solicitado um levantamento com a finalidade de discriminar os valores necessários para a implantação e a manutenção, bem como da quantidade de moradores no local e seu respectivo perfil – quantos são usuários de drogas e os obstáculos encontrados para a sua recuperação. Segundo os registros, ocorrem manifestações de pessoas que dizem não ser contra a presença de moradores de rua, no entanto questionam a permanência, já que, no caso de disposição para trabalhar, seria possível buscar um emprego ou ser atendido no Arsenal da Esperança Dom Luciano Mendes de Almeida. Também foi questionado o porquê de pessoas com problemas mentais não serem responsabilidade da assistência, pois havia um homem nessas condições na Rua Frei Gaspar.

As tendas são assimiladas pelos moradores como geradoras de sujeira e obstáculos para a circulação de pedestres. A demanda de retirada, portanto, costuma ser justificada pelo prejuízo causado aos habitantes do local. Uma pessoa presente na reunião, a Sra. Antonia Ferreira de Freitas, expressa seu desconforto da seguinte forma: “Não tenho nada contra a assistência social, mas a situação é desumana. A Rua Frei Gaspar é um verdadeiro banheiro público, quem paga imposto não tem direito de ir e vir”. Já Wanda Herrero, em 6 de maio, manifesta-se deste modo: "Eu quero moradia, legislação, dignidade, inserção e tudo o que Deus pode dar de melhor para o morador de rua. Deus está chorando lá em cima de ver o que está acontecendo e rezo para que isso nunca mais aconteça. Eu tenho um plano e estou falando com as autoridades". Também são frequentes as associações entre as tendas e a vulnerabilidade a assaltos.

Em 07 de outubro, a Sra. Antonia Ferreira de Freitas solicita a requalificação dos espaços adjacentes à Tenda Bresser. A sua sugestão é a criação de um posto da CET, que poderia atender o bairro. Em 19 de dezembro, foi comentado sobre a requalificação urbana no entorno da Faculdade São Judas Tadeu, além da necessidade de gerir a presença dos latinos e suas feiras. A ocupação na Creche Marina Crespi volta a ser pauta, sendo que os presentes cobram a reintegração de posse.

Na data de 05 de agosto, os moradores do entorno do Metrô Bresser-Mooça reiteraram pedidos anteriores relacionados com a presença de moradores de rua debaixo dos Viadutos Bresser e Alcântara Machado. O Cap. Gravena informou que tem efetuado policiamento nessas localidades mas que a responsabilidade é da Prefeitura e do Serviço Social.

### *Segurança*

É comunicada a presença de usuários de drogas na região, o que tornaria necessária a vigilância diárias de guardas nas proximidades de uma creche e uma EMEI. Outra demanda que visaria aprimorar a sensação de segurança é a ampliação da iluminação pública como forma de inibir os assaltos. A recorrência de roubos estaria interferindo na rotina do bairro, já que tornaria inviável pegar um ônibus. Também houve manifestações de solicitação de atuação do Conselho Tutelar para colaborar no combate da criminalidade.

No dia 7 de outubro, o Dr. Antonio Tadeu Rossi Cunha afirmou que a abordagem a nível criminal já estava sendo efetuada, por meio de Boletins de Ocorrência relacionados aos casos de furto e tráfico. No entanto, a retirada dos moradores de rua fugia da alçada criminal e carecia de decisões políticas.

## **2014**

### *Povo de Rua*

Embora em reunião ocorrida no dia 7 de julho, os moradores da região tenham manifestado solidariedade a três moradores de rua que haviam falecido no bairro, e estendido simbolicamente a outros moradores de rua com o mesmo destino, nas reuniões de 2014 foram frequentes as solicitações de retirada da Tenda Bresser e de demais moradores de rua do entorno, como da Praça Maria Cândida Freitas de Oliveira. Sobre a Tenda Bresser, as queixas se detinham nas “cabanas amontoadas” e nos relatos de presenças de traficantes e supostas hostilizações direcionadas aos pedestres. A situação do local é interpretada como descaso dos órgãos públicos “que não estão praticando gestão”. Aparece a sugestão de “colocação de gradil nos baixos do Viaduto Bresser para evitar a presença de moradores de rua”.



Em reunião realizada no dia 9 de junho, o assunto da imigração foi debatido. Foi dito que o Arsenal estava recebendo imigrantes de países africanos que vieram “em busca de trabalho”. Ainda neste sentido, houve um comentário a respeito “da situação dramática do Brás, com cortiços, que vem por dia 150 migrantes da região nordeste/norte do País, sem condições, ficam o pelas ruas”. O responsável pelo comentário classificou a situação como “um paradoxo vergonhoso”.

**JORNAL DO BRÁS** 2ª quinzena de junho de 2014 3

**Miséria e insegurança, sinônimos do Brás**



FOTO: EL CARVAL

### GCM Guardiã das mulheres

Ao *Jornal do Brás*, o inspetor Marcos Antonio de Pádua, da Inspeção Regional da Mooca, representando a Guarda Civil Metropolitana, disse que no último dia 5 de maio o prefeito Fernando Haddad sancionou o projeto “Guardiã Maria da Penha”, instituído por meio do Decreto nº 55.089. Segundo Pádua, uma equipe está sendo capacitada no Centro de Formação de Segurança Urbana do Belém, com o objetivo de colaborar com a Justiça na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica, amparadas pela Lei Maria da Penha. Ele disse que o trabalho, a princípio, será desenvolvido com as Delegacias da Mulher da região central, podendo ser estendido posteriormente a todas as regiões da cidade. Contatos no fone 2697-2999 com ele na Inspeção Regional da Mooca



O capitão Fachinetti da 3ª Cia do 45º BPM, anexa ao 8º DP, na rua Sapucaia, 206, informou que a PM está empenhada em várias manifestações na região, que tiveram início no dia 12 de junho. O momento é atípico, segundo ele, em virtude da realização da Copa do Mundo no Brasil. “Estamos fazendo o máximo, e mesmo com o efetivo que temos, conseguimos alcançar resultados positivos”. Sobre os moradores de rua, disse: “Não podemos virar as costas para esse problema social!”



A moradora da Mooca Lisete disse que os baixos do viaduto Bresser estão tomados por moradores de rua, bandidos e drogados. “Estão patrocinando a vagabundagem. O governo deveria levá-los a algum centro para reabilitação. Ali tem ex-presidiários e drogados misturados, ficam empurrando o bairro e assaltando as pessoas. Não quero trabalhar. Eu fico revoltada, como cumpridora dos meus deveres. Por que tenho que aguentar isso?”

### Arsenal dá esperança a milhares de pessoas



Gianfranco Mellino lembrou ao *Jornal do Brás* que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes (atual Arsenal da Esperança) um milhão de italianos entre o final do século XIX e início do XX. O Arsenal da Esperança, no qual preside, foi fundado dia 1º de fevereiro de 1996 pelo então governador Mário Covas e também por Dom Luciano Mendes e o italiano Ernesto Olivero. Completou, portanto, 18 anos de bons serviços prestados às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Mellino, oriundo de Mondovì, cidade ao norte da Itália, disse que o Arsenal acolhe todos os dias 1.250 pessoas, todas do sexo masculino e a partir de 18 anos, oferecendo refeição, hospedagem e cursos profissionalizantes de padaria, ajudante de cozinha, confeitaria, informática, construção civil etc, em parceria com o SENAL. O Arsenal da Esperança fica na rua Dr Almeida Lima, 900 fone 2292-0977



Wanda Herrero preside o Conseg Brás/Mooca e Belenzinho

bilhões por ano, mas ao mesmo tempo, é pobre, num contraste com sua tradição de bairro histórico, necessitando de atenção maior das autoridades. “Aqui é o berço de São Paulo. Mas que berço é esse que não tem ajuda para as famílias, sobretudo na miséria humana?”

Milton lembrou ainda que diariamente, 150 famílias desembarcam na Estação Brás CPTM em busca de uma vida melhor, mas que é um ledo engano, não passando de uma miragem falsa e gerando um conflito social. Ele finalizou dizendo que lamenta mais uma vez a falta da Sub Mooca na reunião. “É preciso intimar as autoridades a virem no Conseg. Esse é um problema grave que causa transtorno em todos nós. Temos que encontrar uma solução social para eliminar essa questão”.

**Africanos, os novos imigrantes**

Também na reunião, Gianfranco Mellino do Arsenal da Esperança, informou que atualmente ocorre um novo fluxo de imigrantes, com a chegada de africanos vindos prin-

cipalmente dos países Haiti, Congo, Angola, Guiné Bissau, Mali, Senegal e Serra Leoa. Ele disse ainda que os africanos estão migrando também para a Itália.

O padre Antenor Dalla Vecchia da Igreja Nossa Senhora da Paz da Baixada do Glicério disse que os moradores de rua são problemas produzidos pela própria sociedade e que todos nós temos que nos perguntar onde erramos e como podemos reconstruir tudo isso. Para ele, o brasileiro “jogou a toalha” e está fazendo corpo mole.

Enquanto os brasileiros ficam “à mercê da sorte”, nas ruas, os habitos vêm para o Brasil à procura de emprego. O padre Antenor disse que a Missão Paz São Paulo da igreja acolhe os imigrantes africanos dando-lhes cursos profissio-

nais e emprego na Casa do Migrante, por meio do Centr Pastoral e de Mediação do Migrantes (CPMM), Centro de Estudos Migratórios (CEM) e por três paróquias: Paróquia dos Irmãos Latino-Americanos, Paróquia Italiana e Paróquia Nossa Senhora da Paz.

Segundo ele, em dois meses a missão obteve mais de 700 empregos com registro em carteira. O destino desses africanos é para fora do Estado de São Paulo – 70% deles vão para os Estados de RS, SC, PR, MG, RJ, GO, MS e PB.

Próxima Reunião

Vai ser dia 7 de julho próximo, no Senal Theobaldo de Nigriá, à rua Bresser, 2.315. Ligue Conseg Brás/Mooca: 97234-2688

Em uma página escrita à mão, a presidência do CONSEG propõe o seguinte: “Que seja estabelecido legislação para moradores de rua e garantir as suas condições de segurança; habitação específica e não tendas; que acabem com ONGs que não atestaram excelência nos serviços; que acabem os pernoites para quem trabalha e precisa de albergue, que seja garantido um período de acolhida, independente do horário de chegada, até poder achar moradia; mais investimento em profissionais psico-sociais, nos termos do SUAS – Sistema Universal de Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social (2003/2004). Que haja política de reinserção para egressos”.

Em relação à Creche Marina Crespi, grupos do bairro da Mooca solicitaram o tombamento do prédio que, à época, estava em andamento. No dia 22 de janeiro, por meio de ação judicial, houve a reintegração de posse do local. Na ocasião, “algumas famílias foram tomar o imóvel vago, existente na Rua Dr. Almeida Lima, 1298”. Portanto, concluiu-se que as pessoas saíram “de um imóvel e foram para outro a uma quadra de onde estavam”. São solicitadas “providências junto à Secretaria Municipal de Habitação, novas ações da Assistência Social Regional Mooca, policiamento preventivo e a colaboração da comunidade local”. Os presentes exigem providências direcionadas à nova ocupação e entendem que “a Prefeitura não está fazendo nada com as propriedades particulares que estão sendo invadidas”, enquanto consideram que a Polícia Militar “tem limitações” para agir.

A sensação de que as autoridades falham para resolver a situação dos moradores de rua é recorrente, assim como a ideia de que a comunidade local não é priorizada. Junto a isso, reaparece a sugestão de proibir “as entidades de distribuir (sic) comida na rua para os moradores de rua, porque causa muita concentração”. Também fica registrada a associação entre a presença de moradores de rua na região e as ações na “Cracolândia”: “com a ação da cracolândia, muitos tem se movimentado para outras localidades e que outros bairros sofrem o mesmo problema”.

### *Segurança*

A solicitação de instalação de uma Base Comunitária na rua do Hipódromo reaparece pelo terceiro ano consecutivo. Na Praça Arno também estaria faltando policiamento, com intensa presença de “moradores de rua, traficantes, lixo, adultos usando crianças para pedirem esmolas e para adquirir produtos da Feira Modelo Mooca, situada na Rua dos Trilhos s/n, nos domingos e nas quartas-feiras”.

Durante a reunião de 03 de novembro, solicitou-se a retirada de moradores de rua da Praça Maria Cândida “que são pequenos traficantes de drogas”, além de “mais policiamento

na região”. Em seguida, a representação da Universidade Anhembi Morumbi presente na ocasião solicitou uma base móvel para a área da universidade e a melhoria do policiamento nessa localidade. Ainda nessa data, solicitou-se policiamento para a Rua Coimbra “porque morrem pessoas por causa da bebedeira em alguns bares e danceteria. Também trafego [sic] de drogas e prostituição”.

## **2015**

### *Povo de Rua*

A Tenda Bresser segue em pauta. Em reunião do dia 2 de fevereiro, foi colocado que os moradores da região não foram consultados na ocasião da implantação da tenda. Em encontro realizado no dia 2 de março, a Sra. Presidente Wanda Herrero ouviu dos presentes a indignação com as tendas, sobretudo da parte de quem mora ao lado desse equipamento, onde se vende coisas roubadas e as pessoas não têm nada a perder.

Foi enviado o ofício n.º 001/2015-CBM, de 05.03.2015 ao Prefeito Fernando Haddad solicitando a retirada das Tendas e o ofício n.º 002/2015-CBMB, de 10.03.2015, à Coordenadoria Estadual do Conseg para providências, e aguardava-se respostas.

Foi relatado um impasse decorrente de uma tentativa de ação de zeladoria. Antes da ação propriamente dita, houve uma reunião com representantes da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo. O intuito era explicar a necessidade de retirar cabanas instaladas na alça do Viaduto Bresser, porque o local tem três postes e, no caso de realização de fogueiras, poderiam ocorrer incêndios de grandes proporções. Na ocasião da ação, ocorreu confrontos entre os moradores de rua e os agentes públicos que realizariam a zeladoria com a finalidade de limpar o acúmulo de lixo e insetos/ratos. Os moradores de rua estavam com pedras, paus e armados com revólver. Quatro funcionários da zeladoria foram violentamente atingidos e tiveram de ser levados ao hospital, um deles teve o revólver pressionado contra o seu pescoço e a cabeça machucada. Foi registrado um BO n.º 610/2015 no 8.º DP.

O perfil dos moradores da tenda foi apresentado da seguinte forma: 80% teriam família, 60% teriam trabalho informal e 20% trabalho formal; usuários de drogas corresponderiam a 20%. Para Wanda Herrero, haveria omissão da Secretaria Municipal de Assistência Social, que estava esquivando-se da responsabilidade de resolver as questões das tendas.

No dia 6 de julho, chegou ao conhecimento do conselho que constaria a seguinte mensagem nas imediações da Tenda Alcântara: "Paz entre nós guerra ao sistema". Foi entendido que havia necessidade de diligência para compreender a mensagem, uma vez que

muitos barracos se acumulavam e havia uma favela em formação, pois já tinha instalações permanentes. O 3.º Grupamento de Bombeiros alertou que "há grande risco de incêndio iminente devido grande acúmulo de materiais inflamáveis. Caso esta tragédia ocorra, muitas mortes acontecerão, pois não há rota de fuga e também risco de interdição do Viaduto, por consequência do provável incêndio com prejuízo para a interligação da Zona Leste com o restante da Cidade " (Informação do 3.º GB, constante na ata da Subprefeitura Mooca em 04.11.2014).

### *Segurança*

Na data de 04 de maio, houve reclamações sobre o índice de criminalidade. Reclamam de Bob, morador de rua, que vende drogas na Praça Maria Cândida, local descrito como "grande desordem urbana".

Seria possível pontuar ao menos duas manifestações de empreendedores ou comerciantes dos arredores que afirmam que as tendas causam prejuízos ou danos aos seus estabelecimentos. Hebert Silva Oliveira, gestor de Segurança do Hospital Salvalus GreenLine – situado na Rua Bresser, número 1954 – fez o seguinte relato: "Nossa situação de insegurança está em níveis alarmantes, visto que temos uma grande concentração de indigentes e pessoas recebidas pelo que alguns chamam de tenda, abrigo, refúgio, e nós consideramos 'grande concentração de bandidos'. Nossos médicos e colaboradores do Hospital já não querem mais trabalhar em nossa unidade da Rua Bresser, e estão protocolando solicitações de transferência e desligamento. São carros furtados, celulares e carteiras roubadas por moradores de Rua, tráfego e consumo de drogas nas proximidades e na frente do Hospital. Já denunciamos estas situações junto ao Disque Denúncia, mas até o momento nada foi feito, Além destes problemas que já consideramos situações gravíssimas, dois de nossos imóveis foram invadidos por indigentes, conforme boletim de ocorrência 3270/2015 lavrado no 08º-D. P. do Brás, nos obrigando inclusive a contratar empresas terceirizadas para reforçar a segurança nos demais imóveis que temos, evitando novas invasões. Nosso departamento jurídico está entrando com ação de reintegração de posse, processo este que pode levar até um ano, atrasando o planejamento que tínhamos de ampliação de nossas unidades para melhor atendimento de nossos clientes. Não são poucas as ocorrências durante o dia de briga, e invasão de nossas recepções destes indivíduos, e para que compreendam melhor, no último sábado cerca de 40 indivíduos se envolveram em uma briga de Rua na frente de nosso hospital, causando danos a um de nossos carros e a entrada da recepção do pronto socorro".

Já o Prof.º Manoel Manteigas de Oliveira, Diretor da Escola Senai Theobaldo De Nigres, narrou que os alunos são assaltados frequentemente e sentem medo de andar no caminho que leva ao Metrô Bresser Mooca: “acontecem os assaltos; o que a gente pode fazer – nós intensificamos a iluminação em frente da escola, temos imagens de câmeras, são necessárias rondas mais frequente. Os moradores das tendas estão em situação de segurança e nós não”.

A posição da polícia manifestada nas reuniões ressaltou as ações em cursos e apresentou as limitações de conduta. O Ten. PM Marcos Dias Baptista, Comandante Interino da 3.ª Cia do 45.º BPM/M, confirmou a impressão de que a região da Mooca estava se verticalizando, já seriam três tendas. A ideia do Comando é fazer um trabalho estratégico – das 17 até às 24h, por ser rota de estudantes, e em pontos sensíveis da região – nas imediações da empresa Atendo, Hospital Aviccena, Rua Ipanema e na Rua Bresser. O Tenente fez a seguinte declaração: “são 500.000 pessoas flutuantes e uma situação visivelmente degradada. Estamos utilizando a Delegacia, onde policiais trabalham após o término de seu plantão. Oportunistas têm em média 1.000 trouxinhas de crack, e mais dinheiro constitui um ponto de drogas. Eles trocam por pequenas coisas para adquirirem a droga”.

Ainda de acordo com o relato, o apoio da Guarda Civil Metropolitana estava ajudando e auxiliando o trabalho com dois patrulheiros. O Tenente disse que estava aberto à escuta e que os esforços seriam direcionados para um trabalho em conjunto com a sociedade e as secretaria envolvidas, em busca de garantir que fossem oferecidas alternativas, emprego, moradia e saúde. Em suma, uma ação robusta que envolveria todo o governo.

## **2016**

### *Segurança*

Já nas primeiras reuniões do ano, voltam a aparecer as solicitações por mais policiamento nas ruas da região e nos arredores da estação de metrô Bresser-Mooca. Entre as queixas dos moradores, também consta neste momento relatos de furtos em residências. A Polícia Militar respondeu que “irá intensificar o policiamento na área”.

Como recurso de reação os moradores convocaram uma manifestação que pedia “uma Mooca mais segura”. Em fevereiro, representantes da Polícia Civil deram notícias de uma operação realizada na Tenda Bresser/Comunidade do Cimento para inibir o tráfico de drogas, o que resultou em algumas prisões. Segundo os representantes, “os barracos da comunidade do Cimento estão a maioria vazios (sic)”. Em março, a Polícia Civil participa novamente das

reuniões e comunica que “tem realizado diligências na comunidade do Cimento e Guadalajara”, com “apreensões para minimizar as questões de drogas”.

No dia 26 de outubro, solicitou-se policiamento para a região do Clube Escola Mooca, porque, segundo relatos, no entorno havia consumo de drogas ilícitas. Em outros registros deste ano, constam reclamações de tráfico e consumo de drogas ilícitas, acúmulo de lixo, perturbação do sossego e que havia, no cruzamento da avenida Alcântara Machado com a rua Piratininga, um ponto de prostituição. Também houve notificação de vandalismo em um muro da Subprefeitura Parque da Mooca por parte de moradores de rua da região que, por sua vez, montavam barracas no local.

### *Povo de Rua*

O incômodo com as Tendas de Bresser, Alcântara Machado e Mooca persistem, o que culmina na solicitação à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para a retirada das pessoas do local. Segundo consta na ata, o CONSEG solicita também “resposta” pois seus membros estavam em “exaustão”.

De acordo com a ata de 27 de julho, a representação do Oitavo Distrito Policial mencionou que “os moradores de rua ficam na Bresser Cimento e Alcântara Machado”, esclarecendo que “as Tendas existentes nesses locais não constitui (sic) crime”. Acrescentou ainda que “as Polícias Civil e Militar trazem as informações para análise e diligências”. A representação da GCM presente na reunião “avaliou a atuação com moradores de rua” e acrescentou que “a questão está no Poder Judiciário para a retirada e encaminhamento juntamente com a Assistência Social”.

A representação do Hospital Aviccena, em reunião realizada no dia 28 de setembro, solicitou o “encaminhamento” dos moradores de rua da Praça Nair Morroni Esteves. Segundo o relato, consta que “os motoristas do Ponto de Táxi também fizeram essa solicitação”. Em seguida, a representação da Guarda Civil Metropolitana assegurou que faria abordagens e encaminhamentos nessa localidade. Ainda na mesma reunião, a representação da GCM afirmou que haveria reintegração de posse da tenda Bresser/Cimento, prevista para o dia 23 de novembro de 2016. Sobre a situação da comunidade, a representação da Polícia Civil afirmou que “a gente prende, mais tarde tem outro no lugar”.

## **2017**

### *Povo de Rua/ espaço público*

Em reunião realizada no dia 31 de janeiro, as prioridades elencadas foram as seguintes: a desordem urbana causada pelos "pancadões" na Rua Bresser e nos arredores da

Universidade Anhembi Morumbi; os moradores em situação de rua, pois os residentes não haviam sido consultados sobre a presença deles na área da Bresser Cimento e Alcântara. Naquele dia, a emissora Bandnews entrevistou Patrícia Bezerra, a Secretária Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, que falou sobre dados estatísticos dos moradores de rua da cidade de São Paulo, da necessidade de transmitir a cultura de direitos humanos, da precariedade, e do esforço de sua gestão para a integração dessa população à sociedade por meio da geração de emprego.

Ao longo deste ano, os presentes nas reuniões solicitaram em diferentes ocasiões a retirada de moradores de rua e de barracos da região, manifestando a sensação que a população de moradores de rua tinha aumentado consideravelmente, e a captura ficaria prejudicada com a falta de pessoal. O Inspetor da GCM Emanuel Amaro de Souza, representando a IR Mooca, também se posicionou sobre os moradores em situação de rua, defendendo que fossem retirados e levados para um local apropriado para garantir o respeito à comunidade.

### *Segurança*

Em uma das reuniões, uma médica da UBS Mooca, a Dra. Fabrina C Barros, solicitou mais policiamento no Clube Escola Mooca, pois havia ocorrido uma morte no local, e discorreu sobre as condições do entorno. O Inspetor da GCM Cláudio Gongora informou que estava consciente da necessidade e ajudaria no que fosse possível. No dia 27 de setembro, apareceram novas solicitações de providências para a região do Viaduto Alcântara Machado, que havia se tornado uma comunidade de moradores de rua, e carecia de policiamento comunitário.

No dia 29 de novembro, o Padre Marcelo Delcin, da Paróquia Nossa Senhora Aparecida dos Ferroviários, apresentou um relatório e uma carta oficial de sua Paróquia afirmando que uma Assembleia, efetuada com paroquianos e moradores do bairro, constatou diversos problemas de segurança que se multiplicaram nos últimos meses. Em nome de toda a comunidade local, o Padre veio apresentar alguns desses problemas e solicitar providências. Uma das queixas era a chamada 'Festa dos Trilhos', somada ao uso de drogas ilícitas, ao comércio ilegal das bebidas alcólicas para menores de idade, à multiplicação de cenas de violência, aos furtos, à depredação e à pichação por parte de jovens alcoolizados e drogados. Observou que nas ruas próximas, durante a madrugada, pessoas circulavam seminuas e praticavam atos obscenos, flanelinhas dispunham do espaço de forma ilegal, constrangendo

inclusive os moradores. Como não havia sanitários, as pessoas urinavam nos muros dos prédios e estabelecimentos ao redor, que ficavam cheios de lixo e garrafas quebradas.

## **2018**

### *Povo de Rua*

Em manifestações de participantes de uma reunião realizada no dia 31 de janeiro, é possível perceber que os limites entre as noções de moradores de rua e traficantes de drogas não são claras – “não é moradorzinho [sic] de rua, são traficantes”. Numa reunião do dia 28 de fevereiro, um dos presentes afirmou que “no Cimento nada mudou, tem muitos barracos, está havendo congelamento da área”. O mesmo participante declarou que não era possível notar os efeitos do trabalho da subprefeitura e que “precisa haver uma força tarefa”, cobrando um prazo para que atividades desse gênero efetivamente acontecessem.

São contínuas as queixas direcionadas à população de rua na região. Uma representante da Subprefeitura manifestou a proibição de instalação permanente dos moradores de rua no Parque no Mooca: “

eles não podem ficar alojados no parque – tem que ficar em pé transitando e não ficar no local como moradia”. Nesse sentido, a Comunidade do Cimento também é colocada como algo que afeta negativamente o bairro: “moradores de rua – das situações que ocorrem, repensar e fazer a Mooca o de sempre”.

Ainda sobre os moradores de rua, relatou-se intervenção da Polícia Militar na Comunidade do Cimento na noite do dia 17 de junho. Após circulação de um vídeo na internet “no qual mostrava os veículos que transitavam no local, os condutores e os moradores da região desesperados”, foi narrado que na ocasião havia “um morador de rua que portava uma arma de fogo”.

No dia 25 de julho, a presidência do Conseg informou o conteúdo debatido numa Audiência Pública sobre orçamento da Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo, com o foco na Regional Mooca. Entre as pautas abordadas, estava a solicitação de “verba para habitação aos moradores de rua da Bresser Cimento e Alcântara Machado”. Segundo consta no registro, foi colocado “que [os moradores de rua naquela localidade] se encontram nas calçadas em estado desumano – no frio, chuva, em contato com insetos, necessidade de cuidados médicos, psicológico, acolhimento”. Nessa ocasião, voltou-se a mencionar a presença da Favela da Bresser Cimento, que não tinha sido “desativada e os moradores de rua não foram para o CTA do Canindé como havia anunciado”. Foi definida, então, a exigência



de presença das representações da Regional Mooca e Polícia Civil, pois “tem legislação e é obrigação comparecerem”.

Em reunião realizada no dia 03 de dezembro, a presidência do Conseg detalhou o andamento do processo no caso da Tenda Bresser/comunidade do Cimento, apresentando o posicionamento da juíza do caso:

“A juíza Maria Gabriella Pavlópolos Spaolonzi, proferiu sentença, para haver conciliação individual, sendo que esta é a ‘última tentativa de composição amigável’, pois inúmeras audiências entre as partes já aconteceram e ‘foram infrutíferas’. Nas conciliações individuais serão oferecidas vagas nos equipamentos públicos de acolhimentos da Prefeitura e as famílias serão inseridas na fila municipal de espera por uma habitação definitiva. As audiências contarão com as presenças de representantes da Defensoria Pública e do Ministério Público do Estado de São Paulo. Segundo a determinação, esforços serão Empreendidos para que as remoções amigáveis ocorram antes do início do ano letivo, ou seja, fevereiro de 2019”.

Em seguida, a presidência do Conseg descreveu os termos das audiências de conciliação individual:

“As audiências se restringirão (sic) aos moradores pré-cadastrados pela Prefeitura – no último levantamento realizado em setembro eram 266 famílias. Na determinação da juíza consta que ‘aos novos ocupantes, será dado tratamento diferenciado’. Não foi detalhado como ocorrerá esse tratamento. A juíza cita na decisão que visitou o Centro de Acolhimento do Canindé, construído recentemente pela Prefeitura com o intuito de abrigar os moradores da Favela do Cimento, e constatou que o local reúne melhores condições de abrigo que as do local atualmente ocupado pelos moradores da favela em questão”.

Sobre a reintegração de posse, alguns agentes responsáveis pelo retardamento da remoção das pessoas que residiam naquela localidade foram mencionados:

“A Prefeitura é a autora da ação de reintegração de posse da área, que foi proposta em outubro de 2015, mas a Pastoral da Rua da Igreja Católica e entidades defensoras dos direitos humanos conseguiram evitar a remoção das famílias ao longo dos últimos anos através de liminares.”

Os participantes da reunião manifestaram preocupação com o viaduto Bresser, que estaria “correndo risco” e afirmaram que “as cabanas de moradores de rua não podiam permanecer naquele local”. Ainda nesta data, observaram que o Arsenal da Esperança seria um ponto de tráfico de drogas, e foram demandadas soluções a respeito. Também apareceram queixas relacionadas ao constante “descarte irregular de lixo” na região e seguiram as reivindicações à Subprefeitura da Mooca relacionadas a soluções para a região da Tenda

Bresser Cimento, porque os moradores de rua estariam “degradando o bairro, [cometendo] assaltos” o que tornava necessário ações junto ao Ministério Público.

### *Segurança*

A reunião de 30 de maio foi iniciada com o relato a respeito da participação da presidência do Conseg em um encontro do COPOM. Na ocasião, aconteceu “a oficialização do Escritório de Cidadania e Governança, dentro da filosofia de Polícia Comunitária [organização de bairro formada por policiais de folga e membros da vizinhança para fins de vigilância em determinada localidade], para desenvolvimento de oficinas, buscando desenvolver na população a percepção de atitudes seguras”. Dessa caso surge um esquema de colaboração esquematizado da seguinte forma:

“Polícia  
Comunidade  
Poder Público local  
= trabalhar juntos”

A presidência esteve presente para capacitar-se no exercício de realização de oficinas. Estas últimas, no âmbito da Polícia Comunitária, foram realizadas com intuito de gerar conteúdo de “Polícia Projetiva” [policimento embasado em técnicas projetivas] e “prevenção”. Na última parte do relato, foi afirmado que estiveram “fazendo o planejamento por setor da área geográfica do Conseg Brás-Mooca-Belenzinho”.

O início da reunião de 27 de junho foi marcado pela palestra do Deputado Coronel Álvaro Camilo. O tema em questão foi a iniciativa intitulada “Vizinhança Solidária”. Este programa visa o “exercício da cidadania, articulação entre a comunidade, engajamento com a Polícia Militar” e conta com ferramentas virtuais por meio de “um grupo de WhatsApp” para “aumentar a solidariedade, dizer não à indiferença, cobrar atitudes do poder público”.

Foram solicitadas ainda “providências quanto ao imóvel invadido situado na esquina da Rua Celeste com a Rua Siqueira Bueno”. De acordo com o relato, estava “havendo invasões organizadas na região [da Mooca]”.

# Região Brás/Moooca terá Vizi

**D**urante a última reunião do Conseg Brás/Moooca e Belenzinho dia 27 de junho último no Sesc Belenzinho, foi apresentado o programa Vizinhança Solidária, pelo deputado estadual Coronel Camilo, a convite do Jornal do Brás.

Com Projeto de Lei de sua autoria (PL 904/2017), o programa foi implantado inicialmente no bairro do Itaim e agora propõe que seja estendido a todo Estado de São Paulo. Na



## Conseg Brás incentiva Vizinhança Solidária



da Radial Le

**E**m sua reunião mensal, dia 27 de junho, no auditório do Sesc Belenzinho, o Conseg Brás/Moooca impulsionou a campanha Vizinhança Solidária - agora Lei instituída pelo deputado Coronel Camilo.

O encontro contou com a presença in-clusiva do próprio deputado a convite do Jornal do Brás fundador do Conseg em 1990. Nas fotos, a presidente Wanda Herrero, o capitão Ubirajara da 3ª Cia junto ao 8º DP e Coronel Camilo, assim como participantes. Página 3



mais inseguro, pois evita cometer o crime e a PM passa a ser reconhecida pela comunidade".  
**Próxima reunião dia 25 de julho no SENAI Theobaldo de Nigris (rua Bresser, 2.315) a partir das 19h45. Participe e ajude a resolver os problemas de segurança da sua região.**

**A** dinâmica presidente do Conseg, Wanda Herrero, falou sobre as favelas sob o viaduto Bresser e no do viaduto Alcântara Machado. "Há um manifesto de Castropil pedindo a remoção das favelas. Se 100 pessoas assinarem, será uma boa pressão". E disse ainda: "Não é com a Igreja, é com o poder público de acordo com a Constituição, Secretaria de Assistência Social do município inclusive o Governo Federal, com o Ministério de Assistência Social. Antes de 1988, durante a ditadura, havia as pa

## Arrastão inexisten



reuniões, duas senhoras, Maristela e Luzia, queriam resolver o problema de furto na rua delas. "Furto é o crime mais difícil para a polícia combater. Mas na maioria das vezes, um vizinho viu", asseverou ele, que produziu a Cartilha da Vizinhança Solidária com Dicas de Segurança. "A Vizinhança Solidária aumenta a qualidade de vida das pessoas, que se sentem mais seguras e o marginal, mais inseguro, pois evita cometer o crime e a PM passa a ser reconhecida pela comunidade".

**Próxima reunião dia 25 de julho no SENAI Theobaldo de Nigris (rua Bresser, 2.315) a partir das 19h45. Participe e ajude a resolver os problemas de segurança da sua região.**



O deputado estadual Coronel Camilo disse que a polícia trabalha com inteligência. "O crime tem três lados: infrator, vítima e meio ambiente (que gera os crimes de oportunidade). Todos somos vítimas em potencial. Temos que tomar cuidado com a segurança, mas sem paranoia". Segundo ele, a implantação do programa se dá em três etapas: articulação na comunidade, engajamento com a PM e criação de um grupo no WhatsApp.



A dinâmica presidente do Conseg, Wanda Herrero, comentou sobre as favelas sob o viaduto Bresser e nos baixos do viaduto Alcântara Machado. "Há um manifesto do major Castropil pedindo a remoção das favelas. Se 100 pessoas assinarem, será uma boa pressão". E disse ainda: "A questão não é com a Igreja, é com o poder público de acordo com a Constituição, Secretaria de Assistência Social do município, inclusive o Governo Federal, com o Ministério de Assistência Social. Antes de 1988, durante a ditadura, havia as pastorais".

## Arrastão inexistente



Cmt da 3ª Cia do 45º BPM/M, o capitão Ubirajara disse que, por meio de decisão judicial, foi dado prazo de 45 dias para a Prefeitura se manifestar sobre as favelas na Radial Leste. Sobre as supostas denúncias de arrastão, ele disse que não consta nenhum Boletim de Ocorrência de roubo. "Houve uma intervenção da Polícia Militar que foi fazer uma abordagem na frente da favela. Deram uma tijolada na cabeça de um dos policiais, aí houve um corre-corre", explicou ele.

Ao Jornal do Brás, o cmt da 3ª Cia do 45º BPM/M, capitão Ubirajara, disse que na implantação do Vizinhança Solidária, a comunidade vai reunir os vizinhos, para um acordo, e em seguida, entrar em contato com a Polícia Militar. Em duas ruas já foi implementado o programa: rua Itajai e rua Benta Dias, ambas na Morca, disse o capitão. "Há um mês, fizemos a inauguração das placas representativas do programa. Na outra etapa, faremos reuniões mensais com os moradores para verificar o andamento", explicou o cmt, completando que o programa poderá ser expandido a outras ruas. O capitão Ubirajara, há mais de um ano na 3ª Cia, informou ainda que voltou o patrulhamento com bicicletas, além das motos, viaturas, Ronda Escolar e a pé.

## Pedido ao Deputado



Por sua vez, o diretor do Jornal do Brás, Milton George, lembrou da fundação do Conseg, na redação do Jornal do Brás, em abril de 1990, com o delegado Dr Gerson de Carvalho. "O Conseg surgiu com essa finalidade, de harmonizar a comunidade junto às autoridades para o bem da região. Há uma sintonia, bom entendimento, receptividade, calor, integração e respeito". Ao final da reunião, fez uma reivindicação ao Coronel Camilo: "A região é sofrida de miséria humana, e carente do poder público. Precisamos do poder político para poder acionar os poderes públicos estadual e municipal. Queremos sua parceria política na região para que as Secretarias olhem para os Consegs". O Coronel Camilo respondeu: "Sempre tive um carinho muito grande pelo Brás desde que comandi o CPA/M-1. Implantei a Operação Delegada na região. Podem contar comigo".

## Região Brás/Moooca terá Vizinhança Solidária

**D**urante a última reunião do Conseg Brás/Moooca e Belenzinho dia 27 de junho último no Sesc Belenzinho, foi apresentado o programa Vizinhança Solidária, pelo deputado estadual Coronel Camilo, a convite do Jornal do Brás.

Com Projeto de Lei de sua autoria (PL 904/2017), o programa foi implantado inicialmente no bairro do Itaim e agora propõe que seja estendido a todo Estado de São Paulo. Na região, terá início na Moooca, pela 3ª Cia do 45º BPM/M e Conseg Brás/Moooca.

O objetivo do programa é estimular a mudança de comportamento de integrantes da comunidade, conscientizando-os de que a solidariedade, aproximação e interação entre si e com a polícia é a melhor forma de prevenir o crime e melhorar a segurança. Quando o programa surgiu em 2009, então comandante da Região Central, Camilo sempre visitava os Consegs e numa dessas reuniões, duas senhoras, Maristela e Luzia, queriam resolver o problema de furto na rua delas. "Furto é o crime mais difícil para a polícia combater. Mas na maioria das vezes, um vizinho viu", asseverou ele, que produziu a Cartilha da Vizinhança Solidária com Dicas de Segurança. "A Vizinhança Solidária aumenta a qualidade de vida das pessoas, que se sentem mais seguras e o marginal, mais inseguro, pois evita cometer o crime e a PM passa a ser reconhecida pela comunidade".

**Próxima reunião dia 25 de julho no SENAI Theobaldo de Nigris (rua Bresser, 2.315) a partir das 19h45. Participe e ajude a resolver os problemas de segurança da sua região.**



Favelas da Radial Leste



**A** dinâmica presidente do Conseg, Wanda Herrero, comentou sobre as favelas sob o viaduto Bresser e nos bairros do viaduto Alcântara Machado. "Há um manifesto do major Castropil pedindo a remoção das favelas. Se 100 pessoas assinarem, será uma boa pressão". E disse ainda: "A questão não é com a Igreja, é com o poder público de acordo com a Constituição, Secretaria de Assistência Social do município, inclusive o Governo Federal, com o Ministério de Assistência Social. Antes de 1988, durante a ditadura, havia as pastarias".

### Arrastão inexistente



### Ruas contempladas na Moooca



**A**o Jornal do Brás, o cmt da 3ª Cia do 45º BPM/M, capitão Ubirajara, disse que na implantação do Vizinhança Solidária, a comunidade vai reunir os vizinhos, para um acordo, e em seguida, entrar em contato com a Polícia Militar. Em duas ruas já foi implementado o programa: rua Itaju e rua Benta Dias, ambas na Moooca, disse o capitão. "Há um mês, fizemos a inauguração das placas representativas do programa. Na outra etapa, faremos reuniões mensais com os moradores para verificar o andamento", explicou o cmt, completando que o programa poderá ser expandido a outras ruas. O capitão Ubirajara, há mais de um ano na 3ª Cia, informou ainda que voltou o patrulhamento com bicicletas, além das motos, viaturas, Ronda Escolar e a pé.

### Pedido ao Deputado



## 2019

### Povo de Rua

No dia 27 de março de 2017, a Presidente do Conseg, Wanda Herrero, iniciou a reunião falando da Reintegração de Posse em área pública, ocupada no entorno do Viaduto Bresser, efetuada no dia 24 de março de 2019, após um longo e complicado processo, pela juíza Maria Gabriella Pavlóoulos Spaolonzi da 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Na noite anterior, houve um incêndio que foi objeto de perícia para a verificação da causa. As tratativas com os chamados moradores de rua, ou moradores em situação de rua, foram adotadas inúmeras vezes pela Prefeitura, via Subprefeitura Moooca, em audiências na expectativa de que aceitassem a oferta de acolhimento na rede do município, uma vez que já tinham recusado outras propostas. Entre os dias 18 e 22 de março, também foram discutidas ofertas. No local havia 215 pessoas, entre elas 66 crianças. A Prefeitura conseguiu desde o

dia 18 de março de 2019, nas conciliações, 74 encaminhamentos para acolhida, 3 encaminhamentos com passagem, 18 cachorros e 9 gatos até 24 de março de 2019. Na Rua do Hipódromo, havia 1.000 pessoas – ocupação dos remanescentes da Tenda Cimento Bresser. O Conseg Brás-Moooca-Belenzinho, desde 23 de fevereiro de 2019, teve notícias da invasão de um antigo prédio de uma gráfica, foram dezenas de chamadas através do 190, para impedir a ocupação. A GCM, o subprefeito da Moooca, o SEAS e os Membros Natos foram notificados para averiguação e providências necessárias. Herrero assinalou que desde 2012 teria feito expedientes para que fossem efetuadas políticas públicas e não o abandono que gerou o crescimento descontrolado da Bresser Cimento, tornando-se uma favela.

Um dos presentes, o Sr. Armando Ciccone, fez uso da palavra para agradecer à PM, à GCM e aos bombeiros pela eficácia na operação de reintegração de posse. E fez especial elogio e agradecimento à Juíza Maria Gabriella Pavlóoulos Spaolonzi, da 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que, após anos de indecisão, assumiu a frente e, além de ter feito durante uma semana audiências para composição da PMSP com os moradores cadastrados, ter levado adiante, até o final, a reintegração no dia 24 de março.

Em um e-mail, a Presidente do CONSEG, Wanda Herrero, pede para a prefeitura lidar com uma ocupação urbana.

*E-MAIL DA PRESIDENTE DO CONSEG PARA GUILHERME BRITO<sup>36</sup>*

Wanda Hcrrcro <[wandah.mooca@gmail.com](mailto:wandah.mooca@gmail.com)>

24/02/19 11 :44 (GMT-03 :00)

Fwd: Invasão - lopes.copiadora@gmail.com -

Para: Guilherme Kopke Brito <[gkopke@smpr.prefeitura.sp.gov.br](mailto:gkopke@smpr.prefeitura.sp.gov.br)>

Assunto: Invasão

*Prezado Guilherme, bom dia! Ontem no período da manhã, houve invasão em um prédio - na rua do Hipódromo, 1.000, antiga indústria gráfica, acionamos a Polícia Militar e a GCM, que foram ao local e os retiraram ... Entretanto, à noite eles retornaram, são famílias, com crianças que estão ocupando o 1º andar. Não tem energia elétrica. Agora por volta das 09h, dois carros saíram - sem placas, um tanto danificados e escuta-se crianças lá dentro. A nossa solicitação saber quem é o contribuinte para que ele coloque um segurança e tome as providências necessárias. Também solicitamos através do 156, abordagem social, SEAS , protocolo 21759713 - 23.02.2019. Os nossos Membros Natos estão cientes. Os nossos agradecimentos, Wanda*

---

<sup>36</sup> (colocar e-mail inteiro)

## **CONCLUSÃO**

Assim que deparamo-nos com o material para tirar fotos, já nos chocou. Em todas as reuniões tratavam diversas vezes dos assuntos que nos concerne, a população de rua, os movimentos sociais e as ocupações urbanas. A abordagem era sempre muito agressiva, nominal e pedindo ações ostensivas. Nosso primeiro passo foi filtrar e tomar nota de cada uma dessas passagens na reunião. Quando percebemos tínhamos um enorme texto que repetia a violência. Isso contribuía para nossa tese, mas atrapalhava a leitura. Por mais que nossa intenção fosse ser descritiva, ao tentar fazê-lo apareceu principalmente a normatividade alheia.

Nossa intenção não é causar mal estar. Mudamos nossa abordagem. Não precisávamos de tantos exemplos de agressividade de proprietários do bairro. Decidimos escolher alguns exemplos e evitar repetições. É dessa maneira que apresentamos aqui como se estabelece as discussões nos Conselhos de Segurança do bairro. Acredito que pudemos perceber como se estabelece uma ‘zona cinzenta’ no bairro, onde no CONSEG diversos agentes sociais se cruzam para compor um plano ostensivo de uma cidade sitiada. Acredito que o CONSEG possa falar por si e tentamos interferir o menos possível, evitando análises do material. Acredito, porém, que tenha ficado claro que é no CONSEG que se criava a pressão para assédio e violência cotidiana à população de rua na região do Brás-Mooca-Belém.

## CAPÍTULO 7

### **FAMÍLIA, TRADIÇÃO E PROPRIEDADE: os donos da cidade que não comparecem aos fóruns**

As duas últimas décadas contaram com reformulações do marco legal urbanístico do Município de São Paulo e a participação popular<sup>37</sup>. Foram criados um novo Plano Diretor Estratégico, uma nova Lei de Uso e Ocupação de Solo, um novo Código de Obras e Edificação, afirma também a necessidade legal de discussão nos fóruns públicos para legitimar as reformas, como as audiências públicas e os conselhos participativos distribuídos nas subprefeituras. As eleições municipais de 2020 já demonstraram a preocupação em revisar novamente o marco legal. Enquanto o Partido dos Trabalhadores defende que deve-se ancorar em intensa participação popular, para transformar a cidade de São Paulo em um “espaço mais humano”, o PSDB/DEM argumenta que ela dificulta a atuação do mercado e construção imobiliária. Se para os últimos poderíamos alegar espanto que o debate não se pauta na qualidade da produção do espaço e sim na produção imobiliária, ou seja, o território olhado sob a perspectiva de mercadoria e não na qualidade do território para os cidadãos, para os primeiros, o marco legal representa uma grande ferramenta de expressão da vontade popular em busca da melhor qualidade territorial.

A questão a ser respondida é quem de fato produz a elaboração do marco urbanístico municipal. Trata-se de uma legislação, como todas, com cunho político muito maior do que o cunho técnico. Vale a pergunta: é nas audiências que os portadores de grande capital financeiro e imobiliário expressam suas vontades para os representantes da municipalidade?

Flávio Villaça, professor aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, escreveu um conhecido trabalho chamado “As Ilusões do Plano Diretor” (2005). Villaça acompanhou as audiências públicas para o plano diretor que eram necessárias para a aprovação da lei. Chegou a algumas conclusões. A abissal desigualdade social regional no Brasil leva a uma desigualdade de participação. Os bairros de maior renda contaram com maior participação, enquanto os de menor renda contaram com pouca participação. De qualquer forma, os empresários dos negócios locais pouco compareceram e houve total ausência dos empregados do bairro (p.65). Apesar do quórum ter sido sempre muito reduzido, as organizações populares que compareceram eram nos bairros já mais estruturados e essas

---

<sup>37</sup> Mais sobre a questão da participação popular nos marcos legais da cidade foi discutido em artigo de política comparada entre São Paulo e Buenos Aires que consta aqui no posfácio deste trabalho.



organizações eram compostas principalmente pela classe média e média-alta, mais politizadas, que tiveram conhecimento prévio das audiências e que eram capazes de participar (p.64). De qualquer forma, a participação popular foi dificultada mesmo para a pequena burguesia e classe média, sendo que as principais propostas de modificação do zoneamento “diziam respeito aos territórios e interesses das elites paulistanas” (p.48). Essas elites não participam dos fóruns e fazem sua política muitas vezes por outros canais que possuem acesso, às vezes diretamente com o poder político que tem acesso, através do lobby, ou mesmo pelos canais de comunicação. Villaça (2005) define para nós essa ilusão:

É essa ilusão que a recente ênfase em Plano Diretor Participativo –querendo ou não – procura inculcar na opinião pública. O que raramente aparece é que os grupos e classes sociais têm não só poderes político e econômico muito diferentes, mas também diferentes métodos de atuação, diferentes canais de acesso ao poder e, principalmente – algo que se procura sempre esconder – diferentes interesses. (...) Assim, os debates públicos seriam apenas a ponta de um iceberg, ou seja, aquilo que não aparece é muito maior do que a parte que aparece. (...) Na verdade uma substancial parcela dessa atuação se manifestou ( como acontece com quase toda lei) através de pressões, principalmente as exercidas sobre os vereadores, e não em debates públicos. VILLAÇA, p.50-51, 2005)

Não encontraremos então os principais agentes do processo nos conselhos participativos ou nas audiências. Não encontraremos nos conselhos de segurança ou nos conselhos participativos das subprefeituras. Mas os seus interesses estão lá atuando, já que a definição desses espaços – começando pela indicação dos subprefeitos – passam por uma rede de poder que essas elites se fazem presentes. Existe uma zona cinzenta entre as principais famílias da elite paulistana, os clubes da cidade, as instituições religiosas e os partidos políticos.

Gostaríamos de discutir aqui alguns desses atores que vimos prevalecer quando fizemos campo na região Brás-Mooca-Belém. Como veremos, nesta região famílias como a Comolatti com diversos empreendimentos na região, atuam também subprefeitos de famílias das elites locais e também quadros importantes de partidos políticos como o PSDB como Fábio Lepique. Todos esses atores se encontram em espaços sociais próprios, como o Circolo Italiano, Clube Paulistano, Rotary Club, Clube Parque da Mooca e, principalmente, Clube Atlético Juventus. Ou às vezes já passaram por empresas de economia mista, como a SABESP<sup>38</sup>, ou possuem relações com OSs que prestam serviços de zeladoria urbana para a prefeitura. A atuação destes atores geralmente não se dá dentro dos conselhos participativos da cidade, mas como ficará evidente, os seus interesses estão sendo pautados nos conselhos que analisamos, como por exemplo os CONSEGs.

---

<sup>38</sup> Dos atores que comentamos aqui, Fábio Lepique e Criscuolo foram da Companhia Paulista de Obras e Serviços. O atual subprefeito da Mooca, Guilherme Britto, também foi diretor da CPOS.

### *1.1 Família Comolatti e seus negócios*

A família Comolatti se confunde com o desenvolvimento da indústria automobilística de São Paulo. É uma família de imigrantes italianos católicos que sempre esteve presente em bairros tradicionais como o Brás-Moooca, em centros de negócios e socialização como clubes da Moooca ou o Circolo Italiano. O Grupo Comolatti sempre foi ativo em sua comunidade, entre italianos, nos bairros tradicionais e com seus funcionários. Diz-se comprometida com Responsabilidade Social, destinando em 2002 mais de 8 milhões de reais para Atividades Sociais, coordenado por Tereza Maria Comolatti Ruivo. Sempre patrocinou eventos beneficentes e que incentivassem o patrimônio nacional, cultural, artístico e educacional.

A Empresa foi fundada por Evaristo Comolatti. Emigrado da guerra na Europa, transportava combustível com seu caminhão em território brasileiro. Uma década mais tarde se tornou o principal representante dos caminhões Alfa Romeo no Brasil, com uma loja de peças no Brás.

Em agosto de 2007, o Grupo Comolatti completou 50 anos e passava um bilhão de reais em seu faturamento, já incorporando diversos tipos de negócios. A distribuidora de autopeças e do setor do comércio de ônibus e caminhões foi idealizada em 1957 pelo imigrante italiano Evaristo Comolatti e nasceu de uma pequena loja de autopeças para caminhões no bairro Brás, na capital paulista, onde permanece até hoje. Desde 1991 seu Presidente é Sergio Comolatti, filho de Evaristo. O nome Comolatti está ligado também ao setor imobiliário com a Bernina Imobiliária. Além disso, pertence à família italiana um dos espaços mais prestigiados de São Paulo – o Terraço Itália, no Edifício Itália.

O Grupo Comolatti reúne as distribuidoras de reposição automotiva: Sama, Laguna, Matrix, além da Rede PitStop, rede associativista do mercado independente de reposição, todas com operações em todo o país. No setor de distribuição de veículos pesados, atua com a Tietê, concessionária da marca Man Volkswagen e Cofipe, concessionária da marca Iveco.

Em meados de 2010, o Grupo Comolatti criou as diretorias comercial e de vendas. Neste ano, devido ao acentuado crescimento das atividades na Distribuidora Automotiva, no segmento de autopeças, a empresa reestruturou sua atuação. A diretoria de vendas, entre outras funções, foi também designada a comercialização de autopeças para o governo.

Em abril de 2015, o Grupo Comolatti anunciou a aquisição da empresa Pellegrino, distribuidora de autopeças orçada em 800 milhões de reais e 22 lojas. Com isso, a família assumiu a posição de destaque no mercado brasileiro de aftermarket automotivo – antigos funcionários da Pellegrino se ressentem, porém, com a mudança do plano de carreira e fim de alguns benefícios. Nesse período o Grupo Comolatti comandava 4 mil funcionários

(‘colaboradores’), possuía 64 mil itens em seu portfólio e estava presente em todo o território nacional.

Em fevereiro de 2018, foi inaugurado o edifício Grande Ufficiale Evaristo Comolatti, projeto considerado audacioso por sua arquitetura e os desafios de erguer o prédio em meio a uma área densamente ocupada. Situado na Avenida Paulista, o empreendimento, homônimo à empresa, foi entregue pela incorporadora Stan, com um projeto que recebeu prêmios de engenharia, já que está logo acima da linha amarela do metrô.

### *1.2 Família Comolatti e a Cidade: Alcântara Machado*

O grupo Comolatti está na região da Mooca há 60 anos, e possui ao menos 29 imóveis que ficam próximos à comunidade Alcântara Machado e ao Cimento, sendo uma das famílias tradicionais reconhecidas no bairro.

Em maio de 2018, a reintegração de posse da comunidade Cimento, na Mooca, foi adiada por 60 dias após atuação conjunta do Coletivo CATSo, do padre Júlio Lancelotti junto da Pastoral do Povo de Rua e do Ministério Público. Após esta decisão, o subprefeito da Mooca, junto de um grupo de empresários que incluía um membro da família Comolatti realizaram uma visita ao cardeal arcebispo Dom Odilo Scherer, em busca de uma solução para o atraso da reintegração de posse, que estaria travando diversos negócios e empreendimentos deste mesmo grupo na região da Mooca.

Ainda sobre a ocasião do despejo, o contato entre o Grupo e o Arcebispo pode ser explicado pela intenção de fazer o Cardeal Odilo Scherer<sup>39</sup> pressionar o Padre Julio Lancellotti para o mesmo dizer à comunidade aceitar o despejo. Sua relação é de proximidade, como se observa em benfeitorias da família para a comunidade católica (por exemplo, a inauguração dos novos sinos da Igreja de São Genaro ou reformas na Catedral da Sé e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição). Já a relação direta com o subprefeito Evandro Reis pode ser compreendida pelo poderio econômico que o grupo possui na Mooca, onde está grande parte de suas empresas e imóveis. De acordo com a base de dados de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) da capital paulista e da Junta Comercial do Estado de São Paulo,

---

<sup>39</sup> Como nos conta artigo publicado por Sabrina Duran na Arquitetura da Gentrificação (DURAN, 2016), houve um encontro entre o prefeito Fernando Haddad, o Cardeal Odilo, o vigário Julio Lancellotti e outros, para decidir sobre a questão. Algo que já é estranho ao poder republicano ter de negociar com os poderes eclesiais do Vaticano, torna ainda mais complicado quando o prefeito está alheio aos jogos de poder no interior da Igreja Católica. Nesse momento, com a articulação do novo Papa Francisco, populista e jesuíta, um novo Sínodo estava em pauta em torno de assuntos sensíveis, uma disputa que tumultuou diversas cidades no Ocidente e que aqui se expressou no conflito entre Padre Julio Lancellotti e Dom Odilo Scherer (que acabou por perder cargos importantes no Vaticano, como no Conselho do Banco do Vaticano). Mais sobre esse momento foi comentado no trabalho de Frédéric Martel sobre o ‘closet’ do Vaticano (MARTEL, 2019).

há pelo menos 29 imóveis em nome de empresas e membros da família Comolatti na Mooca, totalizando quase 10 mil metros quadrados de área de terrenos.

Ademais, a influência do Grupo Comolatti na política não se limita ao contato indireto com o poder público e religioso. Em setembro de 2012, período que antecedeu as eleições municipais, uma de suas empresas, denominada Distribuidora Automotiva S.A., doou cinquenta mil reais ao vereador Ricardo Teixeira (à época filiado ao PROS).

De um modo geral, as ações do político no bairro visam a valorização do grupo, como, por exemplo, o projeto de lei que renomeou uma ponte para o nome do patriarca da família. Além disso, durante sua campanha, Teixeira produziu um folheto sobre a reintegração de posse, no qual “explicava” tudo que já havia sido feito para que esta reintegração acontecesse e relatava como tudo havia sido cancelado. O folheto trazia diversas informações que induzem o leitor ao erro, como mencionar que tudo havia sido cancelado, quando na verdade a reintegração apenas teria sido adiada.

Além da pressão pela reintegração da Comunidade dos Baixios do Viaduto Alcântara Machado no Brás, também houve pressão do grupo para reintegração da Comunidade do Cimento, logo ao lado, no Belém. A Comunidade se encontra no território da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT), que configura a região da Mooca, Ipiranga, Cambuci, Vila Carioca e Vila Prudente. Operações como essa visam a higienização do território, ou seja, eliminação dos pobres e de suas moradias precárias, que desvalorizam o valor dos terrenos e empreendimentos locais.

### *1.3 Família Comolatti e a cidade: Parque Minhocão*

Em dezembro de 2017, a Câmara Municipal aprovou o projeto que deu a luz ao Parque Minhocão. Com a sanção de João Dória, a mudança aprovada pelos vereadores fez com que o Minhocão cedesse mais espaço para o trânsito de pessoas em detrimento para o de carros. O pivô da idealização e grande parte do encaminhamento do projeto foi Athos Comolatti.

Naquela época, o empresário não sabia explicar o motivo pelo qual engajou-se nessa empreitada. No entanto, o mesmo admite o doce sabor das suas memórias sobre o viaduto: o lugar o lembrava dos passeios com os pais na região, quando saíam para tomar gelato italiano na antiga Casa Whisky.

Em 2005, Athos procurou o então vereador Aurélio Nomura para entregá-lo o projeto nova-iorquino de parque suspenso – o *High Line*. Seu pedido era para que Nomura

apresentasse uma proposta de criar um parque no Minhocão. Desse pedido, surgiu o PL 664/2005, que tinha exatamente este propósito, que foi rapidamente arquivado.

Em 2006, novas propostas surgiram para o elevado. Com José Serra como prefeito da cidade, surgiu um concurso de ideias para o Minhocão. Sem maiores resultados, já em 2009, o primeiro trecho do High Line foi inaugurado em Nova Iorque. Esse evento chamou atenção de Athos, que fez questão de conhecê-lo pessoalmente e passou a estudar com afinco os pormenores desse projeto.

Em 2012, Fernando Haddad, então prefeito da cidade, passou a defender a demolição do viaduto publicamente, o que, aparentemente, incomodou Athos. O empresário decidiu, então, reunir uma equipe de pessoas para juntar-se a ele nessa causa que, segundo o próprio, transformou-o num “ativista acidental”. Entre essas, estava a cicloativista Renata Falzoni, sua ex-colega de turma no colégio Dante Alighieri, além do arquiteto Marcio Kogan. Juntos, os ativistas formaram uma associação. Contudo, a equipe padecia de raízes com aquela porção da região metropolitana; eram pessoas que não tinham nenhum vínculo com o bairro. Portanto, naquele instante, Athos alugou um apartamento na Avenida São João, de frente para o cobijado Minhocão, para que servisse de sede para sua mais nova associação: a Associação Parque Minhocão.

Ainda naquele período, Kogan convidou o crítico de arquitetura Fernando Serapião, que por sua vez contactou o Wisnik, para somarem na equipe. Em pouco tempo, eles já estavam dentro do apartamento decidindo os detalhes da mostra. O sucesso de público e a repercussão na mídia deram vida à associação na mesma medida em que alavancaram os devaneios ativistas do empresário. Em seguida, o apoio do vereador José Police Neto permitiu o avanço do projeto. Durante a atual gestão de Covas, no entanto, o Parque Minhocão continua em debate, contando com a oposição do Movimento Desmonte Minhocão, encabeçado por Francisco Machado, que diz que o viaduto corre o risco de virar uma “cracolândia suspensa”. Athos, porém, segue em defesa do projeto de sua associação e defende que a população já se apropriou do elevado.

## *2. Fábio Lepique*

O PSDB paulista hoje é dividido em três alas: mais à esquerda temos a ala fundacional e social-democrata, mais progressista, surgiu com o período da democratização e dissidência do PMDB, representada pelo democrata-cristão Franco Montoro, pelos intelectuais Fernando Henrique Cardoso e José Serra (começou sua militância na Ação Católica Estudantil na UNE), Tasso Jeiressati, Mário Covas, Alberto Goldman, teve

recentemente como representante Andrea Matarazzo (até sua saída para o PSD) e Mário Covas Neto, também conhecido como ‘Zuzinha’ (visto também como um intermediador entre as alas do PSDB), que após desavenças com o Prefeito João Dória migrou para o partido PODEMOS – essa ala hoje, então, é praticamente inexistente. Em lado oposto temos uma ala conservadora, linha-dura, que começou a ganhar força no partido após a morte de Mário Covas e a ascensão de seu vice Geraldo Alckmin, sustentada principalmente por José Aníbal e Ricardo Tripoli, tendo como representantes hoje o Prefeito de São Paulo Bruno Covas<sup>40</sup> e seu braço-direito Fábio Lepique. A ala de Geraldo Alckmin já começou sua ascensão quando ele saiu de suas primeiras funções legislativas ainda em Piracicaba e assumiu a Presidência do PSDB paulista entre 1991 e 1994, compondo uma chapa conciliadora como vice de Mário Covas, da ala fundacional. Por fim, surgiu uma nova ala que em parte foi apoiada por Geraldo Alckmin e chegou com João Dória, que era alheio à política do Partido, corresponde a uma vertente “populista de direita”, pautada principalmente em ações de marketing, fazendo sua política mais para fora do partido (entre empresários e meios de comunicação) do que para dentro.

A soberania do PSDB se dá principalmente no Sudeste, segurando cargos executivos de governos municipais e estaduais, detendo maiorias nas câmaras municipais e assembleias legislativas, principalmente em São Paulo, sendo nesse Estado que está seu diretório mais importante, no maior colégio eleitoral do Brasil. Apesar de Geraldo Alckmin ter sido eleito duas vezes Governador do Estado mais importante para o PSDB, sua ala não possuía o controle do diretório do Estado, historicamente controlado pela ala fundacional. Fábio Lepique, um ‘legítimo mooquense’ e Presidente do Diretório do bairro, foi quem ficou responsável pela articulação para trazer a ala conservadora à soberania no Diretório Municipal de São Paulo. Enquanto a gestão Alckmin também renovou seus quadros em suas secretarias em que Fábio Lepique era assessor particular do Governador e coordenou o processo, em 2012, houve também pressão da ala conservadora junto ao Fábio Lepique para existirem prévias no partido em que se definiria quem seria o próximo candidato à Prefeitura de São Paulo. Apesar da vitória de José Serra (que perderia a eleição para Fernando Haddad), Fábio Lepique conseguiu vitória por abrir as prévias do PSDB e ter perdido as eleições por

---

<sup>40</sup> Bruno Covas, quando fez parte da juventude do Partido, participou da ala fundacional do partido que se inspirava em seu avô, Mário Covas. Entre 2007 e 2014, Bruno Covas fez parte da tendência interna do PSDB chamada ‘Virada à Esquerda’, liderada pelo cientista social Fernando Guimarães, que buscava trazer novamente à frente as origens social-democratas do Partido. Depois da crise política gerada em 2013 e a aproximação de direita do Movimento Brasil Livre (MBL) com o partido, apoiando a princípio também a candidatura de João Dória, Bruno Covas rompeu com a tendência do Partido. Em 2020, Fernando Guimarães e outros, após pressão de João Dória, foram expulsos do Partido.

margem pequena, como consequência conseguindo pressão e concessões nas políticas do Partido.

Em 2015, com a eleição para Presidente do Diretório Municipal do PSDB, Fábio Lepique concorreu com Mário Covas Neto, o Zuzinha. Mário Covas Neto foi a aposta da ala fundacional do PSDB por entender que era um conciliador, já que era neto de Mário Covas e possuía alguma proximidade com José Aníbal. A intenção da ala fundacional seria lançar Andrea Matarazzo como candidato a Prefeito. Porém, Zuzinha conseguiu uma vitória apertada e o que tinha visto como sinal verde para lançar a candidatura acabou por se tornar um sinal vermelho. A resposta foi trazer um candidato estranho ao Partido, o lobista e empresário João Dória, apoiado pela ala conservadora de Geraldo Alckmin. O resultado foi favorável e João Dória foi eleito Prefeito, seu Vice-Prefeito era Bruno Covas, da ala conservadora de Alckmin e que possui Fábio Lepique como seu braço-direito. João Dória não colocou um ‘vice decorativo’, deu a Bruno Covas a responsabilidade da gestão e articulação das Prefeituras Regionais (subprefeituras), que era, de fato, articulada pelo já experiente e engajado Fábio Lepique. Após atritos de João Dória com Bruno Covas e, principalmente, Fábio Lepique, o último é demitido pelo Prefeito e o Vice-Prefeito é realocado na Casa Civil. A ala conservadora então passa a se articular para retomar a força que estava perdendo para João Dória que passou a se tornar a referência do partido, enquanto a ala fundacional foi colocada para escanteio. Bruno Covas pressionou para João Dória abandonar a disputa presidencial que seria então de Geraldo Alckmin. João Dória foi pressionado a disputar o Governo do Estado (ganhou) enquanto Bruno Covas assumiria a Prefeitura de São Paulo, trazendo de volta para o centro da articulação municipal seu braço-direito Fábio Lepique, enquanto secretário-executivo de gabinete, cargo criado pelo prefeito Bruno Covas em que colocou seus amigos mais próximos.

Mas quem é Fábio Lepique, um quadro do partido que esteve em diversas funções, em alguns cargos criados especificamente para ele?

Enquanto fizemos campo em três ocupações de espaços públicos pelo povo de rua no Brás-Mooca-Belém, houveram duas figuras políticas que atacavam regularmente as mobilizações políticas desses espaços. Os ataques eram tanto articulados no bairro, entre as famílias, os conselhos e os clubes, como nas redes sociais. Em uma das ocupações, no Belém, no Espaço São Martinho, Fábio Lepique – junto com empresários do bairro, como dono de academia de ginástica e dono de cabeleraria – acusou Padre Julio Lancellotti de pedofilia, trazendo novamente à tona um caso acontecido na década passada, trazido pela gestão Alckmin, que acabou arquivado. Isso colaborou para a ‘caída’ do espaço que era antes

organizado por militantes autonomistas junto ao Padre Lancellotti, sendo a discórdia causada pelo boato o principal motivo (ou talvez a ‘desculpa’). Dentro da ocupação, que era nova e estava ainda em trabalhos de ‘desconstrução’ de diversas opressões que traziam de fora para dentro (geralmente do cárcere e do ‘proceder’ do PCC), relacionaram o assunto do Padre Julio Lancellotti com a desconfiança de um Frei que viveu na ocupação e que gerou insatisfação por trazer doações ao espaço e tentar controlar a sua distribuição, como também acusações de ações do Frei dentro do espaço, de ‘homossexualismo’ (o termo usado, não é meu).

Em outras situações Fábio Lepique também expressou sua opinião nas redes sociais sobre as ocupações do povo de rua na Zona Leste com participação do Padre Julio Lancellotti<sup>41</sup>, mobilizando as pulsões das famílias da Mooca, bairro em que nasceu, vive e é influente na política partidária local, nos clubes e conselhos do bairro. Simultaneamente, outro político com influência local que costumava atacar as ocupações relacionando-as ao crime organizado e à criminalidade no bairro foi o Vereador Ricardo Teixeira (PROS).

Fábio Lepique, antigo amigo de Bruno Covas, começou na política ainda assessorando Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, feito inclusive a segurança particular do ex-presidente do Brasil. Foi secretário-adjunto da casa civil da administração, até ser nomeado, em 2006, subprefeito de Pinheiros. Em 2007, torna-se subprefeito da Vila Mariana e é também nomeado secretário particular do governador Geraldo Alckmin. Em 2012, ele é o coordenador da articulação do Comitê Paulista da Copa do Mundo de 2014, entre Governo do Estado e a Federação Paulista de Futebol; nesse mesmo ano, torna-se tesoureiro do PSDB e Diretor das Relações Institucional do Clube Atlético Juventus, com apoio do Presidente do Clube, Armando Raucci. Em 2013, é realocado para Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), responsável principalmente sobre as obras da SABESP. Em 2015, tenta se eleger à presidência do Diretório Municipal do PSDB, perdendo por pouca margem. Em 2016, quando João Dória assume a prefeitura junto ao seu vice, Bruno Covas, Fábio Lepique torna-se secretário-adjunto das Prefeituras Regionais, sendo seu principal articulador. Em 2017, Fábio Lepique é demitido por desacordos com a gestão Dória, principalmente em questões sobre a regularização dos blocos de Carnaval, como porque passou a assumir a linha de frente e comandar as operações contra a pirataria, como na Feira do Brás e, principalmente no Shopping 25 de Março, onde decidiu lacrar à revelia de João

---

<sup>41</sup>Após o estabelecimento de comunicação direta e negociações da Pastoral do Povo de Rua com a gestão Dória-Covas – principalmente João Dória – essa tensão recuou e Fábio Lepique não entra sobre o assunto em suas redes sociais, ou em um ou outro momento fez elogios ao trabalho pastoral da Igreja Católica em parceria com a Prefeitura, para atender a população em situação de rua;



Dória; porém, a principal justificativa publicizada foi o fato da zeladoria urbana ter desempenho inferior ao ano anterior da gestão Fernando Haddad (PT), um dos principais pontos criticados por João Dória durante sua campanha à Prefeitura. Em 2019, com as novas rearticulações entre as disputas das alas no interior do PSDB, Bruno Covas assume a Prefeitura enquanto João Dória é eleito Governador (e Geraldo Alckmin perde a eleição para Presidente), Fábio Lepique é contratado como secretário-executivo de gabinete de Bruno Covas, voltando ao epicentro da política paulistana.

Hoje ele assume principalmente o Combate à Pirataria, coordenando a operação Comércio Legal, atuando presencialmente nas apreensões e divulgando em suas redes sociais, obtendo grande apoio e repercussão dos comerciantes e das famílias tradicionais dos bairros paulistanos. Fábio Lepique coordena as operações sendo intermediador entre o poder público e o setor privado; essa aproximação acontece entre a Secretaria Municipal de Segurança Pública e associações como o Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), com participação da Abilumi, Fiesp, Eletros, Instituto Brasil Legal, ETCO, Sindilojas, Sindióptica-SP e a OAB/SP.

O foco das ações de Fábio Lepique na Prefeitura sempre teve um caráter ‘higienista’, como quando articulou o programa Cidade Linda de João Dória na cidade de São Paulo com o programa Parede Limpa na cidade de Osasco. Também, enquanto cuidou da zeladoria urbana, retomou ações ostensivas junto à GCM para retirada de cobertores e pertences da população de rua – algo que havia sido proibido durante a gestão Haddad, após pressão da Pastoral do Povo de Rua que já criticava as atuações do prefeito petista na assistência social, segurança pública e zeladoria urbana. Fábio Lepique também sempre combateu as festas independentes na cidade e os bares sem alvará, reivindicando a Lei do Psiu e coordenando a operação Bar Legal durante a gestão Dória-Covas. Foi partícipe da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, CPPU. Ainda em 2007, quando o presidente dos EUA, George W. Bush, visitou a cidade de São Paulo, após protestos dos movimentos populares, Fábio Lepique pressionou o poder público para multar e punir o PC do B em setenta e nove mil reais pelas faixas levantadas, alegando ser contra a lei municipal que proibiu a publicidade visual na cidade.

Fábio Lepique nos conta sobre a sua relação com a Mooca: “(...) Moro aqui ao lado, tenho a intenção de morar muitos anos ainda na Mooca, meu filho vai crescer aqui e meu estímulo maior é permitir que a gente faça um Clube cada vez melhor, cada vez mais forte e para isso é necessário uma série de melhorias que eu tenho certeza que essa diretoria está se

empenhando por fazê-las e eu vou dar as minhas contribuições”. Também nos conta sobre a mentoria de Geraldo Alckmin, conhecido por suas ligações com o conservadorismo católico: (...) “Tem uma frase que sempre está na minha cabeça, que é do doutor Geraldo Alckmin, que faz uma referência a Santo Agostinho: 'prefiro os que me criticam porque me corrigem, do que os que me adulam porque me corrompem'”, disse na ocasião.



*Fábio Lepique com dois ex-Presidentes do Clube Atlético Juventus. À esquerda está Armando Raucci<sup>42</sup> e à direita Paulo Sérgio Criscuolo (que também foi subprefeito da Mooca).*

---

<sup>42</sup> [...] Como diz o Milton Neves, a Mooca não é um bairro. É um principado. “O Principado da Mooca”! Um lugar mágico, cheio de particularidades, manias e sotaque tombado pelo patrimônio histórico. Um bairro rico de muitas histórias, cultura e excelente comida italiana. Meus bisavós vieram da Itália e escolheram a Mooca para recomeçar a vida no Brasil. Se instalaram na famosa Rua Javari e lá constituíram uma grande família de comerciantes. E como os frutos não caem longe do pé, esses descendentes de napolitanos, que por sua vez tem a persuasão correndo nas veias, ajudaram a construir a história do nosso bairro. Abriam uma leiteria, posteriormente uma alfaiataria e por fim a saudosa FÁBRICA DE BISCOITOS RAUCCI, na Rua Manaus. E como esse mundo é muito pequeno, o pai de Luiz Andreoli, o “Dr ANDREOLI”, como era por nós conhecido, era o médico contratado da Fábrica de Biscoitos nascendo assim uma grande amizade com meu avô Fernando Raucci. Por coincidência, eles eram loucos por cavalos e frequentavam juntos o Jockey Clube. [...]. Voltando à Fábrica de Biscoitos, o seu ponto alto era o Biscoito Champagne, o grande responsável pela confecção da “sobremesa coqueluche” da época: O PAVÊ!!! A família Raucci deixou ao Principado da Mooca, muitas contribuições. Entre elas, duas gestões consecutivas do meu pai, Armando Raucci como Presidente do Clube Atlético Juventus, exercendo de forma corajosa, honesta e louvável, a melhor administração da História do Moleque Travesso, sanando suas dívidas, fazendo inúmeras reformas de recuperação da estrutura, limpando e colocando ordem na casa, oxigenando e oxigenando o quadro de funcionários, contratando profissionais com sangue novo, dedicação e capacitação para exercer os seus respectivos cargos. Dedicou-se de coração e alma ao futebol, que na época estava desacreditado. Através da sua experiência empresarial, batalhou e conseguiu diversos patrocínios, fazendo novas contratações, melhorando o nível técnico da Equipe e levando a torcida Juventina à inúmeros momentos de explosão e alegria. O Estádio da Javari renasceu, e eu assisti esse espetáculo!!! Nunca se vendeu tanto Canolli no Estádio Rodolpho Crespi e o Juventus foi contemplado com mais 2 títulos importantes: Série A – 2 do Paulista em 2005 e Copa Paulista em 2007, os quais entraram para a história e memória dos Juventinos. E se alguém esquecer, eu estou aqui para sempre lembrá-los! Tenho muito orgulho das histórias que aqui construímos. Nosso amor por esse bairro é tão grande, que a nossa família ainda reside no Bairro da Mooca. Nunca conseguimos abandonar os nossos costumes e a nossa origem. Aqui fizemos e ainda faremos muita história! Como prova e reconhecimento desse LEGADO, há mais ou menos 2 anos, a Vila Raucci – conjunto de várias casas construídas por nosso Bisavô ANDREA RAUCCI, foi tombada pelo patrimônio histórico. Motivo de muita honra e garantia da preservação da História do Bairro da Mooca. Ufa.... quem mandou falar que era mooquense? Me empolguei! Me perdoa! [...]

In <<https://luizandreoli.com.br/flavia-raucci-os-bastidores-de-uma-grande-paixao/>>

### *3. Subprefeitos da Mooca*

É necessário entender que a nossa descentralização municipal é diferente, por exemplo, à de Buenos Aires. Na Capital Federal da Argentina existe uma Lei de Comunas, em que cada cidadão de sua Comuna vota e elege os seus representantes a partir de seus conselhos; o poder dos conselhos nas comunas argentinas são bastante amplos, podendo mesmo fazer ‘recall’ de seu representante caso estejam insatisfeitos. Em São Paulo a descentralização se dá através das Subprefeituras, mas a escolha dos subprefeitos cabe ao Prefeito, ou às vezes, ao Sub-Prefeito (como durante a gestão Dória-Covas); os conselhos participativos das subprefeituras são recentes e avançam sua participação de maneira muito lenta, com poderes bastante reduzidos.

Em São Paulo, as nomeações de prefeitos passam por um cruzamento de diversos interesses. Ali cruzam a política das famílias e dos empresários do bairro que participam da administração local por dentro e por fora dos fóruns públicos, como as Associações de Bairro e os Conselhos de Segurança, Conselhos Tutelares ou Associações dos Parques e Praças. Estão presentes também nos Clubes ou Fraternidades do bairro (de um Clube do Juventus a um Rotary Club). Muitos acabam também na carreira política, se tornando vereadores – e as relações com os vereadores são constantes. Como administram diversos serviços, principalmente os de Zeladoria Urbana, existe relação com as empresas terceirizadas contratadas que são responsáveis por esses serviços. Essa relação muitas vezes é partidária, mesmo que o subprefeito e seus aliados não sejam quadros que participem das eleições populares, se restringindo às questões locais. Muitas vezes, mesmo que o Prefeito eleito seja de um partido da oposição, não é tarefa fácil trocar a subprefeitura de um bairro que possui ligações históricas com determinado partido – isso ficou claro durante as gestões de Marta Suplicy e Fernando Haddad.

Gostaria, então, de comentar um pouco sobre como e onde transitam os últimos subprefeitos da Mooca e suas relações fraternais com o bairro. São subprefeitos escolhidos pelo Prefeito de São Paulo, que possuem laços históricos e fraternais com o bairro. Geralmente são de famílias tradicionais do bairro, estando presente ali há bastante tempo e participando da construção do bairro. Fazem parte da elite local e possuem amplas relações sociais com as elites da cidade, sejam elites culturais ou econômicas.

#### *3.1 Subprefeitos da Mooca: Eduardo Edloak*

Eduardo Edloak tornou-se subprefeito da Mooca em 2005. Nasceu, cresceu e vive no bairro. Sua família é de origem checa e italiana. É comum encontrá-lo pelo comércio do

bairro, nos restaurantes e no Teatro Arthur Azevedo. Graduou-se em administração de empresas pela Florida Christian University. Atua como artista plástico, ganhando diversos prêmios nos salões paulistas e nos clubes da cidade, como o Salão Paulista de Belas Artes e Clube Paulistano. É também tecnólogo em edificações.

Ao longo de sua vida profissional especializou-se em desenvolvimento político e social da juventude, tanto no terceiro setor quanto em políticas públicas. Integrou iniciativas e eventos no Brasil e no exterior, em países como Espanha, Argentina, Estados Unidos, entre outros. Em Lisboa, Portugal participou da 1ª Conferência Mundial de Ministros de Juventude, no ano de 1998.

Iniciou sua trajetória política aos 25 anos, ao integrar o Conselho Estadual de Juventude em 1996, primeiramente como conselheiro a convite do então governador Mário Covas, e depois como presidente eleito. Foi assessor da Casa Civil durante a primeira gestão Geraldo Alckmin do Estado de São Paulo, atuou como coordenador do grupo técnico da juventude, no Comitê Gestor de Política Social. Em 2005, foi convidado por José Serra a assumir a Chefia do Gabinete da Subprefeitura e, em seguida, a ocupar o cargo de Subprefeito da Mooca.

No período de sua administração, procurou ampliar espaços verdes e projetos culturais na Mooca, implantar áreas de lazer, retomar e reformar espaços públicos que até então estava irregulares, recapear ruas, realizar parcerias com a comunidade e aumentar a fiscalização e intensificar a despoluição visual.

Eduardo Edloak se tornou também Subprefeito da Sé durante a gestão Dória-Covas e ficou marcado por ações violentas junto às polícias na região da Luz, mais conhecida como Cracolândia, como parte de programas de revitalização do Centro de São Paulo.

### *3.2 Subprefeitos da Mooca: Evandro Reis*

Evandro Reis nasceu em Fortaleza, no Ceará, veio para São Paulo com os pais e os irmãos aos seis meses de idade e cresceu em Itaquera, na Zona Leste. cursou Eletrônica e Engenharia Elétrica, se especializou em Meio Ambiente pela Fundação Álvares Penteado e fez carreira na Eletropaulo, começando no cargo de auxiliar técnico até atingir a posição de Gerente de Departamento do Meio Ambiente. Na empresa, à época ainda não privatizada, foi presidente da Associação dos Engenheiros, que tinha a função de passar aos diretores informações sobre os interesses da comunidade. Foi também funcionário público da CETESB por três anos, diretor do Instituto de Engenharia e do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo e conselheiro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

do Estado de São Paulo. Presidiu o Rotary de São Miguel Paulista durante a gestão 2011-2012 e faz parte do Rotary Club Nordeste/Vila Maria.

Ocupou diversos cargos na Prefeitura antes de se tornar o terceiro subprefeito da gestão Haddad em 9 de maio de 2014: foi chefe da subprefeitura de São Miguel Paulista e depois, na mesma subprefeitura, foi coordenador de Defesa Civil por duas gestões. No Itaim Paulista, atuou como Supervisor de Habitação. Também dirigiu o setor de planejamento ambiental da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e na mesma Secretaria foi ainda diretor de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE).

Reis não era filiado a nenhum partido político e sua indicação para a Subprefeitura da Mooca seguiu a linha do então prefeito Haddad de buscar pessoas ligadas a empresas estatais e a carreira pública.

No balanço de dois anos de gestão, 2016, o Subprefeito destacou a realização de serviços como limpeza de córregos, cata-bagulho, conservação de galerias, podas e remoção de árvores, e reformas de praças. Apresentou um aumento de serviços de zeladoria em relação a anos anteriores e melhorias visuais e elétricas feitas no complexo da Subprefeitura. Alegou estar fazendo esforços para implantar uma base da Polícia Militar no interior do complexo. Sua gestão modernizou, ampliou e reformou o Teatro Municipal da Mooca Arthur Azevedo, podendo reabri-lo ao público após seu fechamento no final do ano de 2011. O Teatro se tornou então sede do Clube do Choro da cidade de São Paulo.

### *3.3 Subprefeito da Mooca: Francisco Carlos Ricardo*

Francisco Carlos Ricardo foi nomeado pela gestão Haddad e possui um perfil distinto de quem comumente assumia a subprefeitura da Sé, possuindo um perfil técnico e concursado com ação no bairro. Francisco Ricardo é bacharel em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela Faculdade de Engenharia de Barretos, com MBA em Gestão Ambiental pelo Instituto Mauá de Tecnologia e atuou como professor na Escola Técnica Getulio Vargas. Ingressou na Prefeitura, em 1991, através do concurso público, na antiga Administração da Mooca. De agosto de 2004 a janeiro de 2008 assumiu o cargo de Coordenador de Projetos e Obras. Além do cargo de Coordenador, trabalhou como Engenheiro, Supervisor de Obras, Supervisor de Serviços e Supervisor de Projetos, além de fazer parte do membro do Cades Regional Mooca Biênio 2009/2010. No dia 02 de janeiro de 2013, foi nomeado subprefeito da Subprefeitura Mooca. Sua gestão, porém, foi marcada por resistência das elites tradicionais do bairro ou mesmo dos movimentos sociais associados à Pastoral do Povo de Rua e ao Vigário Episcopal do Povo de Rua, Padre Julio Lancellotti, pároco da região do Belém.

### 3.4 Subprefeito da Mooca: Paulo Sergio Criscuolo

Paulo Sergio Criscuolo tornou-se subprefeito da Mooca em 2017, sob a gestão do então prefeito de São Paulo Bruno Covas. Antigo morador da região, ao assumir o cargo, Paulo Criscuolo disse conhecer os bairros de sua futura administração como a “palma da mão”. Em seu “currículo bairrista”, o subprefeito atuou como Conselheiro do Clube Atlético Juventus e do Parque Sabesp Mooca Fiori Gigliotti.

Durante sua gestão (2017-2019), Paulo deu atenção à questões de zeladoria características dos seis bairros que geria, como a agitada vida noturna nos bares ao redor das faculdades e seus consequentes problemas com barulho, a feira da madrugada na região do Brás e muitos problemas das pavimentações das ruas e calçadas, havendo inclusive, um abaixo assinado dos moradores locais, reivindicando que a subprefeitura interrompesse as obras que estavam cobrindo com asfalto os paralelepípedos históricos das ruas do bairro.

Sobre a população de rua, assim como nas gestões anteriores, as políticas públicas e negociações das relações entre as prefeituras também foram relevantes, visto o crescente movimento de ocupações de prédios e viadutos desocupados na região. Em entrevista ao SpJOrنال (2017), ao ser questionado sobre a “favela” que se se formava sobre o viaduto Bresser, Paulo afirma:

Temos a esclarecer que não estão sendo medidos esforços da Administração para dirimir esta questão. A Prefeitura Regional da Mooca, tem participado de reuniões com outras pastas envolvidas na questão como Secretaria Municipal de Justiça, Secretaria Municipal de Assistência Social, Cohab e Coordenadoria de Defesa Civil. Independente das ações, estamos em diálogo com os moradores em condição de rua e ressaltamos que existe um consenso comum entre os participantes dessas reuniões, no sentido de providencia a um centro temporário de acolhimento (CTA), com eventual atendimento dessas pessoas em um programa habitacional. [...] Outra questão problemática discutida foi sobre a situação do antigo prédio localizado na esquina da avenida Salim Farah Maluf com a avenida Vila Ema, onde durante muitos anos funcionou a Padaria Amália, cujo imóvel está ocupado por sem tetos desde maio do ano passado. (NOVAES, 2021)

## **CONCLUSÃO**

Esse capítulo, assim como outros, não é analítico. Tentamos torná-lo descritível, sem interferências. Ao apresentar agentes sociais, sempre preferimos apoiar-nos em material primário como entrevistas ou notícias de jornal, para que eles possam falar por eles mesmos. No limite, operamos alguns recortes, para aquilo que interessa em nossa pesquisa.

Quando estivemos em campo, acreditamos que nosso material se centraria em grupos específicos da população em situação de rua ou em movimentos sociais parceiros, como coletivos autonomistas e a as pastorais da Igreja Católica. Mas uma vez em campo percebemos que as relações sociais são mais complexas que isso, não são estanques ou endógenas. As relações que se estabelecem em um espaço social, mesmo que ele se declare antagônico, ‘de fora’, extrapolam a sua ideologia.

No cotidiano da construção e organização de comunidades do povo de rua percebemos que havia diversos agentes sociais que não estavam presentes ali, mas também não estavam nos meios de comunicação de grande impacto. Percebemos que existe uma complexa rede local, no bairro, que passam por proprietários dos negócios locais, moradores do bairro, famílias, clubes e partidos. Isso se articula institucionalmente em diversos espaços. Buscamos apresentar ao leitor agentes sociais que eram assunto constante em campo, como famílias tradicionais e subprefeitos.

## CAPÍTULO 8

### FAMÍLIA, TRADIÇÃO E PROPRIEDADE: O Patrimonialismo

#### Recauchutado nas Parcerias Público-Privadas

Descreveremos aqui as 23 principais Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que possuem convênio com a Prefeitura de São Paulo. Estão por ordem de importância, ou seja, por fatia do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Como veremos, quase a totalidade das OSCs possuem vínculos com a Igreja Católica. Ainda, muitas delas são diretamente submetidas à Arquidiocese de São Paulo.

A Arquidiocese de São Paulo conta com 6 milhões de fiéis, é a maior do Brasil e a terceira maior do mundo, depois da Cidade do México e de Guadalajara. O Brasil é o país com mais católicos no mundo, contando por volta de 125 milhões de fiéis. Seu

A Diocese de São Paulo se estabelece na cidade a partir de 1745, período marcado pelos movimentos pró independência em que um de seus bispos, Dom Mateus de Abreu Pereira, teve participação ativa e apoio do clero. No período da reforma católica da Igreja, a partir de 1824, a reforma tridentina força seu convívio e cooperação com abolicionistas e maçons. Em 1903, a então Diocese é elevada à categoria de arquidiocese. A partir da década de 1920, a teologia da restauração católica ganha força em todo país e a arquidiocese se tornava a maior do país, com mais de três milhões de fiéis. Entre 1964 e 1998, a teologia da libertação se estabelece na Igreja Católica, dando origem à diversos movimentos sociais relacionados à igreja ou criados por iniciativa de fiéis.

A Arquidiocese de São Paulo conta com a liderança do Padre José Carlos de Freitas Espíndola na Região Episcopal da Lapa, enquanto presidente da Organização Social conveniada com a Prefeitura via SMADS, sendo a própria Arquidiocese. Padre José nasceu em 1957 e foi ordenado em 1989, também foi presidente da Organização Social Associação Reciclázaro, que conduz trabalhos sociais junto com evangelização, conveniado com a Prefeitura e administrando diversos serviços.

Na Região Episcopal da Brasilândia, a liderança é exercida pelo Padre Leandro Rasera Adorno, nascido em 1985 e ordenado em 2012, também foi Presidente da Associação Aliança da Misericórdia, conveniada com a prefeitura. Leandro Adorno também consta como presidente da Organização Social com convênio com a Prefeitura via SMADS.

A Arquidiocese de São Paulo, sob administração do Cardeal Odílio Scherer, possui uma Coordenação Pastoral dos Movimentos e Novas Comunidades em que constam 102



comunidades, sendo uma delas a Missão Belém, responsável pela evangelização e recuperação de usuários de drogas. Também apoia diversas organizações de Direitos Humanos, junto com diversas Pastorais e em conjunto com diversas organizações católicas internacionais, como o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, a Associação de amigos e familiares de presos/as (AMPARAR) e seus diversos braços compõem a Frente Pelo Desencarceramento. Atuam também em diversas comunidades e favelas de São Paulo e estando presente em todas as frentes de luta, como operária, rural e indígena, articulando-se com os movimentos sociais.

Sob responsabilidade do Cardeal Odilo também está o Vicariato Episcopal para a Pastoral do Povo da Rua, criado em 1993, onde reúne as entidades da Igreja que trabalham com a população de rua (grande parte das ONGs que aqui analisamos). Seu bispo referencial é o Padre Júlio Lancellotti, nascido e criado na Mooca, na região do Belém. Outras referências submetidas ao Vicariato e seu vigário são os trabalhos do Padre Rosalvino Morán Viñayo e as associações salesianas, os trabalhos sociais dos franciscanos na região central como o Chá do Padre de responsabilidade do Serviço Franciscano de Solidariedade e o trabalho do Padre Gianpietro Carraro e da Irmã Cacilda da Silva Leste na Missão Belém, para a “recuperação” de “viciados em drogas”.

Padre Júlio Lancellotti é também responsável pela Casa de Oração e Pastoral do Povo de Rua, localizada na Luz, onde articula-se a política da Igreja Católica para população junto aos serviços municipais e seus funcionários. Além disso, também é pároco da Igreja São Miguel Arcanjo na região da Mooca, região que é bastante ativo na política do bairro. Faz parte de diversos conselhos como da BOMPAR e da PUC-SP, faz parte do Colégio De Consultores Da Arquidiocese, do Conselho Arquidiocesano de Pastoral, da Comissão De Coordenação Geral Do Sínodo Arquidiocesano De São Paulo, do Colégio De Consultores Da Arquidiocese, diretor dos abrigos infantis Casa Vida I e II, é da Pastoral do Menor e de inúmeras Comissões de Direitos Humanos.

Padre Júlio Lancellotti é também conhecido por inserir-se em espaços sociais que ainda são tabus para a Igreja Católica, que ainda não possuem suas Pastorais oficiais, como a luta LGBTQI+ (principalmente entre a população de rua), os movimentos anarquistas e antifascistas, ou os Black Blocs que se tornaram conhecidos nos protestos de Junho de 2013 – o que conferiu-lhe popularidade por um lado e insatisfação de muitos por outro (como quadros do Partido dos Trabalhadores). Possui reconhecimento e liderança em diversos movimentos sociais contemporâneos. Recentemente ainda teve participação em protestos na Favela do Moinho, após execução sumário do jovem Leandro pela Polícia Militar, ficando

responsável pelo seu funeral; na Favela do Moinho também atua e tem uma unidade a OSCs da Arquidiocese de São Paulo chamada Aliança da Misericórdia. Padre Julio Lancellotti também teve notoriedade por apoiar a ocupação da Secretaria de Direitos Humanos junto aos guaranis do Jaraguá que haviam perdido direitos de assistência em saúde; foi o Padre quem estabeleceu a mediação do conflito com a Prefeitura. Entre anarquistas e autonomistas ficou conhecido também por estar a frente de concentrações de população de rua onde diversos coletivos atuavam, como nas Comunidades 14 Bis, Cimento, São Martinho, Alcântara Machado, Cracolândia e outras.

### Orçamento Médio por Ano das 10 Maiores OSCs em Ass. Social

Nome OSC	Orçamento Médio por Ano	
<b>APOIO - Associação De Auxílio Mútuo Da Região Leste</b>	R\$	48.340.738
<b>CROPH - Coordenação Regional Das Obras De Promoção Humana</b>	R\$	30.127.001
<b>Centro Social Nossa Senhora Do Bom Parto</b>	R\$	24.509.711
<b>Instituto Social Santa Lucia</b>	R\$	23.994.879
<b>Obra Social Dom Bosco</b>	R\$	22.617.618
<b>Sociedade Amiga E Esportiva Jardim Copacabana</b>	R\$	21.709.780
<b>Fundação Para O Desenvolvimento Das Artes E Da Comunicação</b>	R\$	20.250.340
<b>Associação Comunitária De São Mateus</b>	R\$	16.979.431
<b>Social Bom Jesus</b>	R\$	14.622.934
<b>Moca Movimento De Orientação A Criança E Ao Adolescente</b>	R\$	14.395.251

### Orçamento Médio por Ano das 10 Maiores OSCs em Ass. Social e Saúde

Nome OSC	Orçamento Médio Total por Ano		Orçamento Médio Ass. por Ano		Orçamento Médio Saúde por Ano
Associação Comunitária Monte Azul	R\$	104.059.906	R\$	3.729.598	R\$ 100.330.308
APOIO - Associação De Auxílio Mútuo Da Região Leste	R\$	48.340.738	R\$	48.340.738	-
Centro Social Nossa Senhora Do Bom Parto	R\$	43.609.250	R\$	24.509.711	R\$ 19.099.539
Assoc. Comun E Benef. Pe Jose Augusto Machado Moreira	R\$	31.272.501	R\$	11.530.268	R\$ 19.742.233
CROPH - Coordenação Regional Das Obras De Promoção Humana	R\$	30.951.496	R\$	30.127.001	R\$ 824.495
Instituto Social Santa Lucia	R\$	23.994.879	R\$	23.994.879	-
Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De S Paulo	R\$	23.031.258	R\$	2.230.299	R\$ 20.800.959
Grupo De Apoio Ao Adolescente E A Criança Com C Graacc	R\$	22.966.774	R\$	7.502.176	R\$ 15.464.598
Obra Social Dom Bosco	R\$	22.617.618	R\$	22.617.618	-
Sociedade Amiga E Esportiva Jardim Copacabana	R\$	21.709.780	R\$	21.709.780	-

#### 1. APOIO (com vínculo confessional)

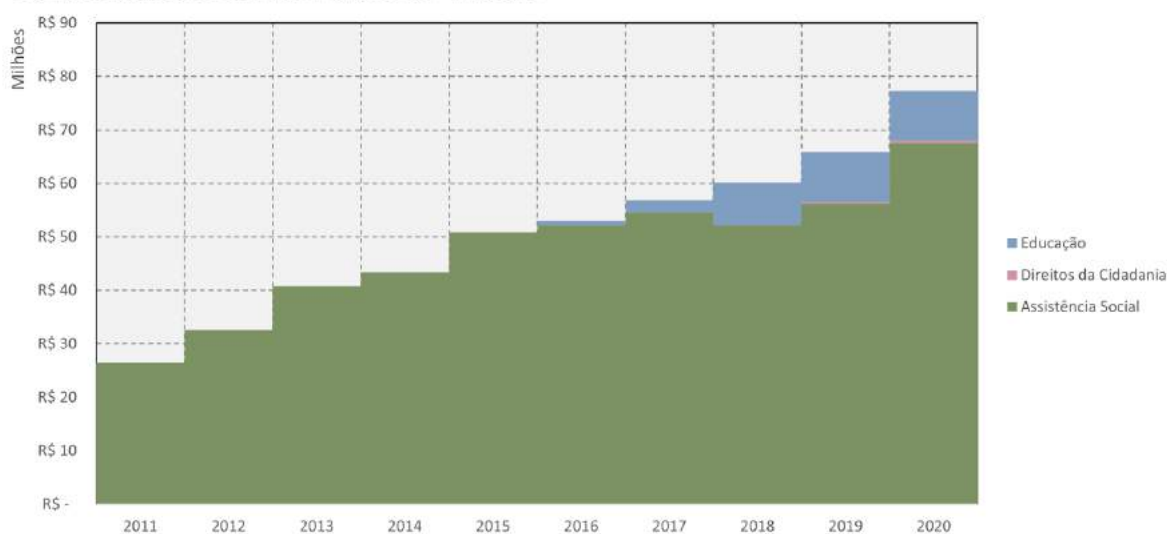
A APOIO – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste iniciou as atividades em 1992 e foi formalmente fundada em 1993, entre outras pessoas socialmente engajadas, pelo advogado Manoel Del Rio Blas Filho e Elza Maria de Oliveira, com o intuito de atuar em diversas atividades de apoio a pessoas em vulnerabilidade social. No ano de sua fundação, participou da Campanha de Combate à Fome organizada pelo sociólogo Betinho, através da qual iniciou as parcerias com programas governamentais. A partir de 1996, passou a estabelecer convênios com entidades internacionais ligadas às igrejas católica e protestante, como a CAFOD do Reino Unido, a PPM da Alemanha e a D&P do Canadá.

Atualmente, junto à PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo, a APOIO executa mais de 40 serviços conveniados à SMADS – Secretaria Municipal de Assistência ao Desenvolvimento Social, sendo eles centros de acolhidas 24 horas, CAE – Centros de Acolhidas Especiais (voltados para mulheres em situação de rua), centros para crianças e adolescentes, centros de longa permanência, institutos de longa permanência para idosos, núcleos de proteção jurídico, núcleos de convivência, repúblicas, serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e serviços especializados em abordagem social. Seu presidente até 2019 era de Gutemberg Sousa da Silva, que nesse ano passou à diretoria de outra Organização Social, a CROPH.

Em investigação ocorrida em 2019, Manoel Del Rio Blas Filho teve prisão preventiva decretada sob acusação de participação em organização de extorsão de moradores em prédios ocupados por movimentos populares na cidade de São Paulo. De acordo com as denúncias, Manoel, considerado o líder da organização, aparecia em épocas eleitorais determinando os candidatos a serem votados pelos moradores e teria ameaçado de morte testemunhas ouvidas no processo.

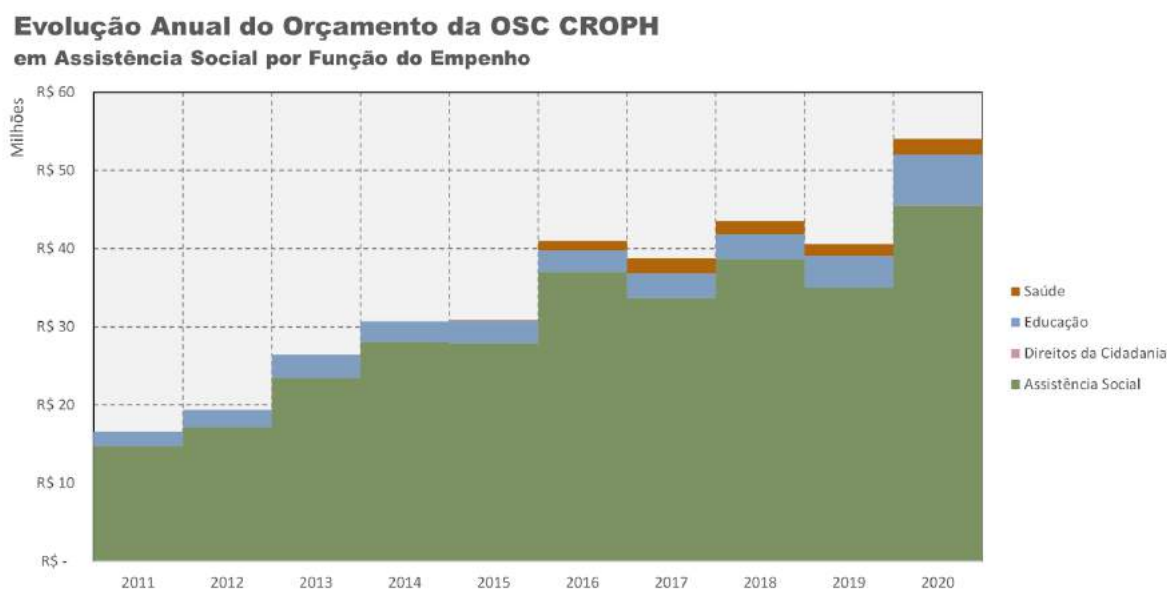
A APOIO é investigada por irregularidade no uso de verbas públicas para a compra de computadores para creches desde 2018. Em novembro de 2020 teve R\$690 mil em dinheiro vivo apreendidos em sua sede, no centro de São Paulo. Segundo a investigação, a ONG comprava computadores superfaturados (30% acima do valor de custo) de um pequeno supermercado localizado na Santa Ifigênia.

**Evolução Anual do Orçamento da OSC APOIO em Assistência Social por Função do Empenho**



## 2. CROPH (com vínculo confessional)

O CROPH – Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana – foi fundado em 1972 para coordenar as iniciativas da Arquidococese de São Paulo relacionadas à Região Norte da cidade. Mantém parcerias com instituições públicas e privadas como universidades, Polícia Militar, Cruz Vermelha e secretarias municipais. O atual diretor é Gutemberg Sousa da Silva, sócio da CROPH desde 2019 (antes diretor da APOIO), antes a diretoria era de Carlota Cardoso da Silva. A diretoria também realizou reunião com Bruno Covas quando este ainda exercia o cargo de deputado.



## 3. SAEC (com vínculo confessional)

A SAEC foi fundada por Maria Felipe, militante do Movimento contra a Carestia que, na década de 1970, ganhou amplitude nacional ao protestar contra o congelamento dos salários durante a ditadura militar. Anos mais tarde, Marie e seu esposo, Ivo, ajudam a fundar o Movimento de Moradia, que reivindicava a urbanização das favelas no Jardim Ângela. Apenas em 1989 a SAEC fez a primeira parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, originando o CCA – Centro para Crianças e Adolescentes. Uma grande ampliação ocorreu em 2009 possibilitando o aumento de convênios com a prefeitura de 3 para 29 até o final de 2017.

A SAEC – Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana -, localizada no Jardim Ângela na Zona Sul de São Paulo, é uma associação comunitária voltada para a distribuição de alimentos e materiais de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade. A sociedade conseguiu arrecadar R\$75 mil através de site de

financiamento coletivo para a doação de kits de higiene e cestas básicas por três meses para as 250 famílias atendidas no Jardim Ângela. Em 2018, a SAEC firmou parceria com a prefeitura de Taboão da Serra para o atendimento e acolhimento de 25 pessoas em situação de rua na cidade.

O presidente é Urbano Fernandes dos Reis, também filiado ao Partido dos Trabalhadores ( PT), que faz parte da sociedade desde de 2006. Em 2019 a SAEC aparece envolvida com empresa laranja utilizada para desvio de verba pública nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Urbano Fernandes dos Reis teria assinado atestado de capacidade técnica em favor da São Bento. Nas investigações, no entanto, apura-se a possibilidade de falsificação de documentação e assinaturas, uma vez que outra das instituições que teriam cedido atestado não foi localizada. Urbano nega a assinatura e afirma desconhecer a São Bento.

**Evolução Anual do Orçamento da OSC SAE Jardim Copacabana em Assistência Social por Função do Empenho**



#### 4. Ascom (com vínculo confessional)

A ASCOM – Associação Comunitária São Mateus foi fundada em 1998 na Região de São Mateus na cidade de São Paulo. O projeto, idealizado por Vilma da Silva Leite, é voltado para a assistência social de pessoas em vulnerabilidade. Em 2008 Vilma foi eleita Conselheira Tutelar por São Mateus fato que ampliou a assistência também a idosos. Enquanto presidente em 2018, Vilma da Silva Leite gerenciou diversos serviços na região Brás-Mooca-Belém que foram criados pela Igreja Católica em parceria com a Prefeitura, como o Centro de Convivência São Martinho e o CCA São Miguel Arcanjo.

Atualmente a ASCOM conta com 18 espaços sendo centros de assistência social, creches, casas de acolhimento e de capacitação profissional para pessoas em situação de rua. O presidente em atividade desde 2019 é Alexandre Leite, graduado em Gestão Pública pela Uninove. A gestão ainda conta com Sandro Berto na vice-presidência e Gilmara Candida Leite na tesouraria.

A associação é conveniada com a Prefeitura de São Paulo através da SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – para a arrecadação de verba que viabilize o desenvolvimento de suas atividades.

##### 5. BOMPAR (com vínculo confessional)

Fundado em 1946 no Tatuapé, zona leste de São Paulo, o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto – BOMPAR – surgiu com o intuito de capacitar profissionalmente mulheres em situação de pobreza. Atualmente são atendidas cerca de treze mil pessoas de todas as idades (de crianças a idosos) por dia nas 52 unidades espalhadas pela cidade. Formada inicialmente por mulheres religiosas que, a pedido do pastor Dom Luciano Mendes de Almeida, assumiram a organização do projeto de Liberdade Assistida Comunitária, a Pastoral do Menor, que mais tarde se espalharia por todo o país, e a Pastoral da Criança.

O BOMPAR conta tanto com parcerias públicas, como das Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social e de Educação da Prefeitura de São Paulo, assim como privadas, que variam de comércio a instituições de ensino. A atual presidente é a Irmã Judith Elisa Lupo, com cinquenta anos de trabalho religioso. Atendem diariamente por volta de 10.000 pessoas em 52 unidades.

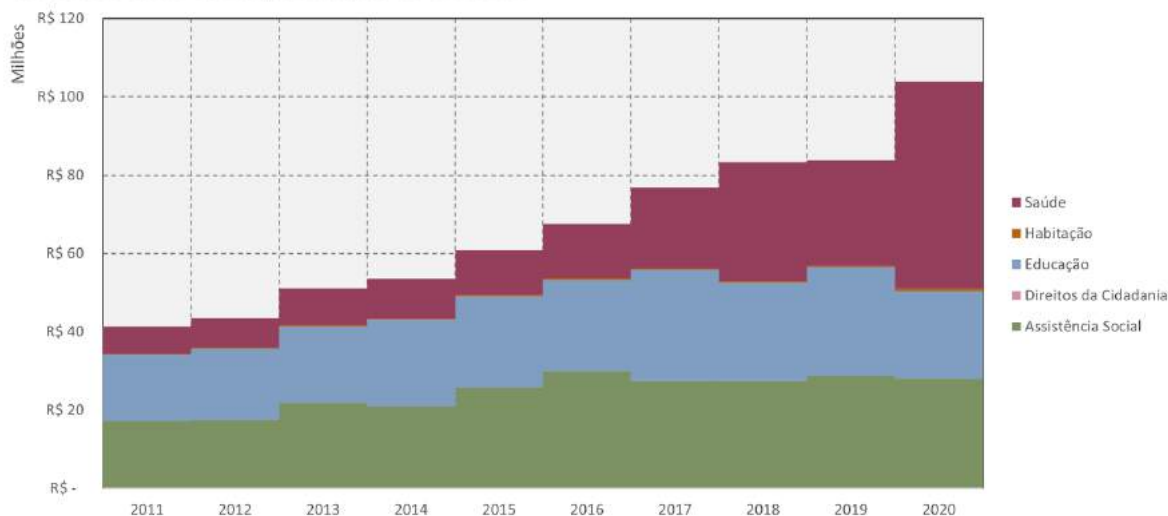
Entre as instituições coordenadas pela BOMPAR encontram-se as unidades da Casa Vida especializadas no acolhimento de crianças com problemas de saúde ou doenças raras. Conveniadas à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, fazem parte do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA. Fundadas em 1991 e 1992 por iniciativa do Padre Júlio Lancelotti, Vigário Episcopal para a Pastoral do Povo da Rua, as Casa Vida I e II atendiam apenas crianças soropositivas, abrangendo os demais tipos de doenças ao longo dos anos.

Entre 2004 e 2011, o Padre Júlio Lancelotti, que atuava como conselheiro do BOMPAR, foi acusado de corrupção ao repassar R\$150 mil a Anderson Marcos Batista, ex-interno da FEBEM. Padre Júlio denunciou à polícia o caso alegando extorsão por parte de Anderson, que o teria ameaçado de violência física e expor provas falsas de pedofilia. Segundo o advogado de Anderson, as relações sexuais aconteceram quando era interno da

FEBEM e continuaram após se tornar foragido, tendo aluguel pago pelo Padre Julio Lancelotti. O valor repassado, segundo Lancelotti, seriam decorrentes de suas próprias economias e de empréstimos de amigos.

Após o caso, a BOMPAR perdeu três empresas apoiadoras, deixando de arrecadar R\$16 mil por mês. Em função disso, Padre Júlio optou por afastar-se da instituição para que não houvesse mais perdas ou prejuízos. Quase uma década depois, não sem conflito, Julio Lancelotti é a figura midiática mais importante que trabalha junto à BOMPAR.

**Evolução Anual do Orçamento da OSC Bompar em Assistência Social por Função do Empenho**



#### 6. Instituto Santa Lúcia (com vínculo confessional)

O Instituto Social Santa Lúcia, fundado em 2000 sob o nome de Associação de Moradores do Jardim Santa Lúcia, inicialmente lutou pela urbanização e conquista de políticas públicas para os moradores da região do Jardim Santa Ângela, localizado na Zona Sul de São Paulo. A partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social, se tornou co-responsável em executar serviços e políticas públicas de Proteção Social Especial e Proteção Social Básica. Em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, atualmente são realizados entre 12 e 15 mil atendimentos mensais desenvolvidos por 550 trabalhadores sociais. O presidente do Instituto é Antônio Araújo dos Santos.

Em 2016, surgiu uma denúncia de desvio de verbas públicas para campanha eleitoral de 2012 do ex-presidente e fundador do instituto Genário Nascimento da Cruz. O então candidato à vereança do município apresentou valores de doações para sua campanha depositados em nome de funcionários da ONG, somando cerca de 30% da verba. Na declaração de gastos da mesma campanha, é citado o nome de Antonio Araujo dos Santos,

então motorista da instituição, que teria trabalhado também como motorista de Genário durante a campanha.

Além disso, outras irregularidades foram apontadas na gestão do instituto. Com arrecadação mensal, à época, de quase 2 milhões mensais, R\$42 mil, que eram supostamente destinados ao pagamento de serviços de limpeza, na verdade eram utilizados para o pagamento de equipe de segurança, de acordo com as notas fiscais apresentadas. O instituto possui também um elevado número de processos trabalhistas por não pagamento de horas extras, vale alimentação, insalubridade e demissões indevidas por justa causa. Em 2017, a Procuradoria Geral do Município investigou conflito de interesses na contratação de uma empresa de aluguel de carros que o próprio presidente da ONG era sócio. Mais, o Instituto Santa Lúcia foi chamado a comparecer em uma CPI da Câmara dos Vereadores no ano de 2013, para prestar esclarecimentos do porquê não fez o devido encaminhamento com as autoridades policiais quando esteve a par de casos de exploração sexual de menores no terminal de cargas Fernão Dias, na Zona Norte da Capital.

**Evolução Anual do Orçamento da OSC Santa Lucia em Assistência Social por Função do Empenho**



#### 7. MOCA – Movimento de Orientação à Criança e ao Adolescente e Dalma Projetos (sem vínculo confessional)

O MOCA – Movimento para Organização à Criança e Adolescente – foi fundado em 1990 e registrado três anos mais tarde. Inicialmente eram feitos orientação educativa, familiar, encaminhamento médico, entre outros, com um pequeno grupo de crianças e adolescentes. Anos mais tarde, já contando com apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, iniciou o POSE – Programa de Orientação Social e Educacional – com o intuito de apoiar



pedagógica e psicologicamente crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem. Em parceria com a SEDS – Secretaria do estado e Desenvolvimento Social – criou-se o programa Viva Leite para crianças e idosos. Também são criadas a creche comunitária, o projeto de capacitação e profissionalização de adultos, o Programa de Alfabetização para Jovens e Adultos, o Projeto Ação Jovem, que atende jovens em situação de vulnerabilidade, entre outros.

A Dalma Projetos e Serviços, localizada no bairro Jardim Helena, em São Paulo, foi aberta em 2017 sob a Razão Social Vagner Damião Alves Machado. A atividade principal consiste na prestação de serviços de promoção e organização de feiras, leilões, congressos e eventos. Demais atividades que podem ser empreendidas são treinamentos, gravação de carimbos, fotocópias, serviços de encadernação e plastificação, fabricação de brinquedos e jogos recreativos, entre outras atividades não especificadas.

**Evolução Anual do Orçamento da OSC MOCA  
em Assistência Social por Função do Empenho**



#### 8. ANSG – Associação Nossa Senhora das Graças (com vínculo confessional)

A ANSG – Associação Nossa Senhora das Graças – fundada em 1997 um grupo de católicos, que originalmente tinha o intuito de divulgação de uma Medalha Milagrosa, foi ampliada tornando-se um grupo de apoio à evangelização no Brasil. Em parceria com as Paróquias (‘mais de 700’), a associação trabalhou com a catequização infantil através do fornecimento de material didático. No entanto, somente em 2017 a ANSG passou realizar trabalho social através da campanha Ajuda aos Necessitados, em que mais de três toneladas de alimentos foram doadas para instituições de caridade.

Ainda em 2017, sob a presidência de Thiago Santos Marques e procuração de Robson Santos Marques, foi criado o projeto Centro de Acolhidas às Pessoas em Situação de Rua (CTA) contanto com 338 vagas diárias para a região de Aricanduva, na cidade de São Paulo. O objetivo do projeto é o acolhimento e proteção às pessoas em situação de rua além do auxílio na reinserção social e acesso a Rede de Serviços e demais políticas públicas.

O projeto também trabalha a reinserção de pessoas em situação de rua no mercado de trabalho através de sua capacitação e orientação. Os trabalhadores são encaminhados para vagas abertas por empresas parceiras da SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

O Presidente Tiago Santos Marques também possui outro negócio próprio na construção civil. Chama-se Art Projetos Construções e Serviços Ltda, foi fundada em 17 de fevereiro de 2009 em Salvador, BA. Com um capital social de 3,5 milhões de reais, é de propriedade de Tiago Santos Marques e Rafaela Muniz Machado Marques. A empresa presta serviços de construção em alvenaria, administração de obras, de engenharia e arquitetura, construção de barragens e represas, demolição de edifícios, incorporação de empreendimentos imobiliários, terraplanagem, obras de urbanização, perfurações e sondagem, serviços de cartografia, topografia e geodésia.

#### *9. Associação Padre Moreira (com vínculo confessional)*

Fundada em 1985 após o assassinato de um jovem no Jardim Vera Cruz pela polícia, a Associação Comunitária e Beneficente Pe. José Augusto Machado Moreira atendia crianças e as famílias da região, especialmente as gestantes. No início da década de 1990 passou a ser conveniada da Prefeitura de São Paulo para o atendimento de 90 crianças e adolescentes. A partir de 1994, passa a trabalhar com adolescentes envolvidos com tráfico e consumo de drogas ilícitas e, em 1998, é conveniada à FEBEM-SP para atendimento de jovens que cumpriam medidas socioeducativas de Liberdade Assistida.

Nos anos seguintes assume projetos de creches em outras regiões em parceria com a SAS/PMSP – Secretaria de Assistência Social/Prefeitura Municipal de São Paulo e de atendimento a mulheres vítimas de violência física ou psicológica. A associação passou a trabalhar também com famílias, através do Centro de Referência Ação Família São Rafael, idosos, pelo Núcleo de Convivência para Idoso Verbo Divino, e dependentes químicos, com a implantação do Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas Itaquera.

A atual gestão conta com Francisco Marsulo Neto como presidente, Maria Geralda Rocha como vice-presidente e Gersino Rodrigues Froes como tesoureiro.

#### *10. Obra Social Dom Bosco (com vínculo confessional)*

A Obra Social Dom Bosco está localizada em Itaquera na cidade de São Paulo e tem como objetivos envolver a sociedade e a organização religiosa Salesiana, da qual faz parte, em ações educativas e pastorais. Também busca desenvolver lideranças políticas e sociais além de trabalhar com a evangelização de famílias. São oferecidos cursos e oficinas para todas as idades, de crianças a idosos de baixa renda, assim como crianças e adolescentes que necessitem proteção especial e jovens em liberdade assistida, através dos serviços CEDESP.

O método educativo aplicado é a Pedagogia Social, especialmente inspirado na obra de Paulo Freire, juntamente com a proposta pedagógica de Dom Bosco, fundador da Rede Salesiana, conhecida como Sistema Preventivo. Neste modelo, busca-se a prevenção de crimes através da educação como uma oportunidade que se antecipa na vida de crianças e jovens.

O fundador da Obra Social Dom Bosco é o padre Rosalvino Moran Viñayo, que atua como diretor e tesoureiro da instituição. Na comemoração seu 71º aniversário, em 2012, padre Rosalvino recebeu a visita do então subprefeito de Itaquera, Paulo Máximo, o delegado titular da 7ª Seccional de Itaquera, Doutor José Aparecido Sanches Severo e o gerente administrativo da Odebrecht na obra do estádio do Corinthians, Domingos Sávio de Araújo, assim como o subprefeito de Itaquera Paulo Máximo e Gabriel Chalita. No mesmo ano concorreu ao Prêmio Cidadão Sustentável, criado através de parceria entre o site Catraca Livre e a Rede Nossa Senhora São Paulo, na categoria Inclusão Social. Em 2020 também se encontrou com os secretários da prefeitura de São Paulo João Cury, do Executivo e Juan Quirós, de Inovação e Tecnologia. Em 2018, Arcângelo Longo foi presidente da Organização Social, sendo substituído novamente pelo padre Rosalvino Moran Viñayo. Arcângelo Longo, assim como Rosalvino, também foi Presidente de diversos outros serviços católicos conveniados com a Prefeitura. Rosalvino é também presidente da Escola de Samba Dom Bosco, de Itaquera.

### **Evolução Anual do Orçamento da OSC Dom Bosco em Assistência Social por Função do Empenho**



#### **11. Social Bom Jesus (com vínculo confessional)**

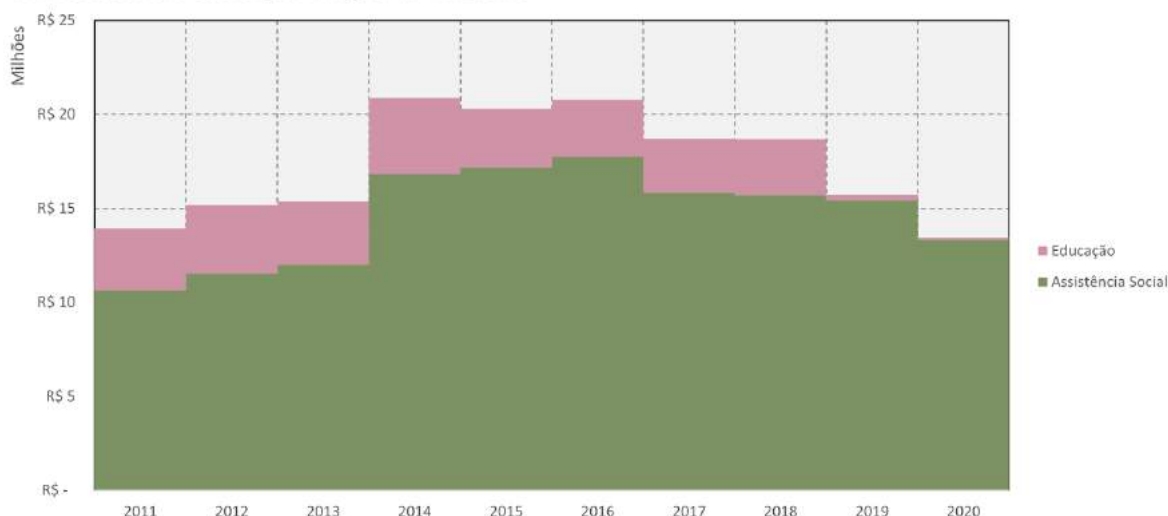
A ONG Social Bom Jesus – SBJ – foi fundada em 1981 por Maria Matilde Coelho de Almeida através de trabalho realizado junto à Paróquia Bom Jesus de Piraporinha. A SBJ se baseia nos fundamentos da Teologia da Libertação surgiu o Serviço Social Bom Jesus, coordenado pelo Padre Darci Bortolini.

Desde sua fundação atua com ações socioeducativas em seus 22 núcleos distribuídos em diversas comunidades da cidade de São Paulo. São mais de 5 mil atendimentos diários a pessoas de todas as idades financiados por parcerias públicas e privadas que variam de esporte, lazer, cultura e profissionalizantes.

Em 2007 a SBJ recebeu homenagem a pedido do então deputado José Augusto (PSDB). A mesa foi composta pelos, à época, presidente Zacarias Camelo, pela presidente interina Antonia Camelo Sampaio e pelo tesoureiro da instituição, Paulo Afonso da Silva Lara.

Assim como no Serviços Assistenciais Senhor Bom Jesus dos Passos, a presidência eleita para o biênio de dezembro de 2018 a dezembro 2020 é composta por Paulo Afonso da Silva Lana, presidente, Leonardo Valério Cicone – vice-presidente e Maria Matildes Coelho de Almeida, tesoureira. Antes teve como presidente Sebastião Justino de Almeida.

### **Evolução Anual do Orçamento da OSC Social Bom Jesus em Assistência Social por Função do Empenho**



#### **12. COR (com vínculo confessional)**

Fundado em 1971 por Nair Salgado e um grupo de amigos católicos, o COR – Centro de Orientação à Família -, é uma organização social sem fins lucrativos que busca oferecer dignidade aos membros das famílias atendidas. A presidência é de Maria Regina Leandro de Souza e a vice-presidência de Fabianne da Silva Telles Nunes.

A organização conta com parcerias com a PMSP e o Governo do Estado de São Paulo, além do apoio de grupos privados.

#### **13. Serviços Assistenciais Senhor Bom Jesus dos Passos (com vínculo confessional)**

A SASBJP – Serviços Assistenciais Senhor Bom Jesus dos Passos -, também conhecida como Casa João Moura, foi fundada em 1986 por um grupo de voluntários que faziam trabalho social no bairro de Pinheiros em São Paulo. Anos mais tarde o trabalho foi estendido para a população em vulnerabilidade social e em situação de rua, em parceria com a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social e passou a ocupar um imóvel cedido pela Arquidiocese de São Paulo.

Ao longo dos anos a instituição estabeleceu parcerias e recebeu verbas tanto de instituições públicas quanto privadas, incluindo o São Paulo Futebol Club. Muitas parcerias com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS da Prefeitura Municipal de São Paulo voltaram-se para o atendimento de idosos e jovens com deficiência. Também assumiu alguns SAICAs – Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes – a partir de 2017.

A presidência eleita para o biênio de dezembro de 2018 a dezembro 2020 é composta por Paulo Afonso da Silva Lana, presidente, Leonardo Valério Cicone – vice-presidente e Maria Matildes Coelho de Almeida, tesoureira. Já compôs também a presidência Marise Cristina Vieira Dos Santos, sócia desde 2017.

#### *14. ABECAL (com vínculo confessional)*

A ABECAL – Associação Beneficente Caminho da Luz – é uma ONG localizada no Bairro do Jabaquara em São Paulo, criada em 2002 pelo economista mineiro Roberto Souza de Oliveira e mais cinco voluntários. Com foco na capacitação de pessoas alocadas fora do mercado de trabalho formal, a ONG, inicialmente pensada como curso de capacitação de informática, foi ampliada de acordo com as necessidades, chegando a abrir albergues para abrigar alunos em condição de rua. Roberto, que é presidente da associação, se mudou para São Paulo com a família aos dezoito anos. Ainda na década de 1990, junto com um grupo de amigos do ramo de informática inspirados em Betinho, ativista social de São Paulo, começou a desenvolver pequenas atividades sociais e ministrando cursos ocasionais que culminaram na formação da ONG anos mais tarde.

São oferecidos cursos de informática, corte e costura, alfabetização e inglês entre outros, voltados para a população em vulnerabilidade social. Também existem cursos destinados à terceira idade, pessoas com deficiência auditiva, além de ter todos os espaços adaptados para o acesso de cadeirantes. Em parceria com a prefeitura de São Paulo, a ABECAL desenvolveu um projeto de reciclagem de papel e móveis descartados e em 2017, em parceria com a subprefeitura de Santo Amaro, instalou um novo albergue na região.

#### *15. CRDC – Centro de Referência e Desenvolvimento Comunitário Correia (sem vínculo confessional)*

O Centro de Referência e Desenvolvimento Comunitário Correia foi fundada em 2000 por um grupo de famílias com filhos portadores de necessidades especiais para oferecer atendimento a crianças com diversos tipos de deficiência. O CDRC só foi registrado em 2005 a fim de pleitear apoio junto à Prefeitura. Atualmente, cerca de mil e trezentas pessoas são atendidas diariamente em seus onze projetos distribuídos na cidade de São Paulo.

#### *16. UNAS (sem vínculo confessional)*

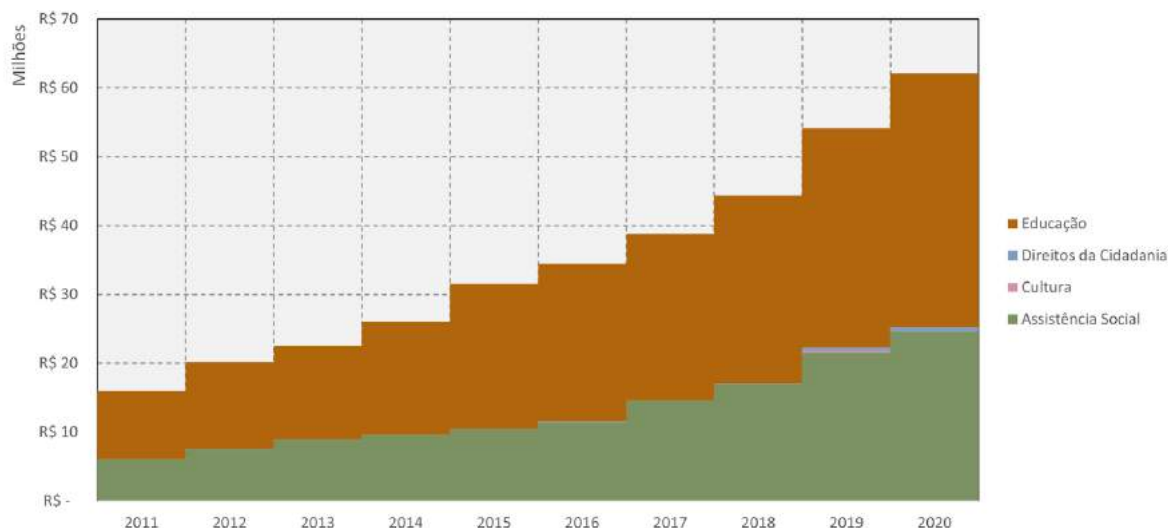
A UNAS – União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região surgiu em 1978 quando moradores da favela de Heliópolis se organizaram para lutar por moradia e posse de terra, liderados por Antonia Cleide Alves, atual presidente da instituição. Em 1971 a favela de Vila Prudente foi desocupada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que destinou aos moradores um alojamento temporário o qual se tornou a maior favela da cidade, com 200 mil habitantes. A comunidade passou por diversas tentativas de reintegração de posse, o que fortaleceu e estruturou a UNAS.

Atualmente a UNAS coordena 52 projetos sociais que impactam diretamente 10 mil famílias todos os meses e conta com parcerias feitas com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

#### *17. Cáritas Diocesana de Campo Limpo (com vínculo confessional)*

A Cáritas Diocesana de Campo Limpo é uma entidade de assistência e promoção social fundada em 1990 e vinculada à Diocese de Campo Limpo. O atual presidente é Nelson Crisóstomo de Souza. Também já foram presidentes Reinal Sussumu Akagui e Marcelo Francisco Leite, quem também foi presidente de outras Organizações Sociais. Em seu site oficial trata exclusivamente de assuntos da Igreja Católica, de evangelização e caridade. Em 2018, a própria Paróquia Santo Antonio administrou um serviço CCA para crianças e adolescentes, com convênio junto à Cáritas Diocesana e seu presidente. É importante lembrar que em todos os estatutos da Cáritas, municipal, estadual ou nacional, sempre está previsto que parte de seu orçamento será dedicado a pagar aposentadoria de padres e bispos, como reforma de seus edifícios e templos.

**Evolução Anual do Orçamento da OSC Caritas  
em Assistência Social por Função do Empenho**



**18. SERMIG (com vínculo confessional)**

A SERMIG – Serviço Missionário Jovens – foi fundada por Ernesto Olivero e Maria Cerrato, sua esposa, em Turim, na Itália, em 1964. Mais tarde, dentro da SERMIG, surgiu a Fraternidade Esperança voltada à evangelização de pessoas dispostas a trabalhar com a população em situação de vulnerabilidade.

Implantada no Brasil em 1996 por Gianfranco Mellino, a Fraternidade Esperança está localizada na antiga Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, e atende diariamente 1200 homens em situação de rua, dependentes químicos ou com problemas familiares. O prédio histórico foi cedido pelo Governo do estado de São Paulo para uso da instituição. Ao lado do chamado Arsenal da Esperança (sede da Fraternidade Esperança), está localizada uma Paróquia liderada pelos padres Lorenzo e Simone.

**19. Instituto Fomentando Redes e Empreendedorismo Social (sem vínculo confessional)**

O Inforedes – Instituto Fomentando Redes e Empreendedorismo Social – está localizado na Rua Giovanni Gronchi, Vila Andrade, na cidade de São Paulo. Fundado em 2008, o intuito do projeto é a captação de parcerias, patrocínios e apoios voltados à sustentabilidade para o Terceiro Setor. Buscam contribuir para o desenvolvimento do empreendedorismo humano, cultural e social e diminuição da exclusão social.

O instituto, que mantém parcerias com os setores público (Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal de São Paulo) e privado, tem como presidente João Carlos Ferreira da Silva e vice-presidente, Cirineu Hohne.



## *20. ACMZ (com vínculo confessional)*

A ACMZ – Associação Cristã Mãe Zazá -, através do Centro de Educação Infantil (CEI Mãe Zazá), busca a integração de crianças, jovens e adultos da região da Cidade Ipava, em São Paulo – SP, de forma educacional e social.

Em agosto de 2020, a ACMZ, através de sua presidente Regina Conceição da Paixão Gomes, firmou acordo de colaboração com a Secretaria de Justiça e Cidadania de São Paulo, através de seu secretário Paulo Dimas Mascaretti. Segundo o termo, a associação se tornou responsável pela execução e gestão do Programa Proteção à Criança e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

## *21. CCJA – Centro Comunitário Jardim Autódromo (com vínculo confessional)*

O trabalho iniciado em 1979 pela Irmã Agostinha (Anna Maria Del Balzo, italiana) tinha como intuito promover a conscientização da comunidade do Jardim Autódromo, em Interlagos, através da organização de grupos e lideranças locais que reivindicassem junto a Irmã Agostinha direitos básicos como água, luz e esgoto, pressionando a Prefeitura e o Governo do Estado. Hoje possui diversos convênios com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, foram abertas uma creche e um Centro de Juventude, 8 CEIs, 4 CCAs, 1 CEDESP, 1 SAICA entre outros.

Atualmente existem 17 filiais, incluindo um Centro Comunitário, dois Centros de Juventude e espaços para aulas de alfabetização e informática. A atual presidente é Nair Bortoletti, sócia do Centro desde 2015.

## *22. Nosso Lar (sem vínculo confessional)*

Fundada em 1991, a Instituição Centro de Assistência e Promoção Social Nosso Lar a fim de atender necessidades básicas da em comunidades de baixa renda. Através de convênios com órgão públicos e parcerias com o setor privado, atende família em situação de vulnerabilidade, mulheres com filhos que trabalhem em subempregos, jovens da rede pública em busca de colocação no mercado de trabalho, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, idosos em situação de abandono ou vítima de maus tratos.

## *23. Cáritas Diocesana de Campo Limpo (com vínculo confessional)*

Após um terremoto ocorrido no Japão em 1948, indentificou-se a necessidade de criação de um órgão capaz de distribuir, internacionalmente, recursos para populações

vítimas de catástrofes. Desta forma, a Santa Sé criou, em 1950, o Caritas Internacional que, nos anos seguintes, passou a atuar também no auxílio a pessoas carentes em diversos países, que chegou ao Brasil em 1956.

Trazida ao país graças aos esforços de Dom Helder Câmara, à época Secretário-Geral da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -, à qual a Cáritas faz parte. Consiste em uma organização não governamental da Igreja Católica que atua no desenvolvimento dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável através de políticas públicas (com uma mística ecumênica – não consegui reescrever isso mas acho que possa ser importante).

Em São Paulo, faz parte da Arquidiocese de São Paulo sob o nome de Caritas Arquidiocesana de São Paulo – CASP. Sua missão consiste em auxiliar a Igreja Arquidiocesana de São Paulo a promover a caridade e criar junto a sociedade ações transformadoras. Como visão tem comprometimento de construção do Bem Comum também em parceria com a Igreja Arquidiocesana de São Paulo. Consta como seus valores a Fé e Moral Cristã, Caridade, Fraternidade, Solicitude Social, Diálogo e Testemunho.

Em seu estatuto, além das finalidades de assistência social, consta no artigo 6, item J, que a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo deve “representar um espaço de fortalecimento da fé, da cultura, da vida e da cidadania, fulcrada nos preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana”. Além disso ela “deve fomentar procedimentos de assistência e seguridade ligados à saúde e à vida e à previdência privada para seus associados admitidos e efetivos, para os presbíteros da Arquidiocese de São Paulo e eventualmente para terceiros”, além dos bens patrimoniais pertencentes à Arquidiocese de São Paulo como as Paróquias. Associados efetivos são todos os Párocos e Administradores Paroquiais, além do Arcebispo Metropolitano e todos os Bispos Auxiliares, dentro do regulamento da Cáritas Brasileira e da Lei Civil vigente.

A Cáritas Diocesana de Campo Limpo é uma entidade de assistência e promoção social fundada em 1990 e vinculada à Diocese de Campo Limpo. O atual presidente é Nelson Crisóstomo de Souza. Também já foram presidentes Reinal Sussumu Akagui e Marcelo Francisco Leite. Em seu site oficial trata exclusivamente de assuntos da Igreja Católica e de evangelização.

#### *24. Reciclázaro ((com vínculo confessional)*

A Reciclázaro é uma instituição que busca a reinserção de pessoas em vulnerabilidade na sociedade através de ações socioambientais que permitam acesso à direitos básicos preservando também o meio ambiente.

O nome da organização é a junção dos verbos “reciclar”, que representa sua preocupação ambiental, juntamente com o nome do personagem bíblico Lázaro. Desta forma, a Reciclázaro cria programas de passagem – não de permanência – para que a pessoa atendida passe para um outro estágio, o de autonomia. Para isso, o foco do trabalho é voltado para o desenvolvimento das capacidades que permitam sua participação na sociedade como, por exemplo, inclusão no mercado de trabalho, acesso à previdência social, apoio na reaproximação com a família.

#### *25. Associação Aliança da Misericórdia (com vínculo confessional)*

Com mais de 60 unidades no Brasil, a Aliança de Misericórdia é uma organização filantrópica que busca o atendimento de pessoas em exclusão social. São desenvolvidos trabalhos sociais com pessoas em situação de rua, populações periféricas, jovens e crianças em situação de risco social através de creches, centros para jovens, abrigos e casas de acolhida.

O trabalho com comunidades iniciou com as Casas Belém, em que missionários são inseridos em comunidades locais para doutrinação através do cuidado, acolhida e escuta. A organização dedica atenção especial à comunidade Moinho, localizada no centro de São Paulo, contando com uma paróquia no interior da comunidade e também participando das ações contra a reintegração do espaço pelo poder público. São promovidas diversas atividades para as crianças, desde festas e passeios associados à catequização.

#### *26. SEFRAS e Chá do Padre (com vínculo confessional)*

O SEFRAS – Serviço Franciscano de Solidariedade – surgiu da iniciativa dos franciscanos em organizar suas ações de caridade com políticas públicas. Trata-se de convênios com a Prefeitura em nome de seu Presidente José Francisco de Cássia dos Santos, prestando atendimento para a população em situação de rua no Centro de São Paulo e também serviços para Imigrantes.

O Sefras Pop Rua existe há mais de duas décadas na capital e consiste em um centro de acolhida para a população em situação de rua. Todas as tardes é servido chá e pão que deu origem ao seu nome popular: “Chá do Padre”. Além disso, são oferecidos atendimento jurídico e social em parceria com a Defensoria Pública da União, atividades sócio educativas e incentivo à participação da construção de políticas públicas.

Em 2016, o Sefras inaugurou o serviço para idosos na Zona Leste. A construção custou R\$500 mil e recebeu 80% do valor total da Fundação Salvador Arena, cuja curadora conselheira é Maria Luzia de Almeida.

Durante a pandemia de COVID-19, em 2020, a organização criou a campanha emergencial “Vida para Todos” através da qual, até julho, havia entre 500 mil refeições. A ação se expandiu também para o Rio de Janeiro e conta com 500 voluntários.

### *27. Missão Belém (com vínculo confessional)*

Movimento religioso criado em 2005, a Missão Belém faz parte da Arquidiocese de São Paulo. Com intuito de difusão da fé católica através da preservação da família, o movimento é composto por missionários, grupos de pessoas evangelizadoras e pessoas com “moral cristã”.

O movimento promove a acolhida de pessoas em situação de rua em casas de voluntários. Em 2017, a Missão Belém em parceria com a Ordem Terceira do Carmo, cedeu o Edifício Nazaré, na Parça da Sé, para a criação de um centro de acolhida. A organização não contou com verbas públicas e realizou a obra de reforma através de doações.

Ainda em 2017, 14 pessoas que moravam em uma casa de acolhida da Missão Belem localizada no interior paulistas, morreram em único mês apresentando sintomas de desnutrição, desidratação e intoxicação. 19 outros moradores foram internados no mesmo período com os mesmos sintomas mas sobreviveram.

## **CONCLUSÃO**

Segundo um levantamento da The Economist em 2014, a Igreja Católica possui apenas nos EUA – um país protestante – um orçamento de 170 bilhões de dólares que circula anualmente, sendo considerada a maior organização isenta de impostos do mundo. Apenas líquido, acredita-se que a Igreja Católica – portanto o Papa, seu príncipe – tenha 15 bilhões de dólares. Além disso, ela possui por volta de 178 milhões de acres de terra ao redor do mundo. Somente em São Paulo e somente pelo Fundo Municipal de Assistência Social, a Igreja Católica opera quase um bilhão de reais anualmente através das empresas criadas pela Arquidiocese de São Paulo conveniadas com a Prefeitura. Além de muito rica e isenta de impostos, a Igreja Católica no Brasil sequer paga os seus custos cotidianos, mas é todo o cidadão brasileiro através de seus impostos que paga todos os salários, direitos e aposentadoria de seus bispos e funcionários, além da manutenção de suas propriedades. E

isso não é sequer por baixo do pano, está no estatuto das empresas criadas pela Igreja Católica conveniadas com o poder público, como nos das Cáritas.

Se ainda somamos os negócios misteriosos do Banco do Vaticano, além das inúmeras empresas católicas, muitas delas no setor imobiliário, sequer sabemos a cifra. Se você quiser saber quais são as empresas coletoras de impostos da Igreja Católica você não irá descobrir já que, desde o Concílio Vaticano II, ela passa para laranjas (o laicato) que são coordenados pelos Vicariatos e submetido à Arquidiocese regional. Se você quiser quanto recebe de doação ou quanto é o salário do clero você não vai conseguir já que, diferente dos EUA, o clero não é obrigado a tornar público seu rendimento e você terá que investigar (e acreditar) na declaração da cômputo de cada paróquia. Se você quiser saber os imóveis urbanos da Igreja Católica não conseguirá, já que você terá que investigar para cada pessoa jurídica de uma hierarquia transversal como é para cada Ordem, assim como não saberá todos os empreendimentos imobiliários através de bancos e empresas de corretagem camufladas, como é o caso do Banco do Vaticano. O INCRA há duas décadas declarou que existem pelo menos 331 mil hectares de terras da Igreja Católica no Brasil, mas esse número provavelmente é subnotificado. Mas a Igreja Católica não precisa sequer da propriedade, já que ela se beneficia de um sistema administrativo lusitano que é servil e feudal, como o das comarcas. Boa sorte tentando descobrir as diversas cartas de aforamento, as enfiteuses e laudêmio, com recolhimento de imposto próprio, em que a Igreja Católica detém cidades inteiras no Oeste Paulista, como em Maracá e os arredores messiânicos de Assis. A Igreja Católica nada produz, somente arrecada: tão semelhante é o esquerdismo infantil no Brasil que fazem da miséria uma plataforma que não desejam abolir.

As Igrejas Evangélicas, por princípio com sua autonomia frente a uma autoridade central, precisam do dízimo para acumular e distribuir em sua comunidade. Assim, ela pode 'salvar' alguém que está 'perdido', investindo em uma vendinha de frutas na 'quebrada', por exemplo, desde que ele cumpra as mudanças em sua vida e se adeque à uma lógica um tanto conservadora e disciplinar de um determinado tipo de sociedade do trabalho. Essa pessoa, uma vez 'tocada pela graça de Deus', com o sucesso nos negócios e, conseqüentemente na vida pessoal, não terá nenhum problema em contribuir com o dízimo para a sua Igreja realocar em novos indivíduos da comunidade (ou mesmo fazer seus investimentos privados). Mas se essa pessoa acabar voltando aos seus 'vícios' tudo será retirado dela e ela estará mais alienada que antes – alguns podem até tirar a própria vida, imediatamente ou com doses diárias de autodestruição. Isso gira toda uma economia própria e independente que pode

mesmo eleger Presidentes, por mais que pessoas de fora possam provar para ela por A+B que isso não respeita o bem comum – mas sem dúvida beneficia a sua comunidade.

A Igreja Católica não precisa do dízimo. Ela já possui seus próprios negócios milenares, hoje acumulados no Banco do Vaticano. A Igreja Católica acumulou bastante nas ações que possuía dos grandes empreendimentos coloniais, em uma parceria um tanto tensa do velho Clero com a Alta Nobreza dos novos Estados Modernos, quando expropriaram grande parte dos capitalistas sem Pátria (como judeus Sefaraditas).

Ela pôde também, expandir a sua quantidade de terras, propriedades e funções públicas, como a educação, com os empreendimentos renovados da Companhia de Jesus e as missões jesuíticas. Vá em um escritório da Companhia de Jesus e você encontrará propriedades com toda a pompa barroca, circulando entre seus corredores homens de papete professando o 'amor de Cristo' para todos que não conheceram seu carisma e entraram em contato com o Espírito Santo, não desenvolveram a sua Fé e precisam receber a mensagem para ter a oportunidade da Salvação.

No mundo latino, principalmente no Novo Mundo, a Igreja Católica possui grandes negócios. Alguns misteriosos, já que não há muita transparência sobre o Banco do Vaticano, mas já se sabe das relações com os negócios da *Camorra* e *Cosa Nostra*, mais conhecidas como 'máfia italiana', mesmo os tráficos de influência com compra de políticos e juízes pelo mundo todo.

Os negócios sabidos, porém, são os grandes conglomerados imobiliários que dominam a Itália com o Vaticano, mas também na Espanha de herança franquista ou na Portugal de Salazar, nos bairros tradicionais de São Paulo junto às comunidades de imigração europeia, na antiga capital Salvador ou no imperial Rio de Janeiro. Mas sem dúvida não tem essa força na França, já que a Revolução Francesa e as revoluções republicanas, por vezes positivistas, expropriaram a Igreja para a constituição de seu Estado Laico (ou seja, cristão não-praticante, acima de tudo europeu).

No mundo ocidental, salvo as exceções republicanas ou reformadas, a Igreja Católica ainda comanda também diversas escolas que você sem dúvida conhece alguém que estudou, teve uma formação regular e disciplinada, a custos razoáveis, para aqueles da sua comunidade, em geral branca, por vezes no interior. Também entre aquelas famílias relativamente estruturadas mesmo que humildes, não acometidas pelo rompimento de laços da escravidão e que passaram por alguma tragédia, gerando um órfão que ficou sob o cuidado do Clero nos internatos. A educação já foi exclusividade da Igreja, assim como diversos

outros serviços públicos como a saúde, até se tornarem responsabilidade do Estado e, depois, das empresas.

Mas hoje, além de todos esses empreendimentos que já foram exclusivos e ela passou a ser apenas mais uma (grande) competidora, a Igreja Católica ainda é a maior beneficiada das contribuições fiscais em algumas parcelas da vida pública.

A Igreja Católica não precisa do dízimo, como às vezes não depende sequer apenas das contribuições privadas (como em hospitais como Santa Marcelina, Santas Casas, PUCs ao redor do mundo). Na verdade, através da Pastoral da Saúde, ela possui ação pastoral na maioria dos hospitais, principalmente com as pequenas capelas que ocupam esses espaços.

Uma vez que a Igreja Católica foi obrigada a ser Pessoa Jurídica em um Estado Regulacional<sup>43</sup> de parcerias público-privadas, ela passou a ser uma das competidoras por essas licitações e recursos públicos, já começando com uma vantagem milenar do tamanho de seu monopólio frente a seus competidores que acabaram de ingressar nesse mercado. Um Corleone quando constitui um Império e senta para negociar com o Vaticano, descobre que existe uma outra Fraternidade que possui muito mais malícia que ele.

Pode ser, então, para a saúde e para a educação. Mas também é o caso da assistência social, área que a Igreja Católica agarra com dentes acreditando ser a sua missão messiânica.

Em São Paulo, por exemplo, a verba de assistência social que vai para as Organizações da Sociedade Civil via Fundo Municipal de Assistência Social corresponde quase um bilhão anual – e isso estamos falando só da Prefeitura e de uma Capital.

Quase a totalidade dessas 400 OSCs são relacionadas de alguma forma com a Igreja Católica. Pelo menos 20 delas têm como presidentes autodeclarados Padres – mas como declarar isso não é necessário, na verdade é muito mais do que isso, são quase todas.

Das 25 principais OSCs, pelo menos 20 têm vínculos direto com a Igreja Católica.

Dessas principais, que dominam muito mais da metade do orçamento total, muitas são a própria Igreja Católica. São associações de pessoa jurídica submetidas diretamente à Arquidiocese de São Paulo. Em seus estatutos constam o compromisso com a evangelização, mas também o compromisso em utilizar esses recursos de assistência social para pagar tanto todos os custos administrativos e empregatícios, mas também de seguridade de saúde, vida e aposentadoria de seus quadros efetivos. Por quadros efetivos entende-se o arcebispo de São

---

<sup>43</sup> John Braithwaite (2005) nos informa que neoliberalismo é uma ideologia e não uma realidade. O sistema vigente é, na verdade, um capitalismo regulacional, já que funciona através da terceirização junto às agências reguladoras. A realidade é organizada por esse sistema que é condenado tanto pelos expoentes da Escola de Chicago, que advogam pelo mínimo possível de regulação, como por desenvolvimentistas que advogam pela nacionalização; acabam, no entanto, 'um a jogar no colo do outro'. Para mais, acessar: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=875789](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=875789)>

Paulo (mas que poderia ser qualquer Capital) e todos os bispos e padres, assim como todo o trabalho vivo das Pastorais e Paróquias. Quanto ao exército de leigos voluntários que o Concílio Vaticano II abriu a possibilidade, a eles não resta nada além da boa vontade em espalhar o amor de Cristo àqueles que sofrem, compartilhando um pão para quem não tem sequer saneamento básico.

Parece que a Igreja Católica soube aproveitar bem as oportunidades políticas da redemocratização abertas por seus apaixonados padres 'revolucionários' (pois entendem Revolução como Justiça, como algo moral – assim como muitos movimentos sociais no mundo latino).

Cento e trinta anos desde a encíclica *Rerum Novarum* de meu parente próximo Papa Leão XIII<sup>44</sup>, um bocado corporativismo democrata-cristão e humanismo integral, um tanto de Ação Católica mundo afora, pela direita ou pela esquerda, clamando por justiça social com liberdade, a Igreja Católica conseguiu um respiro ao inserir-se socialmente com táticas de invejar ao mais fiel trotskista, para por fim assentar-se com tranquilidade desde que superou o regime populista polonês ou o próprio *Cominterm*<sup>45</sup>.

A Teologia da Libertação, tão rebelde, foi vitoriosa para a Igreja Católica que agora pôde se institucionalizar para reproduzir tudo como sempre foi, mas sob vestes novas. Toda a política de assistência social, assim como todas as questões sociais do País, devem então ser discutidas nos fóruns da Igrejas Católica, como na Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), nas Arquidioceses, nos Vicariatos e nas Pastorais. Ali se encontram todas as empresas que na verdade são uma só. Mas já que a Teologia da Libertação teve essa brilhante ideia de aproximar o Reino de Deus da vida mundana, ou seja, fazer política pela religião, haverá um exército de leigos, muitos que nem se dão conta e até se denominam anarquistas, trabalhando ainda de graça, colocando-se em risco, para algo que é acima de tudo o dinheiro público captado para Igreja Católica administrar um enorme rebanho de

---

<sup>44</sup> Pecci, meu parente, deu indulgência a todos os familiares e descendentes em uma troca política de sua época. Estamos salvos!

<sup>45</sup> Depois de séculos de crise, a Igreja Católica saiu com maestria na metade do século XX. O sindicalismo revolucionário e anticlerical do século XIX e princípios do século XX teve seu fim e foi substituídos por acordos entre o corporativismo estatal, o sindicalismo cristão/democracia cristã e o sindicalismo vermelho – dependendo da conjuntura que se encontravam os partidos comunistas em cada País (acordos entre católicos e comunistas foram feitos no Brasil, Argentina, Chile, Itália e Alemanha). Na primeira metade do século XX houveram acordos entre liberais, corporativistas e o sindicalismo democrata-cristão, em oposição ao *Cominterm*. Com os golpes militares na América Latina e a perseguição aos comunistas apoiados por setores católicos conservadoras,, dado fim às guerrilhas, as pastorais católicas assumiram a hegemonia pela organização social de massa e o movimento pela democracia, de uma forma não-oficial, através do laicato previsto pelo Concílio Vaticano II. Uma vez dado o fim ao *Cominterm* nos anos 1990, houveram fusões entre os sindicatos liberais, corporativistas e cristãos, que criaram as internacionais sindicais de abrangência global, como a Confederação Sindical Internacional (CSI).



pobreza que jamais se livrará dele tamanha a sua paixão pela pobreza. Algo tão semelhante a tantos românticos militantes utópicos e juvenis, por vezes colegiais, que se submetem ao anti-modernismo da Igreja para 'enfrentar' o Estado em uma disputa assimétrica, injusta e fracassada, como tanto gostam os mártires da justiça moral.

Mas algo sem dúvida os ameaça. É o carisma do modernismo conservador das Igrejas Evangélicas, principalmente neopentecostais. A Igreja pode até tentar se renovar com clérigos carismáticos, mas não parece convencer os 'rolezinhos' cafusos, fica um pouco estranho que quem esteja empinando moto seja um padre de bata e chinelo, pedófilo e celibatário, fazendo todo os tipos de perversão dentro do armário para depois se confessar.

Os empreendimentos das Igrejas Neopentecostais ameaçam a Igreja Católica em todo o mundo já há algumas décadas. Mas é ainda mais ameaçador no Brasil, nos novos ciclos de expansão da sociedade do trabalho com a crescente e desgovernada urbanização, clamando por uma organização, sem logro pela via progressista, agora se confirmando pelo chumbo disciplinar da PM, sendo a vida um mérito de quem foi bem direcionado pelo seu Pastor.

O crescimento populacional e econômico dos novos bairros que se confirmam como novos polos dinâmicos e elites em ascensão progressiva, por exemplo, na Zona Leste 2, é predominante evangélico e relacionado com uma imigração recente, nordestina, que passa pelo processo de acumulação que uma vez foi as elites latinas de imigração ao novo mundo no Século XIX – mas ainda não se dão conta, enquanto dominam as novas economias criativas, acreditam que os decadentes que são a 'elite'.

Por outro lado, os bairros tradicionais católico apostólico romano do centro expandido, como a Mooca, está sendo protegido pela Igreja Católica e suas famílias tradicionais, seja à esquerda, para cima, para baixo ou na diagonal – o discurso que couber, a Igreja Católica sabe inserir-se e colonizar pelo menos desde 300 depois de Cristo.

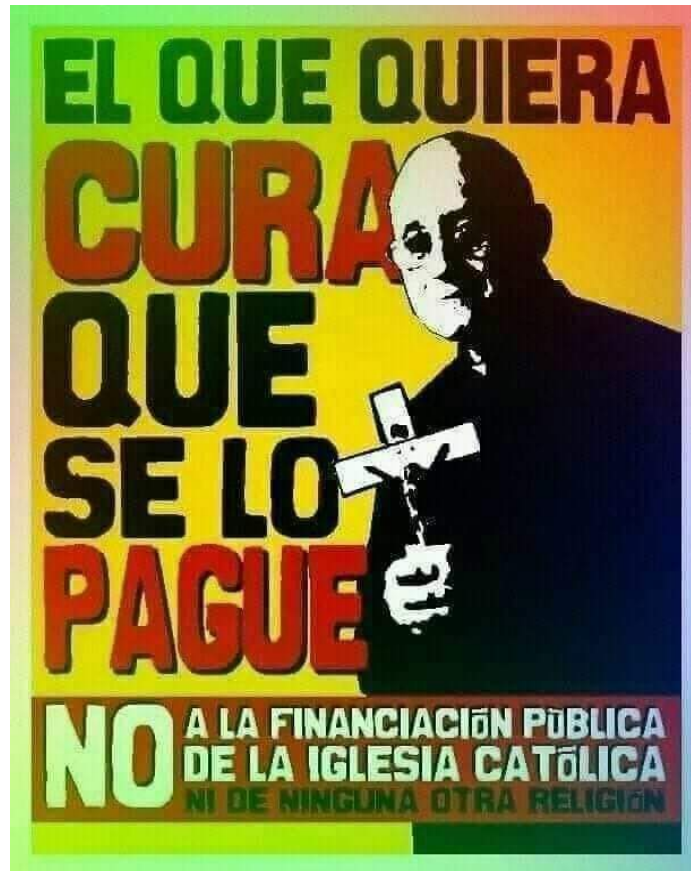
Com a gestão Dória-Covas parece ter havido uma trégua, após tensão com a gestão Haddad que pouca malícia tinha para entender que as questões da ciência política brasileira ainda era aquelas de Raymundo Faoro e não as questões suíças ou suecas. Aqui sequer tem a ver com esquerda ou direita, mas ainda é um processo de disputa de famílias pelo monopólio das propriedades – o passo seguinte é a abolição da família, essa Família que é também tão amada pela ideologia petista, que nada mais é que a consequência de seu tempo e espaço.

Como se pode confirmar nos dados, a assistência social do Município ficou e se consolidou com a Igreja Católica. Já as OSCs de saúde mental ficaram com Comunidades Terapêuticas evangélicas, que já as tinham em caráter privado e dominavam a Luz, mas que agora passam a ter uma parcela do Estado, do Público, como seu patrimônio. Por outro lado,

as OSCs da Assistência Social que tinham vínculos partidários com o PT e com a Igreja Católica estão sendo reduzidas, algumas com 'escândalos' de corrupção e tráfico de influência. Abrem espaço também para novos agenciamentos das próprias OSCs tucanas estabelecer seus agenciamentos clericais, como a ARCAH de Felipe Sabará.

Já as outras 102 Comunidades Terapêuticas da Igreja Católica, que chamam de outro nome (mas é a mesma coisa), como a Missão Belém, passam a reestabelecer suas estratégias. Marcam sua posição e fazem sua trincheira.

Estamos observando como serão os novos movimentos para conquista de território nessa cidade repartida pela Tradição, pela Família e pela Propriedade. Pelas Igrejas, pelos Comolattis e Macedos, pelos Salles e Safras.



*Campanha da rede laicismo.org circa 2020*

## **PARTE 3**

Cada indivíduo bebe, dorme, come, pensa, raciocina, e a sociedade tem todo o interesse em que essas funções sejam regularmente exercidas. Porém, se esses fatos fossem sociais, a sociologia não teria objeto próprio, e seu domínio se confundiria com o da biologia e o da psicologia.

Mas, na realidade, em toda sociedade há um grupo determinado de fenômenos que se distinguem por traços específicos dos que são estudados pelas outras ciências da natureza.

Quando exerço minhas tarefas de irmão, esposo ou cidadão, quando realizo compromissos que assumi, cumpro deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com meus sentimentos e eu os sinta interiormente na realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu que os concebi, mas os recebi por meio da educação. Quantas vezes, aliás, chegamos mesmo a ignorar os detalhes das obrigações que nos incumbe, e, para conhecê-los, temos de consultar o Código e seus intérpretes autorizados! Da mesma forma, as crenças e as práticas da vida religiosa, os fiéis, ao nascer, as encontram prontas; se elas já existiam antes deles, isso significa que existem fora deles. O sistema de signos de que me sirvo para expressar meu pensamento, o sistema monetário que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas adotadas em minha profissão etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. Tomando, um após o outro, todos os membros que compõem uma sociedade, as conclusões anteriores poderão ser repetidas a propósito de cada um. Eis aí, portanto, maneiras de agir, pensar e sentir que apresentam essa notável propriedade de existir fora da consciência individual.

Esses tipos de conduta ou de pensamento não são apenas exteriores ao indivíduo, mas também dotados de um poder imperativo e coercitivo em virtude do qual se impõem a ele, quer queira, quer não. Sem dúvida, quando me conformo a essa coerção voluntariamente, ela não se faz ou se faz pouco sentir, sendo inútil. Mas, ainda assim, ela não deixa de ser um traço intrínseco desses fatos, e a prova disso é que ela se afirma caso eu tente resistir. Se experimento violar as regras do direito, elas reagem contra mim para impedir o meu ato, se ainda houver tempo, ou para anulá-lo e restabelecê-lo a sua forma normal, se ele tiver sido realizado e for reparável, ou para me fazer espia-lo, se não houver outro modo de repará-lo. E quanto às máximas puramente morais? A consciência pública reprime todo ato que as ofenda por meio da vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e através das penas especiais de que dispõe. Em outros casos, a coerção é menos violenta, mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções do mundo; se, ao me vestir, não levo em conta os costumes seguidos em meu país e em minha classe, o riso que provoço e o isolamento em que me vejo produzem, ainda que de modo atenuado, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. Aliás, a coerção, por ser apenas indireta, não é menos eficaz. Não sou obrigado a falar francês com meus compatriotas, nem a empregar moedas legais; mas me é impossível agir de outra maneira. Se procurasse escapar dessa necessidade, minha tentativa fracassaria miseravelmente. Industrial, nada me interdita trabalhar com procedimentos e métodos de outro século; mas, se o fizesse, certamente me arruinaria. Ainda que eu possa, de fato, libertar-me dessas regras e violá-las com sucesso, isso não ocorre jamais sem que eu seja obrigado a lutar contra elas. E, mesmo que elas sejam finalmente vencidas, fazem sentir suficientemente seu poder coercitivo pela resistência que opõem. Mesmo quando bem-sucedido, não há inovador cujos empreendimentos não se choquem com oposições desse gênero.

É verdade que a palavra coerção, com a qual os definimos, corre o risco de enfurecer os zelosos partidários de um individualismo absoluto.

Como eles professam que o indivíduo é perfeitamente autônomo, parece-lhes que este fica diminuído todas as vezes que se evidencia que não depende apenas de si mesmo. Porém, uma vez que hoje é incontestável que a maior parte de nossas idéias e tendências não é elaborada por nós, vindo-nos de fora, elas somente podem penetrar em nós impondo-se; isso é tudo o que nossa definição significa. (...)

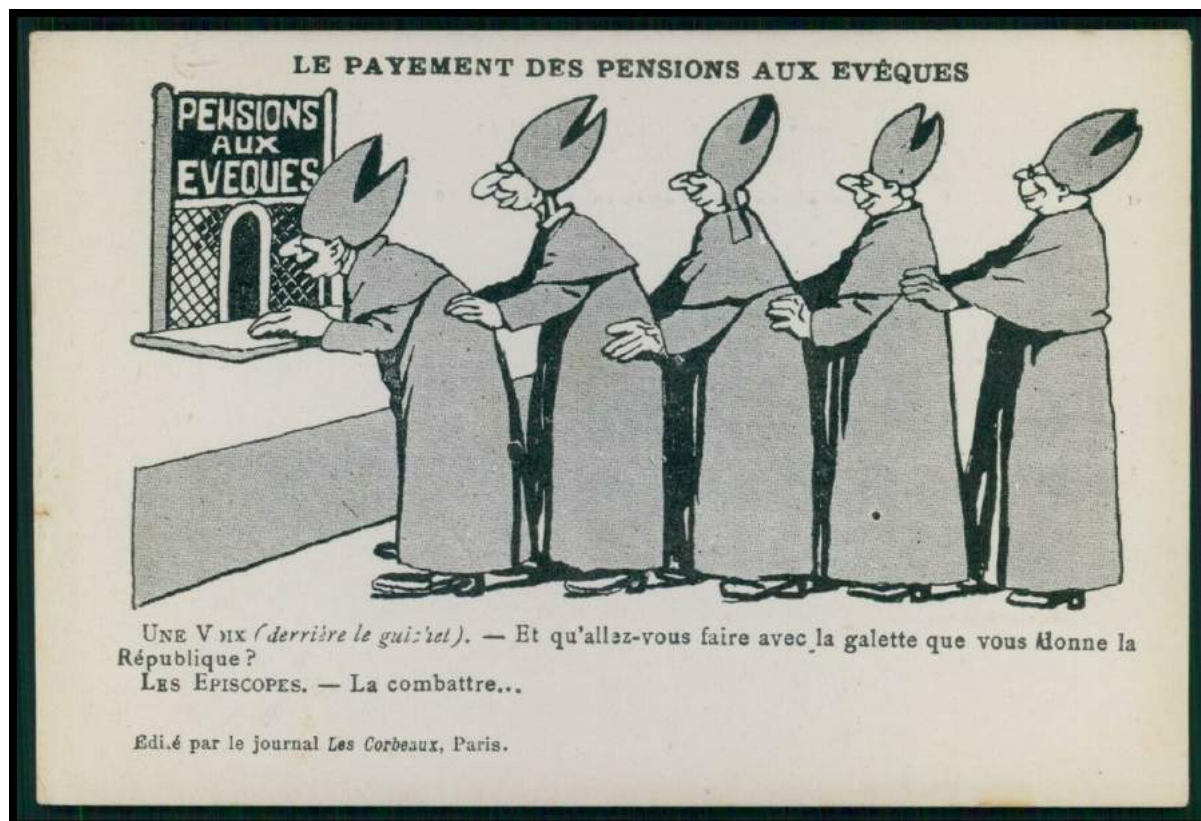
(...) Quando um indivíduo tenta se opor a uma dessas manifestações coletivas, os sentimentos que nega retornam contra ele. Ora, se esse poder de coerção externo se afirma com tal nitidez nos casos de resistência, é porque existe também, ainda que inconscientemente, nos casos contrários. Somos então vítimas de uma ilusão que nos faz acreditar que nós mesmos elaboramos o que se nos impôs de fora. Mas, se a complacência com que nos deixamos levar por essa força mascara a pressão sofrida, ela não a suprime. (...) Mesmo que tenhamos, de nossa parte, colaborado espontaneamente para a emoção comum, a impressão que experimentamos é completamente diferente da que sentiríamos se estivéssemos sozinhos. Assim, quando a assembléia se dispersa, quando suas influências sociais deixam de agir sobre nós e encontramos-nos novamente a sós, os sentimentos que vivenciamos dão a impressão de algo estranho no qual não mais nos reconhecemos. Percebemos então que os sofremos muito mais do que os produzimos. Pode até mesmo acontecer de eles nos causarem horror, tão contrários eram à nossa natureza. É desse modo que indivíduos perfeitamente inofensivos na maior parte do tempo podem, reunidos na multidão, ser levados a cometer atos de atrocidade. Ora, o que dizemos sobre essas explosões passageiras aplica-se igualmente aos movimentos de opinião, mais duráveis, sobre assuntos religiosos, políticos, literários, artísticos etc., que se produzem incessantemente em torno de nós, seja em toda a extensão da sociedade, seja em círculos mais restritos.

(...) O termo anomia é também utilizado para designar sociedades ou grupos no interior delas, que sofrem do caos gerado pela ausência de regras de boa conduta comumente admitidas, implícita ou explicitamente, ou, pior ainda, devido à instalação de regras que promovem o isolamento ou mesmo a predação ao invés da cooperação.

*Émile Durkheim em 'O Que É Fato Social'*

## CAPÍTULO 9

### ALGUMAS ANÁLISES QUANTITATIVAS: ORÇAMENTO MUNICIPAL



Cartoon da revista belga anticlerical 'Les Courbeaux' circa 1905<sup>46</sup>

A Igreja Católica historicamente cuidou da saúde, da assistência social e da educação. Assim foi também no Brasil, principalmente através dos jesuítas e franciscanos. Ruptura houve com as revoluções republicanas, radicais nos países latinos. No caso do Brasil, ela foi tardia e secularizou apenas a educação (assim é até hoje, apesar do recente lobby confessional pelo FUNDEB<sup>47</sup>). Já a assistência social e saúde sofreram um revés tecnocrático e autoritário, com disciplina militar, depois do golpe de 1964<sup>48</sup>. Com a Constituição da Nova República em 1988, diversos movimentos populares conquistaram a universalização da assistência social e da saúde como direitos sociais, tendo como objetivo o desenvolvimento de um País desigual, para além da disciplina ou da confissão<sup>49</sup>. Foi, porém, seguido pelo período das reformas neoliberais que terceirizaram saúde e assistência social através dos fundos municipais,

<sup>46</sup> "o pagamento de pensão ao bispo"; uma voz (do guichet) – e qual a contribuição que você faz à Republica? Os Bispos: O combate?...

<sup>47</sup>

<<https://osaopaulo.org.br/destaque/em-reuniao-com-bispos-rodrigo-maia-apoia-repasses-do-fundeb-a-escolas-co-munitarias-filantropicas-e-confessionais/>>

<sup>48</sup> <[http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/raiane\\_e\\_juliana.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/raiane_e_juliana.pdf)>

<sup>49</sup> <<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/305.pdf>>

conforme identificamos em nossa pesquisa. Quem assumiu a gestão desses serviços foram principalmente OSCs religiosas. São serviços laicos?

### *1. A Assistência Social e as Confissões*

A Constituição de 1988 estabeleceu novas normas escritas e expressas sobre os sujeitos políticos e sociais da sociedade brasileira. Estabeleceu a universalização de diversos direitos, a princípio de caráter laico e republicano, dando também atenção a corrigir desigualdades sociais, garantindo o desenvolvimento econômico e social do País, atendendo à diversidade da população e trazendo como norma a preservação ambiental junto às normas sociais e econômicas. O advento do neoliberalismo nos anos seguintes, porém, entrou em contradição com nosso pacto social. Parte dos serviços públicos mais antigos, como saúde e assistência social, concentraram-se nas Igrejas, em comunhão com uma velha elite latina e católica – pelo menos no caso de São Paulo. Essa 'gestão da pobreza' pelas confissões, que passam por doutrinas morais da fé no amor cristão, trabalham em conjunto com doutrinas disciplinares da segurança pública. Essa comunhão, porém, não parece ter o resultado que reivindicam buscar.

Desde os anos 1990 os movimentos sociais acusam a existência de 'máfias das organizações sociais' que surgiram conforme caminhou a terceirização dos serviços públicos. Licitações fraudadas, loteamento de cargos e setores entre grupos interessados (partidos, famílias, empresas e igrejas) dentro de um certo tipo de patrimonialismo do período neoliberal, são acusações frequentes. Se fala recorrentemente, por exemplo, da 'Máfia dos Transportes', a mais comentada na mídia. Recentemente, muito também foi comentado sobre a 'máfia das creches' em que pode estar envolvido o atual Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (católico, mas com proximidade também da bancada evangélica).

A história moderna do mundo latino, mesmo europeu, se confunde em suas tensões, dependências e agenciamentos com a Igreja Católica. A América Latina possui a maior população latina do mundo e a dimensão do Brasil sempre o colocou em posição estratégica. No entanto, a Igreja Católica administra sua queda de importância na modernidade readequando-se. Seus maiores inimigos na formação da Modernidade foram os Estados-Nação (não por acaso, muitas vezes a Igreja se agencia com movimentos autonomistas pós-modernos contra o Estado), o republicanismo radical maçônico do século XVII e XVIII (como com Mazzini e Garibaldi) e o desenvolvimento do sistema econômico mundial (ao qual também se adequou com os negócios patrimoniais e familiares do Banco do Vaticano) junto ao secularismo dos contratos garantidos pelo Estado de Direito.

Como sabemos, a Igreja Católica assumiu diversas tarefas públicas na construção dos Estados na América Latina, como a educação e a assistência social; o secularismo, principalmente da educação, foi imposto nos países latinos pelas revoluções republicanas radicais e tardias (como no caso da Itália), ou no Brasil com o republicanismo positivista, ou mesmo com a universalização da educação a partir das reformas de Getúlio Vargas e Anísio Teixeira. As reformas da própria monarquia absolutista do Vaticano e da ação católica no pós-guerra com o Concílio Vaticano II operou uma inversão da secularização no mundo latino, passando a religião também a assumir a administração das contradições de capital-trabalho, junto à adaptação da Doutrina Social da Igreja iniciada pelo Papa Leão XIII para o sistema político vigente no mundo ocidental, operando em uma sociedade de massas com seu laicato através de partidos políticos com a Democracia Cristã<sup>50</sup>, criando sindicatos próprios, associações nos campos e organizações de comunidade de base.

No caso da assistência social, o caritativismo do humanismo cristão já havia começado a ser questionado ainda nos anos 1960, antes do golpe militar. Com o golpe confirmou-se o caritativismo, mas com um viés tecnocrático, modernizador. Com o desenfreado desenvolvimento urbano nas décadas seguintes e a constituição de megalópoles, entrou no centro da discussão a “questão social”. Com a institucionalização como a criação de ministérios para a questão social e com a profissionalização do trabalhador do serviço social, buscou-se através da repressão garantir o controle social e ordenamento da sociedade que estava em rápida transformação, acirrando os conflitos entre as classes.

Nos anos 1980, entre as pressões conservadoras do antigo assistencialismo e as pressões modernizadoras de controle social da ditadura militar, surgiu, dentro dos novos movimentos populares dos trabalhadores que conquistaram a democracia, uma perspectiva de ruptura com os modelos anteriores que, até então, se encontrava na ilegalidade.

Acredita-se que esse modelo popular seria confirmado com a Constituição de 1988, deslocando o debate sentimental sobre a pessoa humana para o entendimento do “ser social”, com a construção de um padrão público e universal de proteção social para aqueles que precisam. Esse é o momento que se constituem os sistemas únicos, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e, muito depois, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ou também a constituição dos Fundos Federais, Estaduais e Municipais para terceirização desses serviços, em Organizações Sociais que seriam seculares, idôneas e programáticas para a constituição

---

<sup>50</sup> Como sabemos, depois do Concílio Vaticano II o laicato católico passou a deter certa autonomia e constituiu sindicatos e partidos católicos que se opunham tanto ao comunismo como ao liberalismo, além de fazer sua própria teologia dentro do Humanismo cristão; no pós-guerra, ele foi responsável pelo rearranjo dos pactos sociais em diversos países como Brasil, Itália e Chile.



da cidadania e defesa universal dos direitos humanos. Existe o entendimento de que esse é o modelo hegemônico da Constituição de 1988 até o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016.

*Essa não é a nossa hipótese*, ao menos para a assistência social para a população em situação de rua, ou mesmo para as políticas públicas de saúde mental para uso abusivo de drogas (em geral, serviços também utilizados pela população em situação de rua). Junto com a Nova República e os novos partidos políticos que surgiram, tivemos também o advento do ‘neoliberalismo’, das privatizações e concessões, das parcerias público-privadas via licitações e da terceirização dos serviços públicos, dentre eles os de saúde mental e assistência social.

*Entendemos que houve nova rearticulação de antigos sujeitos dentro de um patrimonialismo renovado, rearticulado com novos sujeitos*. Em nossa pesquisa identificamos que as maiores Organizações Sociais de assistência social são ainda católicas, cada uma com sua pessoa jurídica própria, sendo financiadas com convênios públicos com a Prefeitura e parcerias privadas com famílias tradicionais e suas empresas familiares. Entre essas relações agora encontramos novos sujeitos, como ‘empresas’ que tratam o serviço público como negócio privado, participação de quadros de partidos políticos, também novos movimentos comunitários que surgem nas favelas e, principalmente, o fortalecimento e expansão das Igrejas Neopentecostais.

Devemos ressaltar que até 2019, porém, é a APOIO a maior Organização Social da Nova República. Essa não é uma organização oficialmente religiosa, apesar de possuir relações internacionais com diversos órgãos da Igreja Católica; ela faz parte da informalidade da Igreja Católica que opera, na verdade, através de seu laicato – muitas vezes de voluntários – na sociedade de massas. A APOIO é vinculada a um vereador, o Dr. Manoel del Rio Blas, do Partido dos Trabalhadores (PT). Ela surgiu em 1992 pouco após a redemocratização e corresponde aos novos marcos da assistência social dentre as primeiras organizações sociais sem fundo religioso, mas com ligações partidárias. O vereador está em inquérito policial em prosseguimento no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Esse inquérito teve início após o desabamento do edifício ocupado no Largo do Paiçandu em 2018. Nesse processo criminalizam diversas lideranças de movimentos de ocupação, como a FLM, diversas ocupações e principalmente a experiente militante Carmen da Silva Ferreira, dentre outros. Acusam de cobrança de aluguel, compra de votos para a eleição presidencial de 2018 e outras cobranças consideradas abusivas pelos réus, usando ex-moradores e desafetos como testemunhas. Os movimentos sociais se defendem dizendo que isso é perseguição política e aos movimentos de moradia, que não cobram aluguel, mas que são contribuições para o

movimento dar condições salubres de convivência e pagar advogados para os processos legais, além da luta por moradia.

O vereador Blas e Carmen, porém, são também acusados de obrigar moradores a votarem no próprio vereador como na eleição de Dilma Rousseff em 2014, também obrigando os funcionários da Apoio a fazer o mesmo, segundo testemunhas – o processo ainda segue e não transitou em julgado para condenação. Em 2020, porém, a Prefeitura de São Paulo administrada por Bruno Covas (PSDB) rompeu vínculo com a Apoio e em novembro do mesmo ano a polícia apreendeu R\$690 mil reais em espécie na sede da Apoio, a partir de investigação de desvio de dinheiro público explicitada pelo Controladoria-Geral do Município.

O processo ainda segue em investigação e não queremos dizer que as acusações são fatos – buscamos apenas evidenciar as relações políticas que operam contra e a favor no interior das OSCs.

Outras denúncias de ONGs foram feitas por trabalhadores de movimentos sociais, como o CATSo (Coletivo Autônomo de Trabalhadores Sociais). Em entrevistas a nós, trabalhadores contaram de protestos contra o Instituto Santa Lúcia por atrasar pagamento de funcionários enquanto fazia festas de fim de ano ‘regadas a cerveja’ e pedindo doações para fechar as contas de um orçamento que já estava previsto. Em 30 de dezembro de 2013, trabalhadores e usuários protestaram contra condições precárias do serviço, colocando fogo em colchões do Centro de Acolhida para Adultos Estação Vivência na Armênia, coordenado pela OSC ligada à Igreja Católica, a CROPH. Moradores de rua, junto com o Padre Júlio Lancellotti e o CATSo, denunciaram opressão da gestão do Arsenal da Boa Esperança, coordenado pelo Servizio Missionario Giovanni (SERMIG); usuários denunciavam condições desumanas como o uso de toalhas de TNT, colchões com percevejos, comida estragada e de má qualidade, opressão física da gestão em conjunto com a GCM (Guarda Civil Metropolitana) e, principalmente, a existência de um ‘corró’, onde ficam presos os indisciplinados e embriagados.

Em visita ao Complexo Prates, membros do CATSo compararam o sistema de segurança e a distribuição do espaço com Centros de Detenção Provisória (CDP) e campos de refugiados na Europa que são chamados lá de ‘Campos de Concentração’ pelas organizações de direitos humanos como *Frontexit* e *Humans Right Watch*; usuários do serviço contaram de carregamento de iogurte estragado distribuído pelo serviço, além de grande parte dos usuários dormirem em um acampamento montado na quadra poliesportiva, já que uma das unidades recém-inauguradas do Complexo Prates estava fechada por problemas estruturais.

Condições desumanas também foram denunciadas na Tenda 9 de Julho, onde a violência era cotidiana, inclusive entre usuários que tinham desavenças e eram obrigados a morar juntos. Também foi denunciado o tratamento dado à população de rua da Bela Vista desde o primeiro dia da gestão Dória, quando ‘empurraram’ o povo de rua para debaixo do Viaduto 14 Bis para escondê-los, deram banheiros químicos que não havia a manutenção necessária para em seguida retirá-los e, por fim, retirá-los do viaduto à força com promessas não cumpridas. No Chá do Padre, localizado na Sé, de posse da Organização Social Franciscana SEFRAS, alguns freis denunciaram darem mais atenção à evangelização do que ao bem-estar e outros funcionários demitidos alegaram perseguição política por estarem comprometidos com movimentos sociais que questionam as políticas públicas de assistência social, como participação nas reuniões da Pastoral do Povo de Rua.



*Imagem de protesto divulgada nas redes sociais feita pelo CATSo*

Alguns meses antes de João Dória (PSDB) assumir a Prefeitura de São Paulo, o CATSo já havia recebido informação de que comporia o governo Filipe Sabará, que é criador da ONG de assistência social chamada ARCAH. Sabará virou Secretário de Assistência Social, mas nunca foi questionado por conflito de interesses. Ao mesmo tempo, as parcelas de clientes que competiam ao PT passaram a ser atacadas, como o caso da APOIO do vereador Blas e alguns movimentos populares como o MTST, que perderam seus convênios com a prefeitura ou foram interrompendo as negociações e programas (como por exemplo o

programa de ‘Autogestão de Moradia’ via ‘Minha Casa, Minha Vida’, parte do ‘Programa de Aceleração ao Crescimento’).

Enquanto a principal OSC (APOIO) vinculada ao Partido do Trabalhadores teve seus contratos interrompidos com a Prefeitura durante a Gestão Dória, os movimentos sociais urbanos entrecruzados entre as pastorais católicas e o autonomismo estudantil pelo Direito à Cidade, após tensionamento durante a gestão de Fernando Haddad (devido às características mais seculares do Prefeito), não tiveram a mesma agressividade com a gestão Dória (PSDB). Uma vez que João Dória assumiu, quadros do PT questionaram a maior cordialidade que se estabeleceu entre o governo Dória-Covas e esses movimentos: o CATSo conteve as ações de ‘escrachos’ a políticos que antes eram recorrentes, o Padre Julio Lancellotti frequentemente era visto junto a João Dória e Bia Dória e, ao fim, em 2020 recebeu prêmio pela Secretaria de Direitos Humanos do Município de São Paulo da gestão Covas (PSDB), participando também das ações publicitárias de vacinação do Governo do Estado, de novas campanhas de arrecadação e lobby junto ao Fundo Social do Governo do Estado de São Paulo. Por outro lado, enquanto as Organizações Sociais católicas assumiram os contratos de assistência social da Prefeitura sem a tensão que houve durante a gestão Haddad, a gestão do PSDB buscou aliança com suas próprias organizações, ONGs e através de seus próprios quadros, como com Felipe Sabará e a ARCAH.

Enquanto na gestão de Fernando Haddad (PT) houve tensionamento dos movimentos sociais ligados à Pastoral do Povo de Rua tanto com as Organizações Sociais como com o planejamento urbano proposto pela Prefeitura, novo rearranjo se estabeleceu com a gestão do PSDB. Parece ter havido um acordo tácito e loteamento dos serviços entre católicos e evangélicos. Na gestão estadual e municipal de São Paulo garantiram a assistência social para as organizações católicas, enquanto as Comunidades Terapêuticas vinculadas à Secretaria de Saúde em geral são Organizações Sociais evangélicas – apesar de ainda existirem antigas espécies de comunidades terapêuticas católicas independentes como a Missão Belém (já criticada pelo CATSo por se preocupar mais com a evangelização do que com a humanização ou construção de comunidades).

Queremos dizer que, na gestão Dória-Covas operou-se um sincretismo nas políticas de drogas e assistência social para a população de rua nos termos colocados por Artur Guerra. Sendo assim, haveriam agora situações para internações baseadas na abstinência e outras situações para ‘redução de danos’. Estaria assim dividida a assistência social para a população de rua com a Igreja Católica enquanto as políticas de drogas para a população em situação de rua fica sob a tutela das Comunidades Terapêuticas administradas pelas Igrejas

Neopentecostais, sobrando ainda um ‘limbo’ para criação de suas próprias organizações sociais e movimentos sociais partidários como a ARCAH e o MSTS (Movimento Sem Teto de São Paulo – maior opositor da administração de Fernando Haddad do PT, conhecido por ocupar o Cine Marrocos junto ao PCC), ou coletivos como ‘É de Lei’ junto aos seus parceiros, além do MTST, quando é a gestão do PT.

Concluimos que, entre as famílias tradicionais paulistas (de origem latina e europeia), os partidos e as diferentes igrejas, as questões estruturais da pobreza no Brasil não foram resolvidas, mesmo com o desenvolvimento econômico das últimas décadas. Quero dizer que, apesar dos esforços em ciclos conservadores, tecnocráticos ou progressistas, a contradição acirra-se e a população ‘indesejada’ só cresce. Esse ‘exército de pobreza’, porém, continua a ser objeto de disputa entre diferentes seitas e ideologias, como rebanhos clientelistas para as suas políticas. Não se desmontou o patrimonialismo típico do Estado brasileiro estudado pela nossa ciência política clássica. Ao mesmo tempo que o patrimonialismo brasileiro disputa a administração do controle social, agora em sua feição pós-moderna e por vezes tecnológica (com sistemas unificados e digitalizados), não são capazes de hegemonizar o processo para organizar a sociedade do trabalho contemporâneo. Mesmo acirram a guerra social que, por vezes, sai de seu controle um tanto desordenado para retomá-lo novamente, cotidianamente, de forma ostensiva sobre esse excedente de mão-de-obra não incorporada, relegada aos abrigos se crianças, à Fundação Casa se jovem, ao cárcere se adulto, ao albergue se livre e ao asilo se idosos. Soma-se a esse exército renegado todas as subjetividades desviantes das normas que foram negadas pelas famílias e são escondidas debaixo dos viadutos, como as ‘monas’ (trans), onde agora passam a organizar suas próprias comunidades nesses espaços já que estão uma alternativa real ofertada, sequer pelos programas de moradia quando existem, direcionados a famílias capazes de se adequar à sociedade do trabalho.

Assim, a assistência social continua a reproduzir o caritativismo, perpetua o clientelismo, reproduz o controle social junto aos aparelhos de segurança e de saúde mental, continua a ser núcleo de evangelização, mas é também agora um negócio empresarial, além de um lugar de influência e disputa partidária, além de disputa entre católicos e neopentecostais.

## *2. Alguns Dados Quantitativos: Fundos Municipais*

Você já se perguntou por onde o Município de São Paulo privatiza os serviços públicos? Você já se perguntou o que são os Fundos Municipais?

A Prefeitura possui uma definição em seus canais oficiais:

Os fundos municipais são instrumentos especiais que concentram determinados recursos para de atividades ou projetos municipais específicos. No cotidiano da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), os programas são essenciais para o atendimento do interesse público, dessa maneira, é necessária a garantia de fluxo permanente e contínuo de recursos financeiros para a realização desses programas. Assim, mediante autorização legal, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) pode associar receitas a esses programas, garantindo sua realização. O acompanhamento e controle do uso dos recursos que compõem os fundos municipais pela sociedade civil é fundamental e, de modo geral, realizado por meio da participação dos cidadãos em conselhos específicos. A Secretaria Municipal de Segurança Urbana não possui, até o momento, nenhum fundo público. (PREFEITURA, 2021)

Pois bem. A Prefeitura cria um Fundo, basicamente uma caixa preta, que joga praticamente todo o seu orçamento ao seu respectivo Fundo. Desse ‘sopão’, começa a distribuir para cada uma das milhares OSCs com vínculos espúrios, seja com partido, com o crime ou com Igrejas, em licitações que beiram o compadrio.

Quando alguém te atende de jaleco com o logo da Prefeitura, seja em um aparelho social ou em um aparelho de saúde, o seu contrato (de trabalhador precário) é com uma empresa que é de alguma igreja, ligada a algum vereador, um negócio de família, um conluio de amigos, um cartel, uma máfia, ou algo do tipo. O logo é só um logo. É, de certa forma, a universalização da privatização, a universalização da precarização. Não é o caso, porém, da Segurança Pública. Ela não tem Fundo e não é terceirizada. É assim que Loic Wacquant identificou a peculiaridade do neoliberalismo, é assim que se define o Estado Neoliberal Bifronte: liberdade para os de cima e porrete para os debaixo; menos Estado acima e muito Estado abaixo.

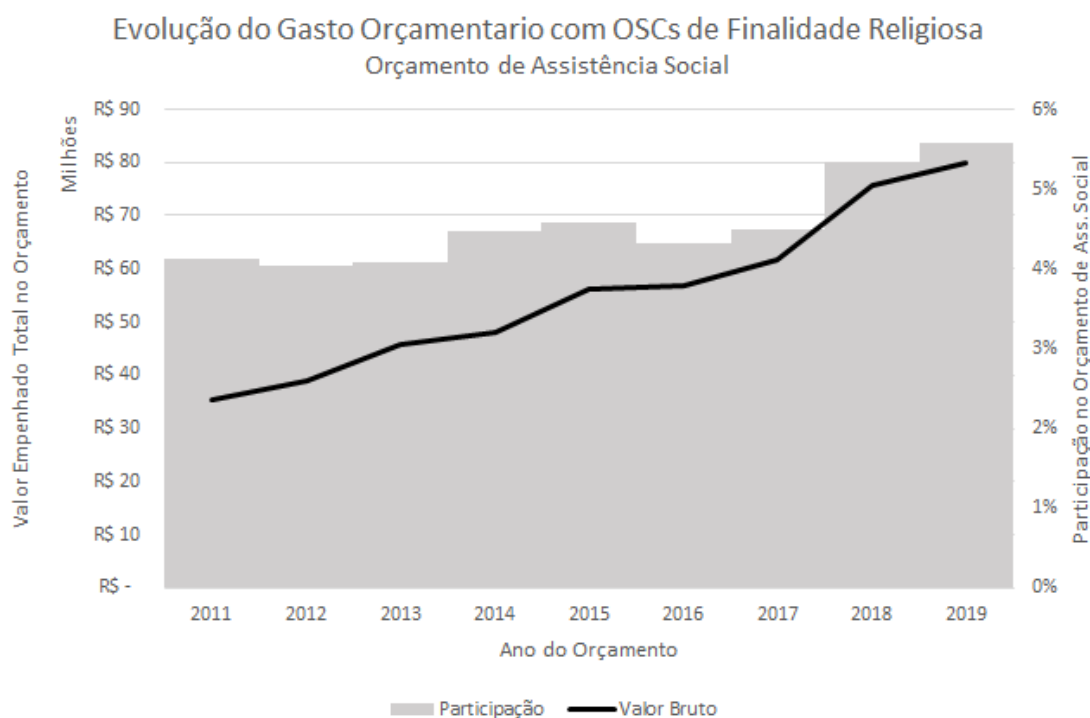
*Observemos alguns dados demonstrativos.*

Segundo o IPEA em sua pesquisa sobre o *Mapa das Organizações da Sociedade Civil* (OSC), 26,5% das OSCs são religiosas. Das OSCs operando em São Paulo 39% tem função autodeclarada '*Religião*', No entanto, essas OSCs representam apenas 4,4% do orçamento de Assistência Social total, ou então 6,3% do orçamento onde a modalidade da despesa é 'Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos', geralmente através de Igrejas Protestantes ou Evangélicas.

Isso, porém, é subnotificado, principalmente para as relações com a Igreja Católica (como vimos, na informalidade através de seu laicato). Curiosamente, entre os Presidentes das OSCs, diversos se autodeclaram Padre ou Irmã (sem a necessidade de se autodeclarar) – mas praticamente nenhuma dessas OSCs com Presidentes autodeclarados Padre ou Irmã são classificadas como religiosas. Simultaneamente, apenas 3,5% das ONGs com CNPJ com função declarada '*Religião*' têm membros da diretoria ou presidentes com alguma

autodenominação católica – um indicativo que a maior parte das ONGs que se autodeclararam religiosas são mesmo evangélicas.

<b>Orçamento de Ass. Social</b>		
	<b>Valor Bruto</b>	<b>Participação</b>
<b>2011</b>	R\$ 35.401.440	4%
<b>2012</b>	R\$ 38.889.927	4%
<b>2013</b>	R\$ 45.877.368	4%
<b>2014</b>	R\$ 48.189.175	4%
<b>2015</b>	R\$ 56.099.640	5%
<b>2016</b>	R\$ 56.719.735	4%
<b>2017</b>	R\$ 61.592.469	4%
<b>2018</b>	R\$ 75.612.478	5%
<b>2019</b>	R\$ 79.914.550	6%

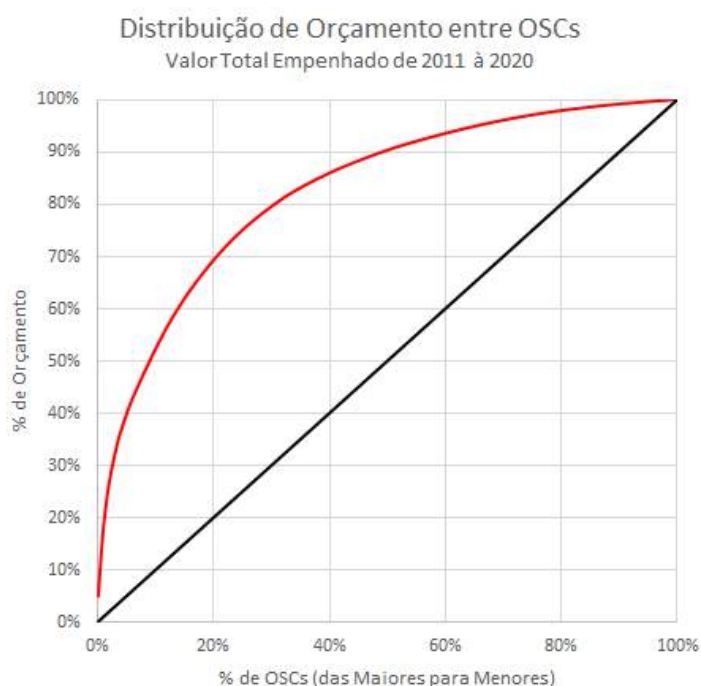


A participação religiosa declarada, porém, dobrou na última década. Entre 2011 e 2019 o orçamento anual destinado à OSCs com finalidades religiosas cresceu de R\$34M em 2011 para R\$80M em 2019. Em termos de participação orçamentária a trajetória é de 4,1% em 2011 a 5,6% em 2019.

Outro indicativo da terceirização é o destino do orçamento para as OSCs. Ao cruzarmos os dados do IPEA com dados coletados através da API da Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo, pudemos observar sobre todo o orçamento na função de assistência social, 71% é destinado às OSCs. Do orçamento do Fundo Municipal de

Assistência Social (FMAS), 86% é destinado à OSCs. Progressivamente, ao longo dos anos, mais Organizações Sociais estabelecem convênios com a Prefeitura.

A distribuição do orçamento entre as OSCs é extremamente desigual, existindo um oligopólio de algumas poucas muito grandes que concentram grande parte do orçamento há muitos anos (o que gerou adjetivos das ‘máfias das OSs’). Apenas 20% das OSCs são responsáveis por cerca de 70% de todo o orçamento de Assistência Social destinado a OSCs entre 2011 a 2019. 56 OSCs de 601 correspondem a metade do orçamento de assistência social destinado às OSCs de 2011 a 2019.



Podemos ver no gráfico acima esse fenômeno de concentração do orçamento entre as OSCs. A curva vermelha representa o acúmulo de orçamento entre as OSCs enquanto a curva preta representa o que seria esperado caso essa distribuição fosse uniforme.

Segundo pesquisa encomendada pela CNBB para a Fundação Grupo Esquel Brasil (da qual não foi tornada pública mas nos concederam acesso), em 2015 a Igreja Católica possuía 82.853 OSCs vinculadas às suas pastorais, com 400 mil voluntários (laicato) dedicando 8 horas semanais.

Quando observamos todas as OSs de assistência social, a maioria possui algum vínculo com a Igreja Católica e algumas recebem recursos também de organizações internacionais como a *Open Society Foundation* e a *Fundação Ford*. Hoje, das 24 principais Organizações Sociais para a população de rua vinculadas à SMADS, 17 são organizações indiretamente ou diretamente vinculadas à Igreja Católica, mais especificamente à



Arquidiocese de São Paulo, através de suas pastorais, com participação voluntária de leigos católicos (laicato) – o entendimento da participação popular através do laicato, pressuposto aberto pelo Concílio Vaticano II, é o que permite o caráter da informalidade confessional das OSCs e sua consequente subnotificação, apesar de serem coordenadas pela confissão católica.

Os Vicariatos, respondendo à Arquidiocese, organizam as reuniões dessas Organizações da Sociedade Civil – em grande medida um laicato católico – em suas pastorais, como é bastante conhecido entre a Pastoral do Povo de Rua e a Pastoral Carcerária. Em alguns casos, como no da Cáritas Diocesana (e todas as suas regionais), o seu estatuto pressupõe usar os seus recursos para pagamento das pensões de Bispos e Padres. A Arquidiocese de São Paulo ainda coordena 102 ‘comunidades’, dentre elas a Missão Belém, responsável pela evangelização e recuperação de usuários de drogas, grande parte pessoas em situação de rua. No entanto, desde que o Presidente Jair Bolsonaro lançou um novo *Plano Nacional de Drogas* em que ‘ataca’ os programas mais progressistas vinculados ao PT (como ‘*redução de danos*’ e ‘*De Braços Abertos*’), abriu-se espaço para as Comunidades Terapêuticas administradas pelas igrejas neopentecostais, que já possuíam atuação crescente e regular na esfera privada, principalmente na região denominada ‘*Cracolândia*’, mas ainda com ação reduzida nos bairros tradicionais católicos como a Mooca.

Não se pode dizer que temos privatização dos serviços públicos no Brasil, não são empresas 'capitalistas' que administram esses serviços. É algo anterior, mais retrógrado, algo próximo a coletores de impostos feudais sobre seus clientes. São as Igrejas as agentes desse processo, em grande medida a mais antiga delas: a Igreja Católica. São associações de pessoas jurídicas submetidas diretamente à Arquidiocese de São Paulo. Em seus estatutos constam o compromisso com a evangelização, mas também o compromisso em utilizar esses recursos de assistência social para pagar tanto todos os custos administrativos e empregatícios, mas também de seguridade de saúde, vida e aposentadoria de seus quadros efetivos. Por quadros efetivos entende-se o arcebispo de São Paulo (mas que poderia ser qualquer Capital) e todos os bispos e padres, assim como todo o trabalho vivo das Pastorais e Paróquias. Quanto ao exército de leigos voluntários que o Concílio Vaticano II abriu a possibilidade, a eles não resta nada além da boa vontade em espalhar o amor de Cristo àqueles que sofrem, compartilhando um pão para quem não tem sequer saneamento básico.

Tivemos alguns marcos das concessões confessionais durante a Nova República. Primeiro em 2001, quando Fernando Henrique Cardoso concede a rádio e a televisão para entidades religiosas e fundações de partidos. Em 2006, o Wikileaks vazou um documento sobre um encontro em Washington dos dois maiores cardeais latino-americanos. Um deles é

Hummes, o cardeal de São Paulo e referência da Teologia da Libertação e jesuíta, próximo de Francisco e de Julio Lancellotti. Nesse documento os cardeais clamam por ajuda para 'fazer os pobres entenderem a necessidade do livre-mercado'. Arrisco dizer que não é exatamente o livre-mercado no sentido que se esperaria, não clamam pela modernização do Brasil, clamam pela regularização da terceirização de serviços públicos, como assistência social, saúde e educação, para as empresas do Vaticano ali agirem e manter seu controle diante da ameaça das Igrejas Evangélicas (terrivelmente anti-católicas, como eles disseram). É proteger e confirmar os negócios da Igreja Católica na América Latina desde 1498. Como se sabe, em 2008 Lula e Celso Amorim assinam um tratado com o Vaticano e a Igreja Católica em que legitimam todos os privilégios de ação da Igreja Católica no Brasil, com ainda mais direitos que outras confissões.

Em 2015, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil abriu as portas para encaminhar dinheiro público aos interesses da evangelização. Antes de 2015, as prefeituras faziam transferências diretas para as OSCs, mas essa situação atípica foi confirmada com o Marco Regulatório que agora faz a transferência para as instituições privadas confirmado por lei. Com o Marco Regulatório das OSCs em 2014/2015, as OSCs católicas puderam também passar a propor seus próprios projetos e remunerar seus dirigentes, vinculados formal ou informalmente à Arquidiocese de São Paulo, aos vicariatos e pastorais, as determinações da CNBB e, no limite, ao Príncipe Francisco e ao Vaticano.

Não se pode dizer que temos privatização dos serviços públicos no Brasil, não são empresas 'capitalistas e demoníacas' que administram esses serviços. É pior, é retrógrado, são as Igrejas, em grande medida a mais feudal delas: a Igreja Católica. Na assistência social e saúde, diriam que temos uma terceirização para 'Organizações da Sociedade Civil' (OSCs) que são filantrópicas. Entre as OSCs conveniadas com a Prefeitura mais de 40 possuíam entre seus diretores (remunerados) Padres. A quase totalidade das 400 OSCs de assistência social conveniadas com a Prefeitura possuem vínculo com a Igreja Católica e fazem trabalho de evangelização. Somente do Fundo Municipal de Assistência Social as OSCs recebem um bilhão de reais anualmente (o orçamento da saúde é exponencialmente maior, é o maior gasto da prefeitura). As 81 principais OSCs detém 61% do orçamento de assistência social. Esses convênios são firmados sem edital e transferidos via Fundos Municipais que não prestam contas públicas dos gastos além do valor total repassado para cada OSC (para isso temos que pedir diretamente a prestação de contas de uma a uma).

Lembremos que em muitas de nossas ações sociais no Brasil somos obrigados a ser intermediados pela religião e aceitamos naturalmente como se fosse uma boa ação. Seja entre

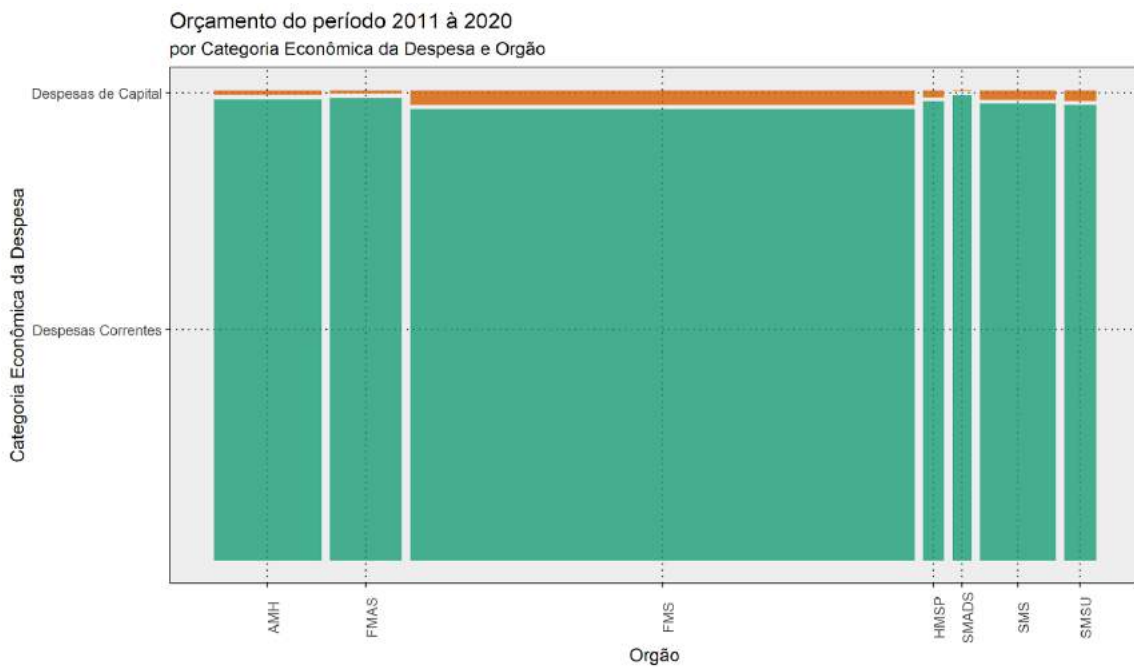
a esquerda militante com as pastorais ou entre o exército dos conservadores com seus templos e seitas, precisamos dessa intermediação e da liderança dessas instituições em um guarda-chuva de coletivos, mídia e organizações. Para acessar o presídio, apenas podemos através de uma religião e de suas instituições. Para acessar os povos originários, novamente acessamos as instituições da Igreja. Para acessar a luta no campo, passamos novamente pela religião. Para acessar as favelas, acessamos através da religião. Principalmente para os movimentos autônomos e autonomistas isso é mais evidente, como vimos em campo. Na *Frente para o Desencarceramento*, pelo abolicionismo penal e a descriminalização das drogas, os autonomistas estão ali, coordenados pela Igreja, como pela Pastoral Carcerária. Para as ocupações 'autônomas' da população de rua, os autonomistas estão ali, coordenados pela Pastoral do Povo de Rua e suas empresas. Nos trabalhos sociais na Fundação Casa, os autonomistas estão ali, coordenados pela Pastoral do Menor e suas empresas. Na construção de comunidades como na Favela do Moinho ou do Piolho, os autonomistas estão ali, coordenados pelas CEBs e suas empresas, como o Oratório São Domingos Sávio e Aliança para a Misericórdia na Favela do Moinho. Quando uma ocupação urbana precisa de auxílio contra a criminalização, depende também das organizações parceiras das ações pastorais da CNBB e seu 'Grito dos Excluídos', como com o Centro Gaspar Garcia ou a Ponte Jornalismo. Na resistência junto aos povos originários, os autonomistas estão ali, com o CIMI. Na luta pelo meio ambiente, como no desastre de Mariana, é a CNBB e a Arquidiocese de Belo Horizonte cuidando, novamente. Mesmo para defender os Black Blocs em 2013 foi necessária a presença de um padre para conter a criminalização das táticas de defesa contra a violência policial durante protestos de rua.

No mundo latino (principalmente onde o republicanismo radical não teve força no século XIX), seja com os jesuítas junto aos mais vulneráveis ou com os conservadores da Opus Dei nas elites dos grandes clubes (Circolo Italiano, Clube Paulistano, Rotary Club, Clube Parque da Mooca, Clube Atlético Juventus etc) o Vaticano, uma monarquia, precisa que o conflito social e ideológico passe sempre por si, para garantir a sua totalidade – muitas vezes garantida a intervenção estrangeira pelos próprios acordos internacionais que os Estados latinos estabelecem. Infelizmente, em países de modernização tardia que não tiveram concluído seu ciclo republicano, qualquer ação social só consegue movimento em conciliação com os movimentos religiosos. No caso da Igreja Católica ela ainda pode articular mais à direita ou mais à esquerda conforme seja mais interessante a si, ou seja, ao Príncipe e Patriarca de uma Monarquia estrangeira.

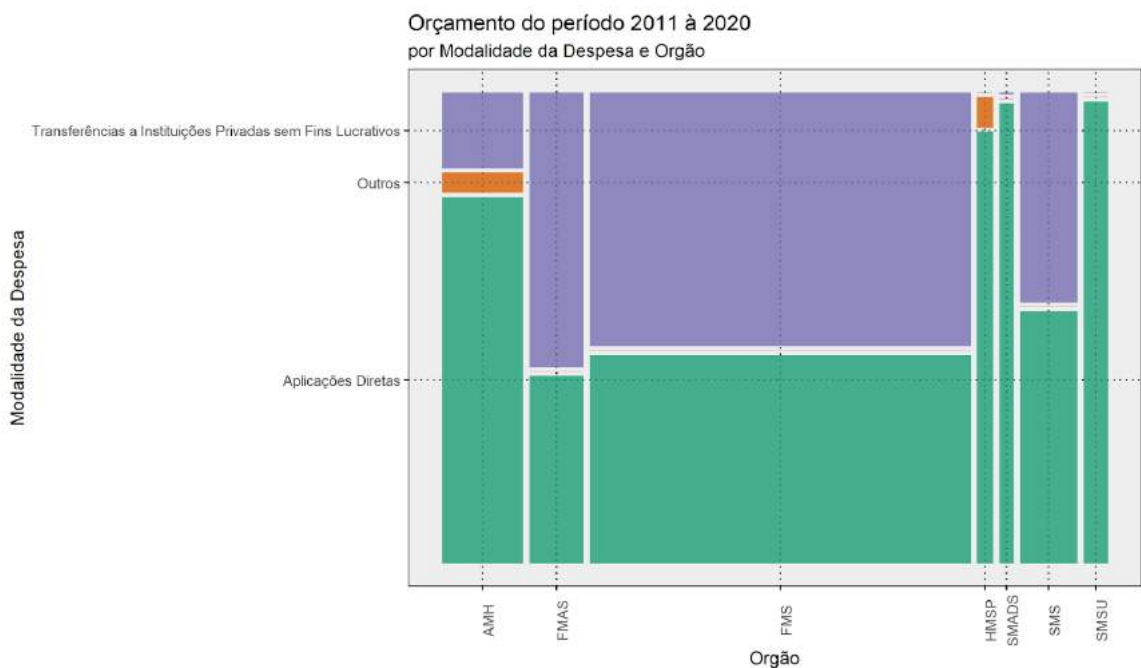
Vivemos hoje um novo ciclo de contestação republicana aos poderes eclesiais. No mundo latino, seja na Argentina, Chile, Espanha e Itália, existe um forte movimento contra a Igreja Católica (como, por exemplo, através da rede laicismo.org). O Vaticano, após inúmeras crises durante os séculos de Modernidade, conseguiu sair da segunda metade do século XX como um grande e silencioso poder político e econômico sob as vestes da humildade. Infelizmente, o Brasil nos parece alheio a esse processo contestatório – ou mesmo parece desconhecer esse processo no mundo – dividindo o seu território entre católicos e evangélicos como se fosse uma divisão entre esquerda e direita.

### *3. Alguns Dados Quantitativos: Assistência Social e Segurança Pública*

São Paulo está na vanguarda da terceirização. Outros Estados e Municípios, principalmente os menores, ainda têm maior proporção de administração direta do Estado de seus serviços de assistência social. Já em 2007 o orçamento para as Organizações Sociais superou os gastos diretos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Em 2010 opera-se um salto, na mesma medida que os gastos em administração direta reduzem. Em 2014, após o Marco Regulatório das Organizações Sociais criado pelo Governo Federal sob administração de Dilma Rousseff, opera-se apenas uma regularização da declaração de gastos como já acontecia, de transferência para para a administração indireta através das OSCs, mas continuando o crescimento da terceirização (via Fundo Municipal de Assistência Social), estabilizando em 2017/2018 devido ao baixo crescimento, menor arrecadação e orçamento reduzido.



O gráfico acima mostra a comparação entre a alocação orçamentária segundo a classificação econômica da despesa. Podemos ver que a proporção entre despesas correntes (despesas de caráter operacional tal qual a folha de pagamento do funcionalismo público) e despesas de capital (investimentos em infraestrutura realizados pelo Estado) é maior que 95% entre todos os órgãos analisados, sendo que esse fenômeno é especialmente agravado naqueles responsáveis pela assistência social (FMAS e SMADS). Ou seja, o investimento no

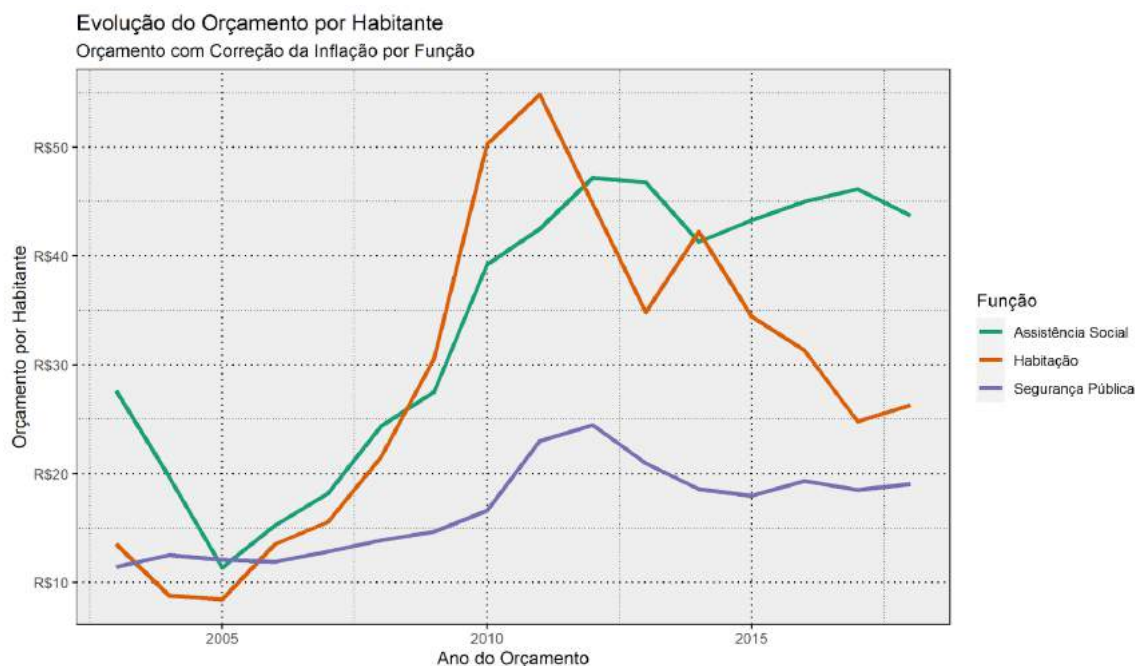


setor é praticamente inexistente, enquanto – como vimos em campo – os serviços aos usuários são precários, assim como as condições de trabalho e dos trabalhadores.

O gráfico acima mostra a divisão entre gastos pela aplicação direta, ou seja, gastos realizados sob tutela do Estado e aqueles feitos através de OSCs. Podemos ver que principalmente no FMS, SMS e FMAS predominam os gastos através de Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Infelizmente nesta modalidade de gasto o público perde acesso aos dados discriminados do orçamento empenhado: embora as OSCs publiquem, por lei, orçamentos detalhados, estes raramente se encontram digitalizados ou em qualquer forma passível de análise. Para ter acesso a esses dados é necessário que peça diretamente para cada uma das centenas de OSCs quando não disponível, ou mesmo via Lei de Acesso à Informação (LAI); de qualquer forma, o formato recebido é sempre inviável para análise.

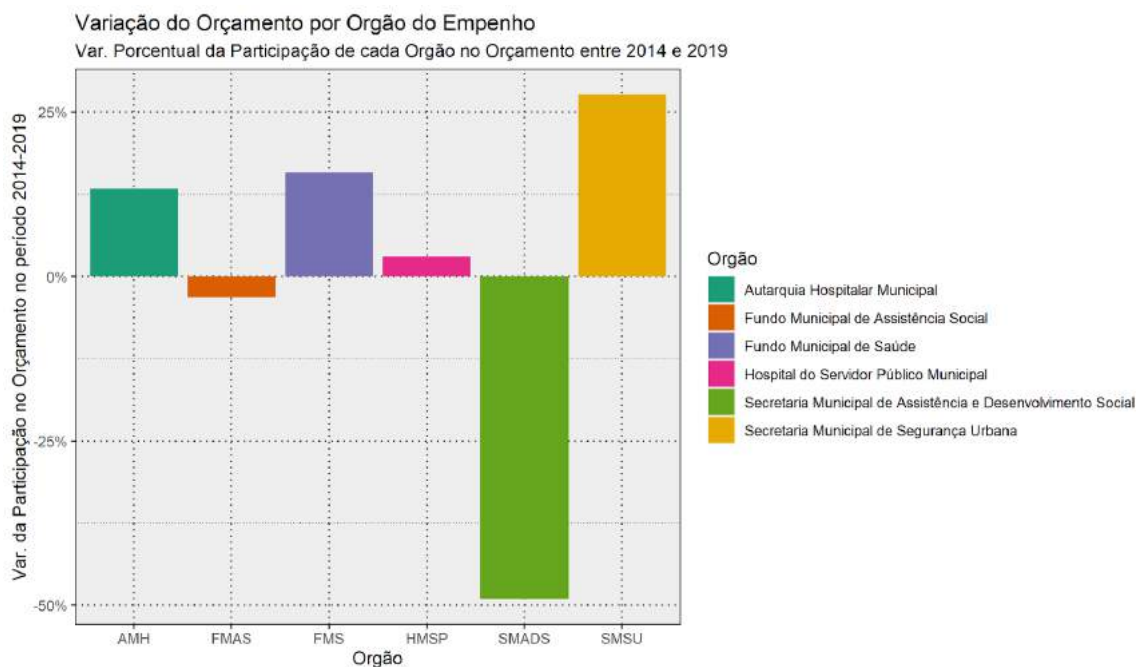
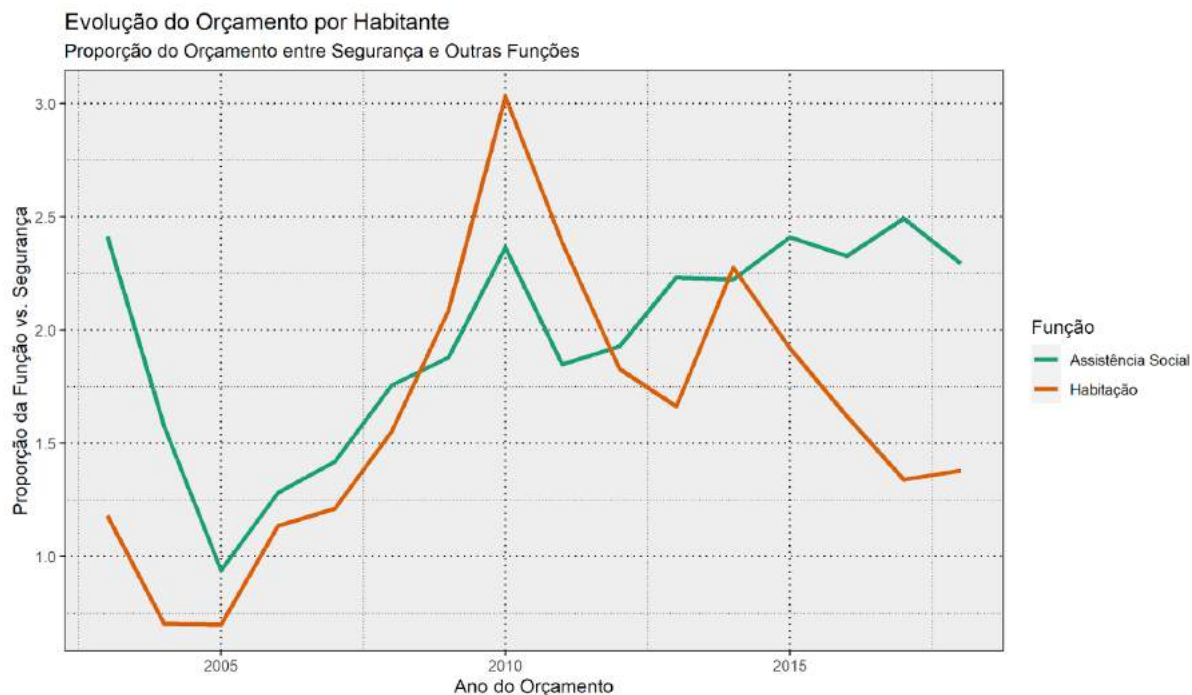
Desde 2010 o orçamento de administração direta em assistência social reduz, enquanto sobem os gastos diretos em segurança urbana, passando o orçamento da SMADS já em 2011; sua curva é semelhante ao do Fundo Municipal de Assistência Social, operando salto simultâneo entre 2014 e 2016.

Em uma comparação dos gastos por habitante e por setor, observando a Secretaria de Habitação, Assistência Social e Segurança, observamos que tivemos uma curva acentuada da habitação de 2005 a 2011, acompanhando o desenvolvimento do Brasil e os investimentos do PAC, seguida de progressiva queda (com exceção de 2014).



Os gastos em Assistência Social e Segurança sobem progressivamente de 2005 a 2011 e depois se estabilizam. Porém, a proporção de gastos em segurança comparado aos gastos de

assistência social cresceu de gastos diretamente proporcionais em 2005 para gastos 2,5 vezes maiores em segurança.



Entre os órgãos analisados podemos ver que apenas aqueles ligados à assistência social apresentaram retração no período 2014 a 2019 enquanto a Secretaria Municipal de Segurança Urbana foi a que mais cresceu.

Devido ao orçamento de um município do tamanho de São Paulo, a maior contribuição para os gastos de assistência social vem via o próprio município, em seguida

pouco do Estado de São Paulo e um pouco mais via Governo Federal. Municípios menores, ou mesmo outras capitais possuem proporções diferentes.

O orçamento médio anual da função Assistência Social é de R\$1,3 bilhões, o que representa R\$9 por mês para cada cidadão. Em comparação com o orçamento total do Município por cidadão é de R\$406 por mês.

<b>Orçamento das Empresas de Segurança (2011-2020)</b>	
<b>Nome da Empresa</b>	<b>Orçamento</b>
ATENTO SAO PAULO SERVICOS DE SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI	R\$ 173.676.172
CENTURION SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	R\$ 76.474.730
SEAL SEGURANCA ALTERNATIVA EIRELI	R\$ 43.012.622
ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	R\$ 29.130.100
JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI	R\$ 4.148.436
LOGICA SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI	R\$ 679.759
GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	R\$ 664.123
G4S VANGUARDA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	R\$ 498.520
LIONS SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI	R\$ 453.440
ORPAN - ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA	R\$ 299.622
ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	R\$ 260.835
MRS SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI	R\$ 222.695
EMPRESA NACIONAL DE SEGURANCA LTDA	R\$ 111.796
SECURITTA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA	R\$ 95.248
FAVERO E ESTEVES EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	R\$ 67.627
ALSA FORT SEGURANCA EIRELI	R\$ 23.269

Na tabela acima vemos as Razões Sociais das maiores empresas de segurança contratadas através de empenhos cuja função era Assistência Social. O assédio aos usuários da assistência social não vem apenas da Polícia Militar (PM) ou da Guarda Civil Metropolitana (GCM), existe também um processo de privatização da segurança que atua no interior dos serviços públicos terceirizados e, como vimos em campo, existem diversas queixas da brutalidade com usuários dos serviços.



### Orçamento de Segurança em Assistência Social

	Segurança	Partip. Ass.
2011	R\$ 11.563.010	1,3%
2012	R\$ 29.751.156	3,1%
2013	R\$ 27.787.943	2,5%
2014	R\$ 28.134.833	2,6%
2015	R\$ 33.016.111	2,7%
2016	R\$ 41.827.176	3,2%
2017	R\$ 40.852.510	3,0%
2018	R\$ 33.699.533	2,4%
2019	R\$ 43.938.791	3,1%
2020	R\$ 39.247.931	1,7%



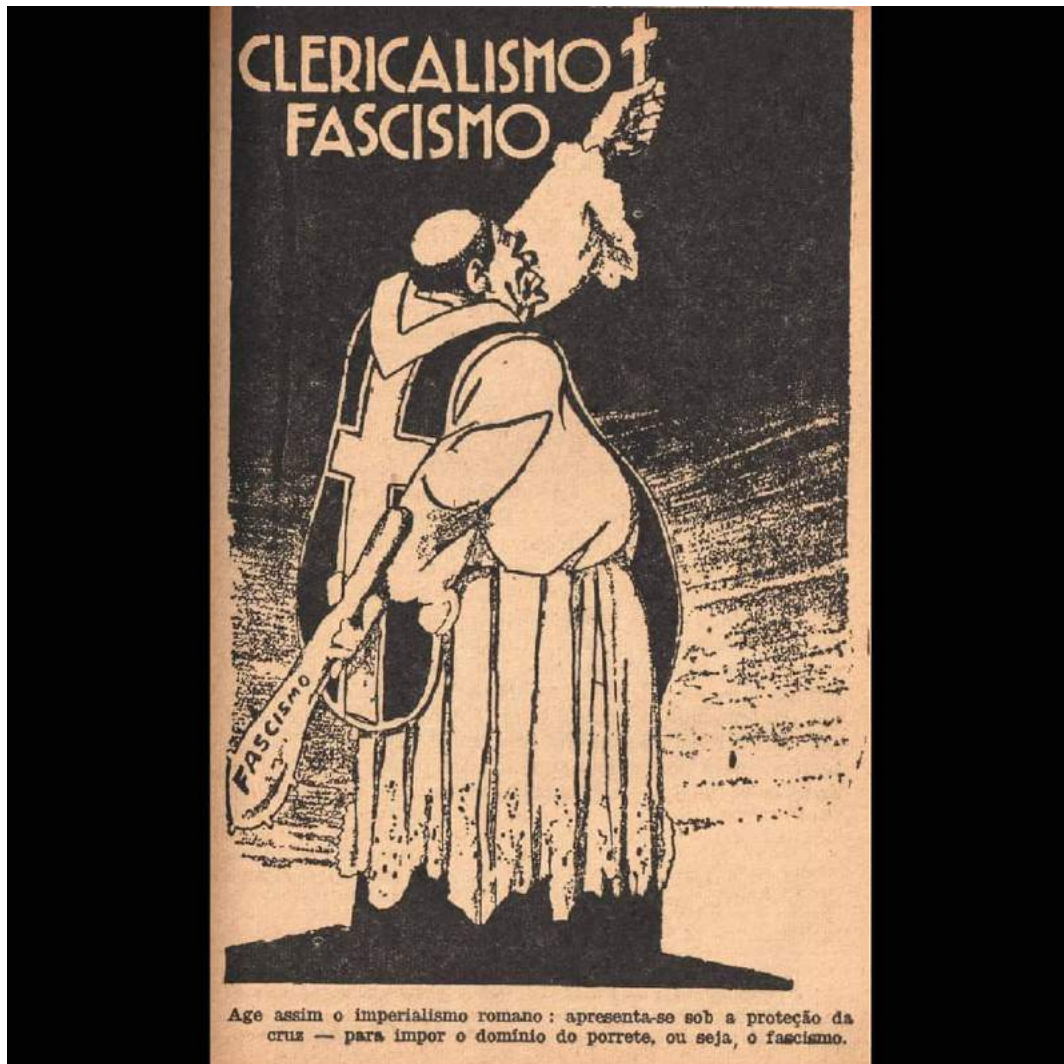
No gráfico acima vemos, em conjunção com a tabela, o crescimento dos gastos em empresas de segurança particular feitos através da função orçamentária de Assistência Social. Este gasto chega a representar 3% do orçamento total gasto em assistência social e quadruplicou o empenho na última década.

## CONCLUSÃO

Nossa pesquisa iniciou observando a securitização progressiva de diferentes esferas da vida. Quando fomos à campo, identificamos a securitização da assistência social, mais especificamente para a população em situação de rua e os trabalhadores da assistência social. Ali, observamos que existia uma rede complexa que extrapolava o espaço social local e que passava por diferentes instituições, famílias, territórios e classes. Percebemos que havia uma relação da terceirização do serviço público para as organizações religiosas e que haviam correlações com as nossas hipóteses. Buscamos nomear uma amostragem de cada um desses agentes sociais.

Uma vez que identificamos as instituições religiosas que participam da terceirização dos serviços de saúde e assistência social, buscamos entender como isso acontece. Buscamos

uma abordagem mais materialista que tocasse em um assunto que muitas vezes é tratado como tabu quando falamos de assistência social, muitas vezes deslocando o debate para aspectos morais. Através de análise histórica e orçamentária conseguimos identificar diversas relações espúrias entre Estado e Confissões Religiosas que estão no meio das hipóteses de securitização da assistência social, como da precarização do trabalho. Continuaremos no capítulo seguinte analisando as mesmas questões, agora através da geografia da cidade.



*Jornal anarquista 'A Lanterna' do começo do século XX*

## CAPÍTULO 10

### ALGUMAS ANÁLISES GEORREFERENCIAIS: Atlas da População de Rua

A tese que buscamos verificar em nossa pesquisa é sobre as relações estabelecidas entre a segurança pública e a assistência social; para isso, tomamos como objeto de estudo a população de rua no município de São Paulo. Dessa forma, vimos a necessidade de também incorporar as políticas de saúde mental, já que os planos intersecretarias para a população de rua geralmente são focados nessas três secretarias e coordenados pela secretaria de segurança. Uma vez que aprofundamos nosso trabalho de campo, identificamos ainda a presença de diversos outros agentes que compõem nossos vetores sociais, como famílias influentes, políticos locais, pequenos proprietários e vizinhança, mas acima de tudo, a influência das Igreja Católica e Igrejas Evangélicas.

Observamos que essas relações, em campo, se dava como uma partição e competição pelo território da cidade. Optamos então por analisar algumas dessas relações através da criação de mapas. É esse material que apresentamos nesse capítulo.

#### 1. Método

Os mapas que se seguem foram construídos com a premissa que a proximidade e a densidade de igrejas no entorno de uma localidade são atributos determinantes para definir o grau de atividade e influência que cada confissão religiosa exerce sobre o local.

Para construir os mapas individuais utilizamos o algoritmo de Fisher-Jenks. Assim, realizamos a ‘clusterização’ dos diferentes locais e construímos uma visualização segmentada em 5 faixas – da presença mínima à presença máxima.

A partir da marcação de localização (*latitude-longitude*) de templos e outras localidades associadas à Igreja Católica e as diversas denominações evangélicas, criamos um indicador representando a presença de uma das duas categorias de cristianismo. Este indicador foi calculado no nível do setor censitário a partir de dois conceitos considerados determinantes na presença de uma dada categoria: a densidade de localidades e a proximidade destas localidades para o setor em questão. Para realizar essa estimativa calculamos, sobre um conjunto de pontos aleatórios cobrindo a extensão da área analisada, a distância de cada ponto para as 5 localizações mais próximas de cada categoria – o número de vizinhos mais próximos representou o ponto ótimo em termos de representação de estruturas

no nível da cidade. Utilizamos um sistema GIS/SQL para calcular a média dos pontos dentro de cada setor censitário, chegando assim à uma estimativa neste nível para a presença de cada categoria de cristianismo. Para tornar diferentes partes da cidade comparáveis e reduzir o impacto da variação de atributos urbanísticos sobre a visualização de estruturas locais, optamos por normalizar a presença de cada categoria nas regiões delineadas pelas subprefeituras de SP.

Utilizamos a mesma metodologia presente no Atlas da Distribuição de Igrejas (Católicas e Evangélicas) com uma diferença: a normalização da presença de cada igreja é feita no nível municipal. Como o indicador de presença é definido para cada categoria em cada setor censitário, podemos utilizar a diferença entre essas duas estimativas de presença como uma medida da disputa por influência exercida pelas diferentes localidades associadas a cada denominação cristã. O mapa resultante mostra, dentro da realidade do município de SP, quais setores censitários têm presença semelhante entre as duas denominações (setores em disputa) e quais têm predominância de uma das duas denominações.

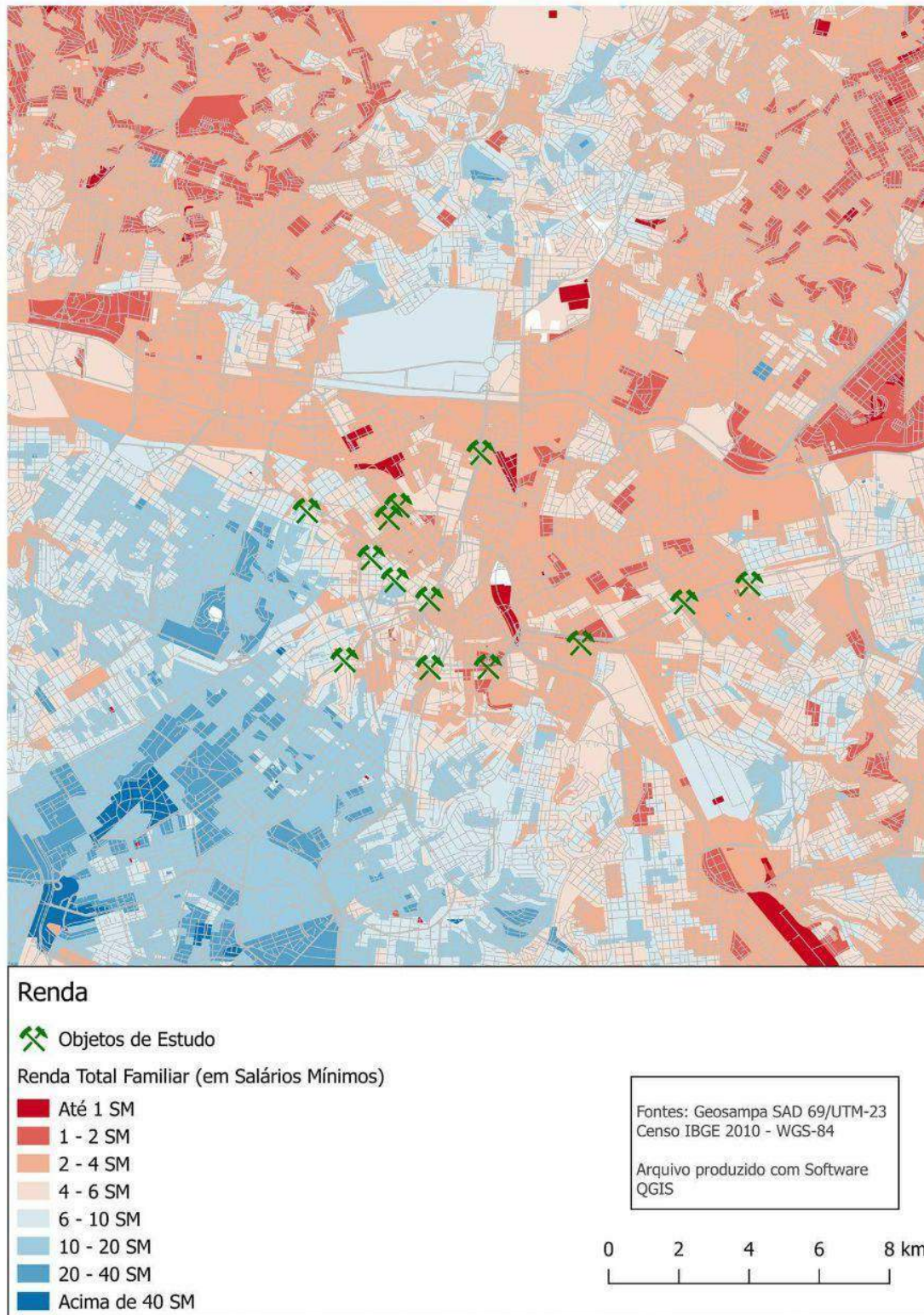
Utilizamos os microdados do Censo da População em Situação de Rua 2019<sup>51</sup> para filtrar apenas as pessoas que não estejam em situação de acolhimento no aparelho de assistência social da prefeitura e localizar estas pessoas a partir das entrevistas realizadas no censo. Utilizamos a mesma metodologia descrita acima (estimando a média da distância de cada setor censitário para as 20 pessoas em situação de rua mais próximas) para calcular o indicador de distribuição da população de rua. Normalizamos este indicador novamente por subprefeitura, possibilitando a visualização de estruturas comuns e a interação entre a geografia urbana e a população de rua mesmo com as altas taxas de concentração observadas nos bairros centrais de SP. Através do Censo SUAS, que quantifica diversos atributos dos espaços físicos de cada equipamento da rede de assistência social, pudemos mapear pontos que dividem seu espaço físico com um templo, embora não tenhamos neste censo a natureza dessa relação nem a qual religião este templo pertence.

---

51

<[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_social/pesquisas/index.php?p=18626](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626)>

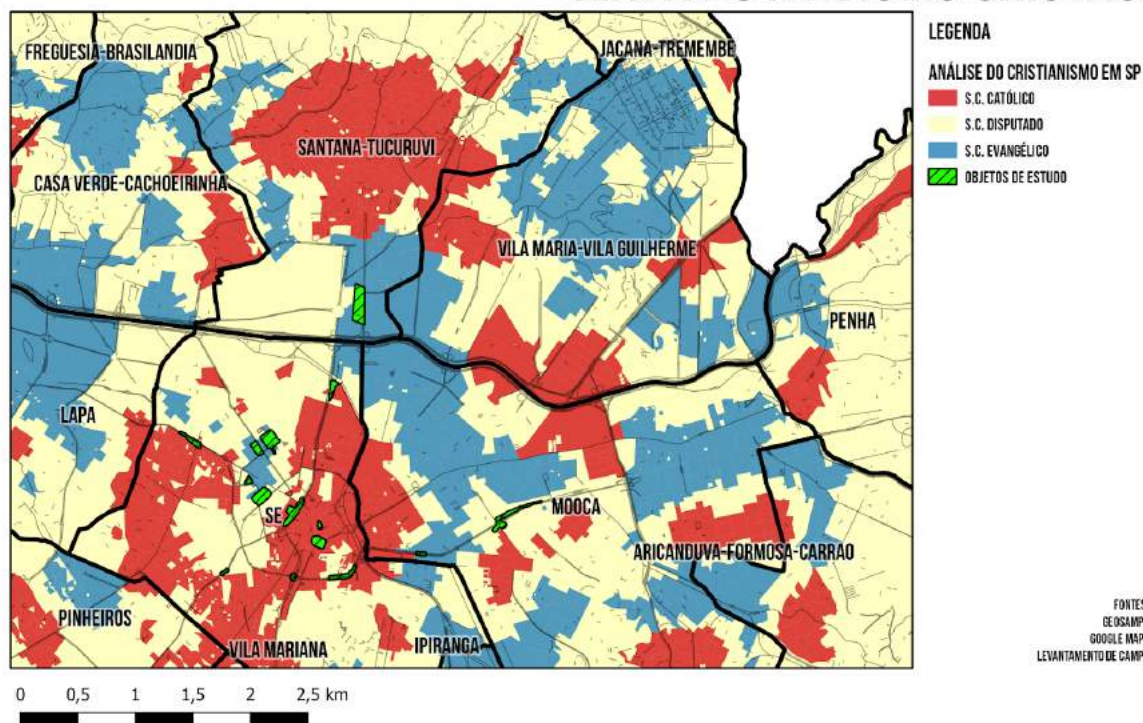
## 2.1 Nossos resultados em Mapas



Nosso primeiro mapa foi produzido evidenciando a renda familiar por setor censitário. Podemos observar a pressão imobiliária no centro expandido de São Paulo. O centro, que esteve ‘abandonado’ por algumas décadas, que aloca e alocou populações paupérrimas, está

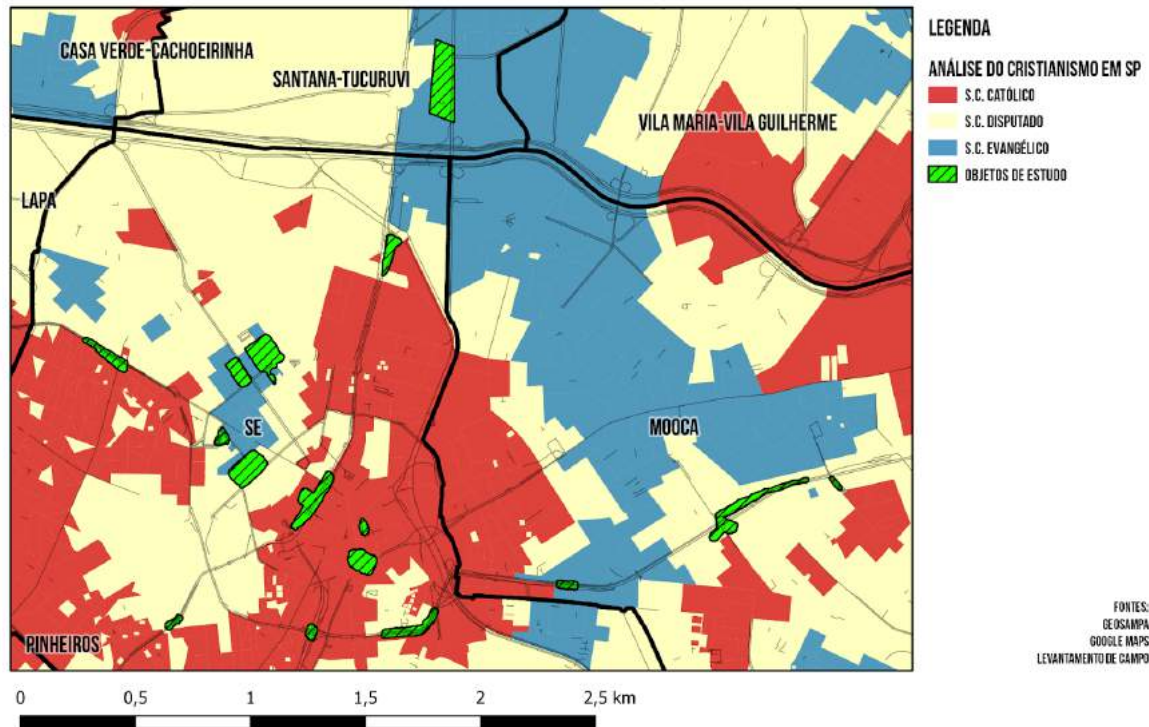
circundado por bairros de elite que se expandem e pressionam as áreas de baixa renda. É nesses espaços também que encontramos as comunidades de população de rua concentrada no baixo dos viadutos, nas praças e ocupações urbanas, constituindo ‘bolsões de miséria’ tanto entre bairros de alta renda como em bairros de baixa renda.

## MAPA DO ATIVISMO CRISTÃO



O recorte apresentado no mapa acima ilustra os eixos de avanço da área de influência da militância evangélica sobre a católica. Podemos ver claramente como este movimento acontece ao longo do eixo ‘Cidade Velha’ e ‘Cidade Nova’: os centros evangélicos avançam sobre os centros católicos saindo das regiões novas e periféricas da cidade em direção aos centros de ocupação mais antigos, que se configuram como polo de poder da Igreja Católica. O recorte acima apresenta este fenômeno no entrocamento entre Centro Velho, Zona Norte e Zona Leste, onde podemos ver o avanço da influência evangélica partindo da Vila Maria/Vila Guilherme e Casa Verde-Cachoerinha para a Mooca e através da Radial Leste em direção à Zona Leste. Podemos observar que a militância evangélica constituiu uma distribuição em Y, da periferia para o Centro. A Mooca, zona de ocupação antiga e historicamente católica, é o ponto nevrálgico onde essas duas tendências se encontram, com uma evidente disputa na Radial Leste, onde se encontram concentrações de população de rua.

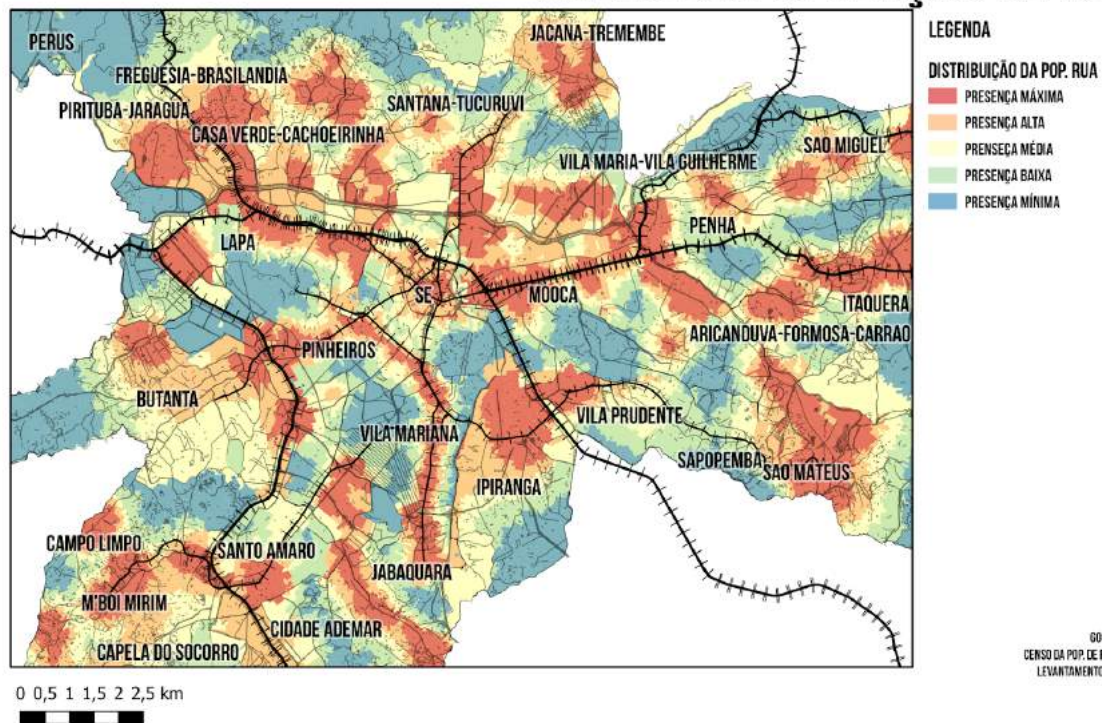
## MAPA DO ATIVISMO CRISTÃO



O segundo recorte traz uma aproximação dos objetos de estudo (comunidades do povo de rua). Vemos aqui como eles se encontram nas fronteiras entre a expansão evangélica e a Igreja Católica. Nominalmente vemos a região da Cracolândia como polo evangélico; o bairro da Sé e a Zona Oeste, predominantemente católico; a ocupação do Cimento com uma evidente disputa entre católicos e evangélicos, situada na Radial Leste<sup>52</sup> ao longo do eixo de avanço evangélico e situada entre a Igreja Católica presente no sul da Mooca e o movimento evangélico presente ao norte.

<sup>52</sup> Certa vez, em período eleitoral, uma kombi entrou durante a noite na ocupação Alcântara Machado embaixo do viaduto, na Radial Leste. Distribuíam marmitas e tiravam fotos. No fundo das fotos sempre saía a kombi, que estava adesivada com propaganda eleitoral da bancada evangélica com pastores carismáticos estampados junto a Celso Russomanno. Uma vez avisado, o Coletivo (CATSo), vinculado ao laicato católico e à Pastoral do Povo de Rua, foi até lá solicitar que se retirassem porque não eram permitidas propaganda política, cultos ou fotos (para fins publicitários) no espaço.

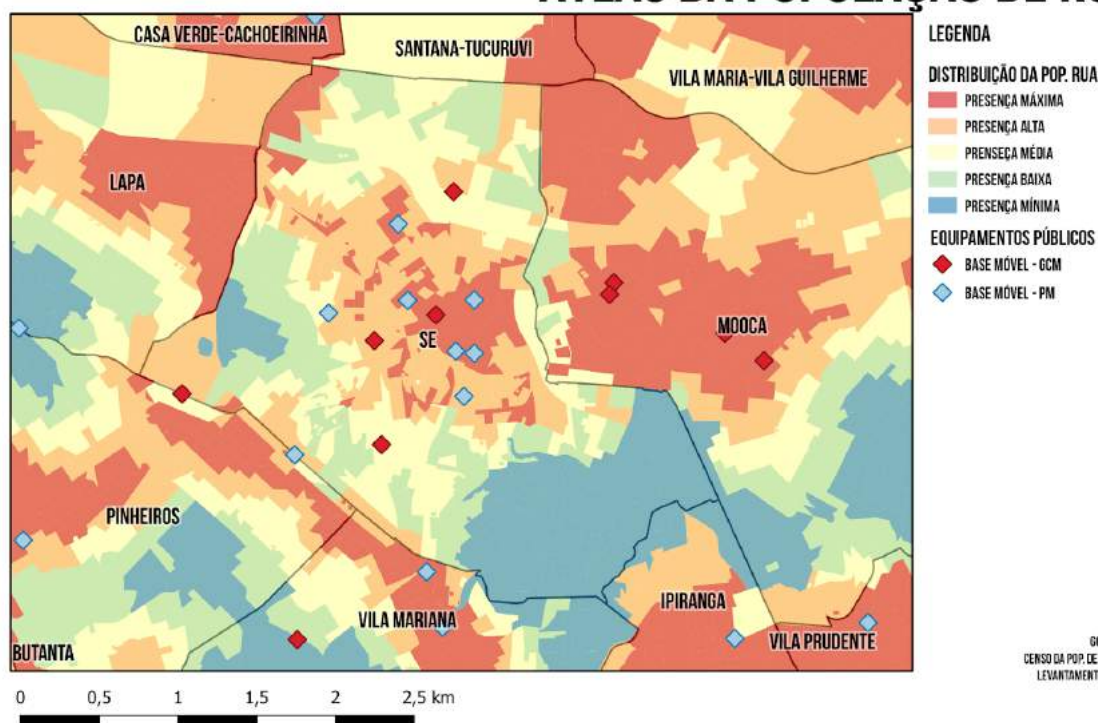
# ATLAS DA POPULAÇÃO DE RUA



O mapa acima apresenta a distribuição da população de rua ao longo do centro expandido da cidade de São Paulo. Através da normalização entre bairros, podemos ver claramente os eixos de ocupação ao longo da cidade. Essa distribuição é claramente enviesada em direção aos centros locais de cada região da metrópole, repetindo aquilo que se observa de maneira macroscópica na cidade como um todo, onde essa distribuição é claramente concentrada nos bairros centrais da cidade. Além disso, percebemos que a ocupação urbana da população de rua segue a distribuição ao longo dos eixos de movimentação da população como um todo – seja em avenidas principais, seja ao longo dos eixos da malha ferroviária e metroviária da cidade de São Paulo. Isso representa algo que vimos em campo: a população de rua cria suas comunidades em áreas que não podem ser ocupadas regularmente, principalmente onde há maior densidade populacional e capacidade de circulação, como o baixio dos viadutos ou as malhas ferroviárias, já que a sua sobrevivência (a natureza de seus trabalhos) depende disso.



# ATLAS DA POPULAÇÃO DE RUA

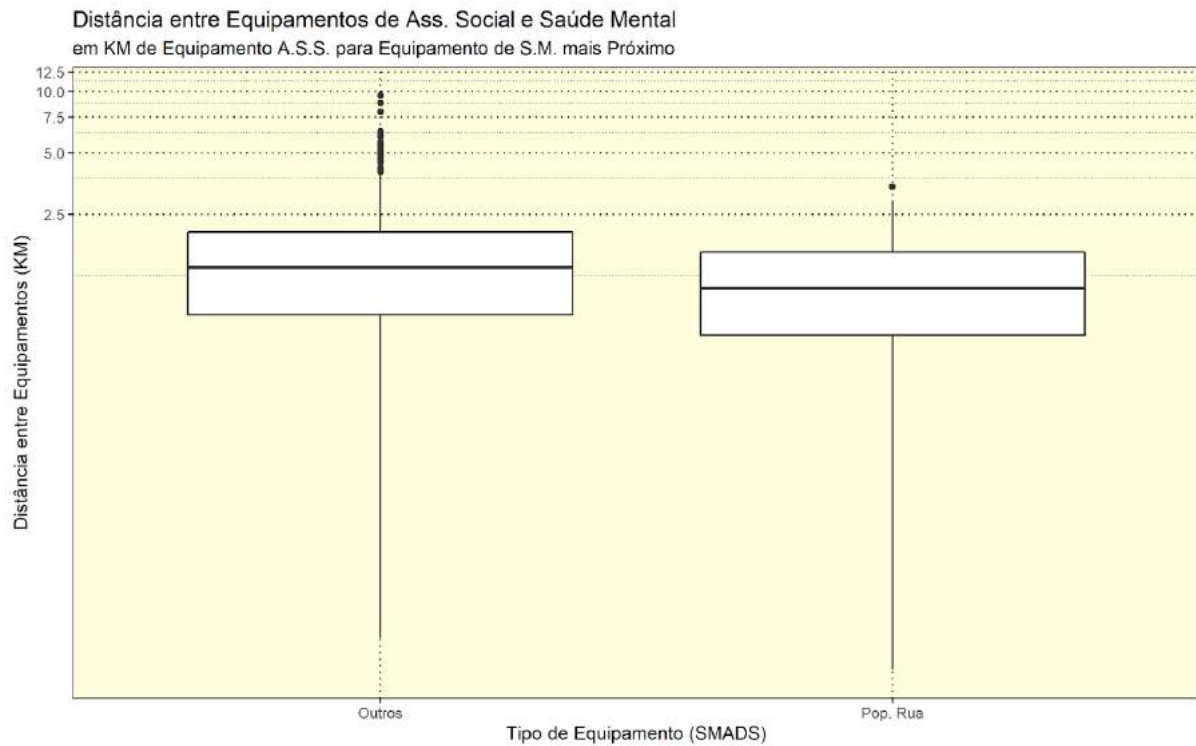


No recorte acima podemos observar como a presença de Bases Móveis<sup>53</sup> da PM e da GCM acontece em relação à distribuição da população de rua. No mapa, vemos a alta correlação geográfica entre a localização dessas bases e a concentração de população de rua – apenas três bases no mapa se encontram em locais com baixa concentração da população de rua (sudoeste da Vila Mariana, divisa da Lapa e Pinheiros e região intermediária entre Pinheiro e Sé).

## 2.2 Georreferências de Assistência Social e Segurança Pública: Correlação ou Causalidade?

A utilização de um sistema GIS possibilita não apenas a visualização dos dados coletados através de mapas, mas também a construção de indicadores e modelos. Começamos com a quantificação da proximidade entre aparelhos da Assistência Social, classificados pelo tipo de usuário do equipamento, e os equipamentos de Saúde Mental e Segurança Pública. Para realizar esta mensuração, calculamos a distância em quilômetros entre cada equipamento da Assistência Social e o equipamento de Saúde Mental ou Segurança Pública mais próximo (a distância mínima entre um equipamento de Assistência Social para algum equipamento de Saúde Mental e Segurança Pública).

<sup>53</sup> Apesar de serem Bases Móveis, elas são ‘quase fixas’, deslocando-se pouco e, quando deslocadas, costumam ficar em um raio próximo.



No gráfico acima vemos a distribuição de distância mínima dos equipamentos de Saúde Mental para os equipamentos de Assistência Social. Podemos ver que essa distância é menor quando o equipamento em questão é de uso da população de rua. Utilizamos uma regressão linear simples para mensurar esta diferença e sua relevância: os equipamentos de Saúde Mental estão em média 25% mais próximos dos equipamentos destinados à população de rua do que os equipamentos destinados aos outros usuários.

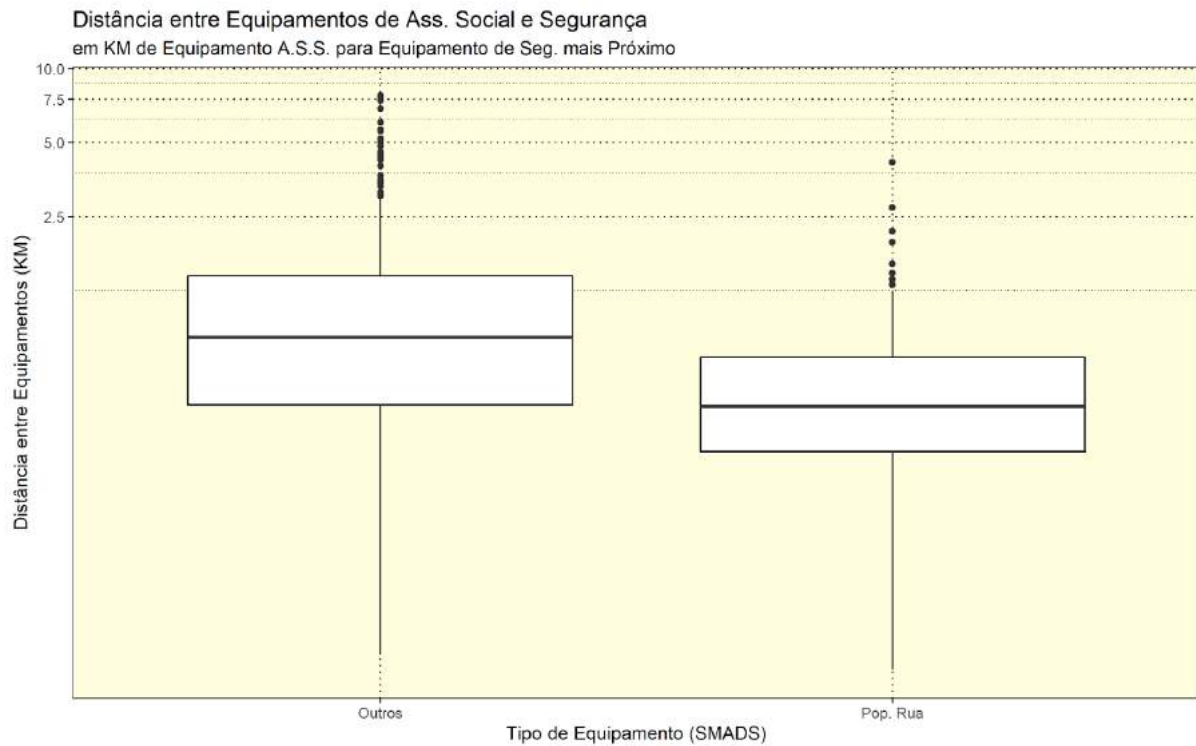
```

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-4.1315 -0.3991  0.1394  0.5519  2.0721

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)    7.09292    0.02546  278.557 < 2e-16 ***
CLA_GGNPop. Rua -0.29783    0.06792   -4.385 1.26e-05 ***
---
signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.8088 on 1172 degrees of freedom
Multiple R-squared:  0.01614, Adjusted R-squared:  0.0153
F-statistic: 19.23 on 1 and 1172 DF, p-value: 1.265e-05

```

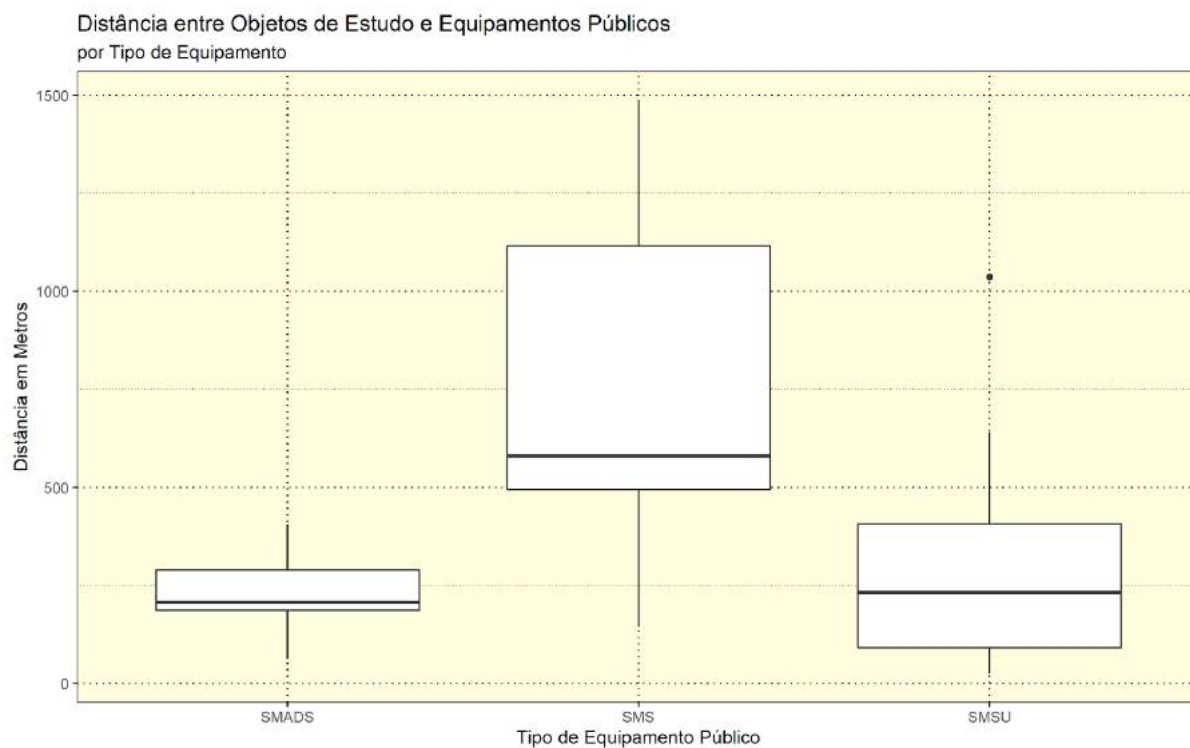


Utilizamos a mesma metodologia para mensurar a distância mínima entre diferentes equipamentos da Assistência Social e os equipamentos de Segurança Pública. Novamente notamos que essa distância é diferente entre os equipamentos destinados à população de rua e outros usuários. Novamente os equipamentos de segurança pública se concentram ao redor dos equipamentos de assistência social: a distância entre um equipamento de segurança e um destinado a população de rua é 50% da distância para outro equipamento qualquer da assistência social.

```
lm(formula = log(MD_K1MIN) ~ CLA_GGN, data = dados_dist)
Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-2.98964 -0.61199 -0.00468  0.53143  2.32826

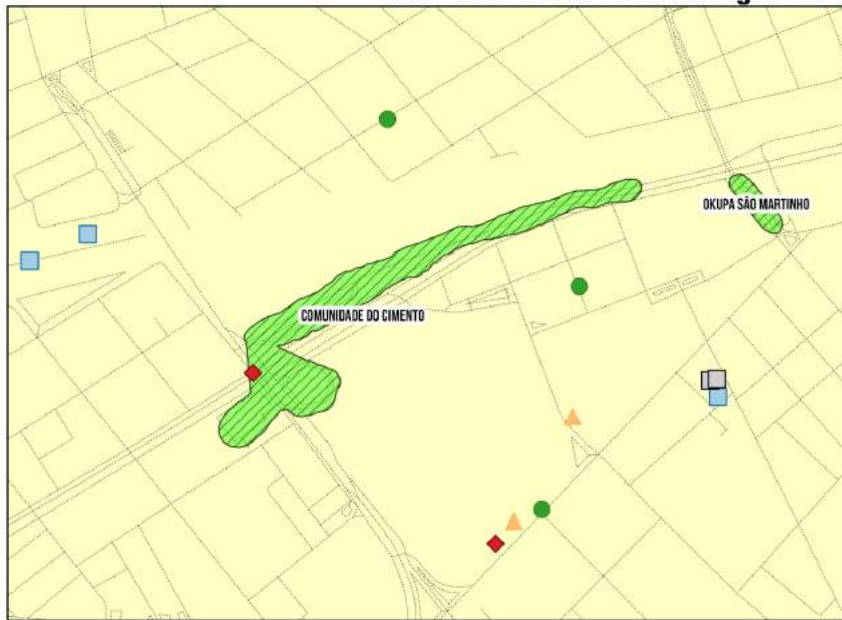
Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)    6.71333    0.05517  121.679 < 2e-16 ***
CLA_GGNPop. Rua -0.70919    0.09962  -7.119 5.09e-12 ***
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.9199 on 399 degrees of freedom
Multiple R-squared:  0.1127,    Adjusted R-squared:  0.1105
F-statistic: 50.68 on 1 and 399 DF,  p-value: 5.091e-12
```



Por fim, mensuramos a distância de cada objeto de estudo para o equipamento público das três secretarias estudadas mais próximas. Notamos que existe uma concentração de equipamentos da assistência social e da segurança pública ao redor dos objetos de estudo (concentração da população de rua). Podemos observar essa relação diretamente através de mapas, pontuando os equipamentos públicos na vizinhança de cada objeto.

# ATLAS DAS OCUPAÇÕES DE POP. RUA



## LEGENDA

### EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- ◆ SMSU/SMADS/SMS
- ◆ BASE MÓVEL - GCM
- ◆ BASE MÓVEL - PM
- EQUIP. REGULAR - GCM
- EQUIP. REGULAR - PC
- EQUIP. REGULAR - PM
- SMADS POP. RUA
- ▲ SMS SAÚDE MENTAL

### OBJETO DE ESTUDO

- ▨ OCUPAÇÕES

### INFRAESTRUTURA

- RUAS, AVENIDAS ETC.



FONTES:  
GEOSAMPA  
GOOGLE MAPS  
CENSO DA POP. DE RUA (2019)  
LEVANTAMENTO DE CAMPO

# ATLAS DAS OCUPAÇÕES DE POP. RUA



## LEGENDA

### EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

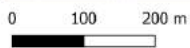
- ◆ SMSU/SMADS/SMS
- ◆ BASE MÓVEL - GCM
- ◆ BASE MÓVEL - PM
- EQUIP. REGULAR - GCM
- EQUIP. REGULAR - PC
- EQUIP. REGULAR - PM
- SMADS POP. RUA
- ▲ SMS SAÚDE MENTAL

### OBJETO DE ESTUDO

- ▨ OCUPAÇÕES

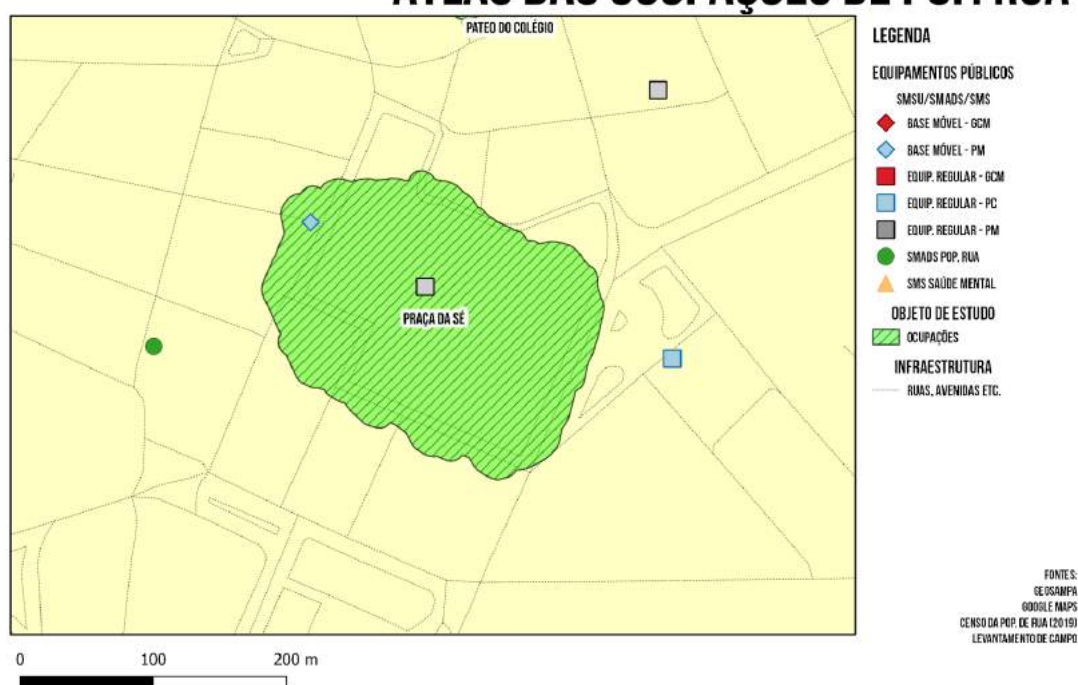
### INFRAESTRUTURA

- RUAS, AVENIDAS ETC.



FONTES:  
GEOSAMPA  
GOOGLE MAPS  
CENSO DA POP. DE RUA (2019)  
LEVANTAMENTO DE CAMPO

## ATLAS DAS OCUPAÇÕES DE POP. RUA



As análises acima se baseiam na comparação entre os diferentes tipos de equipamentos da assistência social e formam um forte indício de que existe uma lógica de aproximação entre os equipamentos de segurança e saúde mental aos equipamentos destinados à população de rua. No entanto, não podemos descartar a possibilidade de que exista um fator em comum entre a escolha da localização de cada um desses equipamentos. Para tanto construímos uma grade de pontos sobre a região da Sé e da Mooca com distância intervalar de 100m. Em cada um desses pontos avaliamos 6 variáveis:

1. Densidade Populacional;
2. Densidade da População de Rua;
3. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVM);
4. Distância para o equipamento SMADS Pop. Rua mais próximo;
5. Distância para o equipamento SMS de Saúde Mental mais próximo;
6. Distância para o equipamento de Segurança Pública mais próximo.

O modelo representa a distância para o equipamento SMADS Pop. Rua mais próximo em função das outras 5 variáveis. As três primeiras variáveis são utilizadas para controlar variações na lógica de urbanização que determina o posicionamento de cada equipamento público. As duas medidas de distância representam o possível enviesamento da distribuição de equipamentos quando fatoradas as variações comuns das densidades populacionais e vulnerabilidade social.

```

call:
lm(formula = DIST_SMADS_POPRUA ~ DENS_POP + DENS_POPRUA + IPVS +
    DIST_SMS + DIST_SMSU, data = grade_se_mooca)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-1243.98  -329.28   -34.86   291.34  1425.89

Coefficients:
            Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)  6.801e+02  3.036e+01  22.402 < 2e-16 ***
DENS_POP    -6.570e+02  2.208e+02  -2.975  0.00294 **
DENS_POPRUA -3.856e+04  2.417e+03 -15.955 < 2e-16 ***
IPVS        -1.662e+02  8.977e+00 -18.512 < 2e-16 ***
DIST_SMS     1.431e-01  1.119e-02  12.792 < 2e-16 ***
DIST_SMSU    6.376e-01  1.712e-02  37.246 < 2e-16 ***
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 457.1 on 6262 degrees of freedom
Multiple R-squared:  0.3785,    Adjusted R-squared:  0.378
F-statistic: 762.6 on 5 and 6262 DF,  p-value: < 2.2e-16

```

Os resultados do modelo mostram que, mesmo considerando esses três fatores comuns, ainda observamos uma predileção pelo posicionamento de equipamentos de saúde mental e segurança próximos à equipamentos destinados à população de rua. *Notavelmente, para cada metro que nos aproximamos de um equipamento da SMADS para população de rua, nos aproximamos 64cm de um equipamento de segurança pública.*

## CONCLUSÃO

Conforme apontamos na introdução deste trabalho, a população de rua de São Paulo não é como foi nos anos 1990. Não são mais indivíduos dispersos e paupérrimos distribuídos pela cidade, constituem comunidades. Por mais que seja uma população itinerante, com uma rotina diária de circulação pela cidade, seja por serviços ou por trabalho, hoje ela se aloca em diversas concentrações e tem uma rotina de sobrevivência, com seus trabalhos, relações afetivas, ‘malocas’ (‘barracos’), comunidades, serviços e proteção. Em nossa etnografia conhecemos e participamos da construção e organização de diversas dessas comunidades. Identificamos principalmente as concentrações do nosso objeto de estudos no seguinte: Comunidade 14 Bis (Bela Vista), Comunidade Alcântara Machado (Brás), Comunidade do Cimento (Mooca), Comunidade São Martinho (Belém), Pátio do Colégio, Sé, Marechal Deodoro, Santana e outras.

Os projetos de revitalização do Centro Histórico de São Paulo passaram por todas as gestões e o conflito foi permanente, piorando progressivamente. Ele se tornou mais intenso com as obras do PAC junto à Copa do Mundo e Olimpíadas.

Como observado pelo projeto *Arquitetura da Gentrificação* e pela Profa. Ermínia Maricato (FAU-USP) junto ao *Comitê Popular da Copa*, as obras da Copa do Mundo

impulsionaram uma especulação imobiliária ostensiva pela cidade, reconfigurando o espaço urbano. Ao longo da Radial Leste, do centro até o estádio do 'Itaquarão', houve uma acelerada gentrificação do espaço. Como vimos antes, nos bairros históricos mais próximos ao centro, houve grande pressão da comunidade local para expulsão da população de rua na região da Radial Leste, assim como houve pressão das famílias católicas tradicionais de bairros como Brás, Mooca e Belém. Foi assim que inúmeros serviços foram fechados na região e intensificou-se a segurança e repressão na região, acirrando o conflito de classes.

Acreditamos que os nossos mapas e análises possam contribuir para o entendimento desse processo de espoliação do território urbano. No capítulo seguinte trabalharemos com linguística computacional para operar análise semântica do poder executivo municipal.



## CAPÍTULO 11

### ALGUMAS DESCRIÇÕES SEMÂNTICAS: O Modelo de Tópicos

Apresentaremos a seguir um modelo de linguística computacional que nos ajuda a extrair significado de grande conjunto de documentos. Começamos a utilizar esse modelo durante nossa pesquisa de Mestrado, mais de meia década atrás. Naquele momento vimos a necessidade de detalhar os aspectos formais (computacionais e estatísticos), já que não era muito conhecido. Hoje ele já é amplamente aceito e utilizado<sup>54</sup>, amadurecido em diversas bibliotecas em Python para soluções imediatas, incorporado na indústria e na academia. Não iremos detalhar o modelo aqui em todos os seus aspectos formais, já que isso poderia cansar o leitor não-especializado. Mas apresentaremos uma breve apresentação aqui do que é o modelo de tópicos e como ele funciona.

#### 1.1. O que é Topic Model?

- a) Processamento de linguagem natural textual; é uma forma estatística de lidar com conteúdo textual através de *tokenização*;
- b) Não-supervisionado; significa que não há conhecimento prévio sobre o conjunto de documentos ou intervenção do pesquisador para definir um *target* de previsão;
- c) Não-estruturado; significa que trabalhamos com dados não-estruturados, como é da própria natureza do conteúdo textual; utiliza-se o modelo *bag-of-words* para estruturá-lo;
- d) Nos retorna tópicos no texto; cada tópico representa um significado no texto;

#### 1.2. O que é um tópico?

- a) A principal característica dos modelos de tópicos é sua capacidade de realizar uma redução dimensional do espaço definido pelo modelo *bag-of-words* de forma a capturar estruturas semânticas presentes no espaço. Além disso, temos que o novo espaço, dito espaço de tópicos, é um modelo probabilístico para a ocorrência de palavras nos documentos; ou seja, busca-se a covariância entre as palavras em um documento e a relação entre os documentos (Corpus). Vamos além da contagem de palavras.

---

<sup>54</sup> Hoje esse modelo está consolidado e ainda é utilizado para diversos tipos de tarefas com sucesso. Porém, o estado-da-arte caminhou para as redes neurais convolucionais ou para os ‘masked-models’ como é utilizado em modelos pré-treinados, por exemplo, o BERT, da Google. Para nós, o modelo de tópicos tradicional continuou suficiente.

**b)** Temos menos bias do que o 'tagueamento' de um sujeito e, portanto, melhor classificação que um humano<sup>55</sup>; é ótimo, por exemplo, para *information retrieval*, ou seja, encontrar um conteúdo textual específico em um grande conjunto de dados;

### 1.3. Como são tópicos extraídos do texto?

Um tópico é um conjunto de palavras hierarquizadas (*ranking*) por importância no Corpus. Cada tópico, ou seja, cada conjunto de palavras hierarquizadas denotam um sentido. Uma vez gerado os tópicos cabe ao especialista interpretá-los, *clusterizá-los* e nomeá-los.

<b>EXEMPLO DE TÓPICOS DE CULTURA</b>
<b>(tópico 17,</b> '0.228*"anos" + 0.120*"show" + 0.097*"projeto" + 0.080*"apresentacoes" + 0.076*"musicas" + 0.074*"banda" + 0.025*"acervo" + 0.022*"largo" + 0.018*"pontos" + 0.018*"novo"')
<b>(tópico 4,</b> '0.164*"sobre" + 0.112*"o" + 0.092*"biblioteca" + 0.075*"diretor" + 0.062*"exposicao" + 0.054*"obras" + 0.051*"reune" + 0.042*"andrade" + 0.042*"mario" + 0.037*"primeiro"')
<b>(tópico 10,</b> '0.181*"ate" + 0.126*"danca" + 0.092*"inscricoes" + 0.069*"artistas" + 0.068*"musical" + 0.066*"programa" + 0.052*"janeiro" + 0.049*"recebe" + 0.035*"atividades" + 0.023*"grupos"')

### 1.4. Workflow

Uma vez definido o problema e método, precisamos definir o fluxo de processamento dos nossos dados.

- a)** Coletamos 200 mil notícias institucionais dos sites das secretarias da Prefeitura de São Paulo; coletamos milhares de sessões plenárias da Câmara dos Vereadores;
- b)** Automatizado através de uma função, incorporamos tudo em um pandas DataFrame, cada linha com duas colunas: data e texto;
- c)** Sincronizamos com um banco de dados postgresQL;
- d)** Automatizado através de uma função, limpamos o texto da tabela (tiram os url, maiúsculas, acentos, números, datas, letras únicas, símbolos, stopwords etc);

<sup>55</sup> It is important to note from the start that the similarity estimates derived by LSA are not simple contiguity frequencies, co-occurrence counts, or correlations in usage, but depend on a powerful mathematical analysis that is capable of correctly inferring much deeper relations (thus the phrase “Latent Semantic”), and as a consequence are often much better predictors of human meaning-based judgments and performance than are the surface level contingencies that have long been rejected (or, as Burgess and Lund, 1996 and this volume, show, unfairly maligned) by linguists as the basis of language phenomena (LANDAUER; FOLTZ; LAHAM, 1998)

- e) Criamos uma função para automatizar o modelo LDA para cada recorte de análise;
- f) Visualizações (automatizamos o processo em funções para retornar uma visualização para cada secretaria por gestão)

### 2.1 Validação do Modelo: TagClouds de Secretarias

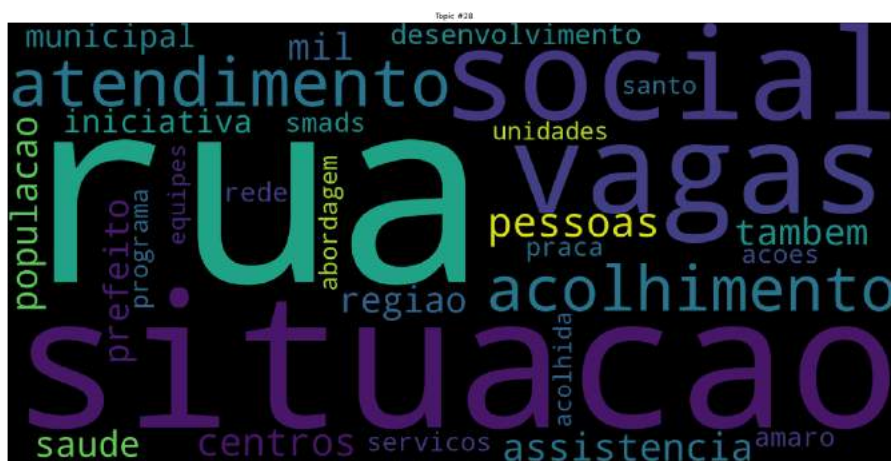
Verificamos então os tópicos gerados para cada secretaria em cada gestão de forma a validar nosso modelo como representação do Corpus oferecido. Um tópico geral, criado a partir de todas as secretarias e gestões é como segue:



Podemos ver que é realmente um tópico genérico sobre a prefeitura, falando sobre gestão, projetos, planos, departamentos, assessoria e conselhos; os meses do ano e o desenvolvimento da cidade.

### 2.2. Validação do Modelo: TagClouds da Assistência Social

E se observamos os tópicos mais representativos da assistência social durante a Gestão Dória?



Aqui vemos um tópico genérico sobre a abordagem da SMADS para acolhimento das pessoas em situação de rua em seus serviços.



Aqui podemos ver uma abordagem mais específica da gestão Dória que são os seus centros de convivência e acolhimento chamados CTA.



Aqui podemos ver algo mais específico também da gestão Dória, focando em programas de capacitação sob o discurso da necessidade de incorporar a população de rua no mercado de trabalho.



Novamente, outro tópico representativo da gestão Dória que alia em seu discurso Trabalho e Economia de Mercado, aqui em capacitação das mulheres na rua para serviços estéticos.

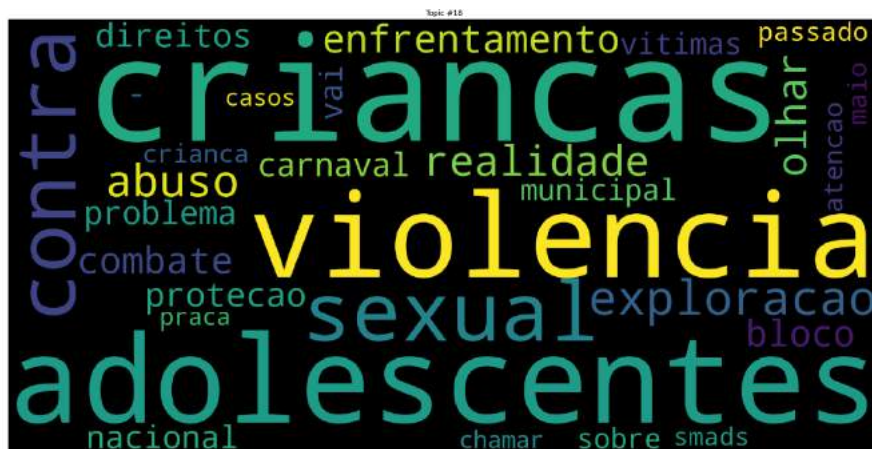
É óbvio o apelo do discurso da gestão Dória a um senso comum da ideia de Mercado. E quanto à secretaria de assistência social durante a gestão Haddad?



Observamos um tópico genérico de assistência social que se refere à chefe da pasta, Luciana Temer.



Aqui já observamos algo específico da gestão Haddad. A atenção dada às aldeias indígenas em Parelheiros.



Aqui observamos a atenção dada à proteção de crianças e adolescentes contra abusos sexuais, especialmente durante o Carnaval.



Nesse caso tratam sobre a Operação Baixas Temperaturas para a população de rua, abordagens para acolhimento dos serviços durante o inverno. Essa questão foi cara à gestão

Haddad, já que em pleno ano eleitoral o assunto foi utilizado contra a sua campanha, diante de mortes por hipotermia da população de rua durante o inverno.



Por fim, um tópico sobre participação política. Ou seja, enquanto para a gestão Haddad as questões de direitos humanos de minorias e participação política estavam em pauta, para a gestão Dória a pauta era o mercado.

### 2.3. Validação do Modelo: TagClouds e Segurança Urbana

E quanto à Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) durante a gestão Dória?



Podemos ver que a secretaria estava engajada no programa de zeladoria da gestão Dória, chamado Cidade Linda.



Novamente, vemos a atenção dada à limpeza da cidade.



A perseguição aos pichadores na cidade de São Paulo foi intensificada, como sabemos. Assim, também aparece representado nos assuntos tratados pela SMSU.

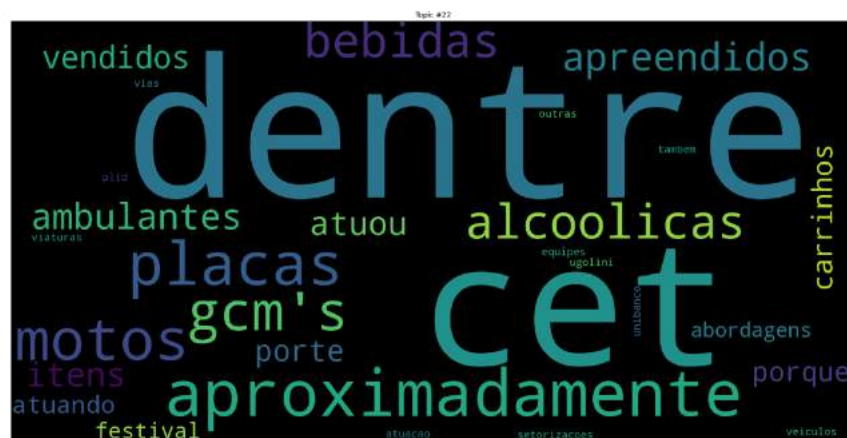




Novamente, a zeladoria aparece de forma expressa dentro da SMSU, ligando ao programa Cidade Linda, aos bairros, com flagrantes e detenções.



Também são tratadas as diversas reintegrações de posse, especialmente no Minhocão, Brás e Mooca (área em que se localiza nosso objeto de estudo), através dos CONSEGS.

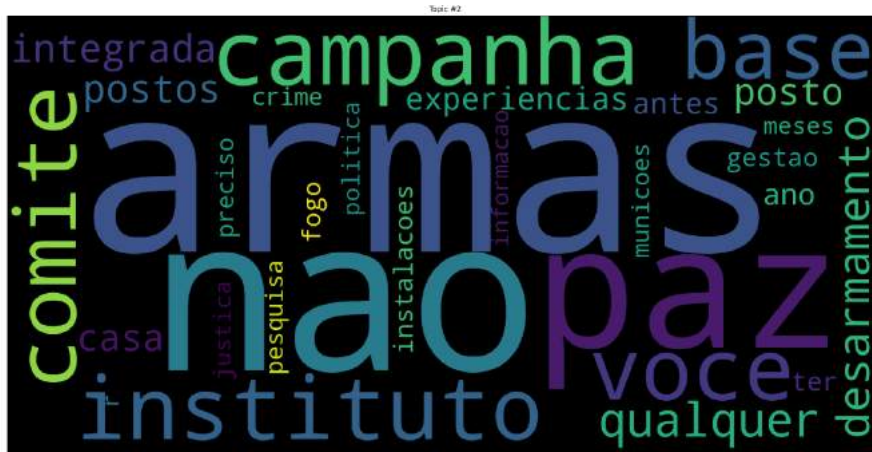


Outro foco da SMSU durante a gestão Dória foi contra o comércio ambulante, computando aqui as abordagens e apreensões de carrinhos com bebidas alcoólicas durante eventos e festivais.

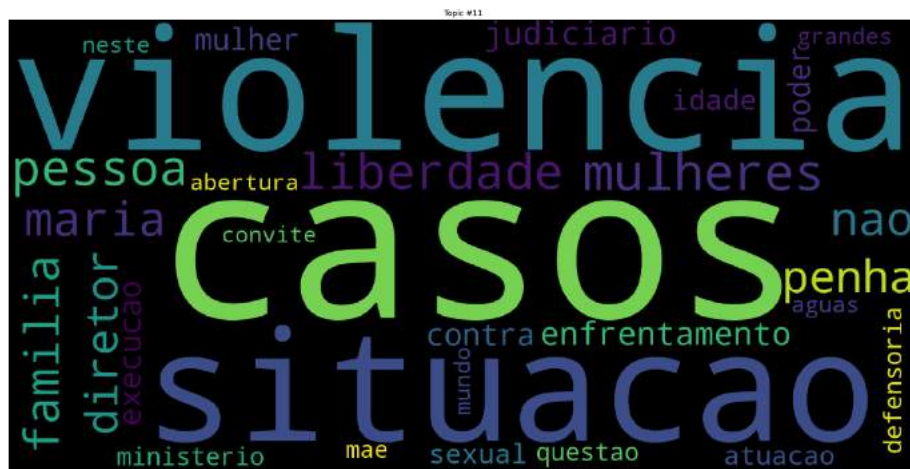
E na gestão Haddad?



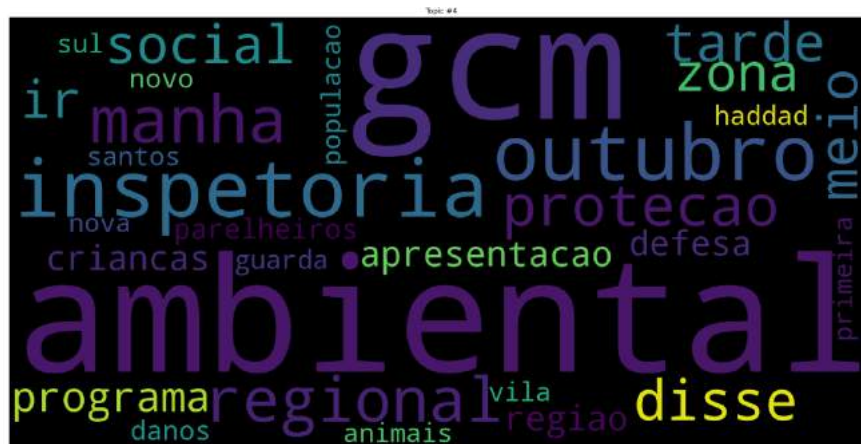
Aparecem os planos intersecretarias que giram em torno do programa De Braços Abertos; fala-se de seminários de Direitos Humanos, política de drogas, saúde (mental) e participação da justiça.



Coloca em pauta a campanha para o desarmamento, junto à Secretaria de Direitos Humanos.



Dá atenção aos casos de violência doméstica contra a mulher, com apoio da justiça e da defensoria, a partir da Lei Maria da Penha.



Traz questões de crimes ambientais, principalmente no extremo sul, provavelmente sobre ocupações irregulares em áreas de mananciais. Esse foi um assunto recorrente durante a gestão Haddad, passando por diferentes secretarias, até mesmo a de transporte (sobre linhas de ônibus que passavam na região).



Como de costume na gestão Haddad, trouxe em questão a participação cidadã, nesse caso colocando à disposição a Guarda Civil Metropolitana (GCM) para mediação de conflitos na vizinhança ou em audiências públicas, tratando de intolerâncias, barulhos, perturbação e buscando garantir o sossego.



A SMSU continua a tratar dos temas tradicionais de segurança que atravessam todas as gestões, como o tráfico de drogas, mais especificamente o crack e a cocaína, mas também usuários de maconha.

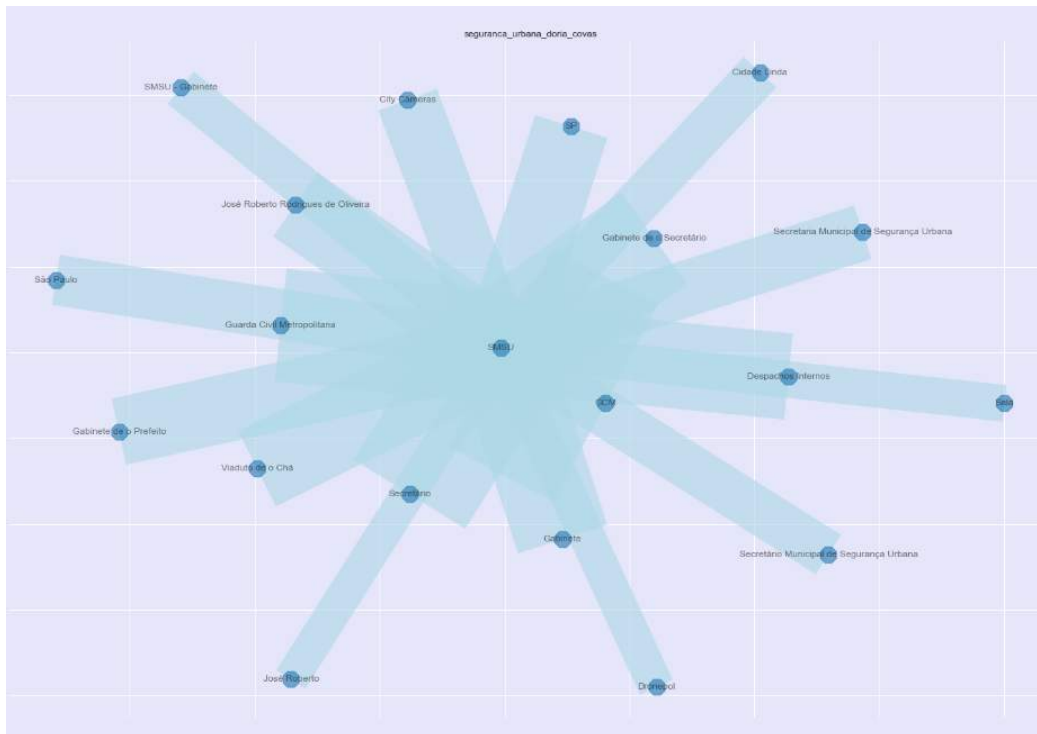


Também outro assunto que atravessa todas as gestões, sempre pela SMSU, é a repressão ao comércio ambulante, sendo combatida a irregularidade pela GCM.

Fica claro que, enquanto há alguma continuidade em determinados assuntos pelas gestões, a SMSU assumia (em discurso) uma posição mediadora, baseada nos direitos humanos na gestão Haddad e assumiu uma posição de suporte à zeladoria urbana e limpeza durante a gestão Dória/Covas.

### 3. Algumas comparações de entidades: Entity Extraction

Optamos também por extrair entidades de nosso Corpus de documentos e identificar as relações entre elas.



Podemos observar na gestão Dória uma SMSU preocupada em renovar o seu aparelho de vigilância, com drones e câmeras. O programa Cidade Linda também é uma das entidades mais importantes para a secretaria, assim como uma atenção especial é dada para o Viaduto do Chá.



## CONCLUSÃO

Analisando algumas secretarias e comparando as gestões percebemos que em seus discursos (mais gráficos podem ser encontrados na pasta Presentation desse projeto):

- a)** Na assistência social, Dória-Covas parecem dar mais atenção ao trabalho e mercado, como capacitação das pessoas em situação de vulnerabilidade. Haddad busca dar mais atenção aos direitos humanos e às minorias (mulheres, indígenas etc);
- b)** Na segurança pública, Dória-Covas parecem dar mais atenção à Zeladoria e limpeza da cidade, dentro do programa Cidade Linda. Já Haddad parece dar mais atenção aos direitos humanos, como o desarmamento, mediação de conflitos, violência sexual e meio ambiente. Ambos também tem agenda repressora às drogas e aos ambulantes;
- c)** A saúde parece não ter variação entre as gestões, tendo continuidade e se apresentando mais como uma política de Estado que um programa de Governo. Sempre se fala de prevenção, saúde da mulher, maternidade, cuidado com o idoso, dengue, vacinação, HIV e Carnaval. Na gestão Dória também encontramos um tópico sobre o Corujão para acabar com as filas nas UBSs;
- d)** Sobre as entidades extraídas em segurança urbana, percebemos durante a gestão Haddad a associação da SMSU com o programa De Braços Abertos (DBA) junto à Secretaria de Assistência Social e de Secretaria de Saúde; no caso da gestão Dória percebemos a preocupação em instalar câmeras na cidade e o uso de drones pela SMSU. Também, no caso da gestão Dória, percebemos a importância dada à Zeladoria Urbana, junto ao programa Cidade Linda e a operação Tapa Buraco, a partir das subprefeituras.

Observando os resultados dos tópicos com os dados fornecidos ao modelo e a verificação junto ao nosso trabalho de campo, é possível dizer que o modelo possui uma boa performance em resumir o significado dos documentos de cada secretaria.

Também é necessário dizer que uma vez identificada a semântica no discurso de cada agente social, isso não significa que aconteça na prática e represente a atuação na realidade, já que *todo o ato da fala necessita recepção*. O que buscamos descrever aqui é a *intencionalidade* do agente público que ainda deve colocar seu desejo à prova na realidade. No capítulo seguinte daremos uma abordagem mais analítica, ao tentar identificar algumas correlações entre assuntos e agentes.

## CAPÍTULO 12

### ALGUMAS ANÁLISES SEMÂNTICAS: Discursos e Notícias Institucionais

Continuamos aqui a apresentar algumas conclusões analíticas de nossa pesquisa de doutorado. Anteriormente apresentamos conclusões a partir de análises orçamentárias e também análises de distância georreferenciadas com a produção de mapas.

A seguir apresentaremos análises semânticas sobre diferentes recortes de documentos públicos, em que podemos verificar as relações entre as secretarias do município de São Paulo, especialmente a de segurança pública, assistência social e saúde.

#### *1. Análise semântica: notas taquigráficas das Sessões Plenárias da Câmara dos Vereadores*

Inicialmente utilizamos uma técnica simples de marcação de temas presentes nas sessões plenárias a partir da construção de vocabulários específicos (conjuntos de palavras pré-determinados) para cada um dos temas que desejamos analisar.

Os vocabulários construídos nos permitem realizar a marcação de diferentes discursos na Câmara dos Vereadores segundo a sua intersecção com o vocabulário utilizado em cada discurso: aqueles com intersecção maior com um vocabulário específico tem uma probabilidade maior de serem discursos relativos ao assunto em questão.

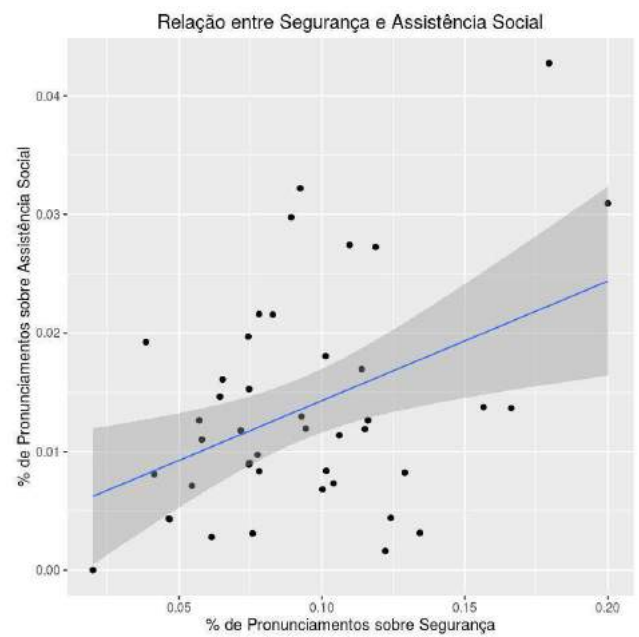
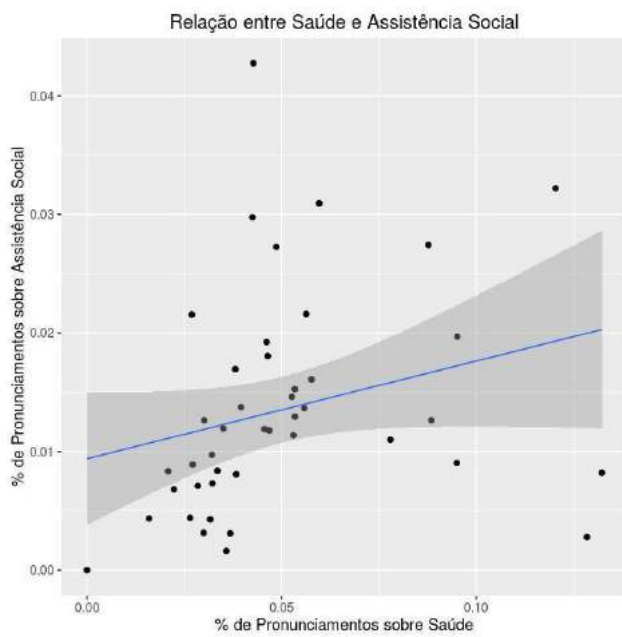
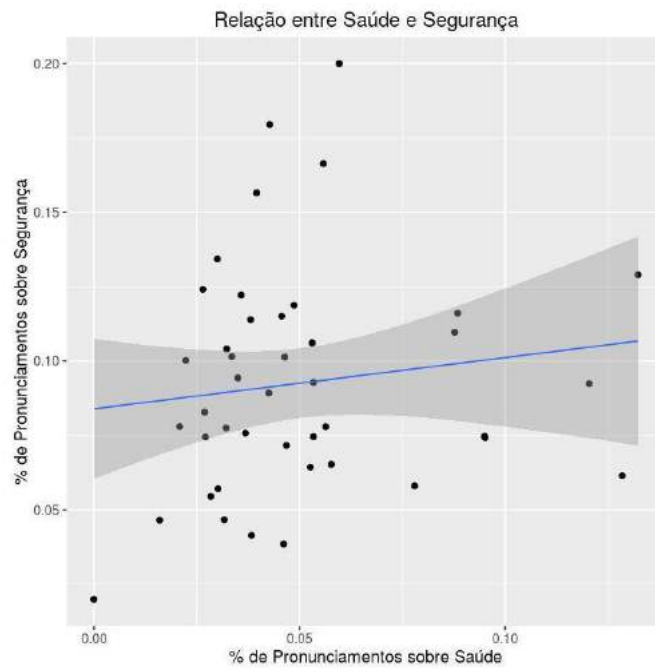
Construímos três vocabulários distintos a partir de palavras distintivas a cada *assunto* escolhido: *segurança*, *saúde pública* e *assistência social*. Esses vocabulários consistem predominantemente dos diferentes nomes de entidades e equipamentos municipais associados às secretarias SMS, SMSU e SMADS.





No gráfico acima podemos ver a evolução dos três temas nos discursos observados nas sessões plenárias da Câmara dos Vereadores. Fica claro que no período analisado o tema mais discutido é Segurança – embora existam variações mensais o tema é o maior 46 dos 48 meses analisados. Vemos também que assistência social ocupa uma posição de quase irrelevância nos discursos – mesmo nos meses com maior presença deste assunto, ele nunca está presente em mais do que 2,5% dos discursos.

A partir do levantamento realizado acima podemos estimar a correlação mensal entre cada um dos assuntos a partir da probabilidade de observar-se um discurso de um dado assunto em um dado mês do período analisado (% de discursos totais no mês de cada assunto). Isso não implica que dois assuntos distintos estejam presentes no mesmo discurso mas sim que em períodos onde se discute um discute-se o outro. Realizamos as três comparações (Segurança com Saúde, Saúde com Assistência Social e Segurança com Assistência Social) e notamos que a maior correlação observada é entre Segurança e Assistência Social. Nos gráficos abaixo podemos ver essa correlação para cada um dos três pares de assuntos.



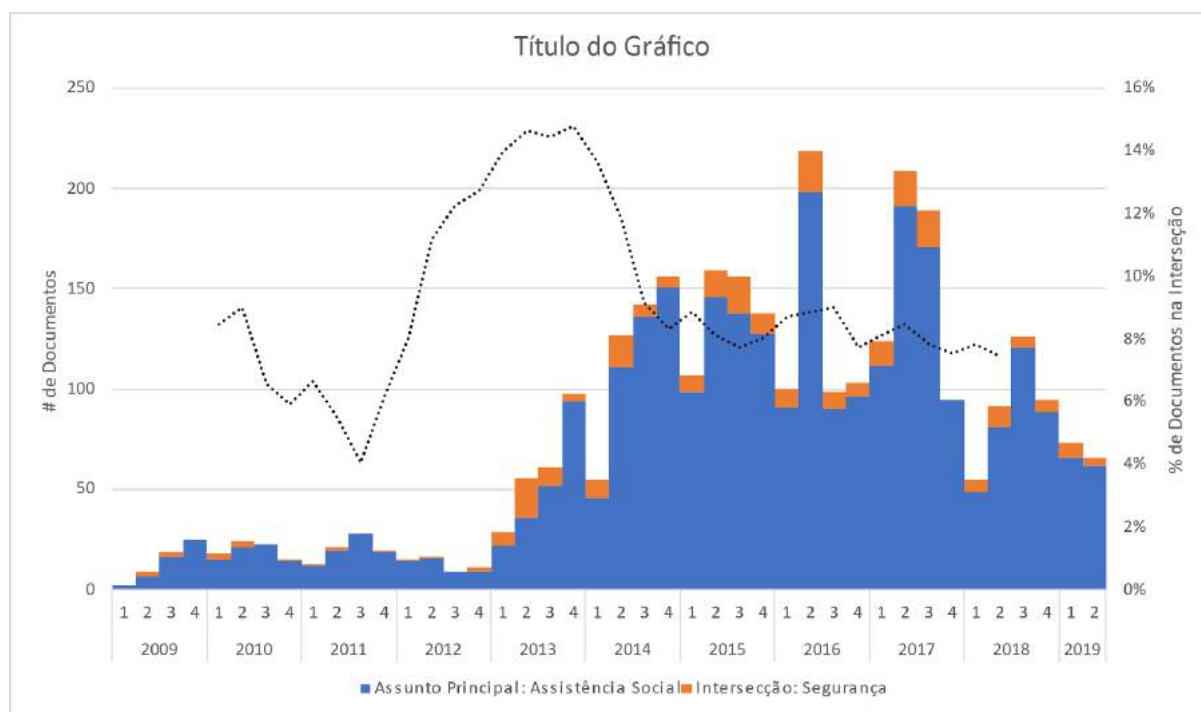
## 2. Análise semântica: Notícias Institucionais da Prefeitura

Embora a análise apresentada acima seja indicativa da relação entre segurança e assistência social, precisamos aprofundar esta comparação para compreender não apenas a correlação em períodos, mas também a intersecção entre assuntos dentro de diferentes documentos. Para tanto ampliamos o escopo dos documentos analisados, construindo um banco de dados com todas as notícias institucionais divulgadas pela Prefeitura de São Paulo e suas secretarias no período de 2009 a 2019.

O corpo extraído dessa maneira supera a marca de 200 mil documentos individuais e para realizar a análise deste corpo utilizamos métodos tradicionais de NLP. Inicialmente realizamos etapas de pré-processamento do texto como a exclusão de palavras comuns, artigos, preposições, e a exclusão de marcadores de formatação (cabeçalhos, links e datas, por exemplo). A partir desse corpo limpo utilizamos o modelo LDA (*Latent Dirichlet allocation*) para estimar e quantificar os tópicos observados em cada um dos documentos. Essa metodologia nos permite estimar quais são os assuntos que estão sendo discutidos (os diferentes tópicos do modelo) e quantificar quanto cada documento fala de cada assunto.

Como o corpo de documentos é extenso, tanto em número de elementos quanto na variedade de assuntos abordados, o número de tópicos presentes nele é alto. Essa alta dimensionalidade dificulta a marcação e compreensão manual dos assuntos encontrados. Para contornar este problema utilizamos vocabulários específicos de diferentes assuntos, construídos a partir do vocabulário do corpo de documentos, para realizar a marcação semântica qualitativa de cada tópico.

A partir desse novo conjunto de dados, que contém *para cada documento a quantidade de cada assunto*, podemos aplicar diferentes métodos quantitativos de análise. Focamos em análises descritivas a partir de diferentes indicadores calculados sobre este novo *dataset*. A primeira destas análises consiste em identificar quais documentos tinham co-presença de assuntos (documentos que falavam sobre dois assuntos específicos ao mesmo tempo) e como essa copresença evoluiu ao longo do tempo. Esta análise é uma evolução direta em relação aquela realizada sobre os discursos da Câmara de Vereadores onde ao invés de olharmos a correlação de assuntos ao longo do tempo observamos a correlação diretamente no documento e analisamos a evolução da % de documento presentes na intersecção entre assuntos.



Um dos gráficos gerados para nossas conclusões, para ver todos buscar no repositório do GitHub

Acima fornecemos um gráfico de amostragem sobre os nossos resultados. Caso encontrem necessário, todos os gráficos gerados podem ser buscados em repositório pessoal disponível em <https://github.com/ggnicolau>. Como conclusões gerais analisando todos os gráficos temos:

- Quando se fala de ambulantes, sempre o assunto é segurança; quando mais se falou de ambulantes foi em 2013;
- Quando se fala de Armas de Fogo, 60% em média é junto com DH (desarmamento) durante a gestão Haddad e 10% em média nas outras gestões; entre 2014 e 2015 foi o momento que mais se falou de Armas de Fogo (Desarmamento, nesse contexto);
- Quando se fala de DH, 2% é sobre desarmamento;
- Quando se fala de Armas de Fogo, 10% em média (por trimestre) é com segurança durante todas as gestões, mas com um pico de 15% no último trimestre de 2015;
- Quando se fala de Assistência Social, 25% em média se falava sobre Pop Rua na gestão Kassab, caindo para 10% na gestão Haddad e chegando a quase 35% na gestão Dória/Covas; se falou mais de Assistência Social entre 2014 e 2017;
- Quando se fala de Assistência Social, 15% em média se falou de Segurança entre 2012 e 2014 (pauta Cracolândia esteve na Mídia, programas foram substituídos e tentados), mas depois voltou à média de 8%;

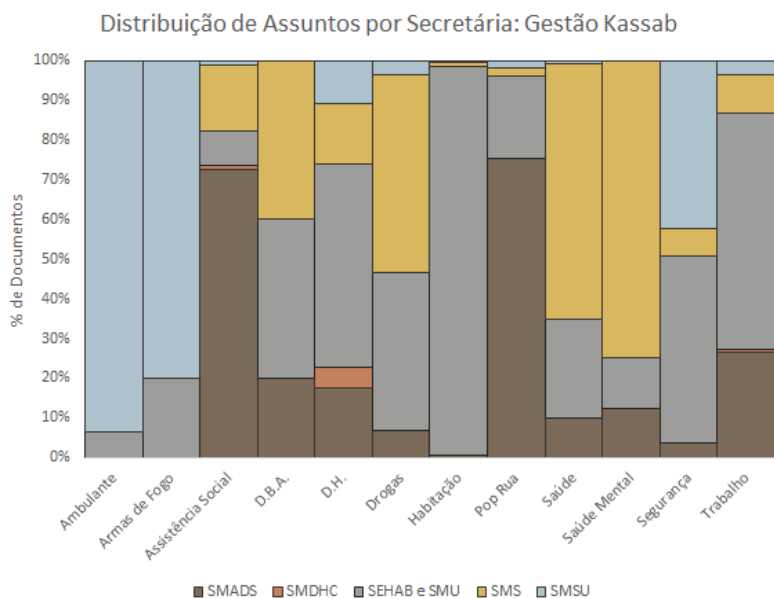
- Quando se fala de D.B.A, mais de 55% se fala de Direitos Humanos, depois foi abandonado o programa na gestão Dória/Covas e quando se falava 30% era sobre DH; se falou mais de DBA no segundo trimestre de 2016;
- Quando se fala de DBA por volta de 60% é diretamente sobre população de rua; quando se fala de DBA, por volta de 7% é sobre segurança – nos anos que o programa existiu, até 2017;
- Quando se fala de DH, por volta de 5% é sobre DBA durante a gestão Haddad;
- Se falava o dobro sobre DH na Gestão Haddad do que na Gestão Dória/Covas, mas enquanto 8% era sobre Pop Rua na Gestão Haddad, era 16% na Gestão Dória/Covas;
- Quando se fala de DH, por volta de 15% é na gestão Haddad e cai durante a gestão Dória/Covas;
- Quando se fala de Drogas, por volta de 20% se fala sobre Pop Rua, com um pico de 30% no segundo trimestre de 2016;
- Sempre que se fala sobre Drogas, se fala sobre Saúde;
- Por volta de 40% do que se falou sobre Drogas se falou também sobre Saúde Mental em 2014, caindo progressivamente para 20% em 2018;
- Quando se falou de Habitação 14% era sobre Mananciais em 2010, voltando o assunto somente entre meados de 2015 a 2017 com 6%; quando se fala sobre Mananciais sempre se fala sobre Habitação e nunca se fala sobre Segurança;
- Quando se fala de Habitação em média 5% se fala sobre Pop Rua, com um pico de 13% no terceiro trimestre de 2018 para em seguida voltar ao normal;
- Quando se fala de Pop Rua por volta de 80% se fala de Assistência Social, sendo entre 2016 e 2018 o momento que mais se falou sobre Pop Rua (mais especificamente meados de 2018);
- Quando se falou de Pop Rua, a gestão Haddad chegou a falar 60% de Direitos Humanos (criou a Secretaria de DH);
- Quando se fala de Pop Rua entre 2013 e 2017 chegou a se falar 40% de Drogas (2015), caindo para 10% ou desaparecendo posteriormente;
- A relação Pop Rua com Drogas e Seguranças simultaneamente teve seu ápice em 2015 com 4% e durou de 2014 a 2017;
- Quando se falou de Pop Rua no início de 2012, 30% se falava de Habitação, caindo progressivamente nos anos seguintes e acentuadamente em 2016;

- Quando se falou de Pop Rua entre 2013 a 2016, por volta de 50% se falava sobre Saúde Geral, caindo acentuadamente o assunto nos anos seguintes;
- Começa a se falar de Pop Rua com Segurança em 2010, mas começa a crescer em 2012, chegando a 10% de intersecção no segundo trimestre de 2014, se estabilizando em 6% nos anos seguintes;
- A intersecção de Pop Rua com DBA e Segurança acontece entre 2014 e 2017, com ápice em meados de 2015, chegando a 4%;
- Já a intersecção de Pop Rua com Trabalho é praticamente constante de 2014 a 2017 em 80%, caindo para ainda relevantes 70% nos anos seguintes;
- Quando se falou de Segurança se falou 20% de ambulantes no final de 2009 e só voltou a se falar em 2013 com uma taxa média variável de 10%;
- Quando se falou de Segurança se falou de Assistência Social numa taxa constante de 10% de 2013 em diante;
- Em 2013, quando se falou de Segurança, se falou também de DH em 30% das vezes, caindo constantemente até 10% em 2018;
- Quando se falou de Segurança, se falou 1% de Pop Rua, tendo um salto abrupto para 4% no final de 2017 com um pico no final de 2018 em 20%;
- Os Viadutos passam a ser um assunto central da Segurança a partir de 2013, tendo seu ápice entre 2015 e 2016 correspondendo a mais de 60% e caindo para 40% no final de 2017;
- Segurança nunca fala de Mananciais;
- De 2013 ao final de 2018 se falou progressivamente de Trabalho para Pop Rua, chegando a corresponder 20% das vezes que se falou de Trabalho;
- Enquanto quando que se falou de Viaduto apenas 1% era sobre Pop Rua, entre 70% e 100% das vezes que se falou de Viadutos foi para falar de Segurança;

### 3. Distribuição dos Assuntos por Secretaria e por gestão

Além de analisar a copresença de assuntos em documentos específicos, podemos avaliar quais agentes municipais (neste caso, quais secretarias) falavam de qual assunto. Esta análise de alocação discursiva nos permite entender como diferentes gestões trataram diferentes temas avaliando quais mecanismos e equipamentos eram utilizados para tratar de diferentes assuntos.

#### a) Kassab:

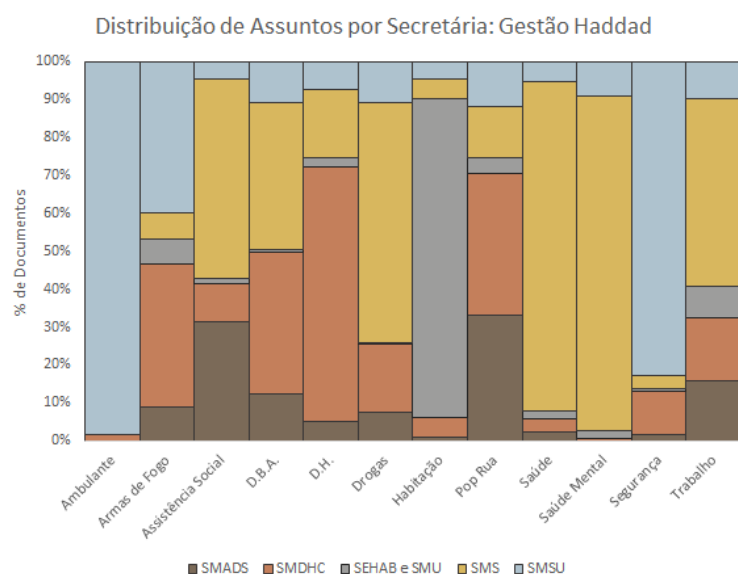


Distribuição de Assuntos por Secretária: Gestão Kassab						
	SMADS	SMDHC	SEHAB e SMU	SMS	SMSU	
<b>Ambulante</b>	0%	0%	6%	0%	94%	1%
<b>Armas de Fogo</b>	0%	0%	20%	0%	80%	0%
<b>Assistência Social</b>	73%	1%	9%	17%	1%	10%
<b>D.B.A.</b>	20%	0%	40%	40%	0%	0%
<b>D.H.</b>	17%	5%	51%	15%	11%	4%
<b>Drogas</b>	7%	0%	40%	50%	3%	1%
<b>Habitação</b>	0%	0%	98%	1%	0%	29%
<b>Mananciais</b>	0%	0%	100%	0%	0%	3%
<b>Pop Rua</b>	75%	0%	21%	2%	2%	2%
<b>Saúde</b>	10%	0%	25%	64%	1%	14%
<b>Saúde Mental</b>	13%	0%	13%	75%	0%	1%
<b>Segurança</b>	4%	0%	47%	7%	42%	6%
<b>Trabalho</b>	27%	1%	60%	10%	3%	24%
<b>Viaduto</b>	0%	0%	0%	100%	0%	1%
	<b>59%</b>	<b>19%</b>	<b>16%</b>	<b>6%</b>	<b>0%</b>	

A Secretaria de Habitação é importante para a maior parte dos assuntos, incluindo *direitos humanos, segurança, população de rua e trabalho*. O assunto Habitação corresponde a 29% de todo o conteúdo documental – o mais representativo, seguido do assunto *trabalho* (24%). Esses indicadores acompanham os planos ostensivos para revitalização do centro de São Paulo (‘Nova Luz’) durante a gestão Kassab.

Quando o assunto é *ambulante*, praticamente sempre é tratado pela Secretaria de Segurança Urbana. Quando o assunto é *mananciais*, sempre é tratado pela Secretaria de Habitação. Por fim, percebemos que existe pouca competição entre as secretarias pelos assuntos, com uma delimitação e distribuição mais evidente entre cada agente institucional.

## b) Haddad:



Distribuição de Assuntos por Secretária: Gestão Haddad

	SMADS	SMDHC	SEHAB e SMU	SMS	SMSU	
<b>Ambulante</b>	0%	2%	0%	0%	98%	<b>1%</b>
<b>Armas de Fogo</b>	9%	38%	7%	7%	40%	<b>0%</b>
<b>Assistência Social</b>	31%	10%	2%	53%	5%	<b>9%</b>
<b>D.B.A.</b>	12%	37%	1%	39%	11%	<b>1%</b>
<b>D.H.</b>	5%	67%	3%	18%	7%	<b>12%</b>
<b>Drogas</b>	7%	18%	0%	64%	11%	<b>2%</b>
<b>Habitação</b>	1%	5%	84%	5%	5%	<b>8%</b>
<b>Mananciais</b>	0%	0%	98%	2%	0%	<b>0%</b>
<b>Pop Rua</b>	33%	37%	4%	14%	12%	<b>1%</b>
<b>Saúde</b>	2%	3%	2%	87%	5%	<b>25%</b>
<b>Saúde Mental</b>	0%	1%	2%	88%	9%	<b>1%</b>
<b>Segurança</b>	2%	11%	1%	4%	83%	<b>11%</b>
<b>Trabalho</b>	16%	17%	8%	50%	10%	<b>15%</b>
<b>Viaduto</b>	0%	6%	1%	23%	70%	<b>1%</b>
	<b>41%</b>	<b>21%</b>	<b>19%</b>	<b>11%</b>	<b>8%</b>	

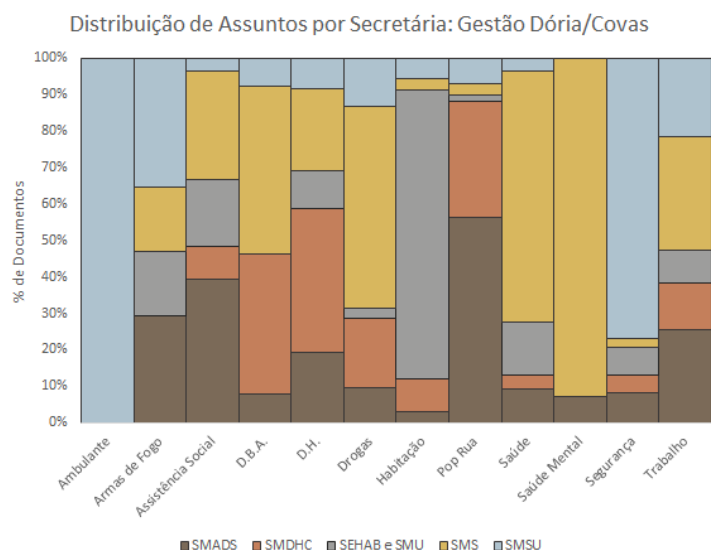
Na gestão Haddad, habitação deixa de ser um assunto importante em outras secretarias que não sejam a Secretaria de Habitação. Uma vez criada a Secretaria de Direitos Humanos, a pasta assume responsabilidade sobre diversos assuntos (inclusive *segurança*), competindo com outras secretarias como com a Secretaria de Assistência Social sobre o assunto população de rua.

O assunto Direitos Humanos passa a assumir 12% de todo o conteúdo documental, perdendo para *saúde* (25%) e *trabalho* (15%); também somando a esses assuntos *segurança* (11%) e *assistência social* (9%) é possível correlacionar com o programa intersecretarias De Braços Abertos (DBA), com distribuição semelhante do assunto *DBA* entre as secretarias mais representativas de cada assunto. Porém, como consequência dessa abertura, a Secretaria de Segurança passou a distribuir sua responsabilidade entre diversos outros assuntos que antes não assumia, como população de rua, saúde mental, assistência social e trabalho, representando 11% de todo o conteúdo documental. Por outro lado, a Secretaria de Direitos Humanos também se espalha e compete responsabilidade sobre diversos outros assuntos, até mesmo sobre *armas de fogo* (campanha para o desarmamento).

Continuando a gestão anterior, quando o assunto é *ambulante*, praticamente sempre é tratado pela Secretaria de Segurança Urbana, mas agora também é tratado um pouco pela Secretaria de Direitos Humanos. Também continuando a gestão anterior, quando o assunto é *mananciais*, quase sempre é tratado pela Secretaria de Habitação. Já o assunto *viaduto* passou a ser tratado principalmente pela Secretaria de Segurança (70%).



### c) Dória/Covas



Distribuição de Assuntos por Secretária: Gestão Dória/Covas

	SMADS	SMDHC	SEHAB e SMU	SMS	SMSU	
<b>Ambulante</b>	0%	0%	0%	0%	100%	<b>1%</b>
<b>Armas de Fogo</b>	29%	0%	18%	18%	35%	<b>0%</b>
<b>Assistência Social</b>	40%	9%	18%	30%	3%	<b>13%</b>
<b>D.B.A.</b>	8%	38%	0%	46%	8%	<b>1%</b>
<b>D.H.</b>	19%	40%	10%	22%	8%	<b>8%</b>
<b>Drogas</b>	10%	19%	3%	55%	13%	<b>1%</b>
<b>Habitação</b>	3%	9%	79%	3%	5%	<b>7%</b>
<b>Mananciais</b>	0%	0%	100%	0%	0%	<b>0%</b>
<b>Pop Rua</b>	56%	32%	1%	3%	7%	<b>5%</b>
<b>Saúde</b>	9%	4%	14%	69%	3%	<b>25%</b>
<b>Saúde Mental</b>	7%	0%	0%	93%	0%	<b>0%</b>
<b>Segurança</b>	8%	5%	8%	2%	77%	<b>11%</b>
<b>Trabalho</b>	25%	13%	9%	31%	21%	<b>16%</b>
<b>Viaduto</b>	15%	0%	10%	1%	74%	<b>0%</b>
	<b>30%</b>	<b>22%</b>	<b>19%</b>	<b>18%</b>	<b>11%</b>	

Enquanto a gestão Kassab deu sua maior relevância ao assunto *habitação* (29%), a gestão Haddad deu menor relevância (8%). A gestão Covas foi a que deu menor relevância ao assunto *habitação* (7%).

Seguindo a tendência histórica que perpassa as gestões anteriores, o assunto *segurança* confirmou sua relevância de 11%, assim como a Secretaria de Segurança seguiu a tendência de distribuir sua competição de responsabilidades sobre os assuntos com outras secretarias. A diferença da gestão Haddad é que a Secretaria de Direitos Humanos perdeu relevância, assim como o assunto *direitos humanos* (antes era 12%, agora é 8%).

A retirada de um agente social de 'dessecuritização' que foi ativo durante a gestão Haddad, competindo com a tendência de 'securitização da assistência social', levou a um vínculo mais permanente entre a Secretaria de Segurança, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Saúde. O assunto *viaduto* continuou sendo tratado pela Secretaria de Segurança (74%), mas agora sem nenhuma aproximação da Secretaria de Direitos Humanos, distribuindo o restante da competência para a Secretaria de Assistência Social e de Habitação.

Como consequência da 'contaminação' da Secretaria de Segurança em outros assuntos públicos, sem competição de um agente de dessecuritização, temos um endurecimento das políticas para a população de rua. Como vimos (Capítulo 5), a SMSU investiu em seu aparato ostensivo, como câmeras de vigilância, drones, veículos e armamento<sup>56</sup>. As ações de zeladoria com repressão à população de rua se tornaram diárias,

<sup>56</sup> Conforme nos contou Clóvis Roberto Pereira, ex-presidente do Sindicato da Guarda Civil Metropolitana (Sindguardas-SP), a gestão Dória/Covas conseguiu fechar contrato para compra de armamento da austríaca Glock, de melhor qualidade que a brasileira Taurus. Também investiu em tecnologia de drone e renovou a frota

principalmente na região da Luz ('Cracolândia'), como uma banalização da midiática 'Operação Sufoco' da gestão Kassab. Também, os convênios estabelecidos com as Comunidades Terapêuticas neopentecostais, através do programa Redenção, passou a atuar cotidianamente junto às forças de segurança na Cracolândia.

Continuando as gestões anteriores, quando o assunto é ambulante, sempre é tratado pela Secretaria de Segurança Urbana, mas agora também é tratado um pouco pela Secretaria de Direitos Humanos. Também continuando a gestão anterior, quando o assunto é mananciais, quase sempre é tratado pela Secretaria de Habitação.

### *3.2. Análise de Discurso: sobre a causalidade de segurança e assistência social*

Na gestão de Fernando Haddad havia uma contradição primordial conforme identificamos em entrevistas com trabalhadores da Secretaria de Direitos Humanos. Luana nos contou que desde que a Secretaria de Direitos Humanos foi criada houve tensão entre essa secretaria com as secretarias de assistência social e segurança urbana.

A Secretaria de Direitos Humanos passou a trabalhar com a proteção da população de rua junto à formação do Comitê Pop Rua (que o próprio CATSo, em seu sectarismo, nunca reconheceu sua legitimidade) e apostou em programas como o Autonomia em Foco e os Hotéis Urbanos, tendo sido bem-sucedido na negociação com as ocupações do Povo de Rua no Parque Dom Pedro; também trabalhou junto com a Secretaria de Habitação, participando dos conselhos e tentando avançar as discussões de moradia para a população de rua.

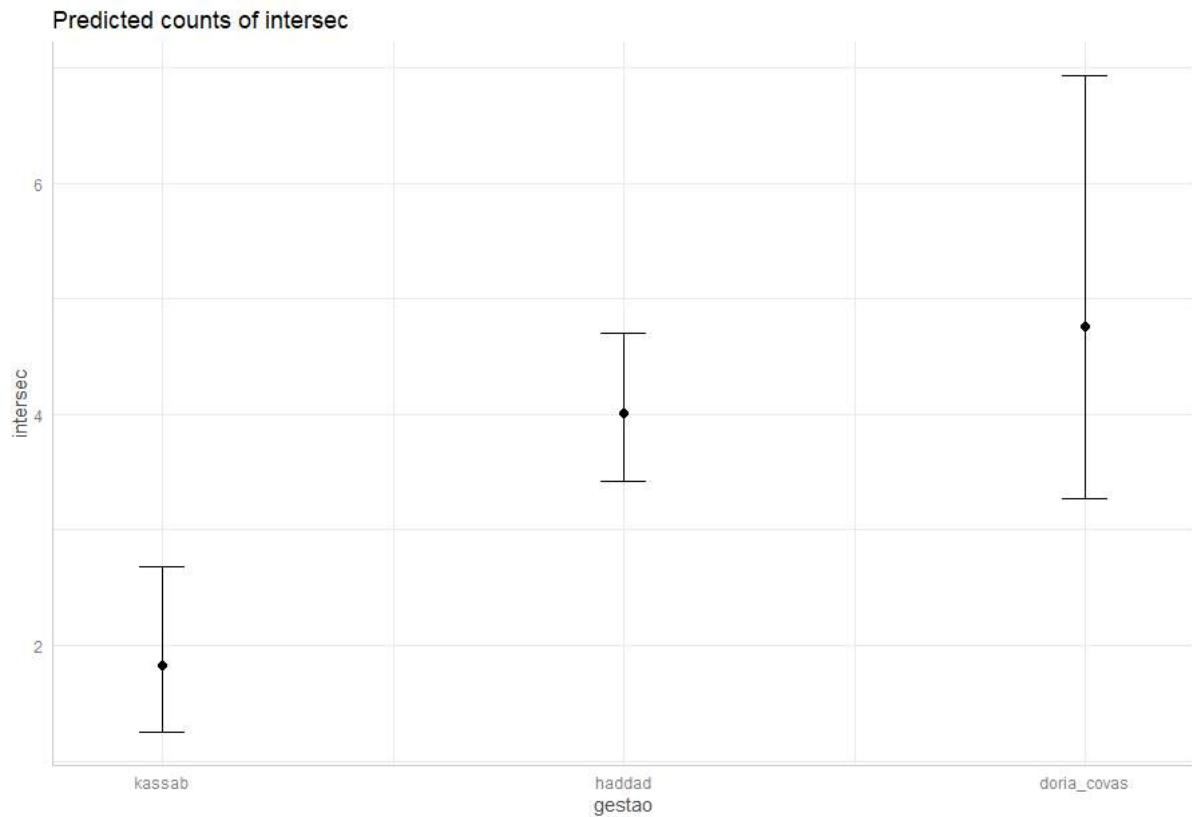
De outra parte, a gestão de Luciana Temer era questionada por diversos movimentos sociais, pela Secretaria de Direitos Humanos e pela própria população de rua pelo tratamento dado junto à GCM, algo que a Prefeitura tentava intermediar sem muito sucesso. De qualquer forma, como vimos nos gráficos, enquanto a tendência de securitização da assistência social vêm em um contínuo crescente pelo menos desde a gestão Kassab e passando por todas sem exceção, a dessecuritização via Secretaria de Direitos Humanos que surgiu durante a gestão Haddad teve um início perturbado, porém progressivo, desacelerando abruptamente com a chegada da gestão Dória-Covas.

Para quantificar este fenômeno, de securitização progressiva com intervalos de de-securitização, modelamos a taxa mensal esperada de documentos interseccionais em cada

---

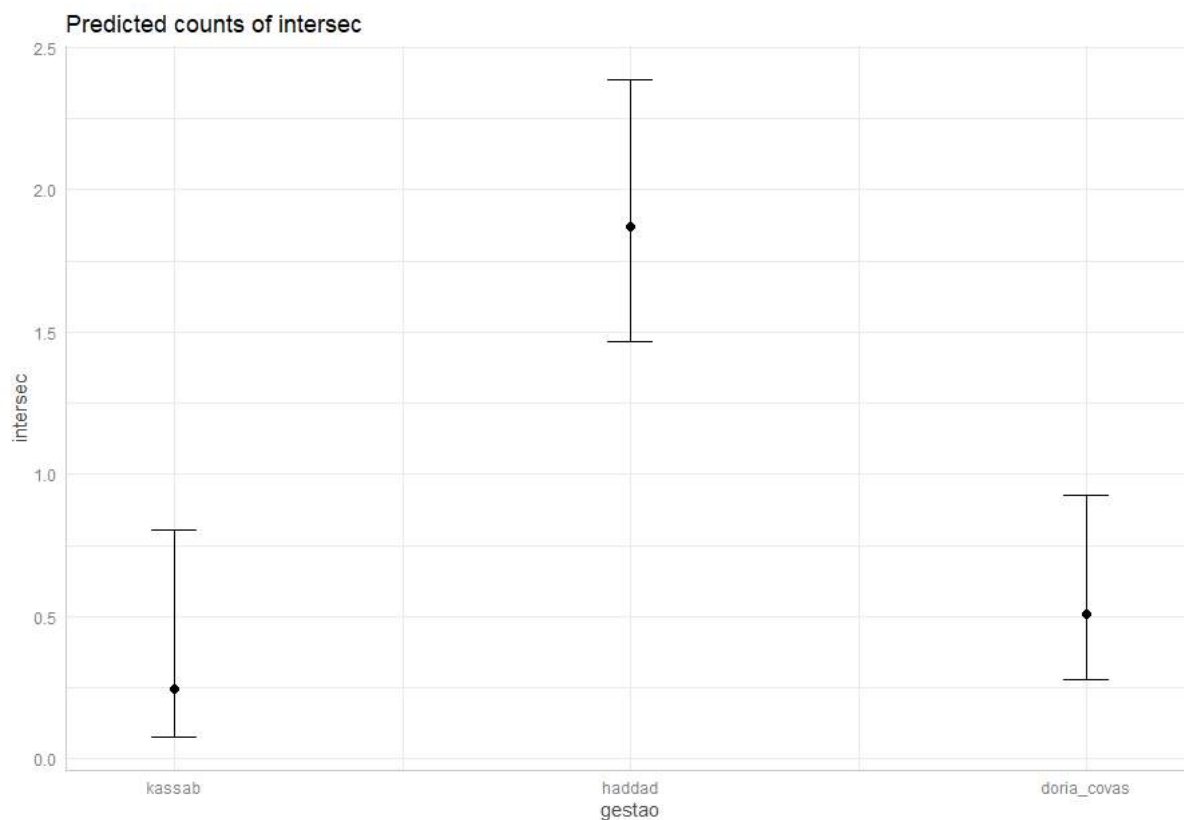
de veículos. Porém, os guardas acumularam mais funções na última década, principalmente de policiamento, necessitando mais contratações que não ocorreram. Mais, seu efetivo são de guardas experientes próximo de se aposentar, o que agrava o problema. Também nos contou da necessidade da GCM se articular durante a reforma da previdência para garantir seus direitos, já que ficou de fora do acordo feito com as Forças Armadas, a Polícia Militar e a Polícia Civil.

uma das gestões. Utilizamos um modelo linear generalizado (GLM) com função de ligação de logarítmica (uma regressão de Poisson) para estimar a variação, por gestão, do # de Documentos nas intersecções de Segurança com População de Rua e Direitos Humanos com População de Rua.



*Número médio de notícias institucionais com intersecção pop rua e segurança*

No primeiro gráfico podemos ver a evolução clara e contínua entre as três gestões na intersecção Segurança e População de Rua: enquanto na gestão Kassab esperava-se entre 1,5 e 2,5 documentos interseccionais por mês, na gestão Dória/Covas esperava-se entre 3,5 e 7 documentos interseccionais por mês.



*Número médio de notícias institucionais com intersecção pop rua e DH*

No segundo vemos como a gestão Haddad, embora faça parte do movimento generalizado de securitização, traz um aumento na intersecção entre Direitos Humanos e População de Rua. As gestões Kassab e Dória/Covas apresentaram taxas de publicação entre 0,25 e 0,8 documentos interseccionais por mês, enquanto a gestão Haddad apresentou uma taxa de publicação entre 1,5 e 2,5 documentos por mês, uma taxa consideravelmente maior.

#### 4. Information Retrieval

Podemos validar nosso modelo de correlação entre tópicos pedindo para ele nos retornar o documento mais representativo da relação desejada. Obtemos isto através do ranqueamento dos documentos por presença de assunto: como o modelo quantifica a presença de cada assunto em cada documento podemos buscar aqueles que mais se relacionam com alguns assuntos específicos.

Por exemplo, se pedimos o documento mais relevante cruzando segurança, saúde e assistência social, o modelo nos retorna:

GCM encaminha homem que tentou suicídio a atendimento social 5/01/2010  
 Texto: Gláucia Arboleya A Guarda Civil Metropolitana encaminhou, na última quarta-feira (13/1) por volta das 14h30, um homem que tentou se suicidar no Viaduto do Chá para o Atendimento Médico Ambulatorial (AMA), na Sé. O homem

é natural da cidade de Paulo Afonso, Bahia, e estava em situação de risco há 30 dias. A Inspetoria do Gabinete do Prefeito visualizou a vítima do lado externo da grade do viaduto e foi até o local. Após conversa com o homem, ele aceitou a sair da posição de risco do viaduto e acompanhar os guardas civis metropolitanos para a AMA. Ele estava acompanhado por um rapaz de 18 anos, também em situação vulnerável há 30 dias, natural de Val Paraíso – interior de São Paulo. Ambos foram encaminhados para atendimento médico e, posteriormente, ao atendimento social para acolhimento em albergue da região até que seja viabilizado o retorno para as suas cidades de origem. No ano passado a GCM também atendeu um homem que tentou se suicidar da passarela do DETRAN, no Ibirapuera. O encaminhamento de pessoa em situação de risco é um dos programas prioritários da GCM. (SMSU, 2010)

Se pedimos o documento mais relevante cruzando segurança e saúde, o modelo nos retorna:

GCMs mediadores de conflitos participam da comemoração dos 10 anos da atuação do MP em Justiça Terapêutica 1/02/2013 O Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio da Promotoria de Justiça Criminal do Fórum de Santana, lançou, na manhã desta terça-feira (19/02), o vídeo "Justiça Terapêutica: é possível fazer!", um documentário de 23 minutos produzido com apoio da Procuradoria-Geral de Justiça e da Associação Paulista do Ministério Público. O lançamento aconteceu no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Santana e contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa, que presidiu a abertura da solenidade. Curiosos para aprender, conhecer de perto o funcionamento da Justiça Terapêutica e encontrar pontos comuns que podem ser incorporados no processo de Mediação de Conflitos da GCM, mediadores das sete unidades do Comando Operacional Norte participaram do evento. Na ocasião, puderam verificar os bons resultados dos mais de 1.300 atendimentos realizados pelo órgão nos últimos 10 anos e conhecer mais um setor que pode ser indicado àqueles que comparecem nas unidades da GCM em busca de solução para seus problemas. A Justiça Terapêutica é um modelo penal no qual o consumidor de drogas ilegais escolhe entre cumprir uma pena ou receber tratamento de saúde “Essa oportunidade foi muito importante, pois os mediadores de conflito puderam trocar experiências, criar contatos para aprofundarem o tema e formar parcerias que possam contribuir com a melhoria dos processos de mediação promovidos pela GCM”, ressaltou o Comandante Operacional Norte Marcos Bazzana Delgado. Também estiveram presentes na solenidade Juízes, Promotores de Justiça, Delegados de Polícia, o Inspetor Renato Sampaio e os Guardas Civis Mediadores de Conflito Landuar Alencar Filho, da Inspetoria Regional de Santana; Renato Rodrigues de Oliveira, Inspetoria Pirituba/Jaraguá; Marta Inocência, Inspetoria Regional Vila Maria/Guilherme; Nerciana da Silva Santos, Inspetoria Regional Jaçanã/Tremembé; Mauricio Mendonça Villar, Inspetoria Regional Casa Verde e Vera Lúcia da Silva Vignoto, Inspetoria Regional Freguesia do Ó. (SMSU, 2013)

Além de validar o nosso modelo, podemos utilizar *information retrieval* quando temos um enorme conjunto de dados textuais que não conhecemos e necessitamos buscar especificamente algo que precisamos, mas sem precisar ler todo o conteúdo. Mais, também pode identificar e encontrar padrões que não conseguiríamos se fizéssemos manualmente. Além disso, sempre pode nos retornar documentos com informações que não conhecíamos, ajudando em nossa pesquisa. Nesse caso, por exemplo, ao correlacionar segurança e saúde, pudemos tomar conhecimento de um programa muito representativo da ‘securitização da

assistência social’, chamado ‘Justiça Terapêutica’. Um usuário de drogas em situação de vulnerabilidade é detido pelo seu consumo e, através da mediação da GCM, são oferecidas duas opções: o cárcere ou o tratamento para dependentes químicos; nesse caso, não podemos chamar de internação compulsória, mas tampouco podemos chamar de internação voluntária. No futuro, gostaríamos de estudar esse programa.

## **CONCLUSÃO**

No capítulo anterior fizemos a validação do nosso modelo de tópicos através do resultado descritivo que ele nos devolveu após operar a redução de dimensionalidade de um grande conjunto de documentos. Uma vez observado que o modelo estava operando conforme previsto, pudemos partir para a análise dos dados que tínhamos, através da correlação entre *tópicos* e *assuntos*, conforme consta neste capítulo. Para isso, precisamos definir agora também o que é um *assunto*.

Uma vez definido, primeiro analisamos os discursos nas sessões plenárias da Câmara dos Vereadores (2014-2017), a partir de *assuntos*. Observamos ser semelhante a variação no tempo dos assuntos saúde e segurança, mas também assistência social. Essa variação era sempre mais alta quando o assunto Cracolândia estava em pauta na mídia e quando aconteciam grandes operações policiais na região da Luz. Observamos que entre todos os discursos dos vereadores, não havia grande correlação entre saúde e segurança, ou entre saúde e assistência social, mas havia maior correlação entre assistência social e segurança.

Em seguida, estudamos a correlação entre *assuntos* a partir da sua variação no tempo (média móvel). Pudemos chegar a diversas conclusões representativas sobre nosso objeto, sobre nosso trabalho de campo, sobre o discurso dos agentes institucionais e as consequências nas políticas públicas.

Uma vez explorado nossos assuntos, partimos para uma análise de correlação entre tópicos e também de correlação entre tópicos e assuntos, para cada gestão. Pudemos chegar a diversas conclusões que verificavam a nossa tese de ‘securitização da assistência social’ a partir da intencionalidade de nossos agentes sociais, ou seja, o discurso das secretarias municipais. Pudemos observar onde havia continuidade e ruptura para também determinamos o que é ‘política de Estado’ (ou interestatal) e o que é ‘programa de governo’.

Partindo para o nosso último ponto, tentamos encontrar causalidade discursiva entre segurança, assistência social e saúde mental, a partir dos agentes institucionais. Conseguimos provar essa causalidade, além de diferenciar as gestões – a gestão Haddad, por exemplo,

apesar de seguir a tendência de ‘contaminar’ os outros assuntos através da Secretaria de Segurança, também atuou com um plano de governo de ‘dessecuritização’ a partir da Secretaria de Direitos Humanos. Pudemos, ao fim, buscar os documentos mais representativos dessa relação e revelar um assunto novo a ser estudado: a ‘Justiça Terapêutica’.

## CONCLUSÃO

Nosso primeiro passo foi definir nosso problema e nossa hipótese, definimos *como* e através do quê pudemos verificá-la. Deixamos claro que nosso trabalho não se enquadra nos Estudos da Pobreza ou em alguma teoria normativa institucional. Apesar da confusão que a semelhança de objeto possa causar, dialogamos principalmente com os Estudos da Violência e com a Sociologia Política, através de método etnográfico. Nosso estudo causou incômodo aos pares demasiadamente comprometidos com programas de governo vigente ou aos pares que não perceberam que nossa pesquisa se baseava em trabalho integral de campo, limitando a minha presença nos corredores e gabinetes da Universidade. Mais, nosso estudo buscou o distanciamento necessário tanto dos planos de governo e de partidos como, no devido momento, encontrou o distanciamento necessário dos movimentos sociais que abriram as portas ao campo. Nossa intenção era apreender a política de Estado em uma série histórica, mais que um programa de governo.

Esse ‘jogo do distanciamento’ muitas vezes causou incômodo aos pares, principalmente aos que não estão habituados a métodos etnográficos em que colocamos nosso corpo e consciência à disposição do campo antes de retornar ao distanciamento. A todos esses, políticos, quadros de partidos, professores e colegas, aos quais houve conflito, espero um dia que possam entender o compromisso com a pesquisa e o campo que estávamos situado. Sabíamos o que estávamos fazendo, apenas não tínhamos condições de nos comunicarmos na mesma língua naquele momento.

### *1. Segurança e Assistência Social: Vertical e Horizontal*

Nosso trabalho é continuação de pesquisa de Mestrado em que trabalhamos a relação entre as políticas de Segurança Internacional da União Europeia junto às políticas migratórias para a região euromediterrânea. Esse processo, denominado ‘securitização da imigração’, é um assunto conhecido para os Estudos de Segurança europeu. Possui um marco temporal e começa com o colapso da União Soviética<sup>57</sup>. Esse processo, porém, estava em um Velho Continente bastante distante da nossa realidade para trabalharmos com mais propriedade e proporcionar originalidade.

---

<sup>57</sup> Porém, poderíamos retornar até o fracasso da Guerra do Vietnã, como um tipo de política externa do Ocidente. Quando a ocupação dos EUA se demonstrou um fracasso, Robert McNamara propôs outros caminhos securitários para intervenção e reforma de Estados páreas.



Nosso Doutorado permitiu verificar os mesmos dispositivos de poder identificados na Europa, agora localmente, no nível municipal, em uma megalópole como São Paulo. Tentamos observar o mesmo marco da nossa pesquisa de Mestrado, agora através da relação Segurança Pública e Assistência Social. Encontramos indícios da nossa hipótese em diferentes trabalhos, como o de Stephen Graham sobre as cidades sitiadas, ou em Loïc Wacquant sobre ‘punir os pobres’.

No Brasil, encontramos dois indícios: o prólogo da tese de Doutorado de Alessandra Teixeira que foi confirmado em campo pelos movimentos sociais que fizemos parte, ou pela própria população de rua, ou pelo material primário que coletamos que provava isso. Após análise, entendemos então que haviam políticas de duas ordens, uma vertical e outra horizontal.

Em sentido vertical encontramos o PNUD de 1994 quando foi definido o conceito de Segurança Humana por intelectuais sem dúvida bem-intencionados como Amartya Sen. A isso seguiu-se a subversão do conceito pela política externa norte-americana que colocou-o junto à ‘*guerra ao narcoterrorismo*’ na América Latina. Uma vez que os EUA perdem legitimidade diante da comunidade internacional, transferem responsabilidade para nações parceiros em ascensão que têm interesse em aumentar seu protagonismo internacional. Nisso se enquadram os programas de pacificação das Forças Armadas brasileiras em missões no Haiti, a incorporação no Brasil através de programas como o PRONASCI/SUSP e as ocupações militares com as UPPs no Rio de Janeiro<sup>58</sup> ou as operações policiais cotidianas na Cracolândia em São Paulo. Nesse plano vertical, existe uma articulação que vai de Planos Nacionais ao policiamento comunitário de bairros.

Buscamos entender, então, como se dá a articulação no plano horizontal. Para isso aproveitamos o trabalho de Alessandra Teixeira. Ali, foram identificados os planos intersecretarias, coordenados pelas Secretarias de Segurança, que sitiaram primeiro a periferia (uma espécie de laboratório durante a gestão Kassab), para depois operar esses planos na região da Luz, denominada Cracolândia. Buscamos atualizar o trabalho de Teixeira para os anos atuais, abordar as mudanças na legislação (como no aparelhamento da Guarda Civil Metropolitana) e detalhar programas intersecretarias como ‘*Crack, é possível vencer*’ e ‘*Recomeço*’. Tentamos ter uma abordagem global e distanciada, praticamente descritiva, de

---

<sup>58</sup> Hoje, todos esses se encontram na cúpula do governo de Jair Bolsonaro, assumindo quase todos os ministérios, todos os segundos cargos dos ministérios, os aparelhos policiais e de inteligência, além da vice-presidência.

programas e políticas que se desenvolveram independente do plano de governo (ora mais lentamente, ora mais acelerado – não queremos dizer que é a mesma coisa).

Para dar apoio à nossa descrição legislativa e institucional, baseamos nosso trabalho também em métodos estatísticos e computacionais<sup>59</sup>. Trabalhamos com georreferenciamento para visualizar a lógica de uma cidade sitiada; fizemos análises orçamentárias do poder executivo municipal; usamos a linguística computacional para extrair o sentido (semântica) que as secretarias municipais e vereadores dão para o nosso problema de pesquisa. Alimentamos as análises semânticas com mais de 200 mil notícias institucionais das secretarias do município, além de centenas de discursos presentes nas sessões plenárias da Câmara dos Vereadores.

## 2. Como acontece a securitização?

Uma vez que identificamos esse Estado Neoliberal Bifronte (menos Estado para os de cima – isenção – e mais Estado para os de baixo – porrete), precisávamos identificar o ‘*como*’. Essa é uma relação dialógica, entre os que são objeto dessa política e os que a determinam. Para isso, seguimos a orientação que o trabalho no campo nos dava. Começamos pelo interior de um Coletivo de Trabalhadores Sociais e suas relações entre si, assim como com a própria população de rua e com as ocupações autogestionadas. Entendemos que haviam coletivos parceiros que compunham uma ética própria em torno do anarquismo e do autonomismo. Também entendemos que havia importante participação das pastorais da Igreja Católica. Por vezes, também se confundia com as universidades. Percebemos, então, que as relações começam a se tornar mais cinzentas, quando entram em jogo as secretarias municipais, a Defensoria Pública e o Ministério Público.

Por fim, concluímos que existe uma rede complexa que é transversal à ética expressa em cada um desses grupos, operando uma lógica de poder ‘a portas fechadas’ em que as demarcações não são mais tão claras. Operam famílias tradicionais, quadros de partidos, instituições locais (como CONSEGs), proprietários de negócios locais, ONGs, personalismos, messianismos etc. Buscamos, por fim, observar como se agenciam esses agentes sociais que podem estabelecer diferentes tipos de agenciamentos uns com os outros, de maneira bastante dinâmica.

---

<sup>59</sup> A opção por usar métodos mistos, qualitativos e quantitativos, ao mesmo tempo que nos aproxima de pares que estão em ambos os lados, também nos aliena. Da mesma forma que nosso método etnográfico trouxe incompreensão de pares quantitativos (mais comuns na ciência política), também a utilização de métodos quantitativos me afastou de pares qualitativos que veem muitas vezes os métodos quantitativos como ‘colonizadores’, classificam como ‘darwinismo social’ ou ‘perversos’ algoritmos a nos vigiar e controlar.

Foi essencial aplicar métodos mistos para compreensão do nosso problema. Se não houvesse um trabalho quantitativo, não poderíamos evitar diversos tipos de senso comum que se reproduzem em campo sem questionamentos, mas que os dados qualitativos provam ao contrário. Se não houvesse um trabalho qualitativo anterior, não saberíamos quais são as ONGs confessionais (já que é autodeclaratório e bastante subnotificado).

Se tomássemos o modelo de tópicos para entender a relação entre assuntos e secretarias, acreditaríamos que existe uma forte correlação entre a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Isso não é verdade, conforme observamos em campo e como se viu historicamente. Acreditamos que a polícia é a instituição executiva repressora por excelência, que garante a soberania do Estado pelo monopólio legítimo da violência sobre determinado território e população. A Secretaria de Direitos Humanos, criada durante a gestão Haddad, mostrou claramente que Direitos Humanos e Segurança Pública estão em competição (até mesmo quando a assistência social [SMADS] esteve em aliança com a segurança pública<sup>60</sup>). É natural, então, que a Secretaria de Direitos Humanos fale sobre o assunto segurança pública, já que esse seria o órgão executivo que ela compete com a SMSU.

Operavam dois vetores durante a gestão Haddad. Ao mesmo tempo em que a securitização da vida social cresceu durante a gestão Haddad (assim como cresceu em todos os governos do mundo – afinal, é uma política interestatal), foi criada a Secretaria de Direitos Humanos com atuação marcante, opondo-se a esse processo. Já na gestão Dória-Covas, a segurança avançou, como é a regra independente do governo, mas ao mesmo tempo em que a Secretaria de Direitos Humanos perdeu relevância comparada com a administração anterior, diminuindo a competição e o *accountability* do processo de securitização da vida em São Paulo. Durante a gestão Dória-Covas esse processo se tornou cotidiano e banalizado, como são as operações diárias na Cracolândia junto à zeladoria urbana.

No entanto, não queremos dizer que deve-se fortalecer a Secretaria de Direitos Humanos, ou que ela seria capaz de reverter a securitização<sup>61</sup>; tampouco queremos dar a

---

<sup>60</sup> Luana foi partícipe da criação e da ação da Secretaria de Direitos Humanos. Em uma entrevista, nos contou como em diversos momentos a gestão da pasta entrou em conflito com a SMADS administrada por Luciana Temer, sobre a garantia dos direitos e da dignidade da população de rua, especialmente quando a retirada de objetos, documentos e pertences pela ‘zeladoria urbana’ tornou-se uma questão. Buscaram defender a dignidade das concentrações de população de rua, como no Parque Dom Pedro II. Segundo Luana, a grande conquista que veio via Secretaria de Direitos Humanos foi a criação de um Comitê Pop Rua, o programa Autonomia em Foco (que foi conduzido com a comunidade do Parque D. Pedro) e a incorporação de representação da população de rua na Secretaria de Habitação.

<sup>61</sup> A Escola Crítica de Gales chama esse processo de ‘dessecuritização’.

entender que deve-se fortalecer os Direitos Humanos para garantir o desenvolvimento econômico e social do País. Na verdade, não temos a intenção de apontar a nada, a não ser o fato constatado em si.

Nesse sentido, tampouco queremos apontar que a solução é a construção de comunidades autônomas baseadas em uma política prefigurativa. Observando a História é possível que, para além da nossa vontade, o processo de monopolização (de poder e de recursos) continue a avançar e vencer as alternativas de contê-lo, apesar da criação de Zonas Autônomas Temporárias (ZAT) de organização social como as comunidades que fizemos campo. A existência das ZAT parecem estar condicionadas apenas para momentos de urgência e sobrevivência (por exemplo, uma situação de calamidade, como as redes de solidariedade após o Furacão Katrina em New Orleans). Por outro lado, apesar do entusiasmo inicial das comunidades autônomas, as ZATs parecem se desgastar com o tempo e passam a reproduzir formas de organização social um tanto feudais (como o 'suplício' descrito por Michel Foucault); tampouco parecem serem capazes de se desenvolverem economicamente ou escalar sua reprodução social. Possuem, porém, uma função clara: garantem a sobrevivência quando essa é a única alternativa e constituem uma resistência pela vida, para além de qualquer discurso, utopia ou ideologia que inúmeros agentes tentam colonizar.

Durante o nosso campo, os sentimentos inicial de encanto seguido pela decepção é semelhante à narrativa que José Saramago, em sua obra *'In Nomine Dei'*, dá para o fracasso de uma rebelião protestante no século XVI, começando com sede de justiça e terminando com uma brutalidade sem sentido, aproveitando uns das paixões de todos como instrumento de dominação.

### 3. Pesquisas futuras

A questão que nos cabe entender na nossa pesquisa futura é: quem é a classe que monopoliza esse processo no momento de desenvolvimento que o Brasil se encontra? É ainda a burguesia industrial e patrimonialista de uma velha elite latina, branca e católica de São Paulo? Nos parece que ela administra a sua queda e disputa com uma nova elite evangélica<sup>62</sup>. Essa será, porém, a hipótese a ser verificada em nossos próximos estudos, quando daremos

---

<sup>62</sup> O atual Prefeito de São Paulo, parece representar uma síntese desse processo. Ricardo Nunes é católico, herdeiro da Democracia Cristã, assim como os quadros do PSDB em São Paulo. Ao mesmo tempo, possui afinidade com a bancada evangélica.

mais atenção aos convênios estabelecidos com o Governo do Estado de São Paulo e suas Comunidades Terapêuticas, ou investigando o patrimônio material da Igreja Católica<sup>63</sup>.

Também gostaríamos de verificar um senso comum que aparecia nas reuniões dos CONSEGs. Os proprietários locais pressionam para retirar a população de rua da região, acreditando ser ela a responsável pela degradação urbana – no limite, a desvalorização dos imóveis e do bairro. Acreditamos estar equivocada esse senso comum prevalente nos fóruns de participação ‘cidadã’. Tomar o senso comum como verdadeiro e delegá-lo à avaliação de uma representação política bairrista pode resultar em políticas violentas e, principalmente, desnecessárias ou mesmo danosas. Em um modelo de ABM (*Agent-Based Model*) que ensaiamos, conseguimos provar que não existe relação entre a população de rua e a degradação urbana de um bairro – gostaríamos de apresentar isso no futuro, uma vez melhor desenvolvido o modelo.

Acima de tudo, esperamos em pesquisa futura aproveitar da maturidade adquirida para não perdermos tanto tempo em discussões teóricas escolásticas sobre ‘quantos anjos cabem na ponta de um alfinete’, não nos perdermos em ‘palavras vazias’ (*flatus vocis*), palavras de ordem, utopias, proselitismos, ou com a associação a uma moral de grupo; esperamos operar nossas navalhas filosóficas e partir de onde terminamos: descobrir o não-dito, investigar os acordos de ‘portas fechadas’, abrir a *caixa-preta* e buscar o assunto que nunca falam abertamente em um país católico: o rastro do dinheiro (*‘follow the money’*), ou seja, aprofundar o entendimento sobre os agentes sociais quase feudais, coletores, que parasitam nossa miséria, desperdiçam vidas, atrasam o nosso desenvolvimento e o investimento em infra-estrutura, que poderiam trazer um desenvolvimento de tipo escalar.

Já que nos falta orçamento para investimento em obras estruturais, apenas resta margem à gestão pública para trabalhar questões de estética urbana e de participação ‘popular’ na cidade, já que possui um enorme apelo entre a classe média urbana e define a vida pública de uma democracia liberal. Por mais que sejam questões importantes para o bem-estar geral de uma população urbana de 18 milhões de pessoas, pulam etapas. É natural que nos países escandinavos esses assuntos estejam na ponta da língua. No Brasil, porém, mais de 47% da população brasileira não possui acesso a esgoto e essa porcentagem pouco mudou nos últimos 30 anos; já o acesso ao consumo, porém, se multiplicou nas últimas décadas.

---

<sup>63</sup> Sabe-se que a Igreja Católica e o Banco do Vaticano possui grandes negócios imobiliários no mundo inteiro. Assim também é no Brasil, mas pouca informação temos acesso. Em 1996, o INCRA constou que existem pelo menos 330,6 mil hectares de terras brasileiras nas mãos da Igreja Católica - mas isso não conta as propriedades imóveis urbanas.

Infelizmente, nas universidades brasileiras, principalmente as paulistas, impera ainda a lógica da formação de intelectuais ‘críticos’, não de pesquisadores e cientistas. Enquanto o ensino e a pesquisa se tornaram uma *commodity* no mundo desde os anos 1950, aqui a transformação foi tardia e nem a chegada da ‘*indústria 4.0*’, baseada em dados, parece ser capaz de mudar a nossa cultura. Como consequência temos uma massa de pesquisadores na pós-graduação, sem direitos e reconhecimento formal de trabalho algum, que não terão acesso ao trabalho científico já que a Universidade não cresce na mesma medida que forma – porque não pensamos a Universidade como um espaço de produção. Por outro lado, o pós-graduando não consegue estabelecer laços formais de produtividade, a não ser fazendo parte de alguns dos poucos institutos de pesquisa que tampouco são produtivos, geralmente colonizado por algum intelectual midiático; seu vínculo também não é adequado, disposto a acúmulo de funções (muitas delas nem um pouco acadêmicas), assédios e silenciamento. Percebi que o pós-graduando tem medo, sofre sozinho e sofre quieto. Talvez esse sofrimento seja apenas um ritual de iniciação, um ‘*trote*’, por isso nos submetemos, apenas reproduzimos um sistema do qual não temos controle ou opção, mas sentimos ‘na pele’ que esse sistema de servidão e compadrio é ultrapassado e inadequado.

Espero ainda poder ver o Brasil superar os seus ‘arcaísmos’. Espero ver abolido o provincialismo, o bairrismo, o clubismo, o ganguismo, o familialismo, o tribalismo, todo o sistema de comarcas e freguesias, confrarias de leigos católicos, as fofocas e intrigas que um pároco sabe mais da esquerda à direita que o Estado, ficando todos nós submetidos ao conto dos vigários episcopais. Espero que possamos ver o desenvolvimento tecnológico através da ciência como um benefício e não como um vilão – um aliado mesmo para solucionar os próprios problemas que o próprio desenvolvimento criou (por exemplo, a questão ambiental). Espero que, enquanto não encontrarmos nada melhor, continuemos a nos basear nos princípios da lógica, da razão e da razoabilidade. Espero que as Universidades brasileiras possam superar a sua moral católica de uma classe intelectual decadente, que logre universalizar o ensino e o trabalho profissional de pesquisadores científicos, sobrepondo-se ao culto à personalidade, destruindo seus feudos e os mecanismos de servidão das ‘políticas de corredor’ dos departamentos.

As associações de professores foram essenciais na luta pela redemocratização do País e pela ampliação do acesso a uma Universidade que tenha autonomia. Mas espero prossigam e que se reconheçam como um funcionário, sem distinção das outras categorias, todos somados sustentando juntos a produção e reprodução de conhecimento de um organismo complexo como é a universidade pública. Espero que continuem avançando e que um dia os

professores universitários superem o seu caráter associativo e se reconheçam verdadeiramente como um sindicato de trabalhadores da universidade. Espero um dia que o professor universitário seja um trabalhador que 'bate cartão', assim como o pós-graduando possa ser reconhecido como profissional, tendo estabilidade para fazer sua pesquisa, inclusive apoio psicológico no campus. Espero que, tanto professor como o pós-graduando, possam oficializar seus grupos de pesquisa e que não fique tudo restrito a alguns poucos núcleos de pesquisa que concentram o orçamento e a burocracia das agências de fomento, com relações de compadrio. Espero que as pesquisas coletivas produzidas nesses núcleos possam ser avaliadas e que os encontros cotidianos de pesquisa se tornem uma norma com produtos coletivos regulares: não desejo a nenhum pós-graduando ficar 'solto' mais de meia década na universidade, sofrendo da angústia de uma alienação silenciosa que todos de alguma forma conhecem, mesmo quem teve a sorte de cair em algum espaço formalizado.

O ensino na Universidade não pode mais ser um ensino catedrático, punitivo e meritocrático, em que um professor justifica a sua violência pela sua genialidade intelectual. Em situações normais, todos temos as mesmas capacidades de aprendizado e não pode ser normalizado que uma grande parcela de uma turma de graduação seja reprovada em uma disciplina, enquanto a outra pequena parte é promovida com honras, indicação, prêmios e bolsas, através de uma nem tão ampla concorrência. Se assim continuar, é capaz que as universidades mais tradicionais do País, que centralizam grande parte do orçamento público para ensino e pesquisa, se tornem um 'elefante branco' e percam espaço. Podem perder espaço até mesmo para os diversos cursos técnicos livres oferecidos em plataformas digitais de professores que sabem que seu ensino precisa ser útil para poder ganhar seu rendimento.

Sou pessimista. Esse mesmo desejo também foi o desejo dos meus pais para o País, durante sua idade produtiva que foi inteira na Universidade, até finalmente se cansarem e 'deixarem para as novas gerações'. Mas também tenho a consciência de que a História nunca caminha para trás, mesmo quando somos tomados por uma euforia ideológica que se pretende revolucionária, mas é na verdade retrógrada – ela sempre padece. O que podemos mudar é a velocidade do processo.

Sou otimista com o progressivo (apesar de lento) acesso da população brasileira à educação superior formal – não chega perto, porém, de nossos vizinhos, como Argentina, Uruguai e, hoje, até mesmo o Chile. Acredito que continuará a crescer o acesso ao ensino técnico, com as ETECs, FATECs, Institutos Federais. Porém, infelizmente ainda não temos um ensino técnico vindo da organização sindical dos trabalhadores, mais preocupada em garantir a permanência de trabalhos degradantes que não são mais socialmente necessários,

delegando a formação tecnológica de nossa classe para o legado patronal de Roberto Simonsen com o Senai, que tem qualidade, mas que não é suficientemente escalável para criar uma sociedade do trabalho.

Onde sou mais otimista, na verdade, é sobre as Universidades Federais. Ao observar uma jovem amiga que iniciou seus estudos na UFABC, fui surpreendido. Apesar de não possuírem a tradição, a burocracia, o orçamento e a enorme estrutura das velhas universidades paulistas, impressionou-me o quanto são eficientes no que fazem, apontando para o futuro. Nessa amostragem que nossa sociedade está criando, vi um sistema bem adaptado às novas tecnologias para o ensino. Os professores, jovens, estão preocupados em falar simples e ensinar simples, preocupados com o aprendizado do aluno. Os professores não incentivam, através do terror, a criação de intelectuais autodidatas que conviverão para sempre com a angústia e ansiedade de uma ‘síndrome de impostor’, crendo na verdade são muito grandes e produzem pouco, isso porque acreditam terem o dever de criar algo demasiadamente complexo, extra-mundano – e daí segue a culpa de não ser capaz ou de pouco fazer.

Para as Universidades Federais, o sistema único de vestibular através do ENEM facilitou muito o acesso da população brasileira, sem sobrecarregar um jovem cheio oprimido por expectativas. Existe também um sistema interno de intercâmbio entre as universidades federais que todo o aluno pode fazer e, já que o sistema e a grade curricular são unificados, é uma oportunidade única para um jovem cidadão em formação poder dar retorno à sociedade. Além disso, as Universidades Federais se submetem ao ENADE, diferente por exemplo da USP; na Universidade de São Paulo, ao contrário, os professores parecem reclamar do confronto que os discentes fazem aos professores e suas ementas, chamando isso de ‘neoliberalismo’ (obviamente, devemos encontrar razoabilidade mútua para tratar o assunto). Nas Universidades Federais, as grades curriculares são contemporâneas ao mundo em que vivemos, elas são sempre interdisciplinares, existindo ciclos básicos; um aluno de Humanas deverá cursar matéria de Exatas, assim como alguém de Exatas deverá cursar matéria de Humanas. Não podemos mais dividir o nosso conhecimento entre qualitativo e quantitativo como se fosse uma batalha ideológica, por vezes até religiosa. Espero no futuro que um etnógrafo entenda de programação e computação, assim como um estatístico seja incentivado a fazer um trabalho de campo em algum espaço social e de trabalho (às vezes até em convênio oficial com a Universidade, por quê não?).

Precisamos de mão-de-obra simultaneamente técnica e crítica, afinal, não será a nossa classe política ou um indivíduo messiânico que poderá construir nossa rede de esgoto, então



tampouco podemos deixar a gestão da nossa sociedade aos ânimos ideológicos. As Universidades Federais são demasiadamente dependentes dos governos e, atualmente, sofrem um ataque violento da pior variação do pior tipo de governo, uma cópia piorada de um velho fascismo que se assemelha ao salazarismo: ‘terrivelmente’ cristão e contra tudo que caminhe para frente, saudosista de tempos medievais, baseada em mitos quixotescos de uma realidade que nunca existiu, apostando em um País que sobrevive com monocultura de exportação e presídios – é a bancada do boi, da bala e da bíblia. Isso não é novidade na História da humanidade e já foi definida por cesarismo e bonapartismo, mas ela sempre foi acompanhada de um profascismo que mobiliza paixões de uma população embrutecida, gangues que são coordenadas por instituições ideológicas ou religiosas dotadas de interesses escusos.

As pulsões nas Universidades Federais não irão desaparecer. Ali já existe uma amostragem bem estruturada, um sistema de produção de conhecimento que aponta o futuro. Já lidam de forma integral com nossa relação de produção e o planeta que habitamos, buscando as soluções para as contradições ambientais que foram postas em nossos tempos atuais; também estão comprometidas com a ética dos limites da ciência e da tecnologia, com uma abordagem interdisciplinar e humana. Afirma o respeito às diferentes culturas e subjetividades que definem o bem-viver de uma sociedade plural e complexa. Tenho confiança também na capacidade das universidades paulistas se renovarem – não seria a primeira vez.

Concluir esse trabalho não foi fácil. Eu não escolhi vir a esse mundo e ele já existia antes de mim, como continuará existindo quando eu me for. A pressão para não concluí-lo vem de pulsões anteriores a mim ou à minha existência, mas que foram agravadas pelo trabalho de campo sem apoio psicológico, pela característica alienante do mundo acadêmico na província do mundo e também pela pressão intelectual de utopias estudantis de um país cristão. O maior agravante, porém, veio do próprio Governo e dos ataques à Universidade Pública e à ciência, no meio de uma pandemia que exigia esforço conjunto do ensino com a pesquisa. No entanto, termino feliz, porque sei que sobrevivi (literalmente), saí mais forte, mais maduro e menos ingênuo sobre o mundo do que quando entrei. Devo isso tudo à Universidade Pública e espero poder retribuir para a sociedade que tanto investiu em mim. Eu gosto de observar. Termino ansioso pelo mundo que vêm.



*Cartoon anti-eletricidade circa 1900*

## POSFÁCIO

### As Ilusões da Participação Popular no Século XXI de São Paulo a Buenos Aires: Uma Homenagem ao Professor Flávio Villaça<sup>64</sup>

*Guilherme Giuliano Nicolau<sup>65</sup>*

*Ivan Augusto Alves Pereira<sup>66</sup>*

*Claudia Fabiana Guebel<sup>67</sup>*

#### RESUMO

Neste artigo, objetivamos uma análise comparativa sobre participação popular em metrópoles latino-americanas. Especificamente, comparamos a participação popular em audiências públicas nas cidades de São Paulo, em 2014, e Buenos Aires, em 2018. Metodologicamente, através da observação participante, acompanhamos audiências públicas relativas aos códigos urbanísticos das duas cidades, nos anos indicados, para estabelecer diferenças e similaridades entre as duas experiências e realizamos levantamentos históricos de ambas cidades em relação ao tema. Concluimos que, a despeito dos avanços em termos normativos com relação à cidadania, as condições históricas para seu exercício são desfavoráveis tanto em lugares de participação mais avançada como em Buenos Aires ou mesmo nos avanços recentes em São Paulo.

**Palavras-chave:** participação popular; metrópoles latino-americanas; audiências públicas; urbanismo.

#### 1. Introdução

Na intersecção entre mundos do trabalho e movimentos sociais, uma temática que tem sido particularmente relevante é o direito à cidade e, por extensão, a relação entre trabalhadores(as) e os governos municipais. Desta forma, analisar como são estabelecidos os códigos urbanísticos das cidades, particularmente em sua relação com os movimentos sociais, é particularmente relevante para pensar o trabalho. Ora, se um(a) trabalhador(a) deve se locomover longas distâncias para chegar em seu local de trabalho, então sua saúde, bem-estar, remuneração e etc. devem estar ligados ao acesso ao transporte público de qualidade. Embora essa discussão extrapole questões relacionadas estritamente ao comumente debatido na Sociologia do Trabalho (remuneração, jornada, previdência e etc.), é fundamental para repensar as fronteiras entre trabalho e cidade, renda e casa, público e privado.

---

<sup>64</sup> Esse trabalho foi publicado na revista *Movientação* em 2021. Flávio Villaça foi professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e trabalhou por 15 anos na Secretaria Municipal de Planejamento da Cidade de São Paulo. Urbanista materialista e crítico tinha seu trabalho reconhecido pelos seus pares. Faleceu aos 91 anos em 29 de março de 2021. Ver mais em: <<https://www.archdaily.com.br/br/959353/flavio-villaca-morre-aos-91-anos-em-sao-paulo#:~:text=O%20arquite%20e%20urbanista%20morreu,que%20vivia%2C%20em%20São%20Paulo>>.

<sup>65</sup> Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Contato: ggnicolau@usp.br

<sup>66</sup> Arquitetura, Universidade Belas Artes (SP). Contato: ivanalves@gmail.com

<sup>67</sup> Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Buenos Aires (UBA). Contato: claudiaguebel@yahoo.com

Esse debate é relativamente novo no campo da Sociologia. Em primeiro lugar, no campo dos debates dos novos movimentos sociais pós Maio de 68 (ver, por exemplo, as produções de Touraine), prevaleceu uma certa ideia de equivalência entre trabalho e outras categorias sociológicas supostamente fundamentais, como ecologia. Decretou-se, inclusive, “o fim do trabalho” ou “adeus ao proletariado” (GORZ, 1982). Em segundo lugar, os debates acerca das “outras categorias”, como raça e gênero, frequentemente apaga a centralidade do trabalho, ou mesmo da classe. Por fim, ter como referência Maio de 68 no campo da Sociologia nos convida a pensar formas eurocentradas de movimentos sociais. Ao unir movimentos sociais e trabalho nos debates sobre planejamento urbanístico e relações municipais, buscamos minimamente questionar essas premissas.

Nosso trabalho tem como objetivo estabelecer uma comparação da participação popular em duas grandes cidades da América Latina: São Paulo (2014) e Buenos Aires (2018). Nossas observações têm origem em pesquisa de campo que acompanhou as audiências públicas realizadas para aprovação de seus respectivos códigos urbanísticos na última década.

Cabe-nos descrever a divisão de nossa pesquisa. Partimos por delimitar nosso marco teórico sobre o que entendemos por participação política, a partir de trabalhos recentes que buscam entender o que se convencionou chamar “novíssimos movimentos sociais” que, apesar de ensaiado anteriormente, veio a confirmar-se com mais proeminência a partir dos anos 1990 em contraposição às reformas neoliberais. Em seguida, aplicaremos esse entendimento primeiramente à cidade de São Paulo e, em seguida, à cidade de Buenos Aires para então realizar comparações entre as duas experiências por aproximações e distanciamentos. Para isso nos utilizamos da ‘observação participativa’, já que em Buenos Aires estivemos presencialmente nas audiências e nas articulações dos movimentos sociais sobre as questões da cidade, junto à Universidade de Buenos Aires e ao *Observatorio del Derecho a la Ciudad*; no caso de São Paulo também estivemos presentes nas ações dos movimentos sociais pelo Direito à Cidade, principalmente os movimentos autonomistas ligados ao Comitê Contra a Copa, mas também como urbanista e funcionário da Prefeitura durante as audiências públicas do Plano Diretor da gestão Fernando Haddad. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

## 2. Teoria e Movimentos Sociais

Desde o surgimento do Estado Democrático de Direito, um novo entendimento passa a operar entre povo e poder, através de mecanismos de representação que estabelecem a relação

entre sociedade civil e Estado. É nessa operação entre poder constituído e poder constituinte, que descreveremos a periodização dos movimentos sociais. Richard Day (2006) separa a prática dos movimentos sociais em três momentos.

Primeiramente, temos os Velhos Movimentos Sociais, característicos dos movimentos do século XIX até meados do século XX. Ele opera o antagonismo de classes para conquista da hegemonia, ou seja, conquista do Estado, como instrumento coercitivo que garanta a universalização das demandas frente aqueles que não consentem. Isso significa que somente funciona através de formas hierarquizadas (DAY, 2006, p.718), um grupo dominante que alcança a hegemonia na sociedade civil, conquistando o aparato coercitivo do Estado que tem primazia sobre processos consensuais: ‘No hegemony without state power; no state power without hegemony’ (DAY, 2006, p.721).

Em seguida, temos os Novos Movimentos Sociais, característico dos movimentos sociais dos anos 1960 a 1980. Eles também operam por antagonismo e por disputa por hegemonia, mas é mais difuso por cada movimento demandando algo específico dentro uma miríade de opressões (racismo, machismo, homofobia, colonialismo etc) que não são reduzidas a classe. As atenções transitaram para as políticas da vida cotidiana e transformação individual (DAY, 2006). Ele é reformista, e demanda e pressiona para que o sistema liberal incorpore demandas específicas à sua agenda é de protesto e reforma. É nesse momento que se incorporam mecanismos de participação como de audiência pública<sup>68</sup>: incorporam-se as demandas da sociedade civil, *mas sem a participação administrativa em sua execução*. A orientação ainda é para o Estado, mas agora limitada aos grupos e suas demandas mais que um grupo dominante com programa universalizante. Essa política do reconhecimento entra em uma razão circular que, ao mesmo tempo que demanda, reconhece o mesmo poder que oprime. Mais,

---

<sup>68</sup>Mecanismos de participação direta eram conhecidos na Inglaterra desde o séc. XVI, apesar de raramente ser utilizado. É conhecido como parte da organização de uma comunidade com o povoamento nos EUA, na Nova Inglaterra, através dos chamados ‘Town Meeting’; havia diversos outros mecanismos expressos de participação política de diferentes qualidades. Porém, a audiência pública em seu formato moderno é conhecida por ter sido utilizada para o caso dos anarquistas de Chicago condenados na década de 1920, com Roosevelt. De qualquer forma, passou a ser mais recorrente no pós-guerra, em casos que se tornaram emblemáticos como no período do Mccartismo de perseguição aos comunistas e também na política de ‘tolerância zero’ do prefeito de Nova Iorque tendo como um de seus alvos a ‘máfia’ italiana. De qualquer forma lembramos que foi também em grande medida utilizada pelo movimento dos direitos civis nos anos 1960 em diante. Tais mecanismos de participação foram ainda mais ampliados a partir da década de 1990, quando também passaram a ser incorporados em diversas cidades do mundo, como São Paulo e Nova Déli. Para mais, buscar o trabalho de WILLIAMSON & FUNG (2004; 2005). Acesso em: <<http://www.fisherwilliamson.com/downloads/FungWilliamsonNCR04.pdf>>; <<https://hewlett.org/wp-content/uploads/2016/08/MappingPublicDeliberation.pdf>>.

NMSs moved away from the coercion/ consent politics of Lenin and Gramsci, into a territory of hegemony by what appears as pure consent, i.e. into the territory of liberal reform. Rather than seeking state power, subordinated groups began to focus more on persuading an existing hegemonic formation to alter the operation of certain institutions, or infiltrating those institutions with a different set of values and thereby constructing a counter-hegemony. (DAY, 2006, p.727)

Por fim, temos os Novíssimos Movimentos Sociais, característico do movimento anti-globalização dos anos 1990, como também dos movimentos que surgiram após a crise de 2008-2013. Eles são difusos como os Novos Movimentos Sociais, mas não buscam o reconhecimento ou a hegemonia via Estado; são uma constelação de singularidades (multidão) que agem em três níveis: resistência, insurreição e poder constituinte. Resumindo, agem pela ação direta para a constituição de “comunidades por vir” (política prefigurativa), estabelecendo uma negação da hegemonia, ou mesmo uma contra-hegemonia, constituindo um *dual-power*. Ou seja, constroem comunidades autônomas e em resistência, que operam – internamente como entre as lutas amigas – por outras normas que são a da afinidade, para ensaiar e constituir experiências que passam por fora do poder constituído. Eles buscam menos a irradiação no sistema de Estados e corporações e focam nas possibilidades oferecidas pelo deslocamento e substituição desse sistema (DAY, 2006, p.719).

Há um nó antagônico que unem a multiplicidade dos coletivos sociais contra o neoliberalismo:

What all of these events have in common is their opposition to the agenda of globalizing capital and the neoliberal ideology associated with it, which brings privatization, deregulation and unemployment to the global North, and structural adjustment programmes and increased impoverishment to the global South. This opposition has come from all classes, identity groups, and causes, from every part of the world, and it has reinvigorated both activists and academics who see in it a return of the countercultural spirit of the 1960s. (DAY, 2006, p.728)

Também há outro nó, contra a militarização e o controle:

It is precisely this international system of control that we are fighting against, in the name of genuine globalization.

[...] These connexions - and the broader links between neoliberal policies and mechanisms of state coercion (police, prisons, militarism) - have played a more and more salient role in our analyses as we ourselves have confronted escalating levels of state repression. (GRAEBER, 2002)

Paolo Gerbaudo (2017) ainda diferencia o movimento anti-globalização dos movimentos que surgiram entre 2011-2016, como uma possível quarta geração. São semelhantes em essência (ação direta, formas de organização, uso da internet, política prefigurativa), com a exceção que agora são territorializados. É uma resposta ao advento do neoliberalismo e ao desmonte do Estado de Bem-Estar, quando os bens públicos terceirizados passam a ser gerenciado diretamente pelos interesses econômicos via terceirização. O

chamado “populismo assembleário” ou “comuneiro” surge em resposta a esse processo, como um poder constituinte organizado para trazer novamente as questões de interesse público para a sociedade civil de forma territorializada, agora dentro da estrutura social difusa em voga.

In the positive, “the mask” expresses faith in the democratic power of “autonomous” individuals and self-organising collectives, as seen in a number of movement practices, from the self-management ethos of the ‘68 occupiers to the self-government of the Zapatistas in Mexico; the use of consensus-based decision-making by anti-globalisation activists in their direct-action movements; and the new practices of online collaboration in the open-source software movement and in hacker collectives [...] The flag evokes something altogether different; strictly speaking flags denote control over an at least partly territorially defined political community. (GERBAUDO, 2017, p.4)

Os novíssimos movimentos sociais clamam por uma democracia que seja de baixo para cima, ocupando praças e transformando-as em ágoras, espaços onde a participação progressivamente constituem um poder dos de baixo (GERBAUDO, 2017 p.9). “[...] Anarchists protest camps were seen as self-governed communes prefiguring a world without state and government” (GERBAUDO, 2017, p.18).

Isso é o que chamam de *prefigurative politics*, ou seja, espaços políticos e decisórios autônomos que ensaiam tipos de participação direta e que crescem na medida que o sistema representativo entra em crise. Em seu léxico estão a decisão por consenso, horizontalidade, anti-autoridade (autonomia) e espaços não-hierárquicos (não-representação). É caracterizado por uma multiplicidade de “visões de mundo”, identidades e opiniões: uma “multidão” polissêmica que faz política e difere ou mesmo se opõe à univocidade da Lei e da Soberania. Os movimentos sociais contemporâneos não reproduzem as organizações tradicionais e, acima de tudo, não são sectários. Seguem outra lógica de organização, decisão e ética, prefigurando a sociedade futura:

[...] this is a movement about reinventing democracy. It is not opposed to organization. It is about creating new forms of organization. It is not lacking in ideology. Those new forms of organization *are* its ideology. It is about creating and enacting horizontal networks instead of top-down structures like states, parties or corporations; networks based on principles of decentralized, non-hierarchical consensus democracy. Ultimately, it aspires to be much more than that, because ultimately it aspires to reinvent daily life as a whole. But unlike many other forms of radicalism, it has first organized itself in the political sphere—mainly because this was a territory that the powers that be (who have shifted all their heavy artillery into the economic) have largely abandoned (GRAEBER, 2006)

Não existe um consenso sobre a divisão de momentos e vertentes dos movimentos sociais. Mas entre todas as concepções diz-se sobre movimentos sociais contemporâneos que optam pela ação direta e por uma política prefigurativa, por vezes um *dual power*, ou seja, organização e resistência de comunidades autônomas em suas próprias regras vivíveis que são alternativas às políticas institucionais vigentes – ou por vezes intercalada com elas.

### 3. Participação popular em São Paulo (2014)

São Paulo é um município com grande crescimento na virada do século XIX para o Século XX:

Em 1874, a cidade de São Paulo tinha uma população de apenas 25.253 habitantes; em 1886, esse número ascendia a 44 033. O Censo de 1900 acusou uma população cinco vezes superior, de 239 820 habitantes, número que dobraria vinte anos depois para 579 033 (SEGAWA, 2004, p15)

Até então, somente o pequeno triângulo central era ocupado. O café, a ferrovia São Paulo Railway e a chegada de imigrantes são considerados os grandes responsáveis por esse crescimento acelerado da cidade (SEGAWA, 2004) e que tem continuidade nas primeiras décadas. Em 1927, a Light já possuía um plano de construção, plano esse rejeitado pelo município (LAGONEGRO 2004). Posteriormente, surge o plano de avenidas de Prestes Maia que acaba ocupando o leito dos rios com avenidas. O rápido crescimento era acompanhado de projetos urbanos modernistas e rodoviaristas. Nos anos de 1940, inicia-se um projeto de expansão urbana, processo facilitado com a troca da matriz ferroviária pela opção rodoviária (LAGONEGRO, 2004). O processo de constante projetos e obras rodoviárias continua ao longo da ditadura militar, sendo o elevado Costa e Silva (atual João Goulart) símbolo máximo deste processo. No final dos anos 1970, São Paulo constrói sua primeira linha de metrô, todos os processos até agora citados não contam com participação popular. Com o fim da ditadura militar, começa uma crescente ascensão dos movimentos populares e ascende a participação popular nas questões urbanas, algo que ganha muita força a partir da eleição de Luiza Erundina para a prefeitura municipal (SILVA, 2017). A gestão contou com inúmeros debates contando com movimentos sociais, principalmente nas pastas de habitação e transporte, obteve como destaque para os mutirões habitacionais. Também existiram importantes debates na questão do transporte coletivo gratuito e a criação de um plano diretor com extensa participação, plano esse que devido a conflitos de interesse nunca foi votado pela câmara dos vereadores (SILVA, 2017).

Com a criação do estatuto da cidade normatizam a necessidade de participação popular para as questões urbanas e a gestão de Marta Suplicy cria as subprefeituras, que serviriam para descentralizar a administração pública e facilitar o acesso da população às decisões que envolviam os seus respectivos territórios. Porém,

Já no governo da prefeita Marta Suplicy, entre 2001 e 2004, finalmente se torna possível a efetivação da descentralização político-administrativa, através da implantação das Subprefeituras. No entanto, Grin (2015) afirma que o processo serviu para aumentar a política de coalizão e partilha de poder com os vereadores tanto do PT quanto dos demais partidos. Além disso, o processo acabou colocando em segundo plano questões importantes voltadas à democracia participativa e ao



controle social, e também gerou grande rejeição entre as Secretarias Municipais que temiam a perda de poder para as Subprefeituras [...] As Subprefeituras, diferentemente das Administrações Regionais, teriam uma gestão local com maior capacidade de decisão e mais democrática, na medida que seriam apoiadas pelos Conselhos de Representantes eleitos no território de cada uma delas para fiscalizar e controlar as ações, o que não ocorreu naquela gestão. Além disso, ficou definido que era necessário aumentar a quantidade de Subprefeituras, com um limite de 500 mil habitantes, com o intuito de repartir melhor os recursos orçamentários. Dessa forma, 31 Subprefeituras foram definidas, a partir da Lei 13.999, de 1º de Agosto de 2002, no entanto, sem muito consenso tanto sobre a divisão territorial quanto sobre ao modelo de descentralização(LUZ; BASTOS, 2017)

Do ponto de vista do planejamento urbano, a gestão de Marta Suplicy foi importante para a criação e aprovação de um novo plano diretor e uma nova lei de zoneamento, com debates divididos por subprefeituras, cada uma com o seu respectivo plano. Porém, Jorge Wilhelm, responsável técnico pelo marco legal da gestão, defende, posteriormente, em entrevista:

Jorge Wilhelm lamenta, porém, que a estrutura jurídica brasileira seja perniciosa ao permitir que uma lei discutida e aprovada pelas câmaras legislativas tenham de ser posteriormente regulamentadas pelo Executivo, por meio de decreto. “Se algum prefeito não quer fazer com que uma lei vingue, ele simplesmente deixa de regulamentá-la e a lei vira letra morta”, critica. “Houve mais ou menos 30 artigos do PDE que até hoje não saíram do papel por simples falta de regulamentação da prefeitura (RBA, 06/09/2012)

Posteriormente, a gestão de Gilberto Kassab apresentou uma proposta de projeto urbano para a região do bairro da Luz (projeto *Nova Luz*), que não contou com participação da população, ainda que seja obrigatório por lei. A repercussão dada repressão policial na região para colocar o plano a força chamou atenção para a questão junto a inúmeros protestos contestando a falta da participação popular na elaboração do projeto, acabaram adiando o começo das obras. Na gestão Gilberto Kassab uma nova proposta de plano diretor foi apresentada, porém o projeto também foi arquivado a partir de decisão do judiciário:

[...] liminar, concedida em 22 de maio pelo juiz Valentino de Andrade, suspendeu as audiências públicas agendadas em cima da hora pela prefeitura para garantir a aprovação do Plano Diretor. Segundo o promotor de Justiça Marcelo Ferreira de Souza Netto, tais audiências foram marcadas em prazos curtos demais “para a comunidade obter, conhecer, estudar, analisar e refletir as propostas de revisão (CARTA MAIOR, 2007)

Somente na gestão de Fernando Haddad o marco legal urbanístico da cidade teve uma revisão. Partindo do princípio que a legislação então vigente (um plano para cada bairro) criava desconexões no tecido urbano: efeito chamado de “colcha de retalhos”, a iniciativa dividiu a área da cidade em diferentes zonas de acordo com a ocupação e infraestrutura de cada área. Ao mesmo tempo, criou eixos com base no transporte coletivo.

Audiências públicas foram realizadas em todas as subprefeituras, mas ao contrário do processo anterior onde o projeto era claramente voltado para as subprefeituras, criando

debates sobre questões pontuais de cada subprefeitura, desta vez isso não foi possível: não foram criados planos para cada subprefeitura em que a população podia atuar sugerindo criação de intervenções na escala do bairro, tal como parques, obras viárias pontuais, entre outros casos.

Embora tenha gerado um grande impacto de mídia e presença em audiências, não existiu um processo que de fato encaminhou uma construção em conjunto para o planejamento. Cada subprefeitura recebeu duas audiências: uma primeira, de apresentação, e algumas semanas depois, após a população poder encaminhar propostas via internet (entre outros meios) existiu uma audiência de retorno em cada subprefeitura.

*Existe descentralização de gestão para um governo popular em São Paulo?*

As duas últimas décadas contaram com reformulações do marco legal urbanístico do Município de São Paulo que preveem participação popular<sup>69</sup>. Foram criados um novo Plano Diretor Estratégico, uma nova Lei de Uso e Ocupação de Solo, um novo Código de Obras e Edificação, afirma também a necessidade legal de discussão nos fóruns públicos para legitimar as reformas, como as audiências públicas e os conselhos participativos distribuídos nas subprefeituras. As eleições municipais de 2020 já demonstraram a preocupação em revisar novamente o marco legal. Enquanto o Partido dos Trabalhadores defende que deve-se ancorar em intensa participação popular, para transformar a cidade de São Paulo em um “espaço mais humano”, o PSDB/DEM argumenta que ela dificulta a atuação do mercado e construção imobiliária. Se para os últimos poderíamos alegar espanto que o debate não se pauta na qualidade da produção do espaço e sim na produção imobiliária, ou seja, o território olhado sob a perspectiva de mercadoria e não na qualidade do território para os cidadãos, para os primeiros, o marco legal representa uma grande ferramenta de expressão da vontade popular em busca da melhor qualidade territorial.

A questão a ser respondida é quem de fato produz a elaboração do marco urbanístico municipal. Trata-se de uma legislação, como todas, com cunho político muito maior do que o cunho técnico. Vale a pergunta: é nas audiências que os portadores de grande capital financeiro e imobiliário expressam suas vontades para os representantes da municipalidade?

Flávio Villaça, professor aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, escreveu um conhecido trabalho chamado “As Ilusões do Plano Diretor” (2005). Villaça acompanhou as audiências públicas para o plano diretor que eram necessárias para a aprovação da lei. Chegou a algumas conclusões. A abissal desigualdade social regional no

---

<sup>69</sup> Mais sobre a questão da participação popular nos marcos legais da cidade foi discutido em artigo de política comparada entre São Paulo e Buenos Aires que consta aqui no posfácio deste trabalho.

Brasil leva a uma desigualdade de participação. Os bairros de maior renda contaram com maior participação, enquanto os de menor renda contaram com pouca participação. De qualquer forma, os empresários dos negócios locais pouco compareceram e houve total ausência dos empregados do bairro (VILLAÇA, 2005, p.65). Apesar do quórum ter sido sempre muito reduzido, as organizações populares que compareceram eram nos bairros já mais estruturados e essas organizações eram compostas principalmente pela classe média e média-alta, mais politizadas, que tiveram conhecimento prévio das audiências e que eram capazes de participar (VILLAÇA, 2005, p.64). De qualquer forma, a participação popular foi dificultada mesmo para a pequena burguesia e classe média, sendo que as principais propostas de modificação do zoneamento “diziam respeito aos territórios e interesses das elites paulistanas” (VILLAÇA, 2005,p.48). Essas elites não participam dos fóruns e fazem sua política muitas vezes por outros canais que possuem acesso, às vezes diretamente com o poder político que tem acesso, através do lobby, ou mesmo pelos canais de comunicação. Villaça (2005) define para nós essa ilusão:

É essa ilusão que a recente ênfase em Plano Diretor Participativo –querendo ou não – procura inculcar na opinião pública. O que raramente aparece é que os grupos e classes sociais têm não só poderes político e econômico muito diferentes, mas também diferentes métodos de atuação, diferentes canais de acesso ao poder e, principalmente – algo que se procura sempre esconder – diferentes interesses. (...) Assim, os debates públicos seriam apenas a ponta de um iceberg, ou seja, aquilo que não aparece é muito maior do que a parte que aparece. (...) Na verdade uma substancial parcela dessa atuação se manifestou ( como acontece com quase toda lei) através de pressões, principalmente as exercidas sobre os vereadores, e não em debates públicos. (VILLAÇA, 2005, p.50-p.51)

Não encontraremos então os principais agentes do processo nos conselhos participativos ou nas audiências. Não encontraremos nos conselhos de segurança ou nos conselhos participativos das subprefeituras. Mas os seus interesses estão lá atuando, já que a definição desses espaços – começando pela indicação dos subprefeitos – passam por uma rede de poder que essas elites se fazem presentes. Existe uma zona cinzenta entre as principais famílias da elite paulistana, os clubes da cidade, as instituições religiosas e os partidos políticos.

Em outra pesquisa de campo analisamos a região Brás-Mooça-Belém<sup>70</sup>. Se tomamos essa região como exemplo veremos a influência de famílias como a Comolatti com diversos empreendimentos na região, ou a atuação de subprefeitos oriundos de famílias das elites locais ou que são também quadros importantes de partidos políticos – ali, no caso, as ligações são com o PSDB. Todos esses atores se encontram em espaços sociais próprios, como o

---

<sup>70</sup> Pesquisa de Doutorado de Guilherme Giuliano Nicolau, ainda a ser publicada.

Circolo Italiano, Clube Paulistano, Rotary Club, Clube Parque da Mooca e, principalmente, Clube Atlético Juventus. Ou nos seus templos, sendo ali na Mooca a maioria católica. Ou às vezes os subprefeitos já passaram por empresas de economia mista ou cargos de confiança, como a SABESP<sup>71</sup>, ou possuem relações com OSs que prestam serviços de zeladoria urbana para a prefeitura. A atuação destes atores geralmente não se dá dentro dos conselhos participativos da cidade, mas como ficou evidente, os seus interesses estão sendo pautados em alguns conselhos, como por exemplo os CONSEGs – Conselhos de Segurança, uma das principais demandas do bairro.

A participação popular nas audiências públicas ou nos conselhos participativos não são intensivas na Cidade de São Paulo como é na cidade de Buenos Aires e na sociedade argentina, muito mais orgânica. A participação popular em São Paulo é um processo recente e que avançou principalmente com as poucas gestões do Partido dos Trabalhadores. De qualquer forma sofre com todas as advertências que o Prof. Villaça sugere. Vale lembrar que mesmo os Conselhos Participativos das Subprefeituras é algo bastante recente e que não consegue manter atividade regular com as trocas de gestões. Diferente da Argentina, onde a administração das Comunas da Cidade é direta através de um Conselho eleito com diversas competências executivas e orçamentárias, em São Paulo o subprefeito é indicação do Prefeito da cidade, dificultando a continuidade dos trabalhos. Tivemos mesmo dificuldade em conseguir atas de reuniões das subprefeituras, já que a Subprefeitura passa essa responsabilidade aos Conselhos Participativos que ainda não estão suficientemente organizados, ao mesmo tempo que quando muda de gestão se torna mais difícil ter acesso aos documentos da gestão anterior.

Observaremos a seguir o caso argentino.

#### *4. Participação popular em Buenos Aires (2018)*

Entendemos que, após a democratização, a cidade de Buenos Aires (igualmente como em outros espaços da América do Sul) passou por um rearranjo tardio do segundo ciclo de participação (ex: audiências públicas), mas rapidamente avança para o terceiro (gestão compartilhada). É apenas em 1996 que Buenos Aires consolida sua autonomia administrativa, quando determina os mecanismos de *participación ciudadana*.

---

<sup>71</sup> Dos atores que comentamos aqui, Fábio Lepique e Criscuolo foram da Companhia Paulista de Obras e Serviços. O atual subprefeito da Mooca, Guilherme Britto, também foi diretor da CPOS.

#### 4.1. *Alguns antecedentes históricos*

A política argentina como foi definida no século XX – nos governos de Yrigoyen e Perón – é um caso *sui generis*, mesmo entre seus irmãos e vizinhos. É possível que tenha contribuído para isso a sua histórica específica de acumulação primitiva, ou seja, como foi conquistada a propriedade privada junto a sua questão de terras (diferente entre a colonização portuguesa e a espanhola), o elevado desenvolvimento econômico e industrial do período comparado a seus vizinhos mais próximos como o Brasil, a concentração populacional reduzida à província de Buenos Aires (mais especificamente a cidade de Buenos Aires), e por fim, uma população consideravelmente menor que de países vizinhos como o Brasil.

#### 4.2. *Uma experiência assemblearia, um resultado comunero*

A Constituição de Buenos Aires surge em 1996. Definiu-se a autonomia da Cidade e o cargo de prefeito eleito, bem como constituiu os seus mecanismos de participação popular, definiu audiências públicas e iniciativas populares como mecanismos de participação popular.

A política argentina já funcionava de maneira distinta e territorial, a través das *Unidades Básicas do Partido Justicialista* (peronistas) e seus *punteros* mas de cima para baixo (como o é a política de seu tempo)<sup>72</sup>. Com a crise social e econômica de 2001, gerou-se um e o vazio político em termos de representação, preenchido e disputado nas ruas pela população que começou a compôr os novos movimentos sociais do Século XXI. Uma ‘zona cinzenta’ opera-se dentro do espaço social em que diferentes forças e maneiras de se fazer política coexistem e disputam entre si, sejam as mais tradicionais ou as mais inovadoras.

Alguns movimentos e organizações que podemos destacar foram, a dos *piqueteros* (o *Movimiento de los Desocupados* sendo o mais atuante no período), as *fábricas recuperadas*, as *Asambleas de Barrio*, também as manifestações conhecidas como *cacerolazos*. Nessa disputa política das pulsões das massas em um período de tensão social, esses espaços foram se adequando conforme a normalidade e um novo pacto social se estabeleciam com a capacidade de mobilização do kirchnerismo<sup>73</sup>.

Os *cacerolazos* (bater panela), ativos entre a classe média urbana para demonstrar insatisfação com a classe política durante o ano de 2001 porque haviam confiscado suas poupanças em dólares, foi mitigado conforme sua vida cotidiana e suas necessidades foram normalizadas e começaram a dar resposta às suas reivindicações. Os *piqueteros*, pertencentes

---

<sup>72</sup> Também haviam organizações territoriais de outros partidos políticos, como a Unión Cívica Radical.

<sup>73</sup> Muitos tornaram-se, também, dependentes do novo ciclo político. Uma vez que Macri foi eleito, suas atividades foram reprimidas e cortaram recursos. A *Organización Barrial Tupac Amaro*, por exemplo, que possuía fábricas têxteis e construiu bairros populares junto a cooperativas de habitação, teve seus programas interrompidos e uma de suas lideranças, Milagro Sala da Província de Jujuy, foi perseguida politicamente e encarcerada, assim como outros líderes dessa organização.

aos setores populares, ficaram conhecidos por fechar vias e usarem táticas de confronto com as forças policiais, sendo duramente reprimidos; algumas dessas organizações fizeram parte de programas de *Cooperativas de Vivienda* (autogestão e autoconstrução de habitat, semelhante ao que conhecemos como mutirões de habitação no Brasil), houveram cisões entre outros que optaram por seguir pela via parlamentar e os que permaneceram nas ruas, e entre a radicalização nas províncias (periferia) e assentamento da cidade. As *fábricas recuperadas*, que estabeleceram estratégias de autogestão entre trabalhadores que tomaram controle de fábricas que foram à falência e abandonada por seus proprietários, foi incorporada a programas de economia solidária e organizadas em federações, participando de programas internacionais – mas também muitas chegaram à exaustão.

As *Asambleas de Barrio* foram uma experiência única na história argentina, com diversas novidades de mobilização típicas de nossos tempos e que abrangeu diferentes classes sociais. Diz-se, por exemplo, que mesmo entre a classe média de Palermo não havia capacidade de adquirir bens para alimentar suas famílias quando passaram a trocar bens e alimentos e praticar a solidariedade ou, em muitos casos, tinham que ir a *comedores populares* dos quais também estavam ativos nas assembleias. A generalização da crise econômica junto com o vazio político estabelecido pela crise de representação (*que se vayan todos*) exigiu inovação política das bases sociais que estabeleceu o cotidiano nesse período em uma sociedade que já estava habituada às políticas barriais – antes centralista no organicismo peronista – que fez um exercício de inverter a ordem e trazer as decisões para baixo; sem dúvida, também favoreceu a subjetividade urbanística do planalto bonaerense que possui bairros bem definidos, com vida e identidade própria.

As Assembleias lograram algum tipo de autonomia territorial de baixo para cima, mas perderam sua força com o tempo; no entanto, esse acúmulo contribuiu para em 2005 aprovarem duas leis incorporadas à Constituição de Buenos Aires: **1. de Mandato Revogável** (20% do eleitorado para revogar um mandato); **2. Lei de Comunas**<sup>74</sup>. Atentaremos no próximo ponto, como constituiu-se a Lei de Comunas (durante o mandato de Ibarra) e como foi sua participação posterior no processo de aprovação do novo código urbanístico sob a gestão Macri/Larreta.

É necessário observar antes que, como típico da organicidade da política argentina, essas são zonas bastante cinzentas disputadas por diversas posições políticas e estratos sociais

---

<sup>74</sup>É interessante notar que, tanto o mandato revogável e a divisão de comunas em uma cidade, foram ensaiadas na Comuna de Paris em 1871 – obviamente não queremos dizer tratar-se da mesma coisa, o que seria um anacronismo, mas apontamos para ordens que estão no imaginário político e popular já há algum tempo.

ou mesmo ofícios, verticais ou horizontais, à esquerda ou à direita, centrais ou periféricas, radicais ou moderadas. Não, é claro, sem contradições a confrontarem-se. Frequentemente encontrar-se-ão os mesmos coletivos e indivíduos circulando entre os mesmos espaços<sup>75</sup>.

#### 4.3 O Movimento Comunero

Uma vez aprovada a Lei de Comunas em 2005 (Ley 1777), a partir de manifestação espontânea dos bairros e com participação ativa dos vizinhos no processo, o novo governo da cidade comandado por Macri em 2008, não reconhecia as autoridades comunais. Entendem como seu objetivo:

La integración de la Ciudad de Buenos Aires en Comunas participativas – objetivo central y único de nuestra lucha – tiene la doble finalidad de crear gobiernos barriales y promover la decisión y control ciudadano de las acciones de gobierno un espacio local visible, palpable y controlable por quienes los habitamos (MOVIMIENTO COMUNERO, 2019)

O novo governo da cidade, além de dificultar a realização das comunas (as primeiras eleições só foram ordenadas em 2008 e realizadas em 2011), tentou por impor outra administração ligada ao seu gabinete, o que levou os vizinhos dos diferentes bairros a criarem o *Espacio Intercomunal* e criar os *Consejos Comunales* de forma autoconvocada<sup>76</sup> (como previsto em lei). Pressionando o Legislativo para realizar as eleições desde as bases políticas do *Movimiento Comunero*, foi a primeira grande derrota legislativa de Macri na capital.

Segundo a Ley 1777/05, o governo das comunas é constituído por um órgão colegiado de 7 membros, chamado *Junta Comunal*, eleitos pelos cidadãos residentes da *Comuna*. Para ser candidato é necessário ser argentino ou naturalizado, no caso do último, ter exercido cidadania nos últimos dois anos. Os mandatos têm duração de 4 anos, podendo ser reeleito uma vez. Sua remuneração é correspondente a 60% dos deputados da cidade. A *Junta Comunal* pode convocar Audiências Públicas e Consulta Popular. Cada *Junta Comunal* possui um *Consejo Consultivo Comunal*, com participação de diversos setores da sociedade civil dentro do bairro, inclusive os próprios residentes enquanto indivíduos, que autoconvocam reuniões regulares para deliberar em apoio à *Junta Comunal* as ações de seu mandato. Existe ainda o *Consejo de Coordinación Intercomunal*, onde as Juntas se encontram para discutir a cidade de maneira total.

---

<sup>75</sup>Ou frequentemente encontraremos cruzamento entre as práticas: na *Asamblea Tupac Amaru*, em Congreso, constituem um espaço de encontro e reunião para questões externas e do bairro, são liderados pelo ativismo de Milagro Sala De Jujuy, um nó que esteve por muito tempo ligado tanto aos *piqueteros* como a sindicatos como a CTA, e obtiveram bastante recursos durante os mandatos dos Kirchners.

<sup>76</sup>Assim é comum fazer-se chamados em torno das *Asambleas* e *Comunas*, diz-se normalmente ‘*vecinxsautoconvocadxs*’.

Há, porém, uma forte pressão nas juntas comunais pela inserção macrista que busca ou a centralização ou o congelamento dessa estrutura de participação<sup>77</sup>, que é por outro lado garantida pelo *Movimiento Comunero*.

#### 4.4. O Novo Código Urbanístico e a participação das comunas

O ano de 2018, em que fizemos campo, foi um momento de uma agressiva investida do governo Macri/Larreta na Cidade de Buenos Aires, enquanto aprovavam um novo código urbanístico e de edificação. Junto com a chamada para grandes eventos como o G20 e os Jogos Olímpicos da Juventude, vendia-se Buenos Aires como uma Cidade Global. Marcou-se por uma por um fortalecimento da segurança pública (com Patrícia Bullrich no Ministério de Segurança) e uma investida contra a ‘marginalidade’, criminalizando a população mais jovem e pobre (*caso Chocobar*), os artistas de rua e a população em situação de rua. Mudanças cosméticas foram estabelecidas na cidade, diversas ordens de reintegração foram cumpridas, inúmeros espaços públicos (como o *CENARD* em Nuñez) foram transferidos sem consulta à população (obrigatório por lei) e a cidade foi redesenhada em diferentes polos desconsiderando as populações vulneráveis nos bairros (ex: *Casa Santa Cruz* em Parque Patricios, o novo polo tecnológico).

Houve, também, grande mobilização popular com conquistas legislativas. Em Outubro aprovou-se a Ley 27.453 (*Ley de los Barrios Populares*) em que se reconheceu o direito à terra de 930.000 famílias em nível nacional, garantiu o direito a expropriação de terrenos onde estão registrados esses bairros, e suspendeu os *desalojos* por 4 anos. Avançou-se a construção de moradia popular para a população vulnerável em Playon de Chacarita e em Retiro para a Villa 31. As Comunas e Assembleias se organizaram de forma ativa nas questões urbanas e transformações da cidade.

Durante a votação do Novo Código Urbanístico, assistido por mecanismos digitais com participação de pesquisadores da *Universidad de Buenos Aires* e organizações da sociedade civil (*Observatorio del Derecho a La Ciudad*), sindicatos e movimentos autônomos, os bairros conseguiram se organizar para apresentar cada problema local detalhado e as consequências do código. Fizeram-se frequentes e organizados, com cartazes e

---

<sup>77</sup>Um exemplo que observamos em campo: a Ley 3343 para urbanização da Villa 31 não foi feita de forma transparente, adquirindo um caráter de resistência popular da comunidade, que pressionou maior clareza nas audiências públicas que acompanhamos. O Machismo também inseriu-se na Villa 31, tornando-se um espaço de disputa. Há um intuito claro. Dentro da lei, há a previsão de participação popular e decisão a partir da comunidade, mas também prevê que, caso não obtenham consenso, é o governo da cidade que decide: uma vez estabelecido o antagonismo nesse espaço social, não é possível o consenso.



protestos durante as audiências, aparecendo a cada audiência referida os moradores do bairro que apresentavam em detalhes os problemas que colocavam o novo código em sua região. Enquanto, por exemplo, em uma audiência sobre o bairro de Agronomía, os vizinhos – a maioria – alertavam para como os “espigões” iriam descaracterizar o bairro (“nos arredores da faculdade, encontram-se ainda cavalos e espaços verdes”), representantes macristas ligados ao *Instituto diTella (organismo universitario privado)* apresentavam relatórios tratando de demonstrar com fundamentação técnico-científica a viabilidade de substituir os espaços verdes públicos por tetos verdes no topo dos edifícios privados, com a justificativa que poderiam amenizar os alagamentos.

O ativismo para conter o Novo Código Urbanístico logrou grandes reuniões entre diferentes Comunas e *vecinos*, utilizando-se massivamente das redes sociais para colocar-se em ação e fazer-se conhecer o que implicava as transformações que o código impunha para a cidade e para cada bairro. Isso veio a constituir-se como uma grande assembleia virtual (com encontros físicos regulares) denominada *Asamblea Ciudadana*. Um consenso estabelecido nessas assembleias seria que, pela lei de comunas, qualquer transformação em um bairro teria que passar por consulta às comunas, algo que não estaria acontecendo, sendo assim os *comuneros* alegavam ser uma manobra ilegal da gestão executiva da cidade.

E quais foram os resultados materiais, além do acúmulo organizacional dos movimentos sociais?

O Novo Código Urbanístico e de Edificação foi aprovado atropelando a participação das Comunas, como as intervenções e recomendações dos vizinhos nas audiências públicas. Nele definiu-se, por exemplo, que os apartamentos poderiam passar de um mínimo de 30 metros quadrados para 18 metros quadrados; sobe consideravelmente a altura permitida pelos edifícios (regularizando ‘torres’ que já haviam sido construídas em bairros como *Villa Pueyrredon*) e exige que sejam nivelados por cima (ou seja, todos os edifícios mais baixos devem se adequar aos mais altos); as exigências de materiais mudaram, e a espessura passou de 25cm para 5cm, permitindo o uso de material não-durável como compensado; permite avançar a frente dos edifícios diminuindo o espaço de circulação; diminui os retiros, espaços verdes e parques.

##### 5. Aproximações, distanciamentos

Apesar da Argentina ter completado o ciclo assembleario bastante antes da chegada de Macri, foi no entanto atropelado– sendo um sintoma dos tempos atuais, autocrático aqui e

no mundo. A América do Sul dos anos 1990 a hoje costuma estar na vanguarda popular em sua forma política, mas com condições materiais e econômicas adversas (desindustrialização, crise fiscal e neoliberalismo).

O populismo argentino foi mais orgânico que o caso brasileiro, integrando-se ao do sindicalismo bastante ativo no país, mesmo de forma territorial. Em um período em que a classe trabalhadora (tanto na Argentina, como no Brasil) organizava-se em espaços sociais nas suas comunidades e bairros, com centros culturais, ateneos, grêmios, o peronismo fez sua inserção nos bairros e quarteirões através do que se denominou *Unidades Básicas do Peronismo* – que possibilitaram coletar as necessidades e demandas de cada região, dando resposta ao transferir recursos e bem-estar. Isso também serviu para garantir a sua base eleitoral entre o povo. Começa a configurar-se aqui um personagem conhecido da política argentina que é o ‘*puntero*’<sup>78</sup>: um mediador, uma liderança local que, articulada com as classes políticas através das organizações políticas orgânicas, faz a ponte entre a necessidade eleitoral de seus políticos aliados e as necessidades de sobrevivência da comunidade que representa. As ditaduras da Argentina fizeram um grande esforço para aniquilar o peronismo e sua organicidade, mas ele manteve-se vivo na sociedade permanecendo vivo na sociedade argentina, voltando de forma oficial e evidente no período de redemocratização, tendo sua maior popularidade com a vertente de centro-esquerda em torno do kirchnerismo.

O histórico do planejamento urbano no Município de São Paulo, como vimos, tem problemas em continuidade. A falta de uma atividade contínua de participação acaba dificultando a criação do hábito de participar ativamente dos processos e audiências. A falta de diálogo estabelecida recorrentemente pelo Estado também cria uma descrença nos processos participativos. A participação acaba acontecendo apenas quando determinados grupos lutam por alguma pauta específica, e uma vez atingido o objetivo, deixam de participar da rotina dos projetos urbanos do município.

A Argentina, que também passou por uma ditadura com caráter de supressão de participação popular, possui um histórico de organização popular a partir do Peronismo, que é mais presente no cotidiano da população, mas que também são ignorados diante da conjuntura política atual.

Para ambos os casos, parece-nos que o governo utiliza a seu favor o resguardo de “participação popular” para legitimar determinadas ações que vão de encontro ao seus

---

<sup>78</sup>Segundo Auyero (2007, p.204) outra denominação comum na mídia para os ‘punteros’ seria “dirigentes barriales peronistas”.

interesses já que é obrigatório por lei, mas não levam em conta as audiências quando elas se mostram um grande impeditivo para a aprovação de seus projetos.

## **CONCLUSÃO**

Este trabalho buscou correlacionar os temas trabalho, movimentos sociais, planejamento urbanístico e municípios. Partimos do pressuposto que as teorias de movimentos sociais, principalmente pós-Maio de 68, enquadraram essa correlação rebaixando trabalho enquanto categoria sociológica fundamental.

Com a finalidade de superar a falsa dicotomia trabalho x movimentos sociais nos projetos urbanísticos das cidades, propusemos realizar uma comparação entre duas cidades latino-americanas no que diz respeito ao acesso à cidade: São Paulo, para o ano de 2014, e Buenos Aires, para o ano de 2018. Nossa metodologia se focou na participação em audiências públicas de ambos municípios e levantamento histórico urbanístico das cidades.

Primeiramente, abordamos teorias de movimentos sociais que demonstram o apagamento da centralidade do Estado e do trabalho como forma de dissolução das desigualdades sociais até a “terceirização” de diminuição (não mais dissolução) dessas desigualdades para os municípios, com a finalidade de entender melhor nosso objeto. Em seguida, apresentamos a participação popular nas duas cidades em questão, pela linha do tempo dos planejamentos urbanísticos para então apresentar a participação em audiências públicas dessas cidades. Por fim, apresentamos aproximações e distanciamentos (a comparação) entre ambas experiências.

Nossos resultados demonstram que, a despeito de mudanças (ou “avanços”) normativos institucionais relevantes no que diz respeito à então chamada cidadania (termo comum dentre os novíssimos movimentos sociais), o entrave a tal participação plena são justamente os problemas apresentados pelos “velhos” movimentos sociais, ou seja, a inserção da América Latina em problemas mais estruturais que dizem respeito às condições materiais de exercício pleno da chamada cidadania. Desta forma, entendemos que com o período de redemocratização nos países do Cone Sul, superou-se alguns atrasos normativos referentes à cidadania, mas em condições históricas bastante desfavoráveis como o neoliberalismo (terceirização da gestão pública para empresas e igrejas) e a ascensão progressiva do autoritarismo (que deram mais proeminência aos Conselhos de Segurança do que os Conselhos Cidadãos).

## APÊNDICE

### Teoria do Discurso e a Securitização da Imigração na Região Euromediterrânea

#### INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui resultados de nossa pesquisa de Mestrado. Entendemos que nossa pesquisa de Doutorado é continuação dessa pesquisa.

A dissertação buscou mapear a formação da identidade internacional da União Europeia através da sua arquitetura de segurança internacional que tem como um dos seus nós a securitização da imigração, utilizando ferramentas metodológicas não-tradicionais para confirmar a nossa tese. A primeira parte da dissertação é um marco teórico: discutimos a virada linguística nas relações internacionais para entender a intersubjetividade entre pesquisador e objeto, de modo que nós escolhemos reflexividade como a nossa abordagem metodológica; em seguida, discutimos as escolas europeias em segurança internacional do pós-guerra fria, como a Escola de Copenhague, Escola Crítica de Gales e Escola de Paris, apresentando conceitos e objetos estudados por especialistas que nos são caros para entender nosso estudo e colocar nossa pesquisa dentro de sua comunidade epistêmica; finalmente, discutimos e incorporamos conceitos e abordagens da Teoria do Discurso (estudos de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Escola de Essex) para fazer uma construção cronológica e geodiscursiva da região euromediterrânea. Na segunda parte, reconstruímos histórica e institucionalmente a arquitetura europeia de segurança internacional do pós-guerra a hoje *vis-à-vis* com suas políticas de migração notando suas correlações, também com foco na análise detalhada dos principais documentos oficiais de segurança. A parte quantitativa final (e nossa contribuição original) procura confirmar a causalidade do *link* segurança-imigração na arquitetura europeia; para isso, utilizamo-nos da linguística computacional para análise semântica semi-automatizada, mais especificamente Topic Model; analisamos cerca de 20.000 documentos oficiais de segurança da União Europeia para indicar estatísticas, agentes, instituições, agendas e discursos que confirmam nossa tese.

*Nesse trabalho concentramo-nos na segunda e, principalmente, na terceira parte, para verificar a tese de uma securitização da imigração no nível intermediário (europeu) através da identificação (ou representação) da intencionalidade do agente (no caso, a burocracia oficial europeia). Utilizamo-nos de métodos da linguística computacional. Não queremos dizer que isso aconteça na realidade, mas desejamos identificar a intencionalidade da burocracia europeia, em seus discursos.*

### 1. Análise qualitativa

Dentro dos estudos de Segurança Internacional, com base em Barry Buzan, Ole Waever, Jef Huysmans, Didier Bigo, pudemos estabelecer uma pesquisa sobre a constituição da identidade política da União Europeia, em relação à sua Alteridade, através de instrumentos de segurança. Um processo co-constitutivo entre Identidade e Alteridade. Jef Huysmans descreve o processo da relação entre securitização e identidade como,

Framing existential dangers is not just a matter of identifying the most urgent threat to the identity and integrity of a political community and the everyday life that takes place in it. It is also a politically constitutive act that asserts and reproduces the unity of a political community (HUYSMAN, 2006)

Podemos simplificar o processo dessa formação, com base na bibliografia. Entendemos que a integração europeia é pautada por um processo identitário (valores comuns europeus, no limite, a solidariedade entre europeus) em **quatro momentos**.

1) Durante o Guerra Fria ele foi conduzido principalmente através da OTAN (mais especificamente o art. 5, frente a um inimigo territorial, a URSS); nesse período, a previsibilidade imperava e garantia a estabilidade, coerência e sincronia do espaço comum, somando-se o fato de que era um espaço consideravelmente mais reduzido e homogêneo. Esse processo contribuiu para a mitigação do nacionalismo europeu e a paz na Europa Ocidental.

2) No entanto, com o fim do conflito bipolar, a Comunidade Europeia, tanto quanto a OTAN, passam por uma crise política-identitária por não haver mais uma alteridade objetiva a quem possa se referir para operar processos de Equivalência (mitigação das diferenças entre pares) e Diferença (permanência e liberdade das particularidades das unidades do espaço comum, que não é comunitário e não anula a soberania), em contraposição a uma Alteridade, o Outro. Nesse sentido, como resposta ao desafio, ela passa a operar dentro de Novas Ameaças securitizadas que, no entanto, são fluidas, não são territoriais ou estatais, e são abstratas – o que já torna mais difícil a estabilidade do comum europeu. Nesse momento, a Comunidade Europeia passa a externalizar suas ações como uma resposta ao seu problema estrutural. Essa externalização acontece através de dois tipos de governança: uma negativa e restritiva, outra positiva e progressiva. A agenda negativa é a agenda de cooperação policial, judicial e de monitoramento da mobilidade transfronteiriça – acontece através de agências como Frontex, Europol e Eurosur. Mas também fazendo acordos regionais, como a Parceria ao Mediterrâneo, através de um processo de europeização que, opera uma lógica discursiva pós-colonial e assimétrica (bárbaros x civilizados). Uma lógica de Alteridade menos radical

que a de Amigo-Inimigo e mais próxima de um “apadrinhamento”, já que pauta-se principalmente em uma agenda positiva de desenvolvimento para a região (porém, não sem contradições e geração de instabilidade). Essa lógica foi necessária para responder a um problema comum do Espaço Schengen: abolida as fronteiras entre membros, e a dificuldade de uma agenda comum em torno de questões de fronteiras, a melhor resposta seria externalizar essas questões para serem controladas em espaço extra-europeu (antes da Europa).

As securitizações regionais operadas nessa nova lógica externa (governabilidade) da Europa são uma resposta à fragilidade da identidade política europeia, o seu comum que não é comunitário, espaço onde não há soberania e prevalece o consenso da busca de mínimos denominadores comuns: a segurança internacional é o instrumento para encontrá-lo ou até criá-lo. Ou seja, a maneira a responder à fragilidade do comum europeu, a possibilidade é a externalização através de mecanismos extraordinários (securitização).

Since the 1950s, the Mediterranean has been the first and most important test for the EU’s ability to speak with a single voice toward its external partners (Amoroso 2007, 502). The belief that a Mediterranean region can be ‘made’, in this frame, is the belief that the European region is already in the making and a legitimization for the EU’s increasing role in the international arena. This can also be regarded as a form of Europeanization: “a discourse production which renders logical and legitimate European interventions in the Mediterranean” (CELATA; COLETTI, p.20, 2012).

Como observado por Pinar Bilgin, há diversas narrativas em disputa para consolidação de um discurso para a região, sendo a proposta da União Europeia apenas uma das narrativas em disputa. A sua narrativa busca a construção da Alteridade que a União Europeia deseja para constituir a sua própria Identidade (solidariedade entre europeus, o “comum”) – e não é à toa, portanto, que é uma região de instabilidade, que luta por um processo de emancipação estrutural de suas comunidades, mas que é impossibilitado pelas disputas dessas narrativas.

Also within Europe, strategies toward the Mediterranean are not unitary but ridden with conflicts between different geopolitical priorities and diferente models of action. The making of the Euro-Mediterranean region, in this frame, “has become one of the critical ways in which the EU seeks to define itself as much as order its relations with the outside world” (Jones 2006, 420). Struggles over the conceptualization of the Mediterranean ‘other’, are indeed struggles over the European ‘self’. Regionalization in the Mediterranean is just one of the pluralities of rescaling processes on which the same perspective for further integration within the EU are based. (CELATA; COLETTI, p.20, 2012).

3) Após a Guerra no Iraque houve cisma na União Europeia e em sua política externa comum. Enquanto Inglaterra e os novos membro do Leste apoiaram a invasão, Alemanha e

França condenaram. Sua identidade política e identitária foi novamente desafiada – diferente do desafio do conflito na Iugoslávia, quando a Europa não conseguiu dotar-se de meios próprios para responder à crise, dessa vez a ameaça foi a própria fragmentação europeia. A resposta, foi através da externalização de seus interesses de forma a trazer novamente a sua coesão. Também, foi através de uma agenda de Segurança e alinhados à Guerra ao Terror, claros nos Documentos Estratégicos da Common Foreign and Security Policy, sob a administração Solana, clamando por uma doutrina comum de uma Europa indivisível. A agenda europeia se diferencia da dos EUA, apesar de entendê-lo como parceiro estratégico (OTAN). A normativa é, também, de segurança restritiva e de combate ao Terrorismo, mas pressupõe também uma agenda positiva ao desenvolvimento entendido como segurança abrangente, com base no conceito de Segurança Humana.

Como entendemos, esse “*comprehensive security approach*” pode, por vezes ser contraditórios, ou por vezes afetar a própria comunidade europeia, que possui cada vez mais temas securitizados e retirados do espaço republicano de discussão pública e transparência – intensificando o déficit democrático da UE. Ou mais, levou a uma gradual radicalização da Alteridade a Sul, suas populações, culturas, sociedades e comportamentos, alinhando a sua população e região junto às políticas de segurança e Guerra ao Terror, tendo como centro o Fundamentalismo Islâmico. Isso teve implicações regionais, individuais e políticas; ou seja: de mais instabilidade pela crescente securitização da região e escalada de conflitos, como em medidas mais restritivas quanto à imigração (o migrante passou a ser uma ameaça em potencial), ou mesmo uma radicalização da xenofobia em espaço europeu (e, conseqüentemente, da política partidária). Nesse terceiro momento, o imigrante deixou de ser visto apenas como alguém que ameaça o mercado de trabalho, mas também pode ser entendido uma ameaça identitária aos valores europeus, tanto para conservadores (ex: valores cristãos), como para progressistas de esquerda (ex: valores seculares), ou mesmo, como potencial terrorista.

4) Por fim, temos o atual processo que ainda não é possível conhecê-lo completamente. A União Europeia vive novo cisma. E agora provém daquilo que era a sua maior garantia, o espaço comunitário (pilares econômico e comercial, o Euro – não estudamos ele aqui). Essa crise estabeleceu assimetrias ainda maiores entre europeus, assim como hierarquias, levando a polarizações e radicalização, ou mesmo a volta do nacionalismo em espaço europeu (fazendo retornar muitas das velhas tensões). A isso somou-se a crise política do espaço comum, pelo crescente fluxo migratório que foi aproveitado para ainda mais

radicalização do nacionalismo e maior cisma entre europeus que não conseguem compor uma agenda comum (compondo um círculo vicioso em que a imigração é sua “Aristocratic Plot”)

O espaço político-identitário comum europeu demonstrou-se frágil desde o fim do conflito bipolar. A cada nova resposta, nova e pior crise, e maior radicalização, que levou à maior instabilidade regional – em um processo circular. No momento, a União Europeia sofre a sua maior crise política desde então. Porém, o processo não se interrompeu. Como observaremos, a resposta europeia à nova crise europeia, foi também maior radicalização da agenda de segurança para o Mediterrâneo e, principalmente, para a agenda migratório.

Dimitris Avramopoulos, responsável pelo Migration and Home Affairs, coordenou tanto a nova agenda de Segurança como a de Migração, em 2015. Conforme já identificado pela bibliografia, anterior a 2015 observa-se um progressivo abandono da agenda positiva para desenvolvimento regional e crescente suporte à agenda restritiva repressiva. É possível observar nos orçamentos. Com as novas agendas prevalece a governança negativa e securitizante, agora com reivindicações claras de que esse desafio à unidade europeia, se resolvidos em comum, é a solução para a Europa – e a melhor forma de resolvê-los é através dos valores comuns europeus, como os de Solidariedade. Mas aqui temos uma radicalização da noção de Solidariedade da Carta de Direitos Fundamentais, quando ela **explicitamente** é utilizada para europeus entre si frente a uma ameaça que é o Outro, dentro de uma agenda restritiva que é muito mais próxima de uma relação Amigo-Inimigo. A Imigração passou a ser usada de forma ainda mais estreita como a “aristocratic plot” do comum europeu.

“There is no simple, nor single, answer to the challenges posed by migration. And nor can any Member State effectively address migration alone. It is clear that we need this new, more European approach. (...) Europe's history if nothing else proves that we are a resilient continent, able to unite in face of that which seeks to divide us”. (AVRAMOPOULOS, 14/09/2015)

É importante observar aqui como os valores fundamentais e universais como de solidariedade são direcionados entre europeus frente a um Outro. “Europe's history if nothing else proves that we are a resilient continent, able to unite in face of that which seeks to divide us”. (AVRAMOPOULOS, 14/09/2015)

Identificamos que, ao mesmo tempo em que as agendas dos Estados se radicalizam no nacionalismo, a agenda europeia busca responder também se radicalizando para manter a solidariedade entre europeus. De qualquer forma, se a agenda europeia enfrenta o nacionalismo (sua ameaça), ambas as agendas radicalizam a “Fortaleza Europa” frente à onda migratória, estabelecendo antagonismo mais “duro” com regiões e sociedade periféricas como no Mediterrâneo, através da repetição cada vez mais radical de programas de política



externa regional “viciada no fracasso”. Entendemos que, enquanto o ciclo vicioso não é resolvido, as tensões entre europeus (e a consequente ascensão do nacionalismo), assim como a instabilidade regional tendem a crescer junto com o fluxo migratório e a tragédia no Mediterrâneo. No entanto, acreditamos que é uma atitude de desespero, não é sustentável. A saída europeia seria interromper esse ciclo e acreditamos que, encontrando-se nesse limite, é para onde caminha.

Não gostaríamos, no entanto, de atermo-nos às especificidades desse processo. Ou seja, não detalharemos aqui especificamente qual o processo que constitui essa lógica e quais foram e são os instrumentos específicos que fracassaram e geraram instabilidade regional viciada. Em minha tese fiz amplo resgate bibliográfico e estatístico sobre a questão migratória, também analisando documentos-chave de agendas como a Common Foreign and Security Policy, Common Defence and Security Policy, European Neighbourhood Policy, Mediterranean Partnership e agências como Frontex, Europol e Eurosur. A bibliografia especializada já descreveu exaustivamente quais os pontos mais problemáticos desses acordos, em questões de segurança regional e imigração. São também reiterados por relatórios da UNHCR, da Frontexit e da Migreoup. Se é o caso, poderemos nos deter a esses pontos conforme minha audiência demande posteriormente.

Gostaria, no entanto, de apresentar a minha contribuição original através de uma análise de discurso quantitativa. Fizemos processo inverso ao recorrente na Ciência Política: partimos de dados e aspectos materiais já consolidados sobre um problema, para então conferir e inferir no discurso de um agente, e não ao contrário.

### 2.1 Dados quantitativos

Em nosso trabalho utilizamos de método chamado *Topic Model*, ou mais especificamente *Latent Semantic Analysis* – utilizamos derivações dessa, como a *Latent Dirichlet Algorithm*. A definição desse tipo de modelo é:

LSA is a fully automatic mathematical/statistical technique for extracting and inferring relations of expected contextual usage of words in passages of discourse. It is not a traditional natural language processing or artificial intelligence program; it uses no humanly constructed dictionaries, knowledge bases, semantic networks, grammars, syntactic parsers, or morphologies, or the like, and takes as its input only raw text parsed into words defined as unique character strings and separated into meaningful passages or samples such as sentences or paragraphs (LANDAUER; FOLTZ; LAHAM, 1998).

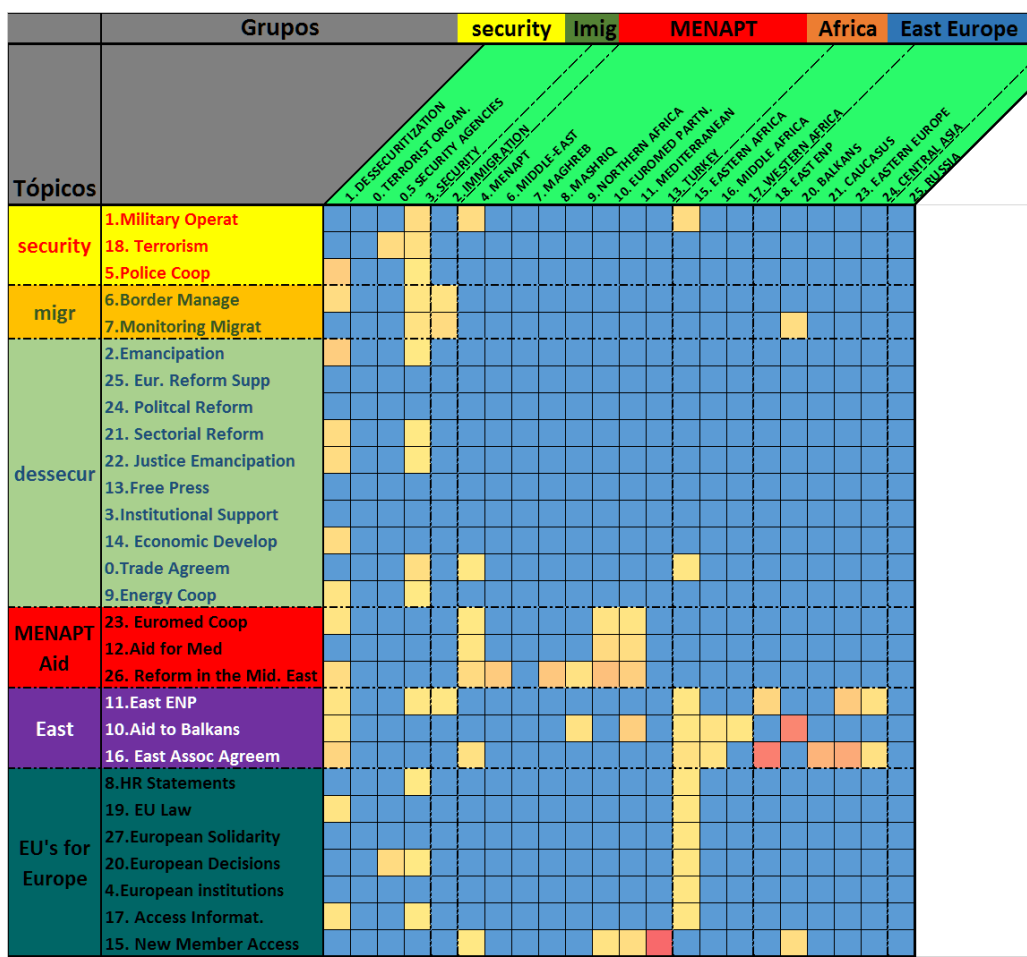
Ou seja, o programa se utiliza de análise combinatória, tendo como base de dados unicamente o próprio texto, para devolver os diversos sentidos e significados que ele possui.

(...) The correlations demonstrate close resemblance between what LSA extracts and the way peoples' representations of meaning reflect what they have read and heard, as well as the way human representation of meaning is reflected in the word choice of writers. As one practical consequence of this correspondence, LSA allows us to closely approximate human judgments of meaning similarity between words and to objectively predict the consequences of overall word-based similarity between passages (LANDAUER; FOLTZ; LAHAM, 1998)

De forma simplificada, quando damos *input* a máquina devolve aquilo que maior probabilidade tem de corresponder à resposta que se busca. Essa resposta vem através da formação automática de Tópicos. E cada Tópico denota um sentido que o texto possui. Um Tópico nada mais é que um conjunto de palavras gerado automaticamente pelo sistema linguístico e computacional (veremos mais adiante).

Em pesquisa acadêmica sobre a estrutura burocrática e documental da União Europeia em matéria de segurança internacional, foi angariado mais de 20 mil documentos. Buscou-se inferir a securitização da imigração no Mediterrâneo (nexo segurança-imigração-terrorismo), obtendo êxito. Nossa intenção com a análise documental da União Europeia também era inferir se a securitização da imigração é declarada a nível intermediário e europeu, não apenas uma ação das políticas nacionais, ou mesmo um “desvio de percurso” das agências terceirizadas de segurança (como o mau-preparo de um agente da Frontex).

Se desejamos inferir a securitização da imigração, temos a seguinte tabela gerada pelo processamento de Topic Model:



Aqui temos uma tabela com os *Grupos* cruzados nos *Tópicos*. Os *Tópicos* foram gerados automaticamente pelo processamento, analisado o seu conteúdo e então nomeados (estão destrinchados em anexo). Os *Grupos* foram criados a partir da subjetividade do pesquisador, a priori da criação dos *Tópicos*, mas em sua semelhança (ou seja, também é um conjunto de palavras que denota sentido). Quanto mais vermelho o quadrado, maior ocorrência (probabilidade e intensidade) há dentro do Corpo de Documentos que possuímos.

Essa tabela nos ajuda a reconhecer quais são (tanto os *Tópicos* como os *Grupos*) de imigração e segurança, por exemplo. O primeiro fato observável se o processamento funcionou é que os *Grupos* gerados manualmente pelo pesquisador “bateram” com *Tópicos* específicos.

Assim, podemos verificar a nossa **Tese de securitização da imigração nos documentos da União Europeia**, observando que, tanto o *Grupo de Imigração* como o *Grupo de Segurança*, cruzam simultaneamente com o *Tópico 6 e 7* (controle fronteiriço e monitoramento da mobilidade).

## 2.2 Information Retrieval

O software também pode ser usado para information retrieval. Ou seja, dentro de um grande corpo de documento (big data), pode-nos devolver precisamente aqueles documentos que mais nos interessam, que é entendido quando um tópico ocorre em maior intensidade, ou um conjunto de tópicos ocorrem simultaneamente (ex: imigração e segurança).

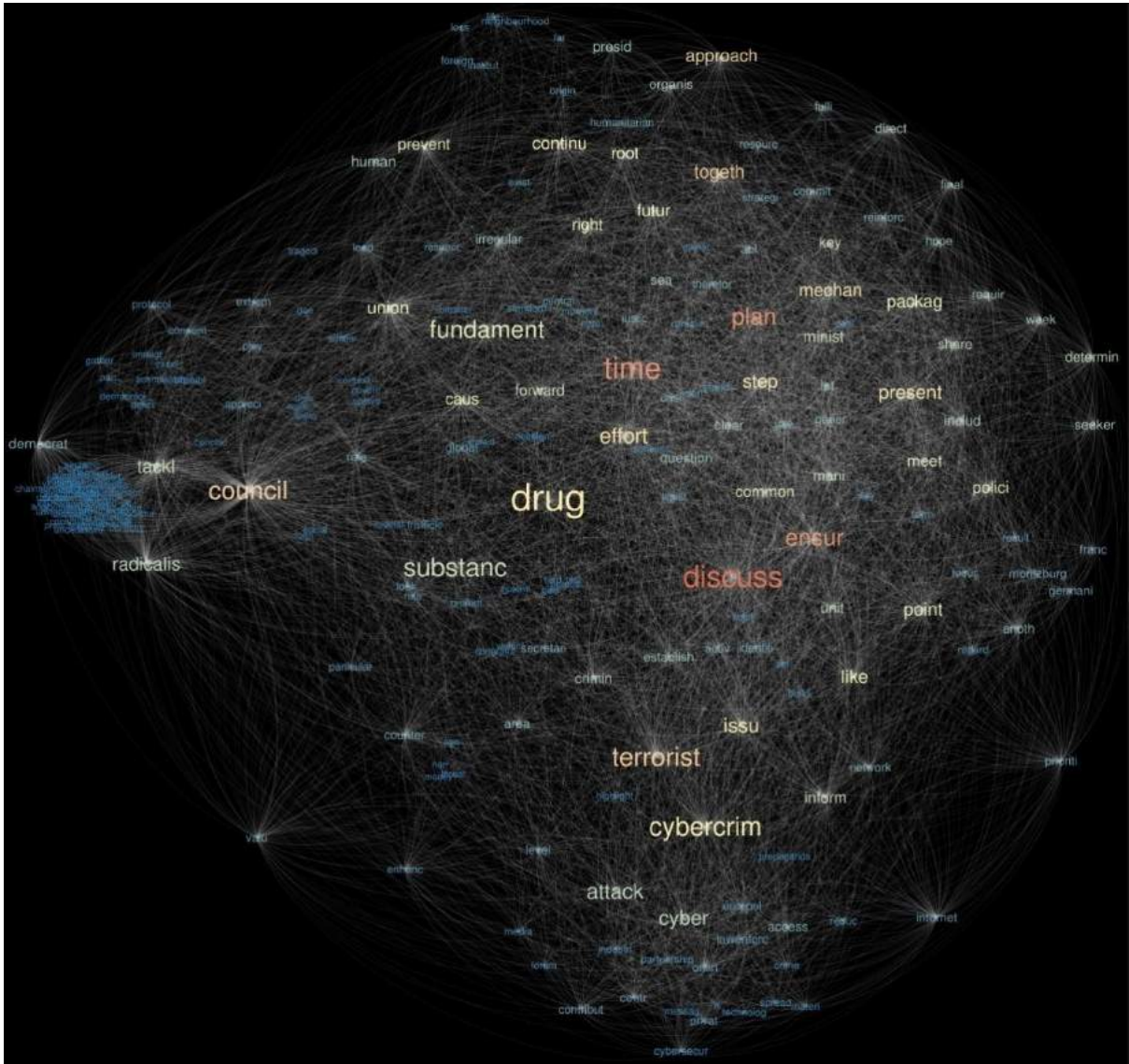
Ele nos devolve ampla gama de documentos, de diferentes instituições, agências e burocratas, em que existem passagens que verificam a tese de securitização da imigração no Mediterrâneo em uma agenda explícita de nível europeu. Não gostaríamos de detalhá-los para não tornar o trabalho massante.

Gostaria portanto de tomar um exemplo simbólico, que nos chamou bastante atenção. São eles os discursos de Dimitris Avramopoulos. Ele é o *Commissioner for Migration, Home Affairs and Citizenship* da União Europeia pela Comissão do Presidente Jean-Claude Juncker.

Chamou-nos a atenção dois fatores que nos pareceram inter-relacionados: uma convergência mais radical da agenda migratória e de segurança, assim como um discurso mais endógeno e fechado sobre a identidade europeia frente a sua alteridade. Ambas são bastante recorrentes em seus discursos.

Avramopoulos frequentemente discursa sobre questões de Segurança, como porta-voz da União Europeia, e em sincronia com a Alta-Representante Federica Morgherini. Em 9 de Julho de 2015, foi ele o responsável por lançar dois relatórios correlatos e em mesmo dia: *European Agenda on Migration* e *European Agenda on Security*. Ambas as agendas são bastante próximas e colocam a imigração como a dificuldade comum a ser superada pelos europeus, e uma resposta unívoca sendo necessária como forma de enfrentar algo que ameaça e divide europeus. Parte da resposta é restritiva (policial e militar) – e isso é bastante recorrente em seus discursos. Em seus discursos, a ocorrência de uma agenda positiva é bastante menor comparada com a agenda negativa.

Optamos por resumir os discursos em um produto visual para apresentação. Resolvemos criar, então, um *Grafo*. É uma *Rede de Ego*, ligando palavras por importância em suas correlações e distâncias, formando nós semânticos.



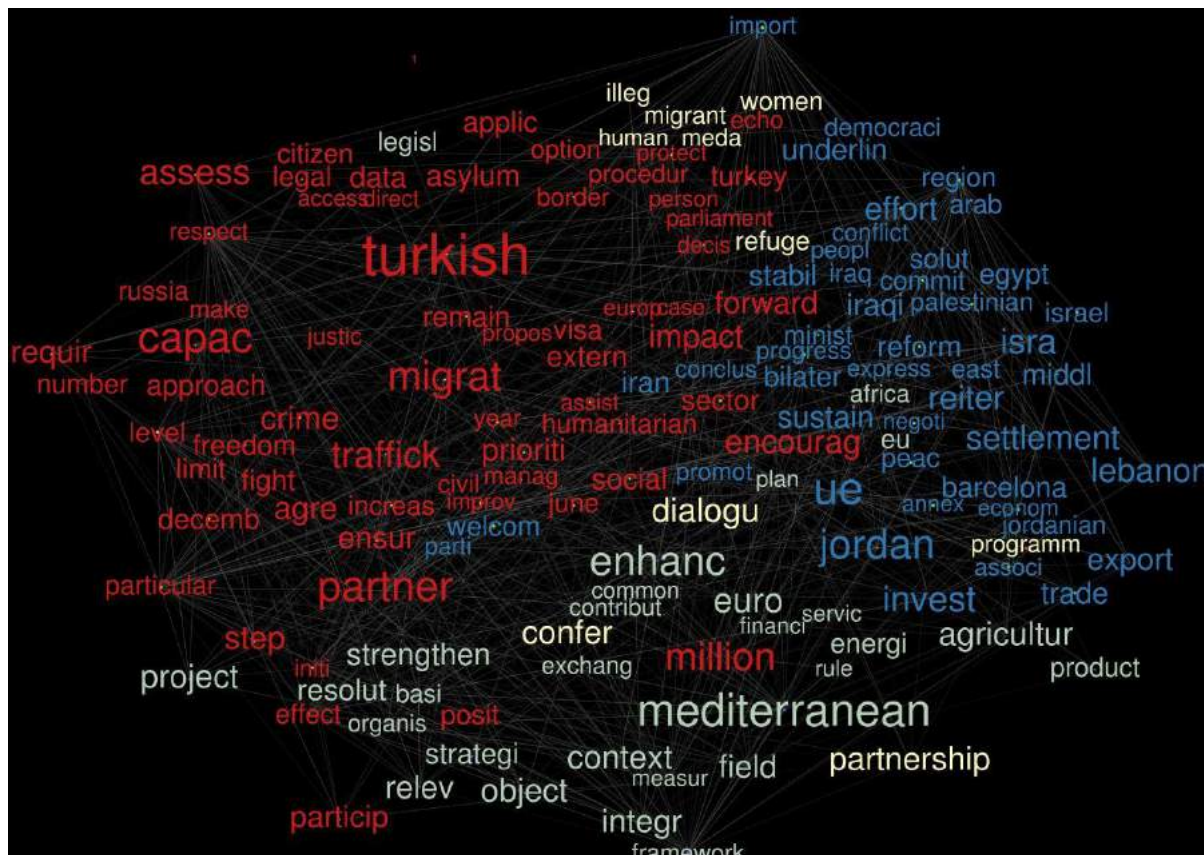
Rede de Ego produzida a partir de todos os Statements & Speeches de Dimitris Avramopoulos

Nos chamou a atenção que as palavras de maior importância nos discursos de Avramopoulos são ligadas a Segurança: *Terrorist, radicalisation, extreme, traffick, europol, policie, crime, cybercrime, cybersecurity, strategy*. Também as palavras de ação: *prevent, tackle, attack, inform, identify, enhance, focus, effort, counter (terror), reinforce, ensure, plan, reduce, determine*. Sendo que a palavra *imigration* está bastante próxima de: *tackle* e *radicalization*.

É claro, no entanto, que a radicalização da agenda migratória através do nexso segurança-imigração, encontrada em Avramopoulos não nos permite dizer que essa é a norma da agenda da União Europeia. Um Ato da Fala precisa de audiência para ser legitimado e estabelecer uma agenda institucional. Mais, não podemos dizer que um único agente (embora importante) seja capaz de determinar a agenda europeia. Porém, entendemos que o

estabelecimento dessa agenda (*agenda setting*) faz parte de um jogo de forças políticas – é importante, portanto, estarmos atentos a como esse jogo evolui.

Em sentido semelhante, nos interessou observar um recorte de todos os *Documentos* do Conselho da União Europeia filtrados pela palavra *Terror*. Resultou o seguinte grafo:



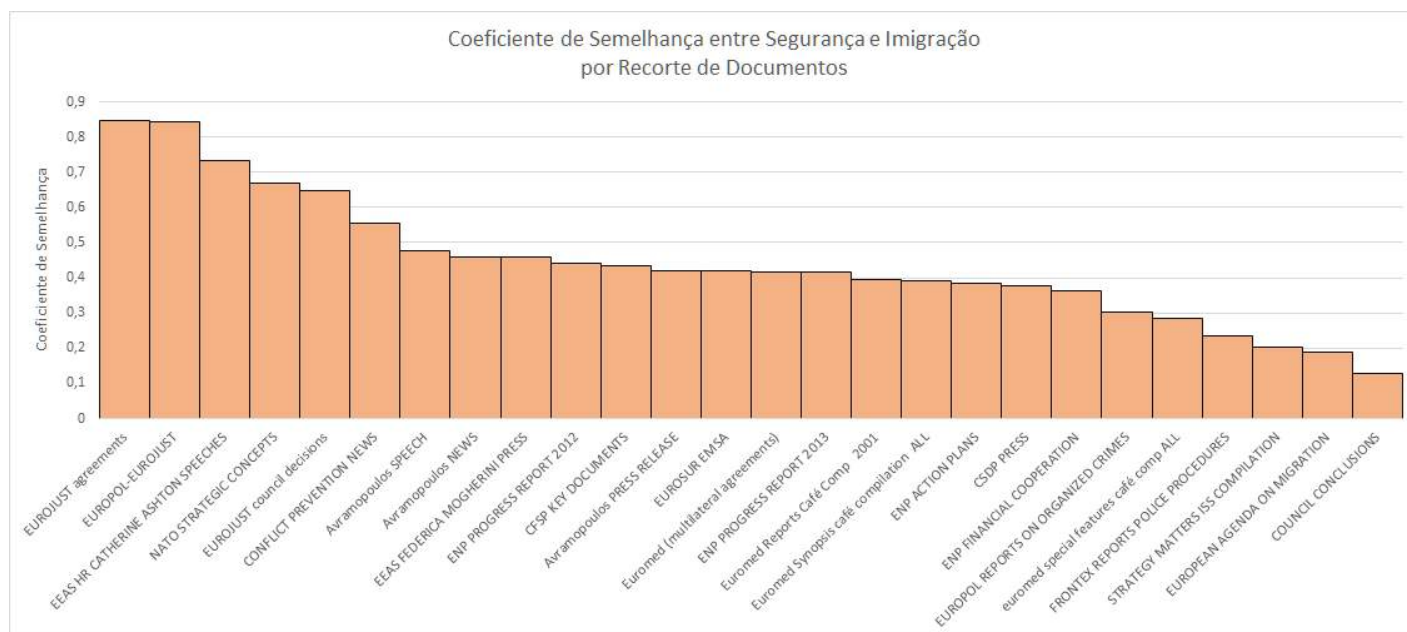
Rede de Ego produzida a partir de todos os Documentos do Conselho que contenham o radical Terror

Observamos aqui resultados importantes. Por esse Recorte observamos que a Turquia é o principal nó – ligado a ele estão palavras como *border*, *ilegal*, *migrant*, *migrat*, *traffick*, *data*, *crime*, *fight*, *asylum*, *visa*, *increase*, *improve*, *external*. Temos dois outros nós bastante próximos do nó da Turquia, sendo o *Mediterranean* e o *Jordan*. Posteriormente, uma agenda mais positiva para o Mediterrâneo em geral (*exchange*, *finance*, *contribute*, *common*, *integrate*) do que a agenda específica para a Turquia.

Podemos verificar nesse Grafo diversas teses da bibliografia. A primeira é a externalização da agenda europeia para a Turquia; a segunda é, considerando ser esse um recorte sobre Terrorismo, a estreita relação com fronteiras e mobilidade, ou seja, a securitização da imigração. Por fim, somando-os, podemos inferir uma securitização da região euromediterrânea.

Partiremos a seguir para outro produto gerado através de nossa análise semântica.

### 2.3 Análise detalhada por Recorte



Resolvemos então identificar a *Semelhança* entre Segurança e Imigração nos documentos, por Recorte Institucional (cada Recorte é um conjunto de documentos). O coeficiente é a semelhança entre cada documento e um documento hipotético que fale **apenas** dos dois assuntos: é a probabilidade condicional de um assunto ocorrer dado que o outro ocorreu.

Aqui é importante notar que, os acordos firmados pela Eurojust, especialmente com a Europol, possuem alta *Semelhança* entre Segurança e Imigração – importante para interpretar a relação entre a agência responsável pela ação investigativa e policial, e a outra, responsável judicial. Mais, os *Reports on Organized Crime* da Europol possuem 0,3 de Semelhança, o que condiz com alertas da UNHCR e das organizações da sociedade civil para uma progressiva criminalização da imigração. Patamar semelhante é encontrado nos Relatórios de Procedimentos Policiais da Frontex – esses relatórios passaram a ser produzidos após acusações de violação de direitos humanos cometidas por agentes da Frontex, em seguida estabeleceu-se um *Code of Conduct*, treinamento e produção de Relatórios. Soma-se a isso a Eurosur, responsável pelo monitoramento tecnológico (satélites) regional e fronteiriço, possui razoável Semelhança de 0,4.

Também os Documentos-Chaves da CFSP (*Common Foreign and Security Policy*) – o núcleo duro da normativa em política externa e de segurança da UE – tem razoáveis 0,4 de semelhança entre os assuntos. O mesmo vale para os acordos multilaterais e *Reports* da Parceria para o Mediterrâneo (*Euromed*), assim como com os *Progress Reports* e *Action Plans* da *European Neighbourhood Policy* (ENP). Lembramos que são nos *Progress Reports* em que se faz uma análise dos avanços e retrocessos das reformas acordadas entre a União Europeia e cada País parceiro, e, identificado que as “cláusulas de condicionalidade” (sendo o controle e monitoramento migratório uma delas) foram ou não cumpridas (ou em que medida), pode-se prever redução ou mesmo interrupção de investimentos da União Europeia. Já os *Action Plans* são os acordos firmados que depois serão monitorados pelos *Progress Reports* – mostrando semelhança razoável entre Segurança e Imigração.

Por fim, é importante notar que a Alta-Representante Catherine Ashton possui um coeficiente bastante representativo de 0,7, enquanto a Alta-Representante Federica Mogherini possui razoáveis 0,4. Já Avramopoulos, responsável pela agenda migratória comum europeia, possui aproximadamente 0,5 – ou seja, 50% de chance de ambos os assuntos acontecerem simultaneamente.

*Isso confere suporte para verificar a nossa tese sobre a securitização da imigração no nível intermediário (regional e europeu) expresso no corpo de documentos oficiais da União Europeia e discursos de funcionários em exercício.*

Securitizing immigrants and refugees is not just a practice that identifies and manages migration and refugee flows as endangering the functional integrity and independent identity of a political unity. It is inevitably a political act in which the unity and autonomy, or in other words, the sovereignty of a community is asserted (HUYSMANS, p.50, 2006)

### 3. Quais são nossos tópicos?

1. Seguem os 27 Tópicos detalhados e gerados automaticamente pelo processamento computacional de Topic Model:

1. Trade Agreements ([u'chapter', u'origin', u'head', u'work', u'commun', u'process', u'parti', u'materi', u'shall', u'product', u'agreement', u'custom', u'price', u'includ', u'contain', u'articl', u'prepar', u'offici', u'valu', u'european'])
2. Military Operations ([u'oper', u'polic', u'civilian', u'forc', u'militari', u'gener', u'secur', u'defenc', u'mission', u'capabl', u'train', u'command', u'somalia', u'nato', u'support'])



3. Emancipation ([u'dialogu', u'right', u'elect', u'secur', u'process', u'parti', u'region', u'humanitarian', u'situat', u'continu', u'intern', u'support', u'includ', u'human', u'govern', u'countri', u'effort', u'peac', u'conflict', u'polit'])
4. Institutionnal Support ([u'beneficiari', u'institut', u'administr', u'evalu', u'support', u'assist', u'contract', u'project', u'twin', u'report', u'programm', u'implement', u'manag'])
5. European Institutions([u'accord', u'regul', u'commun', u'union', u'annex', u'direct', u'articl', u'member', u'state', u'shall', u'decis', u'council', u'follow', u'ship', u'refer', u'commiss', u'european'])
6. Regional Police Cooperation([u'dialogu', u'develop', u'secur', u'polici', u'region', u'promot', u'enhanc', u'framework', u'intern', u'includ', u'strengthen', u'action', u'cooper', u'implement', u'european'])
7. Border Management([u'oper', u'develop', u'risk', u'joint', u'migrat', u'train', u'activ', u'state', u'member', u'inform', u'guard', u'cooper', u'countri', u'extern', u'agenc', u'implement', u'border', u'manag', u'european'])
8. Monitoring Migration([u'member', u'detect', u'number', u'state', u'polic', u'data', u'cross', u'migrant', u'increas', u'illeg', u'report', u'land', u'total', u'entri', u'greec', u'countri', u'nation', u'document', u'border'])
9. HR Statements([u'affair', u'massrali', u'hrvp', u'repres', u'high', u'follow', u'commiss', u'secur', u'catherin', u'statement', u'kocijanc', u'twitter', u'today', u'european', u'prendergast', u'europa', u'sebastien', u'brabant', u'spokesperson', u'union', u'brussel', u'eamonn', u'vice', u'michael', u'maja', u'foreign', u'issu', u'polici', u'presid', u'ashton', u'mann'])
10. Energy Cooperation([u'oper', u'sector', u'wast', u'energi', u'servic', u'market', u'institut', u'area', u'environnement', u'health', u'includ', u'nation', u'water', u'plan', u'improv', u'develop', u'educ', u'standard', u'protect', u'region', u'project', u'environ', u'programm', u'implement', u'manag', u'transport'])
11. Aid to Balkans([u'albania', u'kosovo', u'herzegovina', u'serbia', u'macedonia', u'commiss', u'beneficiari', u'cooper', u'support', u'compon', u'european', u'assist', u'million', u'montenegro', u'western', u'countri', u'yugoslav', u'card', u'bosnia', u'region', u'contract', u'project', u'republ', u'croatia', u'programm', u'implement', u'balkan'])
12. East ENP([u'programm', u'bord', u'cooper', u'eastern', u'region', u'partnership', u'cross', u'europ', u'project', u'fund', u'integr', u'enpi', u'instrument', u'partner', u'countri', u'belaru', u'border', u'support', u'neighbourhood', u'european'])

13. Aid for the Mediterranean([u'mediterranean', u'site', u'http', u'open', u'index', u'statu', u'meda', u'commiss', u'offic', u'mail', u'public', u'refer', u'europa', u'relat', u'comm', u'eurom', u'extern', u'euro', u'budget', u'europaaid', u'project', u'issu', u'programm', u'european', u'produc'])
14. Free Press([u'info', u'media', u'work', u'project', u'centr', u'social', u'countri', u'inform', u'train', u'journalist', u'cultur', u'heritag', u'educ', u'public'])
15. Economic Development([u'sector', u'develop', u'polici', u'invest', u'econom', u'trade', u'member', u'state', u'market', u'financi', u'countri', u'bank'])
16. New Members Access([u'chapter', u'control', u'regul', u'administr', u'area', u'iceland', u'align', u'regard', u'montenegro', u'agreement', u'direct', u'access', u'state', u'croatia', u'legisl', u'requir', u'need', u'turkey', u'implement', u'establish', u'acqui'])
17. East Association Agreements([u'azerbaijan', u'georgia', u'cooper', u'eastern', u'reform', u'support', u'partnership', u'continu', u'agreement', u'ukrain', u'eu', u'republ', u'armenia', u'action', u'countri', u'implement', u'moldova', u'associ', u'negoti', u'trade', u'european'])
18. Information Legislation([u'oper', u'right', u'process', u'site', u'inform', u'http', u'commiss', u'websit', u'commun', u'union', u'legal', u'access', u'decis', u'citizen', u'public', u'european', u'europa', u'user', u'data', u'protect', u'provid', u'servic', u'person', u'contact', u'action', u'implement', u'purpos', u'page'])
19. Terrorism([u'terrorist', u'group', u'state', u'activ', u'number', u'europol', u'member', u'arrest', u'attack', u'organis', u'threat', u'terror', u'report', u'crimin', u'crime'])
20. EU Law([u'cett', u'fait', u'tout', u'civil', u'national', u'droit', u'europ', u'union', u'avec', u'international', u'conseil', u'accord', u'ainsi', u'haut', u'ration', u'repr', u'politiqu', u'autr', u'curit', u'pour', u'leur', u'parti', u'sont', u'sentant', u'contr'])
21. European Decisions([u'affair', u'repres', u'high', u'press', u'council', u'commiss', u'welcom', u'consilium', u'union', u'cfsp', u'member', u'state', u'decis', u'european', u'minist', u'june', u'report', u'discuss', u'conclus', u'brussel', u'adopt', u'foreign', u'presid', u'meet', u'decemb'])
22. Sectorial Reform([u'sector', u'indic', u'improv', u'prioriti', u'develop', u'area', u'polici', u'support', u'capac', u'donor', u'public', u'strategi', u'assist', u'object', u'nation', u'plan', u'govern', u'reform', u'action', u'programm', u'implement', u'manag'])
23. Justice Emancipation([u'case', u'protect', u'right', u'court', u'convent', u'justic', u'freedom', u'state', u'legal', u'person', u'intern', u'human', u'women'])

24. Euromed Cooperation([u'oper', u'dialogu', u'programm', u'minist', u'process', u'meet', u'partnership', u'mediterranean', u'confer', u'barcelona', u'cultur', u'partner', u'countri', u'region', u'euro'])
25. Political Reform([u'report', u'adopt', u'continu', u'need', u'remain', u'govern', u'corrupt', u'progress', u'implement', u'public', u'legisl'])
26. NÃO UTILIZADO([u'cadr', u'mise', u'domain', u'entr', u'action', u'concern', u'avec', u'velopp', u'coop', u'form', u'financ', u'ration', u'projet', u'politiqu', u'sont', u'plan', u'euro', u'renforc', u'pour', u'secteur', u'contr', u'notam', u'programm', u'chang']) – NÃO UTILIZADO, em francês.
27. Reform in the Middle East([u'israel', u'palestinian', u'egypt', u'support', u'million', u'lebanon', u'agreement', u'econom', u'project', u'jordan', u'plan', u'syria', u'trade', u'reform', u'european'])
28. European Solidarity([u'world', u'work', u'europ', u'help', u'togeth', u'union', u'peopl', u'make', u'support', u'time', u'import', u'need', u'countri', u'polit', u'come', u'discuss', u'european'])

2. Seguem os principais *Grupos* que foram formados pelo pesquisador a priori do processamento dos *Tópicos* (para evitar interferências):

1. Terrorist Organizations: Brigades, Nidal, Sayyaf, Aden-Abyan, Ajnad, Misr, Akhil, Bharat, Nepali, Ekta Samaj, al-Aqsa, Al-Badr, al-Gama, Al Ghurabaa, al-Haramain, Al-Itihaad, Al-Islamiya, Al-Mourabitoun, Al-Nusra, al-Qaeda, Al-Shabaab, Takfir, wal-Hijra, Mujahideen, Tripura, al-Sharia, Ansar, al-Islam, Jamaat, al-Sunna, al-Maqdis, Dine, Ansaru, Osbat, al-Ansar, Shinrikyo, Khals, Balochistan, Boko, Haram, Blenfaisance, Communist, Marxist–Leninist, Conspiracy, Nuclei, Cumann, mBan, Deendar, Anjuman, Dukhtaran, Millat, Turkestan, Jihad, Ergenekon, ETA, Éireann, Hamas, Izz, ad-Din, al-Qassam, Brigades, Haqqani, Harkat-ul-Jihad, al-Islami, Harkat, Harkat-ul-Mujahideen, Harakat-ul-Mujahideen, Alami, Harakat, Sham, Hezb-e, Gulbuddin, Hezbollah, Al-Hejaz, Hilafet, Devleti, Hizb, ut-Tahrir, Hizbul, Mujahideen, Hofstad, Houthis, Sikh, Jamaat, Mujahideen, ISIS, ISIL, Jaish-e-Mohammed, Jaish, al-Muhajireen, wal-Ansar, Jamaat Ul-Furquan, Jamaat-ul-Ahrar, ul-Ahrar, Jamaat-ul-Mujahideen, ul-Mujahideen, Jamiat, al-Islah, al-Idzhtimai, Jamiat, ul-Ansar, Jamiat-e- Islami, Jemaah, Islamiyah, Jamaah, Ansharut, Tauhid, Jund, al-Aqsa, al-Khilafah, Jund, al-Sham, Jundallah, Kach,

Kahane, Chai, Kangleipak, Kanglei, Yawol, Kanna, Lup, Kata'ib, Khalistan, Commando, Khalistan Zindabad, Khuddam, ul-Islam, Komalah, Kurdistan, Falcons, PKK, Lashkar-e-Taiba, Lashkar-e-Jhangvi, Liberation, Tamil, Eelam, Lugansk, Manipur, Maoist, Combatant, Oneness, Mujahideen, Shura, Brotherhood, Bodoland, Tripura, Orange Volunteers, al-muslima, Interpal, Ichkeria, Dagestan, Manipur, Mujahedin, Kangleipak, Quds, Saor Éire, Tevhid-Selam, Al-Quds, Sipah-e-Sahaba, Sahaba, Sipah, Stichting, Al Aqsa, Majlis, ul-Shura, Mujahideen, Taliban, Tehreek, Nafaz, Shariat, Mohammadi, Tehrik, Taliban, Tamil, Tanzim, Vanguard, Tamil, Uygur;

0.5 FRONTEX, EUROPOL, EUROSUR, INTERPOL, EUROJUST, CSDP, CFSP, ESDP, NATO, OSCE, WEU;

1. Democracy, Civil Society, Rights, Development, Emancipation, Elections, Justice, Welfare, Judicial, Transition, Reform, Dialogue, Promote, Cooperation, Peace, Trade;

2. Migrant, Migration, Migratory, Immigration, Immigrant, Refugee, Asylum, Individuals, Alien, Expatriate, Readmission, Visa, Third-Countries, Third-Country, Islam, Muslim, Displaced, Smuggler, Blue, Entry, Visa, Residence, Settle, Settlement, Resettlement, Mobility, Flow, Ban, Illegal, Irregular, Border, Frontier, Radicalisation, Settle, Resettle, Admission;

### **Referências Bibliográficas**

AVRAMOPOULOS. (30/06/15). *Remarks by Commissioner Avramopoulos after his visit to Budapest*. In <[http://europa.eu/rapid/press-release SPEECH-15-5283 en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-15-5283_en.htm)>. Acesso em: 14 de setembro de 2015

AVRAMOPOULOS. (20/07/15). *Remarks of Commissioner Avramopoulos after the Justice and Home Affairs Council on 20 July 2015*. In <[http://europa.eu/rapid/press-release SPEECH-15-5421 en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-15-5421_en.htm)>. Acesso em: 14 de setembro de 2015.

AVRAMOPOULOS. (09/07/2015). *Remarks by Commissioner Avramopoulos after informal Home Affairs Council in Luxembourg*. In <[http://europa.eu/rapid/press-release SPEECH-15-5342 en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-15-5342_en.htm)>. Acesso em: 14 de setembro de 2015.

AVRAMOPOULOS. (30/06/15). *Remarks by Commissioner Avramopoulos after his visit to Budapest*. In <[http://europa.eu/rapid/press-release SPEECH-15-5283 en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-15-5283_en.htm)>. Acesso em: 14 de setembro de 2015

AVRAMOPOULOS. (20/07/15). *Remarks of Commissioner Avramopoulos after the Justice and Home Affairs Council on 20 July 2015*. In <[http://europa.eu/rapid/press-release SPEECH-15-5421 en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-15-5421_en.htm)>. Acesso em: 14 de setembro de 2015.

AVRAMOPOULOS. (09/07/2015). *Remarks by Commissioner Avramopoulos after informal Home Affairs Council in Luxembourg*. In <[http://europa.eu/rapid/press-release SPEECH-15-5342 en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-15-5342_en.htm)>. Acesso em: 14 de setembro de 2015.

BIGO, Didier. *When Two Become One: Internal and external securitisations in Europe*. In <<http://www.didierbigo.com/students/readings/When%20Two%20Become%20One.pdf>>. Acesso em 14 de setembro de 2015

\_\_\_\_\_. *The Transformation of European Border Controls. Extraterritorial Immigration Control. Legal Challenges*, B. Ryan and V. Mitsilegas (eds), Brill Academic Pub, 2010

\_\_\_\_\_. *The Ban and the Exception: Discussing the State of Exception. Terror, Terrorism, States & Societies. A Historical and Philosophical Approach*. S. Kumar Das and R. Ivekovic (eds). Delhi: Women Unlimited, pp. 89-110, 2009a

\_\_\_\_\_. *Du panoptisme au Ban-optisme. Les micros logiques du contrôle dans la mondialisation. Technologies de contrôle dans la mondialisation: enjeux politiques, éthiques et esthétiques*. P.-A. Chardel and G. Rockhill (eds). Paris: Editions Kimé, pp. 59-80, 2009b

\_\_\_\_\_. *Delivering Liberty and Security? The Reframing of Freedom When Associated with Security. Europe's 21st Century Challenge. Delivering Liberty*. D. Bigo, S. Carrera, E. Guild and R. Walker. Aldershot: Ashgate, 2010a

\_\_\_\_\_. Freedom and Speed in Enlarged Borderzones. *The Contested Politics of Mobility. Borderzones and Irregularity*. V. Squire. London: Routledge, 2010b

BIGO, Didier, and GUILD, Elspeth. *Controlling Frontiers: Free Movement into and within Europe*. Aldershot: Ashgate, 2005

\_\_\_\_\_. The Transformation of European Border Controls. *Extraterritorial Immigration Control. Legal Challenges*, B. Ryan and V. Mitsilegas (eds), Brill Academic Pub, 2010

BIGO, Didier; BONELLI, Dario; OLSSON, Christian. *Mapping the Field of the EU Internal Security Agencies*. In < <http://bigo.zgeist.org/documents/Mapping.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2010

BLEI, NG e JORDAN. (2003). *Latent Dirichlet Allocation*. In: <<https://www.cs.princeton.edu/~blei/papers/BleiNgJordan2003.pdf>>

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Macrosecuritisation and Security Constelations: reconsidering scale in securitization theory* In: *Review of International Studies* (35), pp. 253-276, 2009

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: A New Framework Analyses*. Rienner: London, 1998

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. Unesp: São Paulo, 2012

BUZAN, Barry. *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Brighton: Wheatsheaf, 1983

Buzan, Barry, and Wæver, Ole. 2004. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.

CELATA, Filippo; COLETTI, Rafaella. (2012). *Europe and its 'other': free trade and the geographical imaginaries of euro-mediterranean politics*. In <<http://www.en.memotef.uniroma1.it/sites/dipartimento/files/wpapers/documenti/FullTextWP103.pdf>>. Acesso em 14 de setembro de 2015.

DIJK, Teun A. van. Principles of Critical Discourse Analysis. *Discourse and Society Volume 4 (2)*. SAGE: London, 1993

EYLEMER, Sedef; ŞEMŞİT, Sühal. (2007). *Migration-security nexus in the euro-mediterranean relation*. In <http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2012/02/EylemerSemsit.pdf>>. Acesso em 14 de setembro de 2015.

HOWARTH, David R., and Jacob Torfing. *Discourse theory in European politics : identity, policy, and governance*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire New York: Palgrave Macmillan, 2005. Print.

HUYSMANS, Jef. 1995. Migrants as a Security Problem: The Dangers of Securitizing Societal Issues. *Migration and European Integration: dynamics of Inclusion and Exclusion*, R. Miles and D. Thranhardt (eds). London: Pinter, pp. 53-72.

HUYSMANS, Jef. *The politics of insecurity fear, migration and asylum in the EU*.

\_\_\_\_\_. 2000. *The EU and the Securitizing of Migration*. *Journal of Common Market Studies* 38 (5): 751-77.

\_\_\_\_\_. 2006. *The Politics of Insecurity: Fear, Migration, and Asylum in the EU*. London: Routledge.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (1985). *Hegemony and the Socialist Strategy*.

LANDAUER, T.; DUMAIS, S. A solution to Plato's problem: The latent semantic analysis theory of acquisition, induction, and representation of knowledge. *Psychological Review*, v. 104, n. 2, p. 211-240, 1997. In: <http://research.microsoft.com/en-us/um/people/sdumais/landauerdumais-psychrev1997.pdf>>. Acesso em 14 de setembro de 2015

LANDAUER, T.; FOLT, P.; LAHAM, D. An introduction to latent semantic analysis. *Discourse Processes*, v. 25, n. 2-3, p. 259-284, 1998. In: <http://research.microsoft.com/en-us/um/people/sdumais/landauerdumais-psychrev1997.pdf>>. Acesso em 14 de setembro de 2015

LANDAUER, LAHAM e DERR .(2004). From paragraph to graph: Latent semantic analysis for information visualization. In: <[http://www.pnas.org/content/101/suppl\\_1/5214.full.pdf](http://www.pnas.org/content/101/suppl_1/5214.full.pdf)>

LI e MCCALLUM. (2006). Pachinko Allocation: DAG-Structured Mixture Models of Topic Correlations. In: <<http://people.cs.umass.edu/~mccallum/papers/pam-icml06.pdf>>

LI, BLEI e MCCALLUM. (2007). Nonparametric Bayes Pachinko Allocation. In: <<http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1206/1206.5270.pdf>>

MINMO, LI, MCCALLUM. (2007). Mixtures of Hierarchical Topics with Pachinko Allocation. In: <<http://www.machinelearning.org/proceedings/icml2007/papers/453.pdf>>

SZILÁGYI, István. (2010). The Barcelona Process Revisited and the SBH Presidency. In <<http://www.acta.sapientia.ro/acta-euro/C1-2/eur12-5.pdf>>. Acesso em 14 de setembro de 2015.

WAEVER, Ole. (2004). “Aberystwyth, Paris, Copenhagen New ‘Schools’ in Security Theory and their Origins between Core and Periphery”. Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association. At <http://bespo.org/upload/93a145a3a12b1b8aa2e33c1ebd320d91.pdf>, acessado em Nov. 8, 2010.

WAEVER, Ole, BUZAN, Barry, KELSTRUP, M., and LEMAITRE, P. *Identity, Migration and New Security Order in Europe*. London: Pinter, 1993

ZAPATA-BARRERO. (2013). *The External Migration Policy in the Mediterranean Region: Premises for a Normative Debate*. Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos (2).. In <[http://dcpis.upf.edu/~ricard-zapata/~ricard-zapata/External%20dimension%20migration%20policy\\_2\\_2013.pdf](http://dcpis.upf.edu/~ricard-zapata/~ricard-zapata/External%20dimension%20migration%20policy_2_2013.pdf)>. Acesso em 14 de setembro de 2015



## ANEXOS 1: Fotos, post, atas e outros materiais

ENTREVISTAR		HISTÓRIAS LEMBRAR	AÇÕES	O q/ PERGUNTAR
Paulo	Rita	Jean Paul	↳ CACHORROS	↳ NOME/IDADE/LOCAL
Veio	Tia Simone	↳ João (2)	↳ DINAMITE	↳ O RUA É PROTESTO?
Isa	LULA	↳ Henrique	↳ 14 BIS	↳ O QUE É O SISTEMA?
Julie	Zóio GATO	↳ FÁTIMA	↳ LISTA EMPREGO	↳ O QUE É OPRESSÃO? BOA É HUMILDADE!
China	RENATO	↳ TIA MARIA	↳ LISTA MORADORES	↳ PRA VOCÊ, COMO É ALGUÉM q/ CORTE P/ CERTO?
Ktarsc.	JOÃO	↳ DEMÓCIZ	↳ CONSULTAR ATAS	↳ QUE ACREDITA, O QUE NOTE, COMO PROCEDE?
Marquinhos	CAREQUI	↳ MABANÃO	↳ ANPQ	↳ É UM VAGALÃO, TÁ? LOVIUHO, ATRASA LADO? COMP?
Notã	VAGÃO	↳ LOIRA	↳ DCP	↳ O QUE É NOIX POR NOIX P/ VE?
Frei Rafael	THAYNA	↳ TÁIS	↳ LIVRO AMORES/PREF	↳ O QUE É COMUNIDADE?
Jáson	MORENA	↳ COPA	↳ ROTINA COROTE	↳ SE ALGUÉM CRIA P/ COMUNIDADE:
Jamaica	CATISTIAN	↳ SABOTAGE	↳ ROTINA TRABALHO	↳ QUAIS PODERIAM SER O ERROS, VS ACIMA?
PALOMA	MARCIO	↳ MENOR	↳ 2017: "ACOUQUEIROS NAS RUAS"	↳ COMO SE RESOLVE O ERRO? EXEMPLO? P/?
ALEXANDRE	BAIXINHO	↳ DOUELAS		↳ É SE N SE RESOLVE?
U. MEDICO	ALANHO	↳ CAVALO		
GUSTAVO	ALANHO	↳ TIBUIN		
PAMELA	GORDINHO	↳ CLAINA		
SABRINA	CERRA	↳ CESINHA		
LEO	JAPÁ	↳ ROBERTO		
RODRIGO	LUCIANO	↳ AUGUSTO		
EDUARDO	SANTISTA	↳ MERLEDES		
CARLOS	DIONE	↳ MONA		
MARLOW	TÁIS (2)	↳ ALAGOAS		
PAUL	DERCY	↳ SYLVIO		
	BALADA	↳ RAFA		
	WILLIAM	↳ FÁTIMA		
	BÁBIA	↳ zóio de gato		
	THERESA			
	INDIO			
	AMARAL			
	OLEUM			
	QUEISSA			
	QUEBRADA			
	SHREK			
	PITAGORAS			

diagrama do campo

### 1.1. Fotos minhas em campo

Acesso em:



<<https://drive.google.com/drive/folders/14qCGuehC1kv0Kr5TLPq7pPRJU67DRkLZ?usp=sharing>>

## 1.2. Fotos de Manifestações

Acesso em:



<<https://drive.google.com/drive/folders/14jDqjwkvTHyKuVHskXU7Ly0UznhYfpXs?usp=sharing>>

## 1.3. Fotos de Ações

Acesso em:



<[https://drive.google.com/drive/folders/1BzQUIR4Tng\\_OYUUiDjpO5Nc8COsUh9Gj?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1BzQUIR4Tng_OYUUiDjpO5Nc8COsUh9Gj?usp=sharing)>

## 1.4. Fotos de Espaços e Comunidades

Acesso em:



<[https://drive.google.com/drive/folders/1Qy2\\_51-s1R-a3H5RSrpI-fyvFLEkjEQq?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1Qy2_51-s1R-a3H5RSrpI-fyvFLEkjEQq?usp=sharing)>

### 1.5. Fotos de Mensagens (cartolinas)

Acesso em:



<<https://drive.google.com/drive/folders/1KO7-4HlqWA0jotGzSGh3DrbhJBxdrTzu?usp=sharing>>

### 1.6. Fotos de Montagens para Facebook

Acesso em:



<<https://drive.google.com/drive/folders/1IBF0xfY9TURWouV5SWKKTpO0qQXW43fS?usp=sharing>>

### 1.7. Fotos de Panfletos e chamadas para Eventos

Acesso em:



<<https://drive.google.com/drive/folders/1U90lJ-IqqzcfWR0fSBCp5GmWQEW1NEc?usp=sharing>>

### 1.8. Fotos de Documentos Públicos (Defensoria e Ministério Público)

Acesso em:



<[https://drive.google.com/drive/folders/1PP5xQcZnV2JK5Wlv810co\\_ohly3XgNHu?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1PP5xQcZnV2JK5Wlv810co_ohly3XgNHu?usp=sharing)>

### 2. Documentos Públicos (Notas Taquigráficas, Atas, Leis etc)

Acesso em:



<[https://drive.google.com/drive/folders/1fW6ptelqvVsAlfNjguw7HFsiJJCfm\\_E?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1fW6ptelqvVsAlfNjguw7HFsiJJCfm_E?usp=sharing)>

### 3. Post do CATSo no Facebook

Acesso em:



<[https://drive.google.com/drive/folders/15\\_b9MwFsvG7a-NFInH0k-LBaLnm74Fwe?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/15_b9MwFsvG7a-NFInH0k-LBaLnm74Fwe?usp=sharing)>

4. *Caderno de Campo: mapa das famílias tradicionais e as famílias em ascensão que são a nossa elite*

*Famílias italianas católicas paulistas:* Comelatti, Pellegrino, Lepique, Raucci, Sanches Michellini, Matarazzo, Martinelli, Bresser, Gini, Fini, Suplicy, Mancini, Giordano, Serra, Rossi, Montoro, Lancellotti, Lammachia;

*Famílias libanesas ortodoxas paulistas:* Kassab, Maluf, Temer, Tuma, Sader, Nicolau, Nassif, Haddad, Boulos, Bonduki;

*Famílias germânicas (ou por ali):* Simonsen, Konder, Edloak, Bornhausen, Lundgren, Scherer; Luciano Hang (?);

*Famílias portuguesas:* Hermínio de Moraes, Diniz, Saraiva, Dória, Cova, Bresser, Rocha Miranda, Dantas, Cardoso, Neves, Guimarães, Arraes, Magalhães, Maia;

*Famílias judaicas:* Stern, Klein, Mindlin, Bloch, Justus, Kertész, Klabin, Lafer, Levin, Goldman, Perelmutter, Kunst, Bouso; Abravanel, Huck, Safra;

*Burguesia financeira:* Safra, Setúbal, Moreira Salles e Vilella;

*Burguesia da construção civil (ditadura militar):* Odebrecht, Batista, Horn, Camargo Corrêa;

*Famílias da comunicação:* Sarney, Magalhães, Marinho, Abravanel, Saad, Bloch, Huck, Civita e Mino Carta, Kamel;

*Famílias de tempos imperiais:* Orleans e Bragança, Nabuco;

*Terratenentes gaúchos:* Brizola, Vargas, e Goulart;

*Famílias de militares:* Caxias, Fonseca, Monteiros, Costa e Silva, Médici, Etchegoyen, Andreazza; Bolsonaro, Mourão (novos);

*Famílias de Latifundiários:* Caiado, Calheiros, Cassol, Brandão Vilela, Pereyra de Lira, Bezerra Coelho, Rosado, Lupion; Raucci;

*Famílias de pastores (nova elite evangélica):* Macedo, Santiago, Malafaia, Soares;

*Dinastias no Judiciário:* Pinheiro Neto; Machado, Meyer, Sendacz e Opice; Trench, Rossi e Watanabe; Demarest & Almeida; Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga; Leite,

Tosto e Barros; Tozzini, Freire, Teixeira e Silva; Moreira Alvez, Fux, Mello, Mendes, Reale; Sanches Michellini; dinastias TJ Amazonas (?);

*Máfia dos Transportes:* (José) Ruas Vaz, Abreu, Belarmino, Massa, Tatto;

*Máfia das Assistência Social (laranjas? Tudo Igreja Católica!):* Ricardo Teixeira, Manoel del Rio Blas, Gutemberg Sousa da Silva, Carlota Cardoso da Silva, Urbano Fernandes dos Reis, Vilma da Silva Leite, Judith Elisa Lupo, Antonio Araújo dos Santos, Vagner Damião Alves Machado, Tiago Santos Marques , Francisco Marsulo Neto, Arcangelo Longo, SEBASTIÃO JUSTINO DE ALMEIDA, Maria, Regina Leandro de Souza , Marise Cristina dos Santos Nada, Roberto Souza de Oliveira, Edineide Correia da Silva, Antonia Cleide Alves, Nelson, Crisostomo de Souza, Gianfranco Mellino, João, Carlos Ferreira da Silva, Regina Conceição da Paixão Gomes, Rosalvino Moran Vinayo, Nair Bortoleti, Cristiane Fernandes Saes Lobas, Marcelo Francisco Leite , Leandro Rasera Adorno, Denise Zaclis Antão, José Carlos de Freitas Spindola, Silvio, Lira de Menezes, AILTON CAMILO, Anoldo Hinkeldei, Cecília Stringhini, Edemar de Souza Amorim;

*Máfia das Comunidades Terapêuticas (tudo evangélico e via Secretaria de Saúde):* ainda não estudei! Sabará, Saad e Seibel (ARCAH);

*Máfia da construção civil:* Trisul, BKO, Tarjab, Alimonti e Brookfield, Crefisa (José Roberto Lamacchia e Leila Pereira), Cyrella (Claudio Carvalho), Odebrecht, Andrade Gutierrez;

*Elite militar:* Caxias, Fonseca, Monteiro (positivismo); Castelo Branco, Costa e Silva, Geisel, Médici, Etchegoyen (escola superior de guerra); Braga Netto, Mourão, Heleno, Ramos, Santos Cruz, Pujol, Villas Bôas, Azevedo e Silva, Gomes, Freitas (pacificadores);

*Máfia da educação:* ainda não sei, estou pesquisando! Por enquanto: Ricardo Nunes, Maria Inês Fini;

## **ANEXOS 2 : Manifestos do CATSo**

### **1. MANIFESTO DOS TRABALHADORES SOCIAIS JUNTO AO POVO DE RUA CONTRA AS AÇÕES HIGIENISTAS E VIOLENTAS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**

16/10/2013

Dia - Quinta 24 de outubro as 13 horas Local - Câmara de São Paulo

A leitura ocorrerá na plenária na Câmara de São Paulo, no qual será exposta a posição dos trabalhadores em relação as ações higienistas no centro de São Paulo. Este evento ocorrerá dia 24 de Outubro, às 13 horas, Subsolo, Sala Sergio Vieira de Melo.

Carta:

Este texto não tem caráter partidário, não segue diretrizes de nenhum grupo ou organização previamente estabelecida, pelo contrario, trata-se de um manifesto de trabalhadores sociais após uma semana de muita importância para nós, Trabalhadores da área Social. Nós que assinamos esta carta estamos movidos por interesses coletivos que atingem nosso trabalho e, principalmente, os usuários dos serviços em que atuamos. Queremos falar dos fatos ocorridos nos últimos meses e que se agudizaram neste mês.

Não é segredo para ninguém que a População em Situação de Rua é encarada pelo poder público, e por grande parte da sociedade, como um problema e não como consequência das sociedades capitalistas desiguais e desumanas, em que a miséria é a substância básica para a preservação da classe dominante: reacionária, conservadora e opressora. Representada em última instância pelo Estado, em nosso caso a Prefeitura de São Paulo, regida pelo então Prefeito Fernando Haddad.

Esta semana foram iniciadas ações "integradas" entre as Secretarias: de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), de Saúde (SMS), de Habitação (SMH), Secretaria de Segurança Publica (SMS) e, vejam vocês, a Secretaria de Diretos Humanos (SMDH). Suas ações remontam cenas da Gestão Kassab, Serra, Maluf, Pitta e afins, expulsando a população de rua de seu único lugar. O incomodo aos olhos do Estado e da "Sociedade" é certo, isso direciona nosso pensamento para as estratégias que foram tomadas: Como trabalhadores sabemos muito bem a condição a qual somos expostos todos os dias, além dos baixos salários e condições precárias, somos submetidos a tratar os usuários a base de pernoite, comida (as bocas de rango) e agora as internações.

Estamos cansados de oferecer políticas pré-históricas que não garantem o direito a população, apenas a expelem do convívio social. Estas ações, não deveriam ser chamadas de políticas públicas, pois são apenas iniciativas de contenção de demanda, tirando de nossos companheiros de rua, suas escolhas autônomas, seu direito de ir e vir e o direito de uso da cidade. A eles, restam apenas o descaso do Estado e a mão violenta da polícia, em outras palavras a negação do DIREITO A CIDADE.

Frente a esse cenário, os gestores públicos montam um verdadeiro exército de funcionários no Centro de São Paulo com o discurso de: 1. Recolher os "entulhos" deixados na praça, 2. Preservar a segurança da Assistência Social, 3. Garantir o Direito de Ir e Vir, 4. Oferecer alternativas a essa população. Vejam vocês, o poder público chama de entulho os bens que a população, com menor poder de consumo, consegue para sobreviver à rua. Dizer que nós, Trabalhadores da Assistência, sentimos insegurança ou medo é uma grande mentira, pois mesmo com a falta de políticas públicas de qualidade somos bem recebidos graças às iniciativas individuais de trabalhadores que fazem mais do que podem para garantir a essas pessoas o mínimo de dignidade. A garantia do Direito de ir e vir é utilizada como princípio para exclusão e a agressão a essa população, que tem este mesmo direito negado cotidianamente. Por fim, o argumento de oferecer alternativas, nos deixa perplexos. Esse mesmo poder público ofereceu no dia da ação: auxílio aluguel, vagas para internação e até mesmo moradia a essa população, isto por que a grande mídia estava lá, pois nos dias comuns sabemos bem o que podemos oferecer: uma passagem direto para um albergue que mais parece um depósito de gente, em condições insalubres.

Concentramos-nos a isso para dimensionar o que passam os cidadãos que vivem na/da rua. Nós que realmente estamos na ponta, que no dia a dia somos acolhidos pelo povo de rua e que muitas vezes dividem conosco suas alegrias e tristezas, e que em alguns serviços ajudam de maneira ativa para o andamento coletivo dos projetos, sabemos o que passamos.

O poder público, instância máxima responsável por essa situação, encarou de forma violenta colocando a Guarda Civil, pronta para qualquer intervenção expulsar a população de rua da Praça da Sé, do Largo São Francisco, da Bresser, Santa Cecília, Alcântara Machado e outros espaços da região Central. O discurso foi à atitude violenta da população, o tráfico de drogas, e até mesmo apelaram para exploração sexual de crianças e adolescentes, como no caso da Sé, isso para justificar a ação criminosa da Prefeitura orquestrada por Fernando Haddad, Luciana Temer (SMADS), José Fillipi (Saúde), Rogério Sotilli (SMDH), Roberto Porto (SMSU) e José Floriano de Azevedo (SMH).

Muitos de nós ao defendermos a população de rua sofremos inúmeras perseguições, pois alguns acreditam que o salário deveria comprar nossa consciência, ou então somos atacados com discursos do tipo "a prefeitura paga seu salário" como se com este chavão tivéssemos que nos submetemos às soluções mais higienista e desumanas. Entendemos que a verba pública vem do povo e não do bolso do prefeito ou dos secretários. Sendo assim, o povo é quem nos paga e é por eles que lutamos e por essa defesa somos ameaçados por SAS, CREAS ou CREAS POP.

Um governo que nasce de uma história de lutas sociais e críticas ao coronelismo e opressão de patrões não pode ameaçar seus trabalhadores. Como podem perseguir e ameaçar a quem pensa de forma crítica? Ou o governo trabalha horizontalmente com o povo de rua ou então continuará oferecendo mais do mesmo.

Dizemos que a ação é criminosa, pois coloca a sociedade contra ela mesma, nos fazendo acreditar que as pessoas em situação de rua não são vítimas, mas criminosos que devem ser tratados como tal, criminalizando a miséria e excluindo cidadãos.



Por isso, nos manifestamos para que não falem em nosso nome, somos os trabalhadores e nós falaremos por nós! O governo Haddad utiliza um discurso humanista roubado de nós, mas suas práticas não correspondem com o que falam. Eles só querem a limpeza da cidade, o lucro dos empresários e a manutenção da pobreza. A articulação Intersetorial só existe quando os maiores interessados são as elites.

Por isso nos posicionamos! Qualquer ação sobre a população em situação de rua, nós trabalhadores temos de participar ativamente do planejamento, deixando claro que não participaremos de ações higienistas e repressivas. Que a democracia seja realmente para todos e não para alguns, pois o Prefeito e Secretários estão agindo de forma perversa, antidemocrática e ditatorial. Não é só um movimento que representa a população de rua, nós trabalhadores sociais, estamos juntos, atuamos na ponta e devemos ser respeitados!

Os trabalhadores sociais e a População de Rua devem ser consultados sobre ações e políticas. Sem participação popular que política teremos? Queremos participação efetiva, pois estamos cansados de discutir e propor, mas no ato da efetivação da política nossas opiniões serem ignoradas.

Estamos em Luta por:

POLITICAS PUBLICAS DE QUALIDADE, DESISTITUCIONALIZADAS.

DIALOGO COM OS AMPLOS SETORES REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. ALÉM DO MNPR.

CRIAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO DIALOGADO COM OS TRABALHADORES DA BASE.

ABERTURA PARA O PLANEJAMENTO DE AÇÕES SECRETARIAIS COM REPRESENTAÇÃO DE TRABALHADORES.

RESPEITO DEMOCRATICO E SEM PERSEGUIÇÕES AOS TRABALHADORES POR PARTE DE SUPERVISORES E PESSOAS LIGADAS A SECRETÁRIAS.

ASSINAM O MANIFESTO:

COLETIVO AUTONOMO DOS TRABALHADORES SOCIAIS

*2. MANIFESTO DOS TRABALHADORES SOCIAIS CONTRA AS AÇÕES HIGIENISTAS E VIOLENTAS*

*10/03/2016*

JUDICIÁRIO DEFINE DATA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DA COMUNIDADE DO CIMENTO PARA O DIA 15/05/2016. GESTÃO HADDAD LAVA AS MÃOS E APOIA EXPULSÃO DAS PESSOAS DA COMUNIDADE

A comunidade do Cimento, que ocupa a região do Viaduto Bresser, ao lado da radial leste, há pelo menos 40 anos, (entre retiradas e retornos, seja por parte do regime militar ou das gestões eleitas) será reintegrada por ordem do judiciário, a pedido da gestão Haddad. Mais de 200 pessoas serão despejadas, incluindo crianças, idosos e gestantes.

Comunidade referencia para pessoas que se encontravam em situação de rua, seja por não conseguirem pagar aluguel, por conflitos familiares, amorosos, por opção sexual; de imigrantes a pessoas com problemas com drogas e álcool, será alvo de uma reintegração por parte da prefeitura, por meio da policia militar. O local será inutilizado e após retirarem as famílias ficaram bases da guarda civil metropolitana (?).

As pessoas que ali tem sua morada, frente ao problema da habitação (direito constitucional) na cidade de São Paulo, serão removidas sem uma proposta da prefeitura de São Paulo para os que lá estão. Já que o bolsa aluguel (R\$ 400,00) foi ineficaz, devido ao grande fluxo de pessoas na comunidade e as burocracias para se receber, além da falta de organização da prefeitura na distribuição de bolsas, já que a maioria que pegou sequer mora ou morou na comunidade. (leia a nota anterior: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=559626724218773&id=214073145440801](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=559626724218773&id=214073145440801))

Na reunião de hoje os representantes da prefeitura saíram insatisfeitos pois acharam o prazo para retirada muito longo (e esse é o partido de esquerda, a gestão do novo em).

O pessoal da SMADS (Secretaria da Assistência) que já vem de outras gestões e que trabalha com a população de rua mostra que há pressa para reprimir, há uma pressa na expulsão do povo de rua por parte da Prefeitura.

Se a comunidade tem problemas? Claro, como em todo bairro, em todo condomínio de bacana. Mas ali existe vida comunitária, existe solidariedade, e principalmente existe abrigo. Lá se trata os problemas na conversa e não na bala ou na borrachada, que é o que a prefeitura e o judiciário ofereceram de solução na pratica. Lá alguém que tenha problema com drogas ou álcool não será oprimido, não será empurrado, mas terá a mão estendida, seja pelos cristãos, pelos “macumbeiros”, pelos ateus, pelos gays, pelos imigrantes... por todos;

Na decisão, a juíza, demonstrando seu total desconhecimento da realidade: alega que a comunidade tem problemas com o trafico! (?), afinal, comunidade/favela, tem que ter traficante né, como em uma novela da globo, mas sobre isso talvez achem traficantes nas universidades e por isso vão fecha-las e expulsar todos os alunos ou até mesmo achem corruptos no judiciário e por isso vão fechar fóruns e gabinetes como solução :); alegou que as pessoas que receberam o bolsa aluguel não saíram ou se saíram outras entraram. Ora está muito fácil pagar aluguel com 400 reais, assim como arrumar emprego, como temos visto nos jornais, a população de rua tem diminuído a cada dia :). Além de no processo existir alegações de incêndios frequentes na comunidade (oi?); e vejam vocês, enriquecimento ilícito (kkkk), mas sim, isso é verdade! Temos vistas piscinas na Comunidade do cimento, afinal deve ser o trafico, os pablos escobares que existem lá, o pessoal que usa helicóptero com toneladas de cocaína ou talvez tenha sido com o dinheiro das empreiteiras que estão fazendo os barracos do pessoal.

Fato é que vão tirar as pessoas do local e chutarão elas para outro local, mas o problema mesmo não resolveram, nem a prefeitura e muito menos o judiciário que tanto fala em dignidade da pessoa humana. Não dá pra entender como essas pessoas conseguem dormir, sabendo que vão tirar as pessoas de suas moradias, vão destruir seus barracos, onde estão seus poucos pertences que com muito esforço conseguiram.

Estas pessoas reacionárias e das elites, a exemplo do prefeito, que decidem como e quando o povo de rua será reprimido, afinal na cidade do futuro essa do arco do prefeito não há lugar para os mais pobres.

Enfim, vamos seguir lutando e resistindo, afinal como disse o amigo de luta, padre Julio: “Se não der certo nós vamos tentar de novo, porquê são seres humanos, temos que ter esperança e tentar de novo! (e a melhor parte para os religiosos e os que creem em Deus, como pareciam crer o juiz e a juíza presentes no local, que pelas expressões concordaram com a fala, mas depois, friamente cumpriram a lei) Afinal se Deus, Jesus, tivesse perdido as esperanças em nós humanidade...”.

Convidamos a todas as pessoas para ajudarem na organização e participarem da luta nos próximos meses!

E Mais uma vez parafraseamos Monsenhor Romero que bem lembrava:

"A Justiça assim como a serpente só morde os descalços"

**POVO DE RUA RESISTE!**

**CIMENTO RESISTE!**

**OS POBRES RESISTEM!**

**VENHA FORTALECER NOSSA RESISTÊNCIA!**

O despejo das centenas de pessoas que vivem hoje no Espaço de Resistência do Povo de Rua - Tenda Alcântara Machado está agendado para o próximo dia 13 de novembro, um domingo, justamente porque a prefeitura e sua força policial acreditam que a rua não conseguirá se mobilizar para resistir à tomada de nossas casas.

Para fortalecer nossa resistência e mostrar à prefeitura que o povo de rua e a luta por autonomia (r)existem, a okupa convida todas e todos a fortalecerem as atividades no espaço na semana de 07 a 12 de novembro com apresentações artísticas, atividades políticas, atividades para crianças, debates, exibição de filmes, prática de esportes...enfim, todo tipo de atividade que promova a convivência com o povo de rua e a organização da revolta dxs debaixo contra a falta de respeito da prefeitura por nosso direito à moradia.

Chamamos a todas e a todos a enviarem suas propostas de atividades, comparecerem nesta semana e no domingo de despejo na okupa, divulgarem este chamado e, principalmente, continuar lutando por moradia, autonomia e dignidade.

**MALOCAS RESISTEM!**

Contra a Reintegração Da Alcântara. Resistir Ao Golpe Do Haddad

4. TAG\_DATA\_INICIO 21/08/2016

TAG\_DATA\_FIM Feita por um ex trabalhador da Assistência Social e reclamação reforçada por moradores em situação de rua e confirmada por outras pessoas que trampam c a rua.

A gestão Haddad adota essa postura há uma cota já, afinal as pessoas servem apenas para estatísticas.

Segue:

"O CREAS POP Bela Vista está pressionando os centros de acolhida que estão sob a sua supervisão para transferirem compulsoriamente as pessoas que estão acolhidas por um prazo igual ou superior a seis meses. Fazem isso para dar a falsa impressão de que a rede funciona e de que algo foi feito pela pessoa durante esse período. A verdade é que sem políticas e propostas sérias de habitação e trabalho, quase ninguém consegue sair do albergue em condições melhores do que entrou, muito menos num prazo tão curto.

Em visita ao Chá do Padre na semana passada encontrei algumas pessoas que estavam comigo lá no centro de acolhia Lygia Jardim e eles falaram que estão sendo alvo desse processo. Um deles, inclusive, tem problemas de saúde, dores crônicas na coluna e está sendo compelido a aceitar transferência para o Complexo Prates, que fica no Bom Retiro, em outro território. Quando relataram essa situação no CREAS POP Bela Vista, os técnicos lhes informaram que era assim mesmo que a coisa funciona, pois é estipulado na normativa técnica da SMADS o prazo máximo de seis meses de permanência nos centros de acolhida. Eu esquadrinhei a normativa técnica da primeira a última página e verifiquei que essa determinação não existe. "

Parte superior do formulário

##### 5. TAG\_TITULO\_INICIO O DRAMA ESTÁ FORA DO TEATRO TAG\_TITULO\_FIM

TAG\_DATA\_INICIO 29/04/2013

TAG\_DATA\_FIM No dia 29 de abril na região da chamada cracolândia, a prefeitura municipal em mais uma ação truculenta, desastrosa, imoral, Reprime a população de rua com a GCM e a PM para a defesa de interesses particulares afinal de contas, alguns dias depois a Porto Seguro inaugura seu teatro, um espaço suntuoso que se contrapõe à pobreza dos pobres da cidade. E para garantir que a elite tenha sua diversão, o governo municipal submete o povo de rua ao drama da violência em mais um espetáculo higienista e também a gentrificação em nome da cultura. A porto seguro esta por trás da "revitalização" da região.

TAG\_TITULO\_INICIO O POVO DE RUA, A PROMESSA DO NOVO E UMA CIDADE PARA A COPA TAG\_TITULO\_FIM

TAG\_DATA\_INICIO 03/11/2013

TAG\_DATA\_FIM

A cidade deveria de ser para todos, mas em uma cidade baseada na lógica do capital e que não gira ao redor do ser humano ela passa a ser para alguns.

Por mais que alguns digam que trazem o novo, não se dão conta que reformas não são geradoras do novo, propostas revolucionárias são aquelas que trazem alternativas pensadas para o ser humano em sua diversidade e de maneira horizontal, para isso teriam que revolucionar a estrutura e assim consequentemente criar uma cidade que realmente seja para todos respeitando a individualidade de cada um. Mas como revolucionam as estruturas de poder aqueles que lucram à custa destas estruturas?

Os direitos básicos são mercadorias nas quais quem paga tem um melhor acesso, e o público muitas vezes é só um mito na boca daqueles que ofertam algo que não podem dar.

Enquanto isso o povo de rua continua assistindo a geração de políticas verticais e de soluções que não os contemplam nas suas demandas e anseios. Hoje em dia é mais fácil o diálogo do governo com Jerome Walker, representante da FIFA, que com o povo e nesta passagem cabe salientar que não há diálogo com todos aqueles que estão ficando as margens da cidade capitalista.

Os direitos humanos não podem estar por trás de ações higienistas e de repressão, eles devem estar do outro lado, ou seja, na defesa da população de rua quando agredida pelas ações de violência e repressão. E os direitos humanos devem respeitar o direito a expressão também, não sendo travas àqueles que falam ou pensam a cidade não a partir do lucro.

Como falar em geração de autonomia, papo de muitas pessoas ligadas à assistência, quando ao receberem negativas por parte do povo de rua em relação às ofertas desta mesma assistência, então passam a apoiar a expulsão do povo se utilizando de um discurso conservador o qual diz “tentamos de tudo ele que não quis”. Como falar em autonomia quando se usa da repressão contra aqueles que dão respostas negativas? Como falar de autonomia quando as propostas não são geradoras de liberdade?

Antes de falar em políticas sociais acreditamos que deveriam ser garantidos direitos humanos, direitos que são ultrajados pelo próprio estado ao expulsar as pessoas de rua da cidade.

Um morador de rua me disse um dia “Esta copa será ruim para nós” e ele fez a leitura social de baixo para cima, entendendo a cidade higienista que ele mora. Pois mesmo debaixo de um viaduto, por falta de planos de moradia, ele mora é a sua casa construída pelas suas mãos e que queiram ou não, ou digam que é feio é o seu lar enquanto o Estado não lhe garanta o mesmo.

Os primeiros eliminados da copa são a população de rua, o povo das comunidades e tantas alas sociais que por conta da condição social não fazem parte da cidade pensada pelas mentes neoliberais e alguns de seus discípulos dentro do poder público e organizações sociais.

Pela ótica do capital aqueles que estão nas ruas são “vagabundos” que não aproveitaram as chances, mas pela ótica libertária e humana, são empobrecidos e mazelados por este sistema cruel e excludente. Nas ruas há famílias despejadas de ocupações, pessoas marcadas pela vida, adultos que nasceram nas ruas e crianças que não conhecem uma moradia, famílias de Pinheirinho e homens excluídos pelas instituições, que carregam uma culpa disparada contra eles para assim ocultar problemas sistêmicos e estruturais.

A copa se aproxima e eles estão pela cidade “enfeando” segundo a ótica dos poderes e das elites, não merecem a cidade. Então aparecem as soluções higienistas, pois se o povo de rua nega as propostas planejadas verticalmente, sendo este um dos muitos motivos do povo de rua não se sentir representado pelas políticas, então o discurso é de que não querem ajuda e que merecem a repressão por circularem em uma cidade que dificilmente dialoga com o povo da rua, mas que agora quer ocultá-los. O dialogo não pode ser realizado somente com algumas pessoas que se profissionalizaram na representação da população de rua, para representar é necessário estar em contato com aqueles que dizem representar.

A higienização está em curso com o propósito de mostrar uma cidade de alguns (elites) para os turistas. Esta cidade está sendo construída na base da higienização acompanhada de repressão, de cassetetes e gás de pimenta.

Se os pobres não tem direito a cidade, então que sejamos todos pobres e se querem expulsar nossos amigos então que sejamos a barreira para isso. Não nos interessam os estádios, nos interessam as pessoas e se a cidade não for para todos então que a cidade se revele, pois o direito a subversão em meio à opressão é um direito humano.

TODA A CIDADE PARA TODXS.

TAG\_TITULO\_INICIO NA RUA TAG\_TITULO\_FIM

TAG\_DATA\_INICIO 18/11/2013

TAG\_DATA\_FIM

Na rua

Trabalhadores, famílias, filhos

Mães, crianças, idosos

Iletrados e formados

Paulistas, Paulistanos

Nordestinos, Sulinos

Índios, haitianos

Embriagados e sóbrios

Todas as cores

Todas as crenças

Crença nenhuma

Esperançados

Desesperançados

Toda a diversidade

E sexualidade

Por que querem?

Por que gostam?

Quem quer e quem gosta

O capitalismo

E quem está no topo

Deste ismo

Na rua qualquer um

Eu e você

Neste sistema

Uma das certezas

Nua e crua

E que eu e você  
Possamos morar nas ruas.

TAG\_TITULO\_INICIO SOBRE O SEGUNDO FUTEBOL POPULAR TAG\_TITULO\_FIM

TAG\_DATA\_INICIO 17/06/2014

TAG\_DATA\_FIM

O Segundo Futebol Popular Contra a Eliminação do Povo de Rua, que aconteceu em Frente a Sala São Paulo, trouxe mais uma vez a ocupação da rua através do futebol, a fim de trazer a tona o assunto da higienização e repressão contra o povo de rua e trabalhadores sociais.

A higienização e expulsão do povo de rua que acontece há vários anos na região central se intensificou próximo e durante a copa do mundo. Ao contrário do que foi prometido nas campanhas de Fernando Haddad, de que não haveria repressão ao povo de rua notamos que a mesma só aumentou e se intensificou, de maneira que a violência por parte da GCM se fez sentir nas ruas.

O governador Geraldo Alckimin apoia a repressão através da Polícia Militar e tropa de choque, que agrediram em alguns pontos da cidade a população de rua, como no caso da Alcântara ou debaixo do Viaduto do Chá. Também houveram ameaças e violência na radial leste e Pateo do Colegio (no qual há relatos de pessoas que foram acordadas e expulsas com jatos d'água da limpeza urbana).

Os trabalhadores que se posicionam contra essas e outras ações semelhantes sofrem perseguições e ameaças de demissões, alguns com ameaças de Policiais e Guardas Civis.

O simbolismo do Futebol de Rua tem o intuito de ocupar lugares que por vezes são negados a esta população e mostrar que a cidade é um lugar para todos, inclusive para o povo de rua; Trazer a tona a discussão sobre o caráter moralista, vertical e precarizado dos Serviços da Assistência Social para a população rua; É também um espaço para dar visibilidade aos abusos históricos e recentes (por conta da copa) que os mais pobres estão sofrendo na cidade, respondendo ao futebol elitizado e padrão FIFA com o futebol popular praticados nas ruas e periferias. Os bonecos queimados representaram o poder estadual e municipal que conjuntamente reprimem e expulsam os mais pobres da cidade, como apontado acima.

O Catso continuará lutando contra os abusos cometidos por essas ditas autoridades, enquanto povo de rua e os trabalhadores sofrerem diariamente nas mãos de governos opressores.

Toda a Cidade e Todos os Direitos ao Povo de Rua e Trabalhadores.

Fascistas da Assistência Não Passarão.

TAG\_TITULO\_INICIO POVO DE RUA E A ÁGUA TAG\_TITULO\_FIM

TAG\_DATA\_INICIO 30/04/2015

TAG\_DATA\_FIM

Carta do Catso e da Pastoral do Povo de Rua.

O relato que fazemos será escrito a partir da realidade daquilo que vivemos nas lutas com o povo de rua, lembrando de falas com eles e não como representantes de alguém, mas como participantes de uma luta coletiva que abrange uma diversidade.

A questão da água tem-se feito sentir de maneira cruel e desumana com o povo de rua e trabalhadores dos serviços da assistência social, tanto da prefeitura quanto do estado, e, sem dúvidas, de maneira mais dura com nossos amigos que moram nas ruas.

Quando a mídia começa a tornar público um problema, que entendemos que já era sabido de anos, mas que o governador por questões políticas ocultou até a crise chegar nas torneiras, o povo de rua começa a ser atingido no seu dia a dia de que forma:

Os bares e comércios das regiões que possuem uma quantidade considerável de moradores de rua começam a negar água, com a desculpa da crise (como se os maiores culpados da crise fosse a população e não as empresas ou o governo).

Nos serviços da assistência começa ocorrer racionamento o que dificulta a preparação dos alimentos (nos serviços que servem refeições), os banhos, a lavagem de roupas ou o consumo diário e necessário para a sobrevivência.

Em reivindicações feitas a prefeitura de São Paulo promete medidas de emergência, medidas que até hoje não se tornam concretas.

Nos braços abertos as pessoas que já vinham recebendo um trato vertical e regras rígidas agora sofrem com a água, pois como relatado em vídeos são 10 banhos de manhã e 10 a tarde para uma quantidade de mais 300 pessoas próximas aos serviços. Além do racionamento que eles sofrem nos hotéis que a prefeitura aluga.

E a problemática tornam-se ainda maior quando grupos que se dizem representantes do povo de rua passam indiferente aos acontecimentos. Não se sabe de nenhuma ação de grupos como o comitê pop rua (que atua dentro da Secretaria de Direitos Humanos para uma real cobrança de ação do poder público).

O problema quando os serviços fecham as pessoas ficam sem nenhum acesso a pouca água que resta, além que tanto a defesa civil quanto a sabesp nada fazem a respeito desta população, mostrando mais uma vez que quando se trata de pobres são os primeiros afetados pelas crises.



Poderíamos relatar muitos outros problemas, pois os relatos são diversos e além dos relatos existe o medo destas pessoas começarem a morrer de sede o que seria o cumulo de uma cidade que se diz a mais rica do país (e também a mais desigual) agora além de todos os problemas destinar o povo de rua a sede, sem nenhum tipo de ação emergencial. É preciso dizer que aqueles que estão em situação de rua em áreas mais periféricas como São Mateus e Guaianazes, na Zonas leste, sofrem também.

Além de todo o verticalismo e repressão que o povo de rua sofre nos programas que dizem ser para atende-los agora vemos o desespero de muitos por conta da água, água que não falta nas regiões nobres. Lembramos que além de todas as dificuldades que se enfrentam nas ruas temos a questão de que não há nem reservatórios para acumulo de água potável para o povo de rua e os ditos direitos humanos mais uma vez continuam mudos diante de problemas de sobrevivência.

Nos gabinetes discutem-se questões que já poderiam ter sido resolvidas com o povo de rua e trabalhadores, mas as diferenças e interesses políticos entre prefeitura e estado fazem um jogar a culpa no outro. Diante disto mais uma vez vemos que falta vontade política, pois quando se trata de água há demora, mas quando é repressão ai município e estado não demoram em agir com violência.

O município e o estado agora violentam mais uma vez o povo de rua, agora com a sede.

TAG\_TITULO\_INICIO A DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARA O POVO DE RUA E A RESISTENCIA DO POVO DA RADIAL. TAG\_TITULO\_FIM

TAG\_DATA\_INICIO 30/05/2015

TAG\_DATA\_FIM

Ontem (29/05) mais uma vez o poder público através de direitos humanos, Assistência Social, sub Mooca e outras entidades se reunia para decidir a vida do povo de rua e dos trabalhadores da região da radial leste. Como de costume não tinham convidado os trabalhadores e nem o povo derua das regiões discutidas.

O que era discutido era mais um espaço (que já tem uma ONG para gerenciar), na rua Cajuru 372 no Belém espaço em área nobre, um galpão que pretende concentrar os viadutos Mooca, Bresser e Alcântara Machado. Espaço que não foi discutido com o povo de rua e nem trabalhadores, mas que mais uma vez foi pensado pelos verticalistas e ditos “representantes” do povo de rua que não conseguem mesmo entender o que o povo de rua pede ou entender o contexto dos mesmos.

O fato de tirar o povo de rua da radial é político, é querer tirar eles da vista e da proximidade do centro da cidade, além dos condomínios que vem sendo construídos próximos ao viaduto que já exercem pressão, da subprefeitura da Mooca que violenta e tenta expulsar o povo de rua todos os dias e do vereador Adilson Amadeu que mostra a cada dia que pobre para ele é um problema.

Mesmo não sendo convidados comparecemos com o povo de ruados viadutos citados e foram feitas muitas falas de protesto contra mais esta decisão vertical, falas do tipo “não fomos consultados” “ Mais uma vez o poder público não cumpre sua palavra” “queremos moradia” além de protestos contra os possíveis fechamentos dos espaços que o povo de rua construiu debaixo desses viadutos, espaços que hoje eles reivindicam como deles.

O mais absurdo que depois de tudo que foi decidido por eles é querer apresentar um espaço para que o povo de rua conhecesse sua nova reserva. Diante disto deixamos claro que não haverá participação nem de povo de rua e nem de trabalhadores em questões que já foram decididas e que não levaram em consideração a voz do povo e dos trabalhadores.

Se dizem abertos ao diálogo, mas todos os dias são participantes da violência que povo da radial sofre, falam em dialogo mas as decisões finais são tomadas por eles, pois eles ditam o que é melhor para o povo mesmo sem conhecimento de contextos. Estão acostumados a ver moradores de rua pela TV.

Falam em política nacional, política esta que não conhece as realidades do povo e sua diversidade, pois política para estas pessoas é prender e controlar os pobres dentro de espaços institucionais e com ONGs por trás. E o fechamento dos espaços que o povo reivindica e a repressão que acompanha a retirada dos barracos após este processo é inadmissível, pois querem varrer o povo da radial leste.

Diante destas ações verticalistas e repressoras o povo de rua, trabalhadores, CATSO e Pastoral do Povo de Rua deixaram claro que:

Não aceitamos esta reserva na qual querem concentrar o povo da radial leste.

Entre política nacional e o que povo pede ficamos com o pedido do povo.

Repudiamos as ações verticalistas e higienistas da SUB Mooca, Prefeitura de São Paulo, Movimentos ligados ao poder público (vínculos notórios) e representantes com cabeça de burocratas e coração de madeira.

Os viadutos são do povo, pois há mais de 30 anosas pessoas nas suas casas (Malocas) que hoje já possuem seus pertences para o mínimo de vida, pois enquanto não há moradias (e albergue não é moradia) as malocas são casas.

Continuaremos na luta com aqueles que fizeram a opção de rua, ou seja, que por conta de várias gerações de rua não quiserem sair das ruas, diante desta realidade então que a cidade se adapte ao povo que decidir continuar nas ruas.

O povo decidiu que quer os espaços e mesmo com as desculpas da prefeitura de que não se pode ter espaços debaixo de viadutos, apontamos uma série de locais debaixo de viadutos. E entendemos que quando a prefeitura quer conceder benefícios aos mais ricos ela dá seu jeito, então se faça o mesmo com o povo de rua e trabalhadores.

O fim imediato da violência na radial leste por parte da Prefeitura de São Paulo e do Governo do Estado.

E o mais importante QUE HAVERÁ RESISTÊNCIA!!!

Obs. No final da reunião duas viaturas da PM chegaram até o local e um dos Policiais com o Fuzil em mão ficou encarando o povo do lado de fora. Os PMs foram conversar direto com o Subprefeito da Mooca Evandro Reis.

### ANEXOS 3: LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO<sup>79</sup>

Prezado(a) Senhor(a),

O pedido de informação abaixo foi analisado e teve resposta na data 22/12/2020.

Protocolo: 53619

Requerente: GUILHERME GIULIANO NICOLAU

Data de Abertura: 08/12/2020

Prazo de atendimento: 28/12/2020

Órgão da solicitação: SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana

Solicitação do requerente: Prezados, Sou pesquisador científico sobre segurança pública e estou com dificuldades de acessar alguns dados. Preciso produzir mapas georreferenciados da região do 'Centro Expandido + Santana'. Preciso dos endereços das BASES MÓVEIS DA GCM dessa área. Quando consultei o mesmo para a Polícia Militar junto ao Governo do Estado me disseram que poderia facilitar (no caso deles) caso eu pedisse o itinerário das Bases Móveis, já que ele pode variar no tempo. No meu caso, preciso de apenas uma amostragem, então poderia ser o itinerário mais recente e acessível, caso isso facilite o trabalho de vocês em ceder-me os endereços das Bases Móveis (ou, caso o que foi sugerido no caso do Governo do Estado não seja válido para vocês, poderiam fazer de outra forma também). OBS: fiz outra solicitação com todos os endereços da SMSU, não é a mesma coisa, já que aqui estou pedindo especificamente sobre as Bases Móveis (pensei que elas poderiam passar despercebidas na outra solicitação e optei por fazer uma solicitação própria disso, já que é um caso particular, bem específico e, na verdade, esses são os dados que mais preciso e que não poderiam ser ignorados).

Resposta: Prezado munícipe, A Secretaria Municipal de Segurança Urbana, informa que os endereços das Bases móveis são: Largo da Concórdia, Parque Ibirapuera, Praça Agente Cícero

---

<sup>79</sup> Tivemos muitas dificuldades em ter acesso a diversas informações. Tomaram muito tempo, algumas não deram respostas satisfatórias, outras disseram que não poderiam fornecer os dados por questão de segurança. Não fomos os únicos a ter esse problema e, devido a isso, enquanto pedíamos dados, criaram uma secretaria da prefeitura para lidar com a disponibilização dos documentos das subprefeitura. De qualquer forma, encontramos parte do material por API do Google Maps e através de contatos internos do departamento que eram próximos da PM e GCM - a eles, agradeço pelo material que possibilitou essa pesquisa. Decidi tornar disponível as minhas solicitações porque acredito ser um material importante para mostrar como utilizamos a LAI.

(Brás), Praça Roosevelt, Clube Escola Móoca, Parque da Luz Rua Prates com Rua Ribeiro de Lima), Teatro Municipal, Comunidade do Cimento (Av. Radial Leste), Clube Escola Móoca, Hospital das Clínicas, Praça Dom Orione. Esclarecemos que estas são diretamente empregadas no serviço operacional e são passíveis de realocações em face da demanda do serviço. Atenciosamente, Alexandre Augusto Ocampos de Souza Chefe de Gabinete Secretaria Municipal de Segurança Urbana

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção do menu do sistema "Consultar Pedido".

Atenciosamente,

=====

Prezado(a) Senhor(a),

O pedido de informação abaixo foi analisado e teve resposta na data 26/06/2019.

Protocolo: 40419

Requerente: GUILHERME GIULIANO NICOLAU

Data de Abertura: 11/06/2019

Prazo de atendimento: 01/07/2019

Órgão da solicitação: SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana

Solicitação do requerente: Caros, Sou pesquisador da Universidade de São Paulo. Gostaria de informações de 1) como é o entendimento e como caminha a integração das polícias (federal, civil, militar e GCM), no ponto de vista do Município e da GCM; 2) Gostaria de entender como o a segurança pública do Município se integra nos amplos programas nacionais como o SUSP (antigo PRONASCI), ou seja, da Defesa Nacional à Polícia Comunitária e segurança dos bairros. Atenciosamente, Guilherme Giuliano Nicolau

Resposta: Prezado Guilherme, O Comando Geral da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo informa que o atendimento ao munícipe é feito dentro das normas e protocolos vigentes, buscando a melhor prestação de serviço ao cidadão. Em relação à integração das forças policiais, a GCM entende que tem sido

satisfatória, quer seja em operações especiais, grandes eventos, ou em ações cotidianas, havendo uma colaboração recíproca entre os agentes, dentro das suas competências legais e respectivas áreas de atuação. Quanto à atuação dentro dos programas de proteção que desenvolve, a GCM realiza as seguintes atividades: proteção escolar; proteção ao espaço público; proteção ao patrimônio público; proteção ao agente público; proteção ambiental; proteção a pessoas em situação de rua e risco; proteção a pessoas e policiamento preventivo com vistas à diminuição de crimes de oportunidade. Desta forma, a GCM alcança todas as camadas sociais, serviços, bens e instalações, cumprindo seu papel, conforme previsão no art. 144, § 8º, da Constituição Federal, e nos termos da Lei 13.022/2014. Portanto, sua atuação é objetiva e assertiva, buscando propiciar maior segurança ao cidadão, atuando na prevenção de crimes, e integrando-se nos programas do PRONASCI, com o desenvolvimento do policiamento preventivo e comunitário. Atenciosamente, Reynaldo Priell Neto Chefe de Gabinete Secretaria Municipal de Segurança Urbana

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção do menu do sistema "Consultar Pedido".

Atenciosamente,

=====

Prezado(a) Sr(a) GUILHERME GIULIANO NICOLAU,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 568371910980, data 29/05/2019, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Polícia Militar do Estado de São Paulo  
SIC: Polícia Militar do Estado de São Paulo

Solicitação:

Caros, gostaria de dar prosseguimento e pedir mais informações referente ao que me foi fornecido pelos protocolos 46194197602 e 46485197605.

1) Foram duas solicitações de dois espaços diferentes que vocês responderam de forma conjunta; precisaria saber quantas e quais operações policiais aconteceram para CADA UM dos

espaços chamados 'Comunidade do Cimento' e 'Viaduto Alcântara Machado';

2) Os dados solicitados foram entre 2008 e 2019, vocês forneceram apenas entre 2017 e 2019. Tudo bem se não conseguir retroceder exatamente até 2008, mas apenas 2 anos não me serve, já que é para uma pesquisa em série histórica;

3) Poderiam me descrever melhor o que significa CADA UMA dessas operações? Operações "Endurance", Operação "Madrugada Segura", Operações "Piratininga", Operações "Servir e Proteger", Operações "DEJEM", e QUALQUER OUTRA que por ventura possa a ser adicionada com essa nova solicitação em novas datas?

4) Gostaria das informações detalhadas para cada uma dessas operações, como efetivo policial (e quais), equipamentos, veículos, armamento, armamento utilizado (balas, bombas etc, número), orçamento, apreensões, detenções, objetivo, resultado; ou ao menos os dados detalhados como costumam divulgar;

Obrigado,

Resposta:

Prezado Sr. Guilherme.

Em resposta aos seus questionamentos sobre as Operações realizadas na Comunidade do Cimento e no Viaduto Alcântara Machado, informo de início, toda operação policial se baseia na Missão Constitucional da Polícia Militar, ou seja no policiamento ostensivo preventivo e são desenvolvidas com base nos índices criminais.

Com relação ao

Item 1:

Esclareço que foram respondidas de forma conjunta, pois não há diferenciação, em virtude da proximidade dos locais, entre as Operações para a "Comunidade do Cimento" e para o "Viaduto Alcântara Machado" assim, contemplam toda região.

Conforme informado nas demandas referenciadas, 46194197602 e 46485197605, seguem abaixo, os dados de 2017 a 2019,

- no ano de 2017 foram realizadas um total de 33 (trinta e três) Operações, sendo 32 (trinta e duas) Operações "Endurance" e 1 (uma) Operação "Madrugada Segura",  
- no ano de 2018 foram realizadas um total de 30 (trinta) Operações, sendo 8 (oito) Operações "Piratininga", 17 (dezesete) Operações "Servir e Proteger" e 5 (cinco) Operações "Endurance" e,  
- no ano de 2019 até o dia 03 de maio de 2019, foram realizadas 112 (cento e doze) Operações, sendo 103 (cento e três) Operações "Servir e Proteger" e 09 (nove) Operações "DEJEM".

Item 2:

Não há sistematização dos dados anteriores a 2017, motivo pelo qual não foram incluídos.

Item 3:

Todas as operações realizadas pela Polícia Militar recebem uma denominação que pode ser originada em virtude da atividade, dos nomes de locais, os períodos de vigência e os horários de desencadeamento.

Assim, as operações Endurance, Madrugada mais Segura, Piratininga e Servir e Proteger, foram "Batizadas" de acordo com esses fatores.

Já as Operações DEJEM significam Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar, e recebem esse nome devido à Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013 de São Paulo.

Esclareço que, apesar das denominações distintas, tais operações tiveram a mesma finalidade, a redução dos indicadores criminais, correlatos aos delitos de latrocínio, roubo de carga, roubo de veículo e roubo-outros.

As Operações ocorrem com a intensificação do policiamento ostensivo nos pontos de maior incidência desses tipos de delito e, também, em locais com grande concentração de pessoas.

Item 4:

Quanto aos demais dados solicitados, quantidade e tipo de armamento utilizado, efetivo policial, viatura são salvaguardados pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) pois, o acesso ao planejamento da operação seria prejudicial ao desenvolvimento das atividades de polícia, ao



combate à criminalidade e ao reestabelecimento da ordem pública.

Atenciosamente

Capitão PM Maria Luciene Pardal Panzarini  
Responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão da Polícia Militar do Estado de São Paulo - SIC PM

=====

Prezado(a) Sr(a) GUILHERME GIULIANO NICOLAU,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 595011911954, data 11/06/2019, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Polícia Militar do Estado de São Paulo  
SIC: Polícia Militar do Estado de São Paulo

Solicitação:

Caros, Sou pesquisador da Universidade de São Paulo. Gostaria de informações de 1) como é o entendimento e como caminha a integração das polícias (federal, civil, militar e GCM), no ponto de vista do Governo do Estado no Município de São Paulo; 2) Gostaria de entender como o a segurança pública do Estado se integra nos amplos programas nacionais como o SUSP (antigo PRONASCI), ou seja, da Defesa Nacional à Polícia Comunitária e segurança dos bairros. Atenciosamente, Guilherme Giuliano Nicolau

Resposta:

Prezado Senhor Guilherme,

1) Como é o entendimento e como caminha a integração das polícias (federal, civil, militar e GCM), no ponto de vista do Governo do Estado no Município de São Paulo;

A Polícia Militar no Município de São Paulo e nos demais do Estado trabalha dentro de Padrões e conforme a competência delimitada para sua atuação dentro das legislações em vigor.

2) Gostaria de entender como o a segurança pública do Estado se integra nos amplos programas nacionais como o SUSP (antigo PRONASCI), ou seja, da Defesa Nacional à Polícia Comunitária e segurança dos bairros:

Com base na Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade, informo que a Polícia Militar, é constitucionalmente responsável pelo policiamento ostensivo preventivo, a qual exerce o seu papel de preservação da ordem pública integrada e respeitando as outras forças de segurança.

A Instituição tem como base a filosofia da Polícia Comunitária e os preceitos dos Direitos Humanos em todas possibilidades de sua atuação na segurança dos bairros de todo Estado.

Atenciosamente

Capitão PM Maria Luciene Pardal Panzarini  
Responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão da Polícia Militar do Estado de São Paulo - SIC PM

=====

Boa tarde,

Sobre o Programa Recomeço, temos a informar o que segue:

No âmbito estadual a Secretaria do Desenvolvimento Social - SEDS, executa o Programa Recomeço - Uma Vida sem Drogas. Normatizado por: Decreto Estadual nº 59164 de 09/05/2013, Decreto Estadual nº 59684 de 30/10/2013, Decreto Estadual nº 61674 de 02/12/2015, Resolução SEDS-8 de 04/05/2017, Resolução Conjunta-1 SEDS/SES de 04/05/2017, Resolução Conjunta-1, SEDS/SEE/SES/SSP/SJDC de 05/12/2017.

Sendo uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que promove a PREVENÇÃO do uso indevido de drogas, o CONTROLE E REQUALIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS degradados em virtudes das cenas de uso, ACESSO À JUSTIÇA E A CIDADANIA, APOIO SOCIOASSISTENCIAL e TRATAMENTO médico aos dependentes de substâncias psicoativas, suas famílias e comunidade.

Compreendendo a dependência química como um fenômeno biopsicossocial, cuja superação depende da garantia de uma rede de proteção social multidisciplinar e intersetorial, o "Programa Recomeço: uma vida sem drogas" atua por meio de ações integradas das diferentes Secretarias em especial, da Secretaria da Saúde, da Justiça e Cidadania, da Educação e da Segurança Pública e demais órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, bem como organizações sociais com interesses convergentes aos objetivos do Programa.

O objetivo do Programa é proporcionar condições para uma vida saudável e digna, auxiliando os dependentes de substâncias psicoativas, seus familiares e comunidade a trilharem da melhor maneira possível o caminho para a recuperação. Todo o atendimento tem caráter gratuito e atende a todo cidadão que dele necessitar.

O Programa Recomeço conta com serviços de atenção à saúde e em especial na cidade de São Paulo o Centro de Referência em Tratamento de Tabaco, Álcool e outras Drogas- CRATOD com sede à Rua Prates, nº 165 - bairro da Luz/São Paulo- capital, faz avaliação diagnóstica e início do acompanhamento por um equipamento de saúde, que dará o respaldo necessário, gratuitamente, com relação a dependência de substâncias psicoativas. No âmbito do estado os atendimentos são realizados pela rede da Saúde no território.

Com uma abordagem voltada a reintegração familiar, reinserção social, qualificação profissional, busca da autonomia e convivência entre os pares as Comunidades Terapêuticas (70 serviços) compõem a Rede Recomeço de atenção a população usuária de substâncias psicoativas.

Atenciosamente,

Desenvolvimento Social/SIC

=====

Prezado(a) Senhor(a),

Seu pedido de informação foi registrado com sucesso e recebeu o número de protocolo : 40960

Requerente: GUILHERME GIULIANO NICOLAU

Data de abertura: 09/07/2019

Prazo de atendimento: 29/07/2019

Órgão da solicitação: SERS - Secretaria Especial de Relações Sociais

Solicitação do requerente: Prezados. Faço pesquisa científica na universidade e trabalhamos com documentos públicos para formação de banco de dados, através da linguística computacional (automatizado). Escolhemos alguns conjuntos de documentos para testes, entre eles atas de reuniões dos Conselhos Participativos das Subprefeituras de São Paulo. Acontece que tenho dificuldades de pedir esse material para as Subprefeituras (também estou pedindo via SIC), que não está completo e uniforme nos canais institucionais, tampouco na sua forma original e simplificada. Após muitas solicitações e recursos, um dos órgãos informou-me ser de responsabilidade da SERS o controle da transparência dos Conselhos Participativos. A Subprefeitura da Sé é o único caso exemplar, que já tem disponível tudo online e organizado de 2014-2019, mas estão ausentes os documentos da seção Paulista. No caso da Subprefeitura da Mooca ainda estou aguardando o processo, já estão atualizando o site após a minha solicitação, ainda faltam alguns anos e pediram-me para aguardar (um prazo longo), mas nada está garantido. Em outros casos ainda estão dificultando bastante. Ora dizem-me a resposta padrão de todas as Subprefeituras para procurar no Diário Oficial - o que não faz sentido, já que no diário oficial tem tudo sobre tudo e eu sequer sei as datas das reuniões, deve existir um arquivo físico ou digital original com esse material, para consulta. Ora dizem que esse arquivo é de responsabilidade exclusiva dos Conselhos Participativos (e quem é responsável pelo controle seria a SERS?). Ora dizem que apenas podem disponibilizar os documentos da atual gestão - e, então, onde estão os documentos públicos das gestões anteriores, que eu tenho

direito de consultar? Por quê, enquanto instituição pública e cidadã, haveria interrupção de transparência de documentos públicos entre uma gestão e outra? Cheguei mesmo a sugerir, como fiz com os CONSEGS (em outra solicitação, para o Governo do Estado), de consultar as atas de forma presencial e tirar fotos (apesar de eu preferir no formato digital original), e tampouco isso se mostraram disponíveis. Todas as respostas me pareceram insatisfatórias ou ainda bastante problemáticas. CONCLUSÃO: a SERS poderia ajudar-me a conseguir esses documentos com as Subprefeituras e seus respectivos Conselhos; no momento estou solicitando as atas das reuniões dos Conselhos Participativos das Subprefeituras: Mooca, Sé/Paulista, Vila Mariana, Ipiranga, Pinheiros, Santana/Tucuruvi, dos anos de 2014 a 2019, e já foram diversos recursos com um tempo longo de espera que acaba por atrasar nosso trabalho, está bastante difícil e peço ajuda. Além disso, a médio prazo, poderiam pressioná-las para todas deixarem disponíveis online em seus canais oficiais, de forma uniformizada (me parece que a Subprefeitura da Sé pode ser tomada como exemplar), de forma fácil, original e simples (disponibilizar a ata por si, e não no Diário Oficial junto com outros documentos de outras naturezas); enquanto cidadãos temos direito a ter acesso fácil e de forma simples a esses documentos públicos de interesse popular. Obrigado.

O pedido de informação deverá ser processado no prazo de até 20 (vinte) dias, estabelecido no § 2º do art. 18 do Decreto Municipal 53.623/2012. Esse prazo poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, conforme dispõe o art. 19 do mesmo decreto.

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção menu do sistema "Consultar Pedido"

Atenciosamente,

=====

Prezado(a) Senhor(a),

O recurso de 1ª Instância detalhado abaixo foi registrado no e-SIC.

Protocolo: 40414

Requerente: GUILHERME GIULIANO NICOLAU

Data de abertura: 11/06/2019

Data de abertura do recurso de 1ª Instância: 01/07/2019

Prazo de Atendimento: 06/07/2019

Órgão da solicitação: Subprefeitura Ipiranga

Solicitação do requerente: Prezados. Sim. Acontece que tenho dificuldades de pedir esse material para as subprefeituras (também estou pedindo via SIC), que não está uniforme nos canais institucionais e entendo ser responsabilidade da Coordenadoria garantir essa uniformidade, padrão e transparência dos órgãos que são subordinados, mesmo que possuam autonomia (accountability seria o termo técnico-administrativo, sempre deve existir alguém a ser responsável e outro alguém a ser responsabilizado). 1) A Subprefeitura da Sé é o único caso exemplar, que já tem disponível tudo online e organizado de 2014-2019, e isso então já tenho resolvido. No caso da Subprefeitura da Mooca ainda estou aguardando o processo, já estão atualizando o site após a minha solicitação, ainda faltam alguns anos e pediram-me para aguardar, até então estão sendo prestativos; 2) Mas no caso de Pinheiros, Santana e Vila Mariana estão dificultando bastante. Ora dizem-me a resposta padrão de todas as subprefeituras para procurar no Diário Oficial - o que não faz sentido, já que no diário oficial tem tudo sobre tudo e eu sequer sei as datas das reuniões, deve existir um arquivo com esse material. Ora dizem que esse arquivo é de responsabilidade exclusiva dos Conselhos Participativos (o que não faz sentido, o único órgão que me parece ser responsável por responsabilizar os Conselhos seria a Subprefeitura a qual está subordinado ou órgãos superiores como a Coordenadoria ou o Prefeito). Ora dizem que apenas podem disponibilizar os documentos da atual gestão - e, então, onde estão os documentos públicos das gestões anteriores, que eu tenho direito de consultar? Por que, enquanto instituição pública e cidadã, haveria interrupção de transparência de documentos públicos entre uma gestão e outra? Cheguei mesmo a sugerir, como fiz com os CONSEGS (em outra solicitação, para o Governo do Estado), de consultar as atas de forma presencial e tirar fotos (apesar de eu preferir no formato digital original), e tampouco isso se mostraram disponíveis. Todas as respostas me pareceram insatisfatórias ou ainda bastante problemáticas. CONCLUSÃO: a Coordenadoria poderia ajudar-me a conseguir esses

documentos com as subprefeituras, além pressioná-las para todas deixarem disponíveis online e de forma uniformizada (me parece que o exemplo seria a Subprefeitura da Sé que parece completa); da minha solicitação do da Sé já está resolvido, e o da Mooca aparentemente está caminhando bem e bastante prestativo. Mas no caso de Vila Mariana, Pinheiros, Ipiranga, Santana/Tucuruvi, está bastante difícil. Obrigado.

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção menu do sistema "Consultar Pedido"

Atenciosamente,

=====

Prezado(a) Senhor(a),

O recurso 2ª Instância detalhado abaixo foi registrado no e-SIC.

Protocolo: 40417

Requerente: GUILHERME GIULIANO NICOLAU

Data de abertura: 11/06/2019

Data de abertura do recurso de 2ª Instância: 25/06/2019

Prazo de atendimento: 13/07/2019

Órgão da solicitação: Subprefeitura Vila Mariana

Solicitação do requerente: Prezados, 1) Não faz sentido as atas serem de responsabilidade exclusiva dos conselhos por diversos motivos, mas posso pontuar dois: os conselhos são parte integrante e infra-institucional das subprefeituras; mais, todos os órgãos devem ter - com o perdão do termo técnico - 'accountability', ou seja, algum mecanismo de controle, transparência e esclarecimento, que a princípio me parece cada subprefeitura ser responsável por isso frente aos conselhos. Ou, por favor, gostaria de informações a quem posso recorrer, via Lei de Acesso a Informação, as atas desses conselhos. 2) Por que não é possível informar as publicações das gestões passadas, o que muda de uma a outra (me interessa saber isso também)? 3) Deve existir algum arquivo ou acervo das atas das reuniões dos conselhos em gestões anteriores, afinal são documentos públicos; nem que seja para consulta presencial e que posso tirar fotos (prefiro, porém, o original

digital), como já fiz, por exemplo, na Coordenadoria dos CONSEGS vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado, e imagino que não deveria ser muito diferente em qualquer outra secretaria na esfera municipal. Atenciosamente, Guilherme Giuliano Nicolau

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link: <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção menu do sistema "Consultar Pedido"

Atenciosamente,

=====

Prezado(a) Senhor(a),

O recurso de 1ª instância detalhado abaixo foi respondido na data 16/07/2019.

Protocolo: 40415

Requerente: GUILHERME GIULIANO NICOLAU

Data de abertura: 11/06/2019

Data de abertura do recurso de 1ª instância: 16/07/2019

Prazo de atendimento: 16/07/2019

Órgão da solicitação: Subprefeitura Pinheiros

Solicitação do requerente: Exijo, por favor, que tornem disponíveis as atas que estão faltando. Reitero meu pedido e encaminho em cópia solicitação que estou fazendo via SIC para a SMSUB: Prezados. No meu caso não convém as hipóteses do inciso III do "caput" e do § 1º deste artigo. Ao contrário, exijo enquanto cidadão o meu direito de acesso a informação e consulta a documentos públicos e seu arquivo. Mais, exijo que seja disponível de forma fácil e simples nos canais oficiais, como já está apenas parcialmente - exijo em totalidade. Não peço para que sejam feitos trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade. Mais, sou justamente EU que reivindico o § 1º, onde diz que a informação será disponibilizada ao requerente da mesma forma que se encontrar arquivada ou registrada no órgão ou entidade municipal, não cabendo a estes últimos realizar qualquer trabalho de consolidação ou tratamento de dados, tais como a elaboração de



planilhas ou banco de dados: estou exigindo essa documentação EXATAMENTE sem tratamento e que seja disponível de forma pública, nem que seja para consulta física e presencial em ARQUIVO - esses documentos devem estar em algum lugar e com fácil acesso (não faz sentido eu fazer um trabalho arqueológico, eles devem estar disponíveis e fáceis de acessar!). Mais, ainda reivindico o § 4º, já que me dizem que não há arquivo das gestões anteriores. Ainda mais, reivindico § 5º em que diz que, verificada a hipótese prevista no § 4º deste artigo, no qual diz que o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação. Ainda reivindico o controle de transparência pelo organismo responsável sobre as Suprefeituras em seus canais oficiais. Já investiguei a respeito e descobri que não sou o único que tem dificuldade de acesso a essa documentação, com manifestações públicas de organizações da sociedade com essa mesma dificuldade, que fez com que houvesse a criação da SERS, da qual também estou enviando as solicitações, mas que entendo que a sua responsabilidade é COMPLEMENTAR e não ÚNICA. Por isso reitero minha solicitação com a SMSUB na responsabilidade de garantir a padronização dos serviços prestados pelas Subprefeituras (serviços, como por exemplo, de publicização e transparência), conforme consta na Lei nº 17.068/2019, art 18, em que diz que: a Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSUB tem por finalidade atuar em prol da descentralização administrativa do Município e auxiliar as Subprefeituras na articulação e na integração das iniciativas intersetoriais desenvolvidas em seus territórios, coordenar iniciativas que promovam a padronização dos serviços prestados aos cidadãos pelas Subprefeituras, bem como gerir a política e as ações de abastecimento e de desenvolvimento rural sustentável e solidário no Município além de atuar, sem prejuízo das finalidades dos demais órgãos, na execução de assuntos referentes a uso e ocupação do solo e serviços públicos definidos em legislação específica, e executar atividades compatíveis e correlatas com a sua área de atuação. Atenciosamente, Guilherme Giuliano Nicolau

Resposta: Prezado requerente: Em atendimento ao recurso apresentado no e-SIC registrado sob o nº 40.415 e em cumprimento ao Decreto nº 53.623/2012, que regulamenta a Lei Federal nº 12.527/2011 e suas posteriores alterações, lamentamos informar que todas as atas desta gestão já foram

disponibilizadas e que não logramos êxito em localizar os relatórios e atas anteriores. Não há registros nas áreas técnicas consultadas nesta Subprefeitura. Agradecemos o vosso interesse, Atenciosamente, Luiz Fernando Alfredo da Silva Chefe de Gabinete Subprefeitura de Pinheiros

Para obter detalhes do pedido de informação registrado, acesse o e-SIC pelo link <http://esic.prefeitura.sp.gov.br> e clique na opção do menu do sistema "Consultar Pedido".

Atenciosamente,

=====

Prezado(a) Sr(a) Nicolau,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 77005213127, data 03/02/2021, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento  
SIC: Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento

Solicitação:

Prezados, sou cientista social e pesquisador. No estudo que estou fazendo preciso ter acesso aos convênios que a Cáritas (Igreja Católica) mantém com o Governo de São Paulo em suas diferentes secretarias (Desenvolvimento Social, Saúde etc etc), assim como as execuções orçamentárias junto a essas OSCs. Pela pesquisa que conduzi encontrei alguns CNPJs, mas podem existir mais e, se existirem, TAMBÉM ME INTERESSAM. Entre os que encontrei são os seguintes. Para a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo consta CNPJ: 62.021.308/0001-70; Cáritas Brasileira consta CNPJ: 33.654.419/0001-16; Caritas Brasileira Regional de São Paulo consta CNPJ: 33.654.419/0009-73; CARITAS DIOCESANA DE CAMPO LIMPO-CDCL consta o CNPJ: 64.033.061/0001-38; Caritas Diocesana do Campo Limpo também consta CNPJ: 64.033.061/0078-17; Caritas Diocesana Região Belém consta CNPJ: CNPJ 62.021;308/0009-28; Caritas Diocesana Região Sé consta CNPJ 62.021.308/0008-47; Caritas Diocesana Região Brasilândia consta CNPJ 62.021.308/0005-02; Caritas Diocesana Região Ipiranga consta CNPJ 62.021.308/0006-85; Caritas Diocesana Região Lapa consta CNPJ 62.021.308/0007-66; Caritas Diocesana Região Santana

consta CNPJ 62.021.308/0004-13; Centro Social Caritas consta CNPJ: 54.408.265/0001-52; etc.

Resposta:

Prezado Senhor Guilherme,

Em atendimento ao seu protocolo SIC nº 77005213127, segue retorno da área responsável:

Referente à solicitação aos Convênios da Cáritas, estão disponibilizados o acesso público no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento, através do link abaixo:

<https://www.fazenda.sp.gov.br/TransferenciaVoluntaria/Sistema/Novo/PesquisaComposta.aspx>

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

[sic@fazenda.sp.gov.br](mailto:sic@fazenda.sp.gov.br)

Avenida Rangel Pestana, 300 - São Paulo - SP - CEP 01017-911

[www.fazenda.sp.gov.br/sic](http://www.fazenda.sp.gov.br/sic)

[www.sic.sp.gov.br](http://www.sic.sp.gov.br)

=====

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A maior parte desse material você pode encontrar salvo e disponível em drive pessoa.

**MATERIAL PRIMÁRIO.** Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1lawwWHE5NKPU8Be5MntCdeK\\_ahf5ofwc?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1lawwWHE5NKPU8Be5MntCdeK_ahf5ofwc?usp=sharing). Acesso em: <02/02/2022>.

### A.

ABECAL, Associação Beneficente Caminho de Luz. **Proposta de Trabalho. Centro de Acolhida para adultos II por 24 horas atende Roberto Marinho.** Supervisão de Assistência Social de Santo Amaro - SAS/SA. 2017.

\_\_\_\_\_. Associação Beneficente Caminho de Luz. **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA.** Edital n. 187/SMADS/2018. Processo SEI n. 6024.2018/0002199-0.

ABILUMI. **Prefeitura de São Paulo lança programa de combate à pirataria.** Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Produtos de Iluminação. Tributário. Disponível em: <https://www.abilumi.org.br/prefeitura-de-sp-lanca-programa-de-combate-pirataria/>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

ABIÓPTICA. **Em ação inédita, entidades ópticas e Prefeitura de São Paulo firmam parceria para combater pirataria e ilegalidade no setor.** Portal Online Abióptica. Disponível em: <https://www.abioptica.com.br/em-acao-inedita-entidades-opticas-e-prefeitura-de-sao-paulo-firmam-parceria-para-combater-pirataria-e-ilegalidade-no-setor/>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

ABRAMS, Philip. **Notes on the Difficulty of Studying the State (1977).** In: Journal of historical sociology, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.

ABRAND. **Programa de Braços Abertos do Município de São Paulo.** Disponível em: <http://abramd.org/wp-content/uploads/2015/03/SP-DeBra%C3%A7osAbertos.pdf>

[df](#)>. Acesso em: <02/02/2022>.

ACIDIGITAL. **Em entrevista, Papa reitera que o aborto é como um matador de aluguel que tira a vida.** Disponível em: <<https://www.acidigital.com/noticias/em-entrevista-papa-reitera-que-o-aborto-e-como-um-matador-de-aluguel-que-tira-a-vida-18983?fbclid=IwAR299QrA4PwhBxPV39P5hswuiEVMK9kn9EJyhL3SXk7Yw4qwJF3crWZ5GFE>>. Acesso em: <11/11/2021>

ADAMS, Julia; KEANE, Webb; DUTTON, Michael. **The politics of method in the human sciences: Positivism and its epistemological others.** Duke University Press, 2005.

ADESAF. **Crack e Outras Drogas.** Disponível em: <[http://adesaf.org.br/livro/Material\\_DBA\\_em\\_curvas\(1\).pdf](http://adesaf.org.br/livro/Material_DBA_em_curvas(1).pdf)>. Acesso em: <02/02/2022>.

ADORNO, Theodor; FRENKEL BRUSWIL, Else. 2019 **The Authoritarian Personality.** Verso Books: New York.

AELO, Oscar. **“El Partido Peronista argentino: diseños organizativos y prácticas políticas (1947-1955)”**. Topoi (Rio J.) [online]. vol.17, n.33 [cited 2018-11-14], pp.602-625, 2016.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I.** Belo Horizonte: UFMG, 2007.

AGUIAR, Plínio. **Bruno Covas troca subprefeitos do centro e de outras sete regiões de SP.** R7 Notícias. São Paulo. 04 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/bruno-covas-troca-subprefeitos-do-centro-e-de-outras-sete-regioes-de-sp-04012019>>. Acesso em: <20 de abril de 2021>.

ALCADIPANI, Rafael; HODGSON, Damian. **By any means necessary? Ethnographic access, ethics and the critical researcher.** In: Journal for Critical Organization Inquiry, v. 7, n. 4, 2009.

ALENCAR, Vagner de. **Projeto multimídia retrata a história da Mooca através de uma linha do tempo.** 32x SP. Disponível em:

<<https://32xsp.org.br/2016/08/15/projeto-multimedia-retrata-historia-da-mooca-atraves-de-uma-linha-do-tempo/#:~:text=Projeto%20multimídia%20retrata%20a%20história%20da%20Mooca%20através%20de%20uma%20linha%20do%20tempo,-Por%20Vagner%20de&text=Intitulada%20“Missão%20Mooca”%2C%20o,num%20polo%20de%20economia%20criativa.>>. Acesso em: <20 de novembro de 2020>.

ALMEIDA, Fabricio Bonecini de. **Segurança Pública, Federalismo e Relações Intergovernamentais: Uma Análise Do Programa Nacional De Segurança Pública Com Cidadania (Pronasci)**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política. 161 p. UnB/IPOL, Instituições e Políticas Públicas, 2014.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. **Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo**. In: Tempo Social, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

ALVES, V. S. (2009). **Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas**. Cadernos de Saúde Pública, 25(11), 2309-2319.

AMENDOLA, Gilberto. **A líder comunitária que luta pelo futuro de Heliópolis**. Terra - Cidades. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/a-lider-comunitaria-que-luta-pelo-futuro-de-heliopolis,00d42720215108f7479bf93e5e943223mvm8xql.html>>. Acesso em: <10 de abril de 2021>.

ANDRADE, Luis Martínez. **Defendendo a humanidade**. In: Estudos de Sociologia, v. 15, n. 29, 2010.

ANJOS, A. B. et al. **O polêmico suplente do Major Olimpio**. Agência Pública. Reportagem. 30 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/09/o-polemico-suplente-do-major-olimpio/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.apoio-sp.org.br/quem-somos>>. Acesso em: <08/04/2021>.

SÃO PAULO, Arquidiocese de. **Padre Leandro Rasera Adorno**. Região Episcopal Brasilândia. Clero. Disponível em:

<<http://www.arquisp.org.br/regiaobrasilandia/clero/leandro-rasera-adorno>>. Acesso em: <08 de abril de 2021>.

ASCOM - Associação Comunitária São Mateus. **Quem somos**. Disponível em: <<http://ascom.org.br/sample-page/>>. Acesso em: <20/04/2021>.

ASSEF, Claudia. **Alvará se torna vilão da noite. Falamos com festas, clubes e poder público para entender por que o seu rolê pode estar em risco**. Music Non Stop. Portal UOL. 2017. Disponível em: <<https://musicnonstop.uol.com.br/alvara-se-torna-vilao-da-noite-falamos-com-festas-clubes-e-poder-publico-para-entender-por-que-o-seu-rolê-pode-estar-em-risco/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino; CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. **Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão**. 2014. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/raiane\\_e\\_juliana.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/raiane_e_juliana.pdf)>. Acesso em 21 de Set. de 2021.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2017. Papyrus Editora: São Paulo.

AUGUSTO, Acácio. **“Penalizações a céu aberto, uma política planetária”**, in Ecopolítica, 4: set-dez, 84-101, 2012.

\_\_\_\_\_. **“Penalização a céu aberto, convocação à participação e protagonismo juvenil”**, in Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes 23 a 25 de abril de 2013, UNESP, Araraquara (SP).

AUYERO, Javier. **La política de los pobres: las prácticas clientelistas del peronismo**. Ediciones Manantial, 2001.

\_\_\_\_\_. **La zona gris: violencia colectiva y política partidaria en la Argentina contemporánea**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

\_\_\_\_\_. **Patients of the state: The politics of waiting in Argentina.** Duke University Press, 2012.

\_\_\_\_\_. **Vidas e política das pessoas pobres: as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo.** In: Sociologias, v. 13, n. 28, p. 126-164, 2011.

AZEVEDO, Reinaldo. **Padre Júlio, pede pra sair. Em benefício dos assistidos.** Veja, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/padre-julio-pede-pra-sair-em-beneficio-dos-assistidos/>>. Acesso em: <20/04/2021>.

AZEVEDO, Ana Beatriz. **Minhocão não é sambódromo.** Ambiente Legal. Justiça e Política. Disponível em: <<http://www.ambientelegal.com.br/minhocao-nao-e-sambodromo/index2.html>>. Acesso em: <12 de dezembro de 2020>.

AZEVEDO, Reinaldo. **Quando a pedofilia pode ser só uma cortina de fumaça.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/quando-a-pedofilia-pode-ser-so-uma-cortina-de-fumaca/>>. Acesso em: <02/02/2022>.

A12. **Irmã Judith Lupo é Anjo na Terra.** A12 Redação. Disponível em: <<https://www.a12.com/redacaoa12/igreja/irma-judith-lupo-e-anjo-na-terra>>. Acesso em: <20/04/2021>.

## **B.**

BAEDAN. **Fragments of an Anarchist Anthropology.** 2006. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/baedan-fragments-of-an-anarchist-anthropology>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

BAIOCCHI, Gianpaolo. **“The Ethnos in the Polis: Political Ethnography as a mode of inquiry”**, in Sociology Compass 2(1), pp. 139-155, 2008.



BALDINI, Leandro. **Na divisa de São Bernardo e São Paulo, Morando e Doria integram zeladoria.** Prefeitura de Entregas e Resultados de São Bernardo do Campo. 2017. Disponível em: <[https://www.saobernardo.sp.gov.br/maximizada/-/asset\\_publisher/5cLluTMVcxDN/content/na-divisa-de-sao-bernardo-e-sao-paulo-morando-e-doria-integram-zeladoria?inheritRedirect=false](https://www.saobernardo.sp.gov.br/maximizada/-/asset_publisher/5cLluTMVcxDN/content/na-divisa-de-sao-bernardo-e-sao-paulo-morando-e-doria-integram-zeladoria?inheritRedirect=false)>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

BARBOSA, Antônio Rafael. **“Grade de ferro? Corrente de ouro! Circulação e relações nos meios prisionais”**, in Tempo social, 2013, vol.25, n.1, pp.107-129.

BARTOLINI, Rodolfo. **Só blocos de fora de SP devem ir para a Avenida 23 de Maio.** Band UOL. Entretenimento. 21 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://entretenimento.band.uol.com.br/bandfolia/noticias/100000882283/so-blocos-de-fora-de-sp-devem-ir-para-a-avenida-23-de-maio.html>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

BECK, Ulrich. **Como não se tornar uma peça de museu.** In: Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 2, p. 16-27, 2010.

BELTRÃO, Jornal de. **Vitória de Covas fortalece meu projeto, diz Andrea Matarazzo.** Jornal de Beltrão. Política. 31 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.jornaldebetrão.com.br/noticia/230186/vitoria-de-covas-fortalece-meu-projeto-diz-andrea-matarazzo>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

BENDIX, Reinhard. **Force, Fate and Freedom.** University of California, 1984.

\_\_\_\_\_. **Kings or people: Power and the mandate to rule.** University of California Press, 1980.

\_\_\_\_\_. **Max Weber: an intellectual portrait.** Psychology Press, 1998.

\_\_\_\_\_. **Nation-building and citizenship: Studies of our changing social order.** Routledge, 2017.

BERENSCHOT, Ward. **Everyday mediation: The politics of public service delivery in Gujarat, India.** In: Development and Change, v. 41, n. 5, p. 883-905, 2010.

BERGAMIM JR., Giba. **Após anunciar mudança, gestão Doria vai manter Carnaval descentralizado.** Folha de São Paulo. 2017. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/ap%C3%B3s-anunciar-mudan%C3%A7a-gest%C3%A3o-doria-172400329.html>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

BILENKY, Thais. **Doria deve tirar vice da zeladoria e colocá-lo na coordenação política.** Folha de São Paulo. São Paulo: 2017. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931601-doria-deve-tirar-vice-da-zeladoria-e-coloca-lo-na-coordenacao-politica.shtml>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC.** Dissertação (Mestrado). São Carlos: UFSCar, 2009.

BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. **Memória e historicidade em dois "comandos" prisionais.** In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 79, p. 39-70, 2010.

BISCAIA, A. C. **Palestra Magna: Gestão Integrada em Segurança Pública - Cenários e Tendências.** In: Gabinetes de gestão integrada em segurança pública: Coletânea 2003 - 2009. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

BISPO, Fábio. **Prefeitura de Florianópolis terceiriza gestão de creches para associação apontada como laranja.** Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. 2019. Disponível em: <<http://www.sindprevs-sc.org.br/index.php/noticias/7086-prefeitura-de-florianopolis-terceiriza-gestao-de-creches-para-associacao-apontada-como-laranja>>. Acesso em: <08/04/2021>.

BLEI, David M., Y. NG, Andrew and JORDAN, Michael I. **"Latent Dirichlet Allocation"**, in Journal of Machine Learning Research 3 (2003) 993-1022.

BOSCO, Obra Social Dom. **Homepage - endereço virtual.** Disponível em: <<http://www.domboscoitaquera.org.br/index.php>>. Acesso em: <08/04/2021>.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Desigual e combinado: precariedade e lutas sociais no Brasil e em Portugal** (co-organizado com Elísio Estanque e Hermes Costa). São Paulo: Alameda, 2016.

\_\_\_\_\_. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, Paulo. **Comolatti muda estrutura da distribuidora**. Automotive Business. Notícias. Autopeças. 02 de setembro de 2010. Disponível em: <<https://www.automotivebusiness.com.br/noticia/7833/comolatti-muda-estrutura-da-distribuidora>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

BRAITHWAITE, John. **Neoliberalism or Regulatory Capitalism?**. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=875789](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=875789)>. Acesso em: <02/02/2022>.

BRANDÃO, Hermínia. **7º Prêmio Gutemberg homenageou profissionais de comunicação**. Jornal da 3ª Idade. 2014. Disponível em: <[www.jornal3idade.com.br/?p=292](http://www.jornal3idade.com.br/?p=292)>. Acesso em: <10 de abril de 2021>.

BRASIL. **Ata da 23ª Reunião Ordinária do Pleno Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)**. Presidência da República, Secretaria de Relações Institucionais. Brasília, 2007.

BRASIL. **Comunidade PRONASCI: Saiba como participar**. In: 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Brasília, 2009.

BRASIL. **Crack, é possível vencer**. Cartilha Enfrentar o crack. Compromisso de Todos. Ministério da Justiça. 2013.

BRASIL. **Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. **Decreto n. 9.894, de 27 de junho de 2019.** Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Secretaria-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. **Lei n. 13.022, de 8 de agosto de 2014.** Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Congresso Nacional.

BRASIL. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Moção de Repúdio n. 010, 9 de junho de 2017.** Plenário do Conselho Nacional de Saúde. 294º Reunião Ordinária. Disponível em: <[www.conselho.saude.gov.br/mocao/2017/Mocao010.pdf](http://www.conselho.saude.gov.br/mocao/2017/Mocao010.pdf)>. Acesso em: <12 de dezembro de 2020>.

BRASIL **Plano e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. SUSP - Sistema único de Segurança Pública.** Ministério da Segurança Pública. Brasília, 2018.

BRASIL. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua.** Brasília: Governo Federal, 2008.

BRASIL **Portaria n. 105, de 15 de março de 2021.** Estabelece as metas institucionais do Ministério da Saúde, para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, para fins de pagamento das Gratificações que especifica. Ministério da Saúde. Secretaria executiva. Diário Oficial da União. Edição 57. Seção 1. p. 149. 25 de março de 2021.

BRASIL. **Programação do I Seminário de Prevenção da Violência: Avanços e Desafios do PRONASCI.** Ministério da Justiça. Rio de Janeiro: 2009.

BRASIL **Projeto Juventude e Prevenção da Violência: Análise do Impacto do Pronasci na Região Metropolitana de São Paulo.** Ministério da Justiça. Textos de análise 1. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote\\_02\\_2016\\_12\\_12/FBSP\\_Analise\\_pronasci\\_regiao\\_metropolitana\\_sao\\_paulo\\_2014.pdf](https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Analise_pronasci_regiao_metropolitana_sao_paulo_2014.pdf)>. Acesso em: <18 de abril de 2021>.

BRASIL. **PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.** Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM. Ministério da Justiça. Disponível em:

<[http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp\\_m505/CSP/cartilha\\_GGIM.pdf](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CSP/cartilha_GGIM.pdf)>. Acesso em: <18 de abril de 2021>.

**BRASIL PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.** Ministério da Justiça. Disponível em: <[https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/PDE/AP\\_08\\_MinisterioJustica.pdf](https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/PDE/AP_08_MinisterioJustica.pdf)>. Acesso em: <18 de abril de 2021>.

**BRASIL. PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Seminário Regional para Capacitação de Lideranças Comunitárias.** Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.pjc.mt.gov.br/arquivos/File/policia-comunitaria/CartilhadePoliciaComunitaria.pdf>>. Acesso em: <18 de abril de 2021>.

**BRASIL. Recomendação n. 6, de 24 de maio de 2017.** Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Diário Oficial da União. Edição 236. Seção 1. p. 142. 10 de dezembro de 2018. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania.

**BRASIL. Um novo paradigma para a segurança pública.** Ministério da Justiça. Panfleto PRONASCI. Brasília, 2009.

**BRASIL, Regina Dias. Levantamento histórico sobre a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.** Histórico da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social 1951 - 2013 / Regina Dias Brasil – 2015. 28 f.

**BROWN, Stephen Gilbert; DOBRIN, Sidney I. (Ed.). Ethnography unbound: From theory shock to critical praxis.** SUNY Press, 2004.

**BURAWOY, Michael. Encarando um mundo desigual.** In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 22, p. 142-181, 2015.

\_\_\_\_\_. **For public sociology.** In: American sociological review, v. 70, n. 1, p. 4-28, 2005.

\_\_\_\_\_. **The extended case method.** University of California Press, 2009.

**BURAWOY, Michael; WRIGHT, Erik Olin. Sociological marxism.** In: Handbook of sociological theory. Springer, Boston, MA, 2001. p. 459-486.

BUSSINESS, Automotive. **Grupo Comolatti compra distribuidos Pellegrino. Automotive Business.** Notícias. Aftermarket. 24 de junho de 2015. Disponível em: <<https://www.automotivebusiness.com.br/noticia/22217/grupo-comolatti-compra-distribuidora-pellegrino>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

## C.

CALASSO, Lúcia; FOLHA DE SP. **Maluf diz que padre Júlio Lancelotti é a favor do aborto.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u8907.shtml>>. Acesso em: <11/11/2021>.

CAMPBELL, John. L. **Institutional Analysis and de Roles of Ideas in Political Economy.** Theory and Society, Vol 27, N. 3. (Jun., 1998), pp. 377-409.

CAMPO LIMPO, Diocese de. **Cáritas Diocesana de Campo Limpo.** Disponível em: <<https://diocesedecampolimpo.webnode.com.br/caritas/>>. Acesso em: <08/04/2021>.

CANATTO, Pamela de Cicco. **Intersetorialidade e redes sociais: uma análise da implementação de projetos para população em situação de rua em São Paulo.** Programa de pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas, Universidade de São Paulo, 2017.

CARDOSO, Franci Gomes. **Rebeldia com horizonte de emancipação ou pela proteção do trabalho?** In: Revista de Políticas Públicas, v. 21, n. 2, p. 881-889, 2017.

CÁRITAS. **Estatuto.** Disponível em: <<https://caritassp.org.br/wp-content/uploads/2018/12/estatuto.pdf.pdf>>. Acesso em: <11/11/2021>.

CASTRO, Daniel. **'Viaduto não será mais toca de mendigo', diz vereador.** Folha de S. Paulo. São Paulo, 18 de julho de 1994. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/18/cotidiano/26.html>>. Acesso em: <07 de novembro de 2017>.

CCJA - Centro Comunitário Jardim Autódromo. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ccja.org.br/historico/>>. Acesso em: <08/04/2021>.

CEFAÏ, Daniel. **Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1)**. In: Novos estudos CEBRAP, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.

CEFAÏ, D.; MELLO, MAS; MOTA, FR; VEIGA, FB (ed.). **Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: EDUFF, 2011.

CIONELLO, Alexandre et al. **Segurança pública e cidadania: uma análise Orçamentária do Pronasci**. Instituto de Estudos Socioeconômicos. Brasília, 2008.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia da violência: estudos de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Crack, é possível vencer**. Estudos Técnicos/CNM - Dezembro de 2014. Disponível em: <[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca\\_antiga/ET%20Vol%207%20-%2019.%20Crack,%20é%20possível%20vencer.pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/ET%20Vol%207%20-%2019.%20Crack,%20é%20possível%20vencer.pdf)>. Acesso em: <11 de novembro de 2020>.

CODELLOS, Fabio. **Pellegrino Distribuidora é vendida para o Grupo Comolatti, mas continua independente**. Revista AutoMotivo. Painele. 24 de junho de 2015. Disponível em: <<https://revistaautomotivo.com.br/pellegrino-distribuidora-e-vendida-para-o-grupo-comolatti-mas-continua-independente/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

COMOLATTI, Athos. **Como o Minhocão me transformou em um ativista acidental**. Esquina. Espaços Públicos. 22 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.esquina.net.br/2017/12/22/como-o-minhocao-me-transformou-em-um-ativista-acidental/>>. Acesso em: <01 de dezembro de 2020>.

COMOLATTI, A.; POSER, P.; LEVY, W. **Cidade e democracia. Um estudo de caso da Associação Parque Minhocão.** Vitruvius. Revistas. Minha Cidade. 163.05 São Paulo. Fevereiro de 2014. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/minhacidade/14.163/5051>>. Acesso em: <12 de dezembro de 2020>.

COMOLATTI, A.; SENA, J.; POSER, P.; LEVY, W. **O Parque Minhocão e a alma da cidade.** Vitruvius. Revistas. Minha Cidade. 166.01 São Paulo. Maio de 2014. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/minhacidade/14.166/5154>>. Acesso em: <12 de dezembro de 2020>.

COMUDA - Conselho Municipal de Políticas de Drogas e Álcool de São Paulo. **Lançamento do relatório: "Estamos de olho: Avaliação conjunta dos hospitais psiquiátricos do projeto redenção".** São Paulo: 2017.

CNBB. **POSIÇÃO DA CNBB EM DEFESA INCONDICIONAL DA VIDA HUMANA E CONTRA O ABORTO.** Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/posicao-da-cnbb-em-defesa-da-vida-humana-e-contra-o-aborto/>>. Acesso em: <11/11/2021>

CONJUR. **Maluf é atendido: Justiça condena padre Júlio Lancelotti a pagar pesada indenização.** Disponível em: <[https://www.conjur.com.br/2001-mar-09/julio\\_lancelotti\\_pagar\\_indenizacao\\_ex-prefeito](https://www.conjur.com.br/2001-mar-09/julio_lancelotti_pagar_indenizacao_ex-prefeito)>. Acesso em: <11/11/2021>

COR - Centro de Orientação à Família. **Parceiros.** Disponível em: <<http://corfamilia.org.br/teachers/>>. Acesso em: <08/04/2021>.

COR - Centro de Orientação à Família. **Quem somos.** Disponível em: <<http://corfamilia.org.br/about/>>. Acesso em: <08/04/2021>.

COREOGRÁFICO, Terreyro. **Ao público o que é público.** ObservaSP. 1 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2016/02/01/ao-publico-o-que-e-publico/>>. Acesso em: <07 de novembro de 2017>.

COREOGRÁFICO, Terryero. **Confira carta do Terreyro Coreográfico contra projeto que ameaça o Bixiga.** ObservaSP. 25 de maio de 2016. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2016/05/25/confira-carta-do-terreyro-coreografico-contraprojeto-que-ameca-o-bixiga/>>. Acesso em: <07 de novembro de 2017>.



CORREA, Rubén; QUINTANA, Sergio. **Crisis y transición en la organización del partido Peronista Salteño: Del comité a las unidades básicas (1949-1952)**. Rev. Esc. Hist. [online]. n.4 [citado 2018-11-14], pp.217-240, 2005.

CORREIO FORENSE. **Justiça absolve acusados de extorquir padre Júlio Lancelotti**. Disponível em: <<https://correio-forense.jusbrasil.com.br/noticias/21536/justica-absolve-acusados-de-extorquir-padre-julio-lancelotti>>. Acesso em: <11/11/2021>

CROPH - Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana. **Parcerias**. Disponível em: <<http://croph.org.br/parcerias>>. Acesso em: <08/04/2021>.

CROPH - Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana. **Um pouco da nossa trajetória**. Disponível em: <<http://croph.org.br/um-pouco-da-nossa-trajetoria>>. Acesso em: <08/04/2021>.

CRUZ, Angélica Santa. **Como um padre protegeu mais de mil moradores de rua da covid por 96 dias**. 3 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/11/03/padre-conseguiu-isolar-mais-de-mil-moradores-de-rua-da-covid-por-96-dias.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: <7 de novembro de 2021>

## D.

DAS, Veena. “**The signature of de State: the paradox of illegibility**”, in DAS, VEENA; POOLE, DEBORAH (orgs). Anthropology in the margins of the state. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. p. 225–252.

DAS, Veena; POOLE, Verena (orgs.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DA SILVA, Luciana Alves; CASAGRANDE, Elaine Glaci Fumagalli Errador. **Porte de Arma para Guardas Municipais de Municípios com Menos de 500 mil Habitantes**. In: Revista eletrônica Direito, Justiça e Cidadania. Vol. 1. n. 1. 2010.

DAVE. **Intersections of anarchism and community organizing**. In Zabalaza Books: 2011.

DAY, Richard F. Day. **From hegemony to affinity**, Cultural Studies, 18:5, 716-748, 2004.

DEBRIX, François. **Language, Agency and Politics**, in Constructed World. New York: M.E. Sharpe Publishers, 2003.

DESMOND, Matt. **Interrogations #10. Grounded Theory vs Extended Case Method**. Disponível: <<https://www.ssc.wisc.edu/~wright/915-04-int-10.pdf>>. Acesso em: < 03 de março de 2021>.

DEODORO, Juliana. **Associação é criada para transformar Minhocão em parque**. Veja. São Paulo. Cidades. 24 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/associacao-quer-transformar-minhocao-em-parque/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

DIJK, Teun A. van. **Principles of Critical Discourse Analysis**, in Discourse and Society Volume 4 (2). SAGE: London, 1993.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2015;

DIÓGENES, Juliana. **Relembre as principais operações na Cracolândia nos últimos anos**. O Estado de S. Paulo. 21 de maio de 2017. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,relembre-as-principais-operacoes-na-cracolandia-nos-ultimos-anos,70001801980>>. Acesso em: <01 de dezembro de 2020>.

DIÓGENES, Juliana et al. **Ação na Cracolândia termina em confronto; dois são feridos**. 29 de abril de 2015. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,acao-na-cracolandia-termina-em-confronto-dois-sao-feridos,1678369>>. Acesso em: <01 de dezembro de 2020>.

DOLAN, Karen; CARR, Jodi L. **The poor get prison: The alarming spread of the criminalization of poverty**. Washington, DC: Institute for Policy Studies, 2015.

DOMINGOS, Rafael Faria. **Estatuto Geral das Guardas Municipais: análise dos dispositivos da Lei nº 13.022/2014.** Jus, agosto de 2014. <<https://jus.com.br/artigos/31004/estatuto-geral-das-guardas-municipais-analise-dos-dispositivos-da-lei-n-13-022-2014>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

DOX - Planejamento Gestão e Desenvolvimento Imobiliário. **Case de obra: Edifício Grande Ufficiale Evaristo Comolatti.** Build In Construção & Informação. 11 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.buildin.com.br/comolatti/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

DURAN, Sabrina. **Empresários de SP vão a arcebispo criticar demora em reintegração de posse.** AG Jornalismo. Análise. 12 de junho de 2016. Disponível em: <<http://ag.jor.br/blog/2016/06/12/empresarios-reclamam-de-demora-em-reintegracao-de-posse/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

DWYER, Emma. **Underneath the arches: The afterlife of a railway viaduct.** Crossing Paths or Sharing Tracks? Future directions in the archaeological study of post-1550 Britain and Ireland, 2009.

## E.

ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. **BOLETIM N. 4,** novembro/dezembro de 2009. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/BoletimEnf/article/download/670/631>>. Acesso em: <15 de abril de 2021>.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: Segundo as observações do autor e fontes autênticas.** Boitempo Editorial: São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Questão de Moradia.** Boitempo Editorial: São Paulo, 2015.

EPERSON, Terrence W. **Complicating Common Sense: the Theory and Practice,** in Social Sciences Librarian, The College of New Jersey, 2007.

ESTADÃO. **Comunidade luta por uma Heliópolis sem drogas.** Estadão: 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/comunidade-luta-por-uma-heliopolis-sem-drogas/> >. Acesso em: <10 de abril de 2021>.

ESTADÃO. **Desativação do Minhocão divide especialistas e moradores.** Terra Economia. Istoé Dinheiro. 22 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/desativacao-do-minhocao-divide-especialistas-e-moradores/> >. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

ESTADÃO. **Minhocão: especialistas se dividem sobre efetividade da proposta de Covas.** Exame. 22 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/parque-minhocao-especialistas-se-dividem-sobre-efetivida-de-da-proposta/> >. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

ESTADÃO. **Pré-candidatos do PSDB-SP rebatem críticas a prévias.** Estadão Conteúdo. Política. 09 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1145434-pre-candidatos-do-psdb-sp-rebat-em-criticas-a-previas> >. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

ESTADÃO. **Tucano aciona Justiça contra lei que cria 660 cargos na Câmara de SP.** Estado de S. Paulo. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,tucano-aciona-justica-contralei-que-cria-660-cargos-na-camara-de-sp,1726009> >. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

ESTANQUE, Elísio. **Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013).** In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 103, p. 53-80, 2014.

EVANS, B. Peter. **Population, Health and Development: An Institutional-Cultural Approach to Capability Expansion**, in Peter B. Halland Michele Lamont (eds.) Successful Societies: How Institutions and Culture Affect Health. Cambridge University Press, 2009.

## F.

FALCÃO, M. C. de A. **Disputa pela presidência do PSDB de São Paulo racha o partido.** NE10, UOL. 2015. Disponível em: <https://ne10.uol.com.br/canal/politica/noticia/2015/05/31/disputa-pela-presidencia->

[do-psdb-de-sao-paulo-racha-o-partido-549499.php](https://www.fas-sp.org/2016/12/denuncia-supostas-irregularidades.html)>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

FAS - Fórum da Assistência Social. **Denúncia: supostas irregularidades praticadas por uma grande ONG.** 2016. Disponível em: <<https://www.fas-sp.org/2016/12/denuncia-supostas-irregularidades.html>>. Acesso em: <08/04/2021>.

FASSIN, D. **Enforcing order. An ethnography of urban policing.** In: Malden: Polity Press. 287 pp., 2013.

FASSIN, D. et al. **At the Heart of the State: The Moral World of Institutions.** London: Pluto Press, 2015.

\_\_\_\_\_. **If truth be told: The politics of public ethnography.** Duke University Press, 2017.

\_\_\_\_\_. **Prison worlds: An ethnography of the carceral condition.** John Wiley & Sons, 2017.

\_\_\_\_\_. **The will to punish.** Oxford University Press, 2018.

\_\_\_\_\_. **Writing the world of policing: the difference ethnography makes.** University of Chicago Press, 2017.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. **Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality**, in *American ethnologist*, v. 29, n. 4, p. 981–1002, 2002.

FERNANDES, M. F. PINHEIRO, J. **Gabinete de Gestão Integrada Municipal: Uma Alternativa para a segurança pública.** In: *Gabinetes de gestão integrada em segurança pública: Coletânea 2003 - 2009.* Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

FERNANDEZ, A. **Política y subjetividad: asambleas barriales y fábricas recuperadas.** Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

FERRAZ, Adriana. **Covas pressiona Doria para ser governador; ele viraria prefeito.** Notibras. 2017. Disponível em: <<https://www.notibras.com/site/covas-pressiona-doria-para-ser-governador-e-o-vice-viraria-prefeito/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

FEYERABEND, Paul. **Against Method.** Nova York: Verso Books, 1975.

\_\_\_\_\_. **Explanation, Reduction, and Empiricism.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1962.

\_\_\_\_\_. **How To Defend Society Against Science.** 1975a. Disponível em: <<https://www.uio.no/studier/emner/matnat/mn/MNSES9100/v16/pensumliste/environmental-ethics/feyerabend-how-to-defend-society-against-science.pdf>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

FEYERABEND, Paul; LAKATOS, Imre. **For and Against Method.** University of Chicago Press, 2010.

FINELLI, Fábio. **Coordenador do Comitê da Copa se reúne com Tirone.** Agência Palmeiras. 2012. Disponível em: <<https://www.palmeiras.com.br/en/news/coordenador-do-comite-da-copa-se-reune-com-tirone/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

IORE, M. (2012). **O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas.** Novos Estudos CEBRAP, 92, 9-21

FISCHER, Nicolas; SPIRE, Alexis. “**L'État face aux illégalismes**”, in Politix, v. 87, n. 3, p. 7–20, 2009.

FOLHA. **Doria demite secretário-adjunto Fabio Lepique.** 2017. Folha de Vila Prudente. Disponível em: <<http://folhavponline.com.br/2017/10/doria-demite-secretario-adjunto-fabio-lepique/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

FOLHA. **Francisco Ricardo deixa a Subprefeitura Mooca.** 2014. Folha de Vila Prudente. Disponível em:

<<http://folhavponline.com.br/2014/02/francisco-carlos-ricardo-deixa-a-subprefeitura-mooça/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

FOLHA. **Francisco Ricardo quer priorizar o meio ambiente na SUB-MO.** Folha de Vila Prudente. Disponível em: <<http://folhavponline.com.br/2013/01/francisco-ricardo-quer-priorizar-o-meio-ambiente-na-sub-mo/>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

FOLHA. **Novo subprefeito da Mooça reforça importância do trabalho de zeladoria na região.** 3 de junho de 2014. Disponível em: <<http://folhavponline.com.br/2013/01/francisco-ricardo-quer-priorizar-o-meio-ambiente-na-sub-mo/>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

FOLHA. **Subprefeito da Mooça presta contas de dois anos de gestão.** 2016. Folha de Vila Prudente. Disponível em: <[folhavponline.com.br/2016/05/subprefeito-da-mooça-presta-contas-de-dois-anos-de-gestao/](http://folhavponline.com.br/2016/05/subprefeito-da-mooça-presta-contas-de-dois-anos-de-gestao/)>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

FOLHA. **Subprefeito da Mooça faz balanço da administração.** 30 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://folhavponline.com.br/2013/08/subprefeito-da-mooça-faz-balanço-da-administração/>>. Acesso em: <7 de novembro de 2021>

FOLHA. **Tucanos vão comandar Mooça e Vila Prudente.** 12 de dezembro de 2016. Folha de Vila Prudente. Disponível em: <<http://folhavponline.com.br/2016/12/tucanos-vaó-comandar-mooça-e-vila-prudente/index2.html>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

FOLHA. **Igreja Católica é 'dona' de distrito em SP.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc110113.htm>>. Acesso em: <02/02/2022>.

FOLHA. **Para Advogado, Direito é Perpétuo.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2611200009.htm>>. Acesso em: <02/02/2022>.

FOLHA. **Acusado de extorsão diz que fazia sexo com padre.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/agora/policia/pl2810200701.htm>>. Acesso em: <02/02/2022>.

FOLHA. **Advogado afirma que religioso é inocente.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/agora/policia/pl2810200702.htm>>. Acesso em: <02/02/2022>.

FOTOSPUBLICAS. **Dom Odilo Scherer é Afastado da Comissão do Banco do Vaticano.** Disponível em: <<https://fotospublicas.com/dom-odilo-scherer-e-afastado-da-comissao-banco-vaticano/>>. Acesso em: <10/12/2022>.

FORENSE, CORREIO. **Justiça absolve acusados de extorquir padre Júlio Lancelotti.** 2008. Disponível em: <<https://correio-forense.jusbrasil.com.br/noticias/21536/justica-absolve-acusados-de-extorquir-padre-julio-lancelotti>>. Acesso em: <6 de novembro de 2021>

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **É inútil revoltar-se?**, in Le Monde, nº 10.661, 11- 12 de maio de 1979, ps. 1-2.

FRANGE, Voz do Vereador Paulo. **Novo Zoneamento é debatido na Mooca.** Notícias do portal Online. 2015. Disponível em: <[www.paulofrange.com.br/site/index.php/noticias/lei-de-zoneamento/770-novo-zoneamento-e-debatido-na-mooca](http://www.paulofrange.com.br/site/index.php/noticias/lei-de-zoneamento/770-novo-zoneamento-e-debatido-na-mooca)>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

## **G.**

G1, SP. **Doria demite secretário-adjunto de Bruno Covas após problemas com zeladoria.** G1 São Paulo. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-demite-secretario-adjunto-de-bruno-covas-apos-problemas-com-zeladoria.ghtml>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

GAINS, Francesca. **Elite ethnographies: potential, pitfalls and prospects for getting 'up close and personal'.** In: Public Administration, v. 89, n. 1, p. 156-166, 2011.

GALASTRI, Luciana. **Associação quer transformar o Minhocão em um parque.** Revista Galileu. Notícias. Urbanismo. Disponível em: <[revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI341269-17770,00-ASSOCIACAO](http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI341269-17770,00-ASSOCIACAO)>



+QUER+TRANSFORMAR+O+MINHOCAO+EM+UM+PARQUE.html>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

GARLAND, D. **As contradições da sociedade punitiva**, in Revista de sociologia e política, vol.013, p. 59–80, 1999.

GAY, R. (2011). **Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality**. In: Journal Of World History, 22(3), p. 656-657.

GAZETA. **Praça Lions Clube – Pronta para receber obras**. Gazeta Virtual. 2013. Disponível em: <[www.gazetavirtual.com.br/praca-lions-clube-pronta-para-receber-obras/](http://www.gazetavirtual.com.br/praca-lions-clube-pronta-para-receber-obras/)>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

GERBAUDO, P. **The Mask and the Flag**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GLOBO. **Haddad sancionará projeto de lei que dá status de parque ao Minhocão**. Valor Econômico. Globo. 09 de março de 2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/03/09/haddad-sancionara-projeto-de-lei-que-da-status-de-parque-ao-minhocao.ghtml>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

GLOBO. **Papa retira Dom Odilo Scherer e mais três cardeais de comissão que supervisiona Banco do Vaticano**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/papa-retira-dom-odilo-scherer-mais-tres-cardeais-de-comissao-que-supervisiona-banco-do-vaticano-11307382>>. Acesso em: <02/02/2022>.

GOMES, Daniel. **Em reunião com bispos, Rodrigo Maia apoia repasses do Fundeb a escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais**. O São Paulo. 29 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://osaopaulo.org.br/destaque/em-reuniao-com-bispos-rodrigo-maia-apoia-repasses-do-fundeb-a-escolas-comunitarias-filantropicas-e-confessionais/>>. Acesso em: <7 de novembro de 2020>

GONÇALVES, Eliane. **Operação apreende produtos piratas em São Paulo**. Radioagência Nacional. Falsificação. 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2019-12/operacao-apreende-produtos-piratas-em-sao-paulo>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

GRAÇAS, Associação Cultural e Artística Nossa Senhora das. **Sobre nós**. Disponível em: <<https://senhoradasgracas.org.br/sobre/>>. Acesso em: <15 de abril de 2021>.

GRAEBER, David. **Fragments of an Anarchist Anthropology**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **Direct Action: An Ethnography**. Edinburgh Oakland: AK Press, 2009.

\_\_\_\_\_. **Possibilities: Essays on Hierarchy, Rebellion, and Desire**. Oakland, CA: AK Press, 2007.

\_\_\_\_\_. **Revolutions in Reverse: Essays on Politics, Violence, Art, and Imagination**. London New York: Minor Compositions, 2011.

\_\_\_\_\_. **The Democracy Project: A History, a Crisis, a Movement**. New York: Spiegel & Grau, 2013.

\_\_\_\_\_. **The New Anarchists**, in *New Left Review* (13). pp. 61-73, 2002.

\_\_\_\_\_. **The Utopia of Rules: On Technology, Stupidity, and the Secret Joys of Bureaucracy**. New York: Melville House, 2015.

GRAHAM, Stephen. **Cities under siege: The new military urbanism**. Verso Books, 2011.

GRIGERA, J. F. **Argentina después de la convertibilidad (2002-2011)**. Imago Mundi, 2013.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências no Programa de

Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2012.

GUEBEL, Claudia Fabiana. **Estrategias interdisciplinarias y participativas de comunicación y divulgación de las problemáticas que involucran marginaciones sociales.** Buenos Aires: Eudeba, 2017.

GUERRERO, Modesto Emilio. **Emergencia y desafíos de las asambleas barriales.** Disponível em: <<https://studylib.es/doc/7724509/emergencia-y-desaf%C3%Ados-de-las-asambleas-barriales>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

GUPTA, A. “**Blurred boundaries: the discourse of corruption, the culture of politics, and the imagined state**”, in American Ethnologist 22, 375-402, 1995.

GUPTA, A.; SHARMA, A. **The Anthropology of the State: A Reader.** New Jersey: Blackwell Publishing Ltd, 2008.

## **H.**

HALL, Peter (1993). **Policy Paradigms, Social Learning and the State: The Case of Economic Policymaking in Britain.** Comparative Politics, Vol. 25, no 3, April 1993, p.: 275-296.

HELLER, Monica. **Paths to post-nationalism: A critical ethnography of language and identity.** Oxford University Press, 2011.

HERZFELD, Michael. **Anthropology through the looking-glass: critical ethnography in the margins of Europe.** Cambridge University Press, 1987.

HOPPER, Kim. **Reckoning with homelessness.** Cornell University Press, 2015.

HOWARTH, David R., NORVAL, Aletta J. and STAVRAKAKIS, Yannis. **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies, and social change.** New York: Manchester University Press Distributed exclusively in the U.S.A. by St. Martin's Press, 2000.

HOWARTH, David R. and TORFING, Jacob. **Discourse theory in European politics: identity, policy, and governance.** Houndmills, Basingstoke, Hampshire New York: Palgrave Macmillan, 2005.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano.** Lisboa: Edições 70, 2018.

## **J.**

JAIME, Pedro; LIMA, Ari. **Uma trajetória antropológica: entrevista com Didier Fassin.** In: Horizontes Antropológicos, v. 17, n. 36, p. 257-279, 2011.

JARACH, Lawrence. **Anarcho-communists, platformist and dual power: innovation or travesty?** Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/lawrence-jarach-anarcho-communists-platformism-and-dual-power-innovation-or-travesty>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

JUSBRASIL. **Condenado casal acusado de extorquir padre Julio Lancellotti.** Disponível em: <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2699520/condenado-casal-acusado-de-extorquir-padre-julio-lancellotti>>. Acesso em: <02/02/2022>.

JUSTIÇA, Ministério da. **Gabinetes de gestão integrada em segurança pública: Coletânea 2003-2009.** Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

JUVENTUS, Clube Atlético. **Armando Raucci é o novo presidente do Juventus.** 2003. Disponível em: <http://www.juventus.com.br/2003/08/armando-raucci-e-o-novo-presidente-do-juventus/>>. Acesso em: <20 de novembro de 2020>.

JUVENTUS, Clube Atlético. **Fábio Lepique é nomeado Diretor de Relações Institucionais.** 2012. Disponível em: <<http://www.juventus.com.br/2012/08/fabio-lepique-e-nomeado-diretor-de-relacoes-institucionais-do-clube/>>. Acesso em: <20 de novembro de 2020>.

JUVENTUS, Clube Atlético. **Presidente do Juventus se reúne com o Subprefeito da Mooca.** 2016. Disponível em: <[www.juventus.com.br/2016/06/presidente-do-juventus-se-reune-com-o-subprefeito-da-mooca/](http://www.juventus.com.br/2016/06/presidente-do-juventus-se-reune-com-o-subprefeito-da-mooca/)>. Acesso em: <20 de novembro de 2020>.

## K.

KARAM, Bruno Jaar et al. **O egresso prisional em situação de rua no Estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

KOPPER, Moisés. **Nos limites da intervenção: a antropologia crítica de Didier Fassin.** In: Mana, v. 20, n. 2, p. 355-370, 2014.

KUBIK, J. **Ethnography of Politics: Foundations, Applications, Prospects**, in E. Schatz (Ed.), Political Ethnography: What Immersion Contributes to the Study of Power (pp. 25-53). Chicago: University of Chicago Press, 2009.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** 7.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

## L.

LABCIDADE. **Edital para baixos de viaduto no Bixiga não atrai propostas.** Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 06 de junho de 2016. Disponível em: <[www.labcidade.fau.usp.br/edital-para-baixos-de-viaduto-no-bixiga-nao-atrai-propostas/](http://www.labcidade.fau.usp.br/edital-para-baixos-de-viaduto-no-bixiga-nao-atrai-propostas/)>. Acesso em: <07 de novembro de 2017>.

LA CIUDAD, Observatorio del derecho a. **Peligro de vida en el Conjunto Urbano Barrio Padre Mugica.** Disponível em: <<https://observatoriociudad.org/2018-02-peligro-de-vida-en-el-conjunto-urbano-barrio-padre-mugica/>>. Acesso em: <02 de março de 2021>.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and the Socialist Strategy.** Reino Unido: Verso, 1985.

LAGONEGRO, Marco Aurélio. **Metrópole sem metrô: transporte público, rodoviarismo e populismo em São Paulo (1955-1965).** Tese de Doutorado - Disponível em: <<https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/85653/a-metropole-sem-metro-o-anteprojeto-de-um-sistema-de-transporte-rapido-de-prestes-maia-1956-rodo/>>. Acesso em: <11/11/2021>

LANDAUER, T. K., FOLTZ, P. W.; LAHAM, D. (1998). **Introduction to Latent Semantic Analysis.** In: Discourse Processes, 25, 259-284.

LANDAUER, T.; DUMAIS, S. **A solution to Plato's problem: The latent semantic analysis theory of acquisition, induction, and representation of knowledge,** in Psychological Review, v. 104, n. 2, p. 211-240, 1997.

LANDAUER, T; LAHAM, D. e DERR, M. **From paragraph to graph: Latent semantic analysis for information visualization,** in Knowledge Analysis Technologies vol.101, Department of Psychology, University of Colorado, 2004.

LARA, Wallace. **Polícia apreende R\$ 690 mil em dinheiro na sede de ONG investigada por desvio de verba pública em SP.** O Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/18/policia-apreende-r-690-mil-e-m-dinheiro-em-ong-investigada-por-desvio-de-verba-publica-em-sp.ghtml>>. Acesso em: <12 de março de 2021>.

LASCOUMES, P. e LE GALÈS, P. **Instituições, normas e instrumentos de ação pública.** In: LASCOUMES, P. e LE GALÈS, P. Sociologia da Ação Pública. Alagoas, Editora UFAL, 2012, pp. 171-198.

LEPIQUE, Fábio. **Oxigenar a política.** Partido da Social Democracia Brasileira. Diretório Estadual do PSDB-SP. 9 de abril de 2012. Disponível em: <<https://tucano.org.br/oxigenar-a-politica/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

LEVINSON, David. **Encyclopedia of homelessness.** Sage, 2004.

LI, Wei; MCCALLUM, Andrew. **Pachinko Allocation: DAG-Structured Mixture Models of Topic Correlations,** in Proceedings of the 23 rd International Conference on Machine Learning, Pittsburgh, PA, 2006.

LI, Wei; BLEI, David; MCCALLUM, Andrew. **Nonparametric Bayes Pachinko Allocation.** New York: Cornell University, 2007.

LIMA E SILVA, Milena. **A Gestão de Luiza Erundina (1989-1992): Participação Popular na Política de Transporte.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo. São Carlos, 2017.

LOPES, Gabriel. **Federação e Governo do Estado selam acordo para o Campeonato de Ligas.** Federação Paulista de Futebol. 2011. Disponível em: <[2016.fpf.org.br/clube/137/Liga%20Brodowskiana%20de%20Futebol%20de%20Campo/Noticias/2011-03/46820/Federação+e+Governo+do+Estado+selam+acordo+para+o+Campeonato+de+Ligas](http://2016.fpf.org.br/clube/137/Liga%20Brodowskiana%20de%20Futebol%20de%20Campo/Noticias/2011-03/46820/Federa%C3%A7%C3%A3o+e+Governo+do+Estado+selam+acordo+para+o+Campeonato+de+Ligas)>. Acesso em: <20 de novembro de 2020>.

LUSTICK, Ian Steven. **Arabs in the Jewish State: Israel's control of a national minority.** Austin : University of Texas Press, 1980.

LUZ, Ana Paula Ferreira; BASTOS, Valéria Pereira. **A gestão participativa na cidade de São Paulo: formulação da política urbana local.** Disponível em: <[http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%2010/ST%2010.3/ST%2010.3-01.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.3/ST%2010.3-01.pdf)>. Acesso em: <01 de Junho de 2019>.

**M.**

MACHADO, Letícia Vier and BOARINI, Maria Lúcia. **Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos.** *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2013, vol.33, n.3 [cited 2018-08-03], pp.580-595

MADISON, D. Soyini. **Critical ethnography: Method, ethics, and performance.** Sage publications, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introduction to critical ethnography: Theory and method.** In: Critical ethnography: Method, ethics & performance, p. 1-16, 2005.

MAIA, Gisele. **Grupo Comolatti: sucesso hereditário.** Comunità italiana. Suplemento di Economia. Disponível em: <[www.comunitaitaliana.com.br/edicaomes/EconomiaEd84/comolatti.htm](http://www.comunitaitaliana.com.br/edicaomes/EconomiaEd84/comolatti.htm)>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

MANIAS, Elizabeth; STREET, Annette. **Rethinking ethnography: reconstructing nursing relationships.** In: Journal of Advanced Nursing, v. 33, n. 2, p. 234-242, 2001.

MARCELO, Godoy. **Carandiru teve implosão superfaturada.** O Estado de São Paulo, 03/06/2007, Motrópole, p. C3. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/327895/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

MARQUES, Adalton. **“Liderança”, “proceder” e “igualdade”:** uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital, in Etnográfica, vol. 14 (2) | 2010, p. 311-335.

MARTINS, Emanuela Alves. **SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO: OS ASPECTOS QUE IMPULSIONARAM O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DA PROFISSÃO.** 2014. Disponível em: <<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/305.pdf>>. Acessado em 21 de Set. de 2021.

MARX, Karl. **O Capital - Livro 1.** Boitempo Editorial: São Paulo, 2015.



MATIVE, Rogério. **Comitê vistoria Prudentão como possível CT da Copa.** Portal Prudentino. Futebol. 08 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://www.portalprudentino.com.br/noticia/esportes/futebol-esportes/comite-vistoria-prudentao-como-possivel-ct-da-copa>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

MARTEL, Frédéric. **No armário do Vaticano: Poder, hipocrisia e homossexualidade.** Sao Paulo: Objetiva, 2019.

MATRIX, Dot. **Science is Capital.** Disponível em: <<http://theanarchistlibrary.org/library/dot-matrix-science-is-capital>>. Acesso em: <10 de dezembro de 2016>.

MIGALHAS. **Foro, laudêmio e taxa de ocupação: o que é isso?.** Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/219673/foro--laudemio-e-taxa-de-ocupacao--o-que-e-isso>> Acesso em: <02/02/2022>.

MINHOTO, Laurindo Dias. **Foucault e o ponto cego na análise da guinada punitiva contemporânea,** In: Lua Nova, São Paulo, 95: 289-311, 2015.

MIINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Síntese da Política para População de Rua.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/sumario>>. Acesso em: <11/11/2020>.

MITIDIERI, G.; BELLUCI, M. **Estado actual de las asambleas barriales.** Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/HerramientaBuenosAires/2011/no46/7.pdf>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos, Coordenação Geral. **PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (PRONASCI). Uma leitura à luz dos direitos humanos, uma versão ainda em construção.** Disponível em: <[https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/PRONASCI\\_DIREITOS-HUMANOS.pdf](https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/PRONASCI_DIREITOS-HUMANOS.pdf)>. Acesso em: <15 de abril de 2021>.

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua. **População em Situação de Rua Luta por Moradia Digna**. Núcleo de Moradia do Movimento Nacional da População de Rua.

MOB, Revista. **Aniversário da Mooca**. Revista Mobilidade Urbana. 2014. Disponível em: <<https://www.revistamob.eco.br/aniversario-da-mooca/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

MODERNO, Transporte. **Grupo Comolatti assina acordo para compra da Pellegrino. Transporte Moderno - Todos os modais**. Autopeças. 24 de junho de 2015. Disponível em: <<https://transportemoderno.com.br/2015/06/24/grupo-comolatti-assina-acordo-para-compra-da-pellegrino/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

MOLEQUE, Blog. **Entrevista com o Candidato da oposição - Domingos Sanches**. 2016. Disponível em: <<https://www.blogmoleque.com.br/2016/04/entrevista-com-o-candidato-da-oposicao.html#:~:text=DOMINGOS>>. Acesso em: <20 de novembro de 2020>.

MOOCA, Portal da. **Personalidades - Eduardo Odloak**. Disponível em: <<http://www.portaldamooca.com.br/eduardo-odloak/>>. Acesso em: <10 de abril de 2021>.

MOVIMIENTO COMUNERO. **Quien Somos**. Disponível em: <<http://www.movimientocomunero.com.ar/quienes2.htm>>. Acesso em: <1 de Junho de 2019>.

MS, Enfoque. **Após críticas a zeladoria, Doria demite secretário responsável da área**. Portal de notícias Enfoque MS. 2017. Disponível em: <<https://www.enfoquems.com.br/apos-criticas-a-zeladoria-doria-demite-secretario-responsavel-da-area/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

MUNARI, Silvio Ricardo. (2013). **Os Ingovernáveis**. Dissertação (Mestrado). UFSCAR. São Carlos, 2013.

MUNICÍPIO, Procuradoria Geral do. **PARECER PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM Nº 11.743 DE 21 DE JULHO DE 2017**. Disponível em:

<<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/parecer-procuradoria-geral-do-municipio-pgm-11743-de-21-de-julho-de-2017/consolidado>>. Acesso em: <11/11/2021>

## N.

NICOLAU, Guilherme G.; GALHERA, Katiuscia; FALLEIROS, Guilherme. **THE IMPOSSIBLE FORDIST BAGGAGE OF LATIN AMERICAN ANARCHO-SYNDICALISM.** Disponível em: <<https://anarchiststudies.noblogs.org/article-the-impossible-fordist-baggage-of-latin-american-anarcho-syndicalism/>>. Acesso em: <11/11/2021>

NOGUEIRA, Adriano. **Bruno Covas pressiona Doria.** O Povo. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/11/bruno-covas-pressiona-doria.html>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

NORDESTE, Diário do. **PC do B é multado por faixas contra Bush.** Diário do Nordeste. Política. 07 de março de 2007. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/pc-do-b-e-multado-por-faixas-contrabush-1.964996?page=4>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

NORTE, Diário Zona. **Conselhos Participativos não seguem as normas e levam “puxão de orelha”.** Jornal Diário Zona Norte 2018. Disponível em: <<https://www.diariozonanorte.com.br/conselhos-participativos-nao-seguem-as-normas-e-levam-puxao-de-orelha/>>. Acesso em: <19/11/2020>.

NORTE, Portal Zona. **Prefeitura vai comercializar o uso de baixios de viadutos e pontes.** Diário Zona Norte. 27 de abril de 2019. Disponível em: <<http://www.diariozonanorte.com.br/prefeitura-vai-comercializar-o-uso-de-baixios-de-viadutos-e-pontes/>>. Acesso em: <07 de junho de 2019>.

NOTÍCIAS, ZL. **Selo Bar Legal é tema de reunião com comerciantes em Guaianases.** ZL Notícias. 19 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.zlnoticias.com.br/2017/06/19/selo-bar-legal-e-tema-de-reuniao-em-guaianases/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

NOVAES, Barbara. **"Foram exonerados", diz Prefeito da Mooca.** SP Jornal. 11 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www.spjornal.com.br/2017/10/11/foram-exonerados-diz-prefeito-da-mooca/>>. Acesso em: <20 de abril de 2021>.

## O.

OCALAN, Abdullah. **Democratic Confederalism.** Londres: International Initiative Edition, 2011.

O CARRETEIRO, Revista. **Grupo Comolatti comemora 50 anos.** Revista O Carreiro. Informação. Últimas notícias. 14 de agosto de 2007. Disponível em: <<https://www.ocarreiro.com.br/grupo-comolatti-comemora-50-anos/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

OFÉLIO, Alexandre. **"É mais fácil administrar a Mooca porque bato de porta em porta",** diz prefeito local. 32x SP. 07 de abril de 2017. Disponível em: <<https://32xsp.org.br/2017/04/07/e-mais-facil-administrar-mooca-porque-bato-de-porta-em-porta-diz-prefeito-local/>>. Acesso em: <20 de novembro de 2020>.

OLIVEIRA, Edvaldo Roberto de. **Desafio histórico de construção da Rede de Proteção Social para famílias em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social.** In: Censo da população infantojuvenil abrigada no Estado do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, J. R. R. (org.). **Segurança urbana: gestão inovadora e de resultado: relatório de gestão 2017-2019.** São Paulo: 2020. 224 p.

OLIVEIRA, Renan Dias. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais [Ruy Braga].** In: Cadernos Cemarx, n. 9, 2016.

ONLINE, Blog Soropositivo. **O Crack, o Prefeito Haddad e o "Programa Braços Abertos".** Blog Soropositivo Online. Disponível em: <<https://soropositivo.org/o-crack-o-prefeito-haddad-e-o-programa-bracos-abertos/>>. Acesso em: <11 de novembro de 2020>.

O RETRATO, Jornal. **Engenheiro Evando Reis é o novo Subprefeito da Mooca.** Jornal O Retrato. 2014. Disponível em: <[jornalretrato.com.br/net/tag/francisco-carlos-ricardo/](http://jornalretrato.com.br/net/tag/francisco-carlos-ricardo/)>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

OUVIÑA, Hernán. **Las asambleas barriales y la construcción de lo “público no estatal”**: la experiencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. In: Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe, 2003.

## P.

PARISSOPOULOS, Stelios. **"Unmasking" a web of meanings: the value of critical ethnography in nursing research**. In: Health Science Journal, v. 8, n. 3, p. 296, 2014.

PASSETTI, Edson. **Outros 500: Crianças e o sistema de crueldade**. São Paulo: Margem, nº10, 1999.

PASSOS, Iara Cunha. **Violência e políticas públicas: uma análise do PRONASCI no Rio Grande do Sul (2007-2014)**. In: I Seminário Internacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Setembro, 2015.

PASSOS, Jura. **Lobby para transformar Minhocão em parque tem como sócio arquiteto da Paraty House dos Marinheiros**. Diário do Centro do Mundo. 12 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/lobby-para-transformar-minhocao-em-parque-tem-como-socio-arquiteto-da-paraty-house-dos-marinhos/>>. Acesso em: <12 de dezembro de 2020>.

PENNAFORT, Roberta. **Doria diz que Bruno Covas não perderá poder com mudança de cargo**. Notícias UOL. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/10/31/doria-diz-que-bruno-covas-nao-perdera-poder.htm>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

PESARO, Floriano. **Por uma vida sem drogas - Conheça o Programa Recomeço**. Secretário de Estado de Desenvolvimento Social.

LIMA, Luana Ferreira. **A necessidade de efetivação de um direito emancipatório: o reconhecimento das necessidades humanas a partir de uma nova perspectiva do sistema de justiça**. In: Blog Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis. 2017.

PESSOA, Museu da. **Informações Pessoais: Roberto Souza de Oliveira.** Disponível em: <<https://acervo.museudapessoa.org/>>. Acesso em: <15/04/2021>.

PIAUI. **Ações na cracolândia de São Paulo x projeto Redenção: as divergências.** Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/06/13/cracolandia-sp-redencao/>>. Acesso em: <02/02/2022>.

PIAUI. **O Padre Que Morde.** Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-padre-que-morde/>>. Acesso em: <02/02/2022>

PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis.** Princeton University Press, 2004.

PIT-STOP, Rede. **Grupo Comolatti anuncia acordo para aquisição da Pellegrino distribuidora de autopeças.** Rede Pit-Stop. Notícias. 2 de junho de 2015. Disponível em: <<https://www.pitstop.com.br/noticias/pitstop/noticias-grupo-comolatti-anuncia-acordo-para-aquisicao-da-pellegrino-distribuidora-de-autopecas.htm>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

PNUD, Brasil. **Guia de preparação em convivência e segurança cidadã : guias de gestão territorial participativa.** In: Coletânea convivência e segurança cidadã. 2.ed. Brasília : Conviva, 2016. 32 p.

PODER, Diário do. **Doria estuda descentralizar administração de São Paulo.** Diário do Poder. 2016. Disponível em: <<https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/doria-estuda-descentralizar-administracao-de-sao-paulo>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

PODER, Diário do. **Tucano aciona Justiça contra lei que cria 660 cargos comissionados.** Diário do Poder. 16 de julho de 2015. Disponível em: <<https://diariodopoder.com.br/uncategorized/tucano-aciona-justica-contra-lei-que-cria-660-cargos-comissionados>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

POWELL, Christopher. **How epistemology matters: five reflexive critiques of public sociology.** In: Critical Sociology, v. 39, n. 1, p. 87-104, 2013.

POSNER, Gerald. **God's Banker.** New York: Simon & Schuster, 2005.

PREFEITURA. **Fundos Públicos.** 2021. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca\\_urbana/participacao\\_social/index.php?p=300688](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/participacao_social/index.php?p=300688)>. Acesso em <20 de Set. de 2021>.

PREFEITURA. **Quem é quem: Francisco Carlos Ricardo, Subprefeito.** Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20130622073421/http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/mooqa/organizacao/index.php?p=433>>. Acesso em: <7 de novembro de 2021>.

PREFEITURA. **Quem é quem: Evandro Reis, Subprefeito.** Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20160607202445/http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/mooqa/organizacao/index.php?p=433>>. Acesso em: <7 de novembro de 2021>.

PREFEITURA. **O Programa De Braços Abertos.** Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DBAAGO2015.pdf>>. Acesso em: <02/02/2022>.

PREFEITURA. **Reunião na sede da Prefeitura apresenta avanços do projeto Redenção.** Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/reuniao-na-sede-da-prefeitura-apresenta-avancos-do-projeto-redencao>>. Acesso em: <02/02/2022>.

PREFEITURA. **Projeto Redenção - Ações de Urbanismo.** Disponível em: <[http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Projeto-Reden%C3%A7%C3%A3o-Luz\\_A%C3%A7%C3%B5es-de-Urbanismo\\_29.05.17\\_.pdf](http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Projeto-Reden%C3%A7%C3%A3o-Luz_A%C3%A7%C3%B5es-de-Urbanismo_29.05.17_.pdf)>. Acesso em: <02/02/2022>.

PREFEITURA. **Ata da 4ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo.** Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Atada4ReuniaoExtraordinariadoCMSSPde21112017.pdf>>. Acesso em: <02/02/2022>.

PRETE, Renata Lo. **Barril de pólvora**. Folha de S. Paulo. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2312201001.htm>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

PSDB. **Fábio Lepique Participa de Conversa no Diretório**. Partido da Social Democracia Brasileira. Diretório Municipal - São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://tucano-sp.org.br/fabio-lepique-participa-de-conversa-no-diretorio/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

PT, Liderança do. **Gestão Doria desrespeita lei em propaganda de doação à cidade**. Câmara PT-SP. 2017. Disponível em: <[https://camaraptsp.org.br/gestao-doria-desrespeita-lei-em-propaganda-de-doacao-a-cidade/PT, Liderança do. Gestão Doria desrespeita lei em propaganda de doação à cidade. Câmara PT-SP. 2017. Disponível em: <<https://camaraptsp.org.br/gestao-doria-desrespeita-lei-em-propaganda-de-doacao-a-cidade/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.](https://camaraptsp.org.br/gestao-doria-desrespeita-lei-em-propaganda-de-doacao-a-cidade/PT,Liderança%20do.%20Gestão%20Doria%20desrespeita%20lei%20em%20propaganda%20de%20doação%20à%20cidade.Câmara%20PT-SP.2017.Disponível%20em:%20https://camaraptsp.org.br/gestao-doria-desrespeita-lei-em-propaganda-de-doacao-a-cidade/)

PÚBLICO, Ministério. **Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - Saúde**. Disponível em: <<http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Portaria-14.725.594-17.pdf>>. Acesso em: <02/02/2022>.

## Q.

QUIROGA, Nicolás. **Las Unidades Básicas Durante el Primer Peronismo. Cuatro Notas Sobre el Partido Peronista a Nivel Local**. Buenos Aires: Mundo Nuevo, 2008.

## R.

RACY, Sonia. **Na frente**. Estadão. 28 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

RAMOS, Maria Leonor Brenner Ceia (org.) **Política Intersetorial: PELC e PRONASCI**. Brasília: Fields, 2011. 35 p. v. 1.



RAUCCI, Flavia. **Flávia Raucci: Os bastidores de uma grande paixão**. Disponível em:  
<<https://portaldoandreoli.com.br/flavia-raucci-os-bastidores-de-uma-grande-paixao/>>  
. Acesso em: <11/11/2021>.

RBA. SP: **Plano Diretor teve participação social, mas esbarrou na falta de vontade política**. Disponível em:  
<<https://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2012/09/plano-diretor-teve-participacao-social-mas-nao-foi-totalmente-implementado-por-falta-de-vontade-politica/>>.  
Acesso em: <1 de Junho de 2019>.

REKHESS, Elie. **The Arab Minority in Israel: Reconsidering the “1948 Paradigm”**. In: Israel studies, v. 19, n. 2, p. 187-217, 2014.

RIBEIRO, Bruno. **Câmara de SP aprova fechamento do Minhocão aos sábados e nos meses de férias**. Istoé. Terra Notícias. 14 de dezembro de 2017. Disponível em:  
<<https://istoe.com.br/camara-de-sp-aprova-fechamento-do-minhocao-aos-sabados-e-nos-meses-de-ferias/>>. Acesso em: <01 de dezembro de 2020>.

RIBEIRO, Bruno; TOLEDO, Luiz Fernando. **Combate a cheias opõe Doria e Haddad**. O Estado de São Paulo. 2016. Disponível em:  
<<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,combate-a-cheias-opoe-doria-e-haddad.10000097075>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

RIDLEY-DUFF, Rory. **Contingent Ethics of Critical Ethnography**. Sheffield Hallam University, Faculty of Organisation and Management, 2006.

ROAR MAGAZINE. **Managing Disorder**. Disponível em:  
<<https://roarmag.org/magazine/managing-disorder/>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

ROCHA, Andrea. **Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p. 561-580, jul./set. 2013

ROCHA, Raquel Maria de Almeida. **O histórico da segurança humana e o (des) encontro das agendas de desenvolvimento e segurança.** Carta Internacional, v. 12, n. 3, p. 104-129, 2017.

RODRIGUES, Artur. **Covas pretende turbinas o 'rapa' para expulsar camelôs do centro e estádios.** A Cidade On. 2019. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/cotidiano/NOT,0,0,1418036,Covas+pretende+turbinar+o+rapa+para+expulsar+camelos+do+centro+e+estadios.aspx>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

RODRÍGUEZ, María Florencia. **Las formas pobres de hacer ciudad: un recorrido histórico sobre las modalidades de hábitat popular y su incidencia en la agenda estatal.** Centro Cultural de Cooperación Floreal Gorini. 2013. Disponível em: <<https://www.centrocultural.coop/revista/13/las-formas-pobres-de-hacer-ciudad-un-re-corrido-historico-sobre-las-modalidades-de-habitat>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

ROSE, Nikolas. **Governing by numbers: Figuring out democracy.** In: Accounting, organizations and society, v. 16, n. 7, p. 673-692, 1991.

\_\_\_\_\_. **Government and control.** In: British Journal criminology, v. 40, p. 321–339, 2000.

RUEDIGER, Marco Aurelio et al. **PRONASCI em números.** In: FGV projetos. 2009. Disponível em: <[https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo\\_3.pdf](https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo_3.pdf)>. Acesso em: <15 de abril de 2021>.

RUTTEN, Andrew R. **Politics in time.** In: The Independent Review, v. 11, n. 2, p. 299-305, 2006.

RYBRIKA, IARISSA; NASCIMENTO, Juliana; GUZZO, Raquel. **Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista.** Estud. psicol. I Campinas I 35(1) I 99-109. 2018

## S.

SÁ, Xico. **Igreja Católica possui 330,6 mil hectares.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/3/10/brasil/10.html>. Acesso em: <02/02/2022>.

SAEC - Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana. **Campanha de financiamento coletivo.** Disponível em: <https://benfeitoria.com/saec>. Acesso em: <08/04/2021>.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. **A contribuição de David Garland: a sociologia da punição.** In: Tempo social, v. 18, n. 1, p. 329-350, 2006.

SANCHEZ, Sandra Inés. **Propuestas para el dictamen y el proyecto de re-urbanización del Barrio Carlos Mugica,** Observatorio del Derecho a la Ciudad. Disponível em: [http://observatoriociudad.org/panel/biblioteca/21\\_36\\_122018%20-%2006%20-%20PROPUESTAS%20para%20el%20Dictamen%20ReUrbanizaci%C3%B2n%20Barrio%20Carlos%20Mugica%20-%20MPLD%20y%20ODC.pdf](http://observatoriociudad.org/panel/biblioteca/21_36_122018%20-%2006%20-%20PROPUESTAS%20para%20el%20Dictamen%20ReUrbanizaci%C3%B2n%20Barrio%20Carlos%20Mugica%20-%20MPLD%20y%20ODC.pdf). Acesso em: <Agosto de 2018>.

SÁNCHEZ, Sandra.; BALDIVIEZO, Jonatan. **Conteiner o caja de Pandora Las futuras viviendas del sector Cristo Obrero del Barrio Carlos Mugica (ex Villa 31-31 bis).** Disponível em: [https://observatoriociudad.org/public/2ka2k2i8nqcm59i1ydfh4r5cthh5/20\\_28\\_152017%20-%2010%20-%20octubre%20-%2012%20-%20viviendas%20nuevas%20para%20Cristo%20Obrero.pdf](https://observatoriociudad.org/public/2ka2k2i8nqcm59i1ydfh4r5cthh5/20_28_152017%20-%2010%20-%20octubre%20-%2012%20-%20viviendas%20nuevas%20para%20Cristo%20Obrero.pdf). Acesso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **De las conclusiones del Informe Técnico-Estructural que justificó el desalojo forzoso y demolición de viviendas en Barrio Carlos Mugica se desprende que el GCBA podría hacer lo mismo con cualquier vivienda construida en las villas de la ciudad.** Disponível em: [https://observatoriociudad.org/public/1ku3yix6brd8d1lb77s5v42u18s8/18\\_15\\_4520](https://observatoriociudad.org/public/1ku3yix6brd8d1lb77s5v42u18s8/18_15_4520)

18%20-%2002%20-%20febrero%20-%2028%20-%20Desalojo%20administrativo%20ilegal%20e%20infundado.pdf>. Acceso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **Informe Técnico sobre las Condiciones Edilicias del Conjunto Urbano Barrio Padre Mujica.** Disponible em: <<https://parabuenosaires.com/wp-content/uploads/2018/02/2018-02-Informe-T%C3%A9cnico-Complejo-Urbano-Barrio-Padre-Mujica.pdf>>. Acceso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **La integración imposible: La relocalización fallida de las familias de Cristo Obrero a las viviendas de Containera.** Disponible em: <[https://observatoriociudad.org/public/2uubm00etb4na9ifsoyw584ah32d/12\\_21\\_302018%20-%2004%20-%2011%20-%20La%20integraci%C3%B3n%20imposible%20-%20la%20relocalizaci%C3%B3n%20fallida%20Containera.pdf](https://observatoriociudad.org/public/2uubm00etb4na9ifsoyw584ah32d/12_21_302018%20-%2004%20-%2011%20-%20La%20integraci%C3%B3n%20imposible%20-%20la%20relocalizaci%C3%B3n%20fallida%20Containera.pdf)>. Acceso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **Peligro de vida en el conjunto urbano barrio Padre Mugica.** Disponible em: <<https://observatoriociudad.org/2018-02-peligro-de-vida-en-el-conjunto-urbano-barrio-padre-mugica/>>. Acceso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **Propuestas para el dictamen y el proyecto de re-urbanización del barrio Carlos Mugica.** Disponible em: <<https://observatoriociudad.org/2018-06-propuestas-para-el-dictamen-y-el-proyecto-de-re-urbanizacion-del-barrio-carlos-mugica/>>. Acceso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **Un protocolo para legalizar los desalojos forzosos en el barrio Carlos Mugica.** Disponible em: <<https://observatoriociudad.org/2018-03-un-protocolo-para-legalizar-los-desalojos-forzosos-en-el-barrio-carlos-mugica-ex-villa31-31-bis/>>. Acceso em: <03 de março de 2021>.

SANCHEZ, Sandra Inés; BALDIVIEZO, Jonatan Emanuel; ALDAO, Martin. **Legalidades y trampas en los procesos de transformación de las villas de la**

**Ciudad Autónoma de Buenos Aires: los casos de Playón de Chacarita y Barrio Carlos Mugica (ex Villa 31 y31 bis) en contexto.** Disponível em: <<http://observatoriociudad.org/?s=noticia&n=219>>. Acesso em: <Agosto de 2018>.

SANDES, W. et al. (org.). **Quinta fase: o GGI no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em 2007 e 2008.** In: Gabinetes de gestão integrada em segurança pública: Coletânea 2003 - 2009. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

SANTIAGO, Tatiana. **Doria tira Bruno Covas da Secretaria das Prefeituras Regionais após críticas de zeladoria.** G1 São Paulo. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-tira-bruno-covas-da-secretaria-das-prefeituras-regionais-apos-criticas-de-zeladoria.ghtml>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura de SP promete agilizar emissão de alvará para bares em troca de silêncio na madrugada.** G1 São Paulo. 27 de abril de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/prefeitura-de-sp-promete-agilizar-emissao-d-e-alvara-para-bares-em-troca-de-silencio-na-madrugada.ghtml>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

SANTOS, Mariana Chies Santiago; DE AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Políticas de Segurança Pública e Juventude.** In: O Público e o Privado, v. 11, n. 21 jan. jun, p. 111-126, 2013.

SASBJP - Serviços Assistenciais Senhor Bom Jesus dos Passos. **A casa João Moura.** Site oficial. Disponível em: <<https://www.acasajoaomoura.org/>>. Acesso em: <15/04/2021>.

SÃO PAULO, Arquidiocese de. **Padre José Carlos de Freitas Spínola.** Região Episcopal Lapa. Clero. Disponível em: <<http://arquisp.org.br/regiaolapa/clero/jose-carlos-de-freitas-spinola>>. Acesso em: <08/04/2021>.

SÃO PAULO, Assembleia Legislativa do Estado de. **Serviço Social Bom Jesus é homenageado pela Alesp.** Notícias ALESP: 2007. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=265213>>. Acesso em: <30/03/2021>.

SÃO PAULO, Câmara Municipal de. **Audiência pública discute ocupações irregulares e zeladoria no Tatuapé.** 2016. Disponível em:

<saopaulo.sp.leg.br/blog/audiencia-publica-discute-ocupacoes-irregulares-e-zeladori  
a-no-tatuape/>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

SÃO PAULO, Câmara Municipal de. **Moradores participam da sessão pública na Mooca.** 2015. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/moradores-participam-da-sessao-publica-na-mooca/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

SÃO PAULO, Centro Universitário Belas Artes de. **Alunos da Belas Artes vencem o concurso Imagine Parque Minhocão.** Acontece. Notícias. 17 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.belasartes.br/site/acontece/noticias?n=2356>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

SÃO PAULO, Conselho Regional de Psicologia de. **Ata 1959ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.** São Paulo.

SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Epidemia do “crack”.** Poder Legislativo. V. 126, N. 213. São Paulo: 2016.

SÃO PAULO, Gazeta de. **Prefeitura fiscaliza e apreende produtos piradas na região do Brás.** Gazeta de S. Paulo. Capital. 12 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.gazetasp.com.br/capital/2019/12/17815-policia-civil-faz-operacao-contr-a-pirataria-no-bras.html>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

SÃO PAULO, Folha de. **Igreja repudia estacionamento sob os viadutos.** Folha de S. Paulo. Cotidiano. 19 de julho de 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/19/cotidiano/32.html>>. Acesso em: <07 de novembro de 2017>.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. **Encontro na ASCOM - São Mateus.** Secretaria de Desenvolvimento Social. 2017.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos. Portal Conseg. Secretaria de Segurança Pública.** Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/conseg/DPCDH/index>>. Acesso em: <08/06/2019>.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania.** 2009.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **Operação Centro Legal.** Portal do Governo. 01 de agosto de 2012. Disponível em:

<<https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/operacao-centro-legal/>>. Acesso em: <01 de dezembro de 2020>.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **Secretaria da Justiça e ACMZ firmam termo de colaboração.** Secretaria da Justiça e Cidadania. Disponível em: <<https://justica.sp.gov.br/index.php/secretaria-da-justica-e-acmz-firmam-termo-de-colaboracao/>>. Acesso em: <15/04/2021>.

SÃO PAULO, Inspetoria Salesiana. **Obra Social Dom Bosco celebra aniversário do padre Rosalvino.** Boletim Salesiano. Rede Salesiana do Brasil. 2012. <<https://boletimsalesiano.org.br/materias/acao-social/item/466-obra-social-dom-bosco-celebra-aniversario-do-padre-rosalvino.html>>. Acesso em: <08/04/2021>.

SÃO PAULO, Prefeitura de. **Baixios de Viadutos.** Gestão Urbana SP. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/baixos-de-viadutos/>>. Acesso em: <07 de junho de 2019>.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 15.764, de 27 de maio de 2013.** Dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais que especifica, cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a Gratificação pela Prestação de Serviços de Controladoria. Secretaria do Governo Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 42.119, de 19 de junho de 2002.** Dispõe sobre a atenção, em caráter emergencial e no âmbito da Defesa Civil, à população em situação de rua, quando da ocorrência de frentes frias ou de baixas temperaturas durante o período de inverno. Prefeitura do Município de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 43.122 de 23 de abril de 2003.** Regulamenta a Lei n. 11.626 de 14 de julho de 1994, e a lei n. 13.426, de 5 de setembro de 2002, que dispõem sobre a cessão de uso das áreas localizadas nos baixios de pontes e viadutos municipais. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 44.484 de 10 de março de 2004.** Regulamenta o Programa Operação Trabalho, instituído pela Lei nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, com a redação dada pela Lei nº 13.689, de 19 de dezembro de 2003. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 45.798, de 29 de março de 2005.** Dispõe sobre a organização administrativa das atividades de segurança urbana na secretaria do Governo Municipal, conforme previsto no Decreto n. 5.683, e 1 de janeiro de 2005; Altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 48.378, de 25 de maio de 2007.** Regulamenta as leis n. 11.623, de 14 de julho de 1994, alterada pela lei n 13.775, de 4 de fevereiro de 2004, e n. 13.426, de 5 de setembro de 2002, que dispõem sobre a cessão de uso das áreas localizadas nos baixios de pontes e viadutos municipais. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 49.071, de 19 de dezembro de 2007.** Cria o Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGI-M, vinculado ao Gabinete do Prefeito. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 50.388, de 16 de janeiro de 2009.** Reorganiza a Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU, em cumprimento ao disposto no Artigo 28 da Lei n. 17.879, de 7 de janeiro de 2009, bem como dispõe sobre o seu quadro de cargos de provimento em comissão; Transfere a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e a supervisão da Junta do Serviço Militar. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 50.488 de 25 de fevereiro de 2009.** Dispõe sobre a reorganização da Guarda Civil Metropolitana - GCM, vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 50.945 de 26 de outubro de 2009.** Dispõe sobre a organização do Centro de Formação em Segurança Urbana - CFSU, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 52.649, de 15 de setembro de 2011.** Regulamenta a concessão da Gratificação pelo Exercício de Função em Regiões Estratégicas para a Segurança Urbana, em atividades consideradas de natureza operacional e de difícil provimento, instituída pela Lei nº 15.367, de 8 de abril de 2011. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 55.067, de abril de 2014.** Regulamenta o Programa De Braços Abertos e altera o Decreto nº 44.484, de 10 de março de 2004, que regulamenta o Programa Operação Trabalho. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 56.208, de 30 de junho de 2015.** Confere nova regulamentação ao Conselho Participativo Municipal em cada Subprefeitura a que se referem os artigos 34 e 35 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 56.796 de 5 de fevereiro de 2016.** Dispõe sobre a definição das atribuições dos cargos de provimento efetivo que compõem a carreira do Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana - QTG, da



Prefeitura do Município de São Paulo, em cumprimento ao disposto no artigo 3º da Lei nº 16.239, de 19 de julho de 2015. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 57.829, de 1 de agosto de 2017.** Introduz alterações no Decreto nº 56.208, de 30 de junho de 2015, que regulamenta o Conselho Participativo Municipal em cada Prefeitura Regional, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013. (Revogado). Gabinete do Prefeito João Doria.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 58.199 de 18 de abril de 2018.** Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas que especifica, bem como introduz alterações em dispositivos dos Decretos nº 52.649, de 15 de setembro de 2011, nº 55.003, de 4 de abril de 2014, nº 42.819, de 31 de janeiro de 2003, e nº 50.945, de 26 de outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Decreto 58.727 de 26 de abril de 2019.** Regulamenta a permissão de uso de baixios de viadutos, pontes e adjacências incluídos no Plano Municipal de Desestabilização, nos termos da Lei n. 16.706 de 4 de outubro de 2017 e da Lei n. 16.651 de 16 de maio de 2017. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 58.760 de 20 de 2019.** Regulamenta a Lei nº 17.089, de 20 de maio de 2019, que institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, na qual se insere o Programa Redenção, bem como organiza o Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica - SIAT no Município de São Paulo. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 58.763, de 20 de maio de 2019.** Suprime a Inspeção da Sede da Prefeitura - ISP, da Superintendência de Ações Ambientais e Especializadas - SAE, do Subcomando da Guarda Civil Metropolitana - SCMDO, da Guarda Civil Metropolitana/Comando Geral - GCM, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, e transfere a função gratificada que especifica, bem como altera e revoga dispositivos dos Decretos nº 52.649, de 15 de setembro de 2011, e nº 58.199, de 18 de abril de 2018. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 59.023, de 21 de outubro de 2019.** Confere nova regulamentação ao Conselho Participativo Municipal em cada Subprefeitura a que se referem os artigos 34 e 35 da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Deliberação Sobre Recursos e Contrarrazões.** Processo SEI n. 6024.2017/0002525-0. SAS - Cidade Tiradentes. Edital n. 031/SMADS/2017.

\_\_\_\_\_. **Edital de concorrência pública. “Concessão de uso onerosa para a execução e implantação de projetos de requalificação urbanística, ambiental e paisagística situado no baixo do Complexo Viaduto Julio de Mesquita Filho e seu entorno”.** Coordenação de Subprefeituras (Sé). Processo Administrativo no: 2015-0.087.205-5.

\_\_\_\_\_. **Extrato da Ata da Sessão Pública.** Processo SEI n. 6024-2019/000150-8. SAS - CS. Edital n. 017/SMADS/2019.

\_\_\_\_\_. **HABITASAMPA; Habitação.** Disponível em: <<http://www.habitasampa.inf.br/habitacao/>>. Acesso em: <08 de novembro de 2017>.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.623/1994.** Dispõe sobre a permissão de uso das áreas situadas nos baixios dos viadutos e pontes. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.396/02, de 26 de julho de 2002.** Cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU, e dá outras providências. Câmara Municipal de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.426 de 5 de setembro de 2002.** Dispõe sobre a outorga, pelo poder executivo, mediante licitação das áreas localizadas nos baixios dos viadutos e pontes, através de concessão onerosa para exploração por particulares e dá outras providências. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.775 de 4 de fevereiro de 2004.** Altera a redação do artigo 1º da lei n. 11.623, de 14 de julho de 1994, adequando-a à lei federal 9.790, de 23 de março de 1999, e dá outras providências. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 15.367 de 8 de abril de 2011.** Institui a Gratificação pelo Exercício de Função em Regiões Estratégicas para a Segurança Urbana, em atividades consideradas de natureza operacional e de difícil provimento, a ser concedida aos servidores integrantes do Quadro da Guarda Civil Metropolitana, nas condições que especifica. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 17.089 de 20 de maio de 2019.** Institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, no Município de São Paulo. Catálogo de Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica: Análise urbanística dos baixios de viadutos.** SP Urbanismo. Núcleo de Análise Urbana. Outubro 2016.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica: Análise urbanística dos baixios de viadutos.** Anexo I. SP Urbanismo. Núcleo de Análise Urbana. Novembro 2016.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica: Análise urbanística dos baixios de viadutos.** Anexo II. SP Urbanismo. Núcleo de Análise Urbana. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Intersetorial de Políticas sobre o Crack, Álcool e Outras Drogas.** Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Plano%20Intersetorial%20GEM.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Plano%20Intersetorial%20GEM.pdf)>. Acesso em: <11 de novembro de 2020>.

\_\_\_\_\_. **Plano municipal de políticas para a população em situação de rua.** Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua. Dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura cria novas políticas para moradores de rua.** Secretaria Especial de Comunicação. 25 de março de 2013. Disponível em: <[www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=144973](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=144973)>. Acesso em: <07 de novembro de 2017>.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura de SP divulga principais diretrizes do projeto Redenção.** Secretaria Especial de Comunicação. 26 de junho de 2017. Disponível em: <[www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sp-divulga-principais-diretrizes-do-projeto-redencao](http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sp-divulga-principais-diretrizes-do-projeto-redencao)>. Acesso em: <07 de novembro de 2017>.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura publica novo edital de licitação para permissão de uso dos Baixos dos Viadutos Lapa e Pompeia.** Secretaria Especial de Comunicação. 05 de dezembro de 2019. Disponível em: <[www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-publica-novo-edital-de-licitacao-para-permissao-de-uso-dos-baixos-dos-viadutos-lapa-e-pompeia](http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-publica-novo-edital-de-licitacao-para-permissao-de-uso-dos-baixos-dos-viadutos-lapa-e-pompeia)>. Acesso em: <07 de dezembro de 2019>.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura Regional Santo Amaro faz parceria para a revitalização de baixios de viadutos.** Disponível em: <[www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/santo\\_amaro/noticias/index.php?p=72546](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/santo_amaro/noticias/index.php?p=72546)>. Acesso em: <07 de junho de 2017>.

\_\_\_\_\_. **Primeira audiência pública da Operação Urbana Mooca Vila Carioca reúne 180 pessoas.** Gestão Urbana SP. 2014. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/primeira-audiencia-publica-da-operacao-urbana-mooca-vila-carioca-reune-180-pessoas/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

\_\_\_\_\_. **Programa de Metas: conheça os projetos da SMDHC voltadas à população em situação de rua.** Disponível em:

<[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/poprua/programas\\_e\\_projetos/index.php?p=15001](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/programas_e_projetos/index.php?p=15001)>. Acesso em: <07 de novembro de 2017>.

\_\_\_\_\_. **Projeto Redenção prevê ações para combater Cracolândias.** Secretaria Especial de Comunicação. 10 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://capital.sp.gov.br/noticia/projeto-redencao-preve-acoes-para-erradicar-traffic-de-drogas-em-cracolandias>>. Acesso em: <07 de novembro de 2017>.

\_\_\_\_\_. **Quem é quem; Subprefeitura Mooca: Organização.** Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20130622073421/http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/mooca/organizacao/index.php?p=433>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **Quem é quem; Subprefeito Francisco Carlos Ricardo.** Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20130622073421/http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/mooca/organizacao/index.php?p=433>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **Teatro Municipal da Mooca Arthur Azevedo reabre após reforma e modernização como sede do Clube do Choro de São Paulo.** Site da Prefeitura de São Paulo - Cultura. 2015. Disponível em: <<https://saopaulosao.com.br/nossos-encontros/525-teatro-municipal-reabre-na-mooca-e-ser%C3%A1-sede-do-clube-do-choro-de-sp.html>>.

\_\_\_\_\_. **Termo de Aditamento: 001/2018 ao Termo de Colaboração: 038/SMADS/2016.** Processo n. 2015.0.103.362.6. São Paulo: 2018.

SÃO PAULO, O Estado de. **Prefeitura altera decreto sobre conduta com moradores de rua.** Jornal O Estado de S. Paulo. 2017. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/prefeitura-altera-decreto-sobre-conduta-com-moradores-de-rua/>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

SÃO PAULO, Polícia Militar do Estado. Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos. **Polícia Comunitária: A Comunidade e a sua Segurança.** <<http://www.4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/policia-comunitaria>>. Acesso em: <08/06/2019>.

SÃO PAULO, Sindicato dos Guardas Cíveis Metropolitanos de. **Nota à imprensa sobre atuação a GCM.** Sindguardas-SP. Notícias. Disponível em: <[www.sindguardas-sp.org.br/site/NoticiaInterna/820/nota-a-imprensa-sobre-atuacao-da-gcm](http://www.sindguardas-sp.org.br/site/NoticiaInterna/820/nota-a-imprensa-sobre-atuacao-da-gcm)>. Acesso em: <12 de dezembro de 2020>.

SÃO PAULO, Tribunal de Justiça do Governo do Estado de. **Processo Digital no: 0066250-35.2018.8.26.0050 C-2019/001361.** 6ª vara criminal. Acesso em: <06/08/2019>.

SARMENTO, Ewerton Moraes Sarmento. **Abaixo-assinado: Sub-Prefeitura, devolva os paralelepípedos históricos da Mooca.** Change.org. Disponível em: <<https://www.change.org/p/paulo-sergio-criscuolo-subprefeito-devolva-os-paralelepipedos-da-mooca>>. Acesso em: <20 de abril de 2021>.

SCHATZ, E. **Ethnographic Immersion and the Study of Politics**, in E. Schatz (ed.), *Political Ethnography: What Immersion Contributes to the Study of Power*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

\_\_\_\_\_. **Political ethnography: What immersion contributes to the study of power.** University of Chicago Press, 2013.

SCHIVARTCHE, Fabio. **Serra anuncia secretário da gestão Kassab.** Folha de S. Paulo. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2903200614.htm>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

SHUMWAY, Nicolas. **A Invenção da Argentina.** EDUSP: São Paulo. 2008

SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da Metrópole.** 2ªED. São Paulo: Ateliê Editora, 2004.

SENADO FEDERAL. **Acordo Brasil-Santa Sé.** Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243036/02652.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20acordo%20entre%20o%20Brasil,%C3%BAltimo%20dia%207%20de%20outubro>>. Acesso em: <11/11/2021>.

SERMIG - Servizio Missionario Giovani. **Ernesto Olivero, Fundador.** Disponível em: <<https://br.sermig.org/sobre-n-s/ernesto-olivero-fundador.html>>. Acesso em: <15/04/2021>.

SETO, Guilherme. **Covas recontrata aliado que havia sido demitido por Doria após críticas à zeladoria.** Folha de S. Paulo. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/covas-recontrata-aliado-que-havia-sido-demitido-por-doria-apos-criticas-a-zeladoria.shtml>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Ed.). **The anthropology of the state: a reader**. John Wiley & Sons, 2009.

SILVA, Pe. Rodrigo Antonio da Silva et al. (org.). **Guia Informativo da Diocese de Campo Limpo**. 2020.

SILVA, Vinícius Alves Barreto da. **A epistemologia de Michael Burawoy e seus desdobramentos metodológicos**. In: Revista direito e práxis, v. 9, n. 3, p. 1503-1530, 2018.

SINDIÓPTICA - SP. **Sindióptica-SP participa de reunião com o Secretário Executivo da Prefeitura de São Paulo**. Optica Foto Cine. Disponível em: <[sindioptica-sp.com.br/noticia\\_17062019.php](http://sindioptica-sp.com.br/noticia_17062019.php)>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

SKOCPOL, Theda, ed. **Vision and Method in Historical Sociology**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1984.

SMADS. **Censo pop rua 2010**. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_social/pesquisas/index.php?p=18626](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626)>. Acesso em: <11/11/2021>

SOARES, Gilvan. **Engenheiro de carreira foi convidado para assume a Subprefeitura Mooca**. Alô Tatuapé. Disponível em: <<https://alotatuape.com.br/engenheiro-de-carreira-foi-convidado-para-assumir-a-sub-prefeitura-mooca/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

SOARES, Luiz Eduardo. **Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública: gênese; implantação; desdobramentos**. In: Gabinetes de gestão integrada em segurança pública: Coletânea 2003 - 2009. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

SOUZA, Leandro. **Guarda Civil e as pessoas em situação de risco**. Ambiente Legal. Justiça e Política. Disponível em: <[www.ambientelegal.com.br/guarda-civil-e-as-pessoas-em-situacao-de-risco/](http://www.ambientelegal.com.br/guarda-civil-e-as-pessoas-em-situacao-de-risco/)>. Acesso em: <12 de dezembro de 2020>.

SOUZA, Vr. Claudinho de. **Serviços de segurança para os cidadãos**. Vereador Claudinho de Souza. 20 de dezembro de 2018. Disponível em:

<<https://vereadorclaudinho.com.br/2018/12/20/servicos-de-seguranca-para-os-cidad-aos/>>. Acesso em: <12 de dezembro de 2020>.

SP, Jornal. **Subprefeitura Mooca iniciou “Mega Ação Bairro Limpo”**. SP Jornal. 20 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.spjornal.com.br/2016/07/20/subprefeitura-mooca-iniciou-mega-acao-bairro-limpo/>>. Acesso em: <20 de abril de 2021>.

STEVENSON, Lisa. et al. **Anthropology in the Margins of the State**. In: Political and Legal Anthropology Review, vol. 30, no. 1, 2007, pp. 140–144.

SUÁREZ, Ana Lourdes et al. **Las villas de la Ciudad de Buenos Aires: territorios frágiles de inclusión social**. Educa, 2014.

SUPER INTERESSANTE. **Padres Recebem Salários?**. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/padres-recebem-salario/>>. Acesso em: <02/02/2022>.

SUPT MARCOS. **Malas y no tan malas noticias**. Disponível em: <<https://radiozapatista.org/?p=8842&lang=en>>. Acesso em: 17 de março de 2021.

## T.

TATUAPÉ, Portal Online da Subprefeitura de. **Entrevista com o Subprefeito Evandro Reis**. Alô Tatuapé. Disponível em: <<https://alotatuape.com.br/entrevista-com-o-subprefeito-evandro-reis/>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

TAVOLARI, B.; VANNUCHI, L. **Concessão dos baixos de viadutos: armadilhas jurídicas**. ObservaSP. 18 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2016/02/18/concessao-dos-baixos-de-viadutos-armadilhas-juridicas/>>. Acesso em: <07 de novembro de 2017>.

TEIXEIRA, A. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo**. [s.l.] Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2012.

TEIXEIRA, A.; MATSUDA, F. E. **Feios, sujos e malvados**, in *Le monde diplomatique* Brasil, p. 1–4, 11 jun, 2012.

TEIXEIRA, Zaqueu. **O PRONASCI é a inteligência que vence a violência: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**. Rio de Janeiro, 2010.

THOMAS, Jim. **Doing critical ethnography**. Sage, 1993.

THOMPSON, Priscila. **Estado recebe R\$ 26 milhões da União. Entre os projetos a ser priorizados está a efetivação da Lei Maria da Penha; ministro falou sobre PAC**. *Jornal A Gazeta*. 6 de setembro de 2008, p. 12.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. In: *Sustentabilidade em Debate*, n. 3, p. 133-160, 2010.

## U.

UOL. **Muito antes de Mendonça, o Estado brasileiro já não era laico**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/coluna-entendendo-bolsonaro/2021/12/16/muito-antes-de-mendonca-o-estado-brasileiro-ja-nao-era-laico.htm>>. Acesso em: <02/02/2022>.

UOL. **Papa nomeia dom Odilo Scherer e seis mulheres para conselho do Vaticano**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/08/07/dom-odilo-pedro-scherer-conselho-de-economia-vaticano-nomeacao.htm>>. Acesso em: <02/02/2022>.

UOL. **'Seja abençoado', diz padre Julio Lancellotti após insinuações de Bolsonaro**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/29/bolsonaro-padre-julio-lancellotti.htm>>. Acesso em: <02/02/2022>.

## V.



VENCESLAU, Pedro. **Com DNA tucano, Covas se apresenta em voo solo.** O Estado de S. Paulo. 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,com-dna-tucano-covas-se-apresenta-em-voo-solo,70003514830>>. Acesso em: <30 de novembro de 2020>.

\_\_\_\_\_. **Crítica de Doria causa reação no PSDB.** O Estado de São Paulo, n.15495, 1/07/2017. Política, p.A11. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/537637/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

\_\_\_\_\_. **Doria muda estratégia e reduz viagens.** Tribuna do Norte. 02 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/doria-muda-estrata-gia-e-reduz-viagens/index.html>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

VERMELHO. **Júlio Lancellotti: Pauta moral é desculpa para esconder neofascismo.** Disponível em: <[https://vermelho.org.br/2020/09/02/julio-lancellotti-pauta-moral-e-desculpa-para-esconder-neofascismo/?fbclid=IwAR18kl09uRp1\\_tMc6KM0P\\_6MIG1rzsE8ycUUlqTs1E3Xo7u0gu7jIRNyWPg](https://vermelho.org.br/2020/09/02/julio-lancellotti-pauta-moral-e-desculpa-para-esconder-neofascismo/?fbclid=IwAR18kl09uRp1_tMc6KM0P_6MIG1rzsE8ycUUlqTs1E3Xo7u0gu7jIRNyWPg)>. Acesso em: <11/11/2021>

VILLAÇA, Flávio. **As Ilusões do Plano Diretor.** Disponível em: <<http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf>>. Acesso em: <1 de Junho de 2019>.

VOLUNTÁRIOS. **Site Oficial.** Disponível em: <<https://voluntarios.com.br/>>. Acesso em: <10 de abril de 2021>.

\_\_\_\_\_. **SAEC - Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana.** Disponível em: <<https://voluntarios.com.br/entidade/9851>>. Acesso em: <08/04/2021>.

## W.

WACQUANT, Loïc. **Deadly Symbiosis: Race and the Rise of Neoliberal Penalty.** Cambridge: Polity Press, 2009.

\_\_\_\_\_. **Deadly symbiosis: When ghetto and prison meet and mesh,** In: Punishment & Society, 3(1): p. 95-133, 2001.

\_\_\_\_\_. **Marginality, ethnicity and penalty in the neo-liberal city: an analytic cartography**, In: Ethnic and Racial Studies, 2014.

\_\_\_\_\_. **Prisons of Poverty** (expanded edition). Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

\_\_\_\_\_. **Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity**. Durham: Duke University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. **Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality**. Cambridge: Polity Press, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Mundialização ou Era de Transição? Uma Visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo**, in Chesnais, François et al: Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

WEINTRAUB, A. C. A. M.; VASCONCELLOS, M. P. C. **Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a populações vulneráveis**. In: História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 20, n. 3, p. 1041-1055, 2013.

WEB, Guarulhos. **Doria tira Bruno Covas do comando da zeladoria**. Guarulhos Web. 2017. Disponível em: <<https://guarulhosweb.com.br/public/noticia/246711>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

WHITAKER, João Sette. **Uma semana auspiciosa para a gestão de Fernando Haddad**. Cidades para que(m)? Política, urbanismo e habitação. Disponível em: <<https://cidadesparaquem.org/blog/2013/3/29/uma-semana-auspiciosa-para-a-gestao-de-fernando-haddad>>. Acesso em: <12 de dezembro de 2020>.

WIKILEAKS. **HOLY SEE: PROMINENT LATIN AMERICAN CARDINALS SEEK USG HELP IN PROMOTING FREE TRADE**. 3 de abril de 2006. Disponível em: <[http://web.archive.org/web/20210411020922/https://wikileaks.org/plusd/cables/06VATICAN61\\_a.html](http://web.archive.org/web/20210411020922/https://wikileaks.org/plusd/cables/06VATICAN61_a.html)>. Acesso em <7 de novembro de 2021>.

WILLIAMSON, Abigail; FUNG, Archon. **Mapping Public Deliberation**. Disponível em:

<<https://hewlett.org/wp-content/uploads/2016/08/MappingPublicDeliberation.pdf>>.

Acesso em: <28 de agosto de 2018>.

\_\_\_\_\_. **Public Deliberation: Where We Are and Where We Can Go?**, Disponível em: <<http://www.fisherwilliamson.com/downloads/FungWilliamsonNCR04.pdf>>.

Acesso em: <28 de agosto de 2018>.

## Y.

YAOUANCQ, Françoise et al. **L'hébergement des sans-domicile en 2012. Des modes d'hebergement différents selon les situations familiales**. In: Insee Première. N° 1455 - JUILLET 2013.

## Z.

ZUZENA, Ekintza. **Algunos comentarios sobre las asambleas barriales**. Disponível em:

<<https://www.nodo50.org/ekintza/2004/algunos-comentarios-sobre-las-asambleas-barriales/>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **Andrés Mombrú, docente, filósofo, anarquista**. Disponível em: <<https://www.nodo50.org/ekintza/2004/andres-mombru-docente-filosofo-anarquista/>>

. Acesso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **Entrevista con el movimiento de trabajadores desocupados de Solano (MTD-S)**. Disponível em:

<<https://www.nodo50.org/ekintza/2004/entrevista-con-el-movimiento-de-trabajadores-desocupados-de-solano-mtd-s/>>. Acesso em: <03 de março de 2021>.

\_\_\_\_\_. **La fuerza del “¡NO!”**. Disponível em: <<https://www.nodo50.org/ekintza/2004/la-fuerza-del-no/>>. Acesso em:

<03 de março de 2021>.

247, SP. **Mario Covas Neto é eleito presidente do PSDB municipal de SP.** Brasil 247. 2015. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/geral/mario-covas-neto-e-eleito-presidente-do-psdb-municipal-de-sp>>. Acesso em: <19 de novembro de 2020>.

**Links de acesso aos documentos FORA DO AR (buscar em <https://web.archive.org/>):**

Disponível em: <[http://edelei.org/\\_img/\\_banco\\_imagens/relato%CC%81rio-web-v2.pdf](http://edelei.org/_img/_banco_imagens/relato%CC%81rio-web-v2.pdf)>. Acesso em: <02/02/2022>.

Disponível em: <<http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pesquisa-De-Bra%C3%A7os-Abertos-1-2.p>>. Acesso em: <02/02/2022>.

Disponível em: <[http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/606/pdf](http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/606/pdf)>. Acesso em: <02/02/2022>.

Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/programas/index.php?p=239138>>. Acesso em: <02/02/2022>.

## ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

### Termo de Anuência do (a) orientador (a)

**Nome do (a) aluno (a): Guilherme Giuliano Nicolau**

**Data da defesa: 14/02/2022**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Jean Francois Germain Tible**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 13/4/2022



---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*